Aconteceu Especial 19

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação

EDUCAÇÃO NO BRASIL
1987-1988





CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro 129 — Glória
22211 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (021) 224-6713
Telex 021 37982 CIED-BR
Fax (021) 242-8847

Av. Higienópolis 983
01238 — São Paulo — SP
Tel.: (011) 825-5544
Telex 011 26561 ECUM-BR
Fax (011) 825-7861

Coordenação de edição
Elie Ghanem
Orlando Joia

Equipe de edição
Carlos Alberto Vieira Coelho
Elie Ghanem
Orlando Joia
Sebastião Haroldo de Freitas Corrêa Porto

Pesquisa e edição de notícias
Sebastião Haroldo de Freitas Corrêa Porto

Edição de Arte
Flávio Irala

Diagramação
Wanderlei Wolf

Paginação
Ricardo Netti
Ana Paula

Capa
André Toral

Composição e Fotolito
Scritta Oficina Editorial

Impressão
Pirâmide Ltda.

ISBN 85-85017-19-8

O CEDI é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, independente, dedicada a estudos, pesquisas, documentação e assessoria no campo dos movimentos sociais e das Igrejas.

Aconteceu Especial é uma série que reúne material de imprensa e de colaboradores, selecionado e editado pelo CEDI, além de comentários e dados adicionais. Propõe-se a abordar temas relacionados aos povos indígenas, aos trabalhadores rurais e urbanos, à educação e outros temas de interesse no âmbito do movimento social. Busca oferecer informação sistematizada e análise, visando subsidiar grupos, movimentos e instituições.

As idéias expressas nesta publicação não refletem necessariamente a posição do CEDI.

Aconteceu Especial 19

EDUCAÇÃO NO BRASIL 1987-1988

Biblioteca - Koinonia
(X) Cadastrado
(X) Processado

São Paulo, 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Programa Educação e Escolarização Popular

370.981
1990

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Centro Ecumênico de Documentação e Informação.
Educação no Brasil 1987-1988 / Centro Ecumênico de Documentação e Informação. -- São Paulo : CEDI, 1991. -- (Aconteceu especial ; 19)

1. Educação - Brasil I. Título. II. Série.

90-1507 CDD-370.981

Índices para catálago sistemático:
1. Brasil : Educação 370.981

SUMÁRIO

Apresentação 7
Introdução 9

Educação na Constituinte

Educação brasileira e Constituição: impasses, mediações e adiamentos 13
João Gilberto Lucas Coelho
Governo 17
Parlamentares 17
Lobbies 25
Igreja 32
Imprensa 34

Ensino público

A lógica está nas entrelinhas 39
Luci Ayala
A "crise" do ensino público nos jornais 42
Jorge Nagle
Esfera federal 45
Um quadro nacional 45
Merenda 55
Livro didático 59
Verbas 62
CPI 65
TVE 70
2º grau 71
Índios 72
Educação especial 73
Unidades federadas 74
Acre 74
Alagoas 74
Amazonas 74
Bahia 74
Ceará 76
Distrito Federal 76
Goiás 85
Maranhão 87
Mato Grosso 88
Mato Grosso do Sul 89
Minas Gerais 89
Pará 93
Paraíba 94
Paraná 95
Pernambuco 96
Piauí 98
Rio de Janeiro 99
Rio Grande do Norte 102
Rio Grande do Sul 103
São Paulo 106
Municípios 125
Ceará 126

Goiás 127
Maranhão 128
Pará 128
Paraná 128
Pernambuco 128
Piauí 130
Rio de Janeiro 130
Rio Grande do Norte 133
Rio Grande do Sul 133
São Paulo 134

Educação de adultos

Educação de adultos no noticiário 141
Sérgio Haddad
Alfabetização 143

Professores

O acontecimento em educação: o movimento de professores 155
Miguel Gonzales Arroyo
Professores: um movimento a se repensar 158
Angelina Teixeira Peralva
Nacional 162
Região Norte 167
Acre 167
Pará 167
Rondônia 169
Região Nordeste 169
Bahia 169
Maranhão 170
Paraíba 174
Pernambuco 175
Piauí 177
Rio Grande do Norte 178
Sergipe 181
Alagoas 181
Ceará 181
Região Sudeste 182
Espírito Santo 182
Minas Gerais 182
Rio de Janeiro 185
São Paulo 194
Região Sul 203
Paraná 203
Rio Grande do Sul 212
Santa Catarina 215
Região Centro-Oeste 216
Distrito Federal 216
Goiás 223
Mato Grosso do Sul 226
Mato Grosso 228

Escolas particulares

O mercado do ensino 231
Robespierre Martins Teixeira
A política perversa da privatização do ensino 234
Antonio Joaquim Severino
Mensalidades 238
Professores 252

Dados básicos

População residente 261
Pessoas de 10 anos ou mais, segundo anos de estudo 261
Pessoas de 10 anos ou mais, por sexo e segundo a alfabetização 262
Pessoas de 10 anos ou mais, segundo a alfabetização 263
Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização - Brasil 263
Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização - região Norte 264
Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização - região Nordeste 264
Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização - região Sudeste 265
Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização - região Sul 265
Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização - região Centro-Oeste 266
Estudantes de 5 anos ou mais - Brasil 266
Estudantes de 5 anos ou mais - região Nordeste 267
Estudantes de 5 anos ou mais - região Sudeste 268
Estudantes de 5 anos ou mais - região Sul 268
Estudantes de 5 anos ou mais - região Centro-Oeste 269
Estudantes de 5 anos ou mais - região Norte 269
Estabelecimentos de ensino de 1º grau 270
Estabelecimentos de ensino de 2º grau 271
Funções docentes no 1º grau 272
Funções docentes no 2º grau 273

Referências e índices

Siglário 277
Fontes 281
Agradecimentos 283
Índice de nomes 285
Índice de assuntos 295
Indicadores monetários 299

APRESENTAÇÃO

Este trabalho do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), certamente representa importante contribuição para o melhor conhecimento da situação educacional do país.

Os pesquisadores do CEDI levantaram na imprensa diária e semanal de todos os estados tudo o que foi possível localizar a propósito dos assuntos da educação, no período de janeiro de 1987 a dezembro de 1988. Este rico acervo de informações foi resumido e sistematizado em cinco capítulos, o primeiro sobre a Educação na Constituinte e os demais sobre o Ensino Público, a Educação de Adultos, o Movimento dos Professores e o Ensino Particular. Pela primeira vez, assim, os pesquisadores, os educadores e o público em geral têm acesso ao conjunto das informações educacionais disponíveis na imprensa.

A relevância do período focalizado dispensa comentários, bastando lembrar que envolve os momentos cruciais das articulações de grupos de interesse, categorias profissionais e correntes ideológicas em torno das decisões constitucionais para a educação. E entre as questões que mais agitaram a opinião nos últimos anos encontram-se, exatamente, as que serviram de referência para a organização dos capítulos.

É útil assinalar que informações obtidas na imprensa exigem cautelas especiais. O leitor não pode considerá-las, sem maiores cuidados, como expressão fiel e abrangente dos acontecimentos. Sem desconsiderar as enormes diferenças de qualidade existentes entre os jornais e periódicos, é razoável afirmar que a imprensa freqüentemente é parcial, está sujeita a pressões de ordens diversas e, quase sempre, apresenta os fatos sob ângulo impressionista ou mesmo sensacionalista. Apesar disso, é irrecusável a importância da contribuição da imprensa para a formação de uma visão de conjunto da situação educacional.

Ao dar continuidade, com este trabalho, à publicação da série Aconteceu Especial, *o CEDI e seus pesquisadores seguramente consolidam sua posição de vanguarda entre as instituições de informação, documentação e pesquisa do país.*

Celso de Rui Beisiegel

INTRODUÇÃO

A área da educação é um lugar de vivas disputas entre forças sociais e políticas. A diversidade das orientações que se procura imprimir e as propostas que se confrontam, entretanto, têm historicamente ostentado a marca da generalidade, do impressionismo e da desinformação. São traços característicos, que certamente não podem ser absolutizados: há exceções. Mas mesmo entre os estudiosos da área e os chamados "técnicos", responsáveis pela elaboração e implantação de políticas, muitas vezes se verificam dificuldades para ensaiar uma visão de conjunto e se faz sentir a carência de dados para o acompanhamento da evolução dos fatos. Essas dificuldades se acentuam enormemente quando se pensa no grande contingente de profissionais que lidam mais diretamente com o ensino, ampliando-se ao extremo quando se trata de amplos setores populares que se utilizam (ou deveriam fazê-lo) dos serviços educacionais.

Esta publicação não tem a pretensão de cobrir totalmente as lacunas colocadas pela ausência ou dispersão temática e geográfica de centros especializados da área, com sua conseqüente incapacidade de acumular e socializar conhecimentos. Mas busca contribuir, dentro de nossos limites, para superar essa situação.

Não obstante os condicionantes ditados pelas formas próprias da mídia aproximar-se dos assuntos, produzir, selecionar e trabalhar a notícia, o material de imprensa diária e semanal fornece um registro da realidade, dirigindo-se a um público amplo, podendo contribuir assim para a colocação de problemas cotidianos, às vezes antecipando-se à intervenção do especialista ou da autoridade.

Educação no Brasil 1987-1988, *da série* Aconteceu Especial, *resume informações sobre os fatos mais significativos do campo educacional brasileiro, tratados no período pela imprensa diária e semanal, estruturando-os nos cinco eixos que compõem os capítulos: 1) O processo que culminou com a promulgação da Constituição de 1988; 2) O ensino público; 3) A educação de adultos; 4) O movimento dos professores e 5) O ensino particular.*

Cada capítulo traz uma seleção do noticiário e é aberto por um ou dois artigos que introduzem o leitor no cerne dos assuntos retratados, oferecendo interpretações e indicações como balizas para uma visão mais compreensiva das notícias. As matérias não se apresentam tal como foram publicadas. Fizemos cortes e padronizamos a grafia, procurando sempre preservar o núcleo informativo das notícias e as versões significativas estampadas.

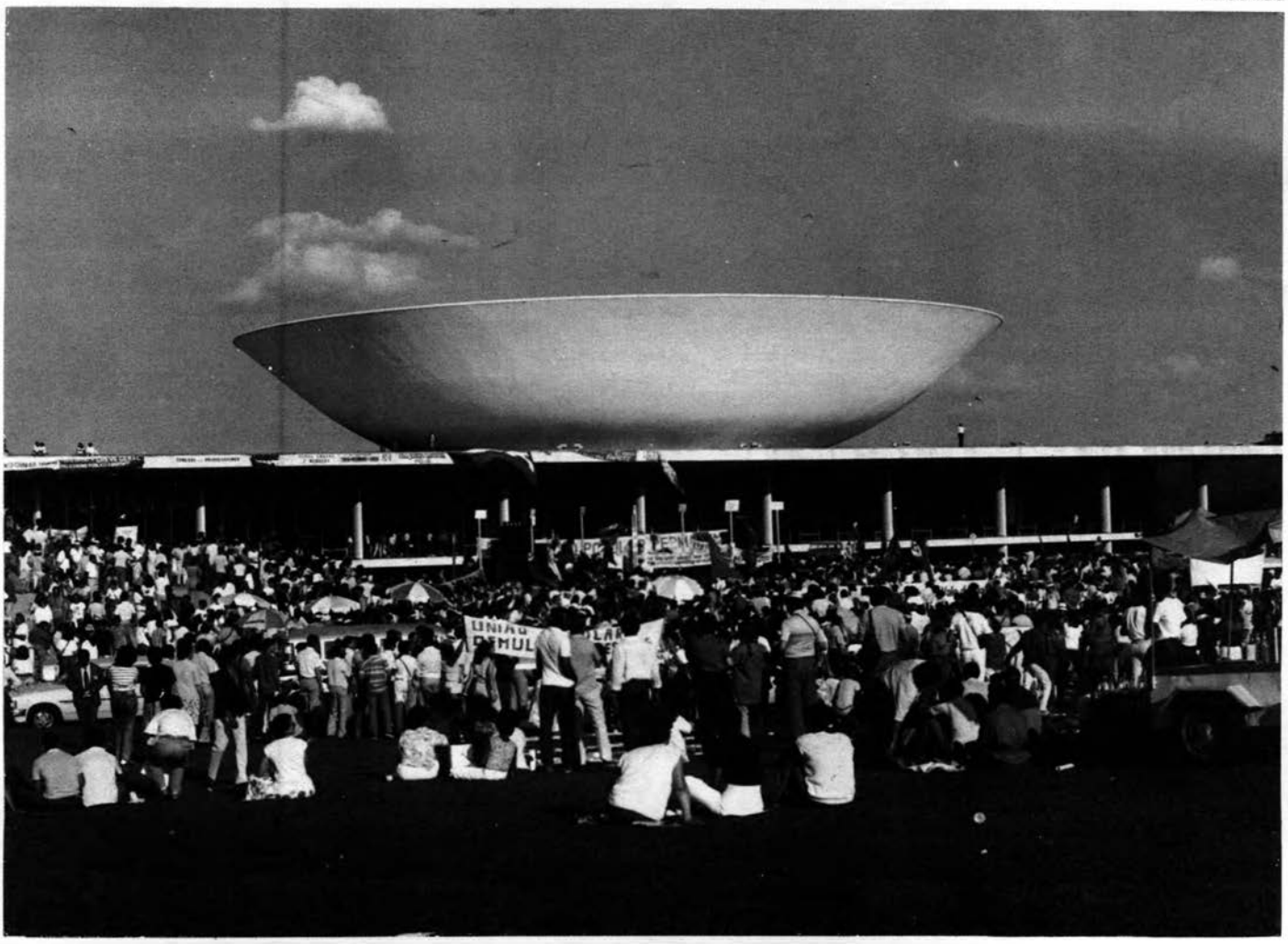
Ao final são apresentados dados quantitativos básicos, que complementam ou precisam aqueles que aparecem fragmentariamente (e por vezes discrepantes entre si) no tratamento jornalístico. Após esses indicadores, encontram-se índices de autores, nomes e assuntos, para facilitar a consulta.

Este trabalho visa colocar de forma organizada a informação existente, em escala nacional, à disposição de entidades ligadas à temática educacional, sindicatos, associações profissionais e de pesquisa, bibliotecas e centros de documentação, órgãos encarregados da gestão do ensino e demais pessoas, grupos e instituições que estejam empenhados em fazer com que os serviços educacionais correspondam crescentemente aos interesses e expectativas dos setores populares.

É o produto de um esforço coletivo, posto que não seria possível sem as diversas colaborações que tivemos na prospecção do material e na sua análise. Contudo, dada a dificuldade de levantamento e articulação das fontes, temos ainda uma cobertura desigual dos fatos ocorridos ao longo de todo o período e em todo o território nacional. Mas esta publicação é também um convite à ampliação do conjunto daqueles que podem contribuir para a formação de uma base qualificada de conhecimentos, sobre a qual se possam fundamentar críticas e avançar propostas alternativas.

EDUCAÇÃO NA CONSTITUINTE

Marcia Maia



EDUCAÇÃO BRASILEIRA E CONSTITUIÇÃO: IMPASSES, MEDIAÇÕES E ADIAMENTOS

João Gilberto Lucas Coelho (*)

O recente processo constituinte brasileiro teve aspectos e características interessantes, alguns traços de simples continuidade e outros de inovação. Foi palco do confronto histórico entre o antigo e o novo, entre elites em busca da manutenção do status quo *e novos atores sociais e políticos jogando na mudança. Sofreu limitações e controles: teve ousadias.*

Na história brasileira foi a elaboração constitucional mais aberta, arriscada, crítica e participada. Além do jogo de pressões e lobbies, fortemente atuantes, as sugestões, audiências públicas, emendas populares e sua defesa, representaram um rompimento com a tradição de práticas representativas isoladas.

O produto deste processo, a Constituição, igualmente se mostra contraditório, às vezes avançando bastante, outras vezes ficando estático diante do fato social. As elites sonharam com uma Constituição tecnicamente bem feita, elaborada de forma rápida e eficaz, "dentro dos conformes" jurídicos dominantes. Ao contrário, o jogo foi difícil e o resultado um tanto desconcertante. Todavia, a Constituição tem muito as feições do Brasil, com suas diversidades e paradoxos, ambigüidades e contrastes.

A imprensa enfrentou dificuldades para compreender o processo constituinte e "cobri-lo" para a opinião pública. Nossos jornalistas estão prisioneiros da idéia de que notícia é o fato estapafúrdio; uma briga de plenário, uma conduta hilariante, um comportamento atípico, é que merecem cobertura! Por isto, demoraram em transmitir ao público os eixos de debates, as controvérsias profundas, as idéias em confronto. Além disto, foram surpreendidos com escassa estrutura por 24 subcomissões trabalhando ao mesmo tempo, ouvindo a sociedade através das mais diversas representações, organismos e entidades.

A educação tem divergentes maneiras de ser vista pelas correntes ideológicas na sociedade. Estas produziam bandeiras de luta antes da Constituinte e se viram diante do desafio de colocar num ordenamento constitucional propostas concretas e princípios embasadores de uma nova ordem.

Algumas dessas linhas divergentes, em sentido amplo:

— Os que acham que o ensino só pode ser público e que o público somente se realiza através da ação estatal.

— Os que consideram o ensino como um "serviço público" que pode ser prestado diretamente pelo estado ou, através de concessão ou permissão, pelos particulares.

— Os que defendem a prioridade para o ensino e o compromisso estatal com este, reconhecendo a possibilidade da existência do ensino privado, para livre escolha dos educandos, este último sem assistência estatal.

— Os que acreditam (têm o direito) que o direito ao ensino deve ser assegurado a todos pelo estado, podendo o cidadão escolher se estuda na rede privada ou estatal, mas recebendo recursos públicos.

— Os que vêem no ensino um serviço/mercadoria, sujeito às regras de livre mercado, como qualquer outro.

A Constituinte e a crise da educação

Como se vê, a absolutização de qualquer um destes pensamentos na direção de sua exclusividade no texto constitucional, encontraria óbices ideológicos das demais correntes e dificuldades com a realidade em que se encontra o ensino brasileiro, as etapas necessárias para concretizar todo um novo sistema e as condições objetivas existentes.

O debate acontece, nesta como em outras matérias, um tanto distorcido pela tentativa de excluir caminhos e buscar uma única alternativa. Assim, os liberais brasileiros de hoje esqueceram a bandeira clássica das revoluções e movimentos de seus antepassados teóricos em todo o mundo em favor do ensino público, gratuito e laico e que permitiu notável desenvolvimento de algumas nações e, por aqui, quiseram impor uma visão de educação como algo sujeito ao mercado, à livre iniciativa, serviço ou mercadoria com preço acessível a alguns e inacessível a muitos. Movimentos de orientação confessional resvalaram para o perigoso caminho de exigir do estado a manutenção de suas escolas, as quais seriam "privadas" quanto à propriedade, ao controle, e à orientação e "públicas" quanto ao ônus do financiamento. As correntes de esquerda preferiram marcar posição em favor do ensino público /estatal, lutando desesperadamente por nenhum recurso público para escolas não estatais, desconhecendo o impacto real

(*) Professor visitante do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília. Dirigiu o Centro de Estudos e Acompanhamento da Constituinte (CEAC) da UnB.

que isto teria no curto prazo sobre milhões de educandos e a gradualidade necessária para reverter o quadro lamentável de privatização das últimas décadas.

Nessa rigidez de posturas teóricas, não houve espaço sequer para uma discussão avançada que se dá no direito moderno de outros países: o público contém o estatal, mas não se esgota nele. Ou seja, podem existir entes públicos que não são estatais. O direito brasileiro continua com a visão estreita de considerar "privado" tudo o que não seja de propriedade do município, do estado, do distrito federal ou da União. Uma creche e um hospital construídos através da contribuição de toda uma comunidade, precisam ser privatizados em nome de uma instituição particular e com isto as coletividades perdem o controle sobre as suas iniciativas ou obras, já que estas não são "públicas". Qualquer tentativa de rediscutir este desafiador tema, à luz das correntes socializantes modernas, foi obstada pelo medo, compreensível e com razões de ordem prática, de abrir uma porta pela qual viessem passar benefícios para instituições realmente privadas.

Assim, a educação foi um dos pontos mais polêmicos no processo de elaboração constitucional. Na subcomissão específica os progressistas tiveram maioria e escreveram um texto na direção da exclusividade de recursos públicos para a escola estatal, já que este aspecto pontual — o do financiamento — tornou-se o principal no debate. Na comissão temática que reunia, além da educação e da cultura, outras questões nervosas como a das comunicações e a da tecnologia, aconteceu um impasse espetacular: foi o único dos oito grandes comitês temáticos que não conseguiu concluir com um relatório, após conflitos e tensas reuniões onde nenhum dos grupos teve a maioria necessária. A sistematização mediou em parte as divergências e escreveu a base do texto que, com modificações, seria adotado pelo plenário. Em todas as etapas, votações difíceis, entrechoques de grupos de pressão e lobbies, os mais variados e contraditórios. Veja-se, igualmente, que as divergências estão expostas nas várias propostas populares que aportaram à Constituinte com milhares de assinaturas.

Embora o texto a respeito de educação seja o melhor da nossa trajetória constitucional e contenha significativos avanços, pode-se dizer que a discussão mais profunda desta rica e fundamental temática foi obstruída pelo impasse a respeito do financiamento, gravitando pela diversidade de posições desde a de "verbas públicas exclusivamente para escolas públicas" até aquela segundo a qual "o estado tem de garantir o ensino e o aluno escolher o tipo de escola — pública ou privada — onde quer estudar, porque este é um direito individual fundamental".

A polêmica tão vigorosa e a necessidade de acordos ou mediações levaram ao pouco amadurecimento de outros pontos significativos no amplo espectro da educação. Assim, a redação a respeito da obrigatoriedade e do direito ao ensino fundamental, universal e gratuito, não ficou a melhor: ao dar o salto qualitativo de garanti-lo como direito para aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, pelo texto, parece que sobra para eles também a obrigação de estudar, o que seria ilógico ou constrangedor de direitos.

Igualmente, a questão da universidade e sua autonomia, reduzida a um artigo, gera ainda hoje controvérsias por não ter sido mais precisa.

Mesmo assim, a Constituição traz consideráveis avanços em matéria educacional.

Com tantos impasses, aconteceu nesta matéria (como em algumas outras) o adiamento da completa resolução do conflito. Como naquelas partidas de futebol que terminam empatadas no "tempo regulamentar" e exigem uma prorrogação. No caso da nossa constituição, a prorrogação do conflito é a regulamentação, por leis, de princípios ou normas que não foram completamente definidas.

Na delicada matéria do financiamento do ensino ficou para a lei definir o que são as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, que poderão receber verbas públicas. Ainda hoje se discute se "comunitárias" é um gênero e "confessionais ou filantrópicas" são duas espécies dele ou se cada uma destas três tipificações representa uma categoria autônoma. É obvio que a interpretação que se dê restringe ou amplia a quantidade de estabelecimentos que poderão beneficiar-se das verbas governamentais.

A tentativa de definir cabalmente o status do público na educação, na saúde e noutros temas constitucionais, não tendo base social ou força política para tornar o setor estatal exclusivo nestas áreas, levou a um resultado contraditório. Assim, se a Constituição é a que mais enfatiza o dever do estado e o papel do setor público nestes campos, por outro lado é a primeira a afirmar enfaticamente a existência do setor privado agindo neles, o que afasta constitucionalmente uma política mais radical de estatização. O exemplo que segue é forçado, perante a realidade política, mas teoricamente verdadeiro: com a Constituição autoritária de 1967/69, um governo que quisesse e tivesse força para tanto poderia estatizar toda a saúde brasileira, com amparo por exemplo num interesse de segurança nacional, já que não existia um dispositivo expresso sobre a atuação privada na saúde, como quase nada se continha sobre o dever estatal para com ela; hoje, pela atual Constituição, por um lado os governos têm muito maior responsabilidade com a saúde, mas, por outro, não poderia haver uma estatização geral dela — já que o texto constitucional ao entrar em minúcias sobre o sistema único público, teve de reconhecer a existência da ação privada.

Há ainda outro ponto interessante. Trata-se do anseio do movimento popular ou setorial em resolver suas demandas em cada oportunidade que surja. Assim, se compararmos as reivindicações feitas ante a Constituinte federal, as Constituintes estaduais, a atual elaboração da lei de diretrizes e bases e outras, verificamos muitas contradições. Reivindica-se descentralização na Constituição federal, com a existência de uma lei básica e de um plano nacional de educação. Aí, no momento da elaboração da Constituição de um estado federado, quer-se inscrever ali regras que deveriam constar da tal lei básica, no caso da educação a LDB. Já na discussão desta última, deseja-se impor regras que constrangem evidentemente a autonomia estadual e municipal ou a pretendida descentralização. Este desvio, com conseqüências graves, é oriundo do anseio de resolver "toda a parada" com o instrumento que se tenha à mão, sem a adequada consciência de uma organização geral, de limites e competências em cada etapa da luta ou em cada instância perante a qual se reivindica.

A Constituição sinaliza, embora com os problemas e as insuficiências, uma grande revolução educacional. Come-

çando pelos princípios inspiradores do ensino e aspectos de sua gestão. Garantindo o acesso ao ensino fundamental como direito automaticamente cobrável do poder e implicando, a não oferta, em responsabilidade dos governantes. Aumentando os recursos públicos para o ensino. Definindo um prazo de dez anos para erradiçação do analfabetismo e universalização da educação fundamental. Garantindo a gratuidade da escola pública, o dever do estado, da família e da sociedade para com o ensino e a primazia da educação pública.

Inspirou conquistas significativas nos textos constitucionais dos estados e, certamente, o mesmo acontecerá com os municípios nas suas leis orgânicas. O atual debate da lei de diretrizes e bases repassa os mesmos caminhos difíceis da elaboração constitucional. É necessário um esforço decidido para que algumas questões — o financiamento e as matérias de interesse mais corporativo — não impeçam, pelo seu grau de polêmica e pressão, o debate mais amplo de todas as questões que tal lei deve conter, para a solução da crise educacional que vive o país.

É necessário investir muito mais no ensino. Mas, não nos iludamos, apenas "mais verbas" não resolvem o problema. Ou se mexe nas estruturas, adquirem todos os atores sociais e políticos uma nova consciência, ou nem todo o orçamento da república, estados e municípios resolve a crise. Será que a perda de qualidade do ensino público é apenas uma questão de falta de recursos? Será que o caráter essencial da educação, um desses discursos unânimes do político mais conservador ao militante mais revolucionário de um movimento social, é considerado na prática desde os governantes até os agentes do ensino?

Tanto o setor público como iniciativas autônomas de comunidades, possuem exemplos dignificantes de boas escolas, de um novo ensino libertador e solidário. A seu lado temos o caos de escolas públicas abandonadas pelos governantes ou atingidas por paralisações exageradamente longas e descomprometidas de seus funcionários e professores. E, ainda, um ensino privado cada vez mais mercantilista e lucrativo, como se educação fosse objeto para consumo seletivo de elites ricas.

A lição é amarga, mas necessária. Uma boa Constituição e boas leis são importantes para uma mudança. Todavia, insuficientes. A mudança passa por políticas objetivas, posturas novas, atitudes e comportamentos. E destes últimos estamos ainda na dependência, para superar o gigantesco atraso brasileiro no que se refere à educação.

A cidadania, individual e coletiva, crescendo, brotando neste povo, vai cobrar igualmente dos legisladores, executivos, das instituições e segmentos internos das universidades e escolas a coerência do discurso da prioridade do ensino com a prática do dia-a-dia.

O grande descompasso entre um ideário e as condições objetivas da realidade, apontado em muitos dispositivos constitucionais, inclusive alguns sobre o ensino, vai levar à consciência do caminho. É imprescindível ter uma via de trânsito ou transição entre o real de hoje e o objetivo a ser alcançado. O horizonte já ou nenhum passo adiante, *é um falso dilema dos que não têm vontade verdadeira de caminhar e buscar.*

Pressão, negociação e informação

Perante a Assembléia Nacional Constituinte foram apresentadas 14 emendas que se referiam a temas ligados com a educação. Dez delas conseguiram o número regimental de assinaturas (mínimo de trinta mil) e tramitaram como propostas de cidadãos. É de se lembrar que emendas específicas sobre as entidades Sesi, Sesc, Senai, Senac aportaram, em conjunto, mais de um milhão de apoiamentos. Das que trataram do ensino de forma mais geral destacaram-se a da CNBB/AEC/Abesc com 750 mil assinaturas e a do Fórum de Entidades pelo Ensino Público e Gratuito (CPB, Andes, UNE, Ubes, etc.) com mais de 250 mil signatários.

Depuseram nas subcomissões representantes de diversos movimentos de estudantes, professores e funcionários, donos de escolas, entidades religiosas e técnicas, especialistas, autoridades. As emendas populares foram defendidas na Comissão de Sistematização pela palavra de um de seus subscritores e é interessante ler tais depoimentos para se compreender a diversidade e as divergências que marcam o tema na sociedade.

As votações nas diversas fases do processo constituinte motivaram mobilizações e pressões. Centenas de professores em manifestações. Alguns eventos com grande presença de estudantes. A ação dura dos donos de escolas particulares. A atuação, diferenciada, das confissões religiosas e suas entidades, com o lobby mais discreto de padres, freiras e pastores. Exageros aconteceram e basta lembrar de dois: ainda na comissão temática, os professores da rede pública jogando dinheiro sobre os constituintes que admitiam recursos governamentais para escolas não-estatais, ofendendo gravemente até mesmo o autor da anterior emenda que garantia percentuais orçamentários para o ensino; e a cartilha divulgada pela Fenen incitando ações agressivas dos defensores da escola particular sobre os constituintes.

Como se disse anteriormente, o debate ficou comprometido em sua profundidade pelos conflitos pontuais. Aspectos corporativos pesaram muito; os professores, inclusive universitários, muito lutaram e conquistaram a garantia de uma aposentadoria privilegiada, com cinco anos a menos de exercício do que os demais trabalhadores.

Mediações aconteceram. Pressionar e negociar são dois instrumentos dos grupos sociais para alcançar resultados. Quando se está num processo decisório que obrigatoriamente vai se resolver de alguma forma, há um momento que, por racionalidade ou cansaço, termina-se aceitando a solução possível. E, às vezes, no caso da Constituinte, esta foi a redação pouco explícita ou o adiamento da decisão para a norma regulamentadora.

Na elaboração atual da LDB, as divergências permanecem. As audiências públicas repetem-se. As pressões acontecem. Aparentemente, num grau menos intenso. Isto pode ser apenas pelo fato de que o processo de elaboração é mais lento, não está preso ao calendário rígido da Constituinte. Ou, quem sabe, por um amadurecimento dos vários segmentos do que é possível conquistar.

A imprensa, mais uma vez, está um tanto ausente do debate. São matérias dispersas ou artigos de especialistas abordando a rica discussão.

Na Constituinte também foi assim. Os grandes órgãos de comunicação ficaram à espera do fato surpreendente, do comportamento chocante, que gera a notícia. Discutir caminhos para o país, soluções para os seus problemas, divergências conceituais importantes, é algo enfadonho para um leitor, ouvinte ou telespectador que se pretende continue alienado do principal e do substantivo e apenas ligadão no incidente, no deputado que parte para o desforço pessoal, no lobista que tenta corromper...

Ou seja, já que tratamos de educação, o povo brasileiro tem sido obstruído naquilo que lhe é fundamental, a educação política, pelo acesso às informações, conhecimento das divergências, dados e registros que lhe permitam pensar e decidir.

Estas observações sobre os fomadores da opinião pública, devem considerar explicitamente que as exceções existem, surge cada vez maior número de formas alternativas de acesso à informação, há uma crescente cobrança social a respeito do papel da imprensa e profissionais conscientes tentando romper os bloqueios.

Entre as desmistificações que se impõem, está a da questão da negociação. Ela é vista como algo solerte, repulsivo ou escondido. Já se referiu que pressionar e negociar são duas partes de um mesmo todo: pressão sem negociação, vira tudo ou nada; negociação sem pressão, é fragilização do que se quer defender. Por outro lado há aspectos que necessitam de compatibilização. Para exemplificar: se é decidido que as verbas públicas são exclusivamente para as escolas públicas, há de se discutir melhor o que é este público. *Ou, se isto significa a curto prazo fechar escolas comunitárias de periferias, porque não encontrar soluções? Pode-se especular, por estes caminhos práticos: vale a pena colocar de imediato algumas escolas respeitáveis como certas PUCs, universidades regionais criadas pelas respectivas comunidades e outras igualmente idôneas e cumprindo um relevante papel, no dilema de fecharem ou se tornarem empresariais? Neste caso exemplar, negociar significa encontrar uma transição que não prejudique a prioridade do soerguimento da escola pública, com a preservação do papel social que as entidades citadas cumprem.*

A negociação entre interesses divergentes é melhor compreendida pelos que militam no sindicalismo. Estes se acostumam a utilizar com eficácia os instrumentos da pressão e da negociação. Infelizmente, no campo das decisões políticas, a negociação é vista apenas pelo seu desvirtuamento, através de conchavos e negociatas. Seria como se a gente negasse a pressão sobre governantes e legisladores, com base apenas no seu exercício distorcido que é o uso da violência ou da corrupção.

Neste sentido, o processo constituinte educou o movimento social. Grupos de interesse deram-se conta de que suas reivindicações, quando absolutizadas, terminavam atingindo com prejuízo a outros segmentos que não desejavam comprometer. Ou seja, um grupo de trabalhadores reivindicando uma regra que iria prejudicar outro grupo de trabalhadores. Várias vezes isto aconteceu e foi importante para amadurecer os movimentos reivindicatórios. E uma primeira negociação teve de acontecer: entre aqueles que tinham interesses semelhantes.

Num segundo estágio tornou-se uma necessidade compor com alguns interesses divergentes para evitar o risco de um desastre.

O papel dos legisladores também merece observações. Eles têm o dever de analisar as questões sob todos os ângulos, verificar as consequências que as leis vão ocasionar. Muitas vezes, alguns movimentos setoriais cobram uma aceitação incondicional das reivindicações, como se não houvesse instância de mediação e de compatibilização. Quem decide sobre políticas públicas precisa levar em conta todas as repercussões, os custos, as fontes de financiamento, as consequências a curto, médio e longo prazos.

Uma conclusão opinativa

— O processo constituinte foi rico em participação, tensões e pressão. Não rompeu com o status quo *completamente, mas revelou-se mais ousado, aberto e arriscado do que os anteriores.*

— A Constituição brasileira de 1988 é um documento interessante, com muitos avanços e alguns traços de conservadorismo. É contraditória, como a realidade e a nossa sociedade o são.

— A educação ganhou um tratamento novo, melhor. Possui também ambigüidades e deficiências. Foi o resultado de conflitos entre visões diferentes da questão educacional, e de mediações.

— As pressões, emendas populares, depoimentos, lobbies e manifestações antes, durante e depois da Constituinte são marcadas pelas divergências existentes na sociedade a respeito dos problemas de ensino e agudizadas em alguns pontos específicos, como o problema do financiamento, o papel do estado e da escola privada, os interesses específicos de corporações.

— A imprensa revelou apenas em parte o rico debate a respeito do tema. Limitou-se, na maioria dos casos, a cuidar de noticiar o fato inusitado ou inesperado. É notícia apenas o que é chocante, estapafúrdio. Com isto, a população não participa dos conteúdos em divergência, opiniões contrastantes, soluções possíveis.

— A educação brasileira já tem novos princípios constitucionais. Também as cartas estaduais foram feitas com ênfase no ensino. Leis orgânicas municipais e a importante lei de diretrizes e bases da educação nacional estão ainda em elaboração. É um processo de modificação. Necessita ser efetivado por medidas práticas: novas políticas públicas que realmente priorizem a educação; compreensão da sociedade sobre a crise do ensino, postura atuante, crítica e compromissada com a prioridade educacional dos agentes e corporações ligadas ao ensino.

— Faz-se urgente um debate mais profundo, menos estratificado, sobre a amplitude dos problemas e aspectos da educação no país.

— É ainda necessário estabelecer a transição, o caminho, entre a realidade de hoje e os novos objetivos transformadores. Caso contrário, o perigoso vácuo, surgido da desmontagem de um sistema de ensino sem o surgimento de soluções e de um novo modelo, comprometerá na opinião pública e na base social qualquer projeto mudancista.

Aconteceu na imprensa

GOVERNO

001
Fim de bolsas seca fonte de votos a congressistas

O enxugamento da volumosa máquina administrativa do governo federal, adotado em função da Reforma Tributária aprovada pela Constituinte e batizada de Operação Desmonte, começa a fazer vítimas entre os próprios constituintes. Atingido em cheio por um corte orçamentário dos mais severos — do inicial previsto, para 89, de Cz$ 650 milhões, para parcos Cz$ 269 milhões —, o Ministério da Educação resolveu acabar, a partir do ano que vem, com a distribuição da cota de 200 bolsas de estudo de 1º e 2º graus para cada deputado e senador. Seca, assim, um respeitável manancial de votos e fraudes em geral que, eventualmente, servia também para criar condições de estudo para alunos carentes.

"Pode até haver distorção no processo de distribuição das bolsas, mas não há como negar o importante papel social que elas representam" lamenta o chefe de gabinete da presidência da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) — organismo do Ministério da Educação que desenvolve o programa de bolsas de estudos —, Severino Elias.

Mais contundente, outro técnico da FAE prefere não se identificar e expressa opinião inteiramente diferente: "Que bom que acabou. Chega de fazer política com recursos públicos".

Distorções no processo de distribuição, de fato, existem. E que se faz política com recursos públicos a FAE sabe, oficialmente, pelo menos há dois anos, quando uma auditoria encomendada pelo órgão à firma especializada Arthur Andersen, no segundo semestre de 86, sentenciou: "Não prioritário (o programa de bolsas de estudo) relativamente aos objetivos da FAE. O critério das distribuições das bolsas é político e não obedece a critérios lógicos direcionados a um público-alvo claramente definido."

O próprio deputado Bezerra de Melo (PMDB-CE), proprietário de três escolas de 1º e 2º graus em Fortaleza e, portanto, duplamente beneficiário da distribuição de bolsas, não nega: "O político não pode nunca dizer que tudo o que faz não é para ajudar na próxima eleição. Naturalmente a família que tem um filho beneficiado fica grata e acaba votando no candidato". *(José Rezende Júnior, Jornal do Brasil/RJ, 06/09/88)*

002
MEC avalia as decisões na educação

As decisões da nova Constituição sobre educação estão sendo analisadas no Ministério da Educação, no 1º Ciclo de Estudos sobre a "Educação na Nova Constituição". Segundo o secretário-geral do Ministério, Luiz Bandeira Filho, o evento servirá para definir, sob o ponto de vista jurídico, a aplicação das normas em vigor.

O secretário-geral, durante a abertura do encontro, lembrou que, pela primeira vez, uma Constituição traz uma vinculação de recursos para a educação e expressa em seu texto a existência da criança de 0 a 6 anos de idade, o que acarreta o reconhecimento de que o ensino da pré-escola passa a ser responsabilidade do governo federal.

Bandeira destacou ainda a nova divisão de recursos do MEC, já que a Constituição determina que nos próximos 10 anos, 50% das verbas serão destinadas ao ensino fundamental, pré-escola, 1º e 2º graus. As universidades, portanto, que consomem cerca de 70% dos recursos atualmente, terão de ser viabilizadas através de outros canais de recursos, ainda não definidos. *(Correio do Brasil/DF, 27/09/88)*

003
Hugo Napoleão contesta distribuição de verbas

O ministro da educação, Hugo Napoleão, disse ontem, em Brasília, "estar perplexo" em razão da entrada em vigor da nova Constituição, cujo artigo 60 das Disposições Transitórias estipula que pelo menos 50% do total de recursos do Ministério da Educação (MEC) devem ser aplicados na eliminação do analfabetismo e ensino básico (1º grau). A declaração foi motivada pelo fato de as instituições de ensino superior consumirem, atualmente, 80,3% dos recursos do MEC. "Não sei de que lugar vou tirar esse dinheiro para atender a Constituição", disse Napoleão.

Ao ser lembrado de que o conteúdo do artigo 60 das Disposições Transitórias já era de conhecimento público há vários meses, o que o deixava sem motivos para o seu estado de perplexidade, o ministro justificou-se dizendo que esperava a revogação desse dispositivo constitucional no 2º turno de votação do Congresso Constituinte. "Como esse artigo não é auto-aplicável, vou consultar o Supremo Tribunal Federal para saber quais decisões tomar", disse Napoleão. *(Folha de S. Paulo/SP, 08/10/88)*

PARLAMENTARES

004
Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia

Haverá lobby para todos os gostos. Essa comissão, pela diversidade de temas de que tratará, será das mais agitadas. Na Subcomissão de Educação, o lobby das escolas privadas contra as escolas públicas já começou — e a discussão é sobre a destinação dos recursos públicos, que as escolas particulares querem embolsar. A Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação tem dois grupos de interesses dos mais poderosos da Constituinte: as multinacionais, que não querem a reserva de mercado para o setor de informática e as grandes redes de televisão, que não querem alteração na política de concessões de rádio e TV. A SBPC luta contra a IBM, e os progressistas contra a TV Globo. Nessa subcomissão será dis-

cutida também, provavelmente, a bomba atômica brasileira: já está sendo feita a mobilização de 30 mil assinaturas para apresentar um projeto proibindo a construção da bomba. Na Subcomissão da Família, será tratado o direito das crianças e dos idosos, que também se preparam para movimentar os salões do Congresso Nacional. *(Jornal do Brasil/RJ, 12/04/87)*

006
Subcomissão debate como aplicar as verbas públicas

A exclusividade ou não das verbas públicas para o ensino público foi um dos mais polêmicos na reunião de ontem da subcomissão de Educação, Cultura e Esporte do Congresso Constituinte.

Rodolfo Pinto da Luz, 38, presidente do Crub, defendeu que em "caráter excepcional", o poder público poderia destinar recursos a instituições privadas. Mas, segundo ele, seriam beneficiadas somente aquelas "que contribuam relevantemente para a cultura, o ensino ou a pesquisa no país, na forma regulamentada por lei".

Escolas Públicas — Outro grupo, representado na reunião pelo presidente da CPB, Tomaz Wonghon, 39, e pelo diretor da Fasubra, José Ferreira de Alencar, 54, foi radicalmente contrário à exceção, reivindicando que os constituintes aprovem sua proposta de garantir verbas públicas "exclusivamente" às escolas públicas. Eles definiram as escolas públicas como as "criadas e mantidas pelo governo federal, Estados, Distrito Federal e municípios".

Esta posição, que é apoiada por vários membros da comissão, é também defendida por doze outras entidades representativas de setores ligados à área educacional.

A educação do pré-escolar foi apresentada como uma necessidade por todos os debatedores. Segundo Pinto da Luz, os reitores entendem que a Constituição deve fixar apenas os princípios gerais em torno da questão do ensino. Assim, apresentou proposta somente no sentido de que "o poder público amplie o acesso à pré-escola".

A CPB e a Fasubra querem a instalação de um sistema público pré-escolar, para crianças dos quatro aos seis anos de idade, e que o governo seja obrigado a oferecer creches às crianças. *(Folha de S. Paulo/SP, 29/04/87)*

005
Os membros das subcomissões da Constituinte

Comissão da Família, Educação e Cultura

Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes

PMDB: Antônio de Jesus (GO), Bezerra de Melo (CE), Louremberg Nunes Rocha (SE), Márcia Kubitschek (DF), Octávio Elísio (MG), Osvaldo Sobrinho, Paulo Silva (PI), Tadeu França (PR), Ubiratan Aguiar (CE). PFL: Átila Lira (PI), Cláudio Ávila, José Moura (PE), José Queiroz (SE), Pedro Canedo (MG). PDS: Aécio de Borba (CE). PDT: Chico Humberto (MG). PTB: Sólon Borges dos Reis (SP). PT: Florestan Fernandes (SP). PL: Álvaro Valle (RJ). Relator: João Calmon (PMDB-ES). Presidente: Hermes Zanetti (RS).

Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicação

PMDB: Aloísio Vasconcelos (MG), Antonio Gaspar (MA), Fernando Cunha (GO), Joaci Góes (BA), José Carlos Martinez (PR), Koyu Iha (SP), Mendes Ribeiro (RS), Onofre Correa (MA), Pompeu de Souza (DF), Roberto Vital (MG). PFL: Angelo Magalhães (BA), Fausto Rocha (SP), Paulo Marques (PR), Rita Furtado (RO). PDS: Arnold Fioravante (SP), Francisco Diógenes (AC). PDT: Carlos Alberto Caó (RJ). PTB: José Elias (MG). PT: Olívio Dutra (RS). Relator: Cristina Tavares (PMDB-PE). Presidente: Arolde de Oliveira (PFL-RJ).

Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso

PMDB: Caio Pompeu (SP), Cássio Cunha Lima (PB), Eliel Rodrigues (PA), Ervin Bonkoski (PR), Flávio Palmier da Veiga (RJ), França Teixeira (BA), Maria Lúcia (AC), Matheus Iensen (PR), Rita Camata (ES), Vingt Rosado (RN). PFL: Alércio Dias (AC), Eunice Michiles (AM), Iberê Ferreira (RN). PDS: Antonio Salim Curiati (SP). PDT: João de Deus Antunes (RS). PTB: Roberto Augusto (RJ). PDC: Sotero Cunha (RJ). Relator: Eraldo Tinoco (PFL-BA). Presidente: Nélson Aguiar (PMDB-ES). *(Folha de S. Paulo/SP, 12/04/87)*

007
Relator revê exclusividade das verbas públicas

As escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais poderão receber verbas públicas desde que não tenham finalidade lucrativa e quando houver insuficiência de vagas na rede pública de ensino, segundo o parecer do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ). Távola, defensor da exclusividade de verbas públicas às escolas públicas, é o relator da Comissão da Família, da Educação, Cultura, Esporte, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, do Congresso Constituinte. A votação do relatório começou ontem, em Brasília, e continua no fim-de-semana.

Pelo texto do substitutivo, para receberem verbas públicas, as escolas particulares deverão também reaplicar eventuais excedentes financeiros na educação, ser administradas por "integrantes do processo educacional e pela comunidade" e, no caso de fechamento, destinar seu patrimônio a outra escola comunitária. *(Folha de S. Paulo/SP, 13/06/87)*

008
Educação e Constituição

O crescimento da experiência pedagógica, de 1930 em diante, tem sido muito rico, mas pouco proveitoso praticamente. Os "pioneiros da educação nova" realizaram algumas inovações. Mas, elas foram sabotadas pela resistência a políticas educacionais "estatizantes", principalmente pela Igreja Católica e pela poderosa rede de estabelecimentos de ensino particular que são,

hoje, uma próspera indústria. Sob a ditadura, ocorreu a rica fermentação, que foi de 1964 a 1968, nas lutas pelas reformas de ensino, especialmente da reforma universitária, e o desenvolvimento de entidades de professores, como a Andes e a CPB, e de funcionários, como a Fasubra, para mencionar apenas algumas (a nível estadual o rol seria muito grande; teria de abranger a Apeoesp e várias entidades vinculadas às universidades). A UNE e a Ubes (com suas congêneres estaduais) pelo simples fato de sobreviverem já lograram uma vitória. Essas e outras entidades levaram à Assembléia Nacional Constituinte a sólida contribuição pedagógica que nasceu e amadureceu contra e sob o regime ditatorial — e que representa um patrimônio, no momento em que se coloca a questão das relações de um Estado democrático com o ensino público na perspectiva da elaboração de uma Constituição que rompa com o passado. Parecia a todos nós, que iríamos da resistência à reconstrução democrática. Puro engano! Os muitos avanços conquistados acham-se sufocados por concessões espúrias e, além do mais, sob ameaça crescente.

As entidades representativas do ensino privado movimentaram-se no sentido de resguardar suas posições e interesses e contam com aliados decisivos (no caso da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, Família, etc. uma maioria que se manteve na relação de 27 para 36 em todas as votações). Não perdemos a batalha porque o projeto e o substitutivo de Artur da Távola não chegaram à votação final. Agora, nos novos trâmites, essas forças "conservadoras" voltam à carga, atuando como grupos de interesses e como grupos de pressão. A Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) difundiu um manifesto pelo qual se infere que ela aderiu ao "udenismo". Nesse documento, cuja autenticidade está comprovada, fala-se claramente: "precisamos de muita gente para encher as galerias: além de diretores, esperamos que cada sindicato traga uns seis funcionários para tropa de ocupação". E enumera "o que precisa ser feito" nos melhores moldes de um fascismo potencial. A audácia é fruto do apoio direto do governo e da timidez dos próprios constituintes, que aceitam de modo tolerante a atuação agressiva de grupos de interesses e de grupos de pressão (que não se confundem com "lobbies" profissionais).

O capítulo mais dramático diz respeito à Igreja Católica. Aliada dos que combateram a ditadura, a pobreza, a opressão dos perseguidos e oprimidos, agente de belas páginas nos embates pelos indígenas e pela reforma agrária, com mártires incontáveis e dos que criaram o desenvolvimento dialético da pedagogia dos oprimidos e da Teologia da Libertação, a Igreja Católica não perdeu a outra face, reacionária e obscurantista, a vocação de ser um império dentro do Estado.

Partia com a vantagem de contar com um relator serviçal, o probo senador João Calmon, que sempre foi um denodado defensor de verbas públicas para o ensino (esclareça-se: não para o ensino público, o que o exime de qualquer crítica...). A escolha do relator já indicava que o PMDB e o governo haviam "negociado" o ensino com a Igreja Católica. Todavia, na subcomissão o páreo foi duro, porque os constituintes educadores perfilhavam, sem subterfúgios, a causa do ensino público. Daí os avanços que ocorreram nessa esfera da Constituição, embora nem tudo que defenderam lograsse aprovação interpares. O que convém ressaltar, aqui, é como a Igreja Católica se empenhou a fundo na preservação do terreno que já possui e na multiplicação de suas vantagens relativas contra o ensino público, laico e gratuito.

A Igreja Católica contou com os constituintes engajados explícita ou dissimuladamente no reforço e ampliação de suas posições. Na subcomissão e na comissão eles formaram uma tropa ativa, como se fossem delegados da CNBB na Assembléia Nacional Constituinte. Alguns desempenharam esse papel lealmente, como fica notório no caso de Sandra Cavalvanti. Outros, porém, sucumbiram à tentação como caçadores de votos ou por espírito reacionário (o que se patenteou nas votações dos líderes evangélicos "conservadores"). A outra ponta de lança da Igreja Católica foram seus próprios exércitos: freiras, principalmente, sacerdotes, autoridades eclesiásticas e estudantes de suas escolas. Essa presença viva é legítima e respeitável, com tons emocionantes no que se refere às freiras e ao ardor com que desempenharam as suas tarefas, com serenidade e respeito aos constituintes ou aos defensores de bandeiras opostas. A CNBB também organizou um debate permanente sobre educação com os constituintes, aberto a todos e desdobrado em várias reuniões sucessivas. O "esclarecimento" dos constituintes era o objetivo central mas, dadas as circunstâncias, tal esclarecimento só podia ser "neutro" nas aparências.

Como outros grupos de interesse e de pressão, a Igreja Católica recorreu a uma tática direta de recrutamento de lealdade. O deputado Nélson Aguiar recebeu uma carta, escrita a mão e assinada por d. Luciano Mendes de Almeida, na qualidade de presidente da CNBB. O ilustre colega autorizou-me a difundir o teor da carta e um documento que a acompanhava. Quanto à primeira: "Ao prezado Dep. Nélson Aguiar. A paz. Permita-me pedir sua atenção para os pontos anexos. Lembro-me com estima dos bons trabalhos da Sub-comissão da Família, Menor e Idoso". Quanto ao segundo: "Do Substitutivo da comissão temática: No art. 5, defender que o ensino religioso constituirá disciplina de matrícula facultativa nas escolas da rede oficial. Nos art. 8 e 11, evitar a exclusividade da destinação de recursos para as escolas públicas, porque esta tornaria inviável a existência de escolas comunitárias, filantrópicas e confessionais. Evitar, também, a transferência desta matéria para as disposições transitórias da Constituição. Além disso, se possível, trazer novamente ao texto a declaração do direito à vida desde a concepção, evitando que este direito seja reconhecido somente a partir do nascimento vivo". Outra modalidade de pressão recebi-a eu mesmo. O digníssimo reitor do Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora, padre Raul Paiva, enviou-me o seguinte telegrama: "Os colégios católicos Juiz de Fora estranham Vossa Excelência favorável texto Constitucional disposição discriminatória antidemocrática verbas públicas somente para ensino estatal, impossibilitando pessoa humana, sujeito principal educação, mesmo carente, escolher escola sua preferência, livre iniciativa ou estatal manifestada por si ou responsável".

Eis aí, o que não se esperava. No fim

do século, a Igreja Católica continua na mesma disposição que a animava nas rupturas com a República e disputa com o Estado uma fatia de recursos públicos que lhe faculte o controle de mentes e corações. Teria razão Althusser: a Igreja Católica é e quer ser parte estrutural e dinâmica do aparelho ideológico do Estado? Para mim, é correto o ponto de vista do deputado Nélson Aguiar. Ele me relatou que a Convenção Batista Brasileira dirige várias instituições educacionais. Nenhuma recebe dinheiro público, como princípio fundamental (separação da Igreja do Estado). Ele próprio, à testa do Colégio Americano Batista de Vitória, enfrentou gravíssima crise em 1986, que foi resolvida com recursos recolhidos na comunidade. Esse é o princípio correto. É preciso deixar o ensino público desenvolver-se, tornar-se acessível a todos e melhorar de qualidade. Essa é a alternativa democrática. A outra equaciona um Estado prebendário, que reparte sinecuras com os poderosos e com as instituições fortes. É isso que a Igreja Católica desenha como futuro do Brasil: um Estado com punho militar, tendo na cabeça a ilustração sacerdotal e, no coração, a acumulação capitalista acelerada, que faz do lucro o alfa e o ômega da vida humana? *(Florestan Fernandes, Folha de S. Paulo, 04/08/87)*

009
Grupo quer ampliar alcance das verbas para a educação

O *Grupo dos 32*, com apoio de parte do grupo *Interpartidário*, quer derrubar o artigo do substitutivo do relator Bernardo Cabral que prevê a destinação de verbas públicas apenas às escolas públicas e às escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, desde que sem fins lucrativos. O grupo pretende recuperar o projeto *Hércules*, na parte em que prevê que o poder público só não subvencionará instituições de educação com fins lucrativos.

Como argumenta a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), do *Grupo dos 32*, se for mantido o texto do substitutivo, ficarão sem subvenção oficial "entidades de grande importância para a comunidade, como as Fundações Getúlio Vargas, João Pinheiro e Joaquim Nabuco, que não são confessionais, nem filantrópicas e nem comunitárias, mas que também não têm finalidade lucrativa".

A deputada afirma que o texto proposto pelo *Hércules*, elaborado pelo presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), "é bastante seguro, porque estabelece condições rígidas mesmo para a subvenção às instituições sem fins lucrativos". Estas instituições precisam reaplicar seus excedentes financeiros em educação e prever destinação de seu patrimônio a outras instituições da mesma natureza ou ao poder público, no caso de sua extinção.

Sandra Cavalcanti garante que já tem o apoio do deputado Octávio Elísio (PMDB-MG), do grupo *Interpartidário*, mas reconhece que haverá resistência por parte de outros integrantes deste grupo, principalmente dos integrantes dos partidos de esquerda, que continuam firmes na disposição de permitir a liberação de verbas públicas apenas para as escolas públicas. *(O Globo/RJ, 31/08/87)*

010
Carta garante creche e ensino de 1º grau

Toda criança terá direito a creche e ensino de 1º grau — mesmo as que ultrapassaram a idade própria para alfabetização — e seus responsáveis poderão acionar judicialmente o estado pelo não oferecimento de vagas na rede pública. Em contrapartida, o governo fará anualmente a chamada dos educandos em idade escolar obrigatória e solicitará informações aos pais pelo descumprimento da freqüência à sala de aula.

A futura Constituição — se mantidos os pontos básicos sobre educação do substitutivo de Bernardo Cabral — não provocará mudanças estruturais no sistema de ensino brasileiro. Mas amarrará o estado a compromissos constitucionais irrecorríveis: a priorização do ensino fundamental, a valorização dos profissionais da educação, e a destinação de verbas, com a vinculação de 18% da receita da União para o setor.

Princípio — "A mudança que virá, com a futura Constituição, é a priorização da escola pública. Esse princípio mostrará a política educacional dos futuros governos, que não poderão fugir dessa linha", explicou o deputado Octávio Elíseo (PMDB-MG), ex-secretário de educação do governo Tancredo Neves. Ficou inalterada, no entanto, a questão básica sobre a qual se debruçaram parlamentares e educadores, dentro e fora do Congresso Nacional — o repasse de verbas públicas para a rede de ensino particular. No texto atual, essa transferência ficou restrita às instituições de ensino comunitárias, filantrópicas ou sem fins lucrativos, que reapliquem seus excedentes financeiros em educação. Mesmo assim, nos casos de fechamento ou encerramento das atividades, seus patrimônios devem ser automaticamente transferidos para uma instituição similar ou do poder público.

Considerado pelos parlamentares progressistas como "uma janela aberta para a escola particular", o artigo foi classificado pelo superintendente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Particular (Fenen), Basili Anastassakis, como "discriminatório, antidemocrático e pró-marxista". A Fenen defende o princípio do "aluno gratuito" em substituição à escola pública. Esse aluno teria o "direito" de escolher, às expensas do governo, a escola particular em que desejasse estudar, independente das mensalidades cobradas.

Compromissos — No texto de Bernardo Cabral, alguns artigos e parágrafos podem ser considerados como avanços na educação, mesmo que apenas sob a forma de compromissos constitucionais. A antiga reivindicação dos professores por melhores salários e plano de carreira passou a ser um direito do profissional e obrigação do estado, vinculando o ingresso na carreira do magistério à aprovação em concursos públicos de títulos e provas. Após erradicar os atuais 30 milhões de analfabetos, o estado deverá estender o ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio — de 2º grau e/ou profissionalizante.

Ainda entre os compromissos constitucionais está a criação do plano nacional de educação — a ser definido pelo Conselho Federal de Educação, que retomaria uma de suas funcões primordiais — para articulação, desenvolvimento e integração dos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior) e das ações do poder público, com o

objetivo de universalizar e melhorar a qualidade do ensino. As universidades ganham a tão almejada autonomia didático-científica e de gestão administrativa, financeira e patrimonial, mas terão como obrigação — assim como todos os outros níveis — a abertura de vagas noturnas, perdendo para o ensino de 1º grau a prioridade na repartição do bolo de recursos públicos para a educação.

Valor de verbas é mistério — "Onde está o dinheiro?" A pergunta do deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), então presidente da Subcomissão de Educação, ao ministro Jorge Bornhausen, resumiu o ponto mais sensível das discussões sobre educação na Constituinte: a legitimidade da destinação de verbas públicas para financiamento da rede particular de ensino. O valor real desses repasses é quase um mistério e varia de acordo com a fonte do Ministério da Educação encarregada de prestar informações.

Em maio, quando foi sabatinado pelos parlamentares da subcomissão, Bornhausen admitiu a transferência de CZ$ 600 milhões. Cinco meses depois, seu secretário-geral adjunto, Luís Bandeira, estima que a cifra alcance a casa de Cz$ 1 bilhão até o fim do ano, contribuindo para o aumento o empréstimo de Cz$ 592 milhões às PUCS. Esse auxílio, no entanto, adquire outro valor nos cálculos do diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino (FNDE), Hélio Guerreiro — Cz$ 800 milhões "aproximadamente".

Exemplo — "Ninguém briga por tão pouco", ironiza o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), defensor da exclusividade de verbas públicas para o ensino público. Os técnicos do Ministério da Educação, no momento de contabilizar a verba repassada para o setor privado, reconhecem apenas as transferências para o ensino superior, excluindo os valores de convênios, bolsas de estudo, financiamentos de pequenos projetos, pulverizados entre os programas especiais do Ministério. Um exemplo dessa *distorção contábil* do Ministério em relação a suas verbas, é o valor de Cz$ 650.550.484,00 repassados por convênios a 82 "instituições particulares".

"Essa iniciativa deflagará no âmbito das administrações estaduais e municipais, e até mesmo no setor privado, novos investimentos na educação secundária", justifica o cabeçalho do programa. Enquanto o Ministério da Educação garante repassar apenas 1% de seu orçamento para o setor privado — valor que o secretário-geral. Aloísio Sotero, classifica de "irrelavante".

Gastos — Esse repasse estaria, por baixo, em CZ$ 2,522 bilhões, através das bolsas de estudo da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Educação Superior (Capes), Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, Programa Nova Universidade, bolsas de estudo da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Empréstimo do FNDE às universidades católicas, e as bolsas de estudo do salário-educação. Aloísio Sotero, no entanto, admite apenas transferências de Cz$ 1 bilhão — cerca de 1% do orçamento que fechará o ano do Ministério, Cz$ 110 bilhões.

Atualmente, o orçamento está em torno de Cz$ 72 bilhões, dos quais Cz$ 35,8 bilhões são gastos com o pagamento do pessoal, e Cz$ 5 bilhões relativos à administração e conservação dos prédios do Ministério. Como investimento em educação, sobram Cz$ 17,8 bilhões para o 1º grau, Cz$ 3,3 bilhões para o 2º grau, e Cz$ 9 bilhões para o ensino universitário. *(Simone Salles, Jornal do Brasil/RJ, 24/09/87)*

011
Aprovadas normas para aposentadoria

A Comissão de Sistematização aprovou no dia 27 a emenda assegurando a aposentadoria para o professor após 30 anos e para a professora após 25 anos de efetivo exercício magistério, com salário integral. A oportunidade surgiu durante a discussão do capítulo referente ao funcionalismo público e foi defendida na ocasião pelo presidente do Centro do Professorado Paulista, Solon Borges dos Reis.

Sólon, que agora faz parte da Comissão de Sistematização, é autor de uma emenda apresentada no capítulo da Educação e Cultura, e que previa 25 anos para todos os professores, independentemente do sexo.

A aprovação da aposentadoria — por 88 votos a 3 — foi comentada pelo representante da Apeoesp, Gumercindo Milhomem Neto, também constituinte. Em nota dirigida ao magistério, Gumercindo comentou que "tantas foram as cartas e aerogramas, os abaixo-assinados e telefonemas, as moções de apoio de câmaras municipais, as caravanas a Brasília etc., que houve disputa entre constituintes e antecipação da votação. Ao professorado cabem os louros da vitória. Para conseguir a aprovação houve a necessidade de um acordo pelo qual foi retirada a emenda de 25 anos para todos", concluiu Gumercindo. *(O Estado de S. Paulo/SP, 04/11/87)*

012
Se ontem a Constituinte representava uma esperança, hoje ela se traduz em ameaça

O deputado Hermes Zanetti, do PMDB fez um panorama da evolução da Assembléia Nacional Constituinte para os professores participantes do XXI Congresso da CPB, realizado em janeiro em Brasília. "Na sub-comissão de educação, nós progressistas éramos maioria, e por isso conseguimos garantir exclusividade de verbas públicas para escolas públicas, vinculação de verbas para educação em nível de União, estados e municípios, aposentadoria especial, salário educação, gratuidade do ensino público e autonomia da universidade brasileira".

No entanto, prossegue Zanetti, a etapa seguinte foi a das comissões temáticas e a educação foi tratada na comissão nº 8, onde havia 37 reacionários contra 27 progressistas. Como a situação estava assim delineada, ele disse que a estratégia dos progressistas foi a de obstruir as votações. Não foi possível um consenso, revela Zanetti, explicando que foram encaminhados três relatórios distintos, um do grupo dos 27, outro dos 37 e o relator geral. Com base nestes documentos foi elaborado o relatório da comissão de sistematização — *O Cabral 1.* Contudo, salienta ele, "nesta etapa perdemos os pontos principais que havíamos garantido nos relatórios anteriores". Neste momento houve a participação do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública. Ele

destaca como importante a atuação da CPB que deslocou professores de todas as partes do país para Brasília que pressionaram e conseguiram reverter o voto de muitos constituintes da Comissão de Sistematização.

A seguir o deputado constituinte que também é ex-presidente do Cpers e ex-dirigente da CPB fez um quadro comparativo mostrando a diferença entre as propostas do centrão e as dos progressistas. Zanetti conclama mais uma vez os professores para pressionarem organizadamente a fim de dar suporte aos parlamentares que estão defendendo com unhas e dentes as emendas de interesse do magistério.

Devido a este emaranhado de situações, Zanetti conclui que se ontem a constituinte se traduzia numa expectativa, numa esperança, hoje se apresenta como uma ameaça, e completa: "o Centrão é uma ameaça à sociedade brasileira". Segundo ele, ou os constituintes saem do Centrão e se juntam ao povo brasileiro, ou então é obrigação da população, através do Congresso da CPB, se mobilizar e desmascarar os testas de ferro do Centrão colocando seus nomes espalhados por todo o país.

Conquistas e privilégios — "Ao longo deste tempo, assistimos a uma verdadeira deterioração do poder político que está instalado no país". A declaração foi prestada pelo deputado Gumercindo Milhomem, no 21º Congresso da CPB. Segundo ele apenas 20% dos 559 constituintes são progressistas, o que torna a situação na Assembléia Nacional Constituinte difícil, "mas nem um pouco mais difícil do que já esperávamos quando resolvemos assumir esta tarefa", reforçou ele.

Não é somente pela via parlamentar que vamos promover as transformações que são necessárias à sociedade brasileira, afirmou Gumercindo explicando que o canal é exatamente a mobilização popular. Para ele houve avanços significativos na Constituinte, que superaram sua expectativa. Ele relatou que os constituintes mais comprometidos com os interesses populares procuraram sub-comissões, como por exemplo a da educação, que foi presidida pelo deputado Hermes Zanetti e onde conseguiram maioria.

"Foi nesta comissão que conseguimos aprovar praticamente tudo o que a CPB havia aprovado em seu 20º Congresso", diz Gumercindo lembrando que, ao lado de Zanetti, procurou todas as entidades da área de educação a fim de constituir um Fórum Nacional da Educação.

Ele reconheceu, contudo, que a atuação da sub-comissão de educação ficou muito aquém das possibilidades, destacando, ainda, que os professores, juntamente com os trabalhadores rurais sem terra, marcaram presença no Congresso. Para ele, o magistério foi a categoria que conseguiu impor conquistas importantes como a vinculação de verbas, aposentadoria aos 25 anos para professoras e aos 30 anos para professores.

Gumercindo observou que conseguiram virar o voto de muitos constituintes, pois a maioria dos políticos do Centrão não estava nas plenárias e sim cuidando de seus interesses pessoais. Com a pressão popular foi possível reverter o voto de parlamentares que não fechavam com as propostas dos professores.

Ele destacou a importância da participação popular no processo constituinte, especialmente o lobby dos professores. "Toda conquista da classe trabalhadora significa diminuição de privilégios dos exploradores do povo", sentenciou Gumercindo afirmando que a Comissão de Sistematização conquistou avanços substanciais. *(Magister/RS, mar/abr 88)*

013
Grupos divergem sobre o ensino gratuito

O Centrão quer restringir a gratuidade do ensino público universitário aos estudantes que provem carência de recursos e demonstrem efetivo aproveitamento das aulas. A liderança do PMDB juntamente com os partidos de esquerda defende a gratuidade do ensino público em todos os níveis (1º e 2º graus e universitário).

Esta é a principal divergência para a aprovação de um acordo global sobre os artigos "Da Educação" do Título "Da Ordem Social", que começa a ser votado pelo Congresso Constituinte.

"Não abrimos mão deste princípio", disse o deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), representante do professorado no Congresso. Mas a declaração do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), um dos negociadores do Centrão, dá a dimensão da briga: "o aluno oriundo de uma família rica não deve ter escola gratuita". A esquerda engrossa as fileiras da liderança do PMDB, enquanto os moderados, como a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), apóiam o Centrão.

O Centrão vai se valer de uma emenda do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), ex-ministro da educação do governo Sarney, para medir sua força com a liderança do PMDB, caso não vingue um acordo até o dia da votação.

A proposta do senador catarinense estabelece "gratuidade do ensino público fundamental e médio em estabelecimentos oficiais e no ensino superior para os que demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos, conforme critério estabelecido em lei".

O segundo ponto que emperra um acordo global é o critério para a concessão de bolsas de estudo oficiais. O deputado Octávio Elíseo (PMDB-MG) disse ontem que o assunto poderá ser remetido para a legislação ordinária. *(Folha de S. Paulo/SP, 14/05/88)*

014
Merenda escolar impede plenário de votar Educação

A polêmica em torno do financiamento da merenda escolar impediu que a Constituinte apreciasse ontem o Capítulo da Educação. O acordo firmado de manhã entre o Centrão, o PMDB e os partidos de esquerda foi rompido pelos parlamentares que haviam negociado, na véspera, a Seguridade Social, Euclides Scalco (PMDB-PR) e Abigail Feitosa (PSB-BA).

Como a educação terá seus recursos orçamentários ampliados de 13% para 18%, eles não concordaram que a arrecadação da seguridade seja desviada para os programas de apoio ao estudante, que incluem, além da merenda, transporte, saúde e material escolar.

Nas negociações sobre educação, Centrão e PMDB conseguiram vencer os maiores obstáculos. O texto assegurou a aplicação de verbas públicas só para o ensino público, agradando a esquerda, e livrou a rede particular de qualquer interferência do estado, até quanto à fixação das mensalidades.

O acordo só deixava em aberto a questão das bolsas de estudo. O Centrão ameaçou retirar-se das negociações se as instituições privadas não tivessem acesso às bolsas. Finalmente, chegou-se a uma solução que agradou os dois lados: elas poderão ser distribuídas à rede particular, se comprovada a falta de vagas nas escolas públicas.

Frente ao veto de Scalco e Abigail, houve a tentativa de repassar apenas a merenda e a saúde dos estudantes para a seguridade. Mas a proposta foi rejeitada.

Sem acordo, a votação ficou adiada para a sessão de hoje. De manhã os líderes vão tentar algumas fórmulas alternativas ou decidir pela votação em separado. *(O Globo/RJ, 19/05/88)*

015
Na hora do acordo, a esquerda divide-se

Antes de ser aprovado ontem o texto do deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centrão, sobre o capítulo que trata da educação, a esquerda estava dividida na reunião entre os grupos, onde se tentava um acordo. De um lado, os deputados Euclides Scalco (PMDB-PR), Eduardo Jorge (PT-SP), Abigail Feitosa (PSB-BA) e o senador Almir Gabriel (PMDB-PA) não concordavam que a merenda escolar e a saúde do educando fossem financiados pela seguridade social. De outro lado os deputados Hermes Zanetti (PMDB-RS), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Octávio Elíseo (sem partido-MG) e Florestan Fernandes (PT-SP) não queriam que estes programas fossem desenvolvidos com recursos destinados ao ensino.

Todo o impasse sobre a questão da origem dos recursos para o financiamento dos programas de apoio suplementar ao educando teve início com a posição adotada pelo deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), para quem educação englobava não só ensino, mas também alimentação e assistência médica ao aluno, entre outros ítens. A idéia foi combatida pelos seus companheiros de negociação, liderados pelo senador João Calmon (PMDB-ES) que, em discurso emocionado, ressaltou que toda a luta pelos 18% da arrecadação da União à educação ia resultar em nada porque alimentação não é ensino. "Isso seria fraudar o ensino", completou o senador.

Superado o impasse interno, foi acertado que os programas de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência à saúde ao educando seriam financiados com recursos próprios e, no que couber, com recursos da seguridade social. Mas, ao tomar conhecimento deste texto, a esquerda que negociou a seguridade não concordou e o acordo foi desfeito.

Um acordo começou a se esboçar a partir das propostas de Octávio Elíseo e Jorge Hage (PMDB-BA). Segundo eles, os programas de merenda escolar e saúde do estudante seriam financiados com recursos orçamentários. Em seguida, veio a sugestão de Bornhausen de que eles fossem pagos pelo salário-educação. Lendo as duas propostas, o deputado Eraldo Tinoco chegou ao texto final, que agradou os constituintes da seguridade e os da educação. Agora, nem a saúde nem a previdência serão oneradas com os programas de alimentação e saúde ao educando, e nem as verbas destinadas ao ensino — 18% dos impostos arrecadados pela União e os 25% arrecadados pelos estados e municípios — serão retiradas do bolo da educação. *(O Estado de S. Paulo/SP, 20/05/88)*

016
Educação passará a ter mais verbas

A Constituinte determinou que a União aplicará, anualmente, no mínimo, 18% de sua arrecadação para a educação. Para os estados e municípios, o percentual é de 25% da respectiva receita de impostos. Atualmente, o índice da União é de 13%. Os constituintes também decidiram que as crianças de zero a seis anos de idade deverão ter creche e pré-escola. Legislação complementar definirá onde, como e quando serão construídas essas creches e ambientes de pré-escola. A responsabilidade, entretanto, ficará com os governos estaduais e municipais. Outros pontos aprovados:

— A democratização da administração do ensino público, que terá sua forma definida posteriormente por legislação complementar. Isso permitirá a participação efetiva dos alunos, pais, professores e comunidade na direção da escola, provavelmente através de eleições diretas para a diretoria.

— A gratuitade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ressalvando apenas as instituições educacionais criadas por lei municipal ou estadual que não sejam total ou preponderantemente mantidas por recursos públicos. Estão nesse caso as escolas públicas entregues à administração de entidades privadas não-lucrativas.

— A obrigatoriedade da criação de planos de carreira para o magistério público, do 1º grau à universidade, estipulando um piso salarial mínimo. O ingresso no magistério público só poderá se dar através de concurso público de provas e títulos, assegurado um único regime jurídico para todas as instituições mantidas pela União. Na prática, este princípio garante isonomia salarial para professores e funcionários federais.

— Os portadores de deficiência física ou mental terão preferência no atendimento especializado da rede regular de ensino. Atualmente são atendidos principalmente em entidades privadas, mas, segundo o princípio aprovado, deverão ter direito ao ensino em escolas comuns.

— As escolas da rede pública deverão oferecer vagas noturnas, adequadas às condições do educando, no ensino regular.

— Os pais, alunos ou a própria comunidade poderão questionar judicialmente a autoridade pública pela inexistência de ensino obrigatório oferecido pelo poder público. Essa responsabilidade poderá ser cobrada através do mandado de injunção, já aprovado pela constituinte, que permite acionar judicialmente a autoridade pública por desrespeito ou não cumprimento da Constituição.

— A iniciativa privada poderá explorar o ensino, desde que atenda às normas gerais da educação nacional, esteja autorizada e sua qualidade avaliada pelo poder público. As escolas privadas, de acordo com o artigo, passarão a se submeter a avaliação de qualidade pelo poder público.

— O ensino religioso será facultativo, mas as escolas públicas deverão oferecer a disciplina em seu horário normal. Essa matéria será ministrada apenas nas escolas de ensino fundamental.

— As comunidades indígenas terão ensino regular ministrado em língua portuguesa. No entanto, elas terão a liberdade de utilizar também suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no 1º grau.

— Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde não serão financiados pelos recursos destinados à educação ou seguridade. Ficará para legislação complementar a definição de quem arcará com essa despesa. O texto atual, no entanto, já prevê o financiamento com recursos provenientes de contribuições sociais como o salário-educação, por exemplo, e por outros recursos orçamentários. No ano passado, o governo gastou Cz$ 23 bilhões com a merenda escolar.

— As universidades terão autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, ficando garantido o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse dispositivo dá liberdade às reitorias das universidades públicas para sua auto-administração, sem subordinarem-se ao Ministério.

— Os recursos públicos só poderão ser aplicados às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas se comprovarem finalidade não lucrativa e aplicarem os excedentes financeiros em educação. Essas escolas precisarão assegurar, ainda, a destinação de seu patrimônio a outra escola congênere ou ao poder público, no caso de encerrarem suas atividades.

— As bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio serão destinadas apenas aos que demonstrarem insuficiência de recursos e quando não houver vagas nos cursos regulares da rede pública na proximidade da residência do aluno. Uma legislação complementar detalhará as formas com que essa bolsa de estudo será requerida. Mas a Constituição determina que o poder público fica obrigado a investir prioritariamente na expansão da rede nesse local. *(Jornal do Brasil/RJ, 20/05/88)*

017
Bolsa garantirá escolas perto de casa aos alunos do 1º grau

O governo terá de arranjar vagas para os quase 8 milhões de crianças em idade escolar na rede pública, porque o ensino fundamental, de 1º grau, é obrigatório, conforme o capítulo da educação aprovado pela Constituinte. Se não houver vagas na escola pública perto da casa do aluno — sem distinção de região, estado ou município —, o poder público terá de fornecer bolsas de estudo provisórias para escolas próximas, até que sejam construídas unidades escolares oficiais no local. Se não o fizer, estará sujeito à figura do mandado de injunção, um instrumento que vai garantir ao cidadão o acesso ao ensino numa escola próxima de sua casa.

O grande avanço no texto do capítulo da educação, aprovado esta semana pela Constituinte, é justamente a especificação dos direitos do cidadão e dos deveres do estado, prevendo inclusive os instrumentos de cobrança de que a população disporá para obrigar a autoridade pública a cumprir suas obrigações com o ensino. Na opinião de parlamentares que negociaram o acordo partidário para votação do capítulo, este texto não resolve de imediato os problemas da educação no país, mas garante os direitos do cidadão.

"O fundamental é o detalhamento desses direitos e deveres. Não é uma lei, mesmo constitucional, que irá resolver um problema tão grave e antigo. No entanto, essa especificação é essencial, pois já estão previstos os instrumentos de cobrança que o cidadão poderá utilizar contra o poder público ineficiente", avaliou o deputado Octávio Elíseo (PMDB-MG).

"As autoridades costumam resistir às mudanças no setor educação e, como justificativa, utilizam o atual texto constitucional, alegando que ele limita ou proíbe essas mudanças", explicou o deputado. Atualmente, os diretores de escola e reitores universitários federais são nomeados pelo próprio presidente da República. O novo texto, entretanto, dá como direito ao cidadão a participação na direção da escola e da universidade. Como isso será feito ficará a cargo da Lei de Diretrizes e Bases, que regulamentará o setor e o adaptará às novas determinações constitucionais. É provável que a democratização no ensino fundamental e médio (2º grau) aconteça através da formação de colegiados nas escolas, com a participação de alunos, professores e pais. Na universidade, certamente, será com eleições diretas para reitor.

"Daqui por diante", adianta Octávio Elíseo, "prefeituras do interior ou secretarias de educação não terão a desculpa de não saber ao certo quantos alunos estão fora da escola. Essas autoridades deverão recensear anualmente e fazer a chamada dos educandos no ensino fundamental". Outros direitos, como creche e pré-escola para crianças de até 6 anos, transporte, material didático, merenda escolar e assistência médica serão atendidos em programas suplementares das secretarias de educação ou do próprio ministério. A vinculação orçamentária para a educação dará recursos a estados e municípios para a efetivação de seus deveres constitucionais com o ensino fundamental público.

A União terá de repassar para o setor 18% de sua arrecadação tributária, os estados e municípios, 25%. Além dessa fonte de recursos, com percentual garantido, a educação receberá ainda um financiamento adicional do salário-educação — responsável, hoje, por 80% dos recursos investidos na expansão, manutenção e melhoria da rede física oficial. É uma fonte adicional respeitável — em 1987, o total de arrecadação do salário foi de Cz$ 16.021.449,00, dos quais dois terços foram transferidos para as secretarias estaduais e um terço para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Ministério da Educação, como cota federal. *(Jornal do Brasil/RJ, 22/05/88)*

018
Migalhas repartidas

Depois das tensões sofridas durante as votações da reforma agrária, a Constituinte respirou, na semana passada, aprovando por acordo temas anteriormente considerados extremamente polêmicos. A agitação ficou por conta das milhares de pessoas, ligadas principalmente aos lobbies da saúde e da educação, que circularam continuamente pelo Congresso. Os resultados, surpreendentemente, pareceram agradar a todo mundo, embora alguns tenham ficado mais satisfeitos que outros. Ou seja, a Constituinte privilegiou os interesses populares na "Ordem Social", mas evitou

A "CRISE" DO ENSINO PÚBLICO NOS JORNAIS

Jorge Nagle (*)

Não se vai aqui discutir, de forma pormenorizada, a questão da "crise" de todo o sistema público de educação. Não se pode, porém, silenciar sobre algumas tendências que vêm sendo observadas há já algum tempo. Pode-se afirmar que censuras à escola pública têm sido feitas em várias oportunidades. Elas foram se avolumando e se transformaram em críticas exarcebadas, justamente durante o período em que começaram a ocorrer maiores insatisfações das escolas privadas, quando a fixação das mensalidades escolares criou situações consideradas indesejáveis por seus proprietários.

A partir daí, a desaprovação foi de tal maneira agressiva e sistemática que se transformou no fenômeno da estigmatização da escola pública. É importante observar que tal fenômeno se desenvolveu paralelamente à exaltação das virtudes da escola particular; na verdade, superestimaram-se as características desta, a fim de tornar possível a subestimação cada vez maior das características daquela. Nem é bom esquecer algumas coincidências, por exemplo, a proximidade da instalação da Constituinte, bem como a de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, enquanto momentos significativos para alteração das normas básicas a fim de que possam favorecer interesses particulares.

Que fique bem claro, ninguém está assumindo, aqui, a posição segundo a qual a escola pública brasileira é imaculada. Onde foi quase que forçada a ampliar-se, para assim atender a amplas camadas da população até então marginalizadas, ela foi igualmente obrigada a modificar-se. Foi esse processo de mudança de padrões de ensino e de cultura, para ajustar-se à nova situação, que acabou provocando inúmeros problemas, muitos deles até hoje não resolvidos. Mas é preciso acrescentar outro dado, mais geral, e do qual a "crise" da escola pública brasileira é apenas um dos componentes. Trata-se de fenomêno que vem sendo observado há tempos e que consiste numa cada vez mais sistemática depreciação das coisas públicas. Com efeito, avoluma-se a crítica — isto é, o ser-do-contra, a contestação — a tudo o que é público, de vereador a presidente da república, de deputado a senador, das assembléias à Câmara e Senado, das instituições públicas em geral, sejam secretarias ou ministérios, empresas estatais ou escolas... Também neste caso, o outro interlocutor, que aliás vem gozando de imunidades, continua sendo tudo o que é privado.

A "crise" da escola pública, tal como se encontra retratada na presente coleção de notícias de jornais é quase sempre apresentada sob a forma de denúncias: denúncias sobre a evasão de alunos e sobre a repetência; denúncias a respeito da falta de professores, seus baixos salários, a transformação do magistério em "bico"; denúncias sobre a merenda escolar, a distribuição de verbas, as negociatas com livros didáticos, denúncias sobre a máquina administrativo-escolar, superdimensionada e ineficiente, incluindo clientelismo ou politicagem na educação, empreguismo no ensino e até os marajás da educação. E nem faltam relatos sobre cenas de vandalismo nas escolas públicas, muitas vezes apresentados com a mesma emocionalidade nas seções de notícias policiais. Ora, tudo isso compõe um quadro no qual se passa a acusar a baixa "taxa de eficiência" como causadora da procura cada vez menor da escola pública...

Há, evidentemente, uma certa dose de verdade nisso tudo. Em alguns casos, a verdade não está toda declarada nos jornais. Veja-se, por exemplo, a questão da merenda escolar, nos seus diversos aspectos: a compra centralizada de alimentos, que deu margem a suspeitas variadas; a aquisição de gêneros pré-industrializados, nem sempre fazendo parte dos hábitos alimentares dos alunos, além de muito mais caros; a merenda deteriorada ou mesmo desviada para outros fins... Aqui se atinge o nível de questão escandalosa, de crime contra a população escolar mais carente. Caso semelhante vem acontecendo com o livro didático, associado a um razoável conjunto de dúvidas. Este é exemplo mais antigo. Até hoje continuam suspeitas sobre negociatas com encalhes de edições, sobre acordos entre órgãos federais e estaduais, além da má distribuição e da distribuição atrasada desse material...

Os jornais, porém, nem sempre exploram adequadamente tais situações. Manifestando profunda propensão

(*) Ex-reitor da Unesp (84/88), ex-secretário da Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo, (1989) ex-presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo.

tica educacional explicíta no país, indica também que a imprensa muito pouco contribui para a formulação dessa política, não só por não relacionar os fatos internos à área, mas também por desvinculá-los da realidade maior da sociedade brasileira hoje. Outro exemplo: no subcapítulo sobre a educação nos estados são várias as referências sobre as eleições de diretores de escola e a formação de conselhos escolares deliberativos com a participação de pais de alunos, professores e funcionários. Mas pouco se falou sobre o porquê da democratização da escola. Ela serve apenas para as relações internas serem mais agradáveis? É apenas uma questão de princípios?

Um bom caminho para reflexão pode surgir a partir da reportagem publicada no ***Correio Braziliense (DF, 18/03/87)*** *sobre a depredação e a violência nas escolas. Numa das escolas de Ceilândia (DF) a direção da escola obriga os alunos a usarem camisetas com o distintivo do estabelecimento. O objetivo é distinguir os estudantes dos ''marginais'' que circulavam na região. Uma parcela dos alunos se revolta e junto com ''elementos estranhos'' apedrejam e invadem a escola, tomam professores como reféns, querem linchar os responsáveis pela medida. Muitos estão armados — alunos e ''marginais'', registra a reportagem — e a situação só é controlada quando a escola é cercada por tropas de choque bem armadas, acompanhadas de cães. Os professores, para saírem da escola são escoltados por policiais e alunos — estes também armados e chamados de ''justiceiros'' pela reportagem. Essa, sem dúvida, é uma situação limite, embora a violência seja um elemento cotidiano na escola pública pouco tratado nos discursos e planos oficiais. Mas mostra que a escola não está isenta dessa verdadeira guerra civil não declarada que corre solta pelo Brasil real e que não pode ser ignorada por qualquer política social (o que inclui a educacional) que pense o país com um mínimo de honestidade.*

Os primeiros traços de uma política educacional começam a surgir nos debates que cercaram o Congresso Constituinte — tema de um outro capítulo desta publicação — e toma corpo durante o ano de 1989 (portanto fora do período aqui retratado), com o processo de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O substitutivo apresentado à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em março de 1989, trazia consolidada grande parte da discussão nacional sobre a educação, travada desde a Constituinte. Seu eixo era a democratização da educação, tanto do acesso como de suas estruturas decisórias. O objetivo era flexibilizar ao máximo o sistema de ensino de forma a melhor adaptá-lo às necessidades do país e também estabelecer mecanismos de controle eficientes sobre todas as etapas da política educacional, de seu planejamento à execução. Um controle que não se daria por papéis ou por computadores (embora eles não sejam dispensáveis) mas pela incorporação daqueles que são os maiores interessados em que a educação funcione: a comunidade educacional, os pais e os próprios professores. Independente das suas fragilidades em diferentes pontos, este projeto de LDB traz para a discussão uma proposta de política educacional e inclusive medidas de curto e médio prazo para sua implantação. Resta ver como isso foi refletido na imprensa, o que será possível com o ***Educação no Brasil 1989-1990.***

*vagas seria de 8 milhões (e isso sempre usando o conceito de faixa etária "normal" para cada grau de ensino). O mesmo relatório, no entanto , afirma que a capacidade instalada estaria muito próxima ao que seria necessário para atender toda a clientela. E tenta explicar essa ambiguidade: "a população escolarizável ou reside em regiões com população rarefeita e pouco desenvolvidas ou pertencem aos segmentos populacionais que incham os bolsões das periferias dos grandes centros urbanos" (**Folha de S. Paulo/SP, 06/12/87**). Impossível algo mais nebuloso.*

*A neblina começa a esvanecer-se com a leitura de um outro diagnóstico oficial, o relatório do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), órgão da Secretaria do Planejamento da Presidência da República encarregado de avaliar políticas públicas. Aliás, a primeira versão desse relatório pegou tão mal dentro do Ministério da Educação que simplesmente não circulou. Mas segundo os dados do Ipea, o número de salas de aula instaladas no país poderia absorver 32 milhões de estudantes. A demanda real foi calculada em 30 milhões. Se existe déficit escolar então é porque a rede está mal distribuída. Exemplo o estado do Piauí: "conseguiu a façanha de construir mais escolas do que precisava, muitas delas em lugares onde não existem professores nem alunos" (**Veja/SP, 21/10/87**). Segundo o mesmo relatório, o Piauí é um dos estados que mais gasta dinheiro com burocracia — cerca de 40% do orçamento da Secretaria da Educação. Na outra ponta da linha, a triste realidade: de cada cem alunos que conseguem se matricular na 1ª série do 1º grau, apenas 5,3% concluem a 8ª série (no Rio, este índice é de 18%). Mas o diagnóstico não se limita a essas constatações e avalia que essas distorções têm por causa a implantação de políticas irrealistas, sem planejamento prévio, e o que é pior, "a influência dos políticos na aplicação das verbas em suas regiões eleitorais" (**Jornal do Brasil/RJ, 02/10/87**).*

Os desvios de percurso das iniciativas governamentais são prato cheio para a imprensa: é a merenda escolar que chega às escolas com data vencida pelo descaso da burocracia ou para o benefício de inúmeros intermediários — ou que muitas vezes é desviada para outras mesas que não a dos refeitórios escolares; são os livros do Programa Nacional do Livro Didático que chegam às escolas muito tempo depois do ano letivo ter iniciado, ou que sob rótulo de "reserva técnica" despencam nos estados sem serem pedidos por ninguém; são ainda os módulos de material escolar ou bolsas de estudo que viram prêmio para cabos eleitorais de deputados federais, estaduais, vereadores e prefeitos. E aí temos, bem desenhada, uma das caras do chamado clientelismo político.

Mas aqui vale também alguma reflexão. No quadro mostrado pela imprensa o que aparece é um Brasil real que insiste em boicotar as políticas traçadas em gabinetes e impressas em discursos oficiais. É a distorção pela distorção, como se a única lógica de funcionamento do sistema educacional, político e administrativo fosse a corrupção — uma maldade intrínseca, sem solução. Isso transparece na cobertura da CPI da Emenda Calmon — que destinava, no mínimo, 13% dos recursos orçamentários da União e 25% dos estados e municípios para serem aplicados à educação. Como a ampliação dos recursos não gerou o impacto esperado, a CPI começou a investigar o que foi feito com o dinheiro. E o que encontrou não foi muito diferente do quadro já descrito no relatório do Ipea. Pedindo carona para outra CPI em andamento no Congresso Nacional, a da Corrupção, constatou também que o escândalo da intermediação de verbas também ocorria nas searas educacionais. Aliás, uma das conclusões da CPI da Emenda Calmon é de que o MEC não tinha mecanismos suficientes para o acompanhamento e controle da aplicação real das verbas repassadas para estados e municípios. E uma das sugestões apresentadas para melhorar esse controle é o uso de computadores.

Mas nem só de malversação de recursos públicos são feitos os descaminhos da educação, nos mostra o material da imprensa. A descontinuidade administrativa, a implantação de medidas parciais, que podem até ser muito boas (ou garantiram boas manchetes) mas que tropeçam na falta de planejamento ou testes prévios e que, tão logo mude o governo ou os secretários da educação, são substituídas sem que se tenha decorrido um prazo mínimo necessário para avaliá-las. Nesta publicação, isso pode ser observado com o destino dos Cieps, no Rio de Janeiro, quando assume o governo Moreira Franco, e também em São Paulo, quando o Profic (Programa de Formação Integral da Criança) foi obscurecido pela implantação da Jornada Única no ciclo básico.

Esses três programas têm (ou tiveram) como objetivo explícito a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola. Esta meta, no entanto foi pouco destacada pela mídia que preferiu trabalhar com temas mais quentes do chamado ponto de vista jornalístico: intenções eleitoreiras ou populistas dos governantes, distorções nos projetos, falta de infra-estrutura e recursos humanos.

Mesmo quando a palavra foi dada aos educadores, poucos foram os que destacaram o debate sobre a melhor estratégia para atingir a meta proposta ou mesmo qual a importância de ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola. Seria, caso bem aproveitado pelos órgãos de comunicação e seus colaboradores, um momento priveligiado de se tentar ir além dos meros diagnósticos ou denúncias de caos administrativos e avançar no debate sobre políticas para superar a crise da educação em suas diferentes caras.

Aliás, como foi indicado no início deste artigo, medidas de política educacional e a realidade da escola pública são tratados quase sempre como fatos desvinculados. Se isso é uma indicação clara de que não existe uma polí-

A LÓGICA ESTÁ NAS ENTRELINHAS

Luci Ayala (*)

Não é por falta de diagnósticos, inclusive oficiais, que a educação no país vai mal. Em 1985, por exemplo, o então ministro da educação, Marco Maciel, surpreendia a comunidade educacional com o documento "Educação para Todos", quando o governo, pela primeira vez em vinte anos, reconhecia oficialmente o fracasso das políticas educacionais anteriores, a existência de oito milhões de crianças na faixa etária considerada de escolarização obrigatória sem acesso à escola, a situação de abandono e insuficiência da rede física e o contínuo rebaixamento salarial dos professores. Era a "Nova República" dando seus primeiros passos, prometendo enfrentar cada um desses pontos, priorizando mecanismos que garantissem o acesso e permanência dos alunos na escola e a valorização do magistério. Além de um diagnóstico, o "Educação para Todos" trazia um esboço de política educacional.

Pelas notícias sobre o ensino público aqui reproduzidas, de 1987 e 1988 — dois anos depois da inauguração do governo da "Aliança Democrática" não se pode dizer que nada foi feito: ampliou-se a rede física, diminuiu (pelos dados oficiais) o número de crianças sem acesso à escola (cinco milhões), foram criados mecanismos que obrigavam estados e municípios a implantarem estatutos do magistério. Até as verbas para a educação, sob o efeito da Emenda Calmon, aumentaram. No entanto, nenhuma das metas propostas foi alcançada. O esboço de política educacional presente no "Educação para Todos" diluiu-se em meio a diferentes medidas colocadas e efetivadas de forma desarticulada.

A imprensa continuou divulgando diferentes aspectos sobre a crise da educação, alguns deles foram tomando corpo nesses últimos anos, como o aumento da violência nas escolas, a diminuição da procura de vagas nas escolas públicas, do número de professores em exercício ou, ainda a redução da procura pelos cursos de magistério. E o que é pior: muitos dos diagnósticos apontam furos e distorções nas políticas traçadas a partir de diagnósticos anteriores. Em vários momentos da leitura do material aqui reunido, surge a nítida impressão de que existe um mundo de papéis, com uma dinâmica própria e paralela à vida real que corre pelas escolas.

Mas apesar dessa impressão existe lógica no caos. Se a imprensa diária apresenta os fatos de forma desarticulada, sempre é possível relacioná-los usando, por exemplo, uma seleção e agrupamento por temas — o que esta publicação em parte já faz — ou ainda técnicas do tipo "teatro jornal": reunir notícias aparentemente desconexas mas que permitem visualizar um quadro da situação em foco. Um bom exercício nessa linha seria, por exemplo, tomar o pronunciamento do então ministro da educação Jorge Bornhausen aos estagiários da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, reproduzido na íntegra pelo **Correio Braziliense** *(DF, 03/07/87). O ministro apresenta um diagnóstico (mais um) rico em dados sobre o analfabetismo no país (20 milhões de pessoas com mais de 15 anos); o déficit escolar (4,3 milhões de crianças em idade escolar sem acesso à escola), os altos índices de evasão e repetência (36,8% na 1ª série e 50,5% na 5ª série) e o grande número de professores leigos ou não habilitados (30% nas redes públicas). Em seguida, relaciona as medidas do governo federal para enfrentar estes problemas, como o repasse de verbas para os estados e municípios para serem empregados em reformas ou contruções de salas de aula (12.570 reformadas e 21.569 construídas) e reciclagem de professores (235 mil mestres). Para o apoio às atividades pedagógicas e contribuir para manter os alunos na escola, o ministro relaciona os programas de assistência ao estudante, como a distribuição de livros didáticos, material escolar e merenda.*

Estes programas foram, de fato, postos em prática. Mas a leitura de outros diagnósticos publicados na imprensa, alguns do próprio Ministério, revelam um pouco dos sinuosos caminhos percorridos por essas iniciativas. Algumas projeções do serviço de estatística do MEC, de dezembro de 1987, apontam o crescimento do déficit escolar para o biênio 88/89; dois milhões de crianças entre 7 e 14 anos ficariam fora da escola. No 2º grau, o déficit de

(*) Ex-professora, é jornalista da área educacional, editora da revista ***Sala de Aula***

ENSINO PÚBLICO

Epitácio Pessoa/AE



interesse do país, por exemplo, apoiar nos projetos de pesquisa não-oficiais, centros de estudo de comprovada idoneidade. Amarrar totalmente as verbas ao ensino público significa estimular o comodismo e a mediocridade; premiar instituições que, por essa mesma mentalidade, crescem na folha de pagamento mas não na produtividade.

Um terceiro aspecto que merece exame é o de uma eventual co-gestão nas escolas particulares. O termo é excessivamente ambíguo. Tornou-se claro, na recente batalha do ensino particular, que os pais de alunos e as respectivas comunidades precisam acompanhar mais de perto o que se passa no plano da educação. Muitas das mencionadas batalhas foram travadas por mero desconhecimento, pela ingenuidade de achar que um ensino de nível razoável pode ser mantido por simples passe de mágica.

A colaboração que deve haver entre a escola e a comunidade a que ela serve não pode ser transformada, entretanto, numa co-gestão que impedisse cada escola de estabelecer a sua própria proposta educativa. Se há um terreno onde a liberdade de escolha deva ser preservada, este é o da educação. Essa liberdade desaparecerá se a escola particular se vir sujeita ao controle de maiorias eventuais, ou aos ventos da moda e das circunstâncias. Qualquer proposta de educação mais consistente se tornaria, automaticamente, impossível. E desapareceriam do dia para a noite tradições preciosas nesse terreno, submergidas pela simples opinião de quem ainda engatinha no assunto. *(Jornal do Brasil/RJ, 19/05/88)*

040
A nova educação

As decisões do Congresso constituinte a respeito da área educacional sinalizam claramente no sentido da escola pública, que teve sua abrangência ampliada. Do 1º grau à universidade, foi fixado o papel do estado como provedor de ensino gratuito para a população. Como exceções, foram ressaltadas as entidades municipais e estaduais já existentes, que não sejam mantidas apenas com recursos oficiais.

Perdeu-se, com isso, a oportunidade de estabelecer regras mais flexíveis, que permitissem, por exemplo, a exigência de pagamento na rede oficial por parte dos setores mais favorecidos da sociedade. Esta medida faria sentido especialmente nas universidades públicas, cujas vagas são ocupadas, em grande parte, pelos alunos das escolas particulares e dos cursos de preparação para o vestibular.

Os constituintes ampliaram, de forma considerável, os recursos orçamentários para o ensino, aumentando de 13% para 18% a parcela da receita da União destinada ao setor. Para os estados e municípios, foi mantida a atual vinculação de 25%, mas tendo como base uma maior arrecadação, resultante da reforma tributária já aprovada.

Embora seja louvável esta preocupação em assegurar verbas para o ensino — reconhecendo-se a necessidade de combater o enorme déficit educacional do país, um dos maiores entraves ao desenvolvimento econômico e social —, adotou-se um mecanismo excessivamente rígido. De fato, não faz sentido o estabelecimento de percentuais fixos do orçamento em um texto constitucional, ainda que para áreas historicamente abandonadas, como é o caso da educação. Cria-se um engessamento inaceitável, que impede a adoção de uma política mais maleável e adequada às diversas conjunturas sócio-econômicas.

Pelo texto aprovado, compete ao estado prover o ensino fundamental, cujo caráter obrigatório e gratuito deverá ser estendido, de forma progressiva, ao ensino médio. Na ausência de vagas em escolas públicas e desde que comprovada a carência de recursos do estudante, está prevista a concessão de bolsa de estudo em entidade privada. Ficam preservadas as escolas particulares, cujo funcionamento dependerá de autorização do poder público, encarregado da avaliação da qualidade do ensino. Foi aberta ainda a possibilidade de canalizar recursos governamentais para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, desde que sem fins lucrativos — medida que exigirá rigor e discernimento da legislação ordinária, para que assegure o controle da aplicação dos excedentes financeiros de tais entidades na área da educação, como determina o texto.

Finalmente, como proposta positiva, é de se mencionar a concessão de autonomia didática, científica e administrativa às universidades, contemplando-se, assim, uma antiga reivindicação das comunidades discente e docente. É facultado às instituições de ensino superior a realização de convênios com entidades do setor privado.

Corre-se, por certo, o risco de que a autonomia venha a reforçar o corporativismo da estrutura universitária, alimentando, também, o democratismo simplista que tanto seduz alguns setores dos movimentos e associações de estudantes, funcionários e professores. Mas este é um perigo inevitável, que só será superado pela experiência. Caberá à universidade assumir plenamente a responsabilidade que lhe é enfim delegada, estabelecendo critérios de avaliação de seus membros e de eleição de seus dirigentes e representantes face à competência acadêmica.

Não há dúvida que o desenvolvimento do ensino e da pesquisa de qualidade será a melhor forma da universidade prestar contas à sociedade e ao poder público da utilização que fará de seus recursos. Caso isto aconteça estará consagrado na prática o sucesso da autonomia agora conquistada. *(Folha de S. Paulo/SP, 23/05/88)*

Porque, da educação e do ensino, o estado tem que ser mantido como autor e regente: nada melhor, como expressão de uma doutrina totalizante do poder político; e nada tão aquém daquilo a que o Brasil aspira agora. O anteprojeto seria bom para o Marquês de Pombal, quando fechou as escolas dos jesuítas, já que ele, pelo menos, tinha um projeto explícito: fazer da educação um instrumento de fortalecimento do poder monárquico e absolutista.

A educação, pela iniciativa privada, jamais derivará num "estado dentro do estado", como temia Pombal. Ela é, ao contrário, empecilho a que o estado se sobreponha à sociedade. *(O Globo/RJ, 07/06/87)*

038
A Constituinte e a educação

Na ausência de um relatório da comissão temática, a Comissão de Sistematização, primeiro, e, depois, o plenário da Assembléia Constituinte ficaram com a tarefa de disciplinar, no âmbito do que é verdadeiramente constitucional, o tema da educação e cultura. De nossa parte, gostaríamos que se elaborasse um capítulo sintético com normas genéricas, ressaltando aqueles princípios que devem nortear uma educação liberal e democrática, princípios esses que, de maneira geral, foram inscritos na Constituição de 1946 e, com pequenas alterações, conservados, no essencial, na Constituição de 1967 e na Emenda Constitucional número 1, de 1969, com o acréscimo da emenda do senador João Calmon, aprovada durante o governo do general Figueiredo. O grande problema brasileiro em matéria de educação, diga-se de passagem, não está no âmbito constitucional, mas na definição de uma política educacional séria, dispondo-se o governo a gastar, mas a fazê-lo racionalmente e bem, o que for necessário para a superação do vergonhoso estado em que se encontra o sistema de ensino, do qual não se beneficiam os dez milhões de crianças que nunca chegaram a ir à escola, e do qual milhões de outras, pelas dificuldades da sorte, são arredadas muito cedo, mal aprendendo a ler e a escrever.

Conviria chamar a atenção dos liberais da Constituinte — que são muitos, estejam em que partido estiverem — para observação de duas penetrantes autoras francesas, que lembram que aqueles que não pretendem "fabricar um homem novo" cuidam pouco da educação nacional, abandonando "de bom grado esse domínio aos apetites da *esquerda*, imaginando erradamente que essa, ocupada em roer este osso, não irá meter seu nariz em assuntos sérios". Esse é um dos fundados temores que nos assaltam em relação ao tratamento que se dará à educação na Constituinte: ocupados demais em deter as maluquices e irresponsabilidades do estatismo socializante no domínio da ordem econômica e social, os constituintes liberais e democratas talvez não se mantenham permanentemente em guarda contra as investidas sub-reptícias do comuno-socialismo no campo da educação e da cultura para, a longo, ou mesmo a médio prazo, apoderar-se gramscianamente da sociedade civil e, a partir daí, do poder total.

Para enfrentar as manobras que o comuno-socialismo certamente irá realizar no campo constitucional da educação e da cultura, tentando "amarrá-lo" minudentemente e pondo-o a serviço de seus desígnios, parece-nos fundamental que os liberais façam vingar a idéia a que já nos referimos em outro comentário, segundo a qual o que define o ensino como público é sua função, que nem de longe é exclusiva do estado, mas da sociedade civil, da qual o estado há de depender e à qual há de prestar contas em todo e qualquer regime em que não prevaleça o arbítrio, e em que a lei impere. Em outras palavras, ensino público não é ensino estatal, mas todo aquele que, com independência de sua subordinação ao estado, a associações, fundações ou indivíduos, desempenhe função que, esta sim, é pública porque do interesse não deste ou daquele, em particular (como seria o caso do ensino privado, sob a forma de preceptorado), mas da sociedade civil.

Nesse sentido, e já que todo o ensino público, na acepção em que o tomamos, está subordinado às mesmas leis (que, como leis, hão de ser sempre genéricas), o que diferencia aquele que é ministrado pelo estado do que é fornecido por indivíduos ou associações é que estes últimos podem ou não manter instituições escolares, enquanto o primeiro, a fim de garantir o direito de todos à educação, no nível elementar (isto é, nos oito anos, obrigatórios e gratuitos, que todas as Constituições dos países civilizados consagram), deve necessariamente mantê-las. Como deve manter instituições de 2º grau e superiores para os que revelem efetivas condições intelectuais de cursá-las, gratuitamente caso não disponham de recursos e concedendo-lhes bolsas completas de manutenção caso a simples isenção de taxas se revele insuficiente. É fundamental, entretanto, que as minudências relativas ao financiamento do ensino não sejam tratadas no texto constitucional, mas venham a ser objeto de lei complementar, já que, enquanto a norma constitucional deve durar, as formas e processos de financiamento devem ser flexíveis, podendo variar muito mais.

Enfim, mantenhamo-nos alertas, prontos a voltar ao assunto a qualquer instante em que isso se faça necessário. *(O Estado de S. Paulo/SP, 25/06/87)*

039
Preservar a Educação

Em relação à educação, seria de esperar que a Constituinte evitasse o irrealismo ou a febre restritiva que já prejudicou outros capítulos. Fala-se, por exemplo, em assegurar a gratuidade de todos os graus de ensino — do primário ao superior. Ninguém ignora, entretanto, que um dos vexames nacionais é a inexistência de uma rede decente de ensino básico — isto sim, algo que se pode cobrar de um regime democrático. Falhamos lamentavelmente neste terreno; mas já se fala em "garantir a gratuidade" da outra ponta do sistema. A quem se quer enganar com essa literatura? E por que deveria ser o ensino superior indiscriminadamente gratuito quando se sabe que as melhores escolas oficiais são preenchidas basicamente pelos alunos que vêm das melhores escolas particulares?

Outro ponto que poderia se tornar polêmico é o da destinação exclusiva das verbas da educação para instituições oficiais. A cair-se neste equívoco — o que não é provável —, a educação receberia um duro golpe, enquanto engordaria a postura meramente burocrática no ensino. Pode ser de todo

nitário e societário. Por isso, para serem realistas e respeitadores da comunidade-sociedade devem levar em conta seus valores fundamentais, entre os quais, na sociedade brasileira, está a fé religiosa, em sua expressão católica ou cristã. Pois, segundo o censo de 1980, 89,15% de nossa população se declarou católica; 6,60%, evangélica. E, somente, 1,74%, sem religião ou sem declaração. Daí que o normal seria levar em conta na escola, quer oficial ou particular, esta coordenada da população brasileira — a fé religiosa —, enquanto é um elemento constitutivo da visão e da vida de nosso povo.

A educação é ainda um fato cultural, porque por ela se transmite a cultura de um povo às novas gerações e tem ela a ver com a forma de vida de um determinado grupo social. Transmissão crítica e criativa, certamente, mas que não pode desconhecer os autênticos valores de um povo, dentre os quais se sobressai o fator religioso.

Na verdade, a religião é não só uma característica da cultura mas seu elemento essencial. E, no caso brasileiro, para retomar expressões de Puebla referindo-se ao continente latino-americano, é preciso reconhecer o "real substrato católico" que está na base de nossa cultura. Por isso, o filósofo Pe. Henrique C. de Lima Vaz, SJ, fala da "solidariedade histórico-cultural entre o Brasil e a Igreja", solidariedade que pertence "à própria identidade histórica" de nosso país.

É assim uma insensatez pensar num processo educativo que deixe de lado esse fato cultural de nossa nacionalidade. Mesmo porque a cultura, mais condicionante para a visão e o comportamento do indivíduo que as estruturas econômicas, encontra na fé religiosa uma de suas manifestações essenciais. Porque "o essencial da cultura é constituído pela atitude com que um povo afirma ou nega sua vinculação religiosa com Deus, pelos valores ou desvalores religiosos" (Puebla).

É um desconhecimento do papel da escola e da natureza do processo educativo a recusa do ensino religioso nos educandários estatais, como se esta posição significasse um progresso e não um retrocesso na tarefa de ensinar-educar, a qual procura hoje ser sempre mais respeitadora da pessoa do educando e do aluno e, por isso, de seu mundo social e cultural. *(Dom José Freire Falcão, Jornal do Brasil/RJ, 02/10/87)*

IMPRENSA

037
Estatização na educação

O anteprojeto aprovado pela Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Constituinte revela-se já, numa primeira leitura, de pobreza lamentável, dele não transparecendo progresso algum substancial sobre a Constituição de 1946 e sua lei complementar para o assunto, a lei de diretrizes e bases da educação nacional, de 1961.

Falta-lhe o embasamento filosófico que a matéria exige; falta-lhe organicidade, a ponto de abrigar contradições insolúveis. Falta-lhe sobretudo horizonte do estadista, que pressente na educação um processo de formação da consciência crítica e de renovação das estruturas sociais.

O anteprojeto justapõe educação e cultura; e esse é, talvez, seu vício filosófico fundamental. Porque, sem uma compreensão da profunda articulação entre cultura e educação — esta uma técnica de transmissão de uma parte daquela, julgada socialmente relevante num determinado momento da evolução nacional —, o valor da educação se esvazia, ficando esta reduzida ao mero conceito operacional do art. 1º do anteprojeto.

É preciso compreender que a grande criação coletiva, inovadora e expressiva é a cultura. E que, sendo a sociedade como um todo a autora da cultura, é a esta, em primeiro lugar, que cabe discriminar, de acordo com um projeto de existência em comum, a parte da cultura a ser transmitida como educação: determinar o conteúdo da educação e, conseqüentemente, seu processo, modos e meios.

O papel do estado será assim de secundar a sociedade; um papel subsidiário, portanto. Essa subordinação do estado à sociedade em matéria de educação é simplesmente um reflexo e conseqüência lógica do princípio democrático que antepõe a nação ao estado: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido".

O anteprojeto não é socializante; é apenas estatizante. Depois de colocar a educação como um dever do estado e direito público subjetivo, "acionável contra o estado mediante mandado de injunção" (Art. 3, item VI, parágrafo único), inverte as posições, para tirar à iniciativa privada em educação qualquer possibilidade de sustentação econômica a se esperar do estado: "O ensino é livre à iniciativa privada, observadas as disposições legais, sendo proibido o repasse de verbas públicas para a criação e manutenção de entidades de ensino particular" (art. 7). Contempla-se a iniciativa privada com a liberdade; mas não com as condições de subsistência.

Curioso é que esse veto estatizante e corporativista a uma educação diferenciada, distinta do ensino público (direito líquido e certo de uma sociedade pluralista e sinceramente democrática), mesmo se ministrada através de entidades sem fins lucrativos, não se mantém, no caso de atividades privadas não educacionais: o dinheiro público pode ser repassado para escolas mantidas por empresas para funcionários e filhos de funcionários, que descontarão as despesas assim feitas do salário-educação (art. 16, parágrafo 2º); pode ser empregado em "formas variadas de auxílio a empresas editoras de livros, jornais e periódicos de pequeno e médio portes, a fim de possibilitar sua sobrevivência" (art. 24); pode ser aplicado, via isenção de quaisquer impostos, em entidades culturais (art. 19, parágrafo 2º). O estado pode até criar incentivos e benefícios fiscais para a prática esportiva formal e não formal e para o turismo (art. 27, inciso III e art. 29, parágrafo 3º).

O estado não pode pelo anteprojeto subsidiar, financiar ou sustentar escolas particulares de qualquer nível. Mesmo que essas escolas sejam uma exigência da sociedade; mesmo que elas sejam uma opção alternativa para o cidadão; mesmo que nelas se transmita um ensino de alto nível, se forme para a consciência crítica e para a liberdade e se promova uma pesquisa que avaliza o crescimento econômico e o desenvolvimento social.

do: "Movimento anticlerical, que tende a excluir a religião da vida pública" (Moderna Enciclopédia Melhoramentos). Bem mais democrático é admitir que o ensino religioso nas escolas estatais seja de livre aceitação dos pais ou dos próprios alunos, quando o considerarem importante para a sua educação.

A luta que todos devemos travar no campo da educação é a eliminação do caráter mercantilista de certas escolas. A educação tem por principal objetivo a formação de pessoas humanas, com uma consciência crítica capaz de exercer uma ação transformadora da sociedade atual, corrigindo as estruturas injustas e opressoras. Ora, esse objetivo é inconciliável com a simples busca do lucro através da escola.

O interesse público da educação consiste, portanto, na preservação do alto nível de qualidade relacionado com a formação do cidadão democrático. Essa finalidade exige que toda a estrutura da escola e a pessoa do educador estejam inteiramente voltados para o contato pessoal com os estudantes, sem a preocupação de lucros financeiros.

A existência de escolas não-estatais atende, pois, à exigência de uma sociedade democrática pluralista, garantindo a liberdade de opção de ideais filosóficos e religiosos, conforme assegura a Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 18). Essas escolas não-estatais, mantidas por entidades realmente não lucrativas, poderiam merecer o apoio de verbas públicas desde que comprovassem a reaplicação dos excedentes do rendimento financeiro na melhoria da qualidade do ensino e prestassem contas da gestão contábil à comunidade e aos órgãos públicos competentes. Essa seria a verdadeira fórmula de atendimento dos interesses das populações até agora marginalizadas. Em muitas regiões do Brasil a rede de escolas do estado não chega a muitos locais da periferia, onde poderiam atuar pequenas comunidades missionárias desde que contassem com os recursos necessários.

Para garantir o avanço de uma Constituição que ofereça condições para uma democracia participativa, será necessário somar todas as energias progressistas, eliminando os ranços de antigas disputas que não contribuem para o bem comum de toda a sociedade brasileira. *(Cândido Padin, Folha de S. Paulo/SP, 03/08/87)*

035
Escolas particulares, como as oficiais, também terão direito a verbas públicas

Ao contrário das reivindicações dos setores progressistas da Constituinte, no setor de Educação, o substitutivo do Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, não destina as verbas públicas apenas para os estabelecimentos oficiais de ensino. Abre exceção para as escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias, o que engloba praticamente toda a rede de ensino privada, inscrita no Ministério da Educação sob estas condições. Prevê a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais de ensino, obedecidos os padrões condignos de remuneração, e o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público.

Cabe ao estado garantir o ensino de 1º grau, prover o apoio suplementar, por meio de programas de assistência — material didático, transporte, alimentação, assistência médica —, e assegurar atendimento à infância, por meio de pré-escolas e creches, e educação especial e gratuita aos deficientes e superdotados.

A União organizará e financiará o sistema de ensino dos territórios e o sistema federal supletivo. Os municípios só passarão a atuar em outros níveis quando as necessidades do fundamental estiverem atendidas. O Poder Público assegurará recursos financeiros para a manutenção e desenvolvimento dos seus sistemas de ensino. As empresas comerciais, industriais e agrícolas são responsáveis pelo ensino fundamental gratuito de seus empregados e filhos a partir dos 7 anos, por meio do salário-educação. *(O Globo/RJ, 26/08/87)*

036
A religião na escola

O segundo substitutivo do projeto de Constituição, do relator da Comissão de Sistematização, situa corretamente o lugar do ensino de religião na escola pública, ao preceituar no Art. 236, parágrafo 2º: "O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários das escolas públicas de ensino fundamental".

As objeções contrárias ao ensino religioso como matéria obrigatória nos horários normais das escolas públicas carecem de fundamento. Alega-se, por exemplo, que o ensino de religião seria um desrespeito às minorias de outras crenças ou sem qualquer religião. Esquece-se, no entanto, que o ensino religioso é sempre matéria facultativa. E, por isso, nenhum aluno está obrigado a participar de uma aula de religião contrariamente a suas convicções religiosas. Doutra parte, as minorias, se forem significativas para justificar uma classe de religião especialmente para elas, terão também a possibilidade do acesso ao ensino religioso conforme suas convicções.

E por que não preocupar-se com o direito das maiorias de serem educadas segundo sua fé religiosa? Se não é legítimo sacrificar a fé das minorias em favor da crença de uma maioria, não é justo também negar às maiorias o direito ao ensino religioso, mesmo que este, em determinados casos, para não agravar as despesas da escola ou por falta de professores categorizados, não possa ser ministrado a dois ou três alunos.

Outro argumento em voga contra o ensino religioso nas escolas oficiais é que ele se situa no campo da educação, enquanto que à escola governamental não caberia educar mas simplesmente transmitir conhecimentos. Afirmação absolutamente inconsistente. Pois não é possível um ensino formal sem um processo educacional. A escola oficial, como qualquer outra, necessariamente forma ou deforma seus alunos. Mesmo porque cada professor é sempre um educador. E todo o ambiente escolar de fato contribui para o crescimento ou não da pessoa. Um aluno é um educando. Não se pode fugir a essa constatação.

Na verdade, não há ensino sem educação, isto é, sem a formação integral da pessoa, sem a promoção de seu crescimento em todas as dimensões da vida humana. E a educação é um fato social e um fato cultural.

É um fato social, isto é, diz respeito à sociedade como conjunto organizado de pessoas com uma cultura singular. O ensino e o processo educacional se desenrolam num contexto comu-

cil conseguir alterá-lo no segundo turno. O que nós estamos fazendo agora é receber sugestões para a nova legislação'', afirmou o deputado, que pretende acompanhar todos os dias da Conferência. *(Folha de S. Paulo/SP, 03/08/88)*

033
Professores propõem nova lei

Cerca de 4.500 educadores de todo o Brasil, que estão reunidos desde o início da semana na capital federal para a 5ª Conferência Brasileira de Educação, apresentaram ontem suas propostas para a nova lei de diretrizes e bases para a educação que começará a ser votada pelo Congresso Nacional logo após a promulgação da Constituição.

Os participantes da Conferência querem garantir na lei a exclusividade de verbas públicas para o ensino público, que não está garantida pela nova Carta, e que o governo ''encare'' a resolução dos problemas educacionais, principalmente o analfabetismo, com prioridade absoluta, garantindo ''investimentos maçicos'' para a área.

Os atuais problemas de descompasso curricular ou salarial entre as escolas públicas devem acabar. Os educadores propõem um sistema nacional unificado de educação pública, igualando escolas municipais, estaduais e federais, devendo ficar assegurados a melhoria da qualidade do professor, a valorização salarial e o compromisso das universidades em oferecer cursos de reciclagem aos alunos. Outra exigência dos participantes: carreira única para o magistério em todos os níveis e aumento da carga horária, obrigando alunos e professores a permanecerem na escola em tempo integral. Para isso, o estudante trabalhador deve ter garantida uma diminuição de sua jornada de trabalho.

No que diz respeito aos currículos escolares, os professores sugerem que sejam levadas em conta as características regionais da cultura brasileira. Todas essas propostas, aprovadas na assembléia final da conferência, serão encaminhadas ao ministro da Educação, Hugo Napoleão. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/08/88)*

IGREJA

034
Educação democrática e a nova Carta

A Assembléia Nacional Constituinte encontra-se num dos momentos mais decisivos da sua atuação. Votadas as conclusões das comissões temáticas, assume a Comissão de Sistematização a função de adequar os textos aprovados num projeto global e coerente a ser votado pelos seus membros e, em seguida, por todo o plenário da Constituinte.

O resultado das comissões, no entanto, ficou incompleto pela impossibilidade de consenso final entre os membros da oitava comissão, na qual as divergências não permitiram a aprovação de nenhuma matéria conclusiva. Tinha a seu cargo uma ampla temática: família, educação, cultura, esporte, comunicação, ciência e tecnologia. Cabe, pois, ao relator da Comissão de Sistematização elaborar um relatório sobre essa matéria e submetê-lo à decisão dos seus pares.

Os pontos mais polêmicos foram os referentes aos temas da educação e da comunicação. Na verdade, o que impediu o entendimento foi principalmente a luta de interesses provocada pela interferência de representantes de empresas de rádio, de TV e de alguns jornais, contrários à criação do Conselho Nacional de Comunicação. A finalidade desse Conselho, composto de representantes de várias categorias sociais, seria a de estabelecer critérios objetivos e culturais para a concessão de canais de rádio e de TV e regular os direitos e deveres dos que trabalham nos meios de comunicação. O objetivo é fazer prevalecer as finalidades culturais dos Meios de Comunicação Social, a serviço da sociedade, sobre os interesses capitalistas meramente lucrativos. Quer-se impedir a manipulação da comunicação por interesses econômicos e políticos. Foram justamente estes interesses, presentes na Constituinte por representantes empresariais e do atual ministro das Comunicações, que impediram de modo tumultuado a votação dos textos na comissão. A proposta da criação do Conselho, no entanto, contava com o apoio da Federação Nacional de Jornalistas, o que comprova a honestidade dos que a defendiam.

O impasse em torno do tema da educação envolve aspectos mais doutrinários, embora apresente também alguma conotação de interesses grupais. Trata-se de definir a missão do estado na educação, o que envolve uma determinada concepção filosófica da educação.

A questão polêmica consiste em fixar qual a destinação que deve ser dada às verbas públicas para atender às necessidades de educação de todo o povo. Manifestou-se junto aos contituintes uma forte pressão de certas entidades de educadores da rede estatal propugnando pela exclusividade da aplicação das verbas públicas para as ''escolas públicas''. Estranhamente, porém, justificam a proposta com esta argumentação: ''O ensino é um serviço público e a escola uma instituição social de interesse público, qualquer que seja o regime jurídico a que esteja submetida e independentemente da propriedade do patrimônio material que suporta suas atividades''. Deste princípio, perfeitamente aceitável, deve-se concluir por coerência que o caráter *público* não decorre simplesmente do fato de ser a escola de propriedade do estado. Na verdade, o que se deseja é que a educação ministrada corresponda aos verdadeiros interesses do público, de modo a formar o cidadão plenamente democrático. Quer-se garantir a boa qualidade da educação para todos, sem qualquer discriminação, principalmente de nível social. Importa assinalar, no entanto, que essa formação democrática se caracteriza pelo atendimento dos interesses de uma sociedade pluralista, que se compõe de pessoas de diferentes ideais filosóficos e religiosos. Assim, é inadmissível e antidemocrático, como fazem essas mesmas entidades, pretender impor como padrão educacional ''o ensino público, gratuito e laico em todos os níveis de escolaridade'' (cf. a mesma plataforma da Andes).

Os contatos que mantive com muitos educadores permitiu-me verificar o desconhecimento do verdadeiro sentido do termo laico, ignorando que o adjetivo decorre da concepção filosófica do laicismo. Basta recorrer a uma enciclopédia para encontrar seu significa-

Cerca de 500 jovens, boa parte dos quais mostrando camisetas verdes da Escola Agrícola de Brasília, discursavam e gritavam insistentemente em favor do ensino gratuito. Um lobby barulhento, mas inaudível tanto no plenário como nos gabinetes.

Os gabinetes, sim, foram alvo preferido de todas as partes: dos emissários do sindicato das mantenedoras de ensino superior e da Federação Nacional de Ensino. Estes estavam certos de ter montado um esquema perfeito. Com a devida antecedência, instalaram representantes em Brasília, preferencialmente no Hotel São Marcos, e os despacharam diariamente para a Câmara dos Deputados num trabalho que lembrava muito a ação de boca-de-urna nas eleições. Paravam quem quer que fosse que apresentasse o broche de lapela, senha de livre circulação dos atuais constituintes. Pediam-lhe colaboração, vendiam seu peixe e seguiam para os próximos gabinetes.

O lobby dos proprietários de escolas fez do Palácio do Comércio uma espécie de QG de suas deliberações. Foi ali que, na tarde de quarta-feira, o presidente da Fenen, Roberto Dornas, reuniu os empresários presentes e tentou uma ação conjunta. Mostrada inviável, todos saíram com incumbência única: "Cada um pega o seu deputado". E o resultado foi lastimável: circunspectos senhores formaram um "corredor polonês" nos acessos ao plenário. Como a questão embolou durante a votação adiada para ontem, eles voltaram a se reunir na noite de quarta-feira, desta feita no Hotel São Marcos, e reavaliaram suas posições. Ontem cedo, o encontro definitivo, uma vez mais no Palácio do Comércio. E, ainda assim, ninguém parecia saber ao certo o que deveria fazer. Eles, os proprietários de escolas, não tinham preocupação alguma com a questão das verbas suplementares aos alunos da escola pública, mas temiam que a falta de um acordo sobre essa questão tumultuasse tudo e levasse de roldão o texto integral do acordo, já redigido.

De sua parte, os secundaristas que anteontem fizeram uma grande manifestação nos gramados, ontem se espalharam pelos corredores. Ficavam à espera de uma chance de se aproximar dos acessos às galerias, às quais, eles sabiam, não teriam como chegar. Mas não ficavam quietos. Gritando, levantando os braços e mostrando faixas, procuravam demonstrar força.

Num cochilo dos agentes de segurança, acabaram engolfado pelos estudantes. Eles avançaram, venceram o cordão de isolamento e se concentraram no corredor de acesso às galerias. Ficaram por ali: a porta estreita foi fechada, o círculo refeito, os gritos de sempre: "verba pública! Só para escola pública!". Tudo inútil. O texto estava aprovado. *(O Estado de S. Paulo/SP, 20/05/88)*

031
Educadores discutem propostas para Lei de Diretrizes e Bases

Foi realizada ontem, na Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, a última reunião preparatória para a realização da "5ª Conferência Brasileira de Educação", que se realizará em Brasília de 2 a 5 de agosto. Participaram do encontro membros da Associação Nacional de Educação (Ande), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (Anped), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e da comissão organizadora de Brasília.

Segundo Elba Siqueira de Sá Barreto, presidenta da Ande, a conferência tem como objetivo a apresentação de propostas concretas para uma nova lei de diretrizes e bases da educação, que deverá ser criada pelo Congresso Nacional após a promulgação da nova Constituição. Para Elba Barreto, a conferência deveria se realizar após o término dos trabalhos do Congresso Constituinte. A data escolhida, diz ela, não levou em conta os atrasos do Congresso e os participantes da Conferência terão de se basear no projeto de Constituição.

Para os participantes da reunião, é importante que a lei ordinária construa mecanismos mais detalhados para a realização dos objetivos nacionais na área de educação. Leda Scheibe, 46, membro da Anped, afirma que o projeto de Constituição é muito vago e manteve algumas das distorções do ensino brasileiro. Segundo ela, a legislação em vigor permite que se use verbas públicas em estabelecimentos de ensino particulares. Isso, afirma, causa situações em que colégios destinados à classe média recebem recursos para a melhoria de instalações, enquanto a rede oficial se encontra em situação "calamitosa". "Se não conseguirmos mudar o texto constitucional no segundo turno das votações, teremos de criar mecanismos de controle para evitar que haja abusos na alocação de recursos públicos", diz Scheibe.

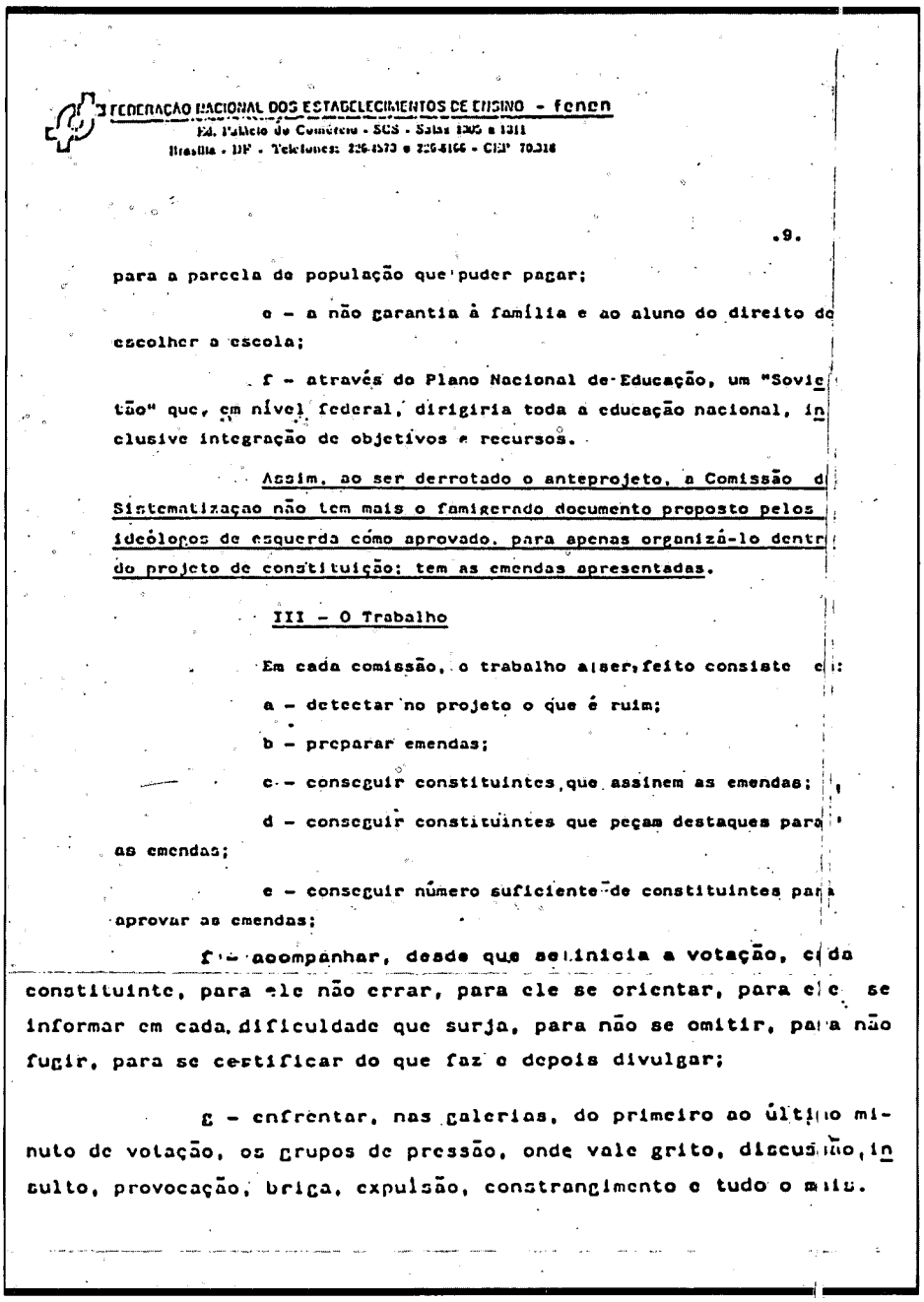
Os vestibulares farão parte da pauta de discussões do congresso. Para Ivany Rodrigues Pino, presidenta do Cedes, não passa de "demagogia" a proposta do ministro da educação, Hugo Napoleão, de utilizar as vagas ociosas das universidades para os estudantes menos qualificados. Pino afirma que a maneira de garantir um maior número de vagas para estudantes carentes é através da melhoria do ensino público básico. *(Folha de S. Paulo/SP, 28/07/88)*

032
Educadores em conferência pedem ensino *politizado*

Legislação uniforme para todo o ensino do país e escola politizada. Estas foram as principais propostas apresentadas durante o primeiro simpósio da 5ª Conferência Brasileira de Educação (CBE), aberta ontem em Brasília. A solenidade de abertura lotou o ginásio Cláudio Coutinho, com capacidade para 2.400 pessoas. Após cerimônia, aconteceu um debate sobre as perspectivas para a educação na sociedade brasileira, com os deputados Hermes Zanetti (PSDB-RS), Florestan Fernandes (PT-SP) e Octávio Elíseo (PMDB-MG).

O principal tema da 5ª Conferência é a Nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional. Segundo Zanetti, a lei deverá constituir uma regra básica e única para todo o ensino do país desde a pré-escola até o 3º grau. "O ensino está muito departamentalizado, ou seja, há legislações diferentes para cada nível. É preciso fazer uma única lei e politizar mais os alunos e professores, pois é na política que se define salário e o próprio ensino", afirmou Zanetti, que é professor primário rural e professor de direito e legislação no seu estado.

Segundo Florestan Fernandes, o ensino gratuito está assegurado pela Constituição. "O capítulo de Educação da nova Constituição está bom e será difí-



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - fenen
Ed. Palácio do Comércio - SCS - Salas 1305 a 1311
Brasília - DF - Telefones: 226-4573 e 226-6166 - CEP 70318

.9.

para a parcela da população que puder pagar;

e - a não garantia à família e ao aluno do direito de escolher a escola;

f - através do Plano Nacional de Educação, um "Soviet tão" que, em nível federal, dirigiria toda a educação nacional, inclusive integração de objetivos e recursos.

Assim, ao ser derrotado o anteprojeto, a Comissão de Sistematização não tem mais o famigerado documento proposto pelos ideólogos de esquerda como aprovado, para apenas organizá-lo dentro do projeto de constituição: tem as emendas apresentadas.

III - O Trabalho

Em cada comissão, o trabalho a ser feito consiste em:

a - detectar no projeto o que é ruim;

b - preparar emendas;

c - conseguir constituintes que assinem as emendas;

d - conseguir constituintes que peçam destaques para as emendas;

e - conseguir número suficiente de constituintes para aprovar as emendas;

f - acompanhar, desde que se inicia a votação, cada constituinte, para ele não errar, para ele se orientar, para ele se informar em cada dificuldade que surja, para não se omitir, para não fugir, para se certificar do que faz e depois divulgar;

g - enfrentar, nas galerias, do primeiro ao último minuto de votação, os grupos de pressão, onde vale grito, discussão, insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo o mais.

Trecho da cartilha *Constituinte e Fenen*, com orientações ao lobby dos donos de escolas, distribuída pela Federação dos Estabelecimentos de Ensino aos seus associados

tação na frente do Palácio do Planalto, onde os protestos estão proibidos. Mais realistas, as lideranças sugeriram uma concentração em frente ao Congresso, onde não foi permitida sua entrada.

"Ou entra ou nós viramos a mesa. O pessoal da Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino) está todo aí dentro. O outro lado também tem o direito de se manifestar", gritava o deputado José Genoíno (PT-SP), antes de negociar com Ulysses Guimarães o ingresso de cerca de 200 representantes do grupo nas galerias, o que só foi conseguido às 14 horas.

Articulação — Bem diferente era o trabalho dos que defendiam a manutenção do ensino privado. A Fenen levou ao Congresso um grupo de cerca de 300 donos de escolas, que se limitava a assistir à votação, enquanto o presidente e o secretário-executivo da entidade, Roberto Dornas e Bazzilli Anastassakis, buscavam articular no plenário, principalmente com o senador Áureo Mello (PMDB-AM). "Tentamos articular em busca de um acordo", disse Dornas. Segundo ele, "estava-se conseguindo algo que atende aos dois lados".

A Fenen abria mão das verbas públicas, mas em troca pedia o fim da intervenção estatal nos seus negócios. Ou seja, a escola particular viraria uma atividade empresarial como outra qualquer, e o governo não poderia interferir em seus currículos nem nos valores das mensalidades. *(O Estado de S. Paulo/SP, 19/05/88)*

030
Professores levam até repentista

Repentista arretado é Francisco Carvalho, piauiense de 36 anos que esta semana deixou seus alunos de uma escola estadual da Freguesia do Ó, em São Paulo, e foi ter aos corredores da Assembléia Constituinte para gritar pela gratuidade do ensino. Viajou em ônibus encomendado pela Apeoesp com gente de muitas cidades do interior, de Araras a Rio Claro, São José dos Campos ou Sorocaba, dormiu no Estádio Mané Garrincha e ontem almoçava na cobertura do Anexo IV da Câmara.

"Estou aqui meio ganhador, meio perdedor, melhor, de qualquer forma, do dia em que cheguei". E lá desanda ele: "Vim pra Brasília me achando importante./Sarney olhô prá mim e disse/que cê qué, ignorante?/Volte para São Paulo junto de seus alunos/que eu fico aqui junto com meus gatunos". O "meio-ganhador" de Chico Carvalho e de seus companheiros ficava por conta da certeza de que o ensino será gratuito em todos os níveis nas escolas oficiais. A outra metade, perdedora e doída, era a de, ao final de centenas de quilômetros mal dormidos, não ter conseguido uma senha para ingressar nas galerias e engrossar a claque dominada por secundaristas. Estes, na verdade, eram os mais atuantes berradores ontem nos corredores do Congresso. Postaram-se na rampa de acesso ao plenário, pela qual todos os deputados vindos de seus gabinetes eram obrigados a passar, e ali gritavam palavras de ordem.

026
Ensino privado condena fim das bolsas de estudo

O presidente da Federação Nacional de Escolas Particulares, Roberto Dornas, advertiu que as 15 mil instituições de ensino privado do país poderão encerrar as suas atividades, caso o plenário da Constituinte confirme a decisão da Comissão de Sistematização de acabar com as bolsas de estudo.

"O projeto socializa e estatiza o ensino privado, retirando-lhe a condição de sobrevivência", afirmou. Para ele, se o Substitutivo for aprovado do jeito que está, a única alternativa para as escolas particulares será fechar as portas, deixando de atender a 8 milhões de alunos, condenando ao desemprego cerca de 1 milhão de profissionais.

Além de ameaçar a sobrevivência das escolas, na opinião de Dornas, o projeto "é elitista na medida em que os pobres não poderão estudar nos locais onde não existir escola pública".

O dirigente da rede privada de ensino acrescentou que a Constituinte o desiludiu: "Parece-me claro que a liberdade e a pluralidade de ensino vão acabar. Que as famílias se preparem para o estatismo, com todas as suas lamentáveis conseqüências". *(O Globo/RJ, 23/11/87)*

027
Professores rejeitam destinação de verbas públicas para as instituições particulares

As entidades representativas dos professores do estado de São Paulo se opuseram ao texto aprovado neste fim-de-semana pela Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, que prevê a destinação de "recursos públicos a escolas confessionais, filantrópicas ou comunitárias". As entidades — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Centro do Professorado Paulista (CPP) e Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) —, apoiadas pela Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes), apoiavam a emenda constitucional que previa a destinação de verbas do governo apenas para escolas públicas e que foi rejeitada durante a votação.

Outro ponto polêmico do texto da Comissão de Sistematização diz respeito à matrícula facultativa em ensino religioso nas escolas públicas. Para Francisco Miraglia, "não há razão para isto. O ensino público tem que ser laico".

O professor de ensino religioso do Colégio Santa Cruz, Flávio Di Giorgi, 54, diz que a implantação deve ser condicionada ao pluralismo no ensino religioso. Segundo ele, "a medida em si é boa, desde que seja respeitada uma visão ecumênica e prática".

Já para João Antonio Felício, da Apeoesp, alguma disciplina vai perder horas de aula com o ensino de religião no horário normal. "Não é papel da escola ensinar religião". *(Folha de S. Paulo/SP, 17/11/87)*

028
Ação pelo ensino gratuito

Uma grande mobilização envolvendo mães de todo país está sendo organizada em defesa da escola pública para pressionar os parlamentares no dia da votação da questão na Assembléia Constituinte. No Rio,a associação de mães e alunos da escola pública está à frente do movimento: "vamos todas a Brasília lutar pelo ensino gratuito, precisamos que todas as mães com filhos matriculados nas escolas municipais liguem para o telefone 238-9277 e entrem em contato conosco", pediu Daise Borges, representante da associação do Rio.

Segundo ela, haverá uma passeata e uma reunião no Maracanãzinho para se discutir as formas de luta: "quinta-feira passada entregamos, em comissão, um manifesto ao deputado Ulysses Guimarães com 143.650 assinaturas que recolhemos em três dias". Além de Daise, participaram da comissão, representantes da associação de professores públicos; o secretário de educação, Moacyr de Góes; Chico Alencar e os diretores do DEC, Almir Silva e Isis Michelin Ferraz.

As pressões para a melhoria do ensino gratuito não se restringem aos constituintes. Daise está lutando para que o governo do estado adote o mesmo sistema de orçamento aplicado em São Paulo: "Lá, 15,3% do orçamento vão para a educação. Aqui, até agora nada foi repassado para as escolas públicas". Ela lembrou que os governos passam, mas a situação das escolas municipais continua a mesma: "O Brizola só investiu nos Brizolões". *(Jornal do Brasil/RJ, 08/05/88)*

029
Educação bate recorde em lobby

Cerca de 3.500 pessoas, entre professores, donos de escolas, estudantes e representantes de outros segmentos ligados à área da educação — um recorde em matéria de lobby —, circulavam ontem desde as 9 horas da manhã pelo Congresso, na tentativa de influenciar as decisões dos constituintes, conversando entre si e com os parlamentares ou gritando palavras de ordem. Mas, no final do dia, nenhum dos lobbies conseguiu prevalecer. Não se chegou a um acordo e a votação dos temas ligados à educação foi adiada para hoje, quando os grupos de pressão repetirão o esforço.

O mais numeroso deles pregava os princípios defendidos pelo Fórum Nacional de Educação, que reuniu em novembro passado as associações de professores, estudantes, funcionários e pais de alunos: destinação de verbas públicas exclusivamente para as escolas públicas; gratuidade do ensino público em todos os níveis; autonomia para o ensino; administração colegiada das escolas; destinação de 18% da arrecadação federal para a educação. Esse grupo tem como defensores na Constituinte os deputados Octávio Elíseo (PMDB-MG), Florestan Fernandes (PT-SP), Hermes Zanetti (PMDB-RS) e Gumercindo Milhomem (PT-SP).

Às 9 horas, o grupo de estudantes, professores e funcionários que estava numa das salas do Anexo III da Câmara resolveu fazer um "trenzinho" no corredor do prédio, gritando palavras de ordem como "Educação é pura obrigação" e "Arroz, feijão, saúde e educação". Quando o grupo saiu do corredor do Anexo III em direção ao plenário da Câmara, a segurança fechou as passagens, forçando os manifestantes a sair do Congresso.

Imediatamente, alguns representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras (Fasubra) sugeriram uma manifes-

Bispos do Brasil colheu 700 mil assinaturas, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular 450 mil e a Confederação dos Professores do Brasil, representando o setor público, 350 mil.

Para evitar que o setor particular seja beneficiado, a Apeoesp está organizando caravana, inclusive com participação do Grande ABC, que permanecerá em Brasília durante a votação, em outubro. Neste dia, o professorado deverá paralisar as atividades em todo o país, conforme deliberação do Congresso do CPB, realizado em janeiro.

Outro retrocesso em relação aos benefícios conquistados pelos professores da rede pública de São Paulo é a eliminação da aposentadoria aos 25 anos de trabalho. Também com relação a esta questão a Apeoesp está orientando a categoria para que pressione os constituintes através de correspondências ou telefonemas. *(Diário do Grande ABC/SP, 11/09/87)*

025
Professores com o melhor lobby na Constituinte

Professores da rede pública estadual de todos os cantos do país rumaram em caravana para Brasília a fim de pressionar os Constituintes a aprovarem as sete principais bandeiras do magistério: ensino público e gratuito; percentual de verbas para a educação; verbas públicas só para escolas públicas, gestão democrática das instituições de ensino em todos os níveis; vinculação do vencimento ao salário mínimo; aposentadoria aos 25 anos e plano de carreira unificado.

Na capital federal os educadores confeccionaram um painel onde consta o nome e a foto dos 93 constituintes que integram a Comissão de Sistematização, e ainda a posição política de cada um deles frente as reivindicações da categoria. O lobby dos professores, na concepção dos próprios Constituintes, é o melhor organizado de todo o país. Como forma de conseguir o apoio dos senadores e deputados o professorado elaborou um documento para que cada um deles registre sua assinatura se comprometendo com as questões defendidas pelo magistério. *(Magister/RS, out/nov 87)*

A posição política da Comissão de Sistematização

Reivindicações do magistério

1. **Ensino público e gratuito**
2. **Percentuais de verbas para a educação**
3. **Verbas públicas só para escolas públicas**
4. **Gestão democrática das instituições de ensino em todos os níveis**
5. **Vinculação do vencimento ao salário mínimo**
6. **Aposentadoria aos 25 anos**
7. **Plano de carreira unificado**

Posição dos constituintes

(S) sim (N) não
(?) interrogação (—) sem informação

Constituintes	1	2	3	4	5	6	7
PMDB							
Abigail Feitosa-BA	S	S	S	S	S	S	S
Ademir Andrade-PA	S	S	S	S	N	?	S
Almir Gabriel-PA	?	?	?	?	?	?	?
Alfredo Campos-MG	?	?	?	?	?	?	?
Aluizio Campos-PB	S	S	S	S	S	S	S
Artur da Távola-RJ	S	S	S	S	S	S	S
Bernardo Cabral-AM	N	N	N	N	N	S	N
Carlos Mosconi-MG	—	—	—	—	—	—	—
Carlos Sant'Anna-BA	S	S	S	S	S	S	S
Celso Dorado	S	S	S	S	S	S	S
Cid Carvalho-MA	—	—	—	—	—	—	—
Cristina Tavares-PE	S	S	S	S	N	S	S
Egídio F. Lima-PE	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Bezerra Coelho-PE	—	—	—	—	—	—	—
Fernando Gasparian-SP	N	N	N	N	N	N	N
Fernando Henrique Cardoso-SP	S	S	S	S	S	S	S
Fernando Lyra-PE	S	S	S	S	S	S	S
Francisco Pinto-BA	S	S	S	N	S	S	S
Haroldo Sabóia-MA	S	S	S	S	S	S	S
Ibsen Pinheiro-RS	S	?	S	S	N	?	S
João Calmon-ES	N	N	N	N	N	N	N
João Herman Neto-SP	S	S	S	S	S	S	S
José Fogaça-RS	S	S	S	S	S	S	S
José Freire-GO	N	N	N	N	N	N	N
José Geraldo-MG	N	N	N	N	N	N	N
José Inácio Ferreira-ES	N	N	N	N	N	N	N
José Paulo Bisol-RS	S	S	S	S	S	S	S
José Richa-PR	N	N	N	N	N	N	N
José Serra-SP	N	N	N	N	N	N	N
José Ulisses de Oliveira-MG	N	N	N	N	N	N	N
Manoel Moreira-SP	S	S	S	S	S	S	S
Mário Lima-BA	S	S	S	S	S	S	S
Milton Reis-MG	N	N	N	N	N	N	N
Nelson Carneiro-RJ	S	S	?	?	S	S	S
Nelson Jobim-RS	N	N	N	N	N	N	N
Nelton Friedrich-PR	S	S	S	S	?	S	S
Nilson Gibson-PE	N	N	N	N	N	N	N
Oswaldo Lima Filho-PE	S	S	S	S	S	S	S
Paulo Ramos-RJ	S	S	S	S	S	S	S
Pimenta da Veiga-MG	—	—	—	—	—	—	—
Prisco Viana-BA	N	N	N	N	N	N	N
Raimundo Bezerra-CE	S	S	S	S	?	S	S
Renato Vianna-SC	S	S	S	S	S	S	S
Rodrigues Palma-MT	—	—	—	—	—	—	—
Severo Gomes-SP	S	S	S	S	N	S	S
Sigmaringa Seixas-DF	S	S	S	S	S	S	S
Theodoro Mendes-SP	N	N	N	N	N	N	N
Virgildásio de Senna-BA	N	S	N	N	S	S	S
Wilson Martins-MS	S	S	S	S	S	?	S
PFL							
Afonso Arinos-RJ	N	N	N	N	N	N	N
Alceni Guerra-PR	N	N	N	N	N	N	N
Aloysio Chaves-PA	N	N	N	N	N	N	N
Antonio Carlos M.Thame-SP	N	N	N	N	N	N	N
Arnaldo Prieto-RS	N	N	N	N	N	N	N
Carlos Chiarelli-RS	S	S	N	S	S	S	S
Cristóvan Chiaradia-MG	S	S	S	S	S	S	S
Edme Tavares-PB	S	S	?	S	S	S	S
Eraldo Tinoco-BA	S	S	?	S	S	S	?
Francisco Dornelles-RJ	N	N	N	N	N	N	N
Francisco Benjamim-BA	N	N	N	N	N	N	N
Inocêncio Oliveira-PE	N	N	N	N	N	N	N
José Jorge-PE	S	S	?	S	N	S	N
Jorge Lins-CE	S	S	S	N	N	—	S
José Santana-MG	S	S	N	S	S	S	S
José Thomaz Nonó-AL	N	N	N	N	N	N	N
Luiz Eduardo-BA	S	S	N	N	S	S	S
Marcondes Gadelha-PB	S	S	?	S	?	?	S
Mário Assad-MG	N	N	N	N	N	N	N
Oscar Corrêa-MG	N	N	N	N	N	N	N
Osvaldo Coelho-PE	N	N	N	N	N	N	N
Paulo Pimentel-PR	N	N	N	N	N	N	N
Ricardo Fiúza-PE	N	N	N	N	N	N	N
Sandra Cavalcanti-RJ	N	N	N	N	N	N	N
PDS							
Antonio Carlos K.Reis-SC	N	N	N	N	N	N	N
Darcy Pozza-RS	S	S	N	S	S	S	S
Gerson Peres-PA	S	?	S	S	N	S	S
Jarbas Passarinho-PA	N	N	N	N	N	N	N
José Luiz Maia-PI	S	S	S	S	S	S	S
Virgílio Távora-CE	N	N	N	N	N	N	N
PDT							
Brandão Monteiro-RJ	S	S	S	S	S	S	S
José Maurício-RJ	S	S	S	S	S	S	S
Lysaneas Maciel-RJ	S	S	S	S	S	S	S
PTB							
Francisco Rossi-SP	S	S	S	S	S	S	S
Gastoni Righi-SP	S	S	S	S	S	S	S
Joaquim Bevilácqua-SP	S	S	N	?	?	S	?
PT							
Luis Inácio Lula da Silva-SP	S	S	S	S	S	S	S
Plínio de Arruda Sampaio-SP	S	S	N	S	S	S	S
PL							
Adolfo Oliveira-RJ	—	—	—	—	—	—	—
PDC							
Siqueira Campos-GO	N	N	N	N	N	N	N
PC do B							
Haroldo Lima-BA	S	S	S	S	S	S	S
PSB							
Jamil Haddad-RJ	S	S	S	S	S	S	S
PCB							
Roberto Freire-PE	S	S	S	S	S	S	S
PMB							
Antonio Farias-PE	N	N	N	N	N	N	N

(Magister/RS, out/nov 87)

nente de índios, Krenak espera ver refletidos no novo texto, no mínimo, as questões fundamentais para essas sociedades, como "uma educação que contemple o universo mítico, religioso e cultural de um povo e não aquela educação como pensam os brancos, que se restringe ao simples ato mecânico de ler e escrever". Pois, como explicar em português às crianças indígenas a origem dos rios, vales e montanhas? "Muitos dos nossos pensamentos são expressados através de símbolos, não com a linguagem do branco, plenamente dispensável quando se ensina, por exemplo, a estrutura social do povo, a sua história passada, de quando o ancestral criou o mundo, de quando Deus criou o mundo, de como se constrói a maloca, ou como se faz o arco, a flecha, a pintura no corpo".

"É também através da transferência oral de conhecimento, que as nossas crianças aprendem a leitura das estrelas, das estações do ano, os tempos da chuva e do verão. Ensinamentos guardados na memória do povo indígena", explica ele, acrescentando que a introdução da técnica da escrita, desarticulada do pensamento cultural do povo, é uma violência.

Projeto único — A educação dispensada às populações indígenas, sob a coordenação da Funai, obedece a um programa único, considerando que todas as 180 tribos existentes hoje no Brasil (quando o branco chegou aqui havia 900) são iguais. "Isso representa fracasso, pois o trabalho não respeita a especificidade de cada grupo étnico. A Fundação Nacional do Índio não entende que não existem *índios*. Esta palavra é uma ficção, existem Xavante, Kaiová, Tikuna, Yawanawa, e cada povo fala um idioma diferente do outro, possuindo ainda uma estrutura de construção da sua realidade de pensar o mundo muito especial", explica ele. "Por isso, a Funai não pode pensar um programa de educação para os índios do Brasil. Seria o mesmo que pensar um programa para as crianças do planeta".

Ao mesmo tempo, Krenak afirma que existem experiências realizadas junto a algumas comunidades no Acre, em regiões próximas ao Solimões, que fogem do "programão que a Funai diz que tem".

O livro *Nosso povo ou Torú Duu'ugu*, tradução exata na língua tikuna, é um exemplo. A tribo, uma das maiores do Brasil, habita a Amazônia e tem no livro o resgate da sua história. Não se trata de uma obra sobre índios, escrita por brancos e para brancos. É o resultado de uma atividade em equipe, de alguns brancos e muitos Tikuna, com o objetivo de fazer com que aquele povo possa reencontrar casos e personagens familiares.

E é nessa "sanfona de recordações", narrada pelos velhos índios, que as crianças vão lendo e aprendendo a sua origem, e o melhor, na sua própria língua, evitando assim que os povos indígenas percam o contato com o idioma da tribo. Só depois que elas adquirem o conhecimento da língua Tikuna é que o português entra em cena e todas as dúvidas sobre sua gente e sua origem são traduzidas para o idioma do branco, pois só conhecendo o pensamento do colonizador, o indígena poderá se defender, sem no entanto perder suas raízes.

Terra — Mas, para Krenak, a questão da educação reflete um quadro mais geral de desrespeito, que é o problema dos territórios indígenas "e, no fundo, uma coisa está ligada à outra. É que para o povo indígena viver, habitar um lugar, ter uma tradição, um pensamento, é uma coisa só".

A invasão das terras, inclusive das áreas demarcadas, é constante, diz, acrescentando que só em Rondônia aproximadamente 14 áreas indígenas demarcadas nos últimos oito anos são sistematicamente invadidas, com todos os recursos naturais dilapidados. "Não há uma compreensão do branco de que as sociedades indígenas tenham um projeto de futuro próprio."

A educação é só um nó de todos os problemas do índio que, aos poucos, vai se descaracterizando culturalmente. "Em conseqüência surgirão pessoas com cara de índio, corpo de índio e pensamento estranho".

Krenak afirma que não está falando nada de novo. O que ele diz, certamente os brancos também dizem. "A diferença é que as pessoas não esperam que um índio saiba disso, que reflita sobre questões como esta", que o afligem de perto não só pelo fato de ser também um indígena, que aprendeu algumas coisas com os brancos, veste calça jeans e camisa, carrega uma mochila nas mãos e ainda fala bonito. Mas também porque está sempre percorrendo o Brasil como ele conta "do Oiapoque ao Chuí", realizando trabalhos de base junto aos territórios indígenas como um dos coordenadores da UNI.

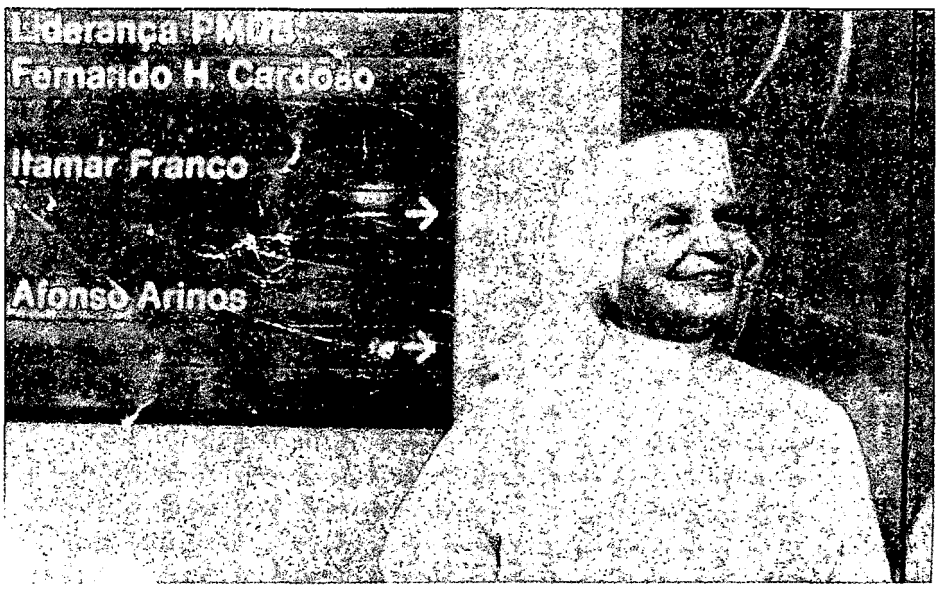
E, mesmo assim, jamais se desligou de suas origens, de seus parentes, os Krenak, que um dia, quando o marechal Rondon demarcou uma área de 4 mil hectares na região do Vale do Rio Doce, eram cinco mil pessoas e hoje, depois de muitas invasões, discriminações do governo do estado de Minas e de interesses de grandes fazendeiros, não passam de 130, tentando sobreviver a todo custo. Uma realidade que não difere em nada das demais populações indígenas que Ailton Krenak conhece tão bem.

Com tudo isso, não foi difícil levar a platéia da Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes à emoção. Afinal, sendo todos ali brancos, era o mínimo que se podia esperar. *(Ana Luzia, Correio Braziliense/DF, 21/5/87)*

024
Professores discutem ensino na Constituinte

A já caótica situação da educação pública vai piorar e corre-se o risco de caminhar cada vez mais em direção à privatização geral do ensino, caso as atuais determinações da Constituinte sejam mantidas. A opinião é do responsável pela Apeoesp em Santo André, Marcos Silva. O substitutivo do relator Bernardo Cabral não garante o percentual de verba públicas destinadas à Educação (18% da União, e 25% dos estados e municípios) e ainda propõe a concessão de verbas públicas ao ensino privado. Este será um dos temas a serem debatidos na assembléia geral da categoria, a ser realizada sábado na capital.

Três setores de fundamental importância enviaram assinaturas destinadas às emendas populares, cada uma defendendo verbas na sua área de atuação. A Confederação Nacional dos



Irmã Tomasina, diretora de escola em Minas Gerais

Elisabeth Rodrigues de Araújo Costa, diretora da Escola Dom Bosco, pertencente à sua família, transformou-se na estrela do encontro, quando pregou a desobediência civil.

A disposição dos diretores e proprietários já havia ficado evidente na fria recepção que deram ao chefe de gabinete do Ministério de Educação Oswaldo Della Giustina. O professor Giustina procurou mostrar as razões do governo em relação ao reajuste de 35% nas anuidades, considerado irrisório pelos congressistas, e acabou tendo que ouvir algumas vaias.

O presidente da Fenen (Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino), Roberto Dornas, ajudou ainda mais a esquentar o ânimo dos seus colegas, antes que eles fossem em peregrinação rumo aos gabinetes dos constituintes. Disse que os políticos querem estatizar ainda mais o ensino no Brasil.

No Congresso, os lobbistas do ensino privado distribuíram aos constituintes uma proposta para a nova Constituição. Entre outras sugestões, eles querem que o ensino seja gratuito apenas para quem provar impossibilidade de pagamento. Sugerem também que, no 2º e 3º graus, "a gratuidade seja retribuída pelos beneficiários mediante a prestação de serviços de interesse público, durante o curso ou após sua conclusão". *(Jornal do Brasil/RJ, 08/04/87)*

021
Pelo ensino público e gratuito

Professores de catorze entidades de todo o país realizaram ontem, diante do Congresso Nacional, uma manifestação para lançar a *Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública e Gratuita para Todos*, em ato público que contou com a participação do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Aproximadamente duzentas pessoas ouviram Ulysses Guimarães declarar a sua "simpatia" pelo movimento e afirmar que encaminharia às comissões de trabalho da Constituinte as suas teses. Na próxima semana, o movimento apresenta oficialmente a proposta para ser incluída na nova Constituição. *(Folha de S. Paulo/SP, 10/04/87)*

022
Escolas católicas querem garantia de verbas públicas na Constituição

Pressionados pelas alternativas de rebaixar a qualidade do ensino ou elitizar ainda mais a sua clientela, a proposta das escolas católicas de 1º e 2º graus para enfrentar a atual crise financeira é semelhante à proposta de tornar a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) uma universidade pública defendida pelo reitor, Luiz Eduardo Wanderley, em entrevista à Folha, dia 30 de abril: o estado deve assumir os custos financeiros das escolas, garantindo sua autonomia. O patrimônio, a filosofia de ensino, o quadro de pessoal e a gestão das escolas continuariam a ser determinadas pelas ordens religiosas e instituições mantenedoras.

Esta proposta está sendo divulgada entre os constituintes pela Associação de Educação Católica (AEC), entidade que congrega educadores e escolas católicas de todo o país. A AEC defende o direito de que grupos de caráter social, religioso ou cultural, que prestem serviços educacionais em qualquer nível, possam receber apoio técnico e financeiro do estado, desde que comprovem não ter fins lucrativos. Se as escolas prestarem educação fundamental gratuita, devem ser sustentadas pelo estado, resguardando sua autonomia. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/05/87)*

023
Educar índios é coisa de branco?

Como se estivesse saindo da música de Caetano Veloso, um índio, talvez inspirado por seus ancestrais, soube comover os brancos que participaram há poucos dias de uma reunião na Subcomissão de Educação, Cultura e Esportes da Constituinte. Com palavras ditas num tom "tranqüilo e infalível" como só sua gente é capaz de transmitir, Ailton Krenak causou comoção numa pequena sala do Congresso ao condenar o ensino dispensado às populações indígenas pela chamada civilização branca.

Quem recebeu Krenak, um dos coordenadores nacionais da União das Nações Indígenas, com uma pitada de ironia, logo mudou de atitude. Afinal, cada frase sua era tida como uma flechada daquelas que acertam bem no alvo: a nossa consciência de branco, de colonizador e exterminador dos verdadeiros donos da terra. "Quem não conseguiu matar o índio, tenta agora acabar com as estruturas de pensamento da tradição indígena, através de um processo de quase desagregação social, de perda da consciência", diz ele que, apesar de falar a língua do branco, escrever a escrita do branco, tem um pensamento indígena, permitindo que exerça hoje um trabalho junto à Constituinte.

Como integrante da comissão perma-

desafiar em demasia os lobbies privatistas, e jogou boa parte das discussões para a lei ordinária.

As negociações da educação começaram há mais de um mês, com a decisão de não partir nem do texto do Centrão nem do da sistematização. O poderoso lobby das escolas particulares, responsável pela derrubada do relatório do deputado Arthur da Távola (PMDB-RJ) na fase das comissões, esteve mais calmo. Naquela época, chegou-se a distribuir uma espécie de cartilha aos diretores e proprietários de escolas privadas dizendo que "valia tudo" (inclusive intimidação física) para influir na votação. Desta vez, limitou-se a contar com o Centrão. Assim, após as resistências de praxe que o Centrão ofereceu à questão da gratuidade, da destinação de verbas públicas às escolas públicas e das bolsas de estudo, o acordo foi fechado.

Fica garantida a gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais, a gestão democrática do ensino público, a responsabilização das autoridades competentes pelo não-oferecimento do ensino obrigatório (1º e 2º graus) e o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo. Essa emenda, do deputado Vilson de Souza (PMDB-SC), permitirá a qualquer cidadão acionar o estado, através do mandado de injunção, se esse não cumprir suas obrigações com a educação.

Apesar do acordo, entretanto, houve problemas. Os negociadores da seguridade social não concordaram que os recursos do setor fossem aplicados para financiar merenda, transporte, material didático e assistência médica dos estudantes. Isso obrigou a uma nova e complicada rodada de negociações, na manhã de quinta-feira. O texto aprovado, finalmente, diz que os gastos com merenda e assistência médica sairão de "contribuições sociais" (salário educação e outras, a critério do governo) e outros recursos orçamentários (o percentual da União para educação foi fixado em 18%, e dos estados e municípios, em 25%).

Além disso, o acordo da educação aprovou uma antiga reivindicação dos professores, já beneficiados anteriormente pela aposentadoria especial (aos 25 e 30 anos, para mulheres e homens, respectivamente). Eles obtiveram, finalmente, o plano de carreira do magistério, com direito a piso salarial profissional e ingresso na carreira exclusivamente por concurso público. As verbas, por sua vez, serão destinadas às escolas públicas, mas também às comunitárias, confessionais e filantrópicas, e as bolsas de estudo poderão ser concedidas às escolas privadas desde que não haja vagas nas públicas. Isso, mais a liberdade de organização e gestão das escolas privadas, satisfez o lobby das escolas particulares. *(Senhor/SP, 23/05/88)*

019
Calmon defende ampla mobilização nacional

Após 488 anos de seu descobrimento, o Brasil tem 30 milhões de analfabetos e 87% de suas crianças não conseguem concluir o 1º grau. Para o senador João Calmon, este quadro, fruto da vontade política de governantes para os quais não interessou ter um povo que lutasse por seus direitos, só mudará com maior destinação de recursos financeiros ao ensino. Durante o painel Constituição e Cidadania, durante o 2º Congresso de Educação de São Bernardo do Campo, o autor da emenda que estabeleceu a vinculação de verbas para a educação afirmou que o texto da Constituição aprovado em primeiro turno representa avanço em termos de verbas ao ensino, mas ressaltou que não basta que obtenha aprovação final para ser cumprido. Para isto, defende ampla mobilização nacional em prol da educação.

A desconfiança do senador tem base na realidade. Hoje ainda é enorme o número de municípios, e existem até estados, que deixam de aplicar 25% de sua verba em educação, conforme determina a lei que regulamenta sua emenda, em vigor desde 1986.

São Paulo apresenta na periferia da capital escolas de 1º grau que funcionam em quatro ou cinco períodos e onde as crianças permanecem por tempo muito inferior ao necessário. A situação do estado mais rico da nação foi citada por João Calmon para lembrar a precariedade da situação no resto do país. Foi justamente de São Paulo que partiu a primeira e única tentativa de contestar a Emenda Calmon. Quatro prefeitos, entre os quais Newton Brandão, buscaram respaldo neste sentido junto ao Supremo Tribunal Federal, que até agora não se manifestou sobre o assunto. *(Diário do Grande ABC/SP, 31/07/88)*

LOBBIES

020
Escolas particulares pressionam Congresso

A condenação ao ensino público e à presença do estado na educação levou ontem ao Congresso um inusitado lobby: freiras, padres e elegantes senhores e senhoras, responsáveis pelo controle de várias das 35 mil escolas particulares de todo o país, deixaram a disciplina de lado e invadiram os gabinetes dos constituintes, numa agitação parecida com a de um recreio colegial.

"Nós fazemos parte desse mundo. Temos que lutar", justificava-se a irmã Tomasina Martino, diante do espanto das pessoas, com tantas freiras circulando pelos corredores do Congresso. Diretora do tradicional Colégio Monte Calvário, de Belo Horizonte, famoso pela rigidez do seu ensino, irmã Tomasina fez seu lobby com surpreendente desenvoltura. Ela e o resto do grupo somavam centenas de diretores e proprietários de escolas, interessados em mostrar aos constituintes que o estado interfere excessivamente no ensino e que o melhor caminho nesse campo é o das instituições privadas.

Os diretores e proprietários de escolas estão reunidos em Brasília no 21º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino. Entre todos eles, a revolta contra o governo é imensa. Em alguns momentos, a reunião parecia o encontro realizado pelos agricultores em Brasília há cerca de dois meses, quando o presidente da UDR (União Democrática Ruralista), Ronaldo Caiado, acabou aclamado como líder.

Diretores e proprietários de escolas reivindicam liberdade para estabelecer os preços das anuidades escolares e uma conterrânea do presidente José Sarney chegou a mencionar o exemplo dos pecuaristas nas discussões de ontem.

para destacar os momentos em que determinadas questões aparecem, a matéria jornalística tende a apelar muito mais para as sensações, para o estranhável, no geral sem um mínimo de aprofundamento. Se forem consultados os textos jornalísticos ora transcritos, nas próprias ocasiões em que trataram dos assuntos referidos nos dois exemplos anteriores, tais textos revelariam como determinados eventos acabam por se transformar em assunto para a manifestação de agressividade, indignação e até ódio; resta saber, no entanto, se tudo isso não passa de dissimulação.

Mas nem sempre mereceram a devida atenção esforços feitos pelo sistema de ensino público com o objetivo de aperfeiçoar planos e práticas. Tudo se passa como se, para os jornais, só houvesse interesse em apresentar eventos negativos. De fato, e mesmo sem considerar uma necessária sistematicidade de determinadas notícias, são raras as ocasiões em que jornais publicam matéria referente a este ou aquele plano de educação, a esta ou aquela experiência pedagógica significativa, a este ou aquele projeto inovador de reforma administrativo-escolar; por sua vez, não há um mínimo de apronfudamento da análise sobre temas menos amplos, porém muito importantes, como alteração curricular, processo de alfabetização, cursos noturnos, entre outros. E nem parece que haja preocupação em veicular medidas significativas, adotadas em determinado estado ou município, para os demais até para estimular a discussão. Seria interessante saber o que acontece nesses casos: falta de interesse dos jornais em relação aos assuntos da educação ou falta de um pouco mais de experiência dos jornalistas nessa área? Aliás, é oportuno lembrar, a propósito, que a maioria dos jornais não conta com seções especializadas em educação, à semelhança do que se dá com os assuntos políticos, esportivos, econômicos ou culturais, por exemplo. Talvez esse estado de coisas esclareça também porque os jornais pouco oferecem como sugestões para diminuir os efeitos da "crise". Pode esclarecer, além de outros desdobramentos, porque as ocorrências sobre vandalismo nas escolas públicas acabam por receber longo tratamento jornalístico, o mesmo acontecendo com os "turnos da fome", isto é, o funcionamento da escola pública em três e até em quatro turnos, ou com a notícia sobre uma (sic) professora que, para chegar à escola, precisou remar durante quatro horas.

De qualquer forma, há de tudo nesse corpo de textos.

Uns jornais parecem ser mensageiros das notíciais oficiais ou, pelo menos, oficiosas. Outros esmeram-se na apresentação do material quando se trata de julgar negativamente a escola pública, ocasião essa para incluir até uma pitada de maledicência. Nem se pode dizer que os jornais, quando fornecem notíciais sobre educação pública, procuram, ao máximo, um razoável nível de isenção político-partidária: o que se verifica é aproveitamento da vaga para favorecer um dos lados da briga política. Conseqüentemente, também nesse quadro a serenidade não é uma virtude presente: o que acaba por ser ressaltada é toda notícia que provoca e dá continuidade às disputas propositadamente estimuladas, quando se acrescenta outro ingrediente, apropriado para casos dessa natureza: o mexerico.

Por sua vez, seria bem interessante se houvesse trabalhos cujo objetivo fosse analisar os modos de argumentação da matéria jornalística, quando esta discorre sobre educação pública. O leitor poderá ter uma apreciável amostra dos tipos de raciocínio empregados se observar cuidadosamente parte do material coligido nesta publicação.

Nesse ponto, surpreender-se-á com frases de efeito, especialmente nos títulos das matérias, frases essas que nem sempre correspondem adequadamente ao conteúdo em seguida exposto. É mais ou menos comum retirar das situações particulares conclusões gerais ou atribuir amplitude grande a determinado acontecimento simplesmente singular. Além disso, aqui e ali poderão ser localizados exemplos de falta de contextualização, no sentido em que determinados fenômenos são isolados do conjunto de que fazem parte; aliás, é por isso que, muitas vezes, surgem afirmações viesadas, sem base de sustentação. Enfim, há toda uma lógica que parece própria à matéria jornalística quando se refere à escola pública. Os princípios tradicionais, ainda hoje aceitos e respeitados na escola pública brasileira, não têm sido levados em conta nos textos produzidos nos próprios jornais — "(...) a escola aberta a todos, a escola gratuita, a escola que é a garantia de união entre os homens porque não distingue cor, credo ou fortuna". Ao contrário, ultimamente a matéria jornalística parece estar seguindo a orientação segundo a qual a totalidade das escolas privadas são boas, enquanto pouquíssimas escolas públicas merecem algum respeito. É para se perguntar: não é para cercar de atenções, não merece ser prestigiada a escola que não discrimina ninguém, o pobre e o rico, o preto e o branco, o reacionário e o progressita? Enfim, não é para ser resguardada essa instituição que proporciona um mínimo de promessa de concórdia entre os homens? E como não se comover com a escola que, por tudo isso, e apesar de tanta má vontade, continua sendo, na sociedade brasileira, um dos poucos instrumentos de natureza democrática a ser usufruido por todos?

Como diziam os antigos: é importante evitar toda forma de exagero. Assim, não se pode esquecer que os jornais têm, nessa história toda, veiculado matérias que dizem respeito a questões e problemas crônicos e agudos da escola pública brasileira, seja ela de âmbito federal, estadual ou municipal. De uma forma ou de outra, têm também contribuído para alertar a população e advertir as autoridades responsáveis pelo que ocorre de criticável nessa modalidade de serviço público. Esta faceta precisa ser ressaltada como contribuição positiva dos jornais, qual trigo que precisa ser separado do muito joio.

Para futuros desdobramentos desta coletânea ou de outras semelhantes, seria interessante uma preocupação

sistemática: em analisar medidas importantes mas que mereceram pouca atenção dos órgãos de imprensa, bem como examinar um pouco mais certas medidas de "efeito" que, apesar disso, ocuparam longo espaço nos jornais e revistas; em separar, para adequados esclarecimentos, a crítica feita, "por dever de ofício", pelos novos governantes e que consiste em desmoralizar e até mesmo em interromper iniciativas educacionais que mereceriam respeito; em estudar temas e problemas de acordo com as diversas regiões do país, até para identificar aqueles que são comuns a duas ou mais regiões ou aqueles que são peculiares a uma ou outra...

Iniciativas como jornada única, merenda escolar e livro didático, por exemplo, estão a merecer um exame mais sério e que ultrapasse as simples denúncias de escândalos; e isso porque o seu papel e influência são decisivos para o êxito da escola fundamental pública, pelo menos nesta fase em que ela se encontra, considerando-se, em particular, as características atuais da clientela escolar, bem como as do professorado.

Por sua vez, há alguns temas que não podem mais sofrer análises no mesmo nível em que são apresentados. É preciso que, por exemplo, as estatísticas educacionais deixem de ser meros pretextos para denúncias ou para a manifestação de pruridos patrioteiros e passem a constituir uma das ferramentas para um sério planejamento educacional; é, igualmente, preciso que a insistência em concursos públicos para o magistério seja percebida, pelo menos em certas regiões, como uma possível medida de afastamento do antigo modelo — mas ainda presente — o do "coronelismo, enxada e voto". Outros temas mereceriam maior divulgação, tanto na sua origem como fora dela; é o caso, por exemplo, das escolas-fazendas, da fábrica de escolas, das oficinas-escolas, dos consórcios municipais, dos laboratórios pedagógicos. Além de maior divulgação, reclamam estudo aprofundado para, realmente, se avaliarem os méritos da iniciativa e, em conseqüência, estender sua aceitação. O acompanhamento e a avaliação de medidas, projetos e planos continuam praticamente ausentes das preocupações dos governos e dos estudiosos, o que torna quase impossível justificar quaisquer mudanças, de quaisquer ordens que sejam, no campo educacional. O comum das alterações que vêm sendo realizadas é resultado de simples opiniões pessoais, quando não fruto dessa tendência novidadeira que é, quando muito, "vaidade e aflição do espírito".

Ora, é bem verdade que grande parte do conteúdo dessas anotações finais não costuma estar entre as preocupações da imprensa. Seria de interesse que estivessem. É esta uma questão da própria natureza dos veículos de informação? Como fugir do dado curioso, do efêmero, do interesse pelos modismos, muitas vezes da propaganda, enfim, daquilo que se pode chamar de "comércio da informação", de "ilusão da compreensão imediata"? Mais ainda, como se poderá melhor definir a relação, nos meios jornalísticos, entre dados, notícias e saber ou conhecimento e bem assim alterar as formas de argumentação que, em boa parte dos casos, dificultam a formação dos espíritos?

Aí estão alguns comentários sobre o material coligido, algumas observações e algumas sugestões para bem trabalhar matéria dessa natureza. Os estudiosos da educação brasileira bem que poderiam empregar parte de seu tempo examinando, academicamente, textos jornalísticos desse teor.

Aconteceu na imprensa

ESFERA FEDERAL

Um quadro nacional

041
MEC chama estados e mostra a crise

A extrema repetência da 1ª série do 1º grau e as taxas crescentes de analfabetismo (70% da população não sabem ler, não conseguindo compreender pelo menos as manchetes dos jornais e até o noticiário da televisão). Estes temas, entre outros, serão debatidos na próxima quinta-feira, dia 12, pelo ministro da educação, Jorge Bornhausen, com os assessores de planejamento da área educacional de todos os governadores eleitos.

Para o secretário-geral do MEC, Aloísio Sotero, esta é "a dura realidade da educação brasileira". Durante a reunião, os assessores vão receber um relatório elaborado pela Secretaria de Estatísticas Educacionais do Ministério, com uma análise feita por técnicos do Programa Nacional das Nações Unidas.

Lendo o relatório, os assessores tomarão conhecimento de alguns detalhes chocantes, como, por exemplo, o do acesso das crianças na região Nordeste. Apenas 64% das crianças entram na escola, no Nordeste, daí a importância de se dar prioridade ao ensino básico.

Em todo o país, somente 74% das crianças residentes em domicílios de renda baixa, cujos pais ganham até um salário mínimo, têm acesso ao ensino. A taxa de analfabetismo no Nordeste é a maior do país, não sendo de estranhar que 68% dos analfabetos na faixa de 15 a 19 anos de idade se encontrem naquela região.

O problema dos prédios escolares também preocupa o MEC, já que 90% das escolas só oferecem aulas até a 4ª série. Para prosseguir seus estudos, os alunos teriam que se transferir para outras escolas, supondo que estas existam no local ou então abandonar os estudos.

No que diz respeito à condição física das escolas, o dado chocante é que 31% delas não têm água corrente. A falta de água corrente caracteriza 55% das escolas do Nordeste. A situação do equipamento de ensino também é péssima.

Sobre o equipamento, diz o relatório que, "todavia, com relação a esse assunto, não se deve ser tão circunspecto no julgamento, se 30% das professoras não têm mesas, se em 6% das salas não há onde se sentar, se os bancos não são suficientes para todos em quase 35%, se 72% das salas não têm mapas". A conclusão do relatório sobre os equipamentos: "É realmente difícil oferecer um ensino razoável sob condições de tamanha penúria".

Apesar de todos os problemas, as professoras faltam pouco às aulas. Apenas 10% não estavam nas salas durante a pesquisa. Neste quadro de seriedade e dedicação, a nota dissonante é dada pela diretora, cuja presença na escola "é totalmente inadequada". Em 59% das escolas a diretora estava ausente na hora da visita.

Quanto aos alunos, 75% estavam presentes nas salas de aula, sendo que no Sul e no Sudeste essa porcentagem atinge 80%, enquanto cai para 68% no Norte e no Nordeste. Pelos exemplos de outros países, sabe-se que a freqüência pode chegar a 93% da matrícula. *(Correio Braziliense/DF, 10/02/87)*

042
MEC busca dólares para a educação do Nordeste

Com o objetivo de estabelecer uma política educacional para o Nordeste para os próximos 15 anos, conforme determina o PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), técnicos do Ministério da Educação iniciaram esta semana negociações com assessores do BIRD (Banco Mundial) e BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Um total de US$ 400 milhões está sendo negociado junto às agências internacionais, dos quais US$ 200 milhões serão financiados pelo governo brasileiro.

Segundo a subsecretária de desenvolvimento educacional da Secretaria de Ensino Básico do MEC, Aglaê Medeiros Machado, o governo pretende redefinir a política educacional do Nordeste através da implantação de planos qüinquenais. Para isso técnicos do Ministério estão negociando junto ao BIRD, recursos destinados aos municípios de pequeno porte, com prioridade para as áreas do PAP (Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural). As negociações com o BID visam a conseguir recursos para as áreas de periferia urbana e municípios de grande porte.

Desde já as secretarias de educação dos estados nordestinos estão trabalhando no diagnóstico das necessidades educacionais daquela região, onde o índice de analfabetismo na zona rural é o maior do país. O Nordeste também convive com um grande número de professores leigos que não têm sequer o 1º grau, fato que agrava os problemas de evasão e repetência evidenciados no Nordeste. *(Correio Braziliense/DF, 11/02/87)*

043
Ministério e Unesco promovem seminário sobre alfabetização

O educador Paulo Freire disse ontem que 16 milhões de crianças estão à margem do sistema educacional brasileiro. As causas, segundo ele, devem-se à inadequação da estrutura educacional em dois aspectos: o não atendimento de uma demanda de 8 milhões de crianças e a falta de uma estratégia que evite a evasão escolar nos primeiros anos do ensino básico, também calculada em 8 milhões de alunos. As informações foram dadas ontem durante a abertura do Seminário Regional sobre Alternativas de Alfabetização para a América Latina e Caribe, no Centro de Convenções de Brasília, promovido pelo Ministério da Educação e Unesco.

O ministro da educação, Jorge Bornhausen, endossou as declarações de Freire, afirmando que o Brasil não conseguiu absorver e reter na escola "de forma adequada", todas as crianças em idade de aprendizado, porque o país, historicamente, tem dado às políticas sociais um tratamento "periférico". Para o ministro, a correção das distorções sociais acumuladas tem, como ponto de partida, uma melhoria estrutural e conjuntural do sistema educacional.

Crise econômica — Bornhausen considerou a tarefa de alfabetização nos países latino-americanos e do Caribe dificultada pela crise econômica porque passam, ressaltando o "terrível fardo" da dívida externa, "cujos efeitos debilitantes ameaçam, sobremaneira, a educação". Paulo Freire afirmou que nem sempre o homem público é culpado nesse processo, mas "sim a perversa estrutura do estado". Para ele, dizer que no Brasil está tudo errado é "mero populismo", pois existem experiências vitoriosas, citando como exemplo um programa que está sendo realizado na cidade de Cabo (PE), onde recentemente proferiu palestra para 1.200 alfabetizados.

Na avaliação de Freire, toda proposta visando uma solução para o problema educacional deve passar por uma reorientação das despesas públicas, com injeção de recursos na educação. Mas, para enfrentar esse desafio, ele disse que é preciso uma decisão política firme, "para confrontar com a politiquice". *(Folha de S. Paulo/SP, 19/05/87)*

044
O ensino tem que mudar. E é agora

O ministro da educação, Jorge Bornhausen, defendeu ontem em conferência na Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro, uma reformulação substancial da educação brasileira através da Constituinte, de modo a se fortalecer — inclusive com o aumento de verbas — o ensino básico, que, segundo o ministro, é uma base pouco sólida para o ensino universitário. "O 3º grau em nosso país", disse Bornhausen, "é um telhado muito pesado para ser sustentado pela frágil estrutura do 1º e 2º grau".

A Constituinte, ainda segundo o ministro, precisa também "ter coragem" para enfrentar a questão da gratuidade nas escolas públicas de 2º e 3º graus. O ministro da educação relembrou aos estagiários da ESG várias das sugestões que deu para serem incluídas na futura Constituição, no pronunciamento que fez aos constituintes, no dia 13 de maio. Reafirmou a necessidade de ser mantida a vinculação constitucional de verbas para a educação (com um aumento de 13% para 18% da arrecadação tributária da União) defendeu a avaliação da qualidade do ensino nas universidades públicas e a valorização do magistério com o preenchimento dos cargos iniciais e finais da carreira se dando apenas mediante concurso de provas e títulos. O pronunciamento do ministro é o seguinte:

"O Ministério da Educação tem a obrigação de orientar e ajudar a política educacional no seu todo. Começarei, portanto, a falar sobre o ensino básico. A meta do programa Educação Para Todos leva-nos a procurar, em primeiro lugar, eliminar o déficit escolar. As estimativas atuais giram em torno de 4 milhões e 300 mil alunos fora da escola. Para ter uma estimativa mais precisa, estamos, neste momento, realizando um censo escolar em convênio com todas as secretarias estaduais. Em segundo lugar, melhorar a qualidade do ensino pela capacitação, habilitação e valorização do professor, com treinamentos para os professores leigos e não-habilitados, em número elevado ainda, na rede oficial, chegando a quase 30%. E também pela valorização do magistério, uma vez que, a partir deste ano, o Ministério da Educação não repassa recursos a municípios qua não tenham o Estatuto do Magistério ou Plano de Cargos e Salários, procurando, desta maneira, garantir o mínimo para o magistério municipal e com isso, trazer a essencial valorização do magistério.

Procuramos, através de várias ações, diminuir o problema de evasão e da repetência. Evasão que chega a 12% na 1ª série e a 17% na 5ª série do ensino básico; e repetência, que vai a 24,28% na 1ª série e que fica em 23,5% na 5ª série.

Em 1986, através do repasse de recursos para os estados, Distrito Federal e territórios, no valor de 1 bilhão e 800 milhões de cruzados, obtivemos a construção de 3 mil 569 novas salas de aula, a reforma de 2 mil 570 escolas existentes e o treinamento de 118 mil professores. No corrente exercício, os convênios com estados atingem a cifra de 2,7 bilhões de cruzados, e o Ministério já liberou 34% desses convênios. Em 1986, os municípios foram atendidos para o ensino básico com repasses da ordem de 2,7 bilhões de cruzados, que custearam cerca de 18.000 novas salas de aula, reforma em 10.000 escolas e treinamento para 117.000 professores.

Neste ano, a previsão inicial que deverá ser alterada em função do processo inflacionário, é de um repasse da ordem de 3 bilhões de cruzados, para que os municípios possam atender a essas finalidades.

Analfabetismo — Paralelamente a este processo, nós temos o grande problema do analfabetismo no Brasil: são cerca de 20 milhões de brasileiros, com mais de 15 anos de idade, em condições de analfabetismo. Para isso, temos a Fundação Educar, que nasceu da transformação do antigo Mobral e teve um novo direcionamento, visando apenas e exclusivamente a alfabetização de brasileiros com 15 anos e mais de idade. Ainda não atingimos, no meu entender, uma ação satisfatória na Fundação Educar. No ano passado, a Fundação Educar atingiu cerca de 3.500 municípios, e pôde dar vazão nas salas de aula a 727 mil alunos, dos quais 526 mil iniciando a alfabetização. Mas tivemos ainda 30% de evasão e não temos um conhecimento preciso dos resultados obtidos nessas salas de aula.

Temos necessidade de diminuir o corpo da Fundação Educar e chegar à ponta da linha, fazendo com que a descentralização e a municipalização possam ser os instrumentos para a agilização dos objetivos finais da Fundação Educar. Devemos, também, destacar que, no ensino básico, ações paralelas são importantes e são realizadas através dos governos e especialmente do governo federal. A ação na merenda escolar atingiu cerca de 25 milhões de crianças da rede oficial e, já no ano de 1986, tivemos um acréscimo nos dias letivos, que passaram de 180 para 260 dias de merenda, além do atendimento às crianças de 4 a 6 anos dentro de Projeto Irmãozinho, que atingiu mais de 6 mi-

lhões de crianças. Cinco bilhões e 400 milhões de cruzados foram gastos na merenda escolar e bem aplicados. Devo, ainda, esclarecer que esses recursos não saíram dos recursos da emenda João Calmon: saíram do Finsocial, dentro daquilo que o governo considera prioritário.

Livro didático — Há um outro programa na Fundação de Assistência ao Estudante da maior importância: o Programa Nacional do Livro Didático. Em 1986, quando este programa foi lançado, foram entregues nas escolas oficiais 43 milhões de livros. Em 1987, já entregamos 55 milhões de livros, são 98 milhões de livros didáticos que chegaram às salas de aula num trabalho gigantesco: é a maior distribuição de livros didáticos no mundo e hoje proporciona 3 livros por aluno em cada escola oficial. Esses livros não são mais descartáveis, e o aluno não é o proprietário do livro: o livro pertence à escola, ao banco de livros da escola. Neste programa foram gastos, no ano passado, 553 milhões e, neste ano, cerca de 800 milhões.

Escolas técnicas — Quero em seguida fazer referências ao ensino de 2º grau, que tem uma posição bem difícil, porque fica imprensado entre a obrigação constitucional do 1º grau e a expressão do 3º grau, graças à qualidade da comunidade universitária. Por isso mesmo temos resultados baixos em nível nacional. Na população estimada de 16 milhões de brasileiros, de 15 a 19 anos, apenas 3 milhões encontram-se nas escolas de 2º grau. Devo destacar no 2º grau o Programa Educação e Trabalho, lançado pelo presidente José Sarney em fevereiro de 1986, visando a retomada do ensino técnico como prioritário no Brasil. O presidente anunciou que, durante o curso do seu governo, faria com que se estabelecessem 200 novas escolas técnicas, para poder atender a uma faixa carente no Brasil, porque temos deficiência na formação de técnicos de nível médio. A preocupação do Ministério foi formar uma equipe de trabalho que pudesse fazer com que o plano fosse ágil. Não tivemos qualquer preocupação no sentido de imprimir marcas arquitetônicas: tivemos a preocupação de ter eficiência, ganhar no tempo e ter qualidade. Dessa forma, procuramos dividir este trabalho em quatro itens de atendimento. O primeiro item concerne às escolas agrotécnicas de 1º grau, ou seja, o retorno dos ginásios rurais, a complementação dos estudos de 5ª a 8ª série dentro de estabelecimentos apropriados, que são conveniados com as prefeituras municipais, as quais dão os terrenos, e o Ministério paga a construção e equipa as escolas. A prefeitura recebe, ainda, uma ajuda de manutenção, caso seja formada uma fundação.

O segundo item foi o das escolas agrotécnicas de 2º grau, escolas que são feitas e mantidas pelo próprio governo federal dentro da antiga rede da Coagri. O terceiro item são as escolas técnicas industriais. Devo ressaltar aqui que o governo federal, desde a década de 50, não tinha acrescentado nenhuma escola técnica industrial no Brasil. Retomamos, portanto, um processo da maior importância. Só para citar um exemplo, no mês de abril, estive inaugurando a Escola Técnica e Industrial de Cubatão, com 3 cursos — eletrônica, informática industrial e processamento de dados — com 80 vagas para cada curso, inicialmente. Apresentaram-se para a seleção 2500 candidatos, numa prova evidente de acerto de perseguirmos o ensino técnico como umas das metas de nossa gestão.

O quarto e último item foi o do apoio às escolas já existentes. É claro que, com uma injeção de recursos, podemos pegar uma escola estadual e fazer com que ela tenha novos laboratórios, novos cursos e aumente imediatamente o número de vagas. Igualmente com as escolas municipais estamos fazendo convênios também com o Senai e com Senac, que possuem larga experiência no setor técnico e que mantêm, na continuidade, as escolas.

A segunda parte desta exposição, conforme sublinhei no início, refere-se ao problema educação e orçamento. A vinculação nasceu na Constituição de 1934 e foi conservada no tempo, no que diz respeito a estados e municípios, sempre. No que diz respeito à União, ela desapareceu na Constituição de 1967, mas graças a um esforço extraordinário que acompanhei, nos últimos anos, do eminente senador João Calmon, tivemos o retorno da vinculação, que passou a produzir os seus efeitos em 1986, com a fixação de 13% sobre os impostos líquidos.

Orçamento — Mas é preciso que se tenha uma idéia da formação do orçamento do Ministério da Educação, para que se crie uma regra adequada à nova realidade da nova Constituição e por isso destaco este capítulo. O orçamento de 1986 — e aqui me refiro ao orçamento final com todas as suplementações — ficou assim distribuído: Emenda Calmon, 24,3 bilhões de cruzados: salário-educação (cota federal), 3 bilhões de cruzados; salário-educação (bolsas de estudo), 500 milhões de cruzados; Finsocial, que é o financiador da merenda, do material escolar e do livro didático, 5,8 bilhões de cruzados; operações de crédito, 1,2 bilhões de cruzados; juros, receitas próprias das universidades, Loteria Esportiva e outras fontes, 6,7 bilhões, totalizando 41,5 bilhões de cruzados.

Em 1987, orçamento inicial, sem qualquer inclusão de percentual inflacionário, nos dá: a Emenda Calmon, 24,9 bilhões de cruzados; salário-educação (cota federal), 3,3 bilhões de cruzados; salário-educação (bolsas de estudo), 600 milhões de cruzados; Finsocial, 7,4 bilhões de cruzados; operações de crédito, 1,4 bilhões de cruzados; outras receitas, 2,1 bilhões de cruzados, totalizando 39 bilhões de cruzados.

O MEC foi beneficiado com 89% da Emenda Calmon, sendo os outros 11% destinados a instituições como o Exército e a Aeronáutica, que possuem setor educacional, Distrito Federal, Territórios etc.

Desejo, agora, dar conhecimento da distribuição dos recursos da Emenda do senador João Calmon: — *1986*: 1º grau — 1,7 bilhão; 2º grau — 2,4 bilhões; 3º grau — 16,7 bilhões; Administração — 1,5 bilhão; Pasep — 1,2 bilhão; Outros — 600 milhões; — *1987*: 1º grau — 1,8 bilhão; 2º grau — 3,1 bilhões; 3º grau — 17,2 bilhões; Administração — 1,5 bilhão; Pasep — 1,8 bilhão.

Em 1986, 69% da Emenda Calmon foram destinados ao 3º grau; em 1987, no seu orçamento inicial, eram destinados 70% da Emenda Calmon.

O Finsocial entra com parcela substancial para o Ministério da Educação. Isso tem que ser muito bem examinado no que diz respeito ao problema edu-

cação, ao problema saúde, porque estes são os dois ministérios que recebem maiores benefícios do Finsocial. Temos, em 1986, destinados ao Ministério da Educação, recursos da ordem de 5,8 bilhões do Finsocial para o livro didático, para o material escolar e, especialmente, para a merenda escolar.

Em 1987, temos inicialmente, 7,4 bilhões, dos quais, 5,4 são para a merenda escolar''. *(Correio Braziliense/DF, 03/07/87)*

045
Nordeste vê a renovação do ensino

Concurso público como única forma de ingresso na carreira de magistério, autonomia das escolas, prioridade para a alfabetização nas primeiras séries do 1º grau, eliminação do 3º, 4º e 5º turnos, reforma e equipamento dos prédios escolares deteriorados. Estes foram os principais pontos definidos ontem na reunião, em Brasília, entre os secretários de educação dos estados do Nordeste e técnicos da Secretaria de Ensino Básico do MEC, que discutiram a viabilização de uma nova política para o setor educacional da região.

Além dos pontos definidos ontem, existem outros já acertados anteriormente que merecem destaque, como a eliminação do limite de idade dos alunos para assegurar a sua educação básica pública e gratuita, a não contratação de professores leigos, base salarial não inferior a um salário mínimo, ampliação da jornada escolar, substituição das escolas que funcionam nas casas dos professores e democratização da administração escolar. *(Jornal de Brasília/DF, 22/07/87)*

046
Educação: plano custa US$ 4 bi

Universalização do ensino básico, ampliação do ano letivo de 180 para 210 dias, valorização do educador e democratização da administração escolar são as principais metas do Plano de Educação Básica para o Nordeste, concluído ontem, em Brasílias, por técnicos do Ministério da Educação no Nordeste.

A implantação do Plano, elaborado para os próximos 15 anos, está orçada em US$ 3,9 bilhões segundo estimativas do secretário de Educação Básica do MEC, Júlio Correia.

Para assegurar o desenvolvimento do Plano nos primeiros cinco anos, o MEC está negociando um financiamento no valor de US$ 200 milhões com os bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento. As metas, conforme Júlio Correia, incluem o fim do clientelismo político, o acesso de educadores a cargos somente por concursos e adoção do estatuto do magistério em todos os municípios do Nordeste

O Plano visa a garantir também pelo menos um salário mínimo para os professores. Atualmente 60% dos professores de 1º grau do Nordeste recebem menos que um salário mínimo, sendo que a média salarial é de 30% do valor deste salário. A intenção dos educadores é ainda resolver o problema da evasão escolar. Uma vez que de cada 100 crianças que ingressam no 1º grau no Nordeste, apenas 12 chegam ao 2º grau. Este quadro é agravado pelo fato de permanecerem fora da escola 2 milhões de crianças.

De acordo com Júlio Correia, o MEC já liberou verba de Cz$ 131 milhões este ano para o desenvolvimento de ações experimentais na região. Entre estas ações está incluído o mapeamento da região para a construção de escolas e preparação de projetos para a capacitação de professores. *(Correio Braziliense/DF, 29/07/87)*

047
A escola oficial perde a dignidade

Salas de aulas com mais de 50 alunos, escolas com turnos de apenas duas horas diárias, falta de material didático — desde giz a bibliotecas — professores mal pagos e desestimulados, prédios necessitando reformas urgentes, altos índices de repetência e de evasão, pequeno número de serventes e de pessoal administrativo. Estes são alguns dos problemas do ensino público em todo o país, que piora a cada ano.

As secretarias estaduais de educação apontam como um dos principais indicadores da queda da qualidade do ensino o índice de repetência nas primeiras séries do 1º grau. Em São Paulo, 40% dos alunos do 1º ano são reprovados. Na Bahia, as estatísticas mostram casos de alunos que freqüentam a mesma série durante três anos e isso faz com que cerca de 60% dos estudantes abandonem a escola. Desses, apenas 20% conseguem chegar ao final da 8ª série.

A Fundação Pedroso Horta fez um levantamento da situação no Paraná. Os números se repetem: 60% das crianças são excluídas da escola antes de completar a 4ª série do 1º grau e só 20% ou 25% concluem a educação básica. De cada cem alunos que entram na 1ª série do 1º grau, apenas 15 continuam até o final da 8ª série sem reprovação.

O índice de evasão no Paraná também é alto: 10,8% dos alunos matriculados abandonam as aulas entre a 1ª e a 4ª série e 19,1% saem entre a 5ª e a 8ª. De cada mil alunos que entram na rede paranaense, apenas 129 concluem o 1º grau e, destes, somente 74 chegam à universidade.

''A situação de carência e de quase total inviabilização chegou a tal ponto que muitos pais só colocam as crianças nas escolas públicas por absoluta necessidade, quando não dispõem de recursos para pagar a escola privada'', lamenta Jocelim Azambuja, presidente da Associação dos Círculos de Pais e Mestres do Rio Grande do Sul, uma entidade que reúne cerca de 15 mil grupos de pais de todo o estado.

Se os problemas de evasão e repetência são graves, pior é o fato de muitas crianças não terem oportunidade de ir à escola. Em Pernambuco, 970 mil alunos freqüentam as aulas, mas mais de cem mil crianças não têm onde estudar. Para muitas escolas, o governo pernambucano precisou comprar carteiras, pois as crianças tinham aulas sentadas no chão.

Na rede estadual, 258 mil crianças têm apenas duas horas diárias de aula, o ''turno da fome'', pois a maioria das escolas tem três períodos. Só no próximo ano serão reduzidos para dois, com quatro horas e meia de aula, cada. Para melhorar a qualidade do ensino, a Secretaria da Educação pediu a participação das universidades do estado, que vão discutir e sugerir formas de implementar metodologias de ensino.

Causas — ''A razão deste quadro em todo o país foi a política clientelista de governos anteriores que, preocupados

em empregar pessoas que tinham como única qualificação a amizade com políticos, não investiram na melhoria do ensino'', afirma Heloísa Curvelo, diretora do Departamento de 1º grau da Secretaria da Educação da Bahia.

Uma das provas desse clientelismo foi divulgada no início do mês: a secretaria realizou um levantamento no seu quadro de pessoal e descobriu cerca de cinco mil servidores contratados como professores, mas sem qualquer formação profissional. Grande parte deles era semi-analfabeta.

A secretária de educação de Pernambuco, Silke Weber, confirma que a área de educação é conhecida por ter sido ''uma das mais utilizadas eleitoralmente nos últimos anos. A maioria dos professores foi contratada sem concurso, provocando a queda da qualidade do ensino''.

''A pobreza das crianças que freqüentam as escolas públicas, as dificuldades da família em acompanhar os estudos dos filhos são as principais causas da repetência nas primeiras séries'', afirma Elba Barreto, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas.

Para ela, os currículos das 1ªs. séries têm a ''pretensão'' de ensinar muito à criança e os professores acabam trabalhando de um modo mecanizado, com o qual a criança aprende somente o que está na cartilha. ''A avaliação é em cima do que a criança treinou muito. Fora isso, ela não se sai bem. E muitos não conseguem sucesso na avaliação''. Elba Barreto lembra ainda que nas famílias de classe média, a mãe ajuda nas lições de casa. ''Nas classes populares, nem que ela queira, a mãe consegue acompanhar, porque ela trabalha fora e não tem instrução''. *(O Estado de S. Paulo/SP, 15/10/87)*

048
O drama da professora do Nordeste

A professora rural nordestina não tem interesse em melhorar o seu nível intelectual e financeiro para não desequilibrar a família. Para ela, não seria bom, por exemplo, ganhar mais que o marido, ou ler e falar sobre coisas que o companheiro não entende, ou ainda freqüentar rodas que ele não freqüenta. Tudo isso a distanciaria do marido, o que ela não quer. Aprova o sistema machista e não se arriscaria a perder a função que desempenha na família como mulher.

Esta é a conclusão que se pode tirar a partir de uma pesquisa realizada por Maria Costa Cavalcanti, da Fundação Joaquim Nabuco, em três municípios alagoanos. Com a ajuda de uma pequena equipe, a socióloga ouviu 90 professoras rurais, todas leigas, que ensinam em sítios ou fazendas, e observou que ''não há esta coisa diferenciada a que se chama professora rural''.

Por esta certeza ele titulou a pesquisa como ''A mulher do campo e seus alunos''. Isto porque a professora rural — a grande maioria casada, com idade em torno dos 35 anos — possui uma escolaridade que não ultrapassa a quarta série primária, vive no mesmo isolamento que a sua comunidade, não lê, não vê televisão porque a eletrificação rural não chega a suas casas.

Seus objetivos como professora são exatamente os mesmos de toda mulher do campo: que a criança aprenda a ler, ou pelo menos a escrever o nome, e a fazer as contas básicas. As concepções de evasão, repetência ou idade escolar também são puramente rurais. Assim, uma criança do campo é considerada apta a ir à escola quando atinge um grau de independência que a permita percorrer grandes distâncias para ir até a escola (em torno dos nove ou dez anos). A repetência também não tem importância porque se ela passa da 1ª para a 2ª série, quase nada muda no ensino.

A professora rural dá mais ênfase às suas atividades domésticas que às de educadora. Ela faz todo o trabalho que todas as mulheres rurais fazem: cozinha, lava e passa a roupa, cuida dos filhos, trabalha no quintal e na horta. Mal-remunerada, mal-assistida e marginalizada pelo sistema oficial de educação, a pesquisadora constatou que professora rural se submete a todas as dificuldades como professora para manter a condição de beneficiária da Previdência, garantindo o atendimento médico para si e para os filhos.

Mulheres de feirantes, pequenos agricultores, moradores, ou empregados das fazendas onde estão as escolas, as professoras rurais normalmente têm outra atividade na comunidade — parteiras, rezadeiras —, exercendo uma certa liderança. Como suas indicações acontecem muito em função de apadrinhamento político, há uma grande rotatividade no seu trabalho, e a cada eleição elas lutam tenazmente para tentar segurar a carteira profissional.

Percebendo uma forte imposição do sistema educacional urbano sobre o rural — onde existe uma outra realidade —, Cavalcanti recomendou na sua pesquisa, que as crianças do campo não tenham férias como as crianças da cidade, usufruindo apenas dos recessos de carnaval, Natal, Ano Novo e outras datas comemorativas. Ela justifica que o horário escolar destas crianças é mínimo. Na teoria, quatro horas, mas na prática é em torno de uma hora. Por morarem longe, as crianças chegam atrasadas. Pelo mesmo motivo, a professora encerra antes do tempo. E parte do período é ocupado para preparar a merenda e em alguns casos lavar a louça em algum riacho, o que rouba o tempo de aprendizado. *(O Estado de S. Paulo/SP, 29/11/87)*

049
Estatística do MEC aponta crescimento do déficit de vagas

Projeções feitas pela Secretaria de Estatística do Ministério da Educação indicam que o déficit de vagas para alunos de 7 a 14 anos aumentará em cerca de dois milhões nos próximos dois anos. Atualmente, calcula-se que haja em torno de quatro milhões de crianças, nesta faixa etária fora da escola, por falta de vagas. Conforme estudo feito a partir das taxas de crescimento populacional e de estimativas de oferta de matrículas, este número chegará a 6 milhões em 1990.

Estas projeções constam de estudo, feito pelas professoras Ana Elizabeth Lofrano e Maria Luíza Belloni, da Secretaria de Planejamento do MEC. Os números contradizem as metas anunciadas pelo Ministério no início do atual governo, quando foi lançado o programa Educação para Todos (gestão do ex-ministro Marco Maciel). A previsão era de que em 1990 o déficit escolar fosse nulo, ou pelo menos irrisório.

Além dos quatro milhões de crianças de 7 a 14 anos que estão fora da escola por falta de vagas, calcula-se que haja mais quatro milhões que aban-

donaram os estudos. As estatísticas abrangem apenas esta faixa etária porque ela corresponde ao ensino obrigatório.

As estatísticas indicam também que 70% dos atuais 25 milhões de alunos do 1º grau estão concentrados nas quatro primeiras séries, equivalentes à antiga escola primária. Apenas 30% dos alunos de 1º grau freqüentam as séries finais. Se o restante resolvesse prosseguir os estudos não encontraria vagas, conforme as professoras. "Ao que parece, os programas e projetos do MEC têm se voltado muito mais para a ação terapêutica nas quatro primeiras séries do que para a profilática no segundo segmento do 1º grau", concluem elas. *(Folha de S. Paulo/SP, 06/12/87)*

050
No Rio, aluno custa ao estado 10 vezes mais que no Piauí

O cálculo que determina o custo anual de cada aluno em relação aos recursos aplicados pelo governo para ampliação e manutenção da rede de ensino oficial reflete as disparidades econômicas e as diferenças das políticas educacionais entre os estados brasileiros. Denominado tecnicamente de custo/aluno, este cálculo computa desde os salários dos professores até os gastos com o material de consumo diário nas escolas. A diferença salarial entre os corpos docentes estaduais é um dos itens que mais contribui para que, por exemplo, o custo/aluno no Rio de Janeiro (o mais elevado segundo o levantamento do MEC) seja quase dez vezes superior ao do Piauí (o menor entre todos os estados). No Rio, o salário inicial de um professor de 1º grau é Cz$ 10.369,00 enquanto no Piauí um professor que ingressa na carreira recebe Cz$ 2.960,00.

Máquina administrativa consome até 40% do orçamento — O levantamento de custo/aluno do MEC levou em conta apenas os gastos diretos na escola, excluindo os recursos necessários para manutenção da máquina administrativa das secretarias de educação. A comparação dos gastos indiretos com os diretos pode demonstrar uma desproporção na aplicação dos recursos, como ocorre no Piauí (estado do qual o atual ministro da educação, Hugo Napoleão, foi governador de 1982 a 1986), onde as verbas gastas fora da escola chegam a cerca de 40% do orçamento destinado à educação.

Custo-aluno anual direto nas escolas de 1º grau da rede estadual (em dólares)

Rio de Janeiro	306,1
R. G. do Sul	227,2
Rondônia	207,8
São Paulo	202,7
Roraima	143,7
Paraná	106,7
Santa Catarina	106,1
Amapá	98,3
R. G. do Norte	97,7
Mato Grosso	91,4
Espírito Santo	89,1
Goiás	84,0
Amazonas	81,3
Pernambuco	77,7
Mato Grosso do Sul	74,7
Paraíba	74,2
Ceará	67,2
Alagoas	66,1
Bahia	62,0
Sergipe	56,7
Pará	53,1
Acre	48,6
Maranhão	33,2
Piauí	32,6

Porém, isto só pode ser feito, por enquanto, em mais um estado: São Paulo, cujos gastos indiretos, segundo o levantamento experimental do MEC, são menores em números absolutos do que os do Piauí (US$ 14,8 contra US$ 22,7).

O próprio secretário de educação do Piauí, Antônio Noronha Filho, 37, confirma que os gastos com os "objetivos meios" é maior que com os "objetivos fins". "O que se gasta com burocracia é mais do que é gasto diretamente na relação professor/estudante e os meios diretos para que a educação aconteça", diz.

Segundo o presidente da Associação de Professores do Estado do Piauí (Apep), Francisco Soares dos Santos, 48, esta desproporção não pode ser creditada aos salários dos servidores. "Professores e funcionários recebem salários de fome (o salário inicial de um servidor é de Cz$ 2 mil) como a grande maioria dos funcionários piauienses", afirma.

Para Santos, as causas são políticas: "Quando se contrata um número elevado de funcionários e se fazem despesas indiretas, quem se beneficia são apenas os políticos que manipulam a educação". Mesmo assim, a diretora do Departamento de 1º grau da Secretaria de Educação do Piauí, Ariel das Graças Rodrigues Mesquita, 37, diz que a comparação dos custos indiretos entre ambos os estados não é pertinente. Segundo ela, a educação deve ser vista como investimento, "não como custo".

Redução — Em São Paulo, o dirigente da Assessoria Técnica de Planejamento e Controle Educacional da Secretaria de Educação, Adolfo Pacheco Filho, 38, afirma que o levantamento do custo/aluno tem uma aplicação direta no acompanhamento das atividades da Secretaria, possibilitando a visualização de quais setores podem ganhar eficiência com a redução do custo indireto.

Além disto, diz Pacheco, a análise do custo/aluno pode ajudar na elaboração do orçamento através da definição de prioridades para a alocação de recursos.

Assim, a Secretaria está concluindo um estudo atualizado sobre o assunto, cujos dados preliminares já demonstram uma redução no custo/aluno direto em relação ao levantamento do MEC. De US$ 202,7 ele baixou para US$ 150 pelo novo estudo.

Pacheco levanta a hipótese de que o número de alunos por professores tenha aumentado para explicar a redução. Outras possibilidades aventadas por ele se referem ao agravamento da superocupação das escolas — acréscimo de mais um período de aulas —, ou até mesmo um aumento da eficácia do sistema.

Porém, o diretor intersindical da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Roberto Felício, 35, tem uma interpretação diferente para a redução do custo/aluno. Segundo ele, "é possível que o custo tenha baixado porque o estado investe cada vez menos em educação".

Custo-aluno anual nas escolas estaduais de 1º grau em São Paulo e Piauí (em dólares)

Direto

Estados	Pessoal Docente	Pessoal não docente	Pessoal total	Material de consumo	Material permanente	Material total	Outros total	Total geral
São Paulo	135,6	26,1	161,7	23,9	10,7	34,6	6,4	202,7
Piauí	13,3	4,8	18,1	9,4	4,3	13,7	0,8	32,6

Indireto

Estados	Pessoal	Material para construção	Material permanente	Serviços contratados	Outros	Total
São Paulo	8,4	0,4	0,6	5,4	-	14,8
Piauí	17,8	1,0	0,7	1,6	1,6	22,7

(Folha de S. Paulo/SP, 13/12/87)

Defasagem salarial — Além disto, diz Felício, a defasagem salarial dos professores desde 1984 foi de 140%. Os gastos com o pagamento de pessoal docente contribuem com a maior parte do custo/aluno.

Pacheco, no entanto, afirma que o maior custo vem dos alunos repetentes, que duplicam os gastos do governo a cada série que cursam novamente. *(José Roberto de Toledo, Folha de S. Paulo/SP, 13/12/87)*

051
Crise no ensino público atinge todo o país

Se houvesse uma distribuição adequada das 31.968 escolas públicas de 1º grau do país, os governos federal, estaduais e municipais não precisariam construir mais salas de aula para acabar com a falta de vagas. É o que garante o Ministério da Educação (MEC), que, por outro lado, admite que 4,5 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, ficarão fora do colégio este ano.

O ministro da educação, Hugo Napoleão, anunciou que o 1º e 2º graus são prioritários. Mas o MEC prevê que, em 1990, 6 milhões de crianças ficarão de fora do 1º grau.

No 2º grau, a situação é ainda mais crítica: o déficit atual, que tende a aumentar, é de 8 milhões de vagas. Governador do Piauí entre março de 1983 e maio de 1986, Hugo Napoleão não poderá tomar seu estado como modelo para as reformas. O Piauí é o último colocado na tabela de eficiência escolar da rede oficial de ensino — formulada pelo próprio MEC —, com índice de 14,8%.

A taxa de eficiência escolar, além de levar em conta os alunos que cursaram as oito séries do 1º grau, contabiliza também aqueles que completaram pelo menos o segundo ano. A taxa de eficiência do Rio de Janeiro é de 39,7% e a de Brasília 58,4% (melhor índice do país). A média brasileira é de 32,9%.

No Piauí, de cada 100 estudantes matriculados na 1ª série do 1º grau, 5,35 completam o curso. No Rio, dos 100 que iniciam, 18,96 concluem o 1º grau. O melhor índice é novamente do Distrito Federal, com 42,06 alunos formados. "Vejo com tristeza esta situação em meu estado", disse Hugo Napoleão, garantindo que fará de tudo para inverter a colocação do Piauí.

Esta tarefa não será fácil. Um documento elaborado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), órgão da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), aponta sérias distorções no estado. Em 1984, somente em gastos indiretos com pessoal, o Piauí empregou por cada aluno US$ 17,8. Diretamente nas escolas, gastou US$ 32,6 por aluno. Em contrapartida, São Paulo teve um gasto indireto com pessoal de US$ 8,4 por aluno.

De acordo com o estudo do Ipea, "parece evidente que os gastos com administração central no Piauí são excessivos quando comparados ao que se gasta nas escolas". Em São Paulo, há um funcionário para cada 422 alunos; no Piauí, um para 136.

O estado que mais gasta diretamente com aluno é o Rio de Janeiro. Cada estudante custa US$ 306,1 ao cofre estadual e US$ 266,1 ao municipal. O custo indireto ainda não foi levantado. Emílio Marques, um dos autores do levantamento e atual secretário de planejamento do MEC, chama a atenção para situações distorcidas de estados com seus custos diretos. Goiás, por exemplo, dentro de cada escola gasta o mesmo valor com docentes e pessoal administrativo (US$ 35,1).

Um estudo recente da Secretaria de Ensino Básico do MEC assegura que "o Brasil como um todo, possui uma demanda potencial maior que a matrícula, verificando-se a existência de um déficit escolar da ordem de 5,2 milhões. No entanto, a capacidade física instalada é maior que a demanda, o que revela que se houvesse uma distribuição adequada das escolas não seria necessário construir novas salas de aula". E conclui: "A capacidade instalada poderia absorver 32 milhões de estudantes, enquanto a demanda é de cerca de 30 milhões". Em termos comparativos, a posição brasileira no 2º grau é bastante ruim. "Matriculamos no 2º grau apenas 13% da população de 15 a 19 anos, situação semelhante à do Lesoto e Gâmbia, na África; a Argentina absorve 65% e a Colôm-

bia, 49%'', disse Zeli Isabel Roesler, ex-secretária de ensino de 2º grau do MEC, exonerada por Hugo Napoleão. No fim do ano passado, ela protestara contra a falta de recursos do MEC para este nível. Dos Cz$ 1,3 bilhão pedidos por Zeli, a secretária obteve apenas Cz$ 288 milhões.

Solange de Castro, técnica da Subsecretaria Geral da Secretaria de 2º grau, acrescentou: ''os recursos para o 2º grau sofrem uma variação tremenda de ano para ano. Às vezes temos dinheiro, outras vezes não. Então, não podemos ter uma continuidade nos projetos''.

Dos 3,1 milhões de jovens que freqüentam o 2º grau, menos de 10% têm acesso a colégios de boa qualidade, segundo Solange. Menos de 150 mil conseguem freqüentar escolas públicas onde efetivamente se dão cursos profissionalizantes.

A maioria dos 5.200 estabelecimentos públicos e 4.100 particulares experimenta uma difícil transição do modelo profissionalizante, implantado na década de 70, para novas alternativas de educação integrativa do adolescente. Neste quadro, cerca de 2 milhões de secundaristas recorrem a cursos noturnos, pois trabalham durante o dia.

Secretários culpam corte de verbas — A secretária de educação de Pernambuco, Silke Weber, manifestou-se ''surpresa e indignada'' com a redução dos recursos que o MEC está repassando para o ensino básico do estado em 1988. Segundo ela, em 1987 o Ministério destinou Cz$ 294 milhões para a rede pernambucana contra os Cz$ 238 milhões deste ano.

Silke Weber, presidente em exercício do Conselho de Secretários Estaduais de Educação, disse que já enviou vários comunicados ao MEC contra o corte de verbas. No entanto, não recebeu qualquer resposta. ''É fundamental que os recursos destinados ao salário-educação sejam retirados da contenção de despesas do governo federal. O ensino básico gratuito deve ser oferecido à população, pois caso contrário estaremos impedindo elementos fundamentais do exercício de cidadania'', afirmou.

Silke disse que a Secretaria elaborou oito projetos para este ano, que abrangem desde a formação de professores até a recuperação de escolas e cooperação técnica entre os municípios. Diante da falta de verbas, ela acha que pouca coisa será feita, pois é necessário Cz$ 1,9 bilhão.

A baixa credibilidade do ensino chegou a tal ponto no Ceará que, para aumentar o número de matrículas na rede básica, o governo teve de veicular nas emissoras de TV e rádio um anúncio sobre as vantagens e mudança que ocorreram no setor.

Assim, o secretário de educação, Paulo Elpídio Menezes, conseguiu preencher as cerca de 400 mil vagas ociosas nas escolas. Agora, até as 35 mil vagas que surgiram com a construção e recuperação de 200 salas foram ocupadas. Elpídio lamenta que o governo federal efetue, constantemente, cortes nas verbas destinadas à educação: ''o governo anuncia que a educação básica é prioritária e que no Nordeste é a prioridade das prioridades, mas não cumpre com a palavra''. *(O Globo/RJ, 21/02/88)*

052
MEC quer cogestão nas escolas

A partir da próxima semana, uma comissão de técnicos do Ministério da Educação estará percorrendo as escolas públicas do Distrito Federal, para selecionar 20 que sirvam para uma experiência piloto de administração por co-gestão (governo junto com os pais). De acordo com o secretário-geral do MEC, Luiz Bandeira, este teste encaixa-se num projeto do ministério de valorização do ensino público de 1º e 2º graus, ao mesmo tempo que busca uma integração maior da comunidade com os problemas da educação. Depois de Brasília, o segundo estado onde será adotado o sistema de cogestão é São Paulo. O Ministério da Educação já iniciou os contatos com o governador Orestes Quércia.

A cogestão foi sugerida pela primeira vez no início do ano pelo presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), Luís Cassemiro. Pela proposta, caberá ao estado a doação do terreno do prédio e a administração dos recursos humanos (funcionários e professores). Os pais se cotizarão para fazer a manutenção do prédio. Os currículos, calendários escolares, formas de avaliação etc., seriam decididos em conjunto. ''Dessa forma, a comunidade se engajaria na defesa da escola pública e da educação'', diz Bandeira. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/08/88)*

053
Evasão no 1º grau é de 52%, diz o MEC

Um levantamento recente do Ministério da Educação revela que mais da metade — 52% — das crianças matriculadas na 1ª série do 1º grau não chega à 2ª série e apenas 18% concluem o 1º grau. O MEC reconhece ainda que os poucos alunos que continuam os estudos não têm formação para uma participação de fato na sociedade, pois parcela significativa das escolas tem turnos com apenas duas horas diárias de aulas, insuficientes para o processo de aprendizado.

Segundo o secretário de Ensino Básico do MEC, José Raimundo Carvalho, dos 140 milhões de brasileiros, 50 milhões, entre jovens e adultos, são analfabetos, ou sabem apenas assinar o nome. Devido à formação deficiente proporcionada pela redução da carga horária, 30 milhões de brasileiros não compreendem o que lêem e outros 20 milhões são completamente analfabetos. É com esses dados que o Ministério da Educação vai comemorar quinta-feira o dia Nacional e Internacional da Alfabetização. *(O Liberal/PA, 07/09/88)*

054
Encontro debate educação pré-escolar do Cone Sul

Apenas cerca de 20% das crianças brasileiras até seis anos de idade estão sendo atendidas por instituições especializadas, apesar da importância da assistência nesta faixa etária para o rendimento escolar. Este índice coloca o Brasil entre os países em situação precária com relação à educação pré-escolar no Cone Sul e desafia as autoridades do setor, pois a nova Constituição prevê a obrigatoriedade deste atendimento.

Estes dados foram levantados ontem, durante a abertura do I Congresso de Educação Pré-Escolar dos Países do Co-

ne Sul, que estará sendo realizado em Santa Maria (RS) até o próximo dia 17. A promoção é da Associação Municipal da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (Omep) e constitui, na opinião do seu presidente, José Luis Padilha de Milano, um dos mais importantes acontecimentos realizados este ano em nível de educação pré-escolar. "Basta dizer que, cerca de 600 participantes, do Brasil, Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai estarão presentes ao encontro, que pretende debater os principais problemas que atingem esta área de educação", acrescentou ele. *(Zero Hora/RS, 13/09/88)*

055
Educação perde Cz$ 388 bilhões

Dos 650 bilhões de cruzados que o Ministério da Educação havia solicitado à Secretaria de Planejamento da Presidência da República para gerir seus programas no próximo ano, conseguiu 262 bilhões, com os quais terá que manter as universidades federais, as escolas técnicas e agrotécnicas, a educação especial e órgãos da administração direta e indireta. A partir do próximo ano, o MEC não mais irá transferir recursos para a educação básica em todo o país, o que será feito pelos próprios estados e municípios, de acordo com o que rege a nova Constituição.

Com a "Operação Desmonte", pelo menos 16 programas educacionais de apoio aos estados e municípios, até agora mantidos pelo Ministério da Educação, serão extintos, entre eles o Projeto Monhangara, destinado às regiões Norte e Centro-Oeste, e o Projeto Nordeste que, através de financiamentos de bancos, iriam promover a expansão e melhoria do ensino básico naquelas regiões. *(A Tarde/BA, 21/09/88)*

056
União financia apenas 35% dos gastos com educação

Apenas 35% dos gastos com a educação no Brasil são de responsabilidade da União, enquanto os estados e municípios financiam 65%. Esses dados foram divulgados pelo Banco Mundial e levantados ontem pelo Coordenador de Planejamento Operativo da Pró-Reitoria de Planejamento da Universidade Federal do Ceará (UFC), professor Antônio Aroldo Lins, ao abordar o tema "Financiamento da Educação" nos Encontros Culturais, realizados no auditório Castelo Branco, da Reitoria.

Segundo informações do palestrante, o país dedica somente 4% de seu Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, quando as nações mais desenvolvidas gastam mais de 5%. "Para erradicar de vez a analfabetização, o Brasil teria que desembolsar de 6% a 7% desses recursos" — frisou. Antônio Aroldo Lins comparou também as verbas direcionadas à educação com aquelas destinadas aos encargos da dívida externa. "Os encargos da dívida representam quatro vezes mais que os recursos da educação" — ressaltou. *(O Povo/CE, 23/09/88)*

057
MEC avaliará estudantes do 1º grau

O Ministério da Educação quer saber como está a qualidade de ensino de 1º grau no país. Para isso, vai avaliar em novembro os conhecimentos de alunos de quatro escolas da rede estadual de São Paulo, experiência já feita em outros nove estados e no Distrito Federal. Nesta segunda etapa do projeto, estudantes de outros dez estados e dois territórios receberão os mesmos questionários. Ao todo, dez mil alunos de primeira à quarta série do primeiro grau serão avaliados. O ministro Hugo Napoleão acredita que a pesquisa estará concluída em cinco meses. Assim, será possível iniciar o próximo ano letivo "com um diagnóstico real da situação". Os resultados serão apurados e divulgados pela Fundação Carlos Chagas. O ministro pretende estender a avaliação também aos alunos do 2º grau. *(O Estado de S. Paulo/SP, 21/10/88)*

058
Quantas escolas há no Brasil? O MEC não sabe.

O Ministério da Educação não tem informações precisas sobre o número de alunos, professores e escolas do Brasil. Embora realize censos escolares anuais e conte com um departamento de 65 pessoas para cuidar de suas estatísticas, os últimos números exatos sobre o assunto são relativos a 1985. Os censos de 1986 e 1987 não estão concluídos e os dados oficiais sobre estes períodos são apenas estimados. O que pode gerar erros, distorções e prejuízos consideráveis num orçamento que, neste ano, consome 300 bilhões de cruzados.

Segundo o professor Godeardo Baquero Miguel, do Serviço de Estatística de Educação e Cultura (Seec), do Ministério, os cálculos por estimativa podem abrigar "erros superlativos" de até 5% nas quantidades de alunos, escolas e professores. O professor Baquero, responsável pelas estatísticas do MEC, considera, entretanto, que a falta de dados atuais precisos sobre o ensino do Brasil não cria "qualquer problema mais grave" ao orçamento. "Você está dando importância exagerada a esses números", defendeu-se, explicando que o seu departamento de estatística, que assessora a Secretaria de Planejamento do MEC, tem como funções principais fornecer dados escolares para a Unesco, às embaixadas, ministérios, universidades e Congresso Nacional. Ele garantiu que "nenhum país do mundo, nem mesmo os desenvolvidos" têm estatísticas atuais sobre seus sistemas de ensino.

Três telefonemas às embaixadas da França, Cuba e União Soviética desmentiram a afirmação do professor Baquero.

Na embaixada soviética o adido de imprensa, Vitali Mouzankov, prontamente forneceu um anuário com dados escolares, relativos a 1987, nas 15 repúblicas federadas soviéticas. *(Jornal da Tarde/SP, 27/11/88)*

059
Professor vai ter cursos à distância

O Ministério da Educação (MEC) pretende reduzir o número de professores leigos, que já somam duzentos mil em todo o país, através do ensino à distância. Nos próximos dois anos o ministro Hugo Napoleão estima que mais de cem mil alunos estarão matriculados nestes cursos, e para isso instalou no início do mês de novembro uma comissão com o objetivo de definir uma política para o ensino à distância. *(Correio Braziliense/DF, 17/11/88)*

060
A tragédia do ensino brasileiro

A escola pública está falhando na transmissão de conhecimentos. Foi o que constatou uma pesquisa realizada pela Fundação Carlos Chagas, a pedido do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (Inep), órgão do Ministério da Educação. Ao avaliar o rendimento de alunos de 1ª, 3ª, 5ª e 7ª séries do 1º grau, em dez cidades, entre elas, Brasília, a pesquisa mostrou a situação dramática do ensino de matemática.

O desempenho dos estudantes também não foi bom nas provas de língua e de redação. O trabalho, coordenado pelos professores Heraldo Merelim Vianna e Bernadette Gatti, aponta a necessidade urgente de "repensar em detalhes o que está sendo proposto em sala de aula, em que seqüência e como".

Os alunos revelaram dificuldades com a língua portuguesa em todas as séries pesquisadas. Os problemas com esta matéria se evidenciaram ainda mais na 5ª e 7ª séries. 26% dos alunos de 5ª série foram classificados como deficientes e fracos em redação. Além de dificuldades em organizar frases e parágrafos, as crianças mostraram erros de grafia das palavras. Muitas escreveram: legau, caminharo, voutou, auguem, socegar ou inrracional.

Os pesquisadores encontraram nas redações da 5ª série muitas frases desconexas, como estas: "Um dia ele voutou para casa só eu fiquei muito feliz quando eu fui dormir e no outro dia quando acordei ele estava com a sua família toda". Ou ainda: "Ele era um cachorro bem bonitinho que a Paloma uma cachorrinho pequenes que gostava de parir cachorrinhos nele".

Repetência — A amostra da pesquisa foi recolhida entre 4 mil 518 alunos de 19 escolas menos favorecidas economicamente, das cidades de Belém, Brasília, São Luís, Natal, Recife, Aracaju, Belo Horizonte, Niterói, Florianópolis e Cuiabá. Em Brasília foram pesquisadas escolas da Ceilândia, onde estudam crianças que vivem em completa carência social e econômica. A maioria das escolas funciona em três períodos, com um número médio de 35 turmas e mantém cursos noturnos. O tempo de permanência do aluno na escola mostrou-se reduzido, muitas vezes limitando-se a três horas e meia.

A pesquisa não chegou a uma conclusão geral sobre o comportamento das taxas de evasão, que se mostraram mais acentuadas nas primeiras séries, principalmente na passagem da 1ª para a 2ª série. Mas foram verificadas altas taxas de reprovação, especialmente nas séries iniciais. Em algumas escolas esta taxa chegou a 50%.

As dificuldades em matemática apareceram a partir da 3ª série. Os alunos de 1ª série, por exemplo, tiveram um melhor desempenho em matemática que em língua portuguesa. Apenas um aluno de 1ª série de Belém tirou zero em matemática, enquanto estudantes de seis cidades obtiveram a nota máxima (30). Em 60% dos casos a nota mínima foi superior a seis.

O desempenho em matemática dos alunos de 3ª série foi considerado razoável, enquanto os de 5ª série tiveram um baixo rendimento. Os estudantes mostraram não saber trabalhar com questões do sistema de numeração decimal, operações com números naturais, unidades de medidas e de tempo.

Erros — Os estudantes da 5ª série mostraram não dominar noções relativas a conjuntos, mútliplos e divisores, números racionais absolutos, medida de volume, perímetro, área e volume de figura geométrica simples. As crianças tiveram problemas até mesmo com o sistema monetário brasileiro.

Os alunos da 7ª série não ficaram atrás e também tiveram um baixo rendimento na matéria. Segundo a pesquisa, eles mostraram desconhecer aspectos elementares da matemática. Crianças da 5ª série de Brasília, Florianópolis, Niterói, Belo Horizonte e Recife alcançaram boas notas em língua portuguesa.

Por outro lado, os estudantes da 7ª série das dez cidades não tiveram bom desempenho nesta matéria. Eles mostraram dificuldades com a gramática, ignorando noções de objeto direto e indireto, adjunto adnominal, vocativo e orações coordenadas. Nas redações o resultado não foi diferente. Houve incidência de zeros em 60% das cidades da amostra. 70% das notas nas provas de redação da 7ª série ficaram entre 3,0 e 7,0. Só 5% tiveram nota superior a 8, quando a nota máxima era 10.

Até erros de separação silábica apareceram nas provas da 7ª série, além dos de grafia. As crianças separaram assim as sílabas: brinca-ndo, difere-nte, comun-icou, pa-ssar. E escreveram: anoite (a noite), agente (a gente), anivessaro, atraveça, bricar, bringar (brincar), deichar, entre outras palavras erradas.

A pesquisa também apontou a necessidade de reformular o ensino de ciências. Os alunos da 5ª série não souberam responder questões ligadas ao solo, e talvez influenciados pela propaganda dos produtores de adubos da TV, responderam que a melhoria do solo seco ocorre pela adubação, desprezando a irrigação. *(Yara Malheiros, Correio Braziliense/DF, 27/11/88)*

061
Municípios deixam de ganhar verbas do MEC

Embora o Ministério da Educação só venha repassando 25% do salário educação — que é arrecadado junto às indústrias — aos municípios que possuem o estatuto do magistério, cerca de 10% das cidades brasileiras continuam sem este tipo de legislação. Além disso, nem todos os estatutos existentes atendem à valorização do professor e conseqüentemente, do ensino básico no país. O fato é responsável pelo índice de profissionais inabilitados e contratados sem concurso ou que trabalham nas escolas públicas, principalmente na zona rural do Nordeste, onde a taxa chega às vezes a cerca de 50%.

Estas informações foram apresentadas ontem, pela Secretaria do Ensino Básico do Ministério da Educação, durante a abertura do Seminário "Valorização do Magistério na Região Nordeste". O encontro promovido pelo MEC e que reúne técnicos e secretários municipais de educação de toda a região, foi convocado para avaliar a situação dos estatutos na área e elaborar propostas que ajudem os governos municipais a criarem seus próprios estatutos, caso ainda não os possuam, ou revisá-los, se for o caso, para corrigir as distorções existentes.

A reunião, que teve os secretários estaduais do Nordeste representados pela secretária de Pernambuco Silke Weber, foi aberta por José Raimundo

Araújo, secretário de Ensino Básico do MEC. Ele explicou que a nova Constituição veio reforçar a necessidade de corrigir os estatutos e implantá-los onde ainda não existem. A contratação de funcionários nos órgãos do governo, segundo a nova Carta, terá que ser feita por concurso. No entanto, em apenas 32% de cerca de mil municípios do Nordeste pesquisados, o concurso vem sendo feito para contratação de professores. Isto leva a crer que na maioria deles, clientelismo político ainda é o critério adotado para a seleção.

Para agilizar todo este programa de Valorização do Magistério, como lembrou José Raimundo, no início do próximo ano, o MEC já pensa em reunir os novos prefeitos dos municípios para evidenciar o quanto é importante rever todas as distorções.

Conheça de forma mais detalhada a situação dos estatutos na região Nordeste, conforme dados divulgados ontem, pelo Ministério da Educação. No quadro ao lado, você vai conhecer que apenas 13% dos cerca de mil municípios pesquisados na região atendem à valorização do magistério. *(Jornal do Commércio, 06/12/88)*

Estatutos do magistério na região Nordeste

Município	atendem	não atendem	atendem em parte	devem ser revistos	nº análise sobre total
Região Metropolitana	6%	17%	33%	44%	95% de 19
Capitais			67%	33%	100% de 09
Cidade de pequeno porte	18%	5%	31%	45%	92% de 60
Total	13%	5%	45%	37%	80% de 1.433

(Jornal do Commércio/PE, 06/12/88)

Merenda

062
Burocracia devora 92% do gasto com merenda escolar

Concordando com estudo da Undime (União dos Dirigentes Municipais de Educação), segundo o qual, de cada Cz$ 100,00 gastos com a distribuição da merenda escolar centralizada em Brasília, apenas Cz$ 8,00 são aplicados efetivamente na alimentação dos estudantes, o presidente da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), Carlos Pereira de Carvalho e Silva, revelou que o programa de municipalização, que em 1986 atingiu 82 municípios, em 17 estados, será estendido a 1 mil, até o final do mandato do presidente Sarney. A revelação foi feita em Juiz de Fora, onde terminou ontem o 1º Seminário Nacional de Avaliação da Municipalização da Merenda Escolar.

Foram aprovadas ontem, segundo dia do encontro, seis propostas que serão encaminhadas ao Ministério da Educação e à FAE. Os participantes decidiram pedir a extinção do Programa do Irmãozinho — projeto da FAE que estende a merenda escolar aos irmãos dos alunos carentes —, com a incorporação dos recursos ao Programa de Municipalização da Merenda Escolar e o aumento do gasto de Cz$ 2,02 por cada merenda, para Cz$ 3,24. Os valores são reajustados trimestralmente. *(Jornal do Brasil/RJ, 28/03/87)*

063
Termina o estoque de merenda escolar em 17 estados

Terminaram os estoques de merenda escolar da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em 17 estados, nos territórios de Amapá e Roraima e no Distrito Federal. Ainda há merenda nas escolas, suficiente em média para mais dez dias. A partir de então, cerca de 25 milhões de alunos de escolas públicas de 1º grau ficarão sem merenda, se o governo não liberar Cz$ 2,5 bilhões solicitados pelo Ministério da Educação para reposição dos estoques da FAE.

O ministro do planejamento, Aníbal Teixeira, disse que os recursos deverão ser liberados na segunda-feira. O orçamento da merenda escolar para este ano era de Cz$ 5,4 bilhões, mas devido à inflação a FAE pediu uma suplementação de Cz$ 8,9 bilhões, dos quais Cz$ 4,5 bilhões já foram liberados.

A informação foi dada pelo presidente da FAE, Carlos Pereira de Carvalho, 48. Segundo ele, os estoques do órgão em São Paulo terminaram ontem, com a distribuição de 94.808 quilos de alimentos às escolas que deverão ser consumidos no decorrer da próxima semana. A FAE atende em São Paulo 947.408 alunos, número equivalente a 30% da demanda.

3 milhões sem merenda — Segundo Carlos Pereira, cerca de três milhões de alunos já estão sem merenda, há cerca de quinze dias. Falta merenda escolar na maioria das escolas públicas de 1º grau dos estados da Paraíba, Santa Catarina, Pernambuco, Sergipe, Ceará e do Distrito Federal. *(Folha de S. Paulo/SP, 21/11/87)*

064
Napoleão vai investigar irregularidades na merenda

O ministro da educação Hugo Napoleão disse à Folha que está "com um binóculo bem grande" em cima da atual direção da FAE e que já determinou, no último dia 8 de março, que o Tribunal de Contas da União (TCU) proceda uma "investigação" na fundação para apurar denúncias de irregularidades na distribuição de merenda escolar.

"Como não estou gostando das coisas, mandei isso ao TCU", disse Napoleão exibindo o aviso endereçado ao presidente daquele tribunal, Alberto Hoffman. Segundo o ministro, a repor-

tagem da Folha, segundo a qual a FAE teria distribuído mais merendas escolares que o número de alunos oficialmente matriculados na rede pública, somase a outras denúncias parecidas, feitas há um mês.

O aviso ao TCU foi determinado a partir da afirmação do ex-chefe de gabinete da Secretaria do Planejamento Lúcio Veríssimo que, ao sair do governo, fez acusações apontando desvio de verbas da merenda escolar pela FAE. "Posso garantir que isso não fica assim", disse Napoleão. Sobre a reportagem da Folha, acrescentou: "É mais uma razão para que esclareçamos isso."

As acusações de Veríssimo, ex-chefe de gabinete de Anibal Teixeira, foram feitas durante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado que apura irregularidades no âmbito do governo. No mesmo dia da denúncia, 8 de março, o ministro enviou o pedido de investigação ao TCU. Só que até agora a investigação não começou.

"Estamos aguardando", disse o presidente da FAE, Carlos Pereira de Carvalho e Silva. "Estamos de portas abertas". O presidente da FAE contestou as informações publicadas anteontem pela Folha. "Não há alunos fantasmas", disse. Referia-se à informação de que, em 1987, a FAE liberou 32.481.262 merendas escolares aos estados, enquanto a rede oficial de 1º e 2º graus é de 27.110.907 alunos e beneficiários, perfazendo um excedente "fantasma" de 5.370.455 "alunos".

Carvalho e Silva atribuiu a disparidade dos números ao fato de que a FAE, no início de cada ano, sempre planeja o número de merendas em função dos números de matrículas na rede oficial enviados ao governo federal pelas secretarias de educação.

Este número, ao longo do ano, diminui em função de absenteísmo e evasão escolar (média de 15% na rede de primeiro grau).

Embora os registros iniciais da FAE indicassem cerca de 32 milhões de merendas, correspondentes, segundo ele, ao número inicial de matrículas enviado pelas secretarias estaduais, o número real de merendas enviadas foi em torno de 27 milhões, correspondente ao número real de alunos e beneficiários. "O atendimento efetivo foi de cerca de 27 milhões", disse. Negou taxativamente que a FAE tivesse enviado verbas para merendas superiores à demanda real. "De jeito nenhum, não houve merendas a mais."

A FAE divulgou nota oficial sobre a reportagem da Folha. Afirma que o Plano Nacional de Alimentação Escolar, em 1987, foi de 194.661 toneladas, correspondentes ao abastecimento de 103 dias, embora a meta inicial da Fundação fosse atendimento de 260 dias/ano. A diferença, segundo Carvalho e Silva, corresponderia ao absenteísmo e às greves escolares durante aquele ano.

Diz ainda que a informação da Folha segundo a qual só o Maranhão, em 1987, foi beneficiado com média de dez quilos/dia/aluno de merenda, "não é correta". Segundo a nota, médias similares ocorreram no Piauí, Amapá, Rondônia e Mato Grosso. Sobre a informação de que escolas do Maranhão receberam como merenda até filé de peixe e almôndegas, a nota diz apenas: "Os produtos adquiridos são de livre escolha dos estados."

Em nenhum momento da conversa com a Folha, Hugo Napoleão preocupou-se em inocentar o presidente da FAE, que, por determinação do ministro, permaneceu numa sala ao lado durante a entrevista. *(Folha de S. Paulo/SP, 23/04/88)*

065
FAE admite desvio de alimentos

O diretor do Programa da Merenda Escolar da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Paulo Miranda, negou ontem que existam 5 milhões de crianças fantasmas no programa, recurso que estaria sendo utilizado para o desvio de verbas do órgão. Em depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, Miranda justificou a denúncia da deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) de que por mais que mexesse nos números não encontrava resposta para essa diferença no total de crianças atendidas, cerca de 32 milhões segundo a FAE.

Miranda admitiu, contudo, que a FAE tem consciência de desvio de alimentos, não explicitando porém quem estaria envolvido nesse tipo de golpe e nem o montante do prejuízo causado ao órgão. "Consciência não é suficiente, é preciso tomar providências", rebateu a deputada Dirce Quadros, para quem é necessário uma ação enérgica por parte do governo para pôr fim a esse tipo de corrupção, que traz grandes prejuízos aos cofres públicos que acabam sendo pagos pelos contribuintes.

O diretor da FAE é acusado também de haver se enriquecido ilicitamente e aplicado dinheiro na compra de um Lear-Jet e apartamentos em Miami, nos Estados Unidos, e no Sul do Brasil. A denúncia, feita pelo deputado Onofre Correia (PMDB-MA), foi rebatida por Paulo Miranda, que informou já ter enviado carta ao deputado solicitando explicações sobre essas acusações. Miranda solicitou também ao deputado provas de seu envolvimento em desvio de verbas e colocou à disposição todos os bens de que havia sido acusado possuir.

Miranda negou também as denúncias de que a FAE tem favorecido fornecedores de alimentos formulados — produtos misturados — reajustando ilegalmente os pagamentos em OTN's. Ele disse que as acusações são infundadas e que as faturas de compras estão à disposição para esclarecimentos. O diretor da FAE negou, ainda, que o órgão esteja privilegiando os produtos formulados em detrimento dos alimentos básicos — arroz, feijão, leite in natura, charque, frango, etc. — na merenda escolar, como têm denunciado técnicos do próprio órgão.

Durante o depoimento, o deputado Maurício Pádua (PMDB-MG) perguntou por que a FAE não tomou providências sobre as 33 toneladas de leite em pó do Programa Mundial de Alimentos que desapareceram do Porto do Recife. O Ministério da Educação havia recebido 1.356 toneladas do programa e a Cobal constatou no desembarque a falta do produto. Paulo Miranda confirmou o desaparecimento do leite, mas informou que teriam sido apenas 16 toneladas, eximindo a FAE de qualquer responsabilidade sobre esse desvio.

Outra questão levantada pela deputada Dirce Quadros durante o depoimento do diretor da FAE é de que o Maranhão tem sido um estado privile-

giado na merenda escolar. A FAE distribuiu a cada criança brasileira 5 quilos e 9 gramas de alimentos. E para o Maranhão, 10 quilos e 45 gramas. Paulo Miranda, maranhense, considerou a informação inverídica, sendo rebatido pela deputada, para quem a própria FAE e o MEC teriam passado a informação. Tutu solicitou, então, que o programa de aplicações de verbas da FAE seja entregue até a próxima quarta-feira à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara para estudos mais detalhados.

O diretor da Merenda Escolar negou também que tenha sido indicado para o cargo por suas ligações com a família do presidente José Sarney. Mas a deputada Tutu Quadros insistiu na indagação sobre a permanência de Paulo Miranda no governo após a saída dos ex-ministros Marco Maciel e Jorge Bornhausen, resistindo até mesmo ao atual Hugo Napoleão. Miranda destacou que tinha bom relacionamento com os ex-ministros e que Napoleão tem poder para afastá-lo do cargo a qualquer momento.

Por último, Miranda informou que do orçamento de Cz$ 23 bilhões destinados pela FAE para compra de merenda escolar, já foram gastos Cz$ 17 bilhões e que o órgão já solicitou uma complementação de mais Cz$ 45 bilhões. *(Correio do Brasil/DF, 11/06/88)*

066
Merenda das escolas não é nutritiva

Pelo menos esta foi a conclusão dos técnicos estrangeiros que avaliaram a comida servida no país a alunos da rede pública de ensino. Uma missão estrangeira de técnicos do Programa Mundial de Alimentos esteve no Brasil avaliando o Programa Nacional de Alimentação Escolar, mantido pela FAE, e demonstrou preocupação com o aumento dos produtos formulados — mistura de dois ou mais produtos — na merenda escolar em detrimento da utilização de alimentos básicos. Estes produtos como arroz, feijão, frango, macarrão, ovos, charque e leite natural, são de menor custo e apresentam maior aceitação por parte dos estudantes. Além de incentivar a produção local, a participação da comunidade e a criação de novos empregos, conforme destaca o relatório da missão do programa mundial que esteve visitando algumas áreas carentes das regiões Norte e Nordeste do país.

A missão foi presidida por J. P. Nastorg, chefe do Serviço de Avaliação do Programa Mundial de Alimentos. Esse crescente aumento dos produtos formulados na merenda escolar, em substituição aos alimentos básicos, já vinha sendo criticado por técnicos da própria FAE. Segundo eles, a Fundação tem despesas maiores e menor volume de alimentos na medida em que está elevando a participação dos formulados — arroz pré-cozido misturado com carne, pó para preparo de bebidas lácteas com sabor artificial, entre outros — na merenda dos estudantes, com o mesmo valor proteico que obteria se concentrasse seus gastos na compra dos produtos básicos. Aliás, o orçamento da FAE para este ano, de Cz$ 36 bilhões, já se esgotou antes do meio do ano, conforme admite o presidente do órgão, Carlos Pereira.

Segundo dados dos técnicos, a última aquisição feita pela FAE demonstra claramente a distorção existente na compra dos alimentos para a merenda escolar. O órgão gastou cerca de Cz$ 220 milhões na aquisição de 900 toneladas de produtos formulados, enquanto que com o mesmo valor poderia comprar 2 mil e 500 toneladas de produtos básicos — quase três vezes mais. O custo médio dos formulados chega a 278,4% a mais do que os produtos básicos, conforme os dados colhidos da última aquisição feita pela Fundação para o trimestre. Ou seja, enquanto um quilo de produto básico custou Cz$ 88,00, o do produto formulado chegou a Cz$ 245,00. *(Diário Catarinense/SC, 19/06/88)*

067
Diretor da merenda demite-se do cargo após ser denunciado

O diretor do Programa Nacional de Merenda Escolar da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Paulo Miranda, está afastado do cargo desde sexta-feira passada. Pela versão oficial do Ministério da Educação, apresentada pelo presidente da FAE, Carlos Pereira, Miranda pediu demissão às 23 horas do dia 24 para fazer um curso na área de advocacia nos Estados Unidos. Paulo Miranda está sendo acusado pelos deputados Dirce Tutu Quadros (PSDB) e Onofre Corrêa (PMDB) de enriquecimento ilicíto e malversação das verbas da merenda escolar.

No início da tarde de ontem, assessores do MEC afirmavam que Paulo Miranda havia sido exonerado do cargo a pedido do ministro interino da educação, Luiz Bandeira. Ao final da tarde, saiu a versão oficial. "Miranda teve ainda a firmeza e elegância de pedir demissão somente depois de prestar depoimento na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara", elogiou Carlos Pereira. O ex-diretor enviou uma carta ao presidente José Sarney, de quem é amigo pessoal, explicando as razões de sua demissão. *(O Estado de S. Paulo/SP, 28/06/88)*

068
Diretor da merenda cai mas o PFL-MA fica no controle

Paulo Roberto Costa Miranda, 42, exonerado pelo ministro Hugo Napoleão, da educação, em meio à acusação de contabilizar 5,3 milhões de beneficiários inexistentes da Merenda Escolar, será substituído, na Diretoria de Apoio Alimentar e Nutricional da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), por José da Silva Gasparino Neto, outro maranhense indicado pelo PFL.

José da Silva Gasparino Neto, 35, foi diretor da Cohab em São Luís (MA) e ocupava uma das diretorias das Centrais Elétricas do Maranhão (Cemar), presidida por Fernando Sarney, um dos filhos do presidente da República.

O ato de sua nomeação, datado da última sexta-feira e que estará sendo publicado no "Diário Oficial da União" de hoje, foi assinado horas antes de Paulo Roberto Miranda ser informado pelo secretário-geral do Ministério da Educação, Luis Bandeira, que sua situação se tornara "insustentável".

A Folha — que noticiou a 21 de abril a existência de indícios de desvio maciço de verbas na merenda escolar na esfera federal — apurou que o ministro Hugo Napoleão irritou-se pelo não cumprimento do compromisso assumido por Paulo Roberto Costa Miranda

com a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, no dia 10 de junho, de remeter o programa de aplicação dos Cz$ 46 milhões que sua diretoria receberia, como dotação, no segundo semestre.

Hugo Napoleão, que na época da notícia afirmara que estava de "lunetas dirigidas à FAE", compartilhando com isso da suspeita de desvio de recursos, também levou em conta, para assinar a exoneração, o desgaste provocado pela iminente convocação de seu subordinado para depor na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado e na CPI da Corrupção daquela Casa do Congresso. A convocação, encaminhada pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), foi proposta pela deputada Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP). *(Folha de S. Paulo/SP, 29/06/88)*

069
Desnutrição aguda prejudica escolaridade

Dados estatísticos da ONU sobre a infância dão conta de que morrem anualmente no Brasil por desnutrição cerca de meio milhão de crianças e existem outras 11 milhões abandonadas. Pesquisa do antigo Ministério da Educação e Cultura (MEC) apontava que, em 1982, 33% das crianças de 7 a 14 anos não freqüentavam escolas. Levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1985, revelava que das crianças matriculadas na primeira série apenas 15% concluíam o 1º grau. Estes foram alguns dos muitos números apresentados pelo presidente da FAE, Carlos Pereira de Carvalho e Silva, durante o Fórum "Alimentação Escolar", promovido pelo O Globo, reunindo especialistas do governo e da iniciativa privada no Othon Palace no Rio.

Para contrabalançar esse quadro, Carvalho e Silva revelou que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) atende atualmente a 25 milhões de crianças matriculadas na rede oficial de ensino do 1º grau e 5,5 milhões em faixas pré-escolares cadastradas no Programa Irmãozinho.. No ano passado, foram alocados Cz$ 10,2 bilhões ao Pnae, dos quais Cz$ 8,2 bilhões na compra de alimentos e o restante no apoio operacional do programa. Este ano, foram destinados ao Pnae Cz$ 59 bilhões, havendo ainda a necessidade de Cz$ 11 bilhões complementares.

Carvalho e Silva disse ainda que, a partir de 1986, a FAE tomou a decisão política de descentralizar a alimentação escolar, criando o Programa de Municipalização da Alimentação Escolar (Pmae), que atualmente atende a 3,5 milhões de escolares em 256 municípios. Dentro da mesma diretriz, vem atuando o Programa de Saúde Escolar, através das estruturas estaduais e municipais de educação e saúde, cabendo às secretarias municipais de educação a coordenação do programa, de acordo com os objetivos das Ações Integradas de Saúde (AIS). Assim, são cobertas as áreas de saúde geral, odontologia e oftalmologia, inclusive com a distribuição de óculos aos alunos.

Segundo o presidente da FAE, o problema da fome e da desnutrição no país tem suas origens no processo político e histórico da nossa formação econômica, que privilegia até hoje o mercado de exportação de matéria-prima, resultando na concentração da riqueza nacional e na manutenção de um grande contigente populacional sem acesso aos benefícios gerados por esse desenvolvimento.

Carvalho e Silva lembrou que a desnutrição aguda afeta o grau de concentração dos alunos nas salas de aula e causaria evasões ainda maiores que as registradas não fosse o programa de assistência alimentar. Segundo levantamentos da FAE, só no Nordeste, 25% dos alunos da rede oficial apresentam problemas de visão e 50% de cárie. Ainda assim, ele admite ser fundamental que os programas sociais do governo, especialmente aqueles mais tradicionais, percam seu caráter meramente assistencialista e adquiram um novo papel desenvolvimentista, promovendo o bem estar da população e sua integração ao processo de desenvolvimento nacional.

Além do Pnae, a Fundação desenvolve ainda outros programas de assistência ao estudante, destancando-se o Programa Nacional de Material Escolar (PNME), Programa de Saúde Escolar e Programa Salas de Leitura, desenvolvidos de forma integrada com as secretarias estaduais e municipais de educação.

A escassez de recursos, no entanto, é motivo de preocupação para a FAE. O orçamento deste ano, por exemplo, foi traçado em 1987 e tinha uma previsão inflacionária de 120%, completamente esgotada antes do final do primeiro semestre. A fim de que esses programas não sofram solução de continuidade, Carvalho e Silva afirma que a FAE está atenta aos processos de descentralização administrativa surgidos com a nova Constituição, ao mesmo tempo em que procura transferir gradualmente grande parte dos encargos da FAE para estados e municípios. "Este é um grande desafio, uma vez que a própria Constituição estabelece que a educação e a assistência complementar são deveres do estado. O êxito dessa descentralização cabe a todos, assim como é de responsabilidade dos diversos segmentos estabelecer e definir as fontes dos recursos e a melhor forma para sua aplicação".

Assessora alerta para benefícios recebidos pela rede particular — A rede particular de ensino vem recebendo mais verbas do salário educação do que as escolas públicas. A denúncia é de Ana Lúcia Jensen, assessora de Planejamento da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, que participou dos debates sobre a alimentação escolar.

É a primeira vez que o município do Rio de Janeiro, onde o ensino de 1º grau é totalmente municipalizado, participa dos programas da Fundação de Assistência ao Estudante, que distribui merenda escolar para os estados e municípios. Este ano foram servidas 650 mil refeições por dia, informa Ana Lúcia.

A técnica considerou importante a participação da FAE no município do Rio de Janeiro e pediu a continuidade do programa da merenda escolar, bem como de outros programas de apoio ao desenvolvimento da criança em idade escolar. Ela diz que o fornecimento de livros didáticos, o combate à cárie dentária e a assistência médica, especialmente para a vista — há muitos casos de crianças que deixam a escola porque têm deficiência visual —, são ítens de programas de apoio indispensáveis ao bom aprendizado. *(O Globo/RJ, 25/11/88)*

Livro didático

070
FAE traz 200 mil livros a SP, sem que fossem pedidos

No último dia 23 de março a Divisão Regional de Ensino da Capital, na Casa Verde, recebeu duas carretas da transportadora Fink, do Rio, contendo 200.713 livros da Bloch Editores, enviadas pela FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), dentro do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação.

O PNLD distribuiu, neste ano, 55 milhões de livros didáticos, encomendados à FAE pelas secretarias estaduais de educação a partir de listas elaboradas por professores. Em São Paulo, a entrega terminou no início de março, com cerca de quinze dias de atraso. O lote de mais de duzentos mil livros, no entanto, não havia sido encomendado pela FLE (Fundação para o Livro Escolar), órgão da Secretaria da Educação que coordena os pedidos para a FAE em São Paulo.

No mesmo dia 23, a Drecap-1 comunicou à FLE o recebimento, e enviou um ofício no dia 26 comunicando o recebimento de "uma quantidade exorbitante de livros", cujos títulos são "O Cruzado na Matemática de Hoje", de Arnaldo Niskier e Beatriz Helena Magno e "Ciências no Mundo de Hoje", de Arnaldo Niskier, Lia Silva Mendes e Maria da Glória S. Rabello. O ofício pedia a retirada imediata das caixas. Paulino Fernandes de Castro, 39, da Drecap-1, disse que não entendeu o rótulo de "reserva técnica" dado aos livros pela FAE. "Estes não são os livros que os professores usam", afirmou.

A FLE recebeu o ofício, e antes disso um telex da FAE, no dia 24 de março, comunicando que os livros estavam sendo enviados "considerando a falta de livros em algumas escolas", como "reserva técnica". No dia 27, a FLE enviou telex à FAE, demonstrando "estranheza quanto à reserva técnica mencionada, que não corresponde ao perfil da escolha desta UF (o Estado de São Paulo)". O telex pedia a retirada dos livros. Não houve resposta, segundo Eliana Asche, 38, gerente técnica da FLE.

Em São Paulo, o diretor da Editora Ática, Wander Soares, 44, achou o caso "um absurdo". "Era uma prática que eu pensei que estivesse abolida, agora que a FAE apregoa que a escolha seja feita pelos professores". Segundo ele, "essa editora (a Bloch) já tinha essa prática" no tempo da Fename (Fundação Nacional do Material Escolar).

Em Brasília, Arnaldo Niskier, 51, diretor das Empresas Bloch, co-autor dos livros entregues em São Paulo e ex-secretário de educação do Rio (de 1979 a 1983) considerou a acusação "tola e desprovida de provas". "As editoras não sabem para onde vão os livros (encomendados pela FAE). Imaginar que uma empresa como a Bloch precisa desse tipo de expediente não tem nexo", afirmou.

O presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Carlos Pereira de Carvalho, procurado pela Folha durante toda a tarde em Brasília, não foi encontrado. Sua secretária informou que ele estava no Conselho Federal de Educação, participando de solenidade comemorativa dos 25 anos de criação do órgão. Lá ele também não foi localizado e nem em sua casa, onde foi procurado por telefone. Às 19h25, a empregada de Carvalho informou que ele tinha ido ao cinema. *(Flávio Gomes, Folha de S. Paulo/SP, 10/04/87)*

071
FAE remete livros não solicitados

A Secretaria da Educação do Paraná recebeu na semana passada dois caminhões com 87.075 livros da Bloch Editores, remetidos pela FAE, sem ter feito qualquer solicitação nesse sentido. Esta informação foi prestada ontem à tarde, em Curitiba (PR), pela professora Vanda Paulo Chueiri, 42, que preside a Coordenação Estadual do Livro.

O lote de livros foi endereçado para o Núcleo Metropolitano (Curitiba) da secretaria, sem que os coordenadores tivessem feito o pedido. Para esclarecer a situação, a professora contatou a FAE por telefone. Recebeu a explicação de que a remessa era uma "reserva técnica", para suprir eventuais necessidades das escolas que não se cadastraram no programa ou que foram criadas neste ano. Boa parte dos livros é de 1ª a 4ª séries. Porém, as necessidades da secretaria são livros de 5ª a 8ª séries, afirmou Vanda.

Dentro do programa Educação Para Todos, os professores escolhem os livros, fazendo três opções de editoras diferentes, para evitar que, na falta de preenchimento dos requisitos de uma ou outra opção, o aluno não deixe de receber o livro. No caso deste lote, os professores do Paraná não incluíram os livros remetidos pela FAE em qualquer opção.

A FAE, dentro do programa, está enviando aos estados cerca de 2,4 milhões de livros da Bloch Editores, como "reserva técnica". Mas também já enviou aos outros estados os livros selecionados pelos professores. *(Eduardo Sganzerla, Folha de S. Paulo/SP, 10/04/87)*

072
Livro didático

O caso da "reserva técnica" — 1,9 milhão de volumes, segundo a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), do MEC, enviados a todos os estados para suprir imprevistos do Programa Nacional do Livro Didático deste ano — continua nebuloso. Depois da reportagem da Folha publicada no dia 10 de abril, em que se relatava a entrega de 200.713 livros não escolhidos pelos professores no estado de São Paulo e outros 87.075 do Paraná, todos da editora Bloch, a FAE informou que quatro editoras tiveram livros adquiridos para a "reserva técnica". Das quatro empresas (Bloch, Ao Livro Técnico, Lê e Lisa), três negam agora que seus livros tenham sido comprados com essa finalidade.

Em telex enviado à Folha, o diretor vice-presidente da Ao Livro Técnico SA, Paulo Eduardo Bluhm, 39, retifica a informação da FAE de que a editora teria entrado com 1.047.745 volumes no programa. Segundo Bluhm, foram 919.901. E nega que tenha qualquer quantidade de livros dentro da "reserva técnica" (segundo a FAE, seriam cerca de 30%)

Segundo Bluhm, o que houve foi uma segunda negociação, depois de uma "consulta informal" da FAE entre as editoras, no início de novembro

(não soube precisar o dia), para saber quantos livros cada uma poderia imprimir além daqueles escolhidos pelos professores. No caso de sua editora, foram escolhidos por volta de 620 mil livros, mas encomendados os 919 mil.

Processo normal — Segundo Leonídio Barbosa, diretor da editora Lisa, os 103.726 livros seus mencionados pela FAE como parte da "reserva" foram comprados pelo processo normal: cerca de setenta mil escolhidos pelos professores este ano e outros 33 mil de reposição da escolha do ano passado. José Orlando Pinto Cunha, diretor-presidente da Lê, de Minas Gerais, diz que sua empresa vendeu "apenas os livros escolhidos pelos professores. Não vendemos nenhum livro para reserva técnica".

Paulo Eduardo Bluhm, que também é diretor do Sindicato Nacional dos Editores de Livros, informou que, segundo os relatórios da FAE enviados à entidade, foram escolhidos pelos professores 656.717 volumes da Bloch. Dados fornecidos à Folha pela Fundação, dão conta de que foi encomendado a esta editora um total de 2.876.415 livros.

Arnaldo Niskier, diretor da editora Bloch e autor dos dois únicos títulos entregues ao estado de São Paulo dentro da "reserva técnica", afirmou ontem por telefone, por volta das 18h30, mais uma vez, que nada tinha a declarar sobre o processo de negociação e que deveria ser ouvida a FAE. O presidente da FAE, Carlos Pereira de Carvalho, também tem se negado a comentar o assunto, além das informações que já foram prestadas. *(Marcelo Leite, Folha de S. Paulo/SP, 16/04/87)*

073
Escolas reclamam em Minas livros do MEC

Pais de alunos, pobres ou não, e até as caixas escolares de escolas públicas de Minas estão sendo obrigados a comprar livros didáticos para o aprendizado das crianças, porque, segundo denúncia feita ontem por diretores de algumas das escolas, nesta capital, até hoje a Secretaria de Educação de Minas não entregou os livros do Programa Nacional do Livro Didático da Fundação de Assistência ao Estudante, do Ministério da Educação, que deveriam ter sido distribuídos em fevereiro.

A diretora da Escola Estadual Sérgia Caldeira Alkmin, localizada no bairro de São Marcos, na periferia de Belo Horizonte, Avelina Ferreira, que ainda não recebeu nenhum livro do programa, disse que o governo faz propaganda da distribuição gratuita de livros, mas só os entrega quando "já não adianta mais". Avelina teve de fazer uma coleta entre os pais dos 60 alunos de duas turmas de alfabetização (todos pobres, assistidos pela Caixa Escolar) para comprar os livros de iniciação à leitura, "pois não há como ensinar a ler sem livros".

Avelina Ferreira disse que os 504 alunos da 1ª à 4ª série do 1º grau e dos cursos Pré-Escolar e de Educação Especial de sua escola sem exceção são pobres e recebem assistência da Caixa Escolar. No reinício das aulas, a diretora reuniu os pais, explicou-lhes que era impossível ensinar as crianças a ler sem as cartilhas prometidas pelo Ministério e, com Cz$ 2.297 arrecadados entre eles e junto à Caixa Escolar, comprou na editora 60 cartilhas, para duas das 11 turmas de alfabetização da escola.

A diretora disse que, se não tivesse havido greve, as 11 turmas estariam agora "em ponto de alfabetização", o que tornaria impossível a aquisição dos livros necessários para tantos alunos. Disse mais, que tem utilizado o precário expediente de rodar os livros em mimeógrafo, em papel de computador que pede em bancos e escritórios. *(Jornal do Brasil/RJ, 09/07/87)*

074
FAE distribui livro didático

A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) começa a distribuir hoje 30 milhões de livros didáticos para os alunos matriculados nas escolas públicas do 1º grau do país. Os livros sairão do depósito da transportadora, no Rio de Janeiro, e serão entregues às secretarias de educação, que ficarão responsáveis pela distribuição dos exemplares aos alunos.

Os estados da Paraíba, Rondônia, Sergipe e Distrito Federal receberão os primeiros carregamentos, de acordo com o cronograma estabelecido pela FAE, que beneficia primeiro os estados onde o ano letivo inicia ainda este mês. Ao contrário dos anos anteriores, a direção da FAE garante que desta vez não houve atraso na entrega dos livros. De acordo com a FAE, até o final do mês de janeiro, 99,1% do material didático tinham sido entregues à empresa encarregada da acomodação e transporte até os pontos indicados pelas secretarias de educação.

O supervisor do Programa Nacional do Livro Didático, José Carlos Freitas, afirma que o programa vem se constituindo em sucesso e está cumprindo integralmente sua meta de, em 1989, prover totalmente os 25 milhões de alunos da rede pública de ensino de todos os livros escolares que necessitam.

Este ano, a FAE distribuirá apenas pouco mais da metade dos livros que distribuiu no ano passado (55 milhões). Isso, porém, é natural, na opinião de Freitas. Segundo ele, o fato é conseqüência do fim do livro descartável, concluído em 1986.

Em 88 a FAE pretende gastar perto de Cz$ 200 milhões com o programa. Os livros foram escolhidos pelos próprios professores e adquiridos pela FAE a um preço médio de Cz$ 75,00. Para o próximo ano a Fundação estima distribuir 55 milhões de livros. *(Correio Braziliense/DF, 10/02/88)*

075
Aluno compra os livros que a FAE deveria doar

O Centro Educacional nº 1 do Cruzeiro Velho está pedindo aos pais de alunos que comprem novos livros didáticos, em substituição aos da Fundação de Assistência ao Estudante. A escola afirma que este ano não recebeu um volume para distribuição aos estudantes. Diz, ainda, que outras escolas da cidade estão enfrentando o mesmo problema.

Segundo a orientadora educacional Maria de Lurdes Dantas, a solicitação de compra foi feita em acordo com os pais. Os motivos são vários — explicou. "O conteúdo dos livros da FAE não atende ao currículo da escola, os volumes do ano passado — nem sempre devolvidos, como é o programa da Fundação — não são suficientes para

todos, os cadernos de atividades nem sempre foram fornecidos e os poucos livros restituídos estão estragados ou com os exercícios já feitos''.

O presidente da Associação de Pais de Alunos do DF, Luis Casemiro dos Santos, disse que desconhece o fato. ''Tais denúncias, normalmente são feitas à Secretaria de Educação'', justificou. O responsável pelo Departamento de Inspeção de Ensino do órgão, Júlio Gregório, também nada sabe sobre o assunto. Ele é a única pessoa que poderia prestar esclarecimentos, já que o secretário Fábio Bruno e assessores diretos não foram encontrados.

Reposição — De acordo com a Fundação Educacional, o DF possui cerca de 350 mil alunos matriculados na rede de ensino público, e somente para repor os volumes perdidos entre 86 e 87 seriam necessários 500 mil livros. Pelo programa da FAE, os estudantes devem devolver a cada final de ano os títulos que recebem no início do calendário letivo. Teoricamente eles devem ser aproveitados durante três anos.

A diretora de Apoio Pedagógico da Fundação, Alda Ilza de Lima, forneceu uma série de dados estatísticos para comprovar a sensível queda no fornecimento anual de material didático para os colégios do Distrito Federal. Em 1986, a FAE distribuiu 500 mil volumes, nas áreas de português e matemática. Os professores somente podiam reivindicar dois títulos para cada aluno atendido, e a maioria das escolhas recaiu nas duas disciplinas.

Em 1987, o índice declinou para 432 mil volumes distribuídos. Para a reposição das perdas do ano anterior, foram subtraídos 25% do montante global. Em 1988, chegaram 292 mil volumes à Fundação Educacional. Aproximadamente 50% do que era fornecido em 86.

Segundo Alda Ilza Lima, as carências são grandes, e as reposições não feitas pelos alunos têm motivos diversos. ''Principalmente nas cidades-satélites, onde existe menor poder aquisitivo, a mobilidade da população é intensa. O aluno um dia está na escola, no outro não está mais. Mudou de bairro, de cidade ou abandonou as aulas. Os livros se perdem dessa forma, ou estragam porque não há condições de moradia para se guardar o material escolar. Por isto, são precisos os 500 mil volumes, só para atender o que a FAE acredita que temos nas mãos'', esclareceu Alda Lima.

Sem verbas — Ela acrescenta que a justificativa da FAE ao negar solicitações da Fundação Educacional é simples: corte de verbas. ''A FAE procura editoras de preços baixos, sem critério específico de conteúdo. Faz um contrato nacional de possibilidade de compra com as empresas'', diz a diretora, tentando explicar os motivos das reclamações sobre a qualidade do material distribuído. ''A partir daí, envia um catálogo para escolhermos os títulos. Temos algumas deficiências e, nesses casos, orientamos os professores no sentido de enriquecer as aulas através de textos mimeografados''.

A gerente de apoio e articulação técnica da FAE (que faz parte da Diretoria de Apoio Didático Pedagógico, sediada no Rio de Janeiro), Lea Gaudenzi, disse que não responderia questionamentos a respeito da quantidade ou qualidade dos livros da Fundação. ''Você deverá conhecer nosso programa e tirar suas próprias conclusões'', limitou-se a dizer. O presidente da FAE Carlos Pereira de Carvalho e o superintendente José Carlos de Freitas, não foram encontrados. *(Correio Braziliense/DF, 24/03/88)*

076
FAE distribui menos livros e atrasa entrega de material

O programa de assistência ao estudante está enfrentando problemas de cronograma e de orçamento este ano. Em uma solenidade, o ministro da educação, Hugo Napoleão, visitou a sede da TNT, transportadora encarregada da distribuição do material escolar, que começou em 15 de março, um mês após o início das aulas. Até hoje foram distribuídos 26% dos módulos escolares, o que significa que cerca de 19 estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste não receberão o material a tempo de ser utilizado neste período letivo.

O atraso na distribuição foi, segundo José Carlos Freitas, diretor-superintendente da FAE (Fundação de Assistência ao Estudante), reflexo da crise econômica. ''O orçamento para 87 foi elaborado em 86, em plena vigência do Plano Cruzado. A suplementação só chegou em novembro, o que atrasou todo o programa'', disse Freitas.

Segundo Carlos Pereira de Carvalho e Silva, presidente da FAE, a distribuição deve acabar em 31 de maio. Serão distribuídos aos alunos de 1º grau das escolas públicas, 11,5 milhões de módulos de material escolar (cada módulo contém: cinco cadernos, oito lápis, uma borracha e uma caixa de lápis de cor), o que significa uma verba de Cz$ 1,5 bilhão. Além dos problemas no cronograma, a FAE, órgão do Ministério da Educação, deixou de distribuir quase 30 milhões de livros didáticos. O Programa Nacional do Livro Didático — PNLD, que a FAE executa desde 86 — tinha para 88 a meta de distribuir gratuitamente 60.220 mil livros, mas os recursos liberados pelo MEC foram insuficientes, permitindo a compra de apenas 30.282.983, cerca da metade.

Segundo o chefe do Departamento de Produção da FAE, Edison Wagner, 42, a suplementação orçamentária para o PNLD/88 foi de Cz$ 1,7 bilhão, que somados aos CZ$ 634 milhões orçados em 1986 foram insuficientes para a compra de todos os livros. ''Faltaram pelo menos Cz$ 1,05 bilhão''.

A forma de cortar os títulos solicitados pelas escolas obedeceu a um critério imperfeito, segundo Wagner, determinado pela urgência. Para complementar os programas de 86 e 87, o PNLD/88 previa dois livros por aluno da 1ª série; um livro por aluno da 2ª, 3ª e 4ª séries; e três livros para cada aluno da 5ª à 8ª série. Somando-se aos volumes recebidos em 86 e 87, cada aluno da 1ª série teria dois livros; da 2ª à 4ª série, o total seria de quatro livros (Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais); e da 5ª à 8ª série, cada aluno teria seis livros (Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Língua Estrangeira).

A FAE decidiu então distribuir um livro por aluno em todas as séries, tirando um da 1ª série e dois da 5ª à 8ª série. E como escolher entre os três livros solicitados pelas escolas o que seria comprado e distribuído? ''Não havia tempo para devolver os formulários

a tantas escolas. Resolvemos assumir a hipótese de que o livro mais necessário seria o registrado em primeiro lugar'', disse Wagner. Assim, a ordem de preenchimento do formulário, que seria indiferente caso o atendimento aos pedidos fosse total, passou a determinar quais livros os estudantes da 1ª e da 5ª à 8ª séries terão.

Os dois livros restantes passaram automaticamente a formar o PNLD/89, que terá suas metas comprometidas, entre elas a de distribuir literatura aos estudantes. O espectro que a FAE pretendia completar em três anos levará quatro.

Segundo Edson Wagner, a distribuição dos 30 milhões de livros se encerrou no dia 31 de março. A meta para 89 é distribuir 58 milhões de livros. *(Folha de S. Paulo/SP, 09/04/88)*

077
Escolas vão receber livros de literatura para crianças

A partir desta semana, o Instituto Nacional do Livro começa a distribuição dos 3 milhões 200 mil livros de literatura infanto-juvenil às 47.820 escolas de 1º grau da rede oficial de ensino. Esta é a quarta etapa do projeto Sala de Leitura, elaborado em conjunto pelos Ministérios da Educação e da Cultura, lançada ontem pelo ministro Hugo Napoleão, que responde atualmente pelas duas pastas.

Na solenidade, no depósito de livros do INL em Brasília, participaram o presidente do órgão, Waldmir Murtinho, o presidente da Fundação de Assistência ao Estudante, Carlos Pereira, e a coordenadora nacional do programa Sala de Leitura, Walda Antunes. De acordo com ela, para a aquisição dos 3 milhões e 200 mil livros, que completam um total de 41 títulos, foram necessários Cz$ 508 milhões de suplementação no orçamento do programa.

Destes títulos, 90% são de autores nacionais e 10% de clássicos da literatura infanto-juvenil, selecionados pela equipe de consultores da FAE. Segundo a coordenadora, a novidade desta etapa do programa, que iniciou em 1984, foi suspenso o ano passado por falta de recursos e reativado agora, é que os livros serão distribuídos diretamente para os municípios, ao contrário das etapas anteriores, em que eram enviados às secretarias estaduais de educação para posterior distribuição.

Além disso, este ano está sendo priorizada a escola rural, que receberá mais de 70% do total de livros, numa proporção de um livro para cada dois alunos. As escolas urbanas, receberão um livro para cada quatro crianças matriculadas e as suburbanas, um livro para cada grupo de três. Juntamente com os livros, as escolas receberão assinaturas de periódicos, que também integrarão as bibliotecas escolares. *(Zero Hora/RS, 04/09/88)*

078
Presidente muda, de surpresa, a direção da FAE

O maranhense Maurício Barros Toscano, proprietário da Toscano Turismo e amigo íntimo do presidente José Sarney, assumirá na próxima semana a presidência da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Ontem, após tomar conhecimento de sua exoneração através do Diário Oficial, o ex-presidente da FAE, José Carlos Pereira, indicado para o cargo há mais de três anos pelo senador Marco Maciel, chegou a anunciar sua disposição de receber a imprensa. Carlos Pereira voltou atrás após falar com o ministro Hugo Napoleão.

Assessores do ex-presidente da FAE interpretaram a mudança de atitude de Pereira como um aceno de Napoleão com algum cargo para seu colaborador. Após deixar o MEC, por volta das 11h, Carlos Pereira não retornou ao órgão. O chefe do gabinete da Fundação, Severino Elias, disse que o ex-presidente da FAE havia deixado Brasília, sem indicar, no entanto, seu destino. Amigos mais chegados, disseram que Pereira saiu bastante animado da conversa que teve com o ministro da educação e que não pretende retornar ao Maranhão, sua terra natal.

Fontes do Ministério da Educação informaram que o presidente Sarney solicitou o cargo que Carlos Pereira ocupava desde que Marco Maciel assumiu o MEC, em 1985. No Diário Oficial de ontem também foi publicada a nomeação de Toscano para a presidência da FAE, cuja posse deverá ocorrer na segunda ou terça-feira. *(Correio Braziliense/DF, 17/12/88)*

079
Pereira perde a FAE, mas sobe de posto

O ex-presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Carlos Pereira, foi nomeado ontem secretário-geral adjunto do Ministério da Educação. Ele assume o lugar ocupado por Hélio Mattos, que passou a dirigir o Centro de Aperfeiçoamento e Apoio Técnico (Cedate), órgão do MEC responsável pela infra-estrutura da educação e geração de tecnologia. Carlos Pereira foi exonerado da presidência da FAE pelo presidente José Sarney, há uma semana. Ele soube da exoneração lendo o Diário Oficial, que também indicava o nome do maranhense Maurício Toscano, amigo de Sarney, para ocupar o cargo. *(Correio Braziliense/DF, 27/12/88)*

Verbas

080
MEC repassa ao CNEC verba de Cz$ 146 mi

Recursos no valor de Cz$ 146 milhões serão repassados pelo Ministério da Educação para as escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), conforme anunciou ontem o ministro da educação, Jorge Bornhausen, durante reunião da CNEC, presidida por dona Marly Sarney. Os recursos serão utilizados em investimentos e custeio das ações da entidade.

Durante a reunião foi assinado ainda um acordo entre a direção da CNEC e a Fundação Educar, visando a desenvolver atividades integradas entre as duas entidades para a educação de jovens e adultos. O programa de cooperação técnica entre a Fundação Educar e a CNEC irá ampliar a área de atuação das Escolas da Comunidade, que possuem uma rede de 1.270 escolas, espalhadas por 970 municípios, atendendo a 437 mil alunos.

O ministro ressaltou a importância de aplicação de verbas públicas em organismos não governamentais, mas de cunho comunitário. Na opinião de Bornhausen, as verbas repassadas à CNEC não representam um investi-

mento a fundo perdido, "pois determinam um retorno positivo ao sistema educacional brasileiro". *(Correio Braziliense/DF, 22/07/87)*

081
Ipea acusa o MEC de usar verbas com fins políticos

O Ministério da Educação tem utilizado seus recursos para fins políticos e clientelistas, é incapaz de resolver um dos principais problemas da área — a falta de vagas no ensino de 1º grau, responsável hoje por 4 milhões 400 mil crianças fora da escola — insiste em repetir os mesmos erros na formulação de seus programas e não cumpre os prazos para a entrega de livros didáticos e da merenda escolar.

Estas denúncias constam de um relatório de 150 páginas feito por um órgão do Ministério do Planejamento — a Coordenação de Educação e Cultura do Instituto de Planejamento do Ipea (Instituto de Planejamento Econômico e Social). Baseado em dados oficiais do MEC de 86, o relatório — que ficou pronto no início deste ano e teve sua divulgação proibida — classifica os Cieps (Centros Integrados de Educação Pública) de "solução inovadora e arrojada".

De acordo com o relatório, o MEC define "grandes prioridades", mas não consegue encontrar uma forma de resolvê-las. Um dos maiores problemas da educação no país, aponta o documento, é a falta de vagas no ensino de 1º grau para 4 milhões 400 mil crianças dos sete aos 14 anos, sendo que mais da metade delas (52%) moram nos estados do Nordeste.

"Na ausência de políticas e estratégias educacionais mais específicas" — diz o relatório — "há uma pulverização muito grande de recursos e um atendimento clientelista. Os técnicos da CEC chegaram à conclusão de que o atendimento às crianças fora da escola requer soluções inovadoras e distintas, de acordo com a região do país, mas o MEC tem financiado programas que apenas repetem metodologias e abordagens ultrapassadas e ineficientes".

"Apenas alguns estados, que não dependem dos recursos federais para a sobrevivência de seu sistema educacional", diz o documento, "têm buscado soluções inovadoras e arrojadas, como o Rio de Janeiro com os Cieps e São Paulo com o Profic".

Como fecho da análise sobre a educação básica, o relatório contém dois alertas: o primeiro refere-se à insistência do governo em repetir erros na formulação de programas e o segundo trata da ofensiva dos proprietários de colégios sobre as verbas públicas para a educação.

"O ensino particular", adverte o documento, "se organiza e pressiona para obter fatias maiores do orçamento da educação, sob o argumento de que o ensino oferecido pelo governo é ideologicamente comprometido e que o subsídio ao ensino particular é o caminho para democratizar a educação". As políticas do governo para o ensino do 2º grau e superior são também criticadas no relatório. Nos últimos 10 anos, segundo os técnicos da CEC, uma política clara para o ensino de 3º grau tem sido substituída por chavões e o último deles é "A Nova República dispõe-se a vencer a crise da universidade brasileira". *(Jornal do Brasil/RJ, 02/10/87)*

082
A fundo perdido

Num país como o Brasil, onde os recursos destinados à educação vêm aumentando ano a ano, seria de esperar que alguns problemas graves, como a legião de 4,4 milhões de crianças que não freqüentam salas de aula, fossem resolvidos progressivamente. Dois estudos realizados recentemente mostram que de nada tem adiantado esse aumento de verbas, pois tanto o dono do cofre — o Ministério da Educação — como os recebedores dos recursos — os governos estaduais e municipais — gastam o dinheiro público de forma descontrolada e clientelista. Segundo um levantamento da Secretaria de Ensino Básico do MEC, de cada 100 cruzados que o MEC repassa a um estado nordestino apenas 52 cruzados chegam, efetivamente, às salas de aula. O restante é gasto com a folha de pagamento de funcionários burocráticos e professores, admitidos segundo critérios políticos, que ganham sem trabalhar em escolas. Curiosamente, os estudo do MEC constatou que a casta dos apadrinhados é muito bem paga, enquanto os professores, que exercem de fato o magistério, chegam a receber menos de um salário mínimo por mês. Somente em estados como São Paulo, Paraná e Santa Catarina a situação é diferente, com os recursos sendo destinados a aplicações pedagógicas e com os professores recebendo salários alinhados com o mercado.

"Concluímos que os estados mais pobres são os que aplicam seus recursos da pior forma possível", afirma Júlio Correia, secretário de Ensino Básico do MEC. O Piauí, um exemplo típico de desmazelo, conseguiu a façanha de construir mais escolas do que o estado precisava e, mesmo assim, mantém 30% das crianças em idade escolar longe das salas de aula. "Muitas das escolas foram construídas em lugares inacessíveis, onde não há professor nem aluno", revela Fábio Nóbrega, assessor de Planejamento da Secretaria da Educação do Piauí. 42,4% dos recursos que o estado recebe do MEC são gastos com a folha de pagamento de 16 mil funcionários burocráticos. "É comum as prefeituras contratarem apadrinhados políticos no cargo de professor, pois elas são obrigadas a gastar 25% de sua arrecadação com educação", explica um assessor do MEC.

No início deste ano, quando assumiu a Secretaria da Educação da Bahia, a professora Mariaugusta Rocha descobriu que 100 milhões de cruzados da folha de pagamento de sua secretaria alimentavam um exército de 5000 professores sem a menor qualificação, admitidos por indicações políticas. "Vamos acabar com esta calamidade", promete Mariaugusta, que exigiu que todos os falsos professores comprovassem sua formação acadêmica. Acabou recebendo respostas insólitas, como a de um sargento que apresentou como comprovação um diploma de habilitação de suboficial ou a de um outro professor, que enviou o retrato de sua formatura como prova de seus dotes intelectuais.

Briga — Não bastasse a falta de controle com que os estados utilizam seus

Buracos Negros

Porcentagens de recursos para educação desviados das aplicações pedagógicas em salas de aula e gastos com burocracia:

Rio Grande do Sul	20%
Santa Catarina	10%
Paraná	10%
São Paulo	10%
Mato Grosso do Sul	20%
Mato Grosso	20%
Distrito Federal	10%
Goiás	20%
Minas Gerais	45%
Rio de Janeiro	25%
Espírito Santo	25%
Bahia	48%
Sergipe	48%
Alagoas	48%
Pernambuco	48%
Paraíba	48%
Rio Grande do Norte	48%
Ceará	48%
Piauí	42%
Maranhão	48%
Pará	15%
Amapá	15%
Rondônia	15%
Roraima	15%
Amazonas	15%
Acre	15%

(Veja/SP, 21/10/87)

recursos, também o Ministério da Educação se viu, há três semanas, acusado de gastar mal suas verbas. Um relatório do Ipea — Instituto de Planejamento Econômico e Social —, órgão vinculado à Secretaria de Planejamento, revelou, por exemplo, que critérios clientelísticos são utilizados na distribuição de bolsas de estudo pela FAE — Fundação de Assistência ao Estudante. Em vez de estudantes carentes receberem essas bolsas, elas são oferecidas a parlamentares, que as distribuem entre correligionários. O relatório revela que recursos de um programa do MEC de educação rural foram gastos na campanha eleitoral do ano passado por prefeitos de cidades do interior e que o Programa Nacional do Livro Didático não cumpriu suas metas, atrasando a entrega de 80% do material e deixando de entregar livros em muitas escolas.

O estudo do Ipea provocou reações no Ministério da Educação, onde o então ministro Jorge Bornhausen, que recentemente se demitiu do cargo, exigiu que seus assessores respondessem ao documento. Os funcionários do MEC acabaram apresentando apenas desculpas. Em vez de estimular discussões pedagógicas, a divulgação desse relatório deflagrou uma guerra surda entre o MEC e os técnicos do Ipea. "Questões internas de governo têm de ser discutidas internamente", reclamou o ministro interino da educação, Aloísio Sotero. "Esse relatório deveria servir para corrigirmos nosso erros antes de ser divulgado". *(Veja/SP, 21/10/87)*

083
Governo favorece Confederação Evangélica do Brasil

Em convênio publicado no Diário Oficial da União de 21/03/88, entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Confederação Evangélica do Brasil, esta obteve do governo 20 milhões de cruzados, a fundo perdido. A vultuosa quantia, segundo o convênio, será utilizada na aquisição de uniformes escolares para alunos da Confederação. A Confederação Evangélica do Brasil — reeditada há menos de um ano por iniciativa de um grupo de deputados evangélicos empenhados em garantir os cinco anos do presidente Sarney, segundo os noticiários — tem sido alvo dos favores do governo, como a liberação de 108,5 milhões de cruzados, ocorrida no fim do ano passado. A verba recebida dá para pouco menos de dez mil uniformes escolares. Hipóteses: (a) a CEB atual tem escolas e muitos estudantes. Nesse caso o governo está financiando alunos de escolas particulares e confessionais; (b) a CEB não tem escolas mas deve ter arrolados cerca de dez mil alunos (carentes?) para vestí-los. Neste caso, a CEB virou organização de assistência social, uma "LBA evangélica"; (c) outras hipóteses a critério dos leitores.

Causa estranheza que uma organização sem foros de legitimação (não representativa de Igrejas evangélicas) tenha, em menos de um ano, recebido a bonita soma de 128,5 milhões de cruzados, sempre a fundo perdido. Será que os "cinco anos" ainda correm perigo?! *(Aconteceu no Mundo Evangélico/RJ, abr/88)*

084
CNEC ganha a merenda da FAE

A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), assinou ontem, um convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) para garantir o fornecimento de merenda escolar para 230 mil estudantes. O convênio foi firmado durante a reunião do Conselho Nacional do CNEC quando foi também discutido o projeto de lei que destina mais verba para as escolas comunitárias.

De acordo com o convênio assinado ontem, a FAE destinará Cz$ 322 milhões para fornecimento de merenda escolar das 1 mil 300 escolas comunitárias da CNEC. Esta verba será

Extrato do convênio FNDE/CEB

Espécie: Convênio nº 02/88
Convenentes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Confederação Evangélica do Brasil
Objetivo: Aquisição de Uniformes Escolares para Alunos da Confederação
Crédito orçamentário: Programa de Trabalho 08420312-185
Elemento de despesa: 3211-02
Empenho: 306-2 de 15.03.88
Valor: Cz$ 20.000.000,00
Vigência: 4 meses, a partir desta data
(Ofício s.n., de 17/03/88)

(Diário Oficial da União/DF, 21/03/88)

suficiente para atender aos estudantes da pré-escola e do 1º grau durante 180 dias letivos, o que corresponde a um ano escolar.

A CNEC foi criada para atender aos estudantes carentes em locais onde o governo federal ou estadual não tenha condições de instalar uma escola. As escolas da CNEC são mantidas, principalmente, pela própria comunidade e por contribuições dos governos municipais, estaduais e da União.

A CNEC estuda agora a possibilidade de ver aprovado pelo Congresso Nacional um projeto de lei que destine recursos para a instituição. Esses recursos, caso seja aprovado o projeto, deverão ser aplicados na manutenção e equipamentos das escolas comunitárias que atendem hoje a mais de 443 mil alunos. *(Diário de Pernambuco/PE, 17/05/88)*

085
Bird diz que Sarney faz pouco pelo social

O governo brasileiro tem sido totalmente ineficiente em sua tentativa de melhorar o padrão de vida de sua população carente e de reverter os indicadores sociais de pobreza da maioria dos seus habitantes, embora em 1986 tenha injetado 9,1% do PIB em programas sociais. A análise é do Banco Mundial (Bird), a partir de observações diretas das condições do país, no ano passado, e de dados já publicados pelo IBGE.

Os técnicos do banco alertam que as péssimas condições de saúde, educação e alimentação da população impossibilitam a formação de mão-de-obra indispensável ao desenvolvimento econômico do país. Constataram que a centralização política não consegue evitar a manipulação política das verbas destinadas à ação social. No ano passado, apenas Cz$ 52,00 em cada Cz$ 100,00 que o MEC remeteu para os programas educacionais públicos do Nordeste foram usados efetivamente para pagar professores, adquirir livros e material escolar. O restante foi usado para pagar professores que não davam aulas, para despesas administrativas e até para a compra de veículos. *(Jornal do Brasil/RJ, 17/07/88)*

CPI

086
CPI-Calmon quer ajuda da CPI da Corrupção para apurar denúncias

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a aplicação dos recursos da emenda Calmon decidiu ontem, em sua primeira reunião de trabalho, enviar ofício ao presidente da CPI da Corrupção, senador José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), sugerindo que as duas comissões atuem coordenadamente e troquem informações sobre as denúncias de utilização irregular de verbas públicas na área de educação. O presidente da "CPI Calmon", deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), disse que os vários prefeitos que já prestaram depoimento à CPI do Senado e à Polícia Federal denunciando intermediação de verbas na área da educação podem ser convocados a depor na CPI da Câmara. "Nós poderíamos fornecer a eles os dados que pudessem ser indício de objeto de investigação na área de educação, e vice-versa", disse. Segundo Zanetti, "os objetivos das duas CPIs se identificam, já que são avaliar a correta aplicação do dinheiro público".

O objetivo inicial da CPI, segundo Zanetti, é verificar se a União, estados e municípios estão aplicando em educação o montante definido pela emenda (13% da receita de impostos para União e 25% para estados e municípios). A seguir, verificar a aplicação dessa verba. *(Folha de S. Paulo/SP, 13/04/88)*

087
Secretário da prefeitura de Sombrio diz que MEC deu verbas para igreja

O secretário da prefeitura de Sombrio (SC), Alirio Cunha, confirmou ontem que o Ministério da Educação (MEC) destinou Cz$ 1 milhão para as obras de Centro Cultural e Social Padre João Raitz, de propriedade da igreja matriz da cidade, que também passa por reformas. De acordo com Cunha, que é irmão do prefeito Arlindo Cunha (PFL), a verba foi conseguida no final do ano passado, junto ao MEC, pelo atual senador Jorge Bornhausen (PFL), ex-ministro da educação.

Alirio Cunha afirma que a obra está relacionada com a educação, porque no centro são ministrados cursos práticos de trabalhos manuais e deverá, quando estiver concluído — a previsão é junho deste ano — abrigar um jardim de infância.

De acordo com o presidente da comissão de leigos que auxilia o padre na administração da igreja, Lauro Raupp, o centro foi iniciado há cerca de dois anos e ainda não está completamente pronto. No momento, é usado "para todos eventos que acontecem na cidade", diz ele, incluindo reuniões sindicais, partidárias, festas e exposições.

Preceito constitucional — O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ser "impossível" que o MEC destinasse a verba para a reforma, sustentando que um preceito constitucional proíbe a destinação de recursos a templos. A verba, segundo Bornhausen, poderia ter sido liberada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao MEC, caso fosse solicitada por "uma instituição sem fins lucrativos, considerada de utilidade pública, ligada a fins educacionais e registrada no Conselho Nacional de Serviço Social. O FNDE tem atribuição para isso", afirmou. *(Folha de S.Paulo/SP, 23/04/88)*

088
Silke Weber diz que emenda Calmon não será cumprida

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara que apura a aplicação da emenda Calmon, a presidenta do Conselho Nacional dos Secretários de Educação, Silke Weber, apresentou cálculos elaborados pela Secretaria da Educação de seu estado, Pernambuco, segundo os quais a emenda não seria cumprida este ano no tocante à União, se considerados os dados no orçamento já aprovado pelo Congresso.

Segundo o Consed, citando a página 7 do volume 1 do orçamento, a receita de impostos estimada para 1988 totaliza Cz$ 2.387,5 trilhões. O demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção do ensino, segundo o orçamento, porém, chegaria a apenas Cz$ 250.140,3 bilhões ou seja, 10,48% da receita estimada e 2,52% a menos

do que os 13% que, por lei, devem ser destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.

Contestações — Durante os debates, porém, o deputado Átila Lira (PFL-PI) contestou as informações, citando o trabalho da comissão mista de orçamento do Congresso que analisou a proposta orçamentária referente ao MEC, que concluiu, conforme publicação do "Diário do Congresso Nacional" de outubro de 1987, que o orçamento cumpre a emenda Calmon. Indagada a respeito, Silke Weber limitou-se a dizer que o Consed trabalhara com o orçamento "já consolidado". O presidente da CPI, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), encaminhou à assessoria da Comissão pedido de parecer sobre os dados divergentes, mais uma vez sem prazo definido para que seja apresentado.

A tarde, a assessoria do senador João Calmon (PMDB-ES), autor da emenda e relator da comissão mista que, no segundo semestre do ano passado, analisou o orçamento referente ao MEC e o aprovou, também contestou as informações da presidenta do Consed e disse que o percentual chegará a 16,3%. Segundo a assessoria, baseando-se no parecer publicado no "Diário do Congresso Nacional", o total de recursos provenientes de receita de impostos será de Cz$ 1.729,8 trilhão, dos quais devem ser descontados Cz$ 641,13 bilhões, a título de transferência obrigatória da União para estados e municípios. Da receita líquida (Cz$ 1.088,7 trilhão) é que ocorre a destinação obrigatória de 13%. De acordo com a assessoria, o orçamento mostra que a União vai aplicar em manutenção e desenvolvimento do ensino Cz$ 178.140.324 bilhões, ou seja, 16,3%.

Transferências — Silke sugeriu também que a CPI analise o total de transferências para a educação básica no Orçamento da União para 1988, com recursos do Tesouro. Em 1987, os recursos relativos à quota federal do salário-educação foram distribuídos apenas no orçamento do FNDE (total de Cz$ 3.300,0 bilhões). Em 1988, os recursos estão distribuídos não apenas no FNDE (com total de Cz$ 12.880,2 bilhões), mas também em encargos gerais da União (a cargo da Seplan) no valor de Cz$ 5.050 bilhões.

Respondendo à pergunta do deputado Gumercindo Milhomem Neto (PT-SP) sobre destinação pública de recursos para a esfera privada, Silke citou como exemplo de repasse indireto de verbas públicas ao setor privado um levantamento realizado pela Secretaria de Educação de PE, em 87, que constatou o caso de uma escola de 1º e 2º graus onde existiam 24 professores contratados pelo estado trabalhando em tempo integral na entidade privada. A secretária não mencionou o nome da escola. Citou também, no caso das vagas, que a secretaria constatou, simultaneamente, a existência de 7.700 vagas ociosas na rede pública na região metropolitana de Recife e compra de vagas pelo estado para entidades particulares. A secretária não entrou em detalhes em nenhum dos dois casos e tampouco voltou a ser indagada pelos membros da comissão. *(Folha de S.Paulo/SP, 04/05/88)*

089
Agenciador recebeu 34% sobre verbas do MEC em 86

O diretor de um escritório de intermediação de verbas admitiu à CPI da Corrupção que recebeu 34% dos Cz$ 52 milhões obtidos do Ministério da Educação em 1986 para diversas prefeituras. José Luís Escanhoela, diretor da Coimpro (Consultoria, Intermediação e Projetos Ltda), disse que começou sua atuação ao redor da capital paulista, mas que hoje atende a prefeitos de todo o estado.

Ele se esforçou ao máximo para demonstrar que não fazia intermediação de verbas, mas as pressões dos integrantes da CPI o fizeram revelar muitas irregularidades. "Com quem a Coimpro conta em Brasília para fazer seus processos andarem mais rápidos no MEC?", foi uma das primeiras perguntas do relator Carlos Chiarelli que atemorizaram Escanhoela. "Não há representante da Coimpro em Brasília e não contamos com ninguém", começou dizendo o depoente.

No início, ele sustentava que apelava aos deputados do município interessado na verba para que eles apressassem a liberação dos recursos junto ao ministro da educação. Mas, depois de muita pressão, Escanhoela admitiu ter em Brasília um amigo que acompanhava os processos de solicitação de verbas no MEC. Quando o relator quis saber o nome desse amigo, Escanhoela disse que não se lembrava. Chiarelli perguntou: — O sr. não acha que está com uma crise aguda de amnésia? — "Sinceramente, senador, me deu um bloqueio agora", respondeu o interrogado.

O presidente da CPI, José Ignácio, fez então Escanhoela dizer qual o número do telefone do seu escritório em São Paulo. Enquanto o diretor do escritório prosseguia no seu depoimento, um funcionário da CPI foi correndo ligar para São Paulo e descobriu o nome do advogado que atua como despachante desse escritório em Brasília — Paulo Verano. Diante de novas pressões, Escanhoela admitiu que paga percentuais de 1% a 2% para esse advogado apressar a liberação das verbas.

Quando o depoente tentou explicar que cobrava comissões de até 20% em cada liberação de verba, porque seu escritório tinha de gastar elaborando um projeto técnico, a CPI descobriu que o projeto técnico era apenas o preenchimento do formulário de solicitação de verba ao MEC. No meio dessas discussões, o senador José Ignácio resolveu esclarecer ao depoente que, se ele mantivesse, estaria sujeito a processo e à pena de perda de liberdade.

No fim do seu depoimento, o diretor da Coimpro informou que seu escritório solicitou Cz$ 207 milhões em verbas em 1986, mas só conseguiu captar Cz$ 52 milhões. Desses, a Coimpro ficou com Cz$ 18 milhões, ou seja, 34%. Ele admitiu também que, desde que a Polícia Federal e a CPI da Corrupção começaram a investigar a intermediação de verbas, os prefeitos têm receado envolver-se com esses escritórios. *(Jornal do Brasil/RJ, 10/05/88)*

090
Secretário do MEC interfere no depoimento à CPI Calmon

O secretário geral do MEC, Luiz Bandeira Filho, disse ontem que se encontrou, na última segunda-feira, com Ricardo Santiago, presidente do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) e atual secretário-geral do Seplan, e apenas "lembrou" a ele que, "quando convidado e se convidado a depor,

provocam choques em quem encostar nas paredes ou portas. Esta é a situação das 14 escolas de lata — construções pré-fabricadas com *containers* de aço galvanizado — do Distrito Federal, que instaladas provisoriamente durante o governo Figueiredo, permanecem até hoje servindo aos alunos da rede oficial.

Mães, professores e alunos não poupam reclamações e denunciam: o calor excessivo provoca diarréias, desidratação, dores de cabeça constantes, alergias das vias respiratórias, além do perigo dos choques elétricos, que volta e meia assustam as crianças. "Não se pode garantir, mas o médico suspeita que o derrame cerebral sofrido por uma de nossas alunas tenha sido provocado pelo calor das salas", afirmou a diretora do Centro Educacional 2, Lenir Miranda, da cidade-satélite de Candangolândia, a menos de 10 km do Plano Piloto, sem querer dar o nome da estudante de 17 anos.

O diretor-executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal, José Quintas, admite a precariedade das construções e o perigo das instalações elétricas, mas faz questão de frisar que a culpa é da administração anterior: "São adaptações grosseiras do tipo de construção usado em acampamento ou canteiro de obras. Isso foi feito durante a gestão da professora Eurides Brito, a partir de 1982, quando era secretária de educação", acusou Quintas. A substituição das escolas de lata por prédios de alvenaria, segundo ele, faz parte do cronograma de obras da Fundação, dependendo apenas da liberação de verbas pelo governo federal.

A aparência do conjunto de *container* é simpática, e bem cuidada. No entanto, quem é obrigado a passar horas a fio no interior das salas percebe seus defeitos e deficiências. "Isso aqui é um forno, quando não chove. Quando chega o inverno, período das chuvas, além do frio intenso, tem os choques elétricos e o barulho, que não nos deixa dar aulas", reclamou Celeste Muniz, professora de uma das escolas. O calor das salas de aula foi alvo das críticas do ex-secretário de educação e atual senador Pompeu de Souza, (PMDB-DF), que classificou as escolas de lata como "verdadeiros fornos de assar leitão". (*Simone Salles, Jornal do Brasil/RJ, 01/08/87*)

122
Professores rebatem acusação

"Essa acusação dele é um mecanismo de defesa. Ele deveria aproveitar esse momento, em que o programa é questionado, para colocar todos os problemas que impedem o seu bom funcionamento". O conselho é da presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho. O destinatário é o diretor-executivo da Fundação Educacional, José da Silva Quintas, que imputou às greves dos sevidores e dos professores das escolas públicas a responsabilidade pela perda de 255,5 toneladas de alimentos utilizados no Programa de Merenda Escolar.

A perda dos alimentos gerou um prejuízo avaliado (a preços de janeiro passado) em Cz$ 3,8 milhões. O relatório da comissão de sindicância, instaurada pelo governador José Aparecido aponta erros administrativos da Fundação Educacional e da Fundação de Assistência ao Estudante como determinantes da perda dos alimentos, que foram considerados impróprios para o consumo humano e destinados aos porcos do Presídio da Papuda. Segundo José Quintas, os alimentos se perderam porque as duas greves teriam impedido a montagem de um sistema de distribuição dos produtos nas escolas, nos meses de abril e maio. (*Correio Braziliense/DF, 13/08/87*)

123
As escolas de Brasília, destruídas

As bem planejadas escolas da capital, com sua arquitetura arejada, espaços abertos para todos os lados, sem cercas e muita ventilação, "simbolizando uma cidade nova com conceitos mais livres de educação", como pregava o arquiteto Oscar Niemeyer, são coisas do passado. O sonho acabou na realidade das depredações e roubos que arrasaram as 411 escolas do Distrito Federal, mais ainda do que em outros estados, por causa das facilidades arquitetônicas.

Na escola Boqueirão, de Sobradinho, todo o telhado foi roubado, enquanto em Ceilândia o governo gastou no começo do ano Cz$ 10 milhões para recuperar os sanitários de 52 escolas. Hoje, todos já estão totalmente destruídos de novo. Pichações por todo lado, paredes e assoalhos arrebentados, vidros quebrados, torneiras, válvulas de descargas e até portas e cadeiras que desaparecem.

"Atualmente, a maior parte da verba que temos está sendo gasta para fazer muros de mais de três metros de altura, só para proteger as escolas", lamenta Fábio Bruno, secretário de educação do Distrito Federal. Ele reconhece que o conceito arquitetônico da cidade e de Niemeyer ficam aviltados, "mas não há outro jeito". Para o secretário anterior, senador Pompeu de Souza, "erguer muro é uma agressão a Brasília".

Além de muralhas, Fábio Bruno quer também levar os pais e a comunidade para as escolas com ginástica noturna e rodas de karaokê, além de teatro, cinema, debates, dança, folclores dos estados, bandas, marionetes e muita coisa mais nos fins-de-semana. "Como em Brasília cada família vem de um lugar diferente, as escolas podem virar verdadeiras feiras dos estados", imagina o secretário de educação.

"Piche o muro mais bonito" será outra atração do programa. Para evitar que salas, portas, janelas, banheiros e corredores sejam constantemente pichados como acontece agora, a Secretaria de Educação vai oficializar a atividade através de concurso com prêmios. Os alunos de cada escola poderão pichar seus muros livremente e depois uma comissão vai julgar o melhor. (*O Estado de S. Paulo/SP, 15/11/87*)

124
MEC libera verbas para escolas de lata

O Ministério da Educação liberou verba no valor de Cz$ 157 milhões ao governo do Distrito Federal para a construção de escolas de alvenaria, que substituirão as escolas de lata do DF, condenadas pela Secretaria de Saúde pelo calor excessivo que provocam nas salas de aula. O GDF solicitou Cz$ 394 milhões 106 mil visando a construção de 120 salas de aula. O dinheiro liberado foi inferior ao pedido, em conseqüência da carência de recursos, informou o MEC. Com a verba liberada, o GDF poderá construir 69 salas de aula.

Hoje, 127 salas de aula de 15 escolas feitas de lata ainda abrigam alunos nas

No último dia 7, sábado, a Escola-Classe 7 foi palco de uma longa sessão de consumo de drogas. Cerca de oito adolescentes entre 14 e 18 anos pularam o muro por volta das 11h e ficaram até as 22h fumando maconha e injetando Algafan na veia. O vigia Noel Alves de Mello viu tudo e avisou à diretora pedagógica, Elcy Neves, que por sua vez comunicou a ocorrência aos policiais da 15ª DP. Eles, porém, não tomaram qualquer providência.

No sábado seguinte ao da sessão de drogas, o vigia do plantão passou um grande susto. A mesma *gang* voltou com a intenção de se vingar dele, que os denunciou. Desarmado — os vigias não têm permissão para portar armas — ele ficou a madrugada toda trancado numa das salas, com uma barra de ferro nas mãos, rezando para não ser descoberto.

Segundo o diretor, os cerca de 40 professores da escola só não pediram ainda para serem transferidos para outra escola por consideração aos alunos.Entre os alunos e seus pais, o clima também é de puro terror. (*Catarina Guerra* e *Cristiane Ribeiro, Correio Braziliense/DF, 18/3/87*)

119
Escola tem modelo para alfabetizar

Uma experiência em alfabetização está sendo desenvolvida com sucesso na Escola-Classe 5, do Cruzeiro Novo. Ali funciona o Centro de Alfabetização do Complexo A do Cruzeiro, *onde as professoras*, em regime de trabalho de 40 horas semanais, dispõem de 20 horas para coordenação, ao contrário de outras escolas, onde esse horário é de apenas um dia por semana.

Com mais tempo, as professoras que lecionam para crianças do Ciclo Básico da Alfabetização, correspondente à 1ª e 2ª séries do 1º grau, podem preparar melhor o material pedagógico, enriquecer as aulas e recuperar os alunos com maior dificuldade de aprendizado. O esquema de trabalho dessa escola é repetido em uma unidade por cada complexo da rede oficial de ensino.

As professoras lecionam em um dos períodos do dia e no outro dedicam-se à coordenação, horário estabelecido para preparação de aulas. Os Centros de Alfabetização foram criados a partir do ano passado e, segundo a diretora eleita da Escola-Classe 5, Célia dos Santos Ferreira, "com o objetivo de demonstrar que aquele tipo de período de trabalho dos professores tem resultados de quase 100% de aprendizagem". Além disso, o Centro é uma espécie de irradiador de conhecimentos adquiridos por alguns professores. Aqueles que participaram de algum curso externo, como um de matemática oferecido pela UnB, repassam aos colegas do Centro e de outras escolas o que aprenderam. O Centro não aplica exclusivamente um tipo de método pedagógico, mas alia as qualidades de diversas metodologias. A diretora diz que todo o ensino é feito de forma integrada entre os profissionais da escola e do Complexo. A orientadora educacional acompanha o desenvolvimento da criança e auxilia os professores na preparação das aulas. Há também um coordenador pedagógico local no Centro e um no nível intermediário no Complexo Escolar.

No entanto, o Centro de Alfabetização também enfrenta dificuldades, como as outras escolas, principalmente no que se refere a carências de material. Uma outra dificuldade é o número de alunos por turma, atualmente oscilando entre 30 e 35, que em condições ideais, deveria ser entre 15 e 20. (*Correio Braziliense/DF, 28/06/87*)

120
GDF estuda cogestão em escolas

O governador interino, Guy de Almeida, determinou ontem ao consultor jurídico do GDF, Geraldo Guedes, que estude uma fórmula jurídica que possibilite a implantação em Brasília de escolas em regime de cogestão, como propõe a Associação de Pais de Alunos. O secretário de educação, Fábio Bruno, informou que desconhece a idéia de cessão da escola pública da 106 Sul para o desenvolvimento da experiência piloto, como foi noticiado.

A primeira reunião para tratar do assunto foi realizada ontem mesmo. Geraldo Guedes reuniu-se com o presidente da Federação Nacional de Associações de Pais de Alunos, Luiz Cassimiro, e com o secretário Fábio Bruno, a fim de estudar a possibilidade de cessão de terrenos público para a construção das escolas.

Cassimiro disse que as duas primeiras escolas deverão ser implantadas no Lago Norte e no Gama. A idéia, explicou, é testar o sistema de administração em cogestão em duas localidades distintas quanto ao aspecto econômico e cultural. Pela manhã, ele recebeu aval do ministro da educação, Hugo Napoleão, que demonstrou interesse pelo projeto e anunciou a criação de uma comissão para acompanhar seu desenvolvimento.

O projeto da Associação de Pais de Alunos prevê a construção das escolas, através de financiamento do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, com juros de 2% ao ano e prazos longos de pagamento. Os pais de alunos pagariam os profissionais envolvidos com o cumprimento do currículo que excedesse o programa oficial, já que a idéia é fazer uma escola que funcione em tempo integral.

A construção da escola estaria a cargo de um Conselho Gestor, composto por representantes do MEC, Secretaria de Educação e Associação de Pais de Alunos. Seria também criado o Conselho Pedagógico, formado por professores e pais de alunos, que definiria o perfil curricular. O GDF, além de doar a área, preencheria as vagas do corpo docente e se responsabilizaria por todo o patrimônio da escola.

Luiz Cassimiro disse que a idéia tem tudo para dar certo, não somente pelo apoio do MEC, mas principalmente pelo interesse dos pais. "As despesas que nós teríamos seriam equivalentes a 1/4 do que se gasta em escolas particulares. Assim, seria como pagar menos por uma escola particular", analisou. (*Correio Braziliense/DF, 28/07/87*)

121
Professor em Brasília denuncia más condições de 14 escolas de lata

Na época da seca, o calor é insuportável e o termômetro chega a registrar mais de 40 graus centígrados no interior das salas. No período das chuvas, o barulho da água sobre as telhas de amianto é ensurdecedor e as infiltrações nas instalações elétricas

ção do uso da camiseta, em especial a professora Josabeth, da área de apoio pedagógico do supletivo.

Eram 19h30 quando tocou o sinal para começar as aulas e o portão de entrada foi fechado, deixando do lado de fora os alunos que não usavam a camiseta com o emblema do colégio e se recusavam a adquirí-la. Nas salas, os professores iniciavam a aula enquanto na direção do curso um grupo trocava idéias para a integração do ensino entre todos os Complexos Escolares. Neste momento uma enorme pedra foi jogada e bateu em uma das mesas. O grupo, composto por quatro mulheres e dois homens, se assustou e fechou a porta, mas simultaneamente ouviu a voz de uma aluna pedindo socorro.

Um dos coordenadores, o professor Lunardi, saiu para ver o que estava ocorrendo e, para sua surpresa, se deparou com dezenas de rapazes já dentro do pátio da escola atirando pedras nos vidros das salas e quebrando as carteiras. Lunardi voltou para a sala da direção e telefonou para a polícia, pedindo ajuda. Só que a primeira viatura demorou cerca de uma hora para chegar e assim mesmo teve que retornar à delegacia porque também foi apedrejada. A situação se agravava, com os marginais chegando cada vez mais perto da sala da direção, o que obrigou os coordenadores do supletivo a encostar uma enorme mesa na porta para impedir que fosse arrombada. Os agressores jogaram pedras, esmurraram e deram pontapés na porta de ferro, aterrorizando o grupo e causando pânico em uma professora grávida já com sete meses.

Em uma outra sala, os cerca de 20 professores que davam aulas quando iniciou a depredação, também se trancavam, temendo o linchamento prometido pelos marginais. Só que eles tiveram menos sorte, pois os agressores conseguiram arrombar a porta e tomá-los como reféns, exigindo que os coordenadores se entregassem. Neste mesmo instante, os diretores do Complexo Escolar C, a que o Centro de Ensino 8 está subordinado, Adalberto Duarte, e o do colégio, João Batista Gonçalves, eram avisados pelo telefone mas aconselhados a não se aproximarem da escola enquanto a polícia não chegasse, porque eles seriam agredidos pelos marginais.

O medo dos coordenadores aumentou quando os agressores começaram a apedrejar os vidros da sala da direção e a gritar "saiam daí covardes". "Queremos linchar vocês todos". "Agora vocês vão conhecer a realidade da Ceilândia". "Vocês fazem normas e agora não assumem". "Queremos a Beth e o Lunardi". O terror alcançou o ápice quando podiam ser ouvidos tiros e a professora grávida sentia fortes dores na barriga, temendo pela vida de seu primeiro filho.

Os ânimos só se acalmaram quando a polícia cercou a escola, com seis camburões, cachorros treinados e homens do Batalhão de Choque, fortemente armados. Na confusão, mais de 50 pessoas foram detidas e levadas para a 15ª Delegacia de Polícia. Enquanto isso, outros policiais faziam um cordão de isolamento para proteger a saída dos professores, também ajudados por alunos — tidos como "justiceiros" — que, de arma em punho, acompanharam os professores até seus carros.

A professora Ana Consuelo, coordenadora do ensino Supletivo do Complexo C da Ceilândia, foi uma das que estavam na sala da direção e que por pouco não entrou em crise nervosa. Ela contou que nunca em sua vida havia visto armas tão pesadas como as que eram empunhadas pelos alunos e marginais que invadiram a escola. "A fúria dos agressores era muito grande e pensei que não sairia viva do colégio. Foi uma experiência horrível, mas serviu para os professores do noturno decidirem que não vão mais dar aulas à noite enquanto não houver segurança para suas vidas". A depredação também atingiu vários carros de professores que estavam parados no estacionamento da escola.

Não há nem telefone — No dia 12 de outubro do ano passado, Dia da Criança, a Escola Classe 66, a primeira da Expansão do Setor O, na Ceilândia, foi inaugurada com grande pompa. O próprio presidente Sarney era esperado para descerrar a fita inaugural, dentro do extenso programa pré-eleitoral de inaugurações desenvolvido pelo governador José Aparecido. Sarney acabou não indo, mas a expectativa de sua chegada fez com que os organizadores da cerimônia instalassem um telefone especialmente para a ocasião.

O pequeno conforto durou apenas o tempo suficiente para que a escola fosse inaugurada. Hoje, não somente as duas escolas, como toda a Expansão, que já abriga 40 mil pessoas, não têm um único telefone, sequer orelhão.

Tensão — Com uma expressão um tanto irônica, Joana Célia lembra que na inauguração eles puxaram um fio dos cabos que passam no Setor de Indústrias — localizado a alguns metros da escola — com a justificativa de que o presidente da República, caso fosse à inauguração, não poderia ficar sem meio de comunicação rápida, mesmo por alguns minutos.

"As professoras estão lá diariamente, sem segurança nenhuma. São todas garotas novas, que lutam com a maior garra e ficam completamente expostas", observa Joana Célia.

A diretora frisa que a falta total de comunicação rápida torna as escolas da Expansão extremamente vulneráveis e deixa os adolescentes que costumam invadi-las cada vez mais ousados. Entre os professores, a constatação de que o prédio da escola pode transformar-se em uma verdadeira armadilha em caso de emergência acaba criando um clima muito tenso.

Na opinião da professora Aparecida Gondim, esta tensão que existe no ar é percebida pelas crianças e prejudica até a aprendizagem. "O professor assustado assusta as crianças, o que é muito ruim. Como é que elas vão se sentir se vêem que até as pessoas em quem confiam e se apóiam estão inseguras", indaga Aparecida.

Pais suspendem as aulas — As aulas na Escola-Classe 07, na Ceilândia, estão suspensas por tempo indeterminado, até que a Fundação Educacional ofereça melhores condições de segurança a professores e alunos, providenciando, ao menos, o levantamento do muro que cerca o terreno. A decisão foi tomada ontem por cerca de 150 pais, em reunião com os professores e a direção da escola.

À noite, a falta de telefone e de policiamento na Expansão torna as escolas ainda mais perigosas. Os vigias da Fundação não podem portar armas e, segundo o diretor do Complexo C, Adalberto Duarte Pereira, nenhum quer mais trabalhar nas escolas da Expansão. Getúlio afirma que até o policial destacado para ajudar na vigilância está indo à paisana, com medo.

Criatividade — Para conseguir driblar os marginais, só resta aos responsáveis pela escola usar muita imaginação. As máquinas de escrever, por exemplo, há muito tempo não são guardadas na secretaria. "Lugar de máquina é na secretaria, então lá é o último lugar em que podemos deixá-las", comenta Getúlio. Ele explica que, logo após o fim das aulas, tem que colocar as máquinas nos banheiros, cantina ou em qualquer outro local, presumivelmente a salvo da ação dos visitantes noturnos. Nem a sirene da escola escapou da ação dos invasores. Depois que ela ficou completamente estragada diversas vezes, a única saída foi instalar uma tomada e ligar na parede toda vez que é preciso tocá-la. Logo após o toque, a sirene volta imediatamente para o armário da secretaria, onde é guardada a chave.

"Nós estamos ameaçados demais aqui. Só continuamos porque precisamos disso para viver", reclama a servente da Escola-Classe 53, Maria do Carmo. Ela conta que, na última sexta-feira, logo que escureceu, um grupo começou a pular no teto e dizer que ia pegar a diretora. Ela e outra colega correram para avisar o vigia, o que fez com que os moleques passassem a ameaçá-las também.

Fragilidade facilita ação — Perdidas na paisagem vermelha de barro e tijolo da Expansão do setor O, na Ceilândia, as duas escolas da Fundação Educacional chamam a atenção. São algumas das primeiras unidades construídas pela fábrica de escolas da Novacap, bonitas e modernas. Tão modernas que todas as suas peças, pré-moldadas são feitas de argamassa armada, são montadas através de encaixes e presas por nada mais que parafusos facilmente retiráveis. Um prato cheio para as *gangs* de adolescentes da Expansão, que já elegeram as escolas seu alvo predileto.

"Aqui não precisam mais nem arrombar para levar o que ainda temos. Basta desparafusar", lamenta a diretora da Escola-Classe 55, Joana Célia. Ela conta que as próprias crianças já aprenderam a retirar os parafusos das placas de argamassa e teme que acabem se machucando ao brincar com elas.

Uma rápida volta pela Escola-Classe 55 mostra outros perigos em potencial para a garotada. Um trecho da instalação elétrica, por exemplo, é mantido ao alcance das crianças, num poste de madeira que pode ser escalado com extrema facilidade por qualquer garoto de seis anos. Para piorar a situação, alguns fios estão descascados. Ao lado do poste, a caixa d'água, também de fácil acesso, é usada diariamente como piscina pelos alunos.

As portas e janelas das escolas pré-moldadas, enfeitadas por bonitos painéis do artista plástico Athos Bulcão, não podem ser lavadas. À menor umidade, incham e empenam. "Como é que você vai protegê-las de uma chuva de vento?", indaga Joana Célia, comentando que diversas portas da sua escola já não fecham.

Mas a diretora não ignora as vantagens das escolas da fábrica, embora critique sua vulnerabilidade.

Novo regimento foi o estopim — Toda a depredação do Centro de Ensino 8 está sendo atribuída pelos professores ao fato da adoção de um regimento interno que estabelece normas de disciplinas e o uso obrigatório da camiseta com o emblema do colégio a fim de que os alunos sejam identificados e não mais confundidos com os marginais que os assediam diariamente. A camiseta, de malha branca, custa Cz$ 60, e os alunos que não têm condições financeiras para adquirí-la podem pagar à prestação. Assim mesmo a medida causou descontentamento em um grupo de estudantes, "aqueles desinteressados pelos estudos, mas preocupados com sua *gang*".

Na segunda-feira terminou o prazo para os alunos entrarem sem a camiseta nas escola e a direção do Centro de Ensino 8 acredita que tudo já estava preparado pois "apareceram rostos desconhecidos", afirma o diretor da escola, João Batista Gonçalves. "Nossa intenção é apenas de proteger os alunos e os professores e achamos que com o uso da camiseta podemos nos identificar melhor", acrescentou.

O professor Adalberto Duarte, diretor do Complexo C, não conseguia se controlar e repetia a todo o momento que a saída para esta falta de segurança nas escolas era a suspensão das aulas do supletivo.

A proposta da suspensão das aulas é aceita, por unanimidade, pelos professores da noite, que se dizem sem condições psicológicas de voltar para a sala de aula.

Quintas — Ontem, bem cedo, o diretor-executivo da Fundação Educacional, José Silva Quintas, foi avisado do ocorrido e compareceu ao Centro de Ensino 8 ainda pela manhã. Quintas ficou horrorizado com o vandalismo e a depredação do patrimônio público, anunciando que pretende reunir os diretores das escolas da Ceilândia para juntos traçar metas para combater os índices crescentes de violência. O Sindicato dos Professores também foi à escola para apoiar os professores.

A sugestão do professor Adalberto Duarte, de paralisar as aulas e pedir ajuda à comunidade para iniciar um trabalho de conscientização múltipla, foi bem aceita pelo diretor-executivo da FEDF.

Quintas lamentou que a FEDF nada possa fazer, de imediato, para acabar com a falta de segurança nas escolas, apesar de estar em contato permanente com o comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, coronel Galvão.

***Gangs* espalham o terror nas salas** — Ao proibir a entrada de alunos do curso supletivo sem estar vestindo a camiseta da escola, a direção do Centro de Ensino nº 8, na EQNM 21/23, Ceilândia Norte, teve como resposta uma saraivada de pedras, xingamentos e ameaças de morte por parte de alguns estudantes descontentes e marginais da comunidade durante mais de uma hora na noite de segunda-feira. Eram mais de 100 agressores, a maioria armada com revólveres de grosso calibre. A intenção era linchar os responsáveis pela determina-

da fiscalização do Programa Estadual de Alimentação Escolar (PEAE), distribuído por 26 regiões, abrangendo, cada uma, de nove a 26 municípios, onde o prefeito é responsável pelo transporte da merenda.

Na reta de chegada, os alimentos enfrentam disputas político-partidárias, ausência de estradas vicinais, atingindo as crianças da zona rural, e o alto custo do frete, que desestimula alguns prefeitos a buscarem a merenda em quantidade insuficiente. Como se tudo isso não bastasse há ainda falta de depósito nas escolas para a guarda dos gêneros, muitas vezes por esta razão, armazenados em casa de professores.

Nos municípios onde os prefeitos são do PFL, mais da metade em todo o estado, o material de cantina foi retirado das escolas estaduais, a exemplo do que ocorreu com cerca de 270 mil carteiras escolares. Em Itajuípe, por exemplo, a prefeita Gilka Badaró é acusada de dar sumiço numa enorme quantidade de material de cantina, distribuído no governo passado. Em conseqüência, a SEEB vem encontrando dificuldade de prestar contas desses equipamentos à FAE-MEC.

Queda de freqüência — "Se falta merenda a freqüência cai em 40%", constata a diretora da Escola Municipal de Sussuarana, Noeme Leite Ferreira, inaugurada em maio deste ano, a escola funciona com 749 alunos, na faixa de 6 a 14 anos, nos cursos de pré-escolar e do Ciclo de Estudos Básicos (1º grau).

O mesmo não ocorre na Escola Acelino Maximiniano da Encarnação, no fim de linha do mesmo bairro, também da rede municipal de ensino. Ali a merenda é produzida com muito esforço, "para que não seja suspensa", observa a vice-diretora Magnólia Cruz Barbosa. É que não há água encanada e alunos e funcionários são obrigados a trazê-la em panelas e outros vasilhames para preparar os alimentos. Os alimentos são armazenados em local improvisado no prédio, que, por vezes, tem algumas salas invadidas pela água de chuva. O material de cantina é precário: falta escorredor de macarrão, prato, peneira e talheres.

Ao contrário de suas colegas, Magnólia minimiza a importância da merenda como fator de influência na freqüência escolar. "O que dispersa o aluno, desmotiva, é a falta de professor e são os rodízios que somos obrigados a fazer, quando não temos salas de aula suficientes para atender os 420 alunos, nas ocasiões em que chove", reflete.

Para a secretária de educação do estado, a merenda reflete um quadro de injustiça social, onde a população não dispõe de renda suficiente para alimentar-se de maneira satisfatória ao ponto de dispensar um programa dessa natureza. A longo prazo, a preocupação da SEEB é fazer uma escola que permita ao aluno desenvolver habilidades, tais que o capacite a ganhar o pão de cada dia. Enquanto isso não acontece, o governo investe na merenda e acaba de determinar a construção, dentro do Projeto de Desenvolvimento Social do Pelourinho, de uma central para fornecer alimentos em três turnos, aos alunos da recém-inaugurada escola Mestre Pastinha. *(A Tarde/BA, 24/10/88)*

Ceará

117
Escolas do Ceará têm mais alunos

O secretário de educação do Ceará, Paulo Elpídio de Meneses Neto, anunciou ontem que, em apenas um ano de trabalho, o estado conseguiu preencher as 400 mil vagas das escolas públicas, que estavam ociosas nos últimos cinco anos. Ele explicou que durante todo esse tempo houve um descrédito por parte da população com relação ao ensino público estadual, por conta dos 200 dias de greve dos professores, registrados nos anos de 85 e 86 e a má distribuição dos professores na rede escolar.

Segundo ele, a partir de uma campanha de restruturação da escola pública, com o atendimento das principais reivindicações salariais, o remanejamento de professores (pois havia excesso em muitas regiões e deficiência em outras) e a eliminação de professores ociosos, a comunidade "passou a voltar a acreditar no ensino público".

Além disso, conforme o secretário Paulo Elpídio, 35 mil novas vagas foram criadas e foram recuperadas 700 escolas, que correspondem a 60% da rede pública estadual de ensino. "Agora a situação foi invertida: em vez de termos vagas ociosas, há um excedente enorme", acrescentou Paulo Elpídio, que ainda não sabe o número de matrículas excedentes. *(Jornal do Brasil/RJ, 09/02/88)*

Distrito Federal

118
Escola vive horror na Ceilândia

Um adolescente vestido com uma longa capa preta invade uma sala onde uma turma de crianças pequenas está tendo aula. Pega o diário de classe, joga no chão e começa a pisar em cima. Quando a jovem professora reage, ele diz uns desaforos e abre a capa, ameaçador. Está compelatamente nú.

Esta cena, que poderia servir de inspiração para o roteiro de algum filme pornográfico, de horror e violência, aconteceu há algumas semanas na Escola Classe 53, uma das duas bonitas escolas pré-moldadas da Expansão do Setor O. A história é apenas uma do enorme repertório do funcionário da Fundação Educacional, Getúlio Ribeiro, que trabalha na escola das 14 às 18 horas.

Vandalismo — Segundo Getúlio, são freqüentes as invasões de salas, de manhã ou à tarde, por grupos de cinco a oito adolescentes. Eles interrompem as aulas das crianças — as duas escolas da Expansão só têm alunos da 1ª à 4ª séries — expulsam as professoras e ainda ameaçam de morte as crianças, que saem correndo, apavoradas. A partir daí, criatividade é o que não falta às *gangs*, que praticam inúmeros atos de vandalismo de acordo com o humor do dia.

Colocar as carteiras em cima do teto — tornando impraticável a continuação da aula até que alguém possa retirá-las de lá — urinar dentro dos filtros ou defecar nos cantos das salas de aula são as práticas mais comuns. As ameaças à diretora e professoras também se tornaram rotineiras e como elas têm que caminhar um longo trecho a pé até a parada de ônibus mais próxima, com freqüência é preciso improvisar uma escolta com funcionários e serventes para acompanhá-las na hora da saída.

com 34 agentes administrativos e dez porteiros; 37 mil professores que nunca deram uma aula sequer; 93 mil funcionários, que representam 70% dos servidores da administração centralizada; 12 mil pessoas prestando serviços não se sabe onde; uma folha de pagamento que consome cerca de Cz$ 330 milhões por ano, ou seja, 25% do orçamento do estado.

Este levantamento foi realizado pela Secretaria de Educação da Bahia, o maior trampolim político da estrutura do governo. Dos cinco últimos secretários, apenas um não se elegeu deputado federal, trocando emprego, naturalmente por voto. Trata-se de Edivaldo Boaventura, o último a ocupar o cargo, que, sem vocação para legislador, preferiu que os votos fossem para Jairo Carneiro (que se elegeu), sobrinho do então governador João Durval.

Por esse trampolim político, os grupos que apoiaram o atual governador, Waldir Pires, começaram a brigar antes mesmo da eleição. E a disputa só não resultou em crise porque o governador retirou a Pasta do bolo a ser repartido e assumiu a responsabilidade de indicar um técnico, sem ambições políticas, para o cargo.

A escolhida foi Mariaugusta Rosa Rocha, de 48 anos, professora e ex-diretora da Escola de Educação da Universidade Federal da Bahia, que terá como missão desmontar a eficiente máquina política e tentar melhorar seu desempenho na área educacional. Afinal, é difícil acreditar que, com tal estrutura, a Bahia, depois do Piauí, seja o estado brasileiro com maior número de analfabetos, mais da metade da população, de dez milhões de habitantes.

Somente a máquina política tinha boas engrenagens. A função educacional era coisa secundária. E seu dispositivo era tão perfeito, que só admitia as indicações das lideranças do partido governista. Os peemedebistas, infiltrados, foram todos retirados e hoje, em todos os municípios baianos com menos de 50 mil habitantes, não há sequer um professor simpatizante do PMDB para ocupar cargos de confiança. Por isso, a toque de caixa, o partido foi obrigado a aprovar, na assembléia, uma lei autorizando a nomeação de pessoas que não pertençam aos quadros da secretaria, até que sejam realizados concursos públicos.

No esforço final da campanha eleitoral do ano passado — o que a secretaria só descobriu esta semana — até mesmo recursos do Ministério da Educação, que deveriam ser aplicados no ensino na periferia das cidades e na zona rural, foram desviados para o pagamento de cabos eleitorais. Foram as verbas do "projeto suporte", que "suportou" os custos da campanha. Em apenas uma escola, no subúrbio de São Caetano, havia mais porteiros que número de portas, todos eles líderes comunitários em campanha para deputados governistas.

Para desmontar de vez a máquina de fazer deputados, Mariaugusta Rocha decidiu recadastrar, a partir desse mês, todos os 93 mil funcionários — e muitos foram contratados com diploma de nível superior falso — e dentro de 60 dias todos os não concursados terão de participar de um concurso público para se manter no emprego.

Além de diminuir o número excessivo de servidores e acabar com o clientelismo político, a secretária quer também distribuir melhor os trabalhos, acreditando que, com as novas medidas, todas as escolas do estado estarão funcionando inclusive aos sábados e domingos, até o final do ano. *(O Estado de S. Paulo/SP, 12/04/87)*

116
Corrupção tira a merenda da boca dos alunos pobres

"O que mais gosto na escola é merendar". A declaração do menino Odair de Jesus dos Santos de Oliveira, seis anos, estudante do pré-escolar da Escola Municipal de Sussuarana, feita esta semana, não surpreende. Seu pai é pintor, a mãe doméstica e, naturalmente enfrentam dificuldades para sustentar a ele e aos cinco irmãos. Mas até o feijão e o charque do Programa de Alimentação Escolar, entre outros alimentos, chegarem à boca de milhões de crianças como Odair, são desviados pela corrupção que grassa numa cadeia de órgãos envolvidos na distribuição da merenda e, até mesmo, por professores e merendeiras.

Este é o maior problema enfrentado, hoje, pela Secretaria Estadual de Educação (Seeb), de acordo com a secretária Mariaugusta Rocha. As denúncias de desvio de merenda são volumosas. A mais recente e escandalosa envolveu o candidato a prefeito do município de Teixeira de Freitas, Getúlio Isaías, que distribuía a merenda entre os seus eleitores, sob a conivência do prefeito local, Timóteo Alves de Brito, do mesmo partido. O candidato recomendava a devolução das embalagens para evitar que o crime fosse descoberto. Mais grave ainda o problema se torna, se observada a faixa etária beneficiada pela merenda, crianças de 2 a 12 anos, necessitadas de uma alimentação capaz de fornecer as calorias indispensáveis a um desenvolvimento intelectual saudável. "A clientela da escola pública está entre os dois terços da população que ganham menos de dois mínimos", observa a secretária da educação do estado, Mariaugusta Rocha. Aliada à corrupção, a falta de recursos, cada vez mais escassos, para atender a um contingente de 2 milhões e 124 mil alunos, na Bahia, projeção feita pelo Serviço de Assistência ao Estudante (SAE), órgão responsável pela distribuição da merenda no estado. A verba, oriunda do Finsocial e liberada pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), para a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE-MEC), que a repassa à Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), só deu para atender 1 milhão e 265 mil crianças no estado, até o mês passado. Dos 11 milhões e 903 mil quilos de alimentos solicitados pela Bahia, em julho último, chegaram quatro milhões e 317 mil, representando um corte da ordem de 63,73%.

Distribuição — Há dois anos, segundo revelou a diretora do SAE, professora Terezinha Moreira, a merenda deixou de ser comprada de três em três meses, sistematicamente. Este ano, na Bahia, apenas duas remessas de alimentos foram feitas: uma em março e a segunda em julho, já mencionada. E o SAE que se encarrega

UNIDADES FEDERADAS

Acre

110
Plano de Educação interessa a todos

"Esta reunião de hoje é uma decisão política dos dirigentes educacionais de duas regiões que se fortalecem pela união na luta pelo encaminhamento de soluções para os problemas educacionais que, sem dúvida, serão soluções para grande parte de nossos problemas regionais".

Foi o que afirmou o governador Flaviano Melo ontem, no Pinheiro Palace Hotel, ao abrir o 2º Encontro de Secretários de Educação do Norte e do Centro-Oeste, que teve por objetivo reavaliar o Plano de Educação Básica para as duas regiões de 1988 a 1995, elaborado pelos secretários destes locais, em virtude das novas atribuições na área educacional instituídas pela nova Constituição federal e principalmente para definir estratégias políticas para negociação do plano junto ao Ministério de Educação.

Em seu discurso o governador ressaltou a importância do encontro garantindo ser a educação o instrumento necessário para salvar estas regiões, alegando que "nossas riquezas naturais estão sendo vilipendiadas pela exploração desordenada: a Amazônia, última fronteira agrícola, vem sendo invadida por um fluxo migratório incontrolável; a nossa floresta está ameaçada, ao transformar-se numa gigantesca chaminé de fumaças suicidas, e nossos índios vão sendo acuados à medida que avança a suposto progresso civilizatório". A educação, segundo ele, "se impõe como necessidade histórica para reversão deste processo".

O governador também lembrou que os cortes de recursos federais para a educação destinados à programação de 1988 significaram "uma perda substanciosa" para a área, no Norte e Centro-Oeste, destacando que "só a conjugação de esforços para reivindicação de maior apoio do poder central poderá despertar a responsabilidade social dos governantes para o tratamento diferenciado da educação em nossas regiões, que exige uma revisão de critérios quanto ao incremento na distribuição de recursos nos próximos anos, sem o que a situação se torna insustentável".

O secretário de educação, Josué Fernandes, pediu aos secretários, especialmente aos novos, continuar lutando pela melhoria do ensino, ressaltando que o alcance desta meta passa pela questão política, sendo necessário para isto a união e esforço de todos, inclusive dos governadores e políticos destas regiões.

Participaram do encontro secretários e representantes de todos os estados e territórios do Norte e Centro-Oeste, exceto os de Mato Grosso do Sul e Roraima. *(O Rio Branco/AC, 09/10/88)*

111
Municipalização do ensino vira uma polêmica acirrada

Percorre o Brasil uma acirrada polêmica em termos da municipalização do ensino. O assunto perpassa professores e técnicos em educação, que se manifestam contra e a favor, fazendo assim com que se crie um debate bastante amplo entre os meios de educação. A Secretaria de Educação do Acre, por exemplo, é a favor, ao contrário da Aspac, que representa a categoria dos professores, radicalmente contrária.

A municipalização do ensino é decorrência da própria Constituição promulgada, que no seu artigo 30, inciso IV, ressalta que um dos compromissos dos municípios é manter a cooperação técnica e financeira da União e estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, reforça também o artigo 211, parágrafo 2º, que os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar. Pararela a isso se dá também a reforma tributária que deverá transferir para os municípios maior parcela de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino. *(O Rio Branco/AC, 18/10/88)*

Alagoas

112
Redução do analfabetismo

O secretário da educação de Alagoas, Luciano Peixoto, anunciou ontem que a principal tarefa da sua gestão será a de diminuir o índice de analfabetismo do estado (cerca de 70%). Ao visitar escolas estaduais em Maceió, Peixoto constatou carências que vão de giz e apagadores até professores — apesar do estado contar hoje, segundo dados oficiais, com 17.463 docentes na rede de ensino. *(Folha de S. Paulo/SP, 23/04/87)*

113
Alunos fora da escola

O estado deixou 146 mil alunos na faixa etária de 7 a 14 anos fora das salas de aula este ano. A revelação é do secretário de educação, Luciano Peixoto. Ele culpa o governo federal por "não olhar a educação como prioridade nacional" e reclama que os recursos repassados à sua pasta são "minguados". Mas não é só Alagoas que está deixando milhares de alunos fora das escolas. Em todo o Nordeste, segundo Luciano, a carência de matrículas é gritante. "São 1 milhão e 800 mil alunos que estão atualmente sem estudar no Nordeste". *(Correio Braziliense/DF, 22/09/88)*

Amazonas

114
Amazonas terá escolas-fazenda

Está confirmado para o próximo dia 12 a inauguração, pelo governador Amazonino Mendes, da primeira escola-fazenda do município de Tefé, que atenderá 2.400 alunos. A iniciativa de construir as escolas-fazenda visa a conscientização do homem do interior na prática do ensino profissionalizante. Para este programa, o governo conta com recursos na ordem de 420 milhões de cruzados, assegurados pelo Ministério da Educação. *(Jornal de Brasília/DF, 20/02/88)*

Bahia

115
Bahia enfrenta empreguismo no ensino

Motoristas analfabetos contratados como professores com licenciatura plena; escolas suburbanas, de quatro salas,

Na segunda etapa, eles aprenderão a língua portuguesa, "para que se integrem ao mundo dos brancos" e, na terceira fase, terão aulas de estudos sociais, ciências, matemática, cultivo da terra e conhecimentos gerais sobre saúde. Dois dos professores são das tribos caigangues que têm 2 mil 300 índios, e da guarani, que tem apenas 100 índios. *(Jornal do Brasil/RJ, 21/09/87)*

107
MEC e Funai avaliam escola para os índios

A situação das escolas indígenas, hoje administradas precariamente pela Funai, começou a ser definida em Brasília em reunião entre os técnicos do Ministério da Educação e da Funai. Mesmo concordando com a necessidade de transferir para o MEC a coordenação do ensino nessas escolas — 600 em todo o país —, antropólogos e lingüistas levantaram duas preocupações básicas: que o ensino administrado pelas secretarias de educação acabe por acelerar o processo de aculturação dos indígenas e que não seja garantido aos índios o ensino bilíngüe previsto na Constituição.

"Sou contra qualquer tipo de ensino que possa apressar o processo de integração do índio", defendeu o antropólogo Sílvio Coelho dos Santos, da Universidade Federal de Santa Catarina. O assunto é complexo e antes de se repassar aos estados esta responsabilidade há muito o que se discutir, acrescentou o lingüísta.

Arion Dalligna, da Universidade de Brasília, tem a mesma opinião: "Se não for bem pensada, a escola indígena pode arrebentar a estrutura de uma sociedade indígena".

A subsecretária de Desenvolvimento Educacional do MEC, Mércia Santos, garantiu que não é intuito do encontro discutir educação indígena. "No momento estamos avaliando os aspectos técnicos da transferência" — disse ela.

Representantes de entidades que trabalham com educação indígena reclamaram que não foram convidados para a reunião e que esta seria mais uma manobra da Funai com o objetivo de promover a estadualização do órgão. *(Última Hora/RJ, 11/11/88)*

Educação especial

108
MEC edita livro para deficiente

As crianças portadoras de deficiência visual na fase do pré-escolar contam agora com uma publicação dedicada exclusivamente a elas. Trata-se do livro "Brincando com as formas — prontidão para a leitura", editado pela Secretaria de Educação Especial do MEC, em convênio com a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), e com uma tiragem de 15 mil cadernos para os alunos e 5 mil livros para os professores.

Segundo Maria Regina Fernandes, gerente de editoração didático-pedagógica da FAE, esta é a segunda publicação da FAE para a área da deficiência visual, sendo que a primeira se intitulou "Subsídios para a organização e funcionamento de serviços de educação especial", editada em 1984, destinada aos professores.

A proposta do trabalho realizada no livro "Brincando com as formas: prontidão para a leitura", nasceu do fato de que a criança com problemas de visão apresenta falhas na percepção da realidade que a cerca, assim como das formas, tamanhos e cores dos objetos, daí a dificuldade de se empregar livros comuns, devido à multiplicidade de formas e cores, impossíveis de serem percebidas pelo deficiente. *(Jornal do Brasil/RJ, 08/08/87)*

109
MEC avalia métodos de educação especial

De acordo com o secretário da Sesp (Secretaria de Educação Especial, do MEC) Rômulo Galvão, a tese da integração do aluno excepcional no contexto da educação regular é universalmente aceita. "No entanto, sua implantação vem sendo executada de forma gradativa em alguns países, dentre os quais o Brasil", explicou. Em sua opinião, esse procedimento produziria sensível melhora na qualidade de ensino para o segmento, sobretudo no estímulo à identificação.

Dificuldades — Rômulo Galvão apontou algumas dificuldades para a implantação imediata do sistema, entre elas a falta de professores especializados, recursos técnicos e a existência de preconceitos sociais em relação ao deficiente. "Por outro lado, tem-se dado ênfase à profissionalização do excepcional, para que ele possa adquirir condições efetivas de trabalho e se integrar definitivamente ao meio social", acrescentou o secretário.

Segundo Rômulo Galvão, existem 742 instituições particulares cadastradas na Sesp, sem fins lucrativos (critério fundamental). Na rede pública o trabalho é desenvolvido por praticamente todas as secretarias de educação. As do Pará e de São Paulo, inclusive, farão exposições de suas atuações no Seminário Nacional sobre Avaliação e Perspectivas de Educação Especial, pois são consideradas "modelos". Quanto à efetivação do ingresso dos excepcionais no ensino regular, estas duas secretarias, mais a do DF e de Santa Catarina, já começaram as atividades. Rômulo acredita que "por muito tempo vamos conviver com estes dois tipos de educação".

Ampliação — Outro ponto que será discutido no Seminário Nacional sobre Avaliação e Perspectivas da Educação Especial é a da ampliação do atendimento. Conforme o secretário da Sesp, das cerca de 14 milhões de pessoas que necessitam de atendimento especial por portarem deficiência, apenas 2,7% recebem assistência educacional.

Se considerada a faixa etária dos sete aos 14 anos, a diferença é bem acentuada. Dentre os menores que precisam de atendimento, encontram-se deficientes físicos, mentais, auditivos, visuais e superdotados.

A interiorização do atendimento também será abordada no evento. Conforme Rômulo Galvão, dos 4.200 municípios existentes no país, 1.100 têm atendimento especial. "Pretendemos atingir o maior número de lugares possíveis, além de melhorar a qualidade do serviço", afirmou. *(Correio Braziliense/DF, 22/11/87)*

durante os seus 40 anos de existência'' (que completará em 1988). A diretoria da Ubes pretende destacar o nome de alguns ex-presidentes da entidade, que hoje se tornaram presonalidades, como os ministros do planejamento, Aníbal Teixeira, e o do Superior Tribunal Militar, Gen. Heitor Luiz Gomes de Almeida.

No encerramento do 10º Coneg, os participantes discutiram sobre lutas educacionais e fizeram um balanço da organização dos estados. A meta é brigar pela adequação do ensino profissional, reforma curricular e melhor aplicação das disciplinas básicas, como História do Brasil. *(Correio Braziliense/DF, 14/12/87)*

103
Bruno acha proposta do MEC exótica

O secretário de educação do Distrito Federal, Fábio Bruno, condenou ontem a proposta de privatização do ensino de nível médio e superior que, de acordo com notícias veiculadas na imprensa, estaria já sendo estudada pelo Ministério da Educação. ''É dever do estado dar educação gratuita, sem diferenças de classe'', argumentou.

Segundo as notícias, o governo estaria estudando a possibilidade de cobrar anuidades, semestralidades e mensalidades das escolas públicas, de nível médio ou superior, como forma de reduzir as despesas para manter déficit a um nível baixo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). A informação foi repassada à imprensa por ''um alto funcionário do Ministério da Educação'', que não se identificou.

Exotismo — ''Uma fonte não identificada simplesmente não existe. É mais notícia de jornal'', reagiu Fábio Bruno, quando instado a comentar essa proposta de privatização. ''A idéia é tão exótica que só poderia ser veiculada através de uma fonte anônima'', arrematou. Para ele, se essa é realmente a intenção do MEC ''a fonte deveria se identificar, porque, aí sim, abriria espaço para uma discussão, da qual entendo que devem participar todos os secretários de educação estaduais e municipais''. *(Correio Braziliense/DF, 18/02/88)*

104
2º grau será alterado

Uma reformulação das disciplinas do núcleo comum do 2º grau, bem como mudanças na formação profissional, de modo que se possibilite ao aluno a oportunidade de compreender melhor as relações entre o conhecimento adquirido na escola e o trabalho, são as duas principais postulações apresentadas no Encontro Nacional de 2º grau, promovido pela Secretaria de Ensino de 2º grau, do MEC.

O magistério é o outro setor que também será atingido pelas reformulações pretendidas pelo documento elaborado pelos professores da PUC/SP, Selma Garrido Pimenta e Carlos Luiz Gonçalves, pois os docentes do ensino pré-escolar e da 1ª a 4ª séries estão mal qualificados, o que incide diretamente na baixa qualidade do ensino, na evasão e repetência.

Segundo o documento, embora tenha havido nas últimas décadas uma expansão física da escola pública, cerca de 30% dos jovens na faixa etária de 7 a 14 anos estão fora da escola. E também atribui o fracasso da escola pública, entre outros, ao fracasso da escola normal, que não tem conseguido formar professores capazes de proceder as alterações necessárias na organização escolar de forma a melhorá-la.

As questões relacionadas com o ensino noturno também serão discutidas durante o encontro pelos professores, técnicos e especialistas nacionais e internacionais que participam do evento.

O documento Diretrizes Gerais para o Ensino de 2º Grau, Núcleo Comum e Habilitação Magistério, da autoria dos professores da PUC/SP, foi apresentado no primeiro dia de discussões. Posteriormente serão formados grupos de trabalho para apreciação do documento, ao qual serão acrescidas críticas e sugestões. Hoje o evento contará com uma palestra do professor Divonzir Guzzo, sobre ''a especificidade do ensino noturno''. *(Jornal de Brasília/DF, 14/12/88)*

Índios

105
Merenda para crianças índias

Milhares de crianças índias de Rondônia, Amazonas, Acre e Território Federal de Roraima, que estão freqüentando escolas, passarão a ser assistidas pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), do Ministério da Educação, através da distribuição de alimentação nas aldeias. A informação é da representante da FAE, em Rondônia, Lígia Santos Veigas.

A distribuição dos alimentos para os estudantes índios será feita pela Fundação Nacional do Índio (Funai), com quem a FAE já firmou convênios. De acordo com a delegada da FAE, só para Rondônia foram destinados Cz$ 3,5 milhões em alimentos para as crianças das tribos que se espalham por diversas regiões do estado, principalmente no chamado ''Cone Sul''. *(Correio Braziliense/DF, 16/03/87)*

106
Educar vai alfabetizar índio gaúcho

Os índios caigangues e guaranis da reserva de São João do Irapuã, no município de Redentora (RS), a 433 quilômetros da capital, serão alfabetizados nas línguas indígenas e portuguesa, receberão noções de saúde e higiene e terão aulas sobre técnicas agrícolas, industriais e artesanais.

Cartilhas nas línguas das tribos e em português, elaboradas por técnicos da Fundação Educar e professores índios da reserva, estão prontas para distuibuição. O curso durará três anos e o projeto recebeu da Fundação uma verba de Cz$ 126 mil para seu início. Os professores e os locais para as aulas serão cedidos pela Secretaria Municipal de Educação e pela Funai.

Um dos objetivos do projeto, segundo a coordenadora da Fundação Educar no Rio Grande do Sul, Recília Weise, é resgatar a cultura dos caigangues e dos guaranis, completamente aculturados. O curso será dividido em três etapas e, depois da alfabetização em sua língua, os índios serão incentivados a escrever sua própria história.

mental, de uma nova prática para a realização de programas educativos de televisão.

Esse projeto, segundo o documento, deve promover uma estratégia "eficiente e eficaz" de avaliação de programas educativos de TV. Os participantes concluíram também que as programações de caráter instrucional ou escolar mais específicas devem evoluir para sistemas de distribuição por vídeo-cassete — "comprovadamente mais eficiente e flexível para os projetos instrucionais de público cativo".

Os participantes reafirmaram o princípio de que "a educação tem que acontecer na escola" e que a televisão deve ser entendida como um recurso a ser utilizado no processo de ensino. Sugeriram que as bibliotecas escolares sejam ampliadas para incorporar os vídeos como acervo didático e que as escolas de Comunicação Social procurem formar profissionais para produção de TV educacional. Ao MEC e ao Ministério das Comunicações as sugestões se referiam ao Brasilsat (o satélite brasileiro de telecomunicações). *(Folha de S. Paulo/SP, 05/06/87)*

2º GRAU

100
Ensino técnico atinge em 1 ano meta para 1989

O ministro da educação, Jorge Bornhausen, apresentou ao presidente Sarney, ontem, no Palácio do Planalto, uma mostra de maquetes, fotos e perspectivas de escolas técnicas construídas — ou em fase de construção — através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, lançado pelo presidente, em julho de 1986.

As maquetes são de escolas em fase de implantação, o mesmo ocorrendo com as perspectivas. Já as fotos são de escolas já em funcionamento. Até o momento, nada menos de 200 escolas técnicas estão sendo construídas — quatro já estão funcionando: Altamira e Marabá (PA), Cubatão (SP) e Nova Friburgo (RJ) — ou recebendo apoio financeiro do MEC, em todo o país. Este número corresponde exatamente à meta estabelecida pelo presidente Sarney até 1986, mas o ministro Bornhausen já obteve autorização do chefe do governo para prosseguir com o programa.

Aumento de vagas — O objetivo básico do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico é aumentar a oferta de vagas em escolas de 2º grau, no caso, agrotécnicas e técnicas industriais, beneficiando a larga faixa da população jovem interessada nesse tipo de ensino, e contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país, que tanto necessita de profissionais qualificados de nível médio. O Programa também contempla a construção de escolas agrícolas de 1º grau, algo semelhante aos antigos ginásios rurais.

Das 200 escolas técnicas em fase de implantação ou já implantadas, 72 são escolas agrícolas de 1º grau, 46 agrotécnicas ou técnicas industriais e 82 correspondem a convênios celebrados entre o MEC e órgãos como o Senai e Senac e com governos estaduais, para concessão de apoio financeiro a escolas já existentes, com vistas à sua expansão, modernização e compra de equipamentos. Até o momento já foram investidos no programa Cz$ 1.544.799.189,00.

Todas as unidades da federação, à exceção de Fernando de Noronha, serão beneficiadas com o programa das escolas técnicas. A meta é formar 35 mil novos profissionais de nível médio a cada ano, atender às crescentes necessidades do mercado.

Algumas características do programa podem ser destacadas: atendimento às peculiaridades regionais na oferta de ensino técnico de 2º grau, diversificação de habilitações profissionais, interiorização do ensino profissionalizante, diversificação de estratégias e participação da comunidade na criação e organização das escolas e criação de escolas agrícolas de 1º grau (5ª a 8ª séries) em municípios onde não se oferece curso completo de 1º grau. *(Jornal de Brasília/DF, 25/08/87)*

101
Escola normal será revista

A retomada da escola normal é o objetivo do debate que o Ministério da Educação promove no próximo dia 23, pelo sistema de TV Educativa, através da Embratel, intitulado Escola Normal em Questão.

Para o subsecretário de Educação Geral, da Secretaria de Ensino do 2º grau, Célio Cunha, a iniciativa representa a retomada da escola normal, que se encontra em total decadência há cerca de quinze a vinte anos. Ressaltou, ainda, que a escola normal tem um papel importante a desempenhar, uma vez que o país tem um contingente muito grande de analfabetos e de crianças a serem educadas. *(Jornal de Brasília/DF, 20/09/87)*

102
Encontro de secundaristas exige a reforma

Um documento com propostas de reformas no estudo de 1º e 2º graus e definindo posições quanto à política nacional foi aprovado ontem no encerramento do 10º Conselho Nacional de Entidades (Coneg) — organizado pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) — para ser do aos Ministérios da Educação e da Cultura, às secretarias estaduais de educação, aos grêmios estudantis e às entidades ligadas ao setor.

Com esse primeiro passo os estudantes esperam conquistar definitivamente sua posição dentro de todos os conselhos de educação, visando participar da elaboração da política educacional do país. Outro ponto importante que ficou definido nesse 10º Encontro, que reuniu representantes de 15 estados, foi o início de uma campanha nacional de criação de grêmios estudantis, a partir de fevereiro.

"Queremos que todas as escolas brasileiras tenham o seu grêmio atuando livremente", disse o presidente da Ubes, Leandro Severo. Para isso ele, e toda a diretoria da entidade, prepara um jornal especial, cuja tiragem está estimada em 1 milhão de exemplares, que será distribuído nos estados e territórios. O jornal também convocará os estudantes para o 26º Congresso da Ubes, da segunda quinzena de abril à primeira de maio, que promete ser o maior realizado até hoje.

Ainda dentro da campanha, a Ubes confeccionará cartazes e adesivos. Outra publicação que deverá agitar o meio estudantil "é a publicação de uma revista, contando a história da entidade

confirmou que o programa está ameaçado com a "operação desmonte", mas argumentou que vai procurar novas fontes de recursos. Segundo Zanetti, a CPI encerrará sua etapa de depoimentos na próxima semana, quando ouvirá os ex-ministros da educação, Marco Maciel, Jorge Bornhausen e Aloisio Sotero. *(Correio do Brasil/DF, 30/09/88)*

096
Filme de Cz$ 165 mi

Apesar de o Ministério da Educação garantir que não tem dinheiro para custear as universidades federais, que ameaçam fechar suas portas por falta de recursos, a Secretaria de Ensino Básico do MEC fechou um contrato com uma empresa de propaganda, para a produção de um filme de 30 segundos, que será veiculado na TV em homenagem ao dia do professor. A produção do filme ficará em Cz$ 30 milhões, e a veiculação em Cz$ 135 milhões, conforme extrato de contrato publicado na segunda-feira no Diário Oficial da União.

Para conseguir menos (Cz$ 40 milhões), a Universidade Federal Rural de Pernambuco precisou fechar suas portas. No MEC ninguém soube informar qual o objetivo da campanha, já que o ministro Hugo Napoleão terá três minutos gratuitos, no dia 15 de outubro, para homenagear os professores através de rede nacional de televisão.

Os Cz$ 30 milhões para a produção do filme serão pagos pela Secretaria do Ensino Básico, enquanto o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) financiará a veiculação, desembolsando Cz$ 135 milhões. Um assessor do MEC informou que o Ministério não realizou concorrência para veicular a campanha, escolhendo a A.M.M. Propaganda entre as 10 agências de publicidade credenciadas para atender a conta do Ministério. *(Correio Braziliense/DF, 05/10/88)*

097
Governo faz má aplicação das verbas educacionais

Os problemas da educação pouco mudaram nas últimas décadas, e uma das razões pode ser a má aplicação das verbas do governo na área educacional. Um relatório realizado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA), órgão da Secretaria de Planejamento, além de mostrar a má aplicação das verbas em educação, concluiu que permanecem altas as taxas de evasão e repetência no ensino de 1º grau, e que há mais crianças sem acesso a escola na zona rural que nos centros urbanos.

O problema é mais acentuado nos estados nordestinos, onde nas zonas rurais se concentram 52,5% da população escolarizável rural do país. Existem no Nordeste dois milhões de crianças fora da escola, o que representa 80% do déficit escolar rural nacional. O relatório de 320 páginas aponta que o abandono precoce da escola ainda constitui o maior problema registrado nas áreas urbanas. Em geral, as crianças abandonam as aulas para atender as exigências de sobrevivência da família.

Com 120 gráficos e tabelas, o estudo do IPEA indica que nas zonas rurais a média de escolarização mal ultrapassa a dois anos de estudo exceto na Região Sul e áreas mais modernizadas do Sudeste, enquanto nas regiões metropolitanas a média de freqüência escolar é de cinco a seis anos de estudos.

O relatório mostra que o governo destinou no ano passado a metade dos recursos do Ministério da Educação para o 1º grau, aos estado nordestinos. Só a má aplicação das verbas explica o estado deficiente do ensino no Nordeste. Conforme pesquisa realizada pela Secretaria de Ensino Básico do MEC, em cada Cz$ 100 cruzados destinados à educação no estado do Piauí, apenas 52 deles chegavam às salas de aula. O restante é consumido pela burocracia das Secretarias de Educação, onde estão lotados milhares de funcionários.

O problema parece não ocorrer apenas no Nordeste. Ao concluir preliminarmente os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em abril deste ano para apurar a aplicação dos recursos destinados à educação, o presidente da CPI, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), denunciou que 50% das verbas destinadas ao setor não chegam às escolas, "mas se perdem na burocracia do Ministério da Educação". *(O Norte/PB, 07/11/88)*

TVE

098
Sotero questiona a ação da TV educativa em encontro

O secretário-geral do Ministério da Educação (MEC), Aloísio Sotero, 38, questionou o trabalho que vêm desenvolvendo as vinte emissoras de TV educativas do país durante o 1º Encontro Brasileiro de Educação e Televisão. A reunião é promovida pelo MEC e foi aberta ontem de manhã, com palestras do secretário-geral do MEC, do diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Pedro Demo, e do presidente da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (Funtevê), Roberto Parreira.

Sotero avaliou o desempenho das emissoras educativas, e perguntou: "é atribuição de uma TVE transmitir jogos de futebol?". O secretário referia-se à Funtevê, órgão do MEC responsável pelas imagens dos jogos de futebol realizados no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/06/87)*

099
Encontro quer 'nova prática' em TV educativa

O 1º Encontro Brasileiro de Educação e Televisão, ao encerrar ontem seus trabalhos em Brasília, recomendou à Funtevê, centro de produção de televisão educacional, que considere como prioridades para veiculação em circuito aberto as programações de caráter educacional que tenham "sentido amplo, diversificado e abrangente". Num documento-síntese, que não teve suas sugestões votadas pelo plenário, constam itens sugerindo à Funtevê e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) — órgãos do Ministério da Educação responsáveis pela realização do evento — a criação de um programa permanente de pesquisas visando o conhecimento crítico da realidade da produção educativa de televisão e a busca, através da produção experi-

investiga a aplicação dos recursos da Emenda João Calmon em educação. Os assessores apresentaram ontem aos deputados que compõem a CPI um relatório preliminar baseado nas informações e depoimentos colhidos durante o primeiro semestre do ano. Ontem, a CPI realizou a sua primeira sessão após o recesso, ouvindo o presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Carlos Pereira.

Os assessores técnicos da CPI (Inah Roland Araújo, Maria Iracema Sabóia Fonseca e Ogib Teixeira de Carvalho) verificaram que mais da metade dos recursos que vão para a educação são utilizados em atividades burocráticas no MEC ou nas secretarias de educação dos estados e dos municípios, chegando muito pouco às escolas. "Um órgão de administração só se justifica se cumprir as finalidades para as quais foi criado", explica Ogib Teixeira. "No caso do MEC, nós não encontramos nenhum resultado palpável que o justifique. As taxas de analfabetismo aumentam, cai a qualidade do ensino e não se verifica o desenvolvimento de pesquisa. Nesse sentido, o MEC não se justifica". A sugestão de Ogib e dos demais assessores técnicos da CPI é taxativa: "A desativação do Ministério da Educação".

Merenda — Para os assessores, o MEC não passa de um "imenso bureau", que simplesmente "assina e carimba documentos de liberação de verbas". Como os recursos da educação são definidos em lei pela emenda Calmon (13% da receita tributária da União e 25% da receita de impostos dos estados e municípios), eles poderiam ser repassados diretamente para os governos estaduais e municipais, "até respeitando a proposta de descentralização contida na nova Constituição". Já as metas do setor, segundo os assessores, poderiam ser fixadas pelo Ministério do Planejamento, "até porque o que propõem os grandes cérebros do MEC não se verifica na prática mesmo".

Além da desativação do MEC, o relatório dos assessores propõe ainda que sejam retirados do quadro de despesas com educação os recursos para custear academias militares ou escolas de formação específica de funcionários públicos, ou diplomáticos, além da exclusão das despesas com subvenções a instituições privadas de caráter assistencial.

Em seu depoimento na CPI, o presidente da FAE, Carlos Pereira, defendeu a manutenção do programa de merenda escolar. "O ideal seria que as crianças comessem sempre em suas casas. Como isso não é possível e há muita fome neste país, temos que manter o programa de merenda escolar. Na Paraíba, por exemplo, há crianças que se matriculam na escola de manhã e de tarde, só para comer duas vezes por dia", disse Carlos Pereira. *(O Estado de S. Paulo/SP, 10/08/88)*

094
Emenda Calmon não é cumprida

"Ou as verbas destinadas à educação são mal-aplicadas, ou não são suficientes. O fato é que não dá para esconder a realidade de educação no Brasil, onde faltam escolas, e milhares de professores ganham menos que o salário mínimo". Ao fazer esta afirmação na CPI da Câmara que apura a aplicação dos recursos da emenda Calmon, o secretário da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Paulo Egon Wiederkehr, disse não poder afirmar se a emenda vem ou não sendo cumprida pelos estados e municípios, por falta de informações.

Paulo Egon apresentou denúncias que indicam o não cumprimento da emenda no território do Amapá, Mato Grosso do Sul, e no município de Várzea Grande, Mato Grosso. O secretário encaminhou à CPI o parecer 0788, expedido pelo Conselho Territorial de Educação do Amapá, onde está especificado que a prefeitura municipal de Macapá não destinou em 1987 o percentual mínimo de 25% da receita de impostos para o setor educacional.

Segundo Egon, a proposta orçamentária do município de Várzea Grande (MT) para este ano prevê a aplicação de apenas 23% dos recursos em educação. O secretário informou que as verbas para a educação vêm sendo desviadas para outros fins no estado do Mato Grosso do Sul, sem contudo, apresentar provas.

"Sabemos das denúncias, mas não temos como provar", disse Egon, ao propor a implementação de mecanismos de controle dos recursos da emenda através da lei ordinária.

O representante da CPB disse também que faltam livros didáticos para os alunos das escolas públicas do estado do Rio Grande do Sul, enquanto as escolas recebem com regularidade exemplares da revista Nova Escola. A revista e os livros didáticos são distribuídos pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão do MEC. *(Correio Braziliense/DF, 18/08/88)*

095
Napoleão admite que ensino é ineficiente

O ministro da educação, Hugo Napoleão, reconheceu ontem, em depoimento à CPI da emenda Calmon da Câmara dos Deputados, que o sistema de ensino público não atende às necessidades do país, apesar do aumento dos recursos destinados ao setor nos últimos anos. "Se eu afirmasse que a educação vai bem, estaria cometendo uma sandice", admitiu o ministro. Segundo ele, os 4,5 milhões de crianças sem acesso à escola e os 18% dos brasileiros maiores de 15 anos analfabetos são a prova desse quadro.

Hugo Napoleão disse que o setor enfrenta um grave problema de recursos, com a ameaça de fechamento das universidades. Mas salientou que há também muito desperdício por parte dos reitores. "Não posso concordar com os reitores que pagaram ônibus e alimentação aos estudantes que invadiram a Delegacia do MEC no Rio", criticou. Ele afirmou que o MEC enfrenta grandes dificuldades para saber se os estados e municípios estão realmente aplicando em educação os 25% de sua arrecadação em impostos.

Hugo Napoleão não soube explicar à CPI quanto o MEC gasta em publicidade e, diante da denúncia do deputado Solon Borges de que o programa de escolas técnicas federais tem feito propaganda em revistas e nos horários nobres de televisão, ao mesmo tempo em que o Ministério diz não ter mais recursos, preferiu não comentar. "Publicidade desnecessária", atacou Borges. Hugo Napoleão

a frase referente às secretarias estaduais de educação foi alterada, sem abordar a presença do PFL, e ficou assim: "As secretarias de educação percebem a dimensão política do programa vendo, na transferência direta dos recursos aos municípios, uma redução do poder de decisão e controle das secretarias no que se refere aos recursos financeiros aplicados nos estados".

O estudo, preparado com base em dados fornecidos pelo próprio FNDE e concluído em outubro de 1987, informa que municípios de apenas seis estados (pela ordem de recursos transferidos, Bahia, Minas Gerais, Santa Catarina, Maranhão, Pernambuco e Rio Grande do Sul) receberam, em 1986, 54,5% do total de Cz$ 2,2 bilhões destinados pelo MEC ao programa — ficando para os municípios dos outros dezoito estados da Federação a divisão dos 45,4% restantes.

O estudo contribuiu para "azedar" ainda mais as relações entre o Ipea e o MEC, já abaladas pela divulgação pela imprensa, na mesma época, do relatório de acompanhamento anual do MEC referente a 1986 — concluído pelo Ipea em maio de 87 e que não continha essas informações.

Deputado pede verificação *in loco* — O presidente da CPI-Calmon, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), pediu que fosse registrado na ata da sessão de terça-feira um ofício encaminhado à comissão pelo 4º secretário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, deputado Lírio Rosso, sugerindo "verificação *in loco*, pelos membros da CPI", de supostas irregularidades no repasse de recursos do FNDE a municípios daquele estado. No ofício, datado de 2 de maio, o deputado afirma que em outubro de 1987, de acordo com processo FNDE — 23000.020814/87-81, a prefeitura de Meleiro, no interior do estado, recebeu verba de Cz$ 300 mil para construção de um estádio de futebol. O deputado afirma também que a prefeitura de Sombrio (extremo sul catarinense) "repassou recursos do FNDE a diversas entidades, como sociedades recreativas, clubes desportivos, igrejas, etc., cujos pagamentos foram feitos mediante apresentação de notas de compras de materiais de construção".

De acordo com o ofício, o mesmo "expediente" teria ocorrido "em inúmeras prefeituras de Santa Catarina". O presidente da CPI disse que o deputado poderá ser convocado a prestar depoimento à comissão. *(Folha de S. Paulo/SP, 12/05/88)*

091
Professor da USP quer que MEC seja extinto

"O MEC tornou-se um organismo monstruoso, muito maior que a sua real necessidade", disse ontem o professor José Carlos Melchior, chefe do Departamento de Adminstração Escolar da USP, ao depor ontem em Brasília, na CPI que investiga a aplicação pelo governo dos recursos da Emenda Calmon. Em conseqüência, Melchior pediu a extinção do Ministério da Educação.

Para o professor, o MEC não influi nas universidades, pois elas têm autonomia. Para o ensino básico, o ministério "funciona como um mero repassador de recursos. Não é o administrador das escolas de 1º e 2º graus. Só tem controle sobre os territórios federais, que o governo pretende acabar. Restam apenas as escolas técnicas. Quer dizer, bastaria um departamento ou um organismo bem diminuído".

Melchior apresentou à CPI uma metodologia para examinar a aplicação dos recursos da Emenda Calmon. Ele excluiria da conta os recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS, da Fundação Educar (ex-Mobral), os empréstimos e demais recursos externos (que não provêm de impostos). Além disso, os valores devem ser corrigidos, pois são corroídos pela inflação. Segundo os cálculos de Melchior, houve neste ano uma aplicação de 15,05% da receita de impostos na educação. *(O Estado de S.Paulo/SP, 18/05/88)*

092
Emenda Calmon

Em diferentes níveis de governo, como federal, estadual e municipal, os princípios contidos na chamada Emenda Calmon não são cumpridos, e muitas vezes, mascaram estes cumprimentos, com o englobamento, na função "educação", de despesas com outras atividades como "esporte" e "cultura". Estas irregularidades foram denunciadas pelo presidente da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação — Undime, Waldir Bedê em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as irregularidades na aplicação da Emenda Calmon, que obriga o investimento de 18% dos recursos públicos na área de educação.

Waldir Bedê denunciou ainda que muitos municípios acabam investindo esta verba em atividades-meio, como a construção de ginásios de esportes, ao invés de aplicar estes recursos, nas chamadas atividades-fim, como construção, manutenção e aparelhamento das escolas. Um outro problema denunciado no depoimento é o do entrave burocrático para a liberação de verbas públicas para a educação. Este entrave, aliado à alta taxa de inflação vivida pelo país, acaba reduzindo o valor real da verba, além do fato de que a liberação destes recursos é extremamente centralizada, o que acaba dificultando uma aplicação eficiente. Como exemplo, Bedê citou a merenda escolar, cuja distribuição centralizada redunda no deslocamento de grandes volumes através de longas distâncias, a custos elevados, que acabam anulando a eventual economia com a aquisição de grandes quantidades.

Para o presidente da CPI, deputado Hermes Zanetti (PMDB-RS), as denúncias são sérias, já que a Constituinte aprovou um aumento do percentual destinado à educação, que dificilmente poderá ser cumprido se não houver uma legislação rigorosa que permita o controle destas aplicações. E pediu à Undime que atue como mais um mecanismo de pressão sobre os prefeitos para que a lei Calmon seja realmente cumprida. *(Correio do Piauí/PI, 01/06/88)*

093
Técnicos defendem a desativação do MEC

O Ministério da Educação (MEC) é dispensável e pode ser desativado. Essa foi a principal conclusão a que chegaram os assessores técnicos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que

o ministro da educação, Hugo Napoleão, poderá apresentar todos os dados referentes ao MEC no nível de detalhe exigido pela CPI''. Bandeira solicitou ao presidente do Ipea que, em seu depoimento na CPI que apura a aplicação dos recursos da emenda Calmon, se abstivesse de apresentar e discutir dados sobre a distribuição de recursos internos pelo MEC. O secretário alegou que, por uma questão de competência de área, seria mais conveniente que o próprio MEC se pronunciasse sobre estas questões no decorrer dos trabalhos da CPI. Anteontem, durante as duas horas de seu depoimento, Santiago atendeu a solicitação de Bandeira e deteve-se basicamente na análise do orçamento global para educação, em nível federal, utilizando dados da Seplan e Tesouro. Até o momento, nenhuma autoridade do MEC compõe a lista de depoentes a serem convocados pela CPI em futuro próximo.

Em seu depoimento à CPI Ricardo Santiago não apresentou o texto preparado pelos técnicos da Coordenação de Educação e Cultura (CEC), do Ipea, que teria constatado utilização de recursos com fins políticos, em 1986, e o repasse de cerca de Cz$ 0,5 bilhão do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ligado ao MEC) para os chamados ''projetos especiais'', em geral apresentados por parlamentares e autorizados com a assinatura do ministro. O texto, intitulado ''Transferências do MEC para os Municípios: a Análise e a Celeuma'', com sete páginas datilografadas e ao qual a Folha teve acesso, começou a ser preparado pelos técnicos da CEC, por solicitação do próprio Santiago, logo depois de a CPI ter aprovado sua convocação, na sessão do dia 26 de abril.

Convocação — A possibilidade de convocação de Santiago foi levantada já na primeira sessão de depoimentos da CPI, no dia 19 de abril, quando o presidente da Associação dos Docentes do Ensino Superior (Andes), Newton Lima Neto, solicitou à comissão que investigasse informações publicadas pela imprensa em outubro de 1987 e março de 1988, segundo as quais um relatório ou relatórios reservados produzidos pelo Ipea continham denúncias de desvios de verbas.

Na sessão seguinte, o presidente da CPI, Hermes Zanetti, anunciou ter apurado que a cifra de Cz$ 0,5 bilhão teria sido obtida a partir de um cruzamento entre os dados disponíveis sobre um mesmo item (o total de transferências do FNDE no programa de apoio ao desenvolvimento da educação nos municípios) no Ipea (Cz$ 2,2 bilhões) e no MEC (Cz$ 1,7 bilhão).

Na terça-feira, ao ser indagado pelo deputado Zanetti sobre estes dados, Santiago disse que eram improcedentes, já que o montante de transferências do FNDE em 1986, conforme o Quadro de Detalhamento de Despesa daquele ano e o Balanço Geral da União, aponta a cifra de Cz$ 2,2 bilhões, dado que coincide com o do Ipea e elimina a versão do ''buraco'' de Cz$ 0,5 bilhão. Além disso, afirmou que os empenhos e pagamentos devem obrigatoriamente, corresponder a elementos de despesa autorizados pela lei orçamentária e são fiscalizados pela Secretaria de Controle Interno, o que virtualmente impossibilitaria qualquer ''ilegalidade'' nessas transferências.

Ainda durante o depoimento, Santiago disse que não dispunha, naquele instante, dos estudos e da documentação que comprovariam o que disse, mas que estavam à disposição no Ipea e seriam encaminhados à assessoria técnica da CPI. Estes dados, porém, constam da primeira parte do texto elaborado pela CEC, e alguns dos técnicos do Ipea que assistiram o depoimento tinham cópias desse texto nas mãos durante a sessão. Durante todo o depoimento, foi a única ocasião em que Santiago se referiu à questão dos recursos do FNDE, razão fundamental de sua convocação. Depois, não foi mais questionado sobre o assunto.

Eficiência — O texto produzido pela CEC, porém, não se limita aos números citados por Santiago, mas questiona a ''eficiência social'' da distribuição dos recursos do FNDE na atividade de apoio financeiro à educação nos municípios. Essa atividade se desenvolve em duas linhas: através da apresentação de projetos das prefeituras à Secretaria de Educação Básica (SEB), que os aprecia e em caso de aprovação, encaminha os pedidos ao FNDE, ou através dos chamados ''projetos especiais'', em que os pedidos podem ser encaminhados diretamente ao Conselho Deliberativo do FNDE, presidido pelo ministro da educação ou seu secretário-geral e integrado por funcionários do MEC no exercício de cargos de confiança.

Para ''questionar'' a eficácia do programa em 1986, o texto da CEC cita um estudo interno produzido pelo coordenador de área de ensino básico do Ipea, José Amaral Sobrinho, que, baseado em dados fornecidos pelo próprio FNDE, analisou as transferências quanto à sua distribuição espacial e ao volume específico repassado para os municípios.

Estudo do Ipea tem duas ''versões'' — O estudo interno elaborado no Ipea pelo coordenador da área de ensino básico, José Amaral Sobrinho (intitulado ''O Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Município''), com análise das transferências do FNDE aos municípios, em 1986, e citado pelo texto da CEC que deveria embasar o depoimento de Ricardo Santiago à CPI, circulou pela Seplan e MEC, no final de 1987, em pelo menos duas ''versões''. As duas, com 11 páginas numeradas e mais seis de tabelas cada uma, são praticamente idênticas — exceto por um parágrafo da página 9, no subtítulo ''Conclusões finais'', em que foi suprimida, da segunda ''versão'', uma frase que fazia referência à ''dimensão'' adquirida pelo PFL no programa.

Este parágrafo, na primeira ''versão'' do estudo, dizia que ''o MEC justifica o programa (que implica transferências diretas da União ao município, após a análise de projetos apresentados à Secretaria de Ensino Básico ou diretamente ao próprio Conselho Deliberativo do FNDE) pela necessidade de descentralização administrativa e de eficiência na administração do sistema educacional. O município vê o programa na ótica de maior autonomia do município na área da educação. As secretarias de educação percebem a dimensão política do programa vendo, por um lado, a presença do PFL na maioria dos municípios em um período pré-eleitoral para as prefeituras em 1988 e, por outro, a redução do poder de decisão e controle das secretarias no que se refere aos recursos financeiros aplicados nos estados''.. Na segunda ''versão'',

tância, na sede da Secretaria Estadual de Educação, no Rio.

A distância é o problema que mais dificulta, no estado, a conservação, fiscalização e garantia de boa qualidade de ensino em seus 65 municípios. Numa tentativa de reverter esse quadro, o secretário estadual de educação, Carlos Alberto Direito, pretende municipalizar, até o fim do governo Moreira Franco, o ensino que vai do pré-escolar à 8ª série, em todo o estado.

A municipalização do ensino, amplamente discutida na década de 50, reaparece nos debates da Assembléia Nacional Constituinte, no Projeto de Reforma Tributária e o início dos trabalhos para sua execução é uma das metas do Plano de Cem Dias do governador Moreira Franco na área de educação.

O Departamento Geral de Educação da Secretaria está redigindo um texto preliminar sobre a adoção gradual e de forma diferenciada da municipalização. O texto analisa as mudanças necessárias ao Programa de Merenda Escolar e aos serviços de manutenção da rede. Das 3.194 escolas administradas pelo estado, 2.327 são de 1º grau e, deste total, 1.405 (60,37%) são rurais. Para administrar essas escolas, a Secretaria de Educação gastará este ano cerca de Cz$ 4,2 bilhões, que representam 62,1% do total de sua verba, de Cz$ 6,8 bilhões.

Em muitos municípios, mudança é bem recebida — O Projeto de Municipalização Plena do Ensino de 1º grau no estado tem em Petrópolis ampla receptividade e, de certo modo, já está em andamento: desde 1983, quando assumiu o cargo, a secretária municipal de educação, Sônia Scudesi, vem insistindo na sua adoção. "É preciso — disse ela — não confundir municipalização com prefeiturização do ensino de 1º grau. Não se trata de transferir toda a responsabilidade do estado para os municípios, mas sim de promover uma integração de esforços".

Para o prefeito Samir Nasser (PMDB), de Três Rios, a municipalização do ensino de 1º grau trará grandes benefícios para todos: "Acabará até aquela preocupação de competir movida por fatores que não são nem didáticos nem pedagógicos".

O prefeito de Rio Claro, Cid Magalhães (PMDB), já enviou ofício ao governador Moreira Franco manifestando-se contra a municipalização do 1º grau, argumentando que o estado deixará de fazer uma série de repasses necessários à economia do município.

O prefeito de Natividade, Murilo Alves Ribeiro, é um dos líderes do movimento de municipalização no norte do estado, o que, a seu ver, acabaria de uma vez com um dos principais problemas da rede de ensino controlada pelo estado: a demora no atendimento de pedidos feitos à Secretaria Estadual de Educação, devido à burocracia do processo.

O prefeito de Itaperuna, Cláudio Cerqueira Bastos, considera a municipalização do ensino uma boa medida para os municípios pequenos, que teriam poucos encargos a assumir. Para Itaperuna, porém, ele defende estudos mais profundos sobre o repasse de recursos.

Para Jurandir da Silva, prefeito de Saquarema, a municipalização do ensino de 1º grau já deveria ter sido iniciada há mais tempo.

O prefeito de Barra Mansa, Luís Amaral (PMDB), é favorável à municipalização do ensino com repasse de verbas suficientes pelo estado, além de assistência técnica. Mas acha que a idéia precisa ser amadurecida.

A posição contrária adotada pelo CEP — O Centro Estadual de Professores (CEP), entidade representativa dos professores de toda a rede pública, é contrário à municipalização do ensino de 1º grau. Para a vice-presidente da entidade, Marilda de Almeida Reis, o processo é tão complexo que não pode ser adotado sem ampla discussão com os professores e a comunidade de cada município.

Segundo Marilda, o CEP teme que o processo de municipalização prejudique a qualidade do ensino e aumente o clientelismo no interior. O grande interesse de algumas prefeituras em assumir os encargos e serviços da rede de 1º grau tem despertado desconfianças. "Achamos — disse ela — que alguns municípios estão interessados na rápida viabilização do processo, principalmente devido às verbas que seriam repassadas pelo estado".

Em debate sobre o projeto promovido pelo Departamento de Educação da Secretaria de Educação do Estado, a assessora do Departamento Clarisse Nunes redigiu texto no qual ressalta que o fortalecimento dos municípios tem de ser feito a longo prazo, com o amplo conhecimento das realidades econômica, política e cultural de cada região. *(Ana Virgínia Romero, O Globo/RJ, 26/07/87)*

192
Ausência será investigada

A Secretaria Estadual de Educação está formando uma grande junta médica para avaliar com rigor os pedidos de afastamento do trabalho por doença, depois que descobriu que dos seus 84 mil professores apenas 53 mil estão nas salas de aula.

A medida foi anunciada pelo secretário Carlos Alberto Direito, que assinou com o prefeito de Cabo Frio, Alair Correa (PMDB), um convênio para a contratação de 38 professores para a zona rural, no valor de CZ$ 1 milhão 150 mil e outro de complementação do programa Pró-Município no valor de CZ$ 90 mil.

Direito disse que a situação das escolas no interior do estado é a pior possível, com estudantes assistindo aulas à luz de lampião, por falta de instalações elétricas, em alguns municípios. O estado tem 3 mil 400 escolas, das quais 955 estão em estado precário, disse o secretário. Informou que a secretaria reabriu 50 escolas nos últimos meses, mas que 210 permanecem fechadas.

O serviço de biometria da secretaria está sendo orientado para fiscalizar os atestados médicos apresentados pelos professores, pois é muito grande o número de funcionários que não dão aulas alegando motivos de saúde. Carlos Alberto Direito fez um apelo aos diretores de escolas para que exerçam sua função com responsabilidade. *(Jornal do Brasil/RJ, 02/10/87)*

193
Para candidatos, magistério é bico

Para muitos dos 144.258 candidatos inscritos, o concurso para o magistério estadual e municipal que começará amanhã em 322 locais de 16 municípios

187
Escolas terão eleição para diretores

O governador Moreira Franco assinou decreto, instituindo eleições diretas para a escolha de diretores e adjuntos de todas as escolas estaduais do Rio de Janeiro, desde que tenham mais de seis meses de funcionamento e mais de 15 turmas. Pelo decreto, as eleições serão realizadas anualmente, sempre na primeira quinzena de dezembro.

O decreto estabelece ainda que são considerados eleitores todos os membros do magistério e funcionários lotados e em efetivo exercício no estabelecimento de ensino; todos os alunos do ensino supletivo e do 2º grau e os alunos da 7ª e 8ª séries do 1º grau; os responsáveis pelos alunos do pré-escolar à 6ª série do 1º grau. Os votos dos eleitores serão representados pelos seguintes pesos percentuais: professores, 70%; alunos, pais ou responsáveis, 25% e funcionários, 5%.

A rede de ensino público do estado tem 2.977 escolas, com 82 mil professores e um milhão de alunos. A diferença de peso percentual estabelece um equilíbrio na votação, explicou o governador, acrescentando que a assinatura deste decreto, cumprimento de um compromisso de campanha, é uma das metas do Programa de Cem Dias, no capítulo referente à democratização das escolas estaduais.

CEP acha avanço na democratização — Em nome da diretoria do CEP (Centro Estadual de Professores), Denise Rosa Lobato disse que o decreto da eleição direta dos diretores e adjuntos das escolas da rede pública do estado, assinado ontem pelo governador Moreira Franco, atende uma antiga reivindicação da categoria. Segundo Denise, é um grande e importante passo para a democratização do ensino público no país e o CEP tem feito gestões junto à prefeitura do Rio para adotar decisão semelhante em relação às escolas municipais. *(O Globo/RJ, 05/05/87)*

188
Metade dos funcionários de Ciep nunca trabalhou

Perto de 50% dos funcionários de apoio que o governo Leonel Brizola contratou para trabalhar nos 128 Cieps em funcionamento são fantasmas. Ou seja: das 4.389 pessoas indicadas para trabalhar nas escolas-modelo do estado, 2.424 nunca compareceram ao local de trabalho. E destas 2.424 fantasmas, nada menos que 1.089 estavam lotados em Cieps que ainda não existem.

Os dados fazem parte do relatório final de uma comissão especial que a Secretaria Estadual de Educação criou para levantar todas as informações relativas ao Programa Especial de Educação, responsável pela implantação dos Cieps (Centros Integrados de Educação Pública) no governo anterior. A comissão descobriu fantasmas também em escolas isoladas e casas da criança. *(Jornal do Brasil/RJ, 27/05/87)*

189
Passeata em defesa dos Cieps faz 21 exigências

Cerca de 600 pessoas fecharam durante uma hora as ruas das Laranjeiras e Pinheiro Machado, em passeata até o Palácio Guanabara, onde a Comissão Estadual de Defesa dos Cieps expôs ao secretário de governo, Jorge Gama, as exigências dos moradores da Baixada Fluminense e do restante do interior para a manutenção do Programa Especial de Educação. A comissão deixou uma carta com 32 itens reivindicatórios ao governador Moreira Franco, que estava em Magé. O funcionamento de todos os Cieps concluídos, a contratação do pessoal de apoio e dos animadores culturais e a não municipalização do ensino público são algumas das solicitações dos manifestantes, que também cobram o compromisso assumido pelo governador em 19 de outubro de 1986, no documento "Os dez mandamentos do governador fluminense", de prosseguir na construção dos Cieps, na criação do turno único em outras escolas e na integração dos programas de ensino. *(Jornal do Brasil/RJ, 23/06/87)*

190
Estado anuncia novo modelo de escolas baratas

Um novo projeto modular de escola pública — denominado Escola de Ensino Integrado, de construção rápida e baixo custo — foi apresentado ontem ao governador Moreira Franco pelo secretário de educação, Carlos Alberto Direito, que pretende, numa primeira etapa, erguer dez prédios deste tipo, com 97 salas de aulas por unidade, que devem dar matrícula a 6.790 alunos.

Já batizada de moreirinha no Palácio Guanabara, onde a maquete foi apresentada, a escola, elaborada por uma equipe da Empresa Estadual de Obras Públicas (Emop), pode ser construída com o mínimo de quatro e o máximo de 16 salas de aulas, atingindo o custo final de Cz$ 14,3 milhões e atendendo a 560 alunos. Segundo o secretário, um Ciep custaria atualmente Cz$ 55 milhões para receber 500 crianças. Um convênio com a Emop, no valor de Cz$ 252 milhões 250 mil, assinado ontem, prevê também a recuperação de onze escolas tradicionais, cujos prédios estão praticamente destruídos.

Ao examinar a maquete, o governador Moreira Franco anunciou que a partir da criação deste tipo de escola está sendo iniciado um esforço para promover uma profunda reforma educacional no estado do Rio, destacando que pretende não só instituir o sistema de turno único, como também "romper com uma das injustiças mais odiosas existentes no ensino, que se verifica a partir da 4ª série, quando o aluno precisa brigar por uma vaga. A situação piora no 2º grau, quando o afunilamento torna-se mais evidente e, em conseqüência, surge o inevitável êxodo escolar."

Pelos cálculos que apresentou, o governo do estado só consegue atender a 14% do total de 1,5 milhão de adolescentes. "Isto se deve à inadequação da ação da Secretaria de Educação, mas pretendemos eliminar o problema", acrescentou Moreira. *(O Globo/RJ, 24/06/87)*

191
Municipalizar o 1º grau, meta do estado

O município de Porciúncula, no extremo norte fluminense, é o que fica mais longe da capital, mas mesmo assim só cinco de suas 181 escolas de 1º grau são administradas pela prefeitura local. Qualquer decisão sobre as demais escolas é tomada a 377 km de dis-

nando de Noronha, anexado a Pernambuco pela nova Constituição, que na ilha há excesso de professores: para 422 estudantes existem 52 professores, ou seja, para cada grupo de oito alunos um professor. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/11/88)*

182
50 mil kg de charque podre iam para a merenda

Em reunião a ser realizada, sexta-feira, em local ainda incerto, deverá ser definido o destino de aproximadamente 42,94 mil quilos de carne de charque ponta-de-agulha que, segundo laudo técnico, encontra-se em "estado de putrefação pelo desenvolvimento de microorganismo". Ou seja, a carne que deveria ter sido destinada à merenda escolar de crianças pernambucanas e que custaria cerca de Cz$ 48,4 milhões, se adquirida ao preço do último listão do "pacto social" (Cz$ 1.128,38), está podre.

Toda a carne estragada chegou ao estado nos dias 16, 21 e 23 de março, sendo que já nesse último dia e a 19 de abril eram emitidos laudos reprovando-a em termos de qualidade. O exame havia sido solicitado pela Secretaria Estadual de Educação à Secretaria Estadual de Saúde/Fusam. *(Diário de Pernambuco/PE, 06/12/88)*

Piauí

183
Religião nas escolas

O ensino evangélico foi implantado no Piauí nas escolas públicas da capital. Quatro delas, situadas nos bairros mais populosos, já ministram a disciplina. A aula-modelo foi assistida ontem pelo secretário de educação, João Henrique Sousa. Ele explicou que a implantação do ensino evangélico na rede oficial faz parte de sua política de democratizar a educação no Piauí. E ontem à noite foi encerrado em Teresina o 25º Encontro Nacional do Conselho Federal da Educação, que debateu durante três dias a nova lei de diretrizes e bases para os ensinos de 1º e 2º graus. *(Correio Braziliense/DF, 01/10/88)*

Rio de Janeiro

184
Moreira Franco pára construção de Cieps no Rio

O governador do estado do Rio, Wellington Moreira Franco (PMDB) interrompeu a principal obra do ex-governador Leonel Brizola (PDT): o programa de construção de 500 Centros Integrados de Educação Pública (Cieps). A conclusão de 375 escolas que estão em construção ou licitação deverá, segundo o secretário da educação do estado, Carlos Alberto Direito, 44, ser analisada caso a caso. Direito disse que a prioridade, agora, é a reabertura de 240 escolas que estão fechadas por falta de professores ou por estarem em mau estado de conservação.

O sistema de turno único de ensino será preservado nos 115 Cieps que estão em funcionamento e vai ser estendido aos outros dez cujas obras foram concluídas. Para os demais, não há definição quanto ao regime de turno escolar.

O secretário afirmou que a situação do ensino no estado do Rio está "caótica" e que o programa dos Cieps foi "elitista". Baseado no censo de 1984 e no número atual de matrículas nas redes privada, municipal e estadual, Direito afirmou que 18,2% das crianças em idade pré-escolar do estado estão fora das escolas, o mesmo ocorrendo com 20% das crianças em idade de cursar o 1º grau. *(Folha de S. Paulo/SP, 06/04/87)*

185
Rio mostra as falhas dos Cieps

Os 500 Cieps prometidos por Brizola não passam de 108 (65 no interior e 43 sob responsabilidade da prefeitura carioca). Nunca nenhum deles chegou a abrigar os mil alunos anunciados (o que tem mais matrículas não passa das 650). O custo de manutenção de cada uma dessas escolas está orçado em um milhão de dólares por ano e o da construção é de um milhão e meio de dólares por unidade. Diante de tudo isso, o governo Moreira Franco resolveu concluir os Cieps que já estão com as obras iniciadas e suspender o programa.

A informação é do secretário de educação do estado, professor Carlos Alberto Direito, convencido hoje de que o programa educacional de Brizola não é apenas megalômano, como totalmente impraticável, pois "todo esse enorme volume de dinheiro vai ser despendido para atender a apenas 5% das crianças do estado". Segundo Carlos Alberto Direito, embora a população em idade escolar que precisa ser atendida pelo governo seja de 1.767 mil crianças, apenas 89 mil delas podem ser matriculadas nos Cieps.

Lembrando que o novo governo recebeu as escolas com um déficit de 13 mil carteiras — alunos tinham que assistir as aulas de pé — Carlos Alberto Direito queixou-se do abandono em que foi jogada a rede de escolas do estado, todas elas deixadas de lado para se dar prioridade aos Cieps. "Nossa preocupação agora é de integrar os Cieps à rede normal da Secretaria de Educação", conclui o secretário. *(O Estado de S. Paulo/SP, 23/04/87)*

186
Cieps abrem creche para comunidade

Em dois meses, todos os Cieps vão oferecer creches e cursos profissionalizantes à comunidade. A idéia, da primeira-dama do estado, Celina Moreira Franco, foi acolhida pelo presidente da Legião Brasileira de Assistência, Marcos Villaça, que arcará com os custos do programa, além de oferecer apoio técnico.

De acordo com Marcos Villaça, a proposta de Celina se enquadra nos projetos da LBA, de ampliar, através da instalação de creches, o combate à mortalidade infantil e a rede de microempresas sociais para a formação de mão-de-obra. Caberá ao governo do estado apresentar o planejamento do programa.

A grande novidade do funcionamento dos cursos profissionalizantes nos Cieps é que eles deverão ser voltados para a formação de técnicos na área cultural: pensa-se em preparar restauradores de obras de arte e de livros, visando suprir desta forma uma carência desses serviços no país. *(Jornal do Brasil/RJ, 24/04/87)*

em idade escolar não freqüentam a escola, há cerca de 1,5 milhão de analfabetos, chega a 32% o índice de repetência escolar, principalmente nas primeiras séries do 1º grau, e a evasão escolar está calculada em torno de 12% de um total de 863 mil alunos.

Um dos mais graves problemas, salientou Silke, é o curto período que um aluno permanece atualmente nas escolas — cerca de três horas por dia. Para absorver a demanda de alunos, freqüentemente as escolas funcionam em quatro períodos. A nova secretária, diz que as informações que lhe foram passadas pelo governo anterior sequer falam precisamente no número de escolas estaduais em Pernambuco.

Segundo Silke, a política do governo Arraes será voltada para a educação, com a escola para a comunidade, buscando a formação do cidadão e dando-lhe condições de exercer sua cidadania. Ela não quis falar ainda em planos e em metas a serem atingidas em curto espaço de tempo, preferindo dizer, em linhas gerais, como a Secretaria da Educação agirá nos próximos quatro anos. "A prioridade será dar condições de ensino aos alunos, sem esquecer que o professor é um profissional e como tal deve ser visto, inclusive, em termos salariais". *(Folha de S. Paulo/SP, 19/03/87)*

177
Universitários substituem grevistas de Pernambuco

Para atender a mais de 10 mil alunos do 1º grau que estavam ameaçados de ficar sem aula por falta de professores nas escolas públicas, a Secretaria de Educação de Pernambuco decidiu adotar uma atitude inédita: a de contratar temporariamente 340 universitários de cursos de licenciatura e 200 alunos dos cursos de magistério para suprir a deficiência de mestres na capital e no interior. *(Jornal do Brasil/RJ, 03/08/87)*

178
Pernambuco tem consórcio para combater a reprovação escolar

O mais sério dos problemas da escola pública do país — os altos índices de evasão e repetência — está sendo enfrentado de forma inédita por cinco municípios da área metropolitana de Recife — Olinda, Moreno, Cabo, Paulista e Igaraçu. Eles formaram um consórcio e, com financiamento do Banco Mundial, pretendem aumentar o número de aprovações na 1ª série das escolas da região, que é de apenas 28%. Batizado de Nova Escola, o projeto — uma mistura dos métodos de ensino de Paulo Freire e da argentina Emília Ferrero — começou a ser aplicado no início deste ano.

As principais medidas adotadas, com o objetivo de motivar a criança a ficar mais tempo na escola e a aprender a raciocinar, foram a substituição das tradicionais cartilhas de textos insensatos por histórias vivenciadas e narradas pelos alunos, a atualização semanal das professoras, a mudança de sua postura em sala de aula e o enriquecimento do material didático.

Ainda é cedo para que se possa medir seriamente qualquer resultado do Nova Escola, mas um fato positivo foi notado: entre o primeiro e o segundo semestres, pouquíssimos alunos deixaram a escola. O projeto tem três anos garantidos de duração e sua coordenadora, Maria Adonzinda Monteiro Costa, acredita que os alunos possam ter um rendimento melhor com um trabalho dos professores mais eficaz nas séries iniciais.

Para que o ensino seja dinâmico e incorpore novas técnicas pedagógicas, as professoras que participam do projeto — 500 nos cinco municípios, atendendo um total de 15 mil alunos — têm reuniões todos os sábados com suas supervisoras e professores de Português, Matemática, História, Geografia e Artes Plásticas. *(Régis Farr, Jornal do Brasil/RJ, 09/09/87)*

179
Merenda escolar: experiência daqui servirá de modelo

A experiência de merenda escolar que o governo Arraes desenvolve no município de Angelim, será sugerida às Nações Unidas como modelo para outras regiões, afirmaram os técnicos da Missão do Programa Mundial de Alimentação, que durante quatro dias estiveram em Pernambuco avaliando o programa desenvolvido pela Secretaria de Educação.

Para os técnicos Yolanda Gonzales e Klaus Klawitter, a experiência do município de Angelim, com a participação da comunidade no processo da merenda, cursos para os pequenos agricultores, compra dos seus produtos e modificação dos cardápios alimentares de acordo com as peculiaridades da região, retrata a descentralização, participação e municipalização do programa defendido pelas Nações Unidas.

O Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas firmou convênio em 1985 com o Ministério da Educação, através da Fundação de Assistência ao Estudante, para a aplicação de 40 milhões de dólares na merenda das escolas estaduais de 1º grau do Norte e Nordeste do Brasil. *(Diário de Pernambuco/PE, 12/05/88)*

180
Educação quer modificar sistema da merenda escolar

A Secretaria de Educação de Pernambuco quer modificar a atual sistemática da merenda escolar, com o objetivo de reter e fazer circular no estado recursos financeiros, fortalecer os sistemas esconômicos municipais e estimular a pequena produção agrícola. Para isso, a Secretária está propondo ao Ministério estadualizar o Programa Nacional de Alimentação Escolar em Pernambuco.

Com isto, a secretária Silke Weber afirma que será incrementado o relacionamento escola/comunidade e o nível sócio-econômico dos pais de alunos, produtores de gêneros alimentícios, poderá ser melhorado. Tudo isto fará com que diminuam em Pernambuco os casos de ausência, evasão e de repetência na escola pública.

Com este programa será mantida infraestrutura capaz de permitir a participação dos pequenos produtores, e o governo vai oferecer condições para o consumo dos produtos ofertados. *(Diário de Pernambuco/PE, 25/06/88)*

181
Fernando de Noronha tem excesso de professores

A Secretaria de Educação de Pernambuco constatou na semana passada, ao assumir a administração da escola de primeiro grau do ex-território de Fer-

na zona urbana. Ao todo, as matrículas chegam a 1.930.179 alunos da pré-escola e 1º e 2º graus dos ensinos regular e supletivo.

Matrículas — De toda as matrículas existentes no estado, a maior concetração se verifica na rede estadual de ensino, com 1.100.308 alunos. A principal demanda fica por conta do 1º grau da zona urbana, onde 862.996 alunos estão matriculados. Na zona rural estão outros 64.616. No 2º grau, a rede pública estadual de ensino conta com 134.727 alunos na zona urbana e 215 na zona rural e para o pré-escolar são respectivamente 36.185 e 1.569 alunos. Já na rede municipal o atendimento é de 551.711 alunos. Aqui é que se confirma a maior demanda para o ensino de 1º grau na zona rural, com 271.369 alunos, contra 225.771 da zona urbana. Para o pré-escolar a rede municipal atende um total de 54.381 alunos. No 2º grau, onde o maior atendimento também se concentra na rede estadual, a rede municipal oferta 149 matrículas na zona urbana e 39 na rural.

Já para a rede federal de ensino nós encontramos atualmente no Paraná um total de 8.005 alunos, sendo o principal alvo o 2º grau, com um total de 6.060 alunos, somente para a zona urbana. Na rede particular os levantamentos apontam 67.988 crianças no pré-escolar da zona urbana e 421 na rural. Para o 1º grau são 151.052 alunos na zona urbana e 5.038 na rural, além de 44.945 alunos no 2º grau da zona urbana e outros 618 na rural.

Salas — Para o atendimento destes mais de 1,9 milhão de alunos estão sendo utilizadas 41.404 salas de aula de todas as propriedades. Destas, o maior número está direcionado ao atendimento da demanda que se verifica na zona urbana, com um total de 28.395 salas. São 15.321 pertencentes à rede estadual 5.096 municipal, 166 federal e 7.812 particulares. Para a clientela estudantil estabelecida na zona rural o atendimento se distribui em outras 13.009 salas de aula. Aqui são 10.213 da rede municipal de ensino, 1.856 estadual, 61 federal e 879 particulares. *(Gazeta do Povo/PR 14/08/88)*

Pernambuco

175
Pesquisa mostra influência de políticos na educação

Políticos pernambucanos, não contentes em nomear os professores de 1º grau segundo critérios pessoais (não há concurso público para o preenchimento das vagas), ainda influem em outros aspectos da educação no estado: a localização e até o modelo de construção dos prédios escolares não obedecem a um planejamento que leve em conta as necessidades da população, mas são fruto de interesses de prefeitos e vereadores, que acabam tirando proveito das obras com objetivos eleitorais.

A conclusão é da professora Maria das Graças Corrêa de Oliveira, da Universidade Federal de Pernambuco, que acaba de elaborar tese sobre o assunto. Em seu trabalho "A prática do planejamento ou o planejamento na prática — um estudo sobre educação e clientelismo político", a professora comprova, por exemplo, que no agreste setentrional de Pernambuco, as verbas do programa de melhoria da rede física das escolas, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram aplicadas sob influência direta dos prefeitos, gerando enormes distorções. O programa faz parte do Sistema Integrado de Educação Rural e as verbas foram repassadas pelo MEC.

No município de Salgadinho, a 105 quilômetros de Recife, o analfabetismo chegava a atingir 86% da população. Nem assim, Salgadinho foi contemplado com a instalação de escolas. Enquanto isso, de 1979 a 1984, municípios como Pesqueira, Limoeiro e Gravatá, com médias de 12, 22 e 23 alunos por turma, ganharam escolas cujas salas têm condições de abrigar 70 estudantes, ficando ociosas. Nesse período, o estado aplicou 2,7 milhões de dólares no Sistema Integrado de Educação Rural, construindo 106 escolas com capacidade para 17 mil 710 alunos; mas, como as áreas não são muito povoadas, só 52% da capacidade foi utilizada.

Segundo a professora Maria das Graças, os padrões arquitetônicos e todo o processo de realização das obras eram afetados pela intervenção da "esfera política do poder local, que se apropriava e retificava os instrumentos de regulação do planejamento". Ela diz que técnicos do Sistema Integrado de Educação Rural fizeram uma "pesquisa participativa", na tentativa de pôr fim à interferência de grupos locais na execução de programas governamentais e de mostrar a legitimidade do programa, mas isso não funcionou. É que, apesar de se consultar a população sobre suas carências e interesses, para se estabelecer que tipo de obras correspondia às suas necessidades, elas acabavam sendo feitas de acordo com a vontade do prefeito, seja na escolha de área a ser usada ou modelo arquitetônico do prédio. "A vontade do poder local prevalecia, em função de compromissos políticos assumidos com o governo, mesmo que isso implicasse má aplicação dos recursos conseguidos junto ao BID", concluiu.

A professora contou ainda a história de um engenheiro que, ao visitar um certo município para determinar que modelo de prédio escolar deveria ser construído, encontrou a obra pronta, por ordem do prefeito, que teria recebido diretamente a verba. Em outros casos, ao se abrir concorrência para determinar a forma de fornecimento de materiais, por exemplo, ganhava sempre a empresa de propriedade do prefeito da cidade.

Para Maria das Graças, "o planejamento educacional feito no Nordeste tem se constituído em mecanismo de modernização conservadora, resultante de um traço marcante na realidade do país: a presença de um estado progressista em termos econômicos, mas conservador na sua dimensão política". Como solução, ela aponta uma melhor organização da sociedade, que antes de mais nada precisa estar bem informada sobre os planos que lhe dizem respeito. *(Jornal do Brasil/RJ, 04/03/87)*

176
Para secretária de PE, aluno fica pouco tempo na escola

A secretária de educação de Pernambuco, governo Miguel Arraes (PMDB), Silke Weber, 48, afirmou anteontem em Recife, durante entrevista coletiva, que a situação educacional do estado é bastante precária: 500 mil crianças

sada — foi tomada ontem pela secretária de educação, Ana Córdula: ela demitiu três vice-diretores da Escola Estadual Professor Raul Córdula, na Torre, que, sem qualquer razão, mantinham o estabelecimento fechado, prejudicando os alunos.

Na última sexta-feira, à tarde, a secretária resolveu visitar a escola que, naquele momento, estava fechada. Uma auxiliar de serviços que mora nas proximidades chegou com as chaves e só assim Ana Córdula pode constatar que não havia maiores justificativas para que a escola não estivesse funcionando normalmente: não havia diretores, nem professores, muito menos funcionários. Apenas alguns alunos que pularam o muro e ouviam música numa das salas. *(O Norte/PB, 10/09/88)*

169
Polícia garante posse de diretora de escola

Policiais militares tomaram as dependências anteontem, às 15h30min, da Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira, em Jaguaribe, para garantir a posse da diretora Osires Aguiar Costa, nomeada através do Diário Oficial pelo governo do estado, para ocupar o cargo após o falecimento da educadora Maria do Carmo, ocorrido no último dia sete de setembro.

Não aceitando a nomeação de Osires, os 800 estudantes, em conjunto com os professores e funcionários, resolveram eleger a sua própria diretora, através de uma eleição direta. Na última segunda-feira, a ata da eleição, constando o nome da diretora eleita, foi entregue pelos professores à Secretaria de Educação, para que o órgão tomasse conhecimento do fato. A posse da professora Maria de Lourdes Medeiros, a escolhida, seria anteontem à tarde. *(O Norte/PB, 30/09/88)*

170
Alunos pedem homologação de diretoria

Mais de 800 alunos da Escola Normal Ministro Pereira Lira, que funciona em Jaguaribe, no prédio da ex-Faculdade de Psicologia do Ipê, se negam a voltar às salas de aula, caso o governo do estado não homologue os nomes que compõem a nova diretoria daquele estabelecimento, escolhida na última sexta-feira, através de eleição direta. Do pleito participaram professores, alunos e funcionários. *(O Momento/PB, 01/10/88)*

171
Estudantes pressionam Burity

Gritando palavras de ordem e carregando cartazes, centenas de estudantes secundaristas das mais diversas escolas estaduais de João Pessoa saíram ontem às ruas, com destino ao Palácio da Redenção, exigindo do governador Tarcísio Burity o atendimento das reivindicações dos professores quanto a melhorias salariais e condições para o ensino. É que os estudantes temem o início de uma nova greve dos docentes estaduais, por tempo indeterminado, como ocorreu há alguns meses. Os professores vêm explicando que, se até o Dia do Professor o governo não der uma resposta a suas reivindicações, enfeixadas em longo memorial há vários meses entregue no Palácio da Redenção, iniciarão uma greve geral que só terminará com o atendimento de seus pleitos. *(Correio Braziliense/DF, 28/10/88)*

Paraná

172
Paraná investiga culpa por merenda estragada

O secretário de educação do Paraná, Belmiro Jobim Castor, determinou a abertura de um inquérito administrativo para apurar, em 30 dias, a responsabilidade pela deterioração de 160 toneladas de alimentos que deveriam ter sido distribuídos à rede pública de ensino do estado. Desde o início do mês, prefeitos do interior vinham se queixando, junto à Fundepar — organismo do governo estadual responsável pela distribuição da merenda escolar —, de problemas com os alimentos. Um levantamento feito no armazém do governo estadual demonstrou que estes alimentos estão com seu prazo de validade vencido.

Segundo o superintendente da Fundepar, Ewaldo Podolan, os alimentos foram comprados entre os dias 6 e 22 de outubro do ano passado e deveriam ter sido repassados às 13 mil escolas do estado até o mês de novembro, mas ele não soube explicar por que isto não foi feito. Exames realizados pelo Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) confirmam que o charque está estragado e uma "análise sensorial" (apenas verificação visual dos alimentos) mostrou que pelo menos 35% destes alimentos estão comprometidos. *(Jornal do Brasil/RJ, 20/05/87)*

173
Migração já levou 250 escolas da zona rural a fecharem no Paraná

Um total de 250 escolas de 1º e 2º graus instaladas nas zonas rurais do Paraná estão vazias: os alunos, filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais estão migrando, junto com os pais, para as grandes cidades ou para a região norte do país em busca de trabalho e riqueza. Até o fim do ano passado, segundo dados da Secretaria de Educação, 249 estabelecimentos escolares em todo o estado estavam desocupados e 251 haviam sido extintos.

O fechamento das escolas rurais por falta de alunos é apenas um dos indicadores, segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), de que o êxodo rural, fenômeno detectado na década de 70, continua ocorrendo no Paraná. *(Jornal do Brasil/RJ, 22/09/87)*

174
Paraná com rede escolar à altura

"A nível geral o número de salas de aula existentes hoje no Paraná é suficiente para atender a demanda. O problema se constata a nível localizado, já que em determinadas localidades podemos verificar a existência de salas de aula com 40 alunos ou mais, contrastando com outras onde o número não ultrapassa a 10 alunos". A declaração é do superintendente da Fundepar, professor Judas Tadeu Grassi Mendes, ao anunciar a existência, no Paraná, de 13.384 estabelecimentos de ensino em pleno funcionamento, totalizando 41.404 salas de aula. São escolas das redes federal, estadual, municipal e particulares, das quais 3.884 estabelecimentos se encontram na zona rural e outros 9.500

Paraíba

165
Crise no ensino da Paraíba atinge todos os municípios

Compreendendo cerca de 460 mil alunos e 1.661 escolas em todo o estado, o ensino público na Paraíba atravessa hoje uma de suas piores fases. A crise não atinge apenas os salários por demais defasados dos professores, mas até mesmo a parte funcional dos colégios, como material didático, de expediente, funcionários que complementam o setor administrativo e a conservação precária do espaço físico das escolas. Segundo o presidente da Ampep (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), Wilson Aragão, a desvalorização com que o professor é tratado faz com que ele procure outros estados, onde a remuneração é melhor.

"A Paraíba é o estado que paga pior o magistério em todo o Brasil", declarou Aragão, apresentando como exemplo disto o fato do professor concursado ganhar, aqui, abaixo do salário mínimo nacional. E complementou, dizendo que 60% das prefeituras paraibanas estão pagando menos de 2 mil cruzados a um professor municipal e 40% abaixo de um salário mínimo.

Nas escolas do interior a situação é ainda mais crítica e para se ter uma idéia, a prefeitura de Antenor Navarro está pagando ao professorado um ridículo salário de Cz$ 91,00 para o polivalente.

Um reflexo da crise que atinge o ensino público transparece no rendimento estudantil. Em cada 100 alunos que ingressam no 1º grau (primeira fase), apenas 40 concluem; destes 40 apenas 20 concluem o 2º grau e destes 20 só 6 ingressam na universidade. Em cada 100 alunos da rede pública que concorrem ao vestibular, menos de 10 conseguem ingressar no 3º grau.

Além disso, há uma distribuição inadequada das escolas para o número de alunos existentes e o estado não vem dando apoio à implantação das mesmas. Uma prova disto é que no orçamento da Secretaria de Educação para este ano, consta apenas a construção de três escolas. "Nós precisaríamos construir, pelo menos, 50 colégios", corroborou Wilson Aragão. Em média, em todo o estado, existem cerca de 55 alunos para um professor na fase de 2º grau, embora a lei 5692/71 declare que a média deveria ser de pelo menos 20 a 30 alunos para cada professor. E isto só não sofre maior agravante porque atualmente apenas 70% dos estudantes potenciais na Paraíba estão nas escolas. Somando-se a escola pública (estadual e municipal) e a rede particular de ensino, não se consegue atingir o número de alunos na idade escolar. *(O Norte/PB, 09/08/88)*

166
Escola agrícola poderá fechar por falta de verba em Catolé do Rocha

A Escola de Técnica Agrícola do município de Catolé do Rocha, mantida pelo estado, está na eminência de fechar suas portas, por falta de recursos financeiros, material didático e alimentação para os 1200 alunos ali matriculados.

A denúncia foi feita ontem pelo presidente da Associação do Magistério Público do Estado, Ampep, Francisco Lopes. Ele disse que a situação da escola é tão precária que as poucas aulas ali realizadas deixam muito a desejar em termos de conteúdo e prática, já que não há material adequado para quase todas as disciplinas.

Cuité — No município de Cuité as escolas da rede estadual de ensino também vivem uma situação semelhante. Na maioria delas, não está havendo aulas, visto que os professores pró-tempore, que não receberam vencimentos desde o mês de março, estão abandonando as salas de aula. Os poucos professores concursados contratados para a região de Cuité, foram contratados em regime T20 e não suprem as necessidades da região. *(O Norte/PB, 11/08/88)*

167
Estudante marca seu dia com ato de protesto

Revoltados com a péssima situação pela qual passa a Escola Normal Ministro Pereira Lira, inclusive com risco de perder o ano letivo por falta de professores, estudantes secundaristas daquele educandário comemoraram ontem seu dia (Dia do Estudante) com protesto, tendo sido colocada no portão da entrada uma faixa preta, indicando estado de luto.

Devido à falta de vigilante, há mais ou menos um mês a escola foi violada e roubado o material da banda marcial e aparelho de som. A secretaria, por exemplo, conta apenas com um funcionário, faltando ainda pessoal de apoio. A limpeza do prédio, na maioria das vezes, é realizada pelos próprios estudantes. A sujeira é intensa, tanto nos sanitários como em salas de aula.

Na biblioteca também não há funcionários. Pelo mesmo motivo é que a Escola de Demonstração também não está funcionando, apesar de ter alunos. A coordenadora foi demitida, apesar de ter feito concurso e ser classificada. Com a Escola de Demonstração fechada, são prejudicados estudantes e a população.

O que causa estranheza, segundo os estudantes e até mesmo para os poucos professores existentes na Escola Normal Ministro Pereira Lira, é o fato de pessoas terem sido aprovadas no concurso e não serem até o momento chamadas para assumir muitas vagas.

De acordo com a professora Wilma Mendonça, o "governador do estado diz que se deve ter todo cuidado com a formação do magistério, e o ex-secretário Ruy Dantas falava serem as escolas normais a menina de seus olhos, por isso não dá para entender, quando a Escola Normal Ministro Pereira Lira passa por tal situação". Neste sentido, tanto o corpo dicente como o docente exigem uma definição do governador do estado.

Com relação aos professores, há ainda aqueles que há cerca de cinco meses vêm ensinando, naquela escola, sem perceberem seus vencimentos, possivelmente por amor à profissão, ou na esperança de que um dia a situação venha a se normalizar, ou talvez para que os estudantes possam ter alguma aula, uma vez que a maioria das aulas não ocorre. *(O Norte/PB, 12/08/88)*

168
Demitidos diretores de escola

A primeira medida de rigor administrativo — após a convocação feita pelo próprio governador numa reunião com o seu secretariado, na semana pas-

to de comemorar o Centenário da Abolição. Em destaque, encabeça a lista dos membros daquela comissão, o nome de seu presidente e secretário da educação, dr. Hugo Modesto Gontijo. Autorizada a sua distribuição pela Secretaria da Educação, viu-se o seu titular obrigado a retirar a cartilha de circulação, pressionado que foi por entidades representativas de negros, revoltados com o conteúdo dos textos que a cartilha veiculava, os quais, juntamente com as propostas de atividades, reforçavam, ainda mais, a discriminação do negro que, inegavelmente, existe em nossa sociedade.

Já se encontra bem delineada a escola que interessa ao governo Newton Cardoso: professores sem habilitação, eliminação de funções essenciais para o apoio técnico-pedagógico (coordenador da área, eventual, auxiliar de biblioteca) e para o apoio administrativo (vice-diretor, auxiliar de secretaria). Para completar esse quadro de desvalorização da escola pública, o governo tenta colocar nessa escola um material didático adequado às suas intenções. Esse material deixa transparecer que, na visão do governo, a classe trabalhadora, usuária da escola pública, só pode ter em mãos um material didático que se preste a reforçar a sua condição de oprimida, de dominada. É nesse sentido que a "Cartilha" Centenário da Abolição veicula textos e propõe atividades que reforçam, na escola, a ideologia vigente de inferioridade da raça negra; de "bondade" do branco, expressa em atitudes paternalistas e de superioridade.

Essa escola que o governo Newton Cardoso quer, é uma escola que deve reforçar a condição de segregação, dominação e submissão de uma raça, para que essa escola continue formando mão-de-obra barata e obediente.

A resposta que os trabalhadores do ensino devem dar ao governo é a demonstração de sua maturidade política, marcando o centenário da abolição, nas escolas, como o início de uma reflexão sobre o problema do negro. Início da conscientização da comunidade para o absurdo preconceito que ainda relega o negro à condição de dominado.

Além disso, recusar esse tipo de material didático que o governo, através da Secretaria da Educação, pretende fazer chegar às escolas: a cartilha "Centenário da Abolição"; livros de literatura, como os adquiridos da Editora Lemi, cuja aquisição irregular está sendo analisada pela Comissão Parlamentar de Inquérito instalada pela deputada Sandra Starling. Mesmo estando evidente a irregularidade dessa compra, o que nos interessa, como trabalhadores do ensino, é a qualidade desse material, já que a maioria dos livros veicula uma ideologia semelhante à da cartilha "Centenário da Abolição". *(UTE Informa/MG, abr/mai/88)*

163
Cartilha ensina racismo em Minas

"O negro é um ser inacabado". "Deus criou o branco e o diabo, com inveja, criou o negro". Afirmações desse tipo fazem parte de uma cartilha sobre o centenário da Abolição da Escravatura, preparada pela Secretaria da Educação mineira e que seria distribuída a todas as crianças mineiras em idade escolar. Denunciada pelo conteúdo racista, a cartilha foi interditada antes de ser distribuída.

O deputado Irani Barbosa (PMDB/MG) pediu a exoneração do secretário Hugo Gontijo, para "evitar novas brincadeiras". Segundo Irani, a cartilha comprometeu todo o governo de Newton Cardoso, que agora ficará "exposto a gozações".

Gontijo alegou que a publicação é de responsabilidade da Comissão Estadual de Moral e Civismo, de que, aliás, é presidente de honra e que há anos não reúne seus membros. Nenhum deles assumiu até ontem a autoria dos textos da cartilha.

O secretário já avisou que pedirá ao governador a extinção da Comissão Estadual de Moral e Civismo. Gontijo ocupa o cargo interinamente mas basta que Cardoso convoque o titular da pasta, deputado federal Luiz Leal, para que ele volte às funções de secretário adjunto. Em 1982, recém-eleito, Gontijo caminhou 223 quilômetros entre Belo Horizonte e Bom Despacho, sua cidade natal para "pagar uma promessa". *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/04/88)*

Pará

164
Professora rema quatro horas para ir à escola

Timica é professora no município de Limoeiro do Ajuru, no Pará. Todos os dias, às 5 horas da manhã, ela pega sua canoa e começa a remar para ir dar aula. Antes de chegar à tosca edificação onde funciona a escola, recolhe crianças nas margens do rio. Serão seus companheiros durante as quatro horas de duração da viagem, sempre com a professora nos remos. No final do mês, Timica — como é conhecida nessas localidades da região próxima à Ilha de Marajó — recebe 240 cruzados de pagamento da Secretaria Estadual de Educação.

Os pesquisadores da Universidade Federal do Pará, que ontem entregaram os resultados de uma pesquisa de dois anos sobre o ensino de 1º e 2º grau no estado, não acreditaram na história. A professora respondeu imediatamente: levantou a manga de sua blusa e mostrou os braços musculosos de tanto remar. Em Limoeiro do Ajuru menos da metade das crianças que completam sete anos freqüenta as escolas públicas do tipo dessa em que Timica é professora, ela própria muito mal escolarizada.

De cada cem crianças que conseguem entrar na 1ª série do 1º grau no Pará, oito concluem a 8ª série. A maior taxa de acesso foi registrada na microrregião do Baixo Tocantins: 76%. Mesmo na capital o índice é apenas um pouco acima de 50%. Em algumas regiões, menos de 5% dos jovens com 14 anos chegam à 8ª série. Em Belém, essa proporção é a maior, mas não passa de um quinto do total. Nas conclusões do vasto levantamento, com 800 páginas, os pesquisadores da UFPA observaram que a grande discriminação do ensino ocorre justamente na passagem do 1º para o 2º grau, quando o "funil" funciona ferozmente. Mas constataram, perplexos, que metade dos alunos que ingressa na 1ª série do 1º grau não retorna à 2ª série. Por isso, a situação do ensino paraense foi considerada "calamitosa". *(O Estado de S. Paulo/SP, 10/05/88)*

tidos, cerca de 20 mil, segundo ele, é desnecessário.

"Nomeação é uma coisa muito simples", afirmou Hugo Gontijo. Mas não conseguiu explicar por que, sendo uma coisa simples, o governo protelou, de dezembro de 86, até hoje estas efetivações. O tempo também parece não preocupar Hugo Gontijo. Apesar de as aulas começarem na próxima semana, ele garante aos pais que as escolas funcionarão normalmente. Especialmente, afirma Gontijo, porque "educação é obrigação de todos e não apenas do governo".

Os 114 mil professores demitidos são contratados todo início de ano letivo. Geralmente o contrato tem um ano de duração. Sem nenhum direito trabalhista, eles são conhecidos no estado como "joão ninguém", numa alusão aos *outdoors* de propaganda do governo que dizem "Trabalhador sem carteira assinada é um joão ninguém". O próprio secretário de educação reconhece o absurdo e diz que este é um dos motivos que Cardoso tem para modificar o sistema de convocação. "Se um professor quebrar a perna, por exemplo, afirma, Gontijo, ele é demitido sem direito a nada".

Apesar de todas as tentativas de explicações, o governo do estado não conseguiu convencer as entidades que congregam os trabalhadores do ensino. Eles não entendem como 45 mil funcionários poderão substituir, de forma satisfatória, os 114 mil demitidos. Além disso, para as efetivações, o governo levaria pelo menos uma semana, o que atrasaria em alguns dias o início das aulas. Sem conseguir explicar os detalhes dessas nomeações, o secretário disse que a proposta de Newton Cardoso "é fazer uma escola de boa qualidade em Minas", apesar das demissões. *(O Estado de S. Paulo/SP, 27/01/88)*

159
Escolas de Minas não reiniciaram as aulas

As aulas da rede estadual de 1º e 2º graus em Minas não foram reiniciadas ontem, como estava previsto, devido à demissão na semana passada de 114 mil professores, decretada pelo governador Newton Cardoso. Hoje, algumas das 6,6 mil escolas funcionam parcialmente, mas a situação só se normalizará na próxima semana, quando o governo vai autorizar a recontratação de parte do pessoal demitido, conforme acordo firmado com as lideranças do magistério.

Segundo o diretor da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), Luis Fernando Carceroni, os demitidos compareceram ontem ao trabalho. As diretoras, contudo, sem autorização da Secretaria de Educação, não puderam utilizá-los, deixando 2,8 milhões de alunos sem aulas. *(O Globo/RJ, 02/02/88)*

160
Cardoso demite e não contrata professores

Passado mais de um mês que o governador de Minas, Newton Cardoso, demitiu 114 mil professores, até hoje não foi providenciada a substituição deles, como foi anunciada. Por causa disso, várias escolas estão fechadas, crianças estão sem aulas e centenas de escolas rurais desapareceram em lugares em que não existe outro estabelecimento de ensino. Ontem, dois deputados voltaram ao assunto na Assembléia, tentando uma solução para o caso. O líder do PFL, Milton Salles, revelou que um assessor jurídico de seu partido estuda uma maneira para os professores entrarem na justiça contra o estado. *(O Estado de S. Paulo/SP, 04/03/88)*

161
Educação em Minas já tem salário e busca agora retomar a qualidade

O grande momento neste primeiro ano de governo, na Secretaria de Estado da Educação (SEE), se deu com o decreto do governador Newton Cardoso que garantiu o piso salarial ao magistério, uma reivindicação histórica da categoria e um passo muito importante no objetivo primordial da pasta, que é a universalização de um ensino público de qualidade, em Minas Gerais.

Para que isso ocorra, têm sido feitos investimentos maciços na área educacional, visando a retomada de qualidade do ensino mineiro, que já ocupou o primeiro lugar no Brasil. Isto se faz através da aplicação de recursos na ampliação da rede física, na implantação de projetos revolucionários como o da construção dos Núcleos de Ensino e Extensão Comunitária (Neecs), na assistência aos 2,8 milhões de alunos das aproximadamente 6.500 escolas estaduais e na valorização do magistério.

A grande conquista dos educadores mineiros, sem dúvida, foi mesmo o piso salarial que já é realidade desde o dia 21 de dezembro do ano passado, quando foi assinado o decreto pelo governador Newton Cardoso, em solenidade realizada no Minascentro, perante três mil professores e diversas autoridades do ensino. A partir de então, para tranqüilidade da categoria, não se discute mais defasagem salarial, pois os reajustes são automáticos, sempre de acordo com as variações do piso salarial nacional. Esta política é inédita no Brasil: em Minas, nenhum professor ganha menos de três salários, que é o piso do professor P.1 (quatro primeiras séries). O professor P.6 (5ª à 8ª série e 2º grau) recebe cinco salários como piso.

Mas a principal proposta do governo na área da educação, segundo a própria SEE, é a universalização do ensino público de qualidade. Para atingir a essa meta, vêm sendo desenvolvidos programas específicos em cada setor dos serviços escolares.

Os Neecs, por exemplo, estão sendo construídos segundo projeto arquitetônico padrão do prédio escolar, de forma a permitir a criação de um espaço múltiplo de estudo, atividades de extensão comunitária e valorização da cultura local. Com o término da construção do protótipo no bairro 1º de Maio, em Belo Horizonte, o núcleo dará origem a sua disseminação por todo o estado.

Outras medidas, como a racionalização do quadro de pessoal e a nomeação de novos professores, que antes eram convocados, vêm dinamizando a educação em Minas. *(Jornal de Minas/MG, 20/03/88)*

162
Cartilha revela escola que o governo quer

"Mostrando a alma que é franca a raça negra é querida.

Alma de preto é mais branca que os brancos 'pretos' da vida". Esses versos preciosos abrem a famosa "cartilha", elaborada pela Comissão Estadual de Moral e Civismo, sob o pretex-

braile, para cegos; linguagem de sinais, para surdos; orientação e mobilidade (como andar na rua e usar bengala, por exemplo); e estimulação essencial, entre outras disciplinas. *(Jornal do Brasil/RJ, 21/09/87)*

156
Municipalização do ensino

A municipalização do ensino foi decretada em Minas Gerais, bem a gosto do governador deste pobre estado. Sem qualquer discussão prévia para tema tão polêmico e demonstrando, mais uma vez, o total desinteresse que tem pelo sistema educacional, o governador Newton Cardoso fez publicar, no dia 16/10/87, o decreto nº 27.452, que "dispõe sobre o Programa Estadual de Municipalização do Ensino — Peme".

Há vários problemas neste Programa e no decreto, como a forma autoritária de sua implantação. De todas as discussões que já se fez sobre a municipalização do ensino, a grande maioria se colocou contrária à sua implantação ou, pelo menos, levanta sérias dúvidas a respeito da sua eficácia. Em um país onde os municípios não têm recursos — e a solução para isso é um dos temas mais debatidos na Constituinte —, colocar a educação a cargo do poder municipal é querer, sem sombra de dúvida, livrar-se desse "abacaxi", não importando o resultado que isso trará para o ensino.

Quanto ao decreto em si, ele é muito vago, deixando a cargo dos "convênios" a serem elaborados pelo estado a maioria dos detalhes sobre a municipalização. Por exemplo, não determina qual é a participação financeira do estado no Programa; no entanto, a normatização sobre a admissão e remuneração de pessoal fica a cargo do estado. O que há garantido de verba para a educação, segundo esta nova norma, é apenas a parte do município referente à Emenda Calmon (25% da arrecadação) e mais 5% do Fundo de Participação dos Municípios, uma verba federal.

Não há um planejamento para a implantação do Programa e muito menos se criou — ou se tem falado em criar — qualquer infra-estrutura especial que permita uma alteração dessas no sistema de ensino. Por outro lado, o critério político fica claramente privilegiado na escolha dos municípios onde vão ser firmados os convênios de municipalização. O convênio tem a duração de dois anos, podendo ser prorrogado ou não, e pode ser "denunciado" por qualquer das partes, ou seja, pode ser suspenso e o ensino local ficar prejudicado.

E o mais grave de tudo: o decreto impõe a municipalização na marra. O seu artigo 9º diz que "a partir da data de vigência deste decreto a proposta de criação de unidade estadual de ensino depende de prévio convênio entre o estado e o município". Ou seja, se o município não assumir, o estado também não assume sozinho, daqui pra frente, este ônus com a educação. *(UTE Informa/MG, nov/87)*

157
Governo quer privatizar ensino especial

O governador Newton Cardoso aplica mais um golpe contra a educação. Este muito sério e contra os deficientes físicos e mentais, que carecem de ensino especial.

Através de um projeto de lei — nº 512/87 — enviado à Assembléia Legislativa com decurso de prazo, o governo do estado cria uma fundação de direito privado — Fundação Estadual de Educação Especial de Minas Gerais —, que ficará responsável pelo oferecimento de todo o ensino especial no estado, inclusive pela "coordenação da política estadual de educação ao deficiente".

É a privatização pura e simples do ensino especial e, o que é mais grave, transferindo para a iniciativa privada todo o patrimônio do estado que existe hoje e destinando recursos públicos para a sua sustentação, o que inclui trabalhadores que podem ser colocados à sua disposição. E, acompanhando a política de centralização do governador, toda a direção da Fundação — o Conselho Consultivo, o Conselho Curador e a Diretoria — é de livre nomeação do governador, assim como a aprovação dos estatutos da entidade passarão pelo seu crivo pessoal. *(UTE Informa/MG, nov/87)*

158
Governador mineiro demite a metade do magistério do estado

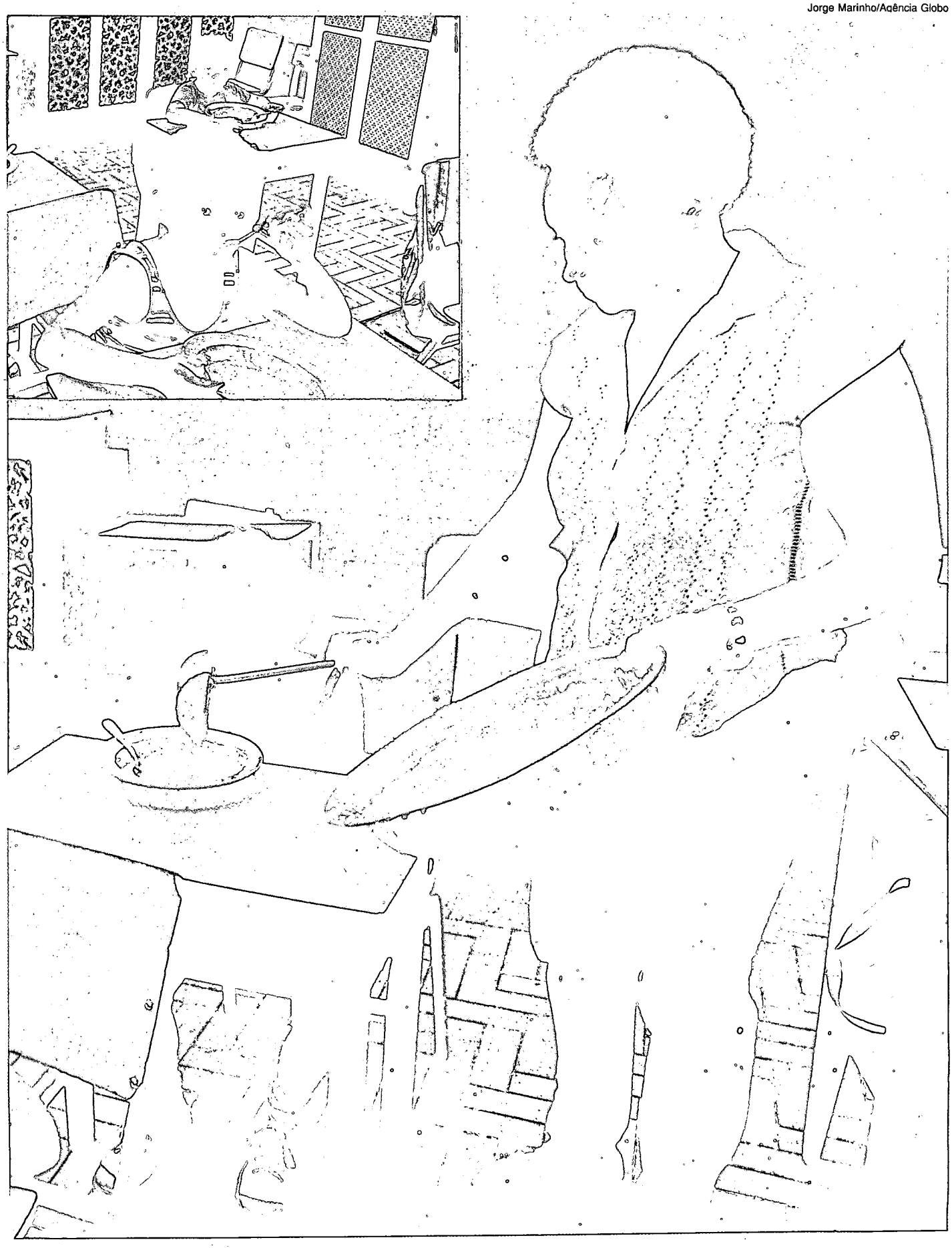
Metade dos 230 mil professores públicos de Minas Gerais foram demitidos pelo governador Newton Cardoso a menos de uma semana do início do ano letivo, previsto para a próxima segunda-feira. Os 114 mil trabalhadores do ensino foram dispensados pelo governador sob argumento de que havia falhas no sistema de convocação.

Mas a categoria não aceita essa alegação. Segundo o diretor da União dos Trabalhadores do Ensino, Luís Fernando Carceroni, esta é mais uma manobra eleitoral de Cardoso. Com as eleições municipais previstas para este ano, "é possível que ele queira garantir votos para o seu partido, o PMDB, escolhendo os substitutos". Já para a presidenta da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais, Maria Hilda de Carvalho, fosse o governo de Minas "ágil, competente e democrático" não tomaria tal medida no início das aulas. Antes, afirma ela, nomearia os 45 mil professores concursados em 86, que até hoje não têm as vagas que lhes foram garantidas por merecimento.

Esta, entretanto, é a primeira providência que o governador Newton Cardoso deverá tomar. Nomear todos os concursados. Pelo menos foi o que garantiu o secretário de estado da educação, Hugo Gontijo. Ele revelou que as demissões acontecem todos os anos. "Os professores, quando são convocados para trabalhar, assinam contratos por tempo determinado. Geralmente um ano", explicou. Agora o governador quer racionalizar a escola em Minas e por isso mudou o sistema de convocação que é falho na distribuição de carga horária. Por exemplo: um professor efetivo que pode trabalhar até 36 horas por semana, em muitas escolas só trabalha 18 horas, argumenta o secretário.

Com as demissões, o governo do estado nomearia os 45 mil profissionais que foram aprovados no concurso em dezembro de 86. Estes professores, segundo Hugo Gontijo, quando efetivados, poderão acumular dois cargos, o que dá para atender a demanda do ensino no estado. O restante dos demi-

Jorge Marinho/Agência Globo



Mato Grosso do Sul

151
Sorteio no MS decide quem vai estudar na rede pública

A Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul determinou que a oportunidade de ensino gratuito para alunos de 1º e 2º graus em Campo Grande será definida através de sorteio público. Desde a última sexta-feira até ontem, cerca de 6 mil estudantes acompanhados pelos pais enfrentaram enormes filas para conseguir uma senha para o sorteio de 1.180 vagas oferecidas nas três escolas estaduais do centro da cidade: "Joaquim Murtinho", "Maria Constança de Barros Machado" e "Lúcia Martins Coelho".

Cada uma das escolas, que no total dispõem de 3.113 vagas (os estudantes em 1987 tiveram suas vagas garantidas para 1988), fará um sorteio individual e em data diferente. O primeiro é amanhã, na "Lúcia Martins Coelho". O última será o da "Joaquim Murtinho".

O sorteio, que será feito pela Loteria Estadual de Mato Grosso do Sul (Lotesul), além de determinar os estudantes que terão oportunidade de estudar nas escolas, também acabará indicando parte da massa estudantil que não terá o privilégio de ensino na rede pública em 1988.

As 1.145 salas de aula oferecidas pela prefeitura e pelo estado na capital deixaram, somente em 87, segundo o secretário estadual de educação, Aleixo Paraguassu Netto, 16.794 crianças de 7 a 14 anos fora da escola. *(Folha de S. Paulo/SP, 26/01/88)*

Minas Gerais

152
Darcy diz que Minas vai ter 1 mil Cieps

O secretário extraordinário de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, Darcy Ribeiro, revelou ontem que o governador Newton Cardoso construirá pelo menos 1 mil Cieps e 1 mil casas comunitárias, para atendimento à população pobre do estado.

O ex-vice-governador do estado do Rio disse que já definiu com o governador Newton Cardoso o primeiro projeto de desenvolvimento social de Minas, que é a criação de cinco fábricas de escolas para a produção, em argamassa armada, de pelo menos 1 mil Cieps e 1 mil casas comunitárias. Segundo Darcy, os Cieps mineiros serão menores do que os fluminenses abrigando cada um 500 crianças. O atendimento aos alunos, de acordo com Darcy será semelhante ao dos Cieps do Rio. As casas comunitárias poderão atender a 3 mil pessoas, com serviço médico e suplementação alimentar para crianças, gestantes e nutrizes.

As fábricas de escolas, segundo disse, produzirão também material para a construção de oficinas rurais e urbanas, em que jovens de 14 a 20 anos de idade aprenderão ofícios. Está ainda programada, conforme Darcy Ribeiro, a construção de pequenos hospitais, de 20 leitos cada, que funcionarão como maternidade e atenderão emergências nos locais de grande concentração de população de baixa renda. *(Jornal do Brasil/RJ, 08/04/87)*

153
Darcy fala ao PMDB dos mil Cieps de Minas

Apesar de estar falando para uma platéia minúscula, apenas um terço da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, o secretário de Desenvolvimento Social do governo de Minas, Darcy Ribeiro, anunciou ontem sua meta ambiciosa. Durante mais de duas horas, Darcy debateu com os deputados do PMDB e revelou que a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) deverá destinar CZ$ 100 milhões para os Cieps em Minas.

"Nunca faltou — observou Darcy Ribeiro — educador com as minhas idéias. Faltou quem as viabilizasse". Darcy Ribeiro revelou que, a partir de setembro, o estado espera mostrar uma escola pronta por dia. E esse programa tem despertado o interesse em outros estados, como o Rio Grande do Sul. *(Jornal do Brasil/RJ, 13/05/87)*

154
Minas retira professores de deficientes

Para pelo menos 650 das cerca de duas mil crianças deficientes e carentes atendidas em escolas filantrópicas de Minas Gerais por professores do estado em regime de adjunção (cedidos pelo estado), as aulas do segundo semestre não começaram ontem, quando reabriram as 6 mil escolas da rede pública estadual. É que, cumprindo decreto assinado dia 23 de junho pelo governador Newton Cardoso, proibindo a adjunção, 313 professores das escolas para excepcionais voltaram à Secretaria de Educação de Minas, deixando as crianças sem aula e as escolas sem condições de atendê-las. *(Jornal do Brasil/RJ, 04/08/87)*

155
Minas forma professores para criança deficiente

Numa experiência pioneira no país, o Instituto São Rafael, desta capital, que se dedica à educação e reabilitação de cegos, formará no próximo ano sua primeira turma de professores de nível médio especializados no ensino de crianças deficientes. Eles trabalharão em escolas comuns de 1º grau e serão os personagens mais importantes do programa de integração social das crianças deficientes, revelou a titular da DEE (Diretoria de Educação Especial) da Secretaria de Educação de Minas, Maria Dolores da Cunha Pinto.

A integração das crianças deficientes às escolas comuns foi uma das propostas aprovadas pelo Congresso Mineiro de Educação realizado em 1983, durante o governo Tancredo Neves, explicou Maria Dolores da Cunha. Desde então, a DEE vem desenvolvendo um projeto sobre o assunto, do qual consta também a criação, ainda este ano, de um curso de pós-graduação de educação de deficientes, a exemplo de outros estados. "Curso de magistério, porém, este é o primeiro do Brasil", assegurou a diretora da DEE.

O curso do Instituto São Rafael equivale ao magistério comum, além de capacitar seus alunos para o ensino especializado de deficientes visuais, auditivos, físicos e mentais. Em vez de três anos, dura quatro, com 12 a 15 disciplinas por ano. Os alunos — na verdade, as alunas, porque, apesar de ser aberto a homens e mulheres, apenas estas se candidataram ao exame de seleção, que a cada ano escolhe 40 entre pelo menos 150 — aprendem escrita

Educação e Trabalho Produtivo, onde estão incluídos os centros de produção. *(O Estado do Maranhão/MA, 23/06/88)*

147
Sindicato denuncia mestres inabilitados

A grande maioria dos professores das redes de ensino particular e pública do estado não tem habilitação para lecionar. Este é um dos pontos bastante denunciados pelo Sindicato dos Professores (Sinpro) à Secretaria de Educação, que até o momento nada fez, conforme a presidente da entidade, Florilena Aranha, para pôr fim à situação. Segundo ela, a Seduc necessita de quadro mais efetivo de inspetores para fiscalizar o funcionamento das escolas, tanto da rede pública quanto da rede particular, pois além da inabilitação, muitas escolas não têm a menor condição de funcionamento, principalmente as dos bairros.

Cabe à Secretaria de Educação a decisão, através de uma resolução do Conselho Estadual da Educação (CEE), de suspender a autorização precária dos estabelecimentos de ensino. "O CEE precisa deixar de autorizar o funcionamento de espeluncas denominadas escolas", comenta Florilena Aranha. Na sua opinião, os governos do estado e do município precisam assumir suas responsabilidades com a educação, criando escolas públicas com ensino de boa qualidade e promover concurso público para a admissão de profissionais habilitados (normalistas, licenciaturas curta e plena).

Com relação aos profissionais não habilitados, o Sinpro tem feito gestão junto à Secretaria de Educação para que tome as providências neste sentido. De acordo com Florilena Aranha, a maioria dos professores tem o conhecimento das disciplinas, mas não tem a licenciatura que o habilita para o exercício do magistério. Haveria necessidade, na sua concepção, de contratação de não habilitados somente para as disciplinas de Química, Física, Biologia e Matemática, pois existe uma carência muito grande nessas áreas. *(Jornal de Hoje/MA, 04/08/88)*

148
Apema oferece treinamento

A Associação dos Professores do Estado do Maranhão (Apema), vem realizando treinamento de Matemática e Português, nos municípios mais próximos da capital. Ontem, a equipe estava no Centro Educacional Cineasta (CNEC), em São José do Ribamar, ministrando o curso para cerca de 100 professores. Segundo a presidente da entidade, Lucimar Góes, o treinamento tem duração de 100 horas, sendo 50 para Português e 50 para Matemática.

Na Semana da Pátria, 385 professores da cidade de Codó participaram do treinamento "Metodologia do Ensino da Matemática no 1º grau". Ele deverá ser estendido às cidades de Paço do Lumiar, Itapecuru, Santa Rita e Rosário. *(Jornal de Hoje/MA, 18/09/88)*

149
Cafeteira ameaça professores

Depois de tumultuar o trânsito, perseguindo motoristas e aplicando multas injustas, o governador Epitácio Cafeteira resolveu investir agora contra a classe do magistério. Como se não bastasse o salário de fome que paga aos mestres da rede pública, o chefe do executivo se travestiu de fiscal de classe e ontem, pela manhã, de posse de uma caneta cortou o ponto de todos os professores do Centro de Ensino Gonçalves Dias que não se encontravam em sala de aula.

Acostumado a bajulações, o governador ficou muito irritado quando leu nas paredes da escola frases de protesto à atual política do governo que discrimina o ensino público, relegando a função do professor a plano secundário. Como prova da sua negligência para com a educação, Cafeteira pôde constatar com os próprios olhos o estado de lástima em que se encontra o "Gonçalves Dias".

Numa rápida reunião com professores e alunos, o chefe do governo ficou sabendo que até água de torneira está sendo vendida como se fosse mineral, na porta do colégio. Torneiras não existem. Dos sanitários exala terrível odor, o que compromete a aprendizagem dos estudantes em sala de aula. Cafeteira então apertou dirigentes e funcionários da unidade para saber do material de limpeza mas, para seu constrangimento, foi informado de que a escola jamais recebeu esse tipo de cuidado do governo.

A decepção do governador não terminou aí. Os alunos do curso de enfermagem disseram que, há bastante tempo, estão sem as mínimas condições de aprendizado, já que o laboratório para aulas práticas está simplesmente fechado, assim como a biblioteca. Apertado pelos mestres que exigiam salários mais justos, Cafeteira escorregou pela tangente, explicando que, no próximo reajuste, "será a vez de vocês". *(Jornal Pequeno/MA, 08/10/88)*

Mato Grosso

150
"Marajás" da educação do MT são demitidos

O governador de Mato Grosso, Carlos Bezerra, 47, decidiu demitir os seiscentos especialistas de educação nomeados, sem concurso, através da lei estadual 4563, de 24 de março de 83. Os especialistas são considerados os "marajás" da educação, por receberem salários que vão de Cz$ 15 mil a Cz$ 60 mil, enquanto a maioria dos mil professores da rede estadual recebe o piso de três salários mínimos. Ontem, os demitidos impetraram mandado de segurança contra a medida.

Segundo o governador, a lei anterior "é inconstitucional porque fere uma lei federal, que determina que a admissão de professores e especialistas de ensino será feita mediante concurso e provas de títulos". Dessa forma, "os marajás" da educação existiam apenas de fato, mas não de direito. Ontem mesmo o governador solicitou ao secretário da fazenda, Framarion Pinheiro, 42, que estude as formas legais de exigir dos beneficiados a devolução dos salários recebidos. *(Folha de S. Paulo/SP, 16/04/87)*

142
Educação tem novo titular

Com o compromisso de "complementar as diretrizes do programa de governo e valorizar fundamentalmente a escola pública", o advogado e professor universitário Jônathas Silva assumiu ontem a Secretaria da Educação, em solenidade realizada no Palácio das Esmeraldas. O governador Henrique Santillo assinou, num mesmo momento, os atos de exoneração do ex-titular da pasta, Tobias Alves e de posse a Jônathas. Este vai temporariamente acumular também a Secretaria da Justiça.

Professor da Faculdade de Direito da UFG, ex-professor de Filosofia do Lyceu de Goiânia, ex-membro do Conselho Estadual de Educação e tendo ocupado cargos na Universidade Católica, Jônathas Silva se considera apto a desempenhar um bom papel na área da educação. Ele foi convidado para o cargo ainda na noite de segunda-feira, quando ficou decidida a saída de Tobias Alves. O afastamento foi a pedido do próprio Tobias Alves, segundo o governador.

Muitos problemas — Ao contrário do que se pensava, Jônathas Silva será definitivamente o Secretário da Educação, deixando a pasta da Justiça tão logo seja indicado um nome pelo governador. Ele encontra uma secretaria atolada em problemas. As escolas estão sem condições físicas, sem material didático e de limpeza, os professores reclamam dos salários e a desorganização administrativa é grande.

O novo secretário já terá que enfrentar uma greve marcada para o próximo dia 13. E ao contrário de Tobias Alves, que não conseguiu apresentar propostas concretas para solução dos problemas, Jônathas Silva promete negociar. "Quem faz educação tem que fazer diálogo", afirma. Segundo o governador Henrique Santillo, Jônathas poderá administrar sem recursos, "usando a criatividade". *(O Popular/GO, 31/08/88)*

143
Criados conselhos da comunidade nas escolas

ducação, Jônathas Silva, esteve recentemente com representantes da Associação Comercial e Industrial de Goiás — Acieg —, das Lojas Maçônicas, Lyons, Rotary Clube, Academia Goiana de Letras e Ordem dos Advogados de Goiás, para discutir uma política de resgate da escola pública a ser colocada em prática com a participação de segmentos organizados da sociedade. A proposta apresentada pelo secretário e acatada por todos os presentes foi a de criação de Conselhos Comunitários nas Escolas Públicas, formados por representantes de alunos e de entidades da sociedade civil. Esses conselhos terão como função inspecionar as atividades desenvolvidas nas escolas, fazer sugestões, pressionar órgãos federais e estaduais para a liberação de recursos, discutir os problemas enfrentados pelo setor educacional e, principalmente, "ensinar a comunidade a amar a escola pública e a lutar por ela", conforme enfatizou o secretário. *(O Povo/GO, 19/09/88)*

144
Novo padrão de escola no estado

A Secretaria da Educação vai inaugurar no próximo dia 15 a primeira escola estadual totalmente construída nos moldes de um novo padrão que se pretende instalar no estado através do Subprograma Monhangara. A inauguração desta unidade contará com a presença do ministro da educação Hugo Napoleão.

Esta escola, construída na Vila Finsocial, deverá abrigar mil alunos de 1º grau. Seu custo será de aproximadamente Cz$ 50 milhões, cerca de 15% a 20% mais cara do que uma construção normal mas que, além de colocar o aluno em um estabelecimento feito com material de primeira qualidade vai evitar gastos no futuro com a conservação dos prédios, segundo a coordenadora do Monhangara em Goiás, Bernardina Carneiro Vieira. *(O Popular/GO, 06/12/88)*

Maranhão

145
Educação empossa nova comissão

O secretário da educação, João Martins Neto, empossou, ontem à tarde, os membros da Comissão de Reformulação de Currículos, do ensino regular e supletivo de 1º e 2º graus. A comissão é formada por representantes da própria Secretaria da Educação, Universidade Federal, Funtevê e Delegacia Estadual do Ministério da Educação.

A comissão terá um prazo de 90 dias para apresentar sua proposta de reformulação, conforme revelou a professora Anna Maria Goulart Souza, superintendente de Ensino da Secretaria. A principal preocupação do secretário é adequar o atual currículo à realidade do estado, tendo como princípio básico a qualidade do ensino. *(Diário do Norte/MA, 02/06/87)*

146
Entidade vai ter Cz$ 2 mi com convênio

A Secretaria de Educação assinou, ontem pela manhã, 19 convênios com entidades comunitárias de São Luís para a implantação e implementação de centro de produção nas zonas urbanas e periférica da cidade. A solenidade de assinatura foi presidida pela secretária-adjunta Maria de Lourdes da Costa Barroqueiro, representando o secretário João Martins.

Com este convênio foram repassados às entidades recursos da ordem de Cz$ 2.238.800,00, a serem aplicados na compra de material de consumo para o funcionamento dos centros que oferecem às comunidades cursos de serigrafia, corte e costura, bordado, tapeçaria e datilografia, entre outros.

"O importante na vida não é realizar mas tentar realizar, e é isto que o governador do estado tem feito sem medir esforços, procurando manter convênios com as entidades a fim de garantir a manutenção dos centros", afirmou Maria de Lourdes Barroqueiro, conclamando as entidades a empenharem-se na realização de seus ideais.

Linhas de ação — O repasse dos recursos foi feito dentro do Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes (Prodasec), criado em 1980 pelo Ministério da Educação e mantido por este órgão durante cinco anos, passando posteriormente para as secretarias estaduais de educação.

O programa, que tem uma área de abrangência restrita a São Luís, atua em três linhas de ação: Educação e Vida Comunitária, Educação e Cultura e

gamento de todos os professores, impedido apenas por causa da paralisação bancária. Tobias Alves falou também a respeito da eleição para diretores das escolas, quando o diretor é que deverá escolher sua equipe de trabalho no corpo da escola. Para isso, haverá brevemente uma reunião com representantes dos professores.

Quanto ao piso salarial dos professores, Tobias Alves falou que em início de agosto ele estará discutindo com os representantes dos professores para se chegar a um denominador comum para a negociação com todas as entidades ligadas à educação.

De acordo com o documento entregue pelos estudantes a Tobias Alves, eles questionaram a transformação do ensino científico em profissionalizante, sem oferecer a menor condição para tanto, retirando a autonomia das escolas, fazendo-a dependente do governo estadual, não oferecendo a menor condição de formação científica-cultural necessária. Outro enfoque dado foi quanto ao vício do ensino, que impede a visão crítica da sociedade, não dando condições de trabalho aos professores pela falta de recursos didáticos e salários baixos.

Finalizando este documento, os estudantes enumeram as deficiências encontradas: disciplinas dissociadas da realidade; falta de recursos mínimos como papel, carteiras, giz, material didático; cobrança de taxas; escolas autoritárias e a necessidade de uma estrutura como laboratórios, bibliotecas, quadras de esporte. *(O Popular/GO, 28/03/87)*

139
Alunos realizam protesto

Centenas de alunos da rede estadual de ensino em Anápolis, tendo à frente o representante do CPG, Paulo Brasil, promoveram na manhã de ontem uma ruidosa manifestação de protesto pelo atraso no pagamento dos salários dos professores vinculados às escolas mantidas pelo estado, e também pelas conseqüências que este fato vem provocando no desenvolvimento normal das atividades escolares programadas para este primeiro semestre.

O protesto foi realizado no saguão do Centro Administrativo, onde seria promovido encontro do secretário da educação, Tobias Alves, com os diretores das escolas da rede estadual para a discussão do atraso no pagamento, da situação dos professores que lecionam sob o regime de pró-labore e outras questões que estão afetando o funcionamento normal das unidades de ensino.

Os ânimos se exaltaram ainda mais depois que ficou confirmada a ausência do secretário da educação na reunião com os diretores das escolas. A partir deste momento, centenas de alunos ficaram circulando em volta do Centro Administrativo pedindo que o prefeito Adhemar Santillo os recebesse. O prefeito aceitou se reunir com uma comissão de alunos e professores, quando foi solicitada a sua interferência junto ao governo do estado para a imediata liberação da folha de pagamento dos professores. *(O Popular/GO, 01/04/87)*

140
Santo Antônio ainda sem aulas

As escolas públicas de Goiás, ao contrário do que ocorre no Distrito Federal, não estão em greve. No entanto, desde o dia 23 de abril a Escola Estadual de Santo Antônio do Descoberto, de 1º e 2º graus, não oferece aula a seus 950 alunos. E, por incrível que pareça, as professoras ali não estão de braços cruzados por motivos salariais. A razão é meramente política: querem a retirada da diretora Dina América da Silva, que segundo os grevistas, tem se utilizado do "apadrinhamento" do deputado estadual Walter José Rodrigues (PMDB-GO), para tomar atitudes autoritárias que comprometem o ambiente escolar.

Funcionárias da Secretaria de Educação de Goiás, as professoras da escola procuraram o secretário Tobias Alves em Goiânia para tomar providências quanto ao problema. Segundo elas, o secretário afirmou que não pode retirar a diretora, porque a questão é política, pois ela é apoiada por um deputado que não admite sua saída. "Trabalhamos por quatro meses sem receber um tostão do estado e não paramos de ensinar. Mas, agora, com essa diretora, não há condição nenhuma de trabalho", afirmou uma das professoras da escola, que preferiu não se identificar.

Segundo as professoras, a diretora Dina da Silva, que não tem formação universitária, utiliza seus poderes políticos para perseguir professores, envolvendo, inclusive, alunos e seus pais. Para provar o que denunciam, as professoras grevistas mostram vários documentos (até mesmo carta falsificada da diretora) e têm, ainda, um abaixo- assinado de pais e alunos, apoiando a retirada da diretora para o reinício das aulas. Além da comunidade escolar, o prefeito de Santo Antônio do Descoberto, Abdon Elias, a Câmara de Vereadores e a própria população, segundo informaram as professoras, pedem sua demissão imediata. *(Correio Braziliense/DF,08/05/87)*

141
Carência de professores

A maioria das escolas estaduais de Goiânia continuam com falta de professores, o que pode significar um prejuízo para o aluno durante este primeiro semestre, já que resta apenas mais um mês de aula para o seu término. Na Delegacia Metropolitana da Educação, Joana D'Arc de Meneses, chefe do sub-núcleo de administração, explica que a Secretaria da Educação proibiu a convocação de novos concursados.

Joana D'Arc diz que a secretaria pretende fazer um remanejamento do seu pessoal administrativo e aqueles que são contratados como professores terão que retornar às salas de aulas, a não ser que façam opção pela carreira administrativa. Neste caso, as vagas existentes atualmente seriam preenchidas com esse pessoal da área centralizada. Enquanto isso não acontecer as escolas continuarão sem professores.

Também tem faltado professor em função da baixa remuneração para os pró-labores. Esse regime de contratação provisória continua a existir na educação, para substituição de professores em licença. Acontece que os diretores das escolas não têm encontrado profissionais para esse tipo de contrato. *(O Popular/GO, 26/06/88)*

só que não troca a Ceilândia por nenhuma outra escola particular ou universidade: "Lá, consigo desenvolver um trabalho de acordo com a minha consciência", explica. *(O Estado de S. Paulo/SP, 20/11/88)*

135
Alunos reprovados terão nova chance em janeiro

Até a primeira quinzena de janeiro o Conselho de Educação do Distrito Federal deverá receber o pedido da Fundação Educacional para que se possa realizar uma recuperação especial para os alunos reprovados em até duas disciplinas. A notícia foi dada pela diretora-executiva da Fundação, Malva Oliveira, durante reunião com pais, professores e representantes de várias entidades na Escola Classe 46, no Setor P Sul da Ceilândia. O maior entrave para a concretização desta recuperação são dois pareceres do Conselho que, anulando o artigo 47 do regimento das escolas, elimina este recurso extra para a aprovação dos alunos.

O pedido de recuperação extra durante fevereiro, inicialmente feito na Ceilândia, espalhou-se pelas outras satélites devido aos altos índices de reprovação na rede oficial. Estimativas dão conta que o índice ficaria em 35%, mas até o próximo dia 12 todas as regionais da Fundação deverão fazer o mapeamento completo da situação, que servirá de subsídio para o encaminhamento do pedido ao Conselho. Mas estatísticas não oficiais mostram que na Ceilândia, uma das áreas mais atingidas, a repetência pode ficar entre 45% e 50%.

Um dos pontos mais debatidos com os pais no Setor P Sul foi o limite de duas disciplinas. Os pais acham que o número é pouco, mas a diretora Malva Oliveira explicou que o limite foi estabelecido após uma avaliação técnica e que 70% dos alunos reprovados só obtiveram notas ruins em até duas disciplinas. A partir de 9 de fevereiro, quando retornam às escolas, os professores terão reuniões para avaliar o ano letivo e definir o calendário, a forma e os alunos que farão a recuperação. *(Correio Braziliense/DF, 31/12/88)*

Goiás

136
Educação faz programa para atuar melhor

Termina hoje, no Centro de Ensino Supletivo, no Setor Universitário, o 1º Encontro de Dirigentes da Educação, que reuniu durante dois dias, mais de 150 pessoas, entre delegados de ensino, diretores de unidades escolares, coordenadores, superintendentes de ensino e chefes de divisão da Secretaria da Educação. O objetivo fundamental do encontro foi o de avaliar o desempenho da Secretaria em 86 e apresentar aos dirigentes da educação o programa de ação do governo para esse setor em 87.

De acordo com o programa da Secretaria da Educação para esse ano, apresentado ontem pela professora Ana Cristina Kratz, da Comissão de Planejamento, o Tesouro Estadual gastará 25,4% do seu orçamento global com a educação em 87, ou seja, Cz$ 3 bilhões e 413 milhões. Desses recursos, Cz$ 2 bilhões serão destinados à quitação das folhas de pagamento, Cz$ 413 milhões para gastos de manutenção e Cz$ 1 bilhão ainda terá sua aplicação planejada pelo próximo governo.

A Secretaria da Educação contará ainda com Cz$ 253 milhões originários do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e de vários órgãos do Ministério da Educação, para aplicação em diferentes níveis e modalidades de ensino, exceto no 3º grau. De acordo com a professora Ana Cristina Kratz, embora os recursos do Tesouro Estadual se destinem ao ensino em todos os níveis (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus), o mais privilegiado será o 1º grau, que receberá cerca de 70% de todas as verbas. *(O Popular/GO, 20/01/87)*

137
Escolas advertidas

A superintendente de assuntos educacionais da Secretaria da Educação, professora Margarida Maria Jesus Monteiro, está encaminhando ofício a todas as escolas da rede estadual, advertindo aos diretores de que nenhum aluno pode ser proibido de freqüentar aulas por falta de uniforme ou de material escolar. De acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria, a medida se tornou necessária porque em algumas escolas os diretores estavam sendo excessivamente rígidos, o que poderia causar sérios prejuízos aos alunos carentes, cujos pais não podem cumprir de imediato todas as exigências das escolas. *(O Popular/GO, 21/02/87)*

138
Alunos reivindicam um melhor ensino público

Centenas de estudantes de diversas escolas de Goiânia fizeram ontem, pela manhã, uma manifestação em comemoração à passagem do Dia Nacional do Estudante Secundarista. A passeata percorreu a Av. Goiás indo até o Centro Administrativo, onde foram recebidos pelo secretário da Educação, Tobias Alves. Da passeata, além dos estudantes e suas entidades representativas, alguns professores também participaram da entrega de um documento ao secretário da educação, contendo as principais reivindicações do setor educacional.

Dentre as reivindicações contidas neste documento entregue a Tobias Alves estão: participação de alunos, pais e professores na condução do ensino; melhorias nos equipamentos e materiais de laboratório das escolas; que o ensino de 2º grau seja levado também até a periferia das cidades e por fim, que "não seja feita apenas uma maquilagem na educação em Goiás, mas que se modifique o quadro de dificuldades dos corpos docente e discente".

Em seu pronunciamento, o secretário Tobias Alves lembrou as dificuldades encontradas durante os 20 anos de ditadura e acrescentou que "é intenção do governador Henrique Santillo o resgate da credibilidade do ensino público e das escolas, para isso devemos observar tanto o lado dos professores quanto o das escolas".

O secretário da educação falou ainda da diretriz do governo Henrique Santillo de não se fazer despesa nenhuma antes de pagar o funcionalismo público e anunciou também o pa-

A história — No início do ano letivo, Vicente, que é professor de Português do curso secundário e doutor em lingüística, apresentou-se à direção da Escola Classe 16, da Ceilândia (cidade-satélite mais populosa do DF), pedindo para trabalhar com crianças que apresentassem dificuldade de aprendizado. Foi muito bem acolhido na escola (de 1.583 alunos) e lecionava para 33 crianças com atrasos no processo de alfabetização.

Francisco ganhou sua turma de alunos-problema, crianças com idade entre 8 e 11 anos, três anos de escolaridade e alfabetização incompleta. Logo nas primeiras semanas de trabalho, no entanto, começaram os problemas do professor com a direção da escola. "Ele praticava o castigo físico como correção pedagógica, o que é expressamente proibido nos nossos regulamentos", garante a diretora Rosemeire Aquino Pessoa.

Como houve oposição da escola à sua metodologia, Vicente, segundo a diretora, promoveu uma reunião de pais para pedir autorização escrita para os castigos físicos aos rebeldes. Só cinco pais foram à reunião. Paciente, o professor procurou todas as famílias de seus alunos, para obter autorização. Apenas quatro dos 33 pais procurados negaram-lhe o consentimento para os castigos. Com esse respaldo o professor, mesmo contra a direção da escola, pôs em prática sua rígida disciplina, que incluía o velho castigo dos joelhos no grão de milho e "ordem única" para as movimentações fora de sala, quando, manuseando uma régua, o mestre indicava caminhos e direções.

Arca de Noé — A disciplina em sala foi conseguida. Em seguida o professor decidiu rebelar-se também contra o conteúdo do currículo escolar. Segundo a diretora, nesses seis meses de trabalho Francisco só ensinou Português, usando apenas os poemas do livro Arca de Noé, de Vinícius de Moraes. "Nas três horas diárias de aula as crianças só escreviam e decoravam os poemas. Não houve progresso escolar", garante Rosemeire.

A metodologia especial de Vicente era inteiramente aprovada pelos pais e as crianças, que cobram a volta do professor, afastado há 15 dias. "Com ele não tinha problema nenhum. Qual pai não castiga um filho malcriado?", indaga Antônia Machado, 38 anos, mãe de Robson (oito anos). Ontem ela procurou Rosemeire para reclamar das mudanças e ameaçar: "Se as coisas continuarem assim tiro meu filho da escola". *(O Estado de S. Paulo/SP, 19/10/88)*

133
Professor violento só ficará suspenso

O professor Vicente Pereira, de 45 anos, que aplicava castigos corporais para alfabetizar maus alunos na Escola Classe 14, em Ceilândia, a 38 quilômetros do Plano Piloto de Brasília, foi punido pela Fundação Educacional do Distrito Federal com dez dias de suspensão. Passado o período, Vicente voltará a lecionar língua portuguesa para alunos de 2º grau, decepcionando 32 dos pais de alunos-problema, que desejavam a volta do professor à moda antiga. A Fundação vai enviar cópia de seu parecer ao Ministério Público, pois Vicente infringiu o artigo 136 do Código Penal, que trata do uso indevido de meios de correção no processo educacional. *(O Globo/RJ, 18/11/88)*

134
Alunos pobres aprendem filosofia e línguas no DF

De barriga vazia também é possível assimilar conhecimento. Quem prova isso é o professor José Henrique da Conceição, carioca, 29 anos, que há dois anos ensina filosofia, inglês, francês, alemão, japonês e até russo para os estudantes carentes da Ceilândia, a cidade satélite mais pobre de Brasília. Oficialmente, Henrique é contratado pela Fundação Educacional do Distrito Federal para dar aulas de português, mas usa uma sala empoeirada do Centro Educacional 4, na Ceilândia, para as atividades extracurriculares.

"É possível aprender mesmo sendo desnutrido como nós", garante o estudante do segundo ano do 2º grau, Ismail de Souza Carvalho Neto, que abandonou a contragosto da família o emprego de faxineiro para estudar inglês e filosofia com o professor Henrique. "Me chamaram de vagabundo e marginal, mas em seis meses dominei o inglês", conta, orgulhoso, Ismail, que está concorrendo a bolsa de estudos na Inglaterra, em fase eliminatória; deixou muitos concorrentes de poder aquisitivo para trás.

O método de ensino do professor Henrique procura transformar o aluno em um autodidata, rompendo a dependência do professor. Além disso, Henrique não se submete ao nível cultural dos estudantes para dar suas aulas. Ele usa um vocabulário que muitos não entendem para explicar as correntes filosóficas e os textos em língua estrangeira.

Para o ensino de línguas, o professor usa livros de uma editora portuguesa, que orienta o aluno a estudar sozinho. Mas para as aulas de japonês, Henrique recorre ao método Orestes Vaccari — a mesma técnica de ensino da língua adotada nos Estados Unidos pelo Pentágono, segundo o próprio professor. "A dificuldade é conseguir xerox do material porque na escola da Ceilândia só existe mimeógrafo a álcool", lembra José Henrique.

O professor não cobra um centavo pelas horas extras na escola ou na casa de algum aluno onde ensina filosofia e línguas. Ele quer prescrever aos estudantes o remédio contra a fabricação do menor marginal. Órfão, Henrique foi criado por estrangeiros no Brasil e descobriu "no conhecimento o antídoto, quando ainda era criança", conta.

O professor — José Henrique da Conceição já passou por muitos bancos de universidade. É formado em Letras, Filosofia e Tradução pelas Universidades Federais do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte e Brasília. E não parou aí: sempre que sabia de algum curso de extensão com um professor interessante, dentro de sua área de formação, abandonava tudo para se matricular. Henrique sobrevivia dando aulas particulares.

Pelas 40 horas semanais que dedica à Fundação Educacional, o carioca, solteiro, que vive só em Brasília em uma pequena casa na Ceilândia, calcula que vai ganhar este mês cerca de Cz$ 400 mil. Com a formação que tem, Henrique poderia ganhar muito mais,

Debandada — Ávila acredita que o espaço físico estaria sendo mal utilizado, encontrando indicativo para sua afirmação no número de vagas ociosas. "Ninguém procura mais o ensino público devido à baixa qualidade". Na pesquisa, o número de matrículas aumentou 16 mil 458, em 1988, em relação ao verificado no ano passado. Se a situação parece se reverter, houve, em algum período de tempo uma "debandada" na rede oficial, que culminou, há três anos, com 1 mil e 400 salas de aula desvirtuadas de sua real função. Isto, em um universo de aproximadamente, 4 mil e 500 locais.

Fenapa culpa modelo — As próprias instituições governamentais colaboraram para que a rede educacional, principalmente a pública, entrasse em crise. Para o presidente da Federação Nacional das Associações de Pais (Fenapa), Luis Cassemiro, o sistema de ensino colhe agora os frutos de uma política elaborada em benefício das entidades privadas, que lucram com a venda de um produto com mercado garantido: a educação pré-vestibular. Cassemiro acredita que os conselhos de educação participaram ativamente desse "ato deliberado".

O processo, segundo narra o presidente da Federação, teve início com a comercialização do ensino, oferecido como produto a classes privilegiadas. O passo seguinte seria a proibição do estudo acadêmico nos estabelecimentos públicos, através de decretos incentivando a educação profissionalizante de 2º grau. Era o caminho para a elitização da universidade. A colocação de proprietários de empresas de ensino em órgãos normativos e legislativos do mesmo setor teria facilitado a execução proposta. *(Massimo Manzolillo, Correio Braziliense/DF, 21/06/88)*

130
Escolas serão construídas por cogestão

Poderão ser construídas ainda este ano as duas primeiras escolas pelo sistema de cogestão no Distrito Federal. O presidente da Fenapa, Luis Cassemiro, disse, ontem, que as unidades deverão ser implantadas no Lago Norte e no Gama. Ele esteve reunido com o governador interino, Guy de Almeida, e com o consultor jurídico do GDF, Geraldo Guedes, para encontrar uma fórmula de viabilizar juridicamente o projeto.

Estudo realizado em outubro do ano passado pela Fenapa mostrou que a escola pelo sistema de cogestão é viável. "Uma escola deste tipo, com alimentação e tempo integral, custaria aos pais cerca de 25% do custo de uma escola particular de meio período", disse Luis Cassemiro.

A idéia de se construir escolas pelo sistema de co-gestão surgiu devido à escola particular atual estar "péssima e ruim" e à "crise do ensino público". O presidente da Fenapa afirmou que o ensino particular não consegue mais preparar os alunos para o vestibular. "No vestibular do Maranhão, o nível de aprovação foi zero. Na Universidade de Brasília, sobraram 42 vagas no último vestibular." *(Jornal de Brasília/DF, 29/06/88)*

131
Sem merenda, pouco aluno

A falta de merenda escolar nas 106 das 410 escolas públicas do Distrito Federal não está afetando os alunos matriculados no Plano Piloto. Embora nas cidades-satélites isto já tenha provocado uma queda de 50% na freqüência, nos estabelecimentos das Asas Sul e Norte as crianças continuam a ter o lanche, financiado em sua maior parte com recursos das Associações de Pais e Mestres.

A freqüência a estas escolas é regular, formada em sua maioria por crianças de classe média, que é mais exigente e até rejeita o lanche fornecido pela Fundação de Assistência ao Estudante (FAE). Os ingredientes básicos fornecidos pela FAE, como farinha de trigo, açúcar, arroz e frango, são transformados em tortas, bolos e doces, de maior aceitação entre os alunos.

Rejeição — Ao contrário das crianças das satélites, para quem o lanche é às vezes a única refeição do dia, no Plano Piloto os cardápios que constem de arroz e feijão, macarronada, entre outros, são dispensados. "As crianças preferem uma refeição mais leve", conta a diretora da Escola Classe 106 Norte, Gilka Silva.

Em outra escola, a da 204 Sul, foram gastos, só ontem, Cz$ 13 mil dos recursos da APM para que se pudesse servir biscoito com suco de caju. "Aqui para servir um arroz temos que incrementá-lo com carne moída, cheiro verde, se não os alunos não aceitam", conta uma representante da direção.

Mas há quem queira simplesmente acabar com a merenda em algumas escolas do Plano, por achar que os alunos não precisam dela. Aí se enquadra o diretor da Escola Polivalente, Francisco Afonso de Castro. Há duas semanas ele pediu o cancelamento da merenda para sua escola. "Isto não tem sentido. A maioria dos alunos daqui é de classe média e até rejeita este tipo de lanche. Eles preferem comprar salgadinhos na porta do colégio", conta. O diretor lembra do dia em que os biscoitos viraram arma numa de suas turmas. "Eles jovagam biscoitos nos outros, simplesmente por que não gostaram do sabor".

Francisco acha um desperdício que o governo gaste recursos com escolas do porte da sua em detrimento de outras localizadas na periferia. "Nossos alunos são bem nutridos, têm pais que até reclamam dos filhos chegarem em casa sem apetite para o almoço", diz. *(Jornal de Brasília/DF, 02/09/88)*

132
Professor castiga seus alunos à moda antiga

Um professor, que deixava os maus alunos de joelhos em grãos de milho e alfabetizava usando apenas versos de Vinícius de Morais, provoca uma verdadeira guerra entre a direção da escola, que o afastou da classe, e os pais dos alunos, que aprovam inteiramente seus métodos educacionais e pedem sua volta com abaixo-assinado. Dividida entre a versão "médico" e a versão "monstro" do professor Vicente Pereira, de 45 anos, a secretária de educação do Distrito Federal, Josefina Baiocchi, decidiu indicar duas comissões para esclarecer o caso.

"Castigo físico é grave, mas um abaixo-assinado, feito por 25 pais de uma turma de 33 alunos, é uma defesa forte. Precisamos analisar muito bem essa história" — argumenta Josefina.

sido reprovadas, se ainda fosse o sistema tradicional. *(Renan Antunes de Oliveira, Jornal de Brasília/DF, 02/04/88)*

128
Rock e dança. É a greve de alunos

Ao som alto de músicas revoltosas do grupo de rock Titãs, junto com forró e até samba, os estudantes do Centro Educacional nº 6 do Setor P Sul, na Ceilândia, reuniram-se em frente à escola e trocaram os livros por palavras de ordem e passos de dança. Apesar da volta dos professores ao trabalho depois da greve, a instituição continuou exatamente como nos últimos dias sem aula. Desta vez, no entanto, o movimento é organizado pelos próprios alunos, que asseguram não ter condições de freqüentar um colégio onde falta material e professores, e com instalações físicas precárias.

O movimento começou, na realidade, na quarta-feira. Porém, como nesse dia os professores ainda estavam em greve, só ontem os estudantes mostraram realmente sua força. De manhã, eles receberam um comunicado do diretor do Complexo Escolar B (a que a escola é vinculada), Nadir Gomes Nunes, de que um engenheiro da Fundação Educacional iria fazer um levantamento das providências a serem tomadas.

Conselho — Os estudantes receberam, também do Complexo B, o "conselho" de que não deveriam misturar as reivindicações quanto à melhoria de condições físicas da escola, com a volta de dois professores que foram exonerados durante a greve. "Acontece que não estamos misturando nada. Queremos um ensino melhor. E esses dois professores lutavam por isso, junto com a gente", frisou um dos organizadores do movimento, o aluno Francisco Sampaio.

A alegada disposição da diretoria do Complexo B para resolver o problema rapidamente não demoveu os alunos. Eles continuam unidos na disposição de voltar às salas de aula apenas quando virem o material de que precisam na escola, principalmente papel, tinta e lâmpadas. Querem também que a Fundação Educacional arrume os banheiros dos estudantes onde as paredes estão danificadas e os vasos e as pias não funcionam.

Adesão — "Fazer greve é ficar dentro de casa? Não. É fazer manifestação na porta do colégio", gritava a estudante do 3º ano, Ellelzani de Souza. Uma das líderes do movimento, ela conclamava aos estudantes para não se dispersarem e que se reunissem para levar a greve às outras escolas da Ceilândia que enfrentam situações semelhantes ou piores.

Para ela, a adesão dos outros estudantes pode levar a Fundação Educacional a olhar com maior dedicação aquelas escolas onde, garante, "educação tornou-se um sacrifício de alunos e professores", e não um serviço obrigatório do governo. "Até onde a gente podia esperar, nós esperamos. Agora simplesmente não dá mais", comentou a estudante.

Ela assegura que o movimento não surgiu da direção ou de professores, mas partiu dos alunos, através do grêmio estudantil, que freqüentemente se reunia enquanto os professores estavam em greve. "Não queremos envolvimento dos professores, para depois não virem alegar que nosso movimento é encabeçado por eles", disse Ellelzani.

Diretoria — A diretora do Centro Educacional nº 6, Marilda Rodrigues Moreira, informou que acionou o sinal de início das aulas como de costume, às 7h30. Os professores estavam todos na escola, retornando dos 22 dias de greve, mas não tiveram a quem lecionar. Os alunos já estavam reunidos na porta da escola e não chegaram nem a entrar.

Ela acredita que a Fundação Educacional está tomando as providências necessárias para minimizar os problemas enfrentados. Mas lembra que no início de abril os estudantes se reuniram com o secretário da Fundação, Fabio Bruno, reivindicando essas medidas que, apesar de prometidas, ainda não foram realizadas.

Sem querer envolvimento com a greve dos estudantes, ela reconhece, porém, que eles estão "cobertos de razão". Afirma que a escola está com instalações físicas precárias e a falta de material é uma constante. *(Nara Ferreira, Correio Braziliense/DF, 06/05/88)*

129
A educação no fundo do poço

Professores, alunos e órgãos do governo ainda buscam respostas para a crise inercial do ensino. Há 20 anos o sistema educacional do Distrito Federal — assim como em todo o país — apresenta indicativos de falência. Mas as respostas para as causas ainda não chegaram. Muitos ganham com este atraso. É o caso da rede privada, que lucra com a rebarba de uma política governamental mal-traçada, que expulsa as classes de melhor condição financeira. Na base da pirâmide, os menos privilegiados, como antes e sempre, continuam sem opção: é pegar ou largar. Nem mesmo os órgãos gerenciais como a Fundação Educacional sabem dizer, ao certo, qual a real situação da escola pública. A identificação da origem do problema parece mudar a cada ano: já foi o aluno, o professor, o administrador, o desvio de verbas e a falta de interesse do estado. Agora, são todos juntos. Mesmo sem resposta, o debate permanece e o sistema educacional ainda espera uma solução e a reversão do processo de decadência.

Sucata — Um estudo aprofundado da Codeplan indica que, em 1985, 205 salas de aula estariam abrigando sucatas do próprio órgão. Esse número representava 5% dos locais disponíveis à época, ou praticamente sete escolas com 30 salas cada. Segundo o Conselho de Educação, que examinou todos os levantamentos na área do ensino elaborado no âmbito do GDF, se o governo dizia haver um déficit com relação ao espaço dedicado à teoria nas escolas, por que um desperdício dessa natureza?!

No caso, estaria havendo uma comprovada evasão das classes média e alta em busca do ensino privado, considerado de melhor qualidade e direcionado ao vestibular. E para as comunidades carentes, o abandono encontraria justificativa na falta de interesse pela educação acadêmica. Para o presidente da Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão, João Ávila, a situação estaria persistindo. As estatísticas governamentais, no entanto, indicam o contrário. Dados da FEDF apontam um aumento na taxa de matrícula.

áreas urbanas e rurais do DF, apesar das péssimas condições destas unidades de ensino. Além das escolas de lata, que apresentam problemas de saneamento e segurança, a Fundação Educacional pretende reformar outras 62, consideradas "em condições físicas precárias", de acordo com levantamento feito em dezembro passado. A situação do ensino público de 1º grau do DF não é diferente da de outros estados: são poucos os recursos e as escolas sofrem a falta de reformas, a evasão e a repetência ainda registram números altos. O nível de evasão na 8ª série chega a 19,5% e a repetência a 27%.

De acordo com dados da Fundação, a rede pública de ensino básico é responsável por quase 80% das matrículas na capital. São 430 escolas, 16 mil professores e 350 mil alunos. Este ano a FEDF gastou Cz$ 5,8 bilhões para manter o sistema, dos quais 90% com a folha de pagamentos.

Para a manutenção das escolas sobraram apenas Cz$ 105 milhões, gastos com o pagamento de contas de água, luz, papel, material de limpeza, entre outros, informou José Quintas. *(Correio Braziliense/DF, 21/10/87)*

125
Escolas de lata permanecem

As escolas de lata vão continuar funcionando até abril, apesar de o governador José Aparecido ter determinado a sua extinção há três meses. A informação é do secretário de educação, Fábio Bruno, que responsabilizou as empreiteiras vencedoras da licitação das obras de substituição das escolas de lata por outras pré-moldadas. Essas empresas, segundo Fábio Bruno, não estão cumprindo o cronograma das obras, atrasando a construção de escolas pré-moldadas na Candangolândia, Gama, no acampamento da DVO e no assentamento populacional da Fundação Zoobotânica. *(Jornal de Brasília/DF, 29/01/88)*

126
Ensino especial é exceção na FEDF

Ao contrário do ensino regular na rede da FEDF, onde se verifica déficit de salas de aula, o ensino especial iniciou o ano letivo em clima de muita tranqüilidade. A estimativa de atendimento exclusivo é de 3 mil 595 alunos, distribuídos pelo plano piloto, cidades-satélites e zona rural. Esse número, se comparado ao do ano passado, representa um crescimento de 30%, que pode ser considerado expressivo, dadas as características do atendimento prestado a deficientes auditivos, visuais, mentais (educáveis e treináveis), portadores de deficiências múltiplas e superdotados.

Mas a tranqüilidade desta volta às aulas não se deve apenas ao crescimento estatístico do ensino especial, possibilitando o atendimento da demanda existente. Qualitativamente, o ensino vem experimentando consideráveis avanços desde que optou por descentralizar o antendimento psicopedagógico às crianças provenientes do ensino regular, aglutinando no menor número possível de escolas as classe especiais para deficientes mentais. Desta forma, criou-se mais espaço para os portadores de deficiências e obteve-se um melhor acompanhamento do trabalho.

Paralelamente à execução dessa nova política, estão asseguradas para este ano duas conquistas importantíssimas a construção do Centro de Ensino Especial do Gama, projetado para atender às necessidades da clientela local e das cidades do Entorno, e a concessão do passe-livre em ônibus para os portadores de deficiência, possibilitando amplo desenvolvimento das atividades curriculares, na medida em que facilita o deslocamento das familias de baixa renda.

Para a professora Rachide Conceição Safe de Matos, diretora do Ensino Especial da FEDF, as conquistas são importantes não só por contribuirem com a melhoria do ensino no DF, mas também porque surgem num momento economicamente difícil para a educação e para o país. *(Correio Braziliense/DF, 07/03/88)*

127
Fracassa no DF o Ciclo Básico de Alfabetização

Fracassou a experiência brasiliense do Ciclo Básico de Alfabetização (CBA), a nova pedagogia implantada em 86, nas 450 escolas da rede pública de ensino da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), para os alunos das três primeiras séries do 1º grau.

No primeiro ano de desenvolvimento da experiência os técnicos da Direção de Ensino Regular (DER) da FEDF constataram que a evasão na 1ª série aumentou de 4,5% (em 85) para 7,3% (86) — conforme dados estatísticos levantados pela Coordenação de Planejamento (Coplan), da Fundação.

Pior ainda: uma amostragem em 82 escolas (64 da zona urbana e 18 da rural) revelou que o CBA só foi implantado em 28% da rede (no primeiro ano) e que chegou, até agora, a 39% das escolas.

Estas conclusões estão no primeiro relatório de avaliação do CBA, produzido pela DER, órgão da Direção Geral de Pedagogia da Fundação, e distribuído durante a última semana para cerca de 600 professores no primeiro seminário de avaliação do sistema.

Relatório — Longos trechos do relatório com conclusões negativas foram omitidos pela Fundação na divulgação feita. A amostragem nas 82 escolas apontou como causa do fracasso "a falta de divulgação do novo método entre professores, pais e alunos, aliada à falta de recursos para a aplicação prática da nova filosofia". Diz o documento que há enorme carência em relação aos problemas básicos de ordem técnica e operacional do CBA. Há falta de professores alfabetizadores com jornada de 40 horas e até falta de sala de aula para turnos de recuperação.

Os técnicos que elaboraram o documento afirmam que o fracasso é relativo, pois não se poderia esperar que as coisas melhorassem de uma só vez e no primeiro ano (86). Mas está muito atrasado.

Para que as coisas melhorem o DER recomendou (durante o seminário, realizado na Upes) uma avaliação continua, permanente e abrangente do sistema educacional, além de treinamento constante dos professores.

Números do relatório — Dos 46 mil 723 alunos matriculados na 1ª série do 1º grau em 86 (os dados de 87 ainda não foram coletados) a evasão (número dos que não completaram o ano letivo) foi de 3 mil 411, igual a 7,3%.

Como o sistema é aquele que não prevê a reprovação, não se sabe qual o percentual das crianças que teriam

do estado será uma oportunidade de conseguir mais um emprego, ou um bico, para reforçar a renda mensal. A remuneração baixa no magistério público será mais uma parcela no magro orçamento: eles pretendem manter o emprego que já têm. *(O Globo/RJ, 23/01/88)*

194
Convênios municipalizam 1º grau

O secretário estadual de educação, Carlos Alberto Direito, assinou ontem convênios com prefeituras do interior para a implantação do Programa de Municipalização do Ensino de 1º grau (Promurj). Já foram assinados 11 convênios e a meta é atingir pelo menos 16 municípios. Segundo a secretária operacional do Promurj, Sílvia Regina Nigromonte, o projeto tem por objetivo transferir para a administração municipal as escolas do estado situadas na área rural, "descentralizando e criando condições concretas para que seja atendida com maior rapidez a desejada municipalização da escolaridade obrigatória".

Presidido pelo secretário de educação, o Promurj repassará recursos para o melhor funcionamento do sistema de ensino, aumentanto a capacidade de atendimento, sobretudo no campo, onde mais de 300 escolas serão envolvidas no programa. "A transferência das escolas estaduais para a rede municipal vai gerar uma melhoria na qualidade do ensino no interior do estado. As prefeituras estão mais aptas para administrarem as unidades educacionais, por estarem mais próximas dos anseios da comunidade, descentralizando as ações do governo", disse a secretária.

O Promurj tem o objetivo de transferir para os municípios alguns encargos, como a aquisição e distribuição da merenda escolar; a conservação e manutenção da rede física; a aquisição de equipamentos e materiais de consumo para as escolas; e a criação de comissões municipais de educação.

A secretária do Promurj esclareceu que o estado dará assistência financeira que respalde e favoreça a execução do programa pelas administrações locais. Serão utilizados mecanismos de equalização, que atenuem as profundas diferenças entre os municípios. *(O Globo/RJ, 26/02/88)*

195
Professora tem visão idílica da profissão

Meiga e dócil, ela não contesta ordem superior, não tem idéias próprias, é preconceituosa e repressora — principalmente com as meninas. Vem da classe média baixa ou das camadas populares, depende economicamente de um homem — marido ou pai — e tem de sua profissão uma visão ora idílica, ora ingênua. Ela é a professora primária da escola pública do estado do Rio.

Para desenhar este perfil, Lia Faria, ex-professora primária sem nenhum destes traços, vem observando e ouvindo colegas desde 1979. Petista da corrente "light" (foi candidata à prefeitura de Nova Friburgo), militante do movimento docente, responsável pela parte pedagógica dos Cieps (Centros Integrados de Educação Pública) desde sua criação, Lia afirma que esta professora, "cujo perfil corresponde ao da mulher brasileira", tolhe a criança, torna a escola um local desagradável e o aprendizado mais difícil.

"Por que você é professora primária?". Esta foi a primeira de uma longa série de questões apresentadas por Lia Faria a centenas de professoras. Como resposta, ela conseguiu apenas duas variantes: "porque é um trabalho de meio expediente, o que me permite cuidar da família" e "porque é um emprego de quatro horas, o que me permite estudar e melhorar de vida".

Aliás, observa Lia, quem "melhora de vida", isto é, termina uma universidade, foge do primário em busca de liberdade econômica e social e de status. Ela lembra que, no Brasil, dar aulas nas primeiras séries é trabalho para a mulher, "tratada como cidadã de segunda classe". A saída para ela, é uma só: a profissão tem de ser vista como "de homem", isto é, ser aceita e respeitada.

Pelos questionários que aplicou às colegas, Lia concluiu que pouquíssimas têm consciência de que "a escola é contraditoriamente reprodutora dos valores da sociedade e transformadora". Para a maioria, a escola é uma instituição solta no ar e vai, sozinha, mudar a sociedade: para as outras, é a única oportunidade de "salvação" do aluno pobre e mal alimentado. "O fato é que umas e outras", comenta a pesquisadora, "atribuem à escola um poder que ela não tem".

A professora, de acordo com o levantamento, não avalia seu trabalho e só está interessada em descobrir o que o aluno não sabe. As crianças consideradas rebeldes são tratadas com autoridade e repressão e, se não se transformam em "boazinhas", são colocadas em turmas especiais. Os preconceitos são muitos, até porque "a professora primária usa o discurso do homem".

"Para começar", diz, "ela divide as tarefas na sala de aula: à menina cabe limpar a carteira, varrer a sala, escrever no quadro. O menino tem chances de tornar-se líder e a ele cabem as atividades externas, como dar recados". À pergunta sobre como ela lida com a sexualidade dos alunos, 90% disseram não estar preparadas, ter vergonha ou, simplesmente, que não enfrentam.

À pergunta "sente-se realizada?", 80% responderam: "não". "Elas se sentem frustradas devido ao alto índice de repetência", diz Lia Faria, "e jogam a culpa no próprio aluno e nas mães dessas crianças. Elas não questionam seu trabalho, não têm uma visão crítica da escola". Assim, não trabalham em sala de aula de forma a desenvolver o raciocínio crítico do aluno.

Apesar de seu trabalho ter traçado esse perfil da professora primária da escola pública do estado do Rio, Lia Faria acha que, a partir do movimento grevista de 1979, liderado pelo CEP (Centro de Professores do Rio de Janeiro), "muitas professoras iniciaram seu processo de libertação". Hoje, segundo ela, já existe, praticamente em cada escola, pelo menos uma professora que questiona a instituição. "Há uma minoria", constata, "que começa a trilhar o caminho da libertação e sabe que isso só é possível através da organização". *(Regis Farr, Jornal do Brasil/RJ, 10/04/88)*

196
Roubo de merenda escolar aumenta e apavora comunidade

O roubo de merenda escolar está aumentando na Baixada e obrigando as diretoras dos colégios estaduais e municipais a tomarem medidas que evitem ou dificultem a atuação de assaltantes.

Várias escolas estão com grades nas janelas e portas. No Colégio Estadual Santo Elias, em Mesquita, a solução encontrada foi retirar as vidraças e substituí-las por tijolos vazados.

O roubo, segundo policiais da 64ª DP (São João de Meriti) acontece em função da crise financeira e é feito pela própria comunidade próxima à escola. O vandalismo também contribui para aumentar o problema. Grupos, ao saírem dos bailes, apedrejam as janelas das escolas. A maioria agora possui tela de proteção, de arame, e os muros são cada vez maiores, para dificultar o acesso de marginais. "Roubar uma escola é fácil", diz L.C.A., de 15 anos morador em Nilópolis. "De noite fica tudo abandonado. Eu mesmo já entrei em muitos colégios e levei açúcar. Mas a porta já estava aberta".

A escola que mais sofre com a ação de vândalos e ladrões, na Baixada, é a Estadual Maurício Brun, no bairro de Éden, em São João de Meriti. Embora tenha muros altos e portões de ferro, ela está praticamente destruída e funciona em precárias condições. No período de dois anos assaltantes já levaram, liquidificadores, ventiladores, panelas, talheres, copos, papel, todos os alimentos da merenda, baldes, pratos, móveis e até bicas. Pias e vasos foram arrancados das paredes.

A despensa da escola está vazia e os vidros das janelas quebrados. Grades foram colocadas nas vidraças da cozinha e copa, mas não adiantam. Professores e alunos estudam em clima de medo, porque mesmo de dia ela já foi invadida por marginais. A secretária da escola, Rosileide Maria Ribeiro da Costa, diz, desanimada, que até os documentos da escola, carteirinhas dos alunos e papéis ofício foram queimados pelos malfeitores. "Já não sabemos a quem apelar para terminar com isso", comenta.

Como não podem levar material pesado como o "freezer" e a geladeira da escola, os ladrões urinam e defecam em seu interior. "Quando chegamos aqui, na segunda-feira, é um mau-cheiro horrível. Até palavrões eles escrevem na parede, com *sprays*. Agora colocamos um vigia. Vamos ver se funciona". *(Arcírio Gouvêa, Última Hora/RJ, 13/09/88)*

197
Está imprestável parte do estoque guardado há anos

Parte da enorme quantidade de material que a Secretaria Estadual de Educação mantém estocada, em alguns casos, há mais de quatro anos, começou a ser distribuída a escolas do estado. Milhares de livros, carteiras e utensílios, muitos deles deteriorados, estão guardados em cinco depósitos, quatro dos quais serão desativados. O secretário Raphael de Almeida Magalhães extinguiu o sistema de distribuição centralizada para implantar, a partir do ano que vem, novo sistema, descentralizado, em que as próprias escolas relacionarão e comprarão seu material.

A extensa lista organizada pela secretaria inclui quase 60 mil livros, 39 mil cadernos, 710 máquinas de escrever, 11 mil uniformes para alunos, 6 geladeiras, 1 forno elétrico compacto para cursos de culinária, 3 gabinetes dentários completos e 735 panelas. Tudo começou a ser transportado ontem, em regime de urgência, para escolas estaduais situadas no município do Rio, com base no levantamento, que levou três meses para ser feito, do material estocado e das necessidades de cada escola. O levantamento apurou que aproximadamente 15% do material está estragado. Há cadeiras quebradas e livros roídos por traças. Descobriu-se, também, furtos, como o de 65 máquinas de calcular do depósito da Caserj (Companhia de Armazenamento em Silos do Rio de Janeiro). Constam da relação, entre dezenas de itens, 10.784 cadeiras para auditórios e bibliotecas em bom estado e 333 quebradas; 84.360 lápis aproveitáveis e 14.400 estragados; 29.242 borrachas intactas; e 1.970 caixas de giz com 100 unidades cada em bom estado e 120 com o conteúdo deteriorado. Dos 59.493 livros, de autores como Jorge Amado, Carlos Drumond de Andrade e Dostoievsky, 118 estão imprestáveis. O material de limpeza compreende, entre outros produtos, 551 latas de 18 litros de cera, das quais sete estragadas, 104 latas com 18 litros de detergente cada, todas com o produto deteriorado e 1.117 embalagens de 18 litros de desinfetante, 23 delas inutilizáveis. Há ainda material de escritório e de construção. *(Jornal do Brasil/RJ, 21/10/88)*

Rio Grande do Norte

198
Governo tenta doar escola pública para empresa privada

Numa jogada articulada na calada da noite, a Secretaria de Educação e Cultura e o governo do estado estão envolvidos na entrega de uma escola pública a uma empresa privada. É que durante as férias, numa ação não esclarecida até o momento, o governo do estado doou a metade da Escola Estadual João Tibúrcio, situada em Natal, à empresa privada de educação Instituto Sagrada Família.

Este ato só não se concretizou devido à ação organizada e firme da comunidade (pais, alunos, professores) que lutou, e continua lutando, para não entregar a escola pública a uma empresa com fins lucrativos. Vários foram os dias e noites que a comunidade se manteve de plantão para impedir que as salas de aulas fossem tomadas. Houve brigas, discussões, passeateas, denúncias, audiências com o governo e até o presente momento a comunidade ainda garante a escola.

Esta atitude do governo revela muito claramente qual é o compromisso do Sr. Geraldo Melo com a educação pública. Aliás, na nossa última greve, o governador disse que a educação era inútil e que "doaria as escolas à rede particular, se fosse necessário". *(Extra Classe/RN, fev/88)*

199
Marinha usa violência contra os alunos

Os alunos e professores da Escola Estadual Ari Parreiras, no Alecrim, estão vivendo em clima de terror desde a última sexta-feira quando começaram a ser feitas *blitz* no bairro, para a fiscalização de tráfico de drogas. O Comando Naval está coagindo a comunidade escolar, ao cercar com seus guardas a área da escola, impedindo a saída dos alunos e professores até altas horas da noite. Segundo os alunos, houve casos de espancamentos e detenções. Ontem à noite a Associação dos Professores do Rio Grande do Norte se reuniu com o diretor, capitão Corcino Medeiros. Respondendo às denúncias em nome do comando, o diretor disse que as *blitz*

vão continuar, mas serão contidos os abusos e a falta de respeito.

Constrangimentos — "Nós não somos contra este tipo de batida, desde que haja respeito. Alguns guardas agem profissionalmente, mas outros não estão preparados para este tipo de serviço", disse um dos professores da escola, peferindo manter-se incógnito, para evitar represálias. A declaração foi dada na porta da APRN, porque os soldados se aproximavam de qualquer professor que conversasse com repórteres enquanto transcorria a reunião a portas fechadas. No pátio do colégio, os alunos detidos atrás do muro pelos guardas manifestavam repulsa à atitude do diretor, a quem culpam por concordar com os incidentes. E foram vários: na sexta-feira, o aluno Francisco Canindé da Silva foi detido, sendo liberado somente às 10h30min do sábado. O professor Pedro Nogueira Costa também foi detido, por duas horas, sem que qualquer explicação lhe tenha sido dada. Durante as batidas, é comum que os soldados chutem os cadernos de alunos — e também os próprios alunos. Chegaram até a forçar um deles a deitar num caminhão da Base, obrigando outros a sentarem sobre o colega. Outro estudante foi obrigado a comer alhos.

Pelos cabelos — Cenas de alunos sendo puxados pelos cabelos também foram comuns nestes dias. "Não temos segurança para trabalhar, nem o aluno tem condições de estudar", contou outro professor. Quando invadiram a escola, depois de cercar a área a partir das 22h30min, os soldados não deixaram em paz nem mesmo um senhor idoso, que vende pipocas no estabelecimento de ensino, agredindo-o fisicamente. O cerco só foi desmontado às 11h50min, gerando constrangimentos para alunos e pais de alunos, pois muitos residem em locais afastados, como a zona Norte e a Cidade Satélite. Menores de idade, ficaram impedidos de voltar para casa, deixando seus pais preocupados, como a mãe de um estudante que procurou a escola a fim de saber o que se passava mas, temendo represálias, não reagiu. Ontem à noite os estudantes logo que foram liberados, se dirigiram em passeata até a sede da APRN, na avenida Rio Branco, protestando contra a coação. *(Tribuna do Norte/RN, 04/08/88)*

Rio Grande do Sul

200
Gaúchos vão ter ensino de mais quatro línguas no 2º grau

O ensino de 2º grau terá uma inovação nas escolas públicas do estado, a partir do próximo ano. Apesar do número bastante reduzido de professores de línguas estrangeiras, a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria para Assuntos Internacionais vão introduzir, em março de 1988, o ensino de espanhol, alemão, italiano e francês para os alunos do 2º grau.

O projeto é do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e está na Secretaria desde o ano passado. O principal objetivo, segundo o secretário de educação, Bernardo de Souza, é resgatar a cultura dos imigrantes alemães e italianos, "além de promover a integração cultural com os países hispânicos da América Latina". *(Jornal do Brasil/RJ, 26/08/87)*

201
Sul terá direitos humanos

O ensino dos direitos humanos fará parte do currículo das escolas de 1º e 2º graus do estado a partir deste ano, integrando o conteúdo das disciplinas já existentes, conforme entendimentos feitos entre o Movimento de Justiça e Direitos Humanos e a Secretaria de Educação. Para o conselheiro do movimento, Jair Krischke, "as noções de Direitos Humanos podem ser incluídas até em aulas de matemática, dependendo da orientação que o professor adotar na aula".

A preparação dos professores será feita através de um seminário sobre educação para os direitos humanos nas escolas, que se realizará entre os dias 25 e 27 de março, com a participação de autoridades no assunto, entre elas coordenadores do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (sediado na Costa Rica) e coordenadores desses programas no Urugüai e na Argentina.

Cerca de 500 professores deverão participar do seminário, que será apoiado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Centro dos Professores e Sindicato dos Professores. A supervisora técnica da SEC, Arlete Arruda, considera o seminário um momento histórico da educação do Rio Grande do Sul e acha que a discussão sobre direitos humanos no ensino pode até motivar sugestões para a nova Constituição do estado que será redigida após a promulgação da Constituinte. A matéria integrará os currículos de 1º e 2º graus em todas as disciplinas, desde línguas e estudos sociais, passando pelas ciências, moral e cívica e OSPB, que passarão a ter uma nova dimensão, diz a supervisora da SEC. *(Jornal do Brasil/RJ, 19/01/88)*

202
Sul decide voltar atrás e revoga as interdições

Depois de interditar total ou parcialmente 72 escolas públicas de 1º e 2º graus, em pouco mais de 90 vistorias, por falta de condições de uso e inclusive colocar em risco a vida dos alunos, o prefeito de Porto Alegre, Alceu Collares (PDT), entrou em acordo com o governador Pedro Simon (PMDB), a quem, por lei, compete a manutenção das escolas. Não haverá mais interdições, mas uma equipe de técnicos da prefeitura e do estado indicará as reformas mais urgentes que serão executadas até o início do ano letivo, em março. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/02/88)*

203
Cresce no Sul evasão de alunos

De cada cem alunos que se matriculam no primeiro ano do 1º grau, no Rio Grande do Sul, somente 28 chegam à 8ª série, por razões que vão desde a dificuldade em aprender provocada pela desnutrição, até a necessidade dos estudantes de trabalhar ou cuidar dos irmãos mais novos. Embora não exista um acompanhamento da evolução e agravamento desse quadro nos últimos anos, a Secretaria de Educação começa a preocupar-se com

a evasão escolar no estado, onde até há alguns anos havia um dos melhores índices de alfabetização do país. A situação mais grave é a do município de Erval, na área de fronteira com o Uruguai.

As taxas de desistência são maiores nas escolas municipais, que atendem principalmente as populações de baixa renda e que se têm mostrado inadequadas no modo de tratar alunos com realidades muito diferentes daquelas consideradas ideais (situação econômica desfavorável, grau de nutrição e estimulação na família distante dos parâmetros dos alunos das classes A e B, que freqüentam estabelecimentos particulares).

Embora até hoje a secretaria não tenha feito o acompanhamento da evolução deste quadro, o estudo integra as diretrizes de 1988, quando também começam a ser postas em prática as soluções prováveis para o problema. No caso da evasão no 1º grau, a secretaria, segundo Arlete Arruda, vai orientar no sentido de suprir as deficiências dos alunos de baixa renda, não apenas oferecendo condições de igualdade em relação às crianças das classes A e B (material escolar, alimentação e estímulo por atividades de lazer extracurriculares), como também com horas extras dos professores e atendimento dirigido no sentido de trabalhar este tipo de aluno dentro de seu ritmo e realidade sócio-econômica diferentes.

No caso do 2º grau, quando a desistência chega a 32,60% no final da primeira série e 42,90% na passagem da segunda para a terceira série (pela necessidade prematura de o aluno ingressar no mercado de trabalho), será proposta a adoção de matrícula por semestre e por disciplina, como nas universidades. O municipio gaúcho que apresentou a mais alta taxa de evasão em 1986 foi Erval, situado entre Bagé e Jaguarão, em zona de latifúndios, com 48,97% no 2º grau e 17,21% no ensino de 1º grau.

"Não existe um ensino voltado para a nossa realidade", afirma Luiza Gatiboni, professora e secretária municipal de educação, em Bagé, cidade cuja economia está baseada na produção de soja, milho e na pecuária. Das 6.118 crianças matrículadas em 1987, em Bagé, no 1º e 2º grau, 450 não chegaram ao final do ano letivo, com uma desistência de 7,42%. *(O Estado de S. Paulo/SP, 05/03/88)*

204
Alunos da rede estadual gaúcha estão sem aula

Duas semanas após o início oficial do ano letivo na rede estadual do Rio Grande do Sul, milhares de alunos continuam sem aula e centenas de professores estão sem ter onde trabalhar. Além disso, são muitas as denúncias de que em algumas escolas a merenda das crianças, sem conservação, já está se estragando.

Segundo a direção da Escola Estadual Alcides Barcelos, esta situação foi provocada pelo projeto Quadro de Pessoal por Escola (QPE), da Secretaria de Educação, que remanejou muitos professores e diretores eleitos. O presidente da Associação dos Círculos de Pais e Mestres, Jocelin Azambuja, que não concorda com o programa, anunciou que entrará com mandado de segurança na justiça para garantir o cumprimento da lei estadual que prevê a eleição direta para diretores de escola. Ele acusa o secretário de educação, Bernardo de Souza, de transformar o sistema educacional do estado num caos. *(O Globo/RJ, 04/04/88)*

205
Computador recupera aluno com dificuldade de aprendizagem

O uso do computador na escola contribui para o aumento da capacidade de aprendizagem e do raciocínio crítico do aluno. A constatação é da professorea Léa da Cruz Fagundes, coordenadora do Laboratório de Estudos Cognitivos (LEC) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, um dos três núcleos do centro piloto do Projeto Educom no estado. Ela falou sobre a informatização na escola aos participantes da 1ª Semana de Estudos sobre Educação, promovido pela Fundação de Desenvolvimento de Recursos Humanos, na tarde de ontem. A professora vê com entusiasmo a utilização da informática na alfabetização, para recuperar os alunos com dificuldades de aprendizagem. Afirma que o ponto crítico para uma maior disseminação do uso do computador no ensino é a formação de recursos humanos e que a ampliação deste trabalho depende somente de uma decisão política.

No projeto sobre alfabetização que estão desenvolvendo, Léa Fagundes e seus colegas do LEC pesquisam como o computador pode auxiliar na aprendizagem da leitura e da escrita. "Utilizamos a teoria de Piaget e de Emília Ferreiro, para interpretar o desenvolvimento das crianças. Já podemos afirmar que crianças que trabalham duas horas por semana, em 50 sessões, que duram de quatro a cinco meses, mudam seus níveis de conceitualização da escrita e de representação dos números. Com isto, crianças de pré-escola, de bom nível intelectual, começam a ler e escrever aos cinco anos. Para os que estão repetindo a 1ª série, a exploração do computador desbloqueia, possibilitando o aprendizado", revela.

Custos — Este projeto está sendo desenvolvido em classes-piloto na Escola Municipal Dolores Alcaraz Caldas, na Vila Restinga; Escola Estadual Emílio Massot; Anexo do Instituto de Educação General Flores da Cunha e Centro de Informática da SMEC de Novo Hamburgo. A pesquisa envolve dois grupos de crianças, um que tem acesso ao computador e outro que recebe o ensino tradicional. Léa Fagundes considera que, para o estado, o custo da repetência é mais alto que o da implantação dos computadores, a médio prazo. Lembra que a recuperação de uma criança, nesta fase, é para toda a vida e resulta num indivíduo útil e produtivo para a sociedade.

Os recursos humanos podem ser preparados através do Projeto Educom, desenvolvido pela UFRGS, e dos cerca de 90 professores da rede estadual já formados pelo projeto, em nível de especialização. A coordenadora do LEC anuncia que o Ministério da Educação está oferecendo aos estados os recursos necessários para a implantação de centros de informática para o ensino. *(Zero Hora/RS, 23/04/88)*

206
Aulas em escolas distantes serão gratificadas

Apesar da comissão paritária SEC/Cpers — que elaborou um novo projeto de lei sobre o trabalho em escolas

de difícil acesso — ter concluído o trabalho no ano passado, o projeto só foi enviado à Assembléia Legislativa pelo poder executivo no dia dois de maio e aprovado no dia cinco. Eis a íntegra do projeto:

"Projeto de lei nº 143/88
Poder Executivo

"Dispõe sobre o valor da gratificação prevista no artigo 70, ítem 1, alínea e da lei nº 6672 de 22 de abril de 1974.

"Art. 1º — Para os efeitos da concessão de gratificação pelo exercício em escola de difícil acesso ou provimento, prevista no artigo 70, item 1, alínea c da lei 6672, de 22 de abril de 1974, as escolas serão classificadas pelo Poder Executivo em cinco grupos, A, B, C, D e E a que corresponderão o percentual de 20%, 40% 60% 80% e 100% respectivamente calculado sobre o vencimento básico do Quadro de Carreira do Magistério.

"Art. 2º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

"Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário, em especial a lei 8000 de 21 de junho de 1985." *(Magister/RS, mai/88)*

207
RS envia professor para a fronteira

O governador Pedro Simon determinou providências para a colocação de professores em escolas rurais da cidade fronteiriça de Quaraí, cujos alunos estão sendo obrigados a estudar em estabelecimento de ensino do Uruguai por falta de professores. Ele lembrou que apesar das dificuldades de implantação do Programa de Quadro de Professores por Escola (QPE), na redistribuição dos mais de 70 mil representantes do magistério, houve a matrícula de mais 100 mil alunos em relação ao ano anterior. *(Jornal de Brasília/DF, 08/05/88)*

208
Retrocesso: eleição de diretores será através de lista tríplice

Apesar da diretoria do Cpers, integrantes do Conselho Geral, núcleos da capital e demais professores terem exercido lobby junto aos deputados estaduais objetivando derrubar o veto do governador Pedro Simon ao projeto 10/88, de autoria do deputado Jauri Oliveira, do PSB, que instituía a eleição direta uninominal para diretor de escola, não foram bem sucedidos.

Para derrubar o veto do governador era necessário 37 votos, contudo havia apenas 32 deputados no plenário, sendo que dois deles votaram a favor do veto. *(Magister/RS, jun/88)*

209
Ensino feito de recordações

A história da Região das Missões, especialmente de Santo Ângelo, a Capital, está sendo contada nas escolas municipais de forma diferente do ensino tradicional, através do "Projeto enciclopédia viva". São 34 idosos, que contam aos estudantes o que viveram, o que sabem e o que ouviram. Como não podia deixar de ser, suas vidas estão relacionadas a fatos e datas que fizeram a história do município.

Todos os relatos são orientados previamente por dois professores, que também acompanham as aulas dadas pelos idosos — todos com mais de 50 anos, alguns acima de 80 — e depois escreverão o material didático que continuará servindo de apoio às aulas das escolas de Santo Ângelo.

Além de buscar uma perspectiva diferente de relato, o projeto visa a recuperar a identidade cultural da comunidade. A idéia da "Enciclopédia Viva" é da Fundação Sul-Riograndense de Assistência, com o apoio da Delegacia de Educação de Santo Ângelo, que cedeu os dois professores. *(O Globo/RJ, 09/08/88)*

210
CPI do magistério

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada pela Assembléia Legislativa para investigar as irregularidades no ensino público estadual, completa os primeiros 30 dias de atividade na iminência de uma troca de titular na SEC. Mudança que na avaliação do presidente da CPI, deputado Raul Pont, "evidencia o reconhecimento pelo governo da força política dos professores e toma agora essa medida eleitoreira". Mas se também era sua intenção esvaziar a CPI, comete um engano. "Os equívocos e atos arbitrários cometidos pelo secretário são de responsabilidade coletiva do governo e do PMDB", ressalta Pont. Se com a substituição de Bernardo de Souza o governo pretendia retirar o principal alvo da CPI, "essa atitude poderá se transformar no reconhecimento pelo governo de que as irregularidades denunciadas por pais, alunos e professores existem, e que a política educacional do governo fracassou".

Com mais 60 dias de atividade, passíveis de serem prorrogados por mais 30, a CPI, conforme Pont, continua centrando sua investigação nas denúncias recebidas de professores, pais e alunos. *(Magister/RS, set/88)*

211
Difícil acesso

A diretoria do Centro de Professores do Estado (Cpers) reuniu-se ontem à tarde, com o deputado César Schirmer, líder do governo, buscando com ele uma resposta sobre a questão da definição das escolas de difícil acesso. O decreto de 7 de junho tinha prazo de 30 dias para ser regulamentado e até hoje não foi, trazendo grandes prejuízos para os professores que lecionam nestas escolas e que pela falta de pagamento encontram dificuldades até para pagar o seu transporte. Segundo a primeira vice-presidente da entidade, Marli Araújo, o líder do governo comunicou-lhes que o governador continua esperando o resultado do estudo de repercussão financeira da matéria para assinar e determinar a publicação da regulamentação do decreto. Ao mesmo tempo, César Schirmer entrou em contato com a Secretaria da Educação, onde o secretário substituto Antônio Tecchio lhe informou já terem as delegacias de ensino enviado a lista das escolas de difícil acesso que faltava, devendo, desta maneira, o governador se manifestar sobre o assunto em sua volta de Brasília. *(Magister/RS, set/88)*

212
Alunos vão perder ano letivo

Os alunos de 14 turmas da Escola Estadual de 1º e 2º graus 25 de Julho, de Novo Hamburgo, vão perder o ano

letivo porque não tiveram aulas até hoje nas disciplinas de Física, Português, Biologia, Educação Artística, Filosofia e Ensino Religioso. A denúncia é da diretora da escola, Dione Duarte, que depôs ontem na CPI da Educação, na Assembléia Legislativa, com outros cinco diretores, quatro da grande Porto Alegre e um da capital. O secretário da educação, Bernado de Souza, admite a falta de professores na região do Vale do Rio dos Sinos e espera a lista dos aprovados no concurso do dia 28 de agosto para suprir esta carência. Segundo ele, o problema nestas escolas é anterior à introdução do Quadro de Pessoal por Escola (QPE), sempre responsabilizado por problemas como este.

Dione Duarte diz que a falta dos professores provocou uma evasão em massa dos alunos, que no início do ano eram 2.200 e hoje são 1.700. A escola precisa de serventes, especialistas de ensino, merendeira, bibliotecários e vigias.

Na mesma situação encontram-se outros estabelecimentos de ensino. Seis turmas da Escola Estadual de 5ª a 8ª série Osvaldo Aranha, do Bairro Ideal, de Novo Hamburgo, continuam sem professores de Estudos Sociais e Religião. A diretora Dilce Munhoz reclama da falta de material didático e de limpeza. *(Zero Hora/RS, 22/09/88)*

213
Estragos do QPE dificilmente serão apagados

Gravado na memória da comunidade escolar, o ano de 1988 passará para as páginas da história gaúcha como um dos piores em termos educacionais. A implantação arbitrária do QPE (Quadro de Professores por Escola) especial do ex-secretário da educação, Bernado de Souza, jogou centenas de professores para fora das suas salas de aula, enquanto os alunos sofreram danos que dificilmente proderão ser reparados.

Professores, pais e alunos se somaram e através de grandes malabarismos, pressões aos delegados e ao próprio secretário, conseguiram, embora de forma muito precária e com atraso, colocar as escolas em funcionamento.

Por incrível que pareça, o ano letivo está na reta final e os serviços essenciais como biblioteca, secretaria, merenda, entre outros continuam fechados ou funcionando de forma precária. Tanto no interior do estado como na capital faltam professores especialmente das disciplinas de Física e Química.

Se não fosse o esforço, as denúncias e a busca de apoio da sociedade civil, promovidos pelo Cpers, o quadro certamente teria tomado proporções mais alarmantes. Os estragos da implantação do QPE foram tão gigantescos que até motivaram a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, pela Assembléia Legislativa, para apurar as irregularidades. Os prédios precários que ameaçam as vidas dos professores e alunos (pois muitos deles estão prestes a desabar) somados à implantação do QPE especial, que desestruturou a rede escolar do Rio Grande do Sul, não foram perdoados e tampouco esquecidos pelos educadores gaúchos. *(Magister/RS, nov/dez/88)*

São Paulo

214
Chopin diz ser necessário conjunto de medidas para combater evasão escolar

O crescimento do índice de evasão escolar, em torno de 50% no 1º e 2º graus — entre o final do governo Maluf e o governo Montoro — é para o secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, 61, "um problema seríssimo que atinge todo o 3º Mundo e não será resolvido com apenas uma providência". Para o ex-secretário do interior, que assumiu ontem a nova pasta, em solenidade realizada na Secretaria da Educação, o problema da evasão escolar "exige que se construam mais prédios, que se aumentem os salários dos funcionários, que se adquiram mais equipamentos e se promova a reciclagem dos professores". Chopin não especificou em que medida estas providências poderiam contribuir para conservar a criança na escola. *(Folha de S. Paulo/SP, 18/03/87)*

215
Chopin: mais diálogo na educação

"Eu não tenho medo da minha ignorância frente à Secretaria da Educação. Tenho medo dos problemas insolúveis. Ou nós nos entrosamos ou então serei um mau secretário". Essa afirmação é do secretário Chopin Tavares de Lima em seu primeiro dia de trabalho, durante visita a uma escola do 1º grau em Cidade Adhemar. Ele prometeu ampliar a atuação do Profic — Programa de Formação Integral da Criança —, pediu apoio e diálogo com os professores, pais de alunos, alunos e com a imprensa, "porque a educação não é problema de um governo, mas de toda a sociedade".

A preocupação de Chopin Tavares de Lima, inicialmente, é de reforçar o ensino básico sem tumultuar as salas de aula. Por isso a intenção de cumprir o Profic, que ainda não atingiu a todas as crianças carentes por falta de espaço. "Vamos ampliar as atividades dos alunos em prédios da Igreja e de outras entidades", garantiu o novo secretário. O Profic fez Chopin se lembrar de "uma experiência interessante": quando era chefe de gabinete da Secretaria da Educação no governo Carvalho Pinto, foi implantado o ginásio vocacional, com tempo integral, com a participação dos pais de alunos. "Foi uma verdadeira revolução", que acabou quando os militares tomaram o poder. "Eles acharam — disse Chopin — que o ensino era subversivo e conflitava com os ideais da revolução."

O secretário da educação ouviu inúmeras reclamações dos professores e prometeu "descentralizar o poder" na Secretaria, dando às delegacias maior independência. *(O Estado de S. Paulo/SP, 19/03/87)*

216
Reforma curricular

A implantação de dois novos ciclos de aprendizagem, prevista para o próximo ano, na rede escolar estadual é bem recebida por professores e especialistas em ensino. O anteprojeto elaborado pela Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Cenp), pretende, como vem ocorrendo há três anos, com a 1ª e 2ª séries agrupadas no ciclo básico, criar o ciclo intermediário, composto pela 3ª, 4ª e 5ª séries e o ciclo final, constituído pela 6ª, 7ª e 8ª. Por esse sistema, o processo de avaliação, com poder de reprovar ou promover o aluno, ocorrerá somente nos últimos anos de cada etapa. Nos demais, as provas servirão apenas para a orientação e planejamento do pro-

fessor. O objetivo das medidas, segundo o coordenador da Cenp, João Cardoso Palma Filho, é utilizar o tempo gasto com o aprendizado de forma mais racional. "Os professores terão maior tempo para explanação das matérias, voltar aos pontos não esclarecidos satisfatoriamente e dar atendimento mais individualizado aos alunos com dificuldades", afirma.

Visão global — Para a pedagoga Neide de Aquino Noffs, especialista em currículos e programas do curso de pedagogia da Pontifícia Universidade Católica (PUC), o agrupamento das séries em ciclos é uma decisão acertada e lógica. "As chances de o aluno aprender aumentam com um espaço de tempo maior", explica. Para que essa proposta seja vitoriosa, entretanto, Aquino afirma ser necessária a implantação de uma assessoria direta, treinamento contínuo e sistemático do professor, "além de uma ampla discussão na rede, com professores opinando, sugerindo e avaliando cada item da reorganização curricular".

A nova proposta curricular precisa dar maior enfoque ao cotidiano do aluno, ser acompanhada de orientação pedagógica especializada e ampla reformulação no sistema educacional se quiser alcançar resultados, diz a orientadora escolar Maria Cristina Capistrano. Em sua opinião, não existirá mudança alguma se a reforma não mexer nos pontos críticos da educação brasileira: melhoria nas condições de trabalho e salário e na formação do professor. Mesmo assim, ela considera um avanço o sistema pretendido. "Com o procedimento atual, o professor de 1ª série gasta a metade do ano ensinando coordenação motora, visual, lateralidade — direita/esquerda — porque os alunos do estado não freqüentam pré-escola, e têm a obrigação de terminar o período sabendo ler, escrever e contar. Isso é impossível". *(José Roberto Luppino, Shopping News/SP, 29/03/87)*

217
Ensino de espanhol na rede estadual tem objetivo político, diz secretário

O objetivo da inclusão das disciplinas Língua Espanhola e História do Povo Latino-americano no currículo da rede oficial é político. A idéia foi lançada pelo governador Orestes Quércia em seu discurso de posse, no último dia 15 de março, quando falou da "aproximação dos países da América Latina". Na ocasião, ele defendeu a iniciativa que pretende colaborar com a implantação de um "bloco" e de um mercado comum latino-americanos. Estas declarações foram feitas pelo secretário da educação do estado de São Paulo, Chopin Tavares de Lima.

A Secretaria da Educação não tem um levantamento sobre o número de professores de Espanhol disponíveis no estado e sobre as faculdades que oferecem cursos de licenciatura, por exemplo. Tavares de Lima não sabe dizer se o estudo da língua será obrigatório ou opcional. O programa será estudado por uma comissão cujos nomes ainda não foram definidos. O secretário também não deu um prazo para a implantação do Espanhol na rede oficial. Disse apenas que o governador "está com pressa". *(Folha de S. Paulo/SP, 19/04/87)*

218
Absorção do Cenafor custa Cz$ 2 mi mensais ao estado

A incorporação do extinto Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para Formação Profissional (Cenafor) — pertencente até o ano passado ao MEC — pela Fundação para o Livro Escolar (FLE), da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, custará ao governo estadual paulista Cz$ 2 milhões mensais de acréscimos na folha de pagamento. A FLE contava com sessenta funcionários até o início deste ano. Com a incorporação foram admitidos mais 130 do órgão federal extinto em novembro de 1986. Entre os 130 que tiveram seus empregos preservados está a direção do órgão extinto, ligada à ex-secretária municipal de educação de São Paulo, Guiomar Namo de Mello, além de um primo do atual diretor-executivo da FLE, Décio Moreira, que exercia a mesma função no Cenafor.

Na prática, este absorveu a FLE. Toda a antiga administração da FLE foi transferida para o prédio do Cenafor. A diretoria da FLE nomeada pelo governador Orestes Quércia é a mesma: Décio Moreira, 57; a pedagoga Lia Rosenberg, 40, ex-diretora-adjunta do Cenafor, atual diretora-técnica da FLE; José Cláudio Martins, 43, primo de Décio Moreira, gerente de compras no Cenafor e hoje diretor-administrativo na Fundação.

O secretário da educação do estado de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, 60, explica a nomeação dos mesmos diretores com o critério da "competência". Chopin usa o mesmo critério para justificar a indicação do parente de Décio Moreira, Martins, que é formado em Economia pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e tem um ano de experiência em órgão público (no Cenafor).

Novas atribuições — Com a incorporação, a FLE tem atualmente outras atribuições, previstas em seu novo estatuto. Ela se tornou uma Fundação de Tecnologia Educacional, denominação que justifica a incorporação do Cenafor. Além de produzir e distribuir o material escolar, ela passa a promover pesquisas em tecnologia educacional e o treinamento de professores da rede oficial de ensino, entre outras atribuições.

A ampliação das funções da FLE afetou a Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas (Cenp), que também organiza cursos de treinamento e aperfeiçoamento de professores da rede estadual de ensino, entre outras atividades. *(Folha de S. Paulo/SP, 06/05/87)*

219
Diretora da Apeoesp diz que incorporação do Cenafor é política

Beatriz Pardi, diretora da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), considera que a incorporação do Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (Cenafor) pela Fundação do Livro Escolar, da Secretaria de Educação do Estado não passa de uma manobra política. *(Folha de S. Paulo/SP, 07/05/87)*

220
Governo promove reforma administrativa na educação

"O governador assinou um decreto que contempla quarenta anos de reivindicação da secretaria de educação". É

assim que o secretário de educação, Chopin Tavares de Lima, refere-se à decisão publicada no Diário Oficial de 6 de maio que atribui autonomia financeira e administrativa às 129 delegacias de ensino do estado. Com essa decisão, os delegados de ensino passam a ter o mesmo nível de competência administrativa que os dirigentes dos demais órgãos centrais da Secretaria de Educação. A médio prazo, as atuais Divisões Regionais de Ensino serão transformadas em subsecretarias de Educação.

Segundo o secretário, este é apenas o primeiro passo de uma reforma administrativa que atingirá toda a rede. Ele pretende "enxugar" e descentralizar a máquina da Secretaria da Educação, passando para outras secretarias tudo aquilo que não for relativo ao ensino. Os médicos e dentistas passarão para a Saúde e as construções escolares vão para a Secretaria de Obras.

A médio prazo, o setor administrativo de pessoal também passará para as delegacias. Esvaziadas de toda função burocrática, as atuais Divisões Regionais de Ensino vão se transformar em subsecretarias de educação, "laboratórios de planejamento e projetos pedagógicos", segundo o secretário.

Tavares de Lima disse que essas medidas administrativas não são isoladas. A secretaria está promovendo também uma reforma nos regimentos das escolas de 1º e 2º graus e também nos currículos das disciplinas. "Nosso objetivo é sacudir essa grande máquina com 250 mil funcionários e fazê-la funcionar, para melhorar a qualidade do ensino".

Para ele, essas medidas não implicam em mais recursos financeiros, mas apenas na boa utilização das verbas já existentes, hoje muito mal aplicadas. Se precisar de mais dinheiro, disse o secretário, "não haverá problemas, pois bons projetos sempre encontram financiamento". *(Folha de S. Paulo/SP, 08/05/87)*

221
Saldo político na nomeação dos delegados de ensino

O Diário Oficial publicou ontem a relação dos novos representantes do ensino estadual no Grande ABC. Como diretora regional foi nomeada a professora Sidney de Oliveira. Como delegados de ensino serão empossados os seguintes professores: em Diadema, Ilda Martins Ferreira; em Ribeirão Pires, Melquíades José de Souza; em Santo André é mantida Diva Sanches na 1ª DRE e assume Roberta Fruncillo na 2ª DRE; em Mauá, Ana Maria Perrela; em São Caetano, Vera Lúcia Maluly Cristovan; em São Bernardo, Paulo Ângelo Pocetti (1ª DRE) e Neide Mazoni Cintra (2ª DRE)

A nomeação de Sidney como titular da DRE 6 Sul pode ser considerada o primeiro tento político da deputada estadual Eni Galante contra Fernando Lessa, já que o nome foi indicado por ela. Outro bom saldo político foi arrebanhado pelo vice-prefeito de Ribeirão Pires, José Márcio Duda Farah Rasga, que lançou Melquíades à disputa em oposição ao apoio dado pelo seu rival, prefeito Valdírio Prisco, ao nome do até poucos dias presidente do PDS, Luís Carlos Grecco.

Em Mauá, Ana Maria Perrela na Delegacia de Ensino vem confirmar a influência que ainda exerce o deputado federal José Carlos Grecco, mesmo estando em Brasília. Até sair a definição do titular do cargo, houve discreta disputa entre Perrela e a atual delegada, Alice Naime, esta defendida pelo prefeito Leonel Damo. Alice assume a cadeira como recompensa pelo empenho com que ajudou a tocar a campanha de Grecco para a Constituinte.

Também em Diadema a voz política falou mais alto. Ilda Ferreira foi contemplada contra a vontade da maioria do professorado, mas respaldada pelo diretório do PMDB com o peso decisivo do presidente do partido, Romeu da Costa Pereira. Nos demais municípios, a lista só vem confirmar o resultado do consenso entre a categoria e os peemedebistas. *(Diário do Grande ABC/SP, 31/05/87)*

222
Reforma acaba com reprovação no ensino básico

Começa hoje, nas 129 delegacias de ensino de São Paulo, o debate sobre a reforma dos currículos das diferentes disciplinas e da estrutura do ensino de 1º e 2º graus. A nova estrutura proposta estende para as demais séries do 1º grau a articulação em ciclos, já existente nas duas primeiras séries. Assim, a 3ª, 4ª e 5ª séries passam a constituir um ciclo intermediário e a 7ª e 8ª, um ciclo final. A grande novidade é que os alunos não poderão mais ser reprovados entre uma série e outra, com promoção automática no interior dos ciclos. *(Folha de S. Paulo/SP, 27/07/87)*

223
Professores discutem o currículo

Professores da rede estadual iniciaram ontem a discussão de novas propostas curriculares elaboradas através da Cenp e as diretrizes da Secretaria de Educação, que podem entrar em vigor a partir do próximo ano. O projeto de modernização curricular é desenvolvido há dois anos pela Cenp, com o auxílio de especialistas da própria rede e técnicos da USP, Unicamp e Unesp.

Entre as inovações sugeridas estão, por exemplo, a inclusão de temas polêmicos em várias disciplinas, como industrialização e estrutura agrária em Geografia; a terra e o sindicalismo em História; e sexo e drogas em Ciências. Na 5ª e 6ª séries do 1º grau resgata-se a História e a Geografia, em substituição a Estudos Sociais. Assim, aponta-se para a reintrodução da História da América, especialmente da América Latina, excluída há muitos anos dos currículos das unidades públicas. O estudo da língua estrangeira, além do Inglês e Francês, inclui ainda o idioma espanhol, com o objetivo de que a disciplina seja considerada instrumento de comunicação e interação de povos.

Após este encontro, que envolve aproximadamente 210 mil docentes em todo o estado, serão encaminhados documentos sobre os trabalhos realizados durante o período à Secretaria de Educação. *(Diário do Grande ABC/SP, 28/07/87)*

224
Proposta limita Geografia à política; desaparece estudo dos aspectos físicos

O fim do ensino de Geografia. Assim manifestaram-se muitos professores que participaram, ontem, dos debates sobre a proposta de reforma dos currículos de Geografia para o 1º grau,

elaborada pela Cenp, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Afinal, os aspectos físicos da natureza serão praticamente suprimidos dos currículos e, em seu lugar, serão estudadas apenas as relações políticas e econômicas que envolvem a disciplina. Claramente ideológica, a proposta defende a adoção pelos professores do "método dialético", considerado o único capaz de recuperar a "dimensão crítica que a Geografia precisa ter".

Segundo a nova proposta, aos alunos de 1º grau, em geral na faixa etária entre os sete e os dezesseis anos, será ministrado um ensino comprometido com a "sociedade tal qual ela se apresenta, dividida em classes com conflitos e contradições e que, particularmente, contribua para a sua transformação".

A professora Hironi Tsuchitori, 43, que participou do debate realizado na escola Visconde de Itaúna, reunindo professores da 15ª Delegacia de Ensino, disse que a proposta, ao pretender superar as formas tradicionais de ensino de Geografia, baseadas no estudo das paisagens, acaba cometendo erros semelhantes, suprimindo esses aspectos do ensino.

A evidente ideologização do ensino, no entanto, não parece preocupar os seus defensores, que a vêem como um mérito, capaz de conduzir à formação de um "novo professor". Esta é a opinião de Francisco Capuano Scarlato, 48, professor da escola particular de 2º grau Logos e do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, que identifica a relutância dos professores em aceitar a proposta com "barreiras ideológicas". Segundo ele, a "Nova Geografia", requer dos educadores que estabeleçam uma "relação dialética" entre a escola, o aluno e o professor.

Para a professora Maria Beatriz Klapka, 28, o problema não está na proposta, que considera ótima, mas nos professores, que, segundo diz, não têm condições de aplicá-la. Discordando das colegas, Beatriz diz que todos os aspectos do estudo da Geografia estão integrados na proposta da Cenp, que ela identifica com uma visão moderna de abranger a questão, e uma extensão dos conteúdos que são dados nas boas universidades. Segundo ela, os novos guias curriculares só poderão dar certo se houver uma boa reciclagem dos professores.

A proposta de Hironi para superar a insegurança dos professores é que a Cenp elabore um guia mais detalhado, sugerindo atividades que envolvam todos os aspectos do ensino de Geografia. Hironi, no entanto, tem todas as possibilidades de ver seu desejo frustrado: o "caminho dialético" proposto no projeto considera que o professor deve "deixar de dar conceitos prontos para os alunos" e participar, com os educandos, "de um processo de construção de conceitos e de saber".

Reprovação — A questão da reprovação dos alunos considerados inaptos é um dos temas que permanece nebuloso para os professores. A confusão tem sua origem no fato de os novos guias recomendarem que o professor não reprove, mas faça um acompanhamento do aluno, detectando suas dificuldades em cada etapa do ensino e realizando recuperações de conteúdos. Mas a coordenadora da Cenp, Teresa Roserley Neubauer, 42, diz que se os professores considerarem que um aluno não tem condições de ser promovido, ele poderá ser reprovado. Segundo Roserley, a organização das séries em ciclos é apenas uma proposta pedagógica e que a seriação atual será mantida em todos os seus efeitos.

História será reduzida a 'dominação e resistência' — O novo guia curricular para o ensino de História, em debate da rede estadual de ensino, propõe como eixo do processo de ensino o tema "trabalho", visto através das noções de "dominação e resistência". As diferentes sociedades são apresentadas como resultantes dos conflitos sociais.

Acreditando que a concepção de ensino baseada em dados factuais se resume a decorar datas e nomes, ao centrar o ensino na noção de processo social, a nova proposta cai no pólo oposto, relegando a história factual ao segundo plano. Corre também o risco de simplificar a complexidade da História, submetendo tudo ao primado mecanicista da economia.

Para Ana Otília da Silveira, 31, professora da 15ª Delegacia de Ensino, o factual pode ser tratado no interior dos temas em debate. Como exemplo, ela cita as relações de propriedade da terra, "que poderão ser vistas de forma comparativa do Egito até o sertão nordestino". Quanto ao ensino da História do Egito, Otília não vê a menor importância. "Isso eles podem aprender na televisão, que toda hora está passando filmes sobre a vida dos faraós", diz a professora.

Trabalhadores — Pelos novos guias curriculares, a História Colonial, por exemplo, é tratada a partir do estudo das formas de trabalho escravo. A História Mundial moderna e contemporânea deve ser estudada a partir do conceito de trabalho assalariado, mercado internacional etc. Na História do Brasil, são porpostos temas como as diferentes formas de organização dos trabalhadores, sindicalismo, conflitos de terra e reforma agrária.

Para Lídia Santos, 40, a nova proposta está preocupada em trabalhar com os "diferentes modos de produção" que, segundo a professora, também socióloga, é muito mais importante do que perder tempo com os "mártires" da Independência. Marco Antonio da Silva, 36, professor da USP que participou da elaboração dos guias curriculares, diz que os fatos "enfileirados nas diferentes periodizações são destituídos de múltiplas experiências humanas".

Conhecer História, segundo Marco Antonio, é "uma infinita articulação entre interpretações", influenciadas pela dominação e lutas sociais. Ele acredita que o importante é os professores assumirem seus papéis de "intérpretes" da História.

Analisando as propostas de mudança, a professora Maria Helena Scotton, 42, resiste a esse convite. A proposta pode ser correta, diz Maria Helena, mas segundo ela exige muito mais trabalho do professor. "Teremos que pesquisar e elaborar textos específicos para cada aula", diz a professora, que trabalhando em dois períodos, tem 600 alunos. *(Folha de S. Paulo/SP, 29/07/87)*

225
De novo, o ensino de castelhano

O governador Orestes Quércia assina, na próxima semana, dois decretos para a Secretaria da Educação: o pri-

meiro dando autonomia administrativa e financeira às delegacias de ensino, através da criação da 1ª Unidade de Despesas nas Delegacias; e o segundo introduzindo o ensino da língua espanhola no currículo escolar da rede oficial de ensino. Essas informações foram dadas ontem, no Palácio dos Bandeirantes, pelo secretário Chopin Tavares de Lima, da educação, ao ser indagado se confirmava que estaria para deixar a secretaria, tendo em vista uma possível reformulação que o governador pretenderia promover em sua equipe de governo.

Chopin Tavares de Lima procurou fazer um relato das determinações que recebeu de Quércia, visando a melhorar a qualidade de ensino e as condições de trabalho dos professores da rede oficial de ensino. Além dos dois decretos que serão assinados na próxima semana, Chopin destacou ainda o trabalho que vem sendo realizado para equipar todas as delegacias de ensino com um microcomputador: "A secretaria tem 284 mil funcionários e até hoje não tem sequer um computador. Mas vamos informatizar a secretaria que é a quarta empresa do mundo em quantidade de funcionários". *(O Estado de S. Paulo/SP, 29/07/87)*

226
Cenp critica método científico no ensino de Ciências

O novo guia curricular de Ciências elaborado pela Cenp, da Secretaria da Educação do estado, defende mudanças no ensino da disciplina. Alega que são necessárias porque atualmente há "uma supervalorização do conhecimento científico em detrimento de outras formas de conhecimento". O documento com as propostas, que foi debatido por três dias na rede estadual de ensino, não diz quais seriam essas "outras formas de conhecimento", mas critica a metodologia com que é tratada a relação entre ciência e sociedade.

A utilização da metodologia científica em todos os níveis de escolaridade é criticada pela sua "rigidez". É considerada um dos "grandes equívocos" dos guias curriculares anteriores. O documento propõe, ainda, que os alunos "construam seu conhecimento" e sugere que o "ambiente" seja o eixo temático para todo o ensino, substituindo a atual concepção centrada no "Homem". A proposta atribui a esta concepção a responsabilidade por uma visão distorcida, segundo a qual a humanidade tem o poder de colocar a natureza a seu serviço, desconsiderando o equilíbrio ecológico. A ciência, porém, tem como característica essencial a tentativa de conhecer a natureza. Através da tecnologia — a aplicação prática dos conhecimentos científicos — o homem modifica o ambiente natural em busca de uma vida melhor. Deste modo, a proposta junta no mesmo saco tanto conquistas tecnológicas importantes e indiscutíveis, como a luz elétrica, os antibióticos ou o saneamento básico.

Para alguns professores reunidos na escola Lourenço Jr., o documento não traz nenhuma mudança significativa em relação aos antigos guias curriculares. Segundo Leni Cescato, 31, professora de Ciências e Biologia, os guias anteriores não chegaram a ser absorvidos porque a rede escolar não tem os equipamentos necessários para o ensino experimental. Ao invés de resolver o problema da falta de equipamentos, a nova proposta minimiza o ensino experimental. Segundo Leni, os novos guias acentuam os aspectos sociais do conhecimento.

Élcio Antonio Selmi, 37, chefe de gabinete da Cenp, discorda dessa interpretação. Segundo ele, o currículo em vigor pretende transformar cada aluno num pequeno cientista e os novos guias orientam para uma compreensão mais realista da utilidade da ciência e da tecnologia.

Chopin acha "salutar" o debate — A propósito dos debates sobre a reformulação dos currículos de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino, o secretário estadual da educação, Chopin Tavares de Lima, distribuiu telex à imprensa em que considera "salutar" o debate sobre a reforma proposta e afirma que "a discussão aberta e democrática é um meio de se depurar as melhores idéias e de se revelar as reais condições de estas propostas serem levadas à prática por nossos educadores".

"Última palavra" — Chopin Tavares garante que a última palavra sobre aceitar ou não as mudanças será dada pelos professores, "que merecem a confiança de toda a comunidade". O secretário afirma que a polêmica que vem ocorrendo é "muito positiva, sobretudo pela transparência das discussões, que têm permitido um acompanhamento, pela sociedade, através dos órgãos de comunicação".

No terceiro parágrafo do telex, está escrito que "houveram polêmicas e divergências", enquanto o correto seria usar o verbo no singular: "Houve polêmicas e divergências". O telex é assinado por seu assessor de imprensa José Cláudio Manesco, com as declarações do secretário colocadas entre aspas. *(Folha de S. Paulo/SP, 30/07/87)*

227
Chopin acha que reforma é "cristã" e diz que marxismo é "pecaminoso"

O secretário da educação do estado de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, 60, disse ontem que é "cristão" e por filosofia de vida não pode aceitar o marxismo. "Esse nome é pecaminoso", disse o secretário. Ele se referia ao currículo de História proposto pela Cenp que trata a disciplina sob o ponto de vista da relação de "dominação" e da luta de classes.

Da entrevista coletiva realizada ontem participaram, além do secretário, João Palma, ex-coordenador da Cenp, a atual coordenadora, Teresa Roserley Neubauer, e Ana Maria Quadros, coordenadora da Cogesp (Coordenadoria do Ensino da Grande São Paulo).

Argumentando que os guias não são restritivos, Teresa Roserley pergunta se os conceitos de dominação e resistência não seriam válidos para o estudo do conjunto da História do Brasil. Mas tanto o secretário como seus dois assessores recussam-se a ver nessa formulação uma mera tradução do conceito elaborado por Marx no século 19 de que a "história é a história da luta de classes".

Para Teresa, o conceito marxista não é tão abrangente quanto o de dominação e resitência. Como exemplo, ela cita o Egito antigo, "onde não havia classes, mas sim castas, que podem ser estudadas através das relações de dominação e resistência". Segundo Teresa, quando se fala em luta de classes está se pensando que o capitalismo é ruim

e o socialismo uma maravilha. "Não pretendemos ensinar isso aos nossos alunos, mas apenas que os fatos históricos sejam dados dentro de um contexto mais abrangente".

O secretário disse ainda que as propostas de guias curriculares que foram discutidas na rede estadual de ensino têm uma mesma concepção política: adequar a escola pública a sua clientela, constituída majoritariamente por crianças pobres. O secretário declarou que a escola pública já foi responsável pelo ensino da elite, que hoje freqüenta a escola particular. Segundo o secretário, a escola pública hoje deve preparar a criança para o "exercício da cidadania e não para o vestibular".

O secretário declarou que o estado tem obrigação de preparar os jovens para influenciarem na sociedade em seus aspectos econômicos e culturais. Isso seria obtido pelo desenvolvimento do espírito crítico dos alunos, numa escola que privilegiasse a integração dos conteúdos, através de uma pedagogia "diferente" da atual. "Com mais um pouco, eles também poderão passar no vestibular", disse o secretário.

Segundo João Palma, os guias curriculares propostos pela Cenp levam em consideração a "criança real" que freqüenta a escola pública. Ele diz que os guias selecionam os conteúdos a partir de "sua relevância social". Um bom exemplo desse critério de seleção são os guias curriculares de História, centrados no tema "trabalho". Palma diz que o trabalho é o que distingue o homem do animal.

Quanto ao ensino de Geografia, o secretário diz que as críticas ao fato de os estudos dos aspectos físicos serem relegados a um segundo plano são incorretas. Ele afirma que os guias devem ser vistos de uma forma relacionada. "O que saiu do ensino de Geografia foi incorporado no ensino de Ciências", diz Chopin.

Os guias curriculares da Cenp não são de adoção obrigatória pelos professores. São sugestões, segundo Chopin, que o professor pode ou não utilizar. Até o final de agosto, as delegacias de ensino deverão enviar à Cenp as sugestões e críticas dos professores. Em setembro e outubro essas críticas serão tabuladas e em novembro os novos guias deverão estar prontos.

Segundo Ana Maria Quadros, a Secretaria da Educação aceitará as sugestões dos professores, desde que se enquadrem no projeto político dos guias curriculares. João Palma diz que, se os projetos forem rejeitados por mais de 50% da rede de ensino, então eles serão alterados.

Uvas — Em um documento veiculado em 1986 sob o título "As Uvas Não Estão Mais Verdes; Um Novo Currículo" (alusão à fábula de Esopo "A Raposa e as Uvas"), Palma, em co-autoria com as professoras Elba Siqueira de Sá Barreto e Lizete Regina Gomes Arelaro, escreve sobre a necessidade de adaptar a escola ao aluno, "ao novo aluno — maioria pobre — que hoje aí está". O currículo proposto para o ensino de Ciências no 1º grau evidencia, no entanto, que a "adaptação" se refere, isto sim, ao pauperismo das escolas, desprovidas, em sua maioria, de laboratórios e de professores habilitados a trabalhar com eles. "Num metro quadrado de chão pode ser dado todo o curso de Ciências da 1ª à 8ª série", chegou a dizer o chefe de gabinete da Cenp.

Tendo sido ligado ao Partido Comunista Brasileiro, Palma foi professor da Universidade Estadual Paulista até 1973, ano em que seu contrato com aquela instituição não foi renovado. Reintegrado em 1986 por despacho do reitor Jorge Nagle, assumiu a cadeira de Metodologia do Ensino. No documento "As Uvas...", as convicções políticas de Palma mostram-se quando defende a necessidade de que na proposta curricular "caiba a utopia da construção de uma nova sociedade: que passa pela escola, não se resume a ela, mas não prescinde dela". A identificação com estas bases fez com que professores da rede e das universidades paulistas participassem da elaboração do projeto.

Professores sentem dificuldades para entender propostas — Cerca de 50 professores da rede estadual, estiveram ontem à tarde na sede da Cenp onde foram recebidos pelo chefe de gabinete do órgão, Elcio Antonio Selmi, 37. Dois pontos ficaram claros ao final da reunião: antes de questionar a qualidade das propostas da Cenp, os professores sentem-se despreparados para aplicá-las, e são unânimes em rechaçar a idéia de dividir o 1º grau em ciclos.

"Houve professores que não conseguiram entender a proposta, porque a linguagem utilizada é muito hermética", disse a professora de 1º grau Marisa Amaral Gurgel Cerdeira, 45. Os professores pediram que a Cenp os assessore para a implantação dos projetos. Eles reclamaram também da falta de participação na elaboração do projeto.

Segundo Selmi, desde 1985 a Cenp vem preparando as propostas e a atual (que é a terceira versão) deveria estar com os professores desde fevereiro. "Se isso não aconteceu, foi por boicote dos delegados de ensino", afirmou. Selmi disse que as propostas não serão implantadas "por decreto" e que tudo que foi discutido nesta semana será considerado para a formulação da versão, que estará nas escolas em fevereiro e servirá para "planejamento de aulas".

No campus da USP, a química Viktória Klara Osório, 47, do Instituto de Química, disse que não nota nos seus alunos recém-saídos do secundário uma supservalorização do conhecimento científico, que o projeto afirma existir. "Pelo contrário, percebo a falta de noções mínimas". *(Folha de S. Paulo/SP, 31/07/87)*

228
Chopin justifica Espanhol pela 'facilidade'

O secretário da educação do estado de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, defendeu ontem a implantação de cursos de Espanhol para alunos da rede oficial de ensino. Na sua opinião, além da formação de um suposto mercado comum latino-americano (que segundo ele tornaria útil o aprendizado da língua), o critério da "facilidade" e da "semelhança" com o Português justifica a iniciativa da secretaria de criar centros de estudos de línguas, que ofereceriam o Espanhol como primeira opção. "O Espanhol colabora com o aprendizado do Português", acredita.

O governador Orestes Quércia assinará hoje o decreto que cria os centros de línguas. Assinará também um decreto segundo o qual novas escolas cons-

truídas pelo governo estadual serão "batizadas" com nomes de países latino-americanos: Equador, Venezuela, Colômbia, entre outros. O secretário Tavares de Lima acha que os "padrinhos" (ou seja, os países que teriam o privilégio de ter seus nomes em escolas da rede estadual paulista) até se interessariam em "colaborar" financeiramente com os estabelecimentos de ensino. *(Folha de S. Paulo/SP, 07/08/87)*

229
Profic completa um ano sem cumprir as metas

Cerca de 900 pessoas participaram ontem do Encontro Estadual do Profic (Programa de Formação Integral da Criança), coordenado pela Secretaria da Educação do estado. O objetivo do encontro, segundo Hélio Amorim de Oliveira, 33, coordenador do Profic, foi avaliar os resultados obtidos neste um ano de implantação e "unificar a linguagem e entendimento em relação ao programa".

O Profic foi instituído por decreto, em 7 de julho de 1986, durante a gestão de José Aristodemo Pinotti na Secretaria da Educação. O programa pretendia "transformar" o conceito de escola. De instituição de ensino, ela passaria a cuidar da "formação integral da criança". Na prática, se propunha a ampliar o tempo de permanência da criança na escola, através de convênios com prefeituras, entidades assistenciais privadas e utilização de recursos da própria rede estadual de ensino.

O evento de ontem reuniu diretores das escolas estaduais que participam do Profic, supervisores de ensino e das prefeituras conveniadas. A meta para este ano era atingir cerca de 650 mil crianças. Na rede estadual de ensino, no entanto, apenas 25% da meta foram cumpridos.

As crianças que participassem do Profic, além das aulas normais, cumpririam um período complementar, de mais quatro horas, quando receberiam aulas de reforço, estudariam com orientação de professores e teriam atividades programadas de lazer. Segundo Pinotti, que foi homenageado na cerimônia de encerramento, a implantação do Profic em uma escola depende apenas da vontade do diretor e dos professores.

Ele descarta a idéia de que a superlotação das escolas impeça a implantação do Profic pela falta de espaços disponíveis para a jornada complementar. Para o secretário, isso pode ser resolvido pela utilização de "quadras de esportes, campos de futebol, como salões de igrejas e centros comunitários".

O programa previa também assitência à infância de três aos seis anos, pela ampliação da rede de pré-escolas; amparo à criança de zero a seis anos pelo incentivo ao aleitamento materno e instalação de creches nos locais de trabalho e também a integração do menor abandonado. As pré-escolas são garantidas pelas prefeituras e entidades, mas os dois últimos pontos não saíram do papel. *(Folha de S. Paulo/SP, 01/09/87)*

230
Secretário da educação recua e critica propostas da Cenp

As propostas de reforma curricular apresentadas em julho pela Cenp para discussão entre os professores da rede estadual de ensino estão sendo submetidas ao seu xeque-mate. Desta vez, as críticas não provêm de intelectuais ou dos professores das escolas públicas de 1º e 2º graus. Agora é o próprio secretário da educação do estado de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, 60, numa demonstração clara de recuo, quem investe contra a reforma com adjetivos do tipo: "Inadequada", "bobagens" etc. O mesmo Chopin que, em entrevista à Folha no dia 31 de julho, defendeu uma pedagogia "diferente" da vigente desde 1973, quando foram implantadas os atuais guias curriculares que o projeto da Cenp tentava modificar.

Segundo Chopin, os 210 mil professores que participaram dos debates realizados nos dias 26, 27 e 28 de julho criticaram enfaticamente as propostas curriculares de História e Geografia. Dizendo concordar com a opinião dos professores, o secretário afirmou que o processo de análise dos cerca de mil relatórios entregues pelo magistério à secretaria ainda está em curso. Abaixo, reproduzimos trechos da entrevista do secretário e de seu chefe de gabinete.

História e Geografia — *Chopin Tavares de Lima*: "O debate até agora realizado foi muito proveitoso. A proposta de reforma curricular, em geral, quase não mexe com o conteúdo das disciplinas. Ela mexe na forma. Porém, as propostas de História e Geografia alteraram de tal maneira o método que afetaram o conteúdo. Há, inclusive uma frase que diz: 'Não vamos mais adotar a História positivista, mas a História dialética'. Quem escreveu isto não conhece bem o assunto. É possível adotar uma atitude mais positivista do que escrever uma bobagem desta? Não estou certo? Porque, realmente, essa frase é positivista. Seu autor não sabe o que é dialética. Eu acho que quem preparou o currículo de História não o fez para a rede. Pretendia fazer uma tese de doutorado. Está fora da nossa realidade e os professores dizem isto. Além da conotação ideológica — que realmente é um problema —, a rede, os professores e o instrumental não estão capacitados para viabilizá-la.

Os defeitos que os relatórios elaborados pelos professores apontam são os que já estávamos prevendo. Este guia temático de História foi feito na França e, então, eu tenho a impressão que o defeito dele é ser bom demais. Não adianta. O ótimo é inimigo do bom. O que nós precisamos é de um bom currículo para a nossa realidade, nosso professorado, nosso alunado. Quem quiser fazer tese de doutorado merece o maior aplauso. Mas aqui não é universidade".

Metro quadrado — *Chopin*: "As maiores críticas foram dirigidas às propostas de reforma curricular de História, de Geografia e de Ciências. É possível ensinar Ciências em um metro quadrado de chão? Lamentavelmente, é forçoso constatar que os laboratórios não funcionam. Não têm vidros, que em geral estão quebrados, lascados etc. É impossível pretender que 5.500 escolas tenham laboratório. O estado não tem competência para gerenciar uma rede com estes detalhes".

Ciclo básico — *Chopin*: "A grande modificação desta proposta é na parte pedagógica e não no conteúdo. Há uma sugestão de que o 1º grau seja dividido em ciclos: ciclo básico, interme-

diário e final. A rede rejeitou isto. Novamente com razão. Porque o ciclo básico não está suficientemente consolidado (o ciclo básico foi implantado no início do governo Montoro). Precisamos esperar para então pensarmos nisto. Não vamos fazer, então, nada antes que o ciclo básico se consolide''.

Perspectivas — *Chopin*: ''O que parece que não conseguimos exteriorizar é que não haverá a implantação, pois implanta-se dente, cabelo, estrada asfaltada etc. Currículo é uma coisa muito mais complicada. Não há tempo. Não há prazo. Ela não decorre de um ato administrativo que emane do secretário.

Acho que está havendo uma supervalorização, neste debate, do problema da História. Será positivista ou dialética? Eu acho que este é apenas um dos itens. Em 180 dias de administração, nós conseguimos fazer 690 prédios escolares serem reformados. Podemos assegurar que até o começo do ano letivo entregaremos à rede 300 novos prédios, 2000 classes e duzentas mil novas vagas. O problema é que as coisas boas nunca são notícia, as coisas ruins é que sempre... Pelo amor de Deus!'' *(Laura Capriglione, Folha de S. Paulo/SP, 01/10/87)*

231
Apeoesp rebate críticas de Chopin às propostas da Cenp

A Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) rebateu ontem as críticas do secretário estadual da educação, Chopin Tavares de Lima, às propostas de reforma curricular elaboradas pela Cenp. Para a diretora de imprensa da Apeoesp, Sonia Sampaio, 38, ''se o estado se declara incompetente para gerenciar a rede, nós devemos mudar os homens que estão na direção da Secretaria''. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/10/87)*

232
Mães condenam reforma

Um grupo de mães de São José do Rio Preto iniciou campanha contra a reforma do ensino de 1º grau, considerada uma proposta marxista que fará com que a qualidade do ensino caia mais ainda. Essas pessoas estão muito preocupadas com a acomodação dos pais, ''pois a maioria não despertou até o momento para a dimensão do perigo que acarretará essa proposta, se aceita''.

As mães citam exemplos: ''O aluno não vai aprender História do Brasil. A proposta fala, em todos os capítulos, de dominação e resistência. É uma pregação da luta de classe''. Segundo as integrantes do movimento, são encontradas expressões como ''organização de lutas populares'', e ''dominação capitalista'', com o ensino de História deixando de lado o capitalismo e destacando ''a revolução cubana e a revolução nicaragüense''.

Na opinião do grupo, os alunos também não aprenderão Geografia, já que, segundo as mães, a preocupação desse ensino são as ''lutas camponesas'' e o ''imperialismo''. Mais queixas das organizadoras do movimento de alerta: nas aulas de Português a criança escreverá como fala; não haverá gramática no 1º grau. ''O ensino deixará de ser pedagógico para ser ideológico. E que formação terá o aluno se sabe que não será reprovado até a 8ª série?'' — perguntam.

O grupo de mães, formado por professoras, advogadas, funcionárias públicas e empresárias, reúne-se na sede do Centro do Professorado Paulista de São José do Rio Preto. As mães agora vão preparar uma carta, com um abaixo-assinado, analisando a proposta e pedindo uma resposta do governo do estado sobre as críticas à reforma do ensino. Na carta vão perguntar se o estado vai acatar ou pretende modificar a proposta. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/10/87)*

233
Secretário tenta debater currículos com os deputados

O secretário estadual da educação, Chopin Tavares de Lima, 60, esteve ontem na Assembléia Legislativa para falar sobre a reforma curricular de 1º e 2º graus proposta pela Cenp. O que deveria ser uma discussão sobre o tema, no entanto, se transformou em um festival de chavões e frases de efeito duvidoso absolutamente dispensável.

Classificando as reformas de ''um processo dinâmico'', Chopin disse que ''currículo não se implanta, como dente, cabelo ou estradas, sem desconsiderar as profissões que fazem esses implantes''. Ao tomar a palavra, o deputado Wadih Helu (PTB), que pediu a presença de Chopin na Assembléia, gastou dezessete de seus trinta minutos lembrando a escola pública de seu tempo e criticando os secretários da educação do governo Montoro. Causou risos quando disse que o ex-secretário Paulo Renato Costa Souza ''usou cenas de coito como educação sexual''. Para Helu, as propostas da Cenp têm ''ideologia de esquerda, um regime que é uma desgraça no mundo todo'' e não podem ''achincalhar os grandes vultos da nossa história''. Helu não leu as propostas da Cenp. O ponto em que ele mais se deteve foi o ensino de Educação Moral e Cívica: ''Não podemos nos calar diante do fim da Educação Moral e Silva'', disse, corrigindo o ''silva'' por ''cívica'' logo em seguida. *(Folha de S. Paulo/SP, 08/10/87)*

234
Governo distribui merenda velha

Etiquetas que encobrem a data de fabricação dos alimentos, mascarando o prazo de validade para consumo e estendendo-o para mais três meses. O artifício não é de um supermercado, mas do governo do estado, que está fornecendo merendas velhas às escolas da rede pública de ensino, desrespeitando o limite de 180 dias previsto para a utilização dos alimentos.

Alarmados, muitos diretores de escolas têm denunciado a situação às delegacias de ensino, que ouvem, como resposta, a curiosa orientação: ''Alimento vencido deve ser incinerado ou servir de adubo''. Uma diretora estranhou ''a entrega de dezenas de caixas de um mesmo tipo de sopa à base de soja, com etiquetas novas''. Pior: ''O alimento não foi verificado por qualquer instituto especializado, mas pelo próprio fabricante''.

Elaine da Silva Orzari, representante da Udemo (União de Diretores de Escola do Magistério Oficial), confirma: ''A grita é geral''. Anteontem, Elaine foi obrigada a incinerar merenda suficiente para alimentar seus alunos du-

rante três meses, porque os alimentos estavam com prazo de validade vencido. Diretora de uma escola no Parque Continental, ela se recusou a servir às crianças sopas e refrescos impróprios para consumo.

Desde a posse do governador Orestes Quércia, o problema da merenda escolar vem se agravando. Logo depois de março, as escolas receberam caixas e mais caixas de alimentos com prazo de consumo vencido, sem qualquer artifício para disfarçar a data antiga. Alguns diretores enterraram a comida. Outros, fizeram doações à população pobre.

Para a diretora dessa escola, além do problema dos prazos, a qualidade da merenda deixa muito a desejar e, na maioria das vezes, chega comida em excesso. Resultado: ela não sabe o que fazer com as sobras. "No tempo do governador Paulo Maluf, os professores da rede estadual de ensino serviram merenda escolar aos deputados e eles não conseguiram comer. Acho que está na hora de promovermos um novo banquete". *(O Estado de S. Paulo/SP, 09/10/87)*

235
Secretaria de Educação propõe alteração no estatuto das APMs

A Secretaria de Educação do estado propôs alteração no estatuto padrão das Associações de Pais e Mestres, no sentido de que cada uma se transforme em fórum de discussão das questões pedagógicas. A sugestão faz parte de documento distribuído durante Encontro Regional de APMs, realizado no último sábado na Divisão de Ensino da Capital-2, na zona Leste de São Paulo.

O documento afirma que as APMs não devem e não têm condições de substituir os órgãos governamentais em suas funções básicas, mas frisa que com recursos repassados pela Secretaria se encarregariam, por exemplo, de contratar serventes e inspetores de alunos, completando o quadro de funcionários das escolas. Outro ponto destacado é que desde que foram fundadas, em 1958, as APMs, perderam sua função principal, que era a de facilitar a participação da comunidade na escola e se tornaram fontes de arrecadação de recursos. *(Diário do Grande ABC/SP, 03/12/87)*

236
A infância foge em massa da escola pública

Quando, em outubro, a Secretaria da Educação do estado abriu o período de matrículas escolares para o próximo ano letivo, esperava uma grande procura pelas vagas das escolas estaduais. A expectativa baseava-se na crise econômica que empobrece cada vez mais a classe média e na alta dos preços das escolas particulares. No entanto, isso não aconteceu. Ao que tudo indica, os pais preferem apertar os cintos e reduzir ainda mais os hábitos de consumo a comprometer o futuro de seus filhos matriculando-os numa escola do estado.

À primeira vista isso pode parecer preconceito, mas se analisarmos os dados da 3ª Divisão Regional de Ensino da Capital (Drecap-3), órgão da Secretaria da Educação que coordena as delegacias e escolas da Região, podemos concluir que, de fato, a escola pública está no fundo do poço. Falência seria o termo mais indicado.

Apesar de São Paulo ser uma das cidades que mais cresce no país, as matrículas nas escolas do estado vêm diminuindo ano a ano. Além disso, no ano passado, a evasão e a repetência atingiram em algumas séries índices em torno de 70%. E para 1988 a expectativa é de uma fuga escolar muito maior do que a dos anos anteriores.

A área de abrangência da Drecap-3 começa na Lapa, passa por Pinheiros e Butantã e se prolonga até a zona Sul da Capital. Apesar da diversidade econômica das populações atendidas, a matrícula vem diminuindo em toda essa região. em 1984 foram matriculadas 61.104 crianças na 1ª série do 1º grau. Em 85 houve uma redução dessa matrícula na ordem de 17,5% que não chegou a ser recuperada no ano seguinte.

Também é assustador o número de alunos que, após começar as aulas, abandona a escola durante o ano letivo. Ou ainda, os que no final do ano são reprovados. *(Luci Ayala, Gazeta de Pinheiros/SP, 04/12/87)*

237
Ninguém mais quer ensinar o be-a-bá para a criançada

O curso de aperfeiçoamento para o magistério de 1º grau da Escola Estadual de 2º Grau Andronico de Mello, na Vila Sônia, considerado um dos melhores da Capital tanto por professores como por alunos, está ameaçado de extinção. Motivo: falta de interessados. Quem teme esse desfecho são os próprios professores e diretores da escola. "O problema está longe de ser atribuído à tradicional falta de verbas que assola as instituições da rede pública de ensino, ou mesmo à falta de professores habilitados", explica a professora Toshie Miura Ueno.

A raiz do problema, segundo a professora Toshie, está no rebaixamento salarial que atinge o dia-a-dia dos professores do ensino primário, aliado às sucessivas e frustradas greves do magistério por melhores salários. Os possíveis candidatos ao curso, diante desse quadro, acabam optando por outras áreas que lhes proporcionem melhores oportunidades profissionais — o que não é muito difícil. *(Gazeta de Pinheiros/SP, 04/12/87)*

238
Quércia assina jornada única mas desconhece custos

O governador Orestes Quércia assinou ontem o decreto que estabelece a jornada única para professores e alunos do ciclo básico (1ª e 2ª série do 1º grau) nas escolas da rede pública estadual, embora não conheça ainda os custos exatos do projeto. Apesar de Quércia ter frisado em seu discurso que o projeto significa um "sacrifício grande no orçamento do estado", não soube dar uma cifra.

Para as crianças, a jornada única significa uma permanência de seis horas na escola, no lugar das três horas e meia atuais e três refeições diárias, incluindo almoço, em lugar de apenas uma merenda. Para os professores, o decreto implica uma contratação obrigatória em regime de tempo integral (40 horas semanais), com as aulas concentradas em uma única classe. "Queremos que o professor deixe de ser um caixeiro viajante", declarou

Chopin Tavares de Lima, secretário estadual da educação.

A questão das verbas é complicada. As autoridades afirmam que enquanto o projeto não for implantado, não é possível ter uma cifra. Sabe-se que Cz$ 8 bilhões serão gastos na expansão e melhoria da rede física, além de um empréstimo extra de US$ 300 milhões (cerca de Cz$ 2,3 bilhões), que está sendo negociado com o Banco Mundial. A merenda escolar, que já tem um orçamento de Cz$ 4,2 bilhões, necessitará de mais Cz$ 2 bilhões, que virão do Ministério da Educação. As dúvidas se concentram no item dos recursos humanos. Cesar Callegari, 34, chefe de gabinete da Secretaria da Educação, diz que não será necessária a contratação de novos professores, bastando apenas o aumento na quantidade de horas-aulas dos professores atuais.

Quantidade *versus* qualidade — O principal objetivo da jornada é diminuir o índice de reprovação e evasão — atualmente 40% dos alunos da 1ª série não chegam à 2ª, sendo que na periferia este número chega a 70%. Foi esta mesma preocupação que levou à formação do ciclo básico (o aluno passa direto do 1º para o 2º ano) em 1983. A tendência em termos gerais é de piorar a qualidade do ensino conforme diminuam as taxas de reprovação, mas isso não pode ser estimado em termos quantitativos. O índice de reprovações, caiu apenas 7%. Para que os resultados sejam "melhores" desta vez, será implantada também uma reforma pedagógica, que ainda está sendo estudada. Uma medida, porém, já foi adiantada: a inclusão de quatro aulas semanais de expressão artística e educação física, integradas com as demais e que supostamente viriam a auxiliar o processo de alfabetização.

O governo também espera melhorar, com a jornada única, as condições de trabalho do professor 1 polivalente (que dá várias matérias), tornando-o um profissional especializado em alfabetização e integrado na sua unidade escolar. "O sistema atual faz com que os professores das primeiras séries abandonem estas classes na primeira oportunidade. A jornada única será uma forma de atrair os docentes mais tarimbados", diz Callegari.

Outra novidade é a figura do professor coordenador, responsável pela integração entre os profissionais do ciclo básico, que será eleito pelos professores e referendado pelo conselho da escola. As 40 horas semanais do professor serão divididas em 26 horas-aulas, 6 horas de trabalho pedagógico e 8 horas de atividades livres (correção de provas, preparação de aulas etc.). *(Folha de S. Paulo/SP, 22/01/88)*

239
Interior ensina História com texto mais curto

Trinta mil alunos de 5ª a 8ª séries da rede oficial de ensino de Araraquara, Casa Branca, Pirassununga e São João da Boa Vista estudarão história este ano com textos diferentes do programa oficial. É que será aplicada nessas cidades uma experiência-piloto desenvolvida há três anos em Araraquara (275 km a nordeste de São Paulo) por professores de história do campus local da Universidade Estadual Paulista (Unesp) — Rodolfo Tellaroli, Luiz Koshiba, Sonia Irene do Carmo e José Enio Casalechi.

"Nós percebemos que os alunos da 5ª série não sabem ler", diz Casalechi. Os primeiros textos começaram a ser adequados a essa realidade e apresentaram mudanças de linguagem e conceitos. "A princípio o texto é curto e tem uma característica mais lúdica; depois, para alunos das séries mais avançadas, fica mais descritivo e explicativo". *(Folha de S. Paulo/SP, 24/01/88)*

240
Quércia defende ensino público ao instituir a jornada única

Ao assinar no último dia 21 o decreto que institui a jornada única de trabalho para alunos e professores do ciclo básico (1ª e 2ª séries), elevando de 3,5 para 6 horas a permanência das crianças na escola, o governador Orestes Quércia fez um apelo ao Legislativo, aos prefeitos e à sociedade, para que o ajudem nessa missão, para que toda criança nascida em lar humilde possa se elevar na sociedade e, quando adulta, exercer em sua plenitude a cidadania. Ao mesmo tempo, condenou a atuação de certos constituintes, que estão defendendo privilégios para o ensino particular.

A implantação da jornada única representa o primeiro degrau de um plano de 10 anos para reverter uma realidade de São Paulo e do Brasil: a de que 70% das crianças que ingressam, no 1º grau não chegam à 8ª série. "É uma realidade dramática do meio social. Por isso, estamos tomando uma decisão de aumentar de 3,5 para 6 horas o Ciclo Básico. Precisamos da colaboração dos professores, dos dirigentes de escolas, dos delegados de ensino, das autoridades da Secretaria da Educação, dos prefeitos", frisou, afirmando que o estado vai dar a toda criança o direito de poder aprender a ler, escrever e contar, que é um direito humano, legítimo, para que possam ter acesso a uma vida digna.

Um novo ensino — A cerimônia foi aberta pelo secretário Chopin Tavares de Lima, da educação, que ao reconhecer a expansão do ensino básico durante a ditadura militar, disse que, em contrapartida, registrou-se uma impressionante queda no nível de ensino. Ao assumir o governo de São Paulo, o PMDB iniciou a recuperação da qualidade do ensino público, para enfrentar o fantasma da evasão e da repetência. Dentro desse objetivo, foi criado o Ciclo Básico, o Profic, a profissionalização dos professores através de um novo estatuto do magistério. Agora, no governo Quércia, procura-se nova estratégia, mediante a elaboração de um plano que será desdobrado em 10 anos. A primeira medida é a implantação da jornada única no ciclo básico, a partir do dia 8 de fevereiro, quando se inicia o novo ano letivo. A medida vai beneficiar 1,5 milhão de crianças. *(Jornal de Brasília/DF, 28/01/88)*

241
O difícil começo da jornada única

Falta de professores, de classes, de alimentos, pratos e carteiras. É nesse quadro de precariedade que começa amanhã a aplicação da Jornada Única de Trabalho na rede estadual de ensino, projeto que dobra a permanência na escola de alunos e professores do Ciclo Básico (1º e 2º anos).

Trata-se de uma iniciativa ambiciosa, que pretende acabar com a evasão e a repetência escolar, cujo índice atinge até 40% em São Paulo, nas primeiras séries. Só com o custo de reformas, ampliações e compra de alimentos, serão gastos Cz$ 12 bilhões. O próprio secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, reconhece que o projeto não vai funcionar em 100% no começo e dá um prazo de dois meses.

A maior dúvida dos professores é o que fazer dentro da sala de aula. E, para isso, até março haverá muitas reuniões de planejamento. A principal meta da nova proposta curricular é integrar a linguagem do aluno na sala de aula, tentando, a partir de erros, chegar à norma culta.

Faltam professores, classes e até talheres — Muitos dos alunos do ciclo básico que freqüentarão o primeiro dia de aulas na rede estadual de ensino não terão tempo de se entusiasmar com a perspectiva de permanecer seis horas na escola, com direito a recreação, atividades artísticas e três refeições — as principais inovações introduzidas pela Jornada Única de Trabalho, que começa a vigorar amanhã. Em várias escolas estaduais, não há professores para as classes, nem funcionários para preparar as refeições. Em outras, não há pratos, talheres e os mantimentos recebidos para toda a primeira semana de aulas não passam de macarrão, leite e sucos em pó ou mesmo apenas biscoitos. Carteiras quebradas, banheiros sem reforma e até mesmo falta d'água também fazem parte dessa paisagem. Fora os problemas materiais, de resto crônicos, professores e diretores revelam-se confusos quanto à proposta educacional que vão implantar e que visa, mais uma vez, erradicar a repetência e a evasão. *(O Estado de S. Paulo/SP, 07/02/88)*

242
Jornada única escolar falha no 1º dia mas Chopin insiste

Tudo indica que 19 dias não foram suficientes para a implantação da jornada única para professores e alunos do ciclo básico da rede estadual de ensino. Apesar dos dados da Secretaria Estadual da Educação, das quatro escolas escolhidas ao acaso pela Folha, nenhuma teve condições de dar seis horas/aula ou fornecer as três refeições que estavam previstas. O secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, 61, considera a situação normal. "Os problemas já eram esperados. Afinal, esta medida é uma declaração de guerra ao analfabetismo e à desnutrição. O que é que tem as crianças comerem de colherinha? Na guerra, os soldados não comiam de colher?" *(Folha de S. Paulo/SP, 09/02/88)*

243
Em Bauru, os alunos só têm bolachas para comer

Pelo menos cinco escolas de Bauru (335 km a noroeste de São Paulo) já denunciaram o problema da falta de alimentação para a jornada única do ciclo básico. Na EEPG Luiz Castanho de Almeida (Vila Falcão), são 1.200 alunos do ciclo básico e, até ontem, eles foram servidos apenas com bolachas. Não havia leite ou alimentação. Eva Alves de Lima Queiroz, 37, mãe de aluno do ciclo básico, não concorda com o novo esquema, porque acha que a criança precisa de incentivo para se alimentar. Também não confia na qualidade da merenda, feita à base de soja, "que não apetece o paladar". *(Folha de S. Paulo/SP, 10/02/88)*

244
São Paulo faz cartilha para ensinar professor a combater preconceitos

Listas de chamada com os meninos em primeiro lugar, tolerância maior à bagunça dos alunos, livros didáticos que mostram índios reverentes aos bandeirantes, mulheres sempre perto do tanque ou de avental e negros que nunca são citados por sua contribuição cultural à formação da sociedade: a lista de discriminação é ampla e está presente no cotidiano das escolas brasileiras.

A partir dessa constatação, a Secretaria de Educação do estado lançou, através de sua Comissão contra a Discriminação, uma cartilha que tenta sensibilizar o professor a lutar contra preconceitos como "índio é preguiçoso e não gosta de trabalhar", "preto tem que conhecer seu lugar", "homem é superior à mulher", "analfabeto é burro", "melhor morrer do que ficar deficiente", "velho só presta para dar trabalho".

Sílvia Pimentel, coordenadora da comissão, diz que a tiragem inicial da cartilha foi pequena (cerca de 20 mil exemplares), mas a reação foi positiva. "A cartilha coloca a discriminação em debate, através de diretores e professores da rede estadual de São Paulo, que tem 1 milhão 500 mil alunos", diz ela. "Atuamos de forma parcimoniosa desde que a comissão foi criada, há quase dois anos, mas pretendemos imprimir mais 200 mil cartilhas", acrescenta.

Além de professores, a Comissão contra a Discriminação conta com representantes da Comissão de Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, Ordem dos Advogados do Brasil, Conselho Estadual da Condição Feminina, Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Deficiente, Comissão Pró-Índio e Conselho da Comunidade Negra. "Nosso trabalho é um convite à reflexão, detectando os estereótipos impostos, muitas vezes de forma inconsciente, aos alunos", comenta Sílvia Pimentel.

Como exemplo, ela diz que em citações à contribuição do negro surgem referências à música, à comida, à dança e nem uma palavra sobre contribuição cultural: "A ninguém ocorre", lembra, "que Machado de Assis era negro". *(Jornal do Brasil/RJ, 30/03/88)*

245
Escola pune alunos com lista dos mais 'perigosos'

Estudantes e pais de alunos da Escola Estadual de 1º e 2º graus D. Alberto José Gonçalves, de Ribeirão Preto, estão revoltados com a forma escolhida pela direção para repreender os indisciplinados. No pátio da escola, foi afixada uma lista de 82 estudantes, entre 12 e 23 anos, divididos nas categorias de "alta periculosidade", "perigosos" e "perturbadores da ordem". Com os nomes assinalados por três cruzes, 17 alunos foram incluídos na primeira categoria; com duas cruzes, 44 na segunda; e 21, na última.

Alguns professores admitem que a iniciativa da direção se deve ao fato de a escola ter quase três mil alunos e estar sendo difícil controlar a disciplina e evitar até algumas depredações.

Para o diretor da escola, Samuel Henrique Contato, a lista é uma forma de fazer com que os alunos e seus parentes discutam a possibilidade de mudar o comportamento. Ele ameaça expulsar sumariamente os alunos considerados de "alta periculosidade".

O delegado de ensino José Batista Filho disse desconhecer a existência dessas listas e prometeu apurar o assunto. *(O Globo/RJ, 02/04/88)*

246
A democracia chega à gramática

Há 3 anos, a Cenp vem debatendo esse e outros temas com os professores, dentro do projeto que prevê a reestruturação do currículo escolar de 1º grau. Na área de Língua Portuguesa, cada versão da proposta refletiu uma etapa do processo de mudanças. Após ouvir as sugestões dos representantes de escolas, em julho do ano passado, os técnicos da Cenp, com o auxílio das universidades estaduais, se debruçaram sobre a segunda versão para reelaborar o texto final mais próximo da realidade dos alunos e com indicações mais detalhadas para o professor.

Assim, a atual proposta traz uma linguagem simples, com mais esclarecimentos sobre a alfabetização e com uma melhor definição do papel da gramática nessa nova filosofia educacional. Na versão anterior, incluindo todas as matérias, a organização dos conteúdos aparecia por grupos de séries. A 3ª, 4ª e 5ª séries seriam reunidas no Ciclo Intermediário e a 6ª, 7ª e 8ª no Ciclo Final. Isso gerou uma grande polêmica e confusão. A partir daí, as pessoas passaram a acreditar que a promoção do aluno seria automática, como acontece no Ciclo Básico. Diante desse erro de interpretação, a Cenp preferiu voltar ao esquema tradicional e estabelecer os conteúdos por série já na terceira versão.

Inversão de valores — Da maneira como ainda é realizado, o ensino de Língua Portuguesa prioriza a apreensão de regras gramaticais e os padrões de norma erudita pelo aluno. A nova proposta curricular considera que dessa forma a oralidade que o aluno leva para a escola e o trabalho prático sobre a escrita ficam em plano secundário quando, na verdade, são fundamentais. Ao mesmo tempo, o professor, habituado a uma metodologia rígida, reprime os eventuais erros do aluno, geralmente, originários das expressões coloquiais.

Silvia Bruni, da equipe de Língua Portuguesa da Cenp, explica que a reforma pretende trazer a lingüística moderna para a escola pública. "Assim, a linguagem passa a ser vista como uma atividade humana, histórica e de interação social, sendo mais adequada ao meio em que o aluno vive", afirma.

Para Lígia Chiapini de Moraes Leite, presidenta da Associação dos Professores de Língua e Literatura, o que se busca é "uma inversão de papéis e valores de tal modo que a ênfase seja colocada sobre a competência lingüística do aluno". Além de democratizar o ensino, Lígia ressalta que ele passará a conhecer a gramática intuitivamente no processo de trabalho com o texto, para depois verem as regras esquematizadas pelo professor.

"Não se trata de esquecer a gramática, como muitos têm criticado", revela Lígia, "mas sim de dar espaço para a reflexão e para práticas comprovadamente transformadoras, como é a filosofia pedagógica de Paulo Freire, que está por trás dessa proposta". Lígia considera também que as escolas, de um modo geral, cobram os conteúdos gramaticais porque eles são mensuráveis e mais cômodos para o trabalho do professor. *(Helder Lima, Shopping News/SP, 10/04/88)*

247
Estudo mostra que há 1.903 escolas em estado precário

Das 2.020 escolas estaduais da Grande São Paulo, 1.903 precisam de reformas urgentes. Esse é o resultado da primeira etapa do programa SOS Escola Pública, encerrado na última sexta-feira. Os levantamentos foram feitos em 21 dias por técnicos da Secretaria da Educação e entregues anteontem ao governador Orestes Quércia, mas não existe um prazo determinado para o início das obras.

"O governo vai pedir o apoio da iniciativa privada para recuperar os prédios da rede pública", afirmou ontem, em entrevista coletiva, o secretário Chopin Tavares de Lima, da educação. Os maiores problemas encontrados nas escolas foram a forração dos prédios e a depredação, principalmente nos bairros de periferia. "Nada disso é surpreendente. Sabíamos que as escolas estavam em estado precário", afirmou João Alberto Viol, diretor de obras e serviços da Fundação para o Desenvolvimento da Educação. Entre as escolas vistoriadas, 28 poderão ser derrubadas. "Fica mais barato construir outra do que reformar", disse Viol. *(O Estado de S. Paulo/SP, 27/04/88)*

248
Mães se unem por melhor ensino público em São Paulo

Um belo prédio do fim do século passado, em estilo neoclássico, na Praça da República, centro velho de São Paulo, simbolizou por seis décadas a garantia e eficácia do ensino público, quando sediava o Instituto Caetano de Campos. Hoje, reformado, é a sede da Secretaria da Educação do estado e recebe um rosário de queixas contra a qualidade do ensino, na fase mais aguda de um processo de decadência que começou nos anos mais autoritários do regime militar. Em época de greve, o prédio fica cercado por manifestantes, mas esta semana, assistiu-se a uma cena rara: mães de alunos — todas de classe média — foram cobrar do secretário Chopin Tavares de Lima algo mais concreto do que promessas, numa missão que pode se tornar comum. A meta é resgatar do limbo a escola pública.

"Será tarefa para muitos anos", alertou o secretário, responsável por um quadro de 205 mil professores, "que têm salários baixos, aviltantes", e 58 mil funcionários burocráticos. Entre estes, há um déficit significativo: faltam, por exemplo, 4.533 escriturários, 5.386 inspetores de alunos e 3.652 serventes, o que pode explicar os problemas visíveis em cada escola. Aliás, esses déficits estão inscritos em um cartaz pregado na parede de uma das ante-salas do gabinete do secretário.

Números como esses foram mostrados ao grupo de mães, que se articulou há 40 dias no chamado Movimento Pró-

Educação, a princípio na Zona Oeste da capital e, agora, espalhou-se por outras escolas de outras regiões. Elisa Toneto de Carvalho, 40 anos, quatro filhos, todos em escolas públicas, de família de classe média (o marido é analista de sistemas de uma grande empresa), sintetiza a posição de suas colegas: "Pagamos impostos e deixar nossos filhos em escolas particulares é como pagar duas vezes o mesmos tributo. Precisamos, portanto, revitalizar a escola pública". (*Jornal do Brasil/RJ, 01/05/88)*

249
Fadiga afasta 33 professores por dia

Um total de 8.868 professores da rede estadual de ensino e seus familiares — ou 33 pessoas por dia letivo — pediu nos últimos 15 meses licenças de saúde para tratamento de doenças mentais. Os recordistas são os neuróticos (6.271), seguidos dos que têm dificuldades de ajustamento (807), das vítimas do *stress* (599) e da depressão (284). Esses números estão armazenados nos computadores da Prodesp.

Entidades de classe, técnicos da Secretaria Estadual de Educação, professores universitários e até o Departamento Médico do Estado concordaram em um ponto: cresce o número de professores com doenças mentais relacionadas ao excesso de trabalho, baixos salários, falta de perspectivas e frustração diante do aproveitamento insuficiente de alunos em classes superlotadas. Além dos licenciados, há mais de dez mil professores "readaptados" no estado, que deixaram de dar aulas para exercer funções burocráticas nas escolas públicas.

"É grande a quantidade de professores neuróticos que chegam aqui", afirma o diretor do Departamento Médico, o ex-deputado Paulo Sogayar. Ele recebe ofícios de diretores de escolas e abaixo-assinados de pais de alunos para que esses profissionais sejam afastados de seus cargos. "Há um desenlace entre eles e a comunidade e é necessário a convocação de uma junta médica para analisar cada caso", diz Sogayar.

Muitos neuróticos são "duros", "conservadores" e adotam "métodos ortodoxos" em seu trabalho, o que facilita o surgimento de desentendimentos entre pais e diretores com os professores, segundo avaliação do Departamento Médico. Essa avaliação coincide com um levantamento realizado na França: lá, 74% das licenças concedidas a professores de 1º e 2º grau têm como causa "enfermidades mentais". Na França, as condições de ensino são muito melhores que em São Paulo.

Os que adotam atitude mais democrática têm uma personalidade amadurecida e não se isolam ("hipertrofia dos instrumentos de relação com o mundo"), estão menos sujeitos às neuroses. Moacir Gadotti dá aula de Filosofia da Educação na PUC e Unicamp, tem oito livros publicados sobre educação e participou de um levantamento feito no início do governo Montoro, o único existente até hoje.

O trabalho mostra que, na época, a Secretaria da Educação tinha 230 mil funcionários, dos quais 186 mil eram professores. Para eles, foram concedidas 170.810 licenças médicas no período de um ano, o que dá, praticamente, uma licença para cada professor. "Um número absurdo", diz Gadotti. O custo estimado dessas licenças foi de 9 bilhões de cruzeiros além da perda de 12 milhões de horas/aula, quase 15% do total do ano letivo.

Durante oito meses de aula, os alunos se submeteram à falta ou substituição de professores durante um mês e uma semana com graves prejuízos para o ensino, de difícil avaliação. "A falta, principalmente nas séries iniciais, é trágica para o início da alfabetização da criança. Quando se quebra uma relação afetiva, a criança tem dificuldade de se adaptar a novos professores e seu rendimento cai", admite Gadotti.

Professores brasileiros não têm formação semelhante à oferecida na França para que sejam flexíveis o suficiente, melhorando sua relação com os alunos. Seus problemas de neurose, garante Roberto Franklin de Leão, diretor da Apeoesp, não estão apenas relacionados à formação profissional. A Organização Mundial de Saúde manda o professor trabalhar 20 horas semanais, mas, em São Paulo, há profissionais com jornada de trabalho três vezes maior, dando aulas em até quatro escolas nem sempre próximas.

Para trabalhar apenas 20 horas, um professor da rede estadual receberia Cz$ 22.846,36, calcula Roberto Leão. Como é impossível viver com esse salário, os funcionários públicos escolhem a jornada integral, de até 45 horas, e dão aulas em escolas particulares e municipais para complementar o salário. Isso provoca estafa, já que é quase impossível sentir resultados positivos de um trabalho realizado em salas superlotadas, com alunos de baixo rendimento.

Há escolas que começam o ano letivo sem o número necessário de professores, permanecendo meses nessa situação. Nos cursos noturnos de 1º e 2º graus, há, atualmente, em torno de 70% de evasão e repetência de alunos. Metade do total desses profissionais não é efetiva: vivem uma incerteza angustiante no segundo semestre sem saber se, no ano seguinte, continuarão a dar aulas para o estado, que cada vez menos (como mostra a tabela abaixo) investe em educação.

Recursos para a educação em SP

Ano realizado	Estado	Sec. Educação	%
1979	173.281.952	10.827.956	17,79
1980	322.048.997	55.204.104	17,14
1981	656.657.417	109.856.545	16,73
1982	1.331.211.696	223.629.244	16,80
1983	2.847.417.684	445.135.154	15,63
1984	8.959.520.941	1.168.528.466	15,27
1985	35.861.285.359	5.512.139.950	15,42
1986	119.382.300.540	16.414.177.704	13,26

Fonte: CPS/SE

Associação denuncia "cambalacho" — O diretor do Departamento Médico do estado chama de "corrupção". Já o diretor da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) prefere a palavra "cambalacho". E o ex-secretário da educação, Paulo de Tarso, escolheu o termo "apadrinhamento" em documento enviado ao governador Montoro, em 83. Seja qual for o nome não é possível negar: há muitas licenças médicas, ou, simplesmente, afastamentos, que não precisariam ser concedidos pelo estado. Nenhum deles, porém, avalia a extensão e prejuízos que essa prática traz para os cofres públicos.

Cada licença concedida implica convocação de um substituto que, para exercer a nova função, passa a ter direito a diferença salarial. Mesmo admitindo a existência de "cambalacho", Roberto Franklin de Leão, faz a ressalva: "Não é possível imaginar que, no início do governo Montoro, mais de 170 mil professores tiraram licença por um motivo simples — a preguiça".

No relatório de Paulo de Tarso, até hoje nunca divulgado, há uma avaliação do custo estimado dessas ausências e uma complementação: "Prevaleceu o apadrinhamento político para obtenção de tratamento de saúde". Eram outros tempos, o da "devassa" da gestão Paulo Maluf, mas nada indica que, hoje, esse problema esteja solucionado. Ao contrário, cada vez ele fica mais difícil de resolver.

Além da concessão da licença médica, há a pressão política de vereadores, deputados e prefeitos para que professores troquem as salas de aula por funções burocráticas que, muitas vezes, incluem gratificações. Cálculos recentes indicam que há de 20 a 25 mil diretores, professores e outros funcionários da Secretaria da Educação trabalhando em prefeituras e secretarias, como a de Esporte e Turismo, ou em outros órgãos, como o Detran.

Servem como autênticas "válvulas de escape" para a fuga em massa dos professores das salas de aula. Quando José Bonifácio Coutinho Nogueira foi secretário da educação, havia no estatuto do magistério um artigo que restringia os afastamentos: cada prefeitura podia requisitar, no máximo, um professor para trabalhar em sua administração. Houve fortes pressões políticas para derrubar esse dispositivo.

No governo Maluf, por exemplo, ele não foi respeitado: a administração, tudo indica, achava pouco conceder licença para 572 funcionários da Secretaria da Educação atuarem nas prefeituras do Interior. O estatuto atual, em vigor desde 1986, foi aprovado sem essa "limitação" e, a partir daí, cresceu muito o número de afastamento desses profissionais.

Técnicos em educação lembram que o atual governo não consegue "manter as medidas que adota". Orestes Quércia introduziu a gratificação de magistério a título de produtividade (Cz$ 27,00 por aula) para manter os professores nas classes. Tratava-se de uma estratégia para reduzir afastamentos, mas, na última greve do setor, as entidades reivindicaram a extensão desse índice para todos os funcionários da Secretaria da Educação. O pedido foi aprovado. *(O Estado de S. Paulo/SP, 14/05/88)*

250
Leis desimportantes regem o ensino

Mudar nome de escola. Essa parece ser a maior preocupação que os deputados estaduais têm na área da educação, a julgar pelos projetos de lei encaminhados ao plenário nesse mês, quando se votou também a obrigatoriedade da execução do hino nacional às quartas-feiras na rede pública.

Nesse mês, a educação recebeu alguns projetos de lei interessantes na educação. O do deputado Lobbe Neto (PMDB) abre a possibilidade de as Associações de Pais e Mestres (APMs) locarem espaço nos muros das escolas para propaganda; o do deputado Ivan Valente (PT) propõe correção monetária para corrigir os convênios de merenda escolar entre estado e municípios e o do deputado Silvio Martini (PDS) estipula nova organização do Conselho Estadual da Educação (CEE), que deve ser alvo de uma Comissão Especial de Inquérito na Assembléia Legislativa.

Mas nem tudo é mar de rosas para a educação no legislativo estadual. Prova disto é que só no mês de junho, ainda em curso, mais de 100 projetos de lei encaminhados ao plenário tratavam apenas de estabelecer novas denominações para as escolas da rede pública estadual. Os campeões desse tipo de projeto são os deputados: Fernando Lessa (PMDB) com 11 projetos, Luiz Carlos Santos (PMDB) com 8, Silvio Martini (PDS) e Edinho Araújo (PMDB) com 7. De todos os partidos, o PT é o menos assíduo, tendo apresentado um em nome de toda bancada.

"Esse fenômeno é chamado de 'fúria legiferante'", brinca o deputado Ivan Valente, "porque muitos deputados só legislam sobre isso, mostrando uma total despolitização, já que seus fins degradam o legislativo e levam a uma política de dividendos e clientelismo". *(Shopping News/SP, 19/06/88)*

251
Mais alunos abandonam as escolas de São Paulo

O sistema educacional do estado de São Paulo está longe de atrair e manter suas crianças nas escolas oficiais. Segundo pesquisa concluída ontem pelo Ministério da Educação para o censo educacional de 87, houve uma queda sensível no ensino de 1º grau. Aumentaram a repetência e a evasão, diminuiu a aprovação, e o nível dos professores é pior que em 86. No 2º grau, houve uma pequena melhora, mas pouco significativa.

De acordo com as estatísticas, o estado de São Paulo tem matriculados 5,29 milhões de alunos de 1º grau, 53 mil a mais que em 86. No entanto, em 86, o número de alunos que repetia alguma série no 1º grau era de 15,48% do total de alunos. Essa taxa subiu para 22,32%. O total de crianças que repetiu a primeira série do 1º grau subiu de forma ainda mais grave: de 3,61% para 12,1%.

Também subiram as taxas de evasão. Em 86, 8,76% dos alunos desistiam antes da 8ª série. Em 87, foram 9,7%. Na primeira série, o número de alunos que desistiu de estudar, em 86, era de 0,84% apenas. Em 87, os desistentes foram 6,17%.

Nível — O nível dos professores também não parece contribuir para atrair crianças às escolas. O número de professores sem formação em São Paulo ainda é pequeno, mas vem aumentando. Em 86, 0,9% tinha apenas o 1º grau. Em 87, eram 0,48%. O número

de professores de 2º grau com magistério caiu de 29,59% para 28,79%. É interessante notar o número de professores com 3º grau e magistério, capazes de lecionar no 2º grau, mas que trabalham no primeiro: são 64,8% do total, mas em 86 eram 66,87%.

Para os 855 mil alunos de 2º grau em São Paulo, melhoraram as taxas de aprovação e reprovação. Mas também subiram as taxas de evasão. O número de alunos que não terminam o 2º grau aumentou de 20,12% para 21,35% do total. Mas o número de alunos aprovados em 87 foi 83,7%, enquanto em 86, foi de 82,79%. A taxa de repetência baixou de 17,21% para 16,3%.

Também é melhor a qualidade do professor: 86,26% têm a formação exigida, de 3º grau com licenciatura, mais do que em 86: 86,06%. Há, porém, professores de 2º grau com formação pior que a de seus alunos: 0,01% dos docentes de 2º grau tem apenas o 1º grau completo. (*O Estado de S. Paulo/SP, 30/06/88)*

252
Nosso desacreditado sistema de ensino

O Ministério da Educação acaba de divulgar que o sistema educacional no estado de São Paulo está longe de atrair e manter suas crianças nas escolas oficiais. Até aí, nenhuma novidade para professores e educadores paulistas que consideram a situação da educação no estado "caótica" e nas mãos de um governo "que não tem vontade política de modificar a escola pública". E os professores da Apeoesp, por exemplo, até indicam o culpado: o governador Orestes Quércia, "que pensou em usar a jornada única como um trunfo para galgar as escadarias do poder, foi à televisão, criou expectativa na população e nada aconteceu, porque as escolas, na prática, não estavam preparadas".

Sônia Sampaio, diretora de imprensa da entidade e professora da rede há 11 anos, acha que a única coisa que o governo conseguiu foi colocar "a nu" a realidade da escola pública do estado. Isso para a Apeoesp foi até bom, ela admite, "porque estamos falando a mesma coisa há anos e não somos ouvidos".

De acordo com as estatísticas divulgadas pelo Ministério da Educação, São Paulo tem hoje 5.296.250 alunos de 1ºgrau matriculados. Em 86, eram 5.143.485. Ainda temos, no maior estado da nação, um milhão de crianças fora da escola, "por problema de espaço, enquanto algumas escolas ficam com salas ociosas, demonstrando outra vez a falta de planejamento nas construções escolares que servem como apelo para as companhas eleitorais", afirma Sônia.

Evasão, repetência. Sem falar em notas baixas e, mais diretamente, em crianças que vêem nas escola um suplício diário, tamanha é a falta de um projeto realmente pedagógico, Sônia conta que nas diversas reuniões nas escolas da rede, com pais e professores, são incontáveis os alunos desmotivados e querendo sair da escola "porque estão cansados" das aulas "chatas" desde que foi implantada a jornada única. "Eles estão consados porque um projeto que teoricamente é bom foi jogado e simplesmente se ampliou o tempo de permanência do aluno na escola, mas não se modificou a metodologia do ensino", confirma. (*Jornal da Tarde/SP, 01/07/88)*

253
Programa da jornada única poderá receber Cz$ 60 bi do Banco Mundial

Uma missão técnica do Banco Mundial (Bird) esteve reunida ontem pela manhã no Palácio dos Bandeirantes com o governador Orestes Quércia e os secretários de estado da educação, Chopin Tavares de Lima, e do planejamento, Frederico Mazuchelli, para negociar um investimento de US$ 300 milhões (cerca de Cz$ 60 bilhões) em cinco anos nas escolas estaduais da Grande São Paulo. As negociações incluem aplicação de recursos principalmente no sistema de jornada única implantado no início deste ano nas séries do chamado Ciclo Básico (1ª e 2ª séries do 1º grau). O sistema, que impõe o regime de trabalho em tempo integral (40 horas semanais) aos professores e a permanência dos estudantes durante 6 horas na escola, tem apresentado problemas como a falta de merenda e mesmo de salas de aula.

Se concretizado, o acordo será o primeiro prevendo investimentos na educação em São Paulo por parte do Banco Mundial, que tem atuado basicamente na região Nordeste. O membro da missão do Bird, Jean Jaques Pual, 35, professor de Economia da Educação e consultor do banco nas áreas de Finanças e Avaliação de Projetos, disse que "é muito cedo para avaliar a jornada única. Só posso dizer que é um programa importantíssimo, pois acreditamos no investimento na criança e na educação. Poderemos até aproveitar a experiência de São Paulo para outros estados do Brasil". Mas, além da injeção de recursos na jornada única, o acordo Bird/Secretaria da Educação pretende, segundo o consultor, "racionalizar o sistema educativo e diminuir os seus custos internos, captando recursos, por exemplo, dentro da própria comunidade, como Associações de Pais e Mestres (APMs) e empresas". "Se a comunidade financiar, vai cobrar os resultados", disse. (*Folha de S. Paulo/SP, 22/07/88)*

254
Profic versus jornada única?

Quando foi trazido à luz no segundo semestre de 1986, pelo então secretário de estado da educação, José Aristodemo Pinotti, o Programa de Formação Integral da Criança (Profic) recebeu de seus críticos a denominação de elitista e inviável. Mas se hoje ele continua atendendo apenas uma pequena parcela dos estudantes do estado, quase 500 mil, também é verdade que conseguiu instalar-se num bom número de escolas, que hoje nem pensam em abandonar um projeto que foi aplaudido pelos pais das crianças. Agora, com a implantação da jornada única para o ciclo básico, este programa perde um pouco de seu espaço físico e começa a reestudar sua atuação.

A integração das duas iniciativas é inevitável, já que ambas caminham na mesma direção: aumentar o tempo de permanência do aluno na escola, fornecendo alimentação e reforço pedagógico. Mas existem diferenças entre as propostas. Ao invés de 6 horas diárias da jornada única oferecidas exclusivamente aos alunos do ciclo básico (1ª e 2ª séries do 1º grau), o Profic admite crianças de outras séries, também permanecendo na escola em 2 períodos. Outra diferença entre os projetos está

no fato de a jornada única ser possível apenas nas escolas do estado, enquanto o Profic prevê convênios com prefeituras do interior e instituições particulares que resolvam manter uma ou mais salas.

O Profic encerrou o ano de 1987 contabilizando o atendimento a 498 mil crianças, sendo 49. mil dentro da própria rede estadual de ensino. A previsão para este ano é de que se atinjam 600 mil estudantes — 120 mil nas escolas do estado — alcançando assim a meta sonhada por seus criadores há um ano e meio. Para realizar esses objetivos, a Secretaria já reservou um total de Cz$ 500 milhões.

A intenção da Secretaria da Educação é estender os limites da jornada única para as 3ª e 4ª séries, o que poderia roubar espaço físico e recursos do Profic. Esse cálculo, aliado à demora no envio às escolas da verba necessária ao programa, gerou um clima de preocupação na rede, assim como o boato de que o programa estaria condenado. Segundo Hélio Amorim, coordenador do Profic, esse medo é resultado de uma interpretação errada dos acontecimentos. "Quando a jornada única estiver implantada até a 4ª série, a maioria dos objetivos do Profic já estará cumprida. Os programas são complementares e o Profic não vai acabar." *(Shopping News/SP, 31/07/88)*

Profic — atendimento

1987

Na rede	49 mil crianças
Convênios	349 mil crianças
Total	498 mil crianças
Verba	Cz$ 180 milhões

1988 (previsão)

Na rede	120 mil crianças
Convênios	480 mil crianças
Total	600 mil crianças
Verba	Cz$ 500 milhões

(Shopping News/SP, 31/07/88)

255
Estado inicia plano de expansão escolar

O governador Orestes Quércia assinou na manhã de ontem os decretos que dão início ao Plano de Expansão da Rede Física Escolar. A previsão é que sejam montados 25 centros específicos de formação e aperfeiçoamento do magistério, que correspondem às antigas escolas normais, construídas 6 mil salas de aula e ainda criadas 7 escolas agrícolas e uma industrial.

O secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, no entanto, confessou que o programa de recuperação das 1.093 escolas que estavam precisando de reforma na Grande São Paulo não evoluiu da forma esperada. Ele revelou que a Federação das Indústrias assumiu a responsabilidade pela recuperação de algumas escolas, enquanto um grupo de 40 empresas do Centro Empresarial responde por outras, mas não deu números e confessou que, embora o programa "não esteja indo mal", não tem o sucesso esperado. Às empresas interessadas, a Secretaria da Educação oferece uma pasta especificando as obras necessárias em cada estabelecimento e os materiais a serem adquiridos. A empresa responde por toda a execução.

Estavam na festa, cuidadosamente montada no Teatro Caetano de Campos, além do secretário de educação, o de obras, dos negócios metropolitanos, do governo, do planejamento, o presidente regional do PMDB, boa parte da bancada do partido na Assembléia Legislativa, prefeitos do interior, candidatos a vereador pelo PMDB e pelo PFL, o candidato à prefeitura João Leiva e o candidato a vice, Celso Matsuda.

Foram feitos vários discursos e um coral estudantil cantou o hino nacional. Ao falar, Quércia ressaltou que as 2.679 salas de aula construídas em seu governo foram feitas por João Leiva, que deixou outras 1.437 em construção. Disse também que com as 6 mil ora autorizadas, 1.600 das quais imediatamente, deixará de haver déficit de vagas ainda em seu governo, pois as obras vão garantir o atendimento até mesmo do crescimento vegetativo dos escolares, da ordem de 4% ao ano. *(O Estado de S. Paulo/SP, 02/08/88)*

256
Secretaria vai apurar caso de livros destruídos

A Secretaria da Educação está diante de um mistério: tenta descobrir como centenas de exemplares do livro "Caminho de Damasco" foram parar nas mãos de vendedores de papel. Para desvendá-lo, abriu, ontem, uma sindicância interna, que deverá ser concluída em uma semana. "A Secretaria jamais joga livro fora", garantiu Ione Cirillo, assessora de comunicações.

O fato, no entanto, deixou revoltada a professora Lelia Pereira Figueiredo, responsável pela idéia de reunir numa antologia as redações de alunos do 1º grau da Escola Estadual "Prof. José Alves de Camargo", da zona Leste da cidade. Ela jamais imaginou que o destino de seu trabalho seria o lixo — os livros estavam sendo destruídos por vendedores de papel em frente do teatro Caetano de Campos, no prédio onde funciona a Secretaria.

Lançado em 12 de março do ano passado, o "Caminho de Damasco" contou até com um poderoso padrinho — o então secretário da educação, José Aristodemo Pinotti, autor do prefácio e responsável pela aquisição de 800 exemplares, para distribuí-los nas escolas da rede estadual. Editado com a ajuda de colaboradores, essa primeira venda reverteu na compra de um televisor, um videocassete e uma máquina de escrever elétrica para a escola "Prof. José Alves de Camargo". *(O Estado de S. Paulo/SP, 04/08/88)*

257
Guarda escolar atira em estudante na periferia de SP

Ao tentar pular o muro de sua escola, anteontem às 21h30, o estudante Edilson Tomás Amaral Cardozo, 20, foi baleado por um policial militar da Guarda Escolar criada pelo governador Orestes Quércia há sete dias. Edilson, que agora passa bem, está na 1ª série do 2º grau da EEPG Davina Aguiar Dias, no Jardim Imbé (extremo sul de São Paulo).

O estudante pulou o muro para entrar na escola porque estava atrasado. O portão do estabelecimento se encontrava fechado desde as 20h05. Nesse

momento, ele encontrou o soldado PM Wagner Luis da Silva, encarregado da segurança da escola, que estava acompanhado por Eliane Alves da Silva. O estudante discutiu com o guarda, que o mandou voltar por onde entrara. Edilson escalou o muro de volta e quando estava no alto recebeu um tiro, que perfurou a parede anterior do abdomem, fazendo-se cair do lado de fora do colégio. O estudante está internado no Hospital Piratininga. Segundo Edilson, que estuda há 11 anos nessa escola, o policial atirou sem nenhum motivo. "Falei com jeito, disse que era aluno, pedi para falar com a diretora. Citei até o nome dela e já estava indo embora". O aluno acha que o policial atirou porque "ficou mal quando o pegaram namorando no serviço". "Se tivesse caído do outro lado do muro, ele teria me enchido de bala e já era", diz ele.

Pular muro é rotina nos colégios — Pular muro é rotina na vida dos cursos noturnos das escolas estaduais de São Paulo. Alegando a necessidade de "ensinar os alunos a respeitar os horários" e de ter mais segurança, as escolas paulistas primam pela rigidez no controle de entrada e saída de alunos. Depois de 10 ou 15 minutos de "tolerância", os portões (com grades até o teto em grande parte das escolas) são trancados. Os estudantes que não chegam a tempo têm que esperar do lado de fora até o sinal da segunda aula. Os que chegam depois desse sinal não podem entrar, mesmo que tenham prova ou que queiram assistir as aulas que faltam.

Quem chega atrasado ou quer sair antes da última aula só tem a opção acrobática de transpor o muro. Em zonas de alto índice de criminalidade, como Itaquera, Vila Brasilândia e Capela do Socorro, a prática está institucionalizada entre os alunos. Assim como os diretores e professores querem se sentir protegidos tendo as grades trancadas, os alunos também têm medo de ficar do lado de fora à noite. Os diretores afirmam que o número de funcionários é insuficiente para o bom funcionamento das escolas, mas não faltam inspetores de ensino e porteiros para trancarem pontualmente os portões.

Quem, por azar, fica do lado de fora, está exposto à ação de assaltantes e ao despreparo dos policiais. Embora o coordenador do Programa de Segurança Escolar, coronel Aluízio Carvalho Pereira, lembre que os mil soldados da Guarda Escolar foram treinados por um mês no Centro de Instrução da PM, impera ainda, no extremo sul de São Paulo, a velha lei do faroeste: "atirar primeiro para perguntar depois".

Governo usa segurança em escolas para propaganda — O governo estadual tem usado o Programa de Segurança Escolar como uma de suas principais peças de publicidade. Em anúncios de rádio e TV, a propaganda oficial mostra estudantes, professores e diretores de escolas dizendo-se "mais seguros" com a presença de policiais próximos dos estabelecimentos.

Hoje, 510 escolas fazem parte do Programa de Segurança Escolar. Segundo a Secretaria da Segurança Pública, foram escolhidas escolas em regiões onde é alto o índice de criminalidade. Faz parte do programa a implantação do perímetro de segurança escolar, área em que só ambulantes cadastrados poderão atuar. De acordo com o coronel Carvalho Pereira, no dia 10 de setembro serão entregues 100 automóveis Gol, exclusivos para a Guarda Escolar.

O policiamento é feito das segundas às sextas-feiras, das 15h às 23h. Nos fins-de-semana, a segurança é responsabilidade da Secretaria de Educação *(Folha de S. Paulo/SP, 17/08/88)*

258
Apeoesp protesta contra o policial dentro da escola

A propósito do estudante que foi baleado dentro da escola pelo PM do Corpo de Segurança Escolar, sete dias após sua criação, a Apeoesp divulgou ontem nota condenando a estupidez do ato, a arbitrariedade policial e a forma irregular como o autor do disparo, o soldado Wagner Luís da Silva, procedia ao se manter dentro da escola conversando com uma jovem, quando seu dever era ficar fora do estabelecimento vigiando o chamado "perímetro escolar".

A Apeoesp protesta contra a permanência de policiais dentro dos estabelecimentos escolares, já que a responsabilidade pela disciplina interna das escolas é exclusiva da direção, professores e funcionários. Quando se anunciou a criação do Corpo de Segurança Escolar as Secretarias da Educação e a da Segurança Pública deixaram perfeitamente esclarecido que os policiais só entrariam no recinto da escola quando solicitados pela diretoria. E quando encontrassem um aluno praticando qualquer ato ilícito deveriam conduzí-lo à presença do diretor e jamais tratá-lo como marginal. *(Diário Popular/SP, 19/08/88)*

259
Dois roubos em quatro dias, uma vergonha!

Material escolar espalhado pelo chão, armários arrombados, grades da janela estouradas e muita desordem completavam o cenário da Escola Estadual de 1º Grau Professor Thales Castanho de Andrade, no dia 31 de agosto. Situada em Itaquera, a escola sofreu dois roubos no intervalo de quatro dias. O clima no local era de muita tensão, preocupação e ansiedade. Segundo informou Zeila Lopes de Assis, diretora executiva da escola e membro da Associação de Pais e Mestres, a diretoria da escola tomou conhecimento do roubo por intermédio de um garotinho que soltava pipa nas imediações do local; percebendo que algo estava errado ele dirigiu-se à residência da diretora da escola, que constatou o roubo. Para surpresa de todos, dois dias depois novo roubo. *(Notícias de Itaquera/SP, 03/09/88)*

260
Grêmios estudantis vão voltar

Se vista com os olhos de um passado autoritário bem recente, esta iniciativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo é, no mínimo, curiosa: incentivar a criação e o desenvolvimento de grêmios estudantis nas escolas públicas, para que os estudantes tenham meios de reivindicar e fazer valer seus direitos. Alguns não acreditam. Quais as intenções? pergunta um jornal de uma das cidades envolvidas no programa. Chopin Tavares de Lima, atual Secretário da Educação, responde: "Nós nem deveríamos estar aqui,

sou contra qualquer influência externa no desenvolvimento dos grêmios''.

Mas o fato é que o programa foi levado adiante pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação, assessorada por uma vasta rede de monitores. Eles organizaram encontros em cada sede das regiões administrativas do estado, com grupos de até 600 estudantes de 1º e 2º graus da rede pública. Nesses encontros foi examinado o material escrito que a própria Secretaria se encarregou de editar e distribuir: estatutos de grêmio, das escolas, os primeiros passos e os motivos de uma organização. Segundo um dos monitores, um material pouco didático, que nenhum estudante leria espontaneamente. O último encontro marcou o encerramento, em Campinas.

O último encontro — Dezoito delegacias da Região Administrativa de Campinas, representando 916 escolas. No Centro de Convenções da Unicamp, 700 alunos esperavam algo acontecer, ou Chopin Tavares de Lima chegar, ou o pão com presunto e suco de abacaxi acabar. Poucos sabiam de fato o que estavam fazendo ali. Alguns foram com um grêmio já atuante, outros foram recrutados pelas professoras de suas escolas para participar de um encontro de escolas.

Chopin chegou. Na abertura, as cartas na mesa: ''Estamos transferindo a vocês, estudantes, a responsabilidade de se organizarem, se constituírem formalmente, e através de suas organizações conquistarem as transformações sociais que tanto buscamos. Até não é função do estado promover isso''. Chopin reconheceu uma escola pública de segunda classe, com um atraso curricular de 30 anos e com professores pessimamente pagos, um Brasil com 40 milhões de analfabetos, com uma ''musculatura democrática que não pode ser recuperada com discursos como este, mas com exercício''. Os estudantes, alguns olhavam para o alto, outros para o lado ou para o lanche. Outros ainda, acostumados a se bater com toda a autoritária e ineficiente burocracia escolar, olhavam desconfiados para o discurso do palanque, como se estivesse em bocas trocadas. *(Jornal do Campus/SP, 21/09/88)*

261
Movimento estudantil com novo fôlego.

Segundo dados da Secretaria da Educação, somente 18% das escolas do estado possuem grêmios estudantis, sendo que mais da metade deles está no interior. O principal obstáculo à organização livre dos estudantes — que está crescendo — tem sido o autoritarismo de certos diretores.

Os grêmios estudantis estão de volta às escolas de 1º e 2º graus. Desde que a lei nº 7.398, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus, foi sancionada pelo presidente José Sarney, em 1985, algumas escolas estaduais, municipais e particulares organizaram seus grêmios através de assembléias realizadas pelos próprios alunos, que elegeram as diretorias e elaboraram seus estatutos. Agora, com a promessa de difundir ainda mais a formação de grêmios pelo estado de São Paulo, a Secretaria da Educação entra em cena endossando a lei, com a publicação de cartilhas de esclarecimento e promovendo reuniões com alunos, professores e diretores da rede estadual de ensino.

A primeira destas reuniões aconteceu em junho passado no Conjunto Desportivo Baby Barioni, na Capital, e várias delas continuam a se realizar pelo interior do estado. Mas já existem contestações por parte de alguns estudantes e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes), acerca da iniciativa da secretaria. Eles acusam o órgão estadual de estar ''dirigindo'' demais as reuniões, além de tentar impor seu próprio estatuto, atrelando, assim, o grêmio à direção das escolas, como aconteceu no passado com os herméticos centros cívicos. *(Shopping News/SP, 25/09/88)*

262
Murutinga se reúne na escola

Os vidros das janelas são os mesmos de há 20 anos, quando a escola foi construída no governo Carvalho Pinto. Também são originais as telas de alambrado que cercam a parte externa. As lâmpadas são trocadas somente quando queimam. Na verdade, o prédio nunca precisou de grande reforma. Sempre esteve bem conservado, não apenas pelos 650 estudantes que dele fazem uso diário mas também pelos 5 mil habitantes da cidade e da zona rural de Murutinga do Sul, na região de Andradina. Ninguém deixa a escola só porque passou de ano. Ao contrário, durante a semana sempre tem esporte na quadra, sem taxa de iluminação para quem joga. Aos sábados são comemorados na escola aniversários e casamentos e, aos domingos, sessões de video-cassete e encontros religiosos. Violência os alunos não conhecem. Ninguém tem medo de ir e voltar da escola desacompanhado. Nem mesmo as crianças da primeira série, que só têm 7 anos de idade. Depois de prefeito, o cargo mais importante de Murutinga é o de diretor dessa escola.

As salas de aula estão quase sempre lotadas. O aluno Elber Giovani Codognate, da terceira série, tem apenas 9 anos e costuma andar até durante a noite sozinho pela cidade. De bicicleta ele vai para a escola e garante: ''Não tenho medo. Ninguém aqui tem medo. Se alguém deixa de vir para escola não é porque tem medo de assaltos''. Um relatório da Secretaria da Educação, divulgado no começo do ano, classificou a Escola ''Bim Storti'' entre as melhores do estado, porque os índices de aprovação da escola estão acima dos 80%. Da primeira até a oitava série a evasão escolar foi de 7,3% durante todo ano passado, enquanto as reprovações atingiram 12%. Números considerados pequenos, para os educadores, que atribuem o desempenho da escola à sua estreita ligação com a vida da cidade e de toda população. *(Antônio José do Carmo, O Estado de S. Paulo/SP, 02/10/88)*

263
Escola estadual é depredada pela 15ª vez em São Bernardo

Pela 15ª vez este ano, a EEPG Maria Therezinha Besana, no Jardim Petroni, em São Bernardo, foi depredada por desconhecidos durante o final de semana. Os prejudicados foram novamente os 1.322 alunos da escola, que não puderam assistir à aula ontem,

já que as classes estavam com os vidros quebrados, materiais didáticos espalhados e muita sujeira pelo chão. Professores e mães de estudantes reivindicam com urgência a instalação de caseiro no estabelecimento e presença constante de policiais militares. *(Diário do Grande ABC/SP, 12/10/88)*

Rendimento escolar noturno (1986)

Série	Matrícula	Aprovação	Reprovação	Evasão
5ª a 8ª (1ºgrau)	557.532	47,67%	17,79%	34,54%
1ª a 4ª (2ºgrau)	390.150	56,24%	14,64%	29,12%

Fonte: CIE

Ociosidade do noturno (1987)

Número de escolas	sem noturno	com noturno	com noturno e com salas ociosas
5.635	2.032	3.633	3.210

(Folha de S. Paulo/SP, 06/11/88)

264
Secretaria quer facilitar aprovação em cursos noturnos de SP

A Secretaria de Educação do estado de São Paulo está elaborando mudanças para o curso noturno de 1º e 2º graus. O anteprojeto visa reduzir os índices de repetência e evasão das escolas, através de medidas de flexibilização da estrutura desses cursos. Segundo dados da própria secretaria, a taxa de evasão da 5ª à 8ª séries do 1º grau em 1986 chegou a 34,54%, o equivalente a 187.807 alunos. No mesmo ano, o índice de repetência foi de 17,79%, ou seja, 96.696 estudantes.

A secretaria se recusa a prestar esclarecimento sobre o projeto alegando que ele está em processo de discussão interna. O cronograma do anteprojeto, no entanto, prevê a implantação destas mudanças já a partir do ano letivo de *1989*. A proposta inclui, entre outros pontos, a absorção das disciplinas de Educação Moral e Cívica, e Organização Social e Política do Brasil, por outras disciplinas; e a criação de cursos de um mês, no período de férias, para não reprovar os alunos.

Segundo a proposta, o objetivo desse curso de um mês, em janeiro, é recuperar o conteúdo anual que o aluno não tiver conseguido cumprir satisfatoriamente. Esta oportunidade vale para até duas disciplinas. Na 5ª e 6ª séries do 1º grau, mesmo que o aluno não venha a ser aprovado por este processo, ele poderá se matricular no que a secretaria resolveu chamar de "turmas de desdobramento". Para os alunos de 7ª e 8ª séries fica ainda a alternativa da "matrícula progressiva". Para os alunos de 2º grau, será estabelecido, caso a proposta seja implementada, o regime de "matrícula por disciplina". Algo como o que existe hoje nos supletivos.

O quadro curricular da 5ª à 8ª série fica constituído por 5 aulas de Português, 5 de Matemática, 3 de História, 3 de Geografia, 3 de Ciências, 2 de Educação Física, e 2 de Língua Estrangeira.

Segundo o projeto, as escolas deverão ter pessoal para o atendimento noturno. O diretor da escola passará a prestar seus serviços também neste período. Um professor coordenador será eleito "por seus pares". Os professores passam a receber 20% (atualmente são 10%) de gratificação pelo trabalho noturno e contam com quatro horas semanais de trabalho pedagógico.

As escolas terão ainda um "professor orientador de estudos" que pode ser de qualquer disciplina ou grau e vai trabalhar com pelo menos uma "turma de desdobramento".

Algumas escolas aplicam projetos pilotos de reestruturação do curso noturno.

A preocupação em diminuir os índices de repetência e evasão, faz com que o projeto não tenha como meta central a qualidade de ensino. A intenção é atender às especificidades do curso noturno: jovens na maioria das vezes com mais idade que o previsto pela escolaridade regular e que trabalhem durante o dia. Mesmo levando em consideração estes aspectos, seria necessário ponderar sobre a defasagem que este plano coloca entre os alunos do diurno e do noturno. O projeto, porém, não toca neste ponto. *(Folha de S. Paulo/SP, 06/11/88)*

265
Escola demite 12 professores

Doze professores foram demitidos da Escola Oficina do Parque Dom Pedro II, por discordarem dos métodos pedagógicos aplicados pela nova direção. A escola foi criada há dois anos pelo governo Montoro, com grande alarde e propostas inovadoras para o ensino de menores de rua. Hoje, no entanto, os professores dizem que a escola foi praticamente abandonada e os projetos iniciais esquecidos.

A explicação dada aos professores — que são contratados pelo regime de ACT (admissão de caráter temporário) — foi de que a escola deverá ser reestruturada, "em razão de vir mantendo um pequeno número de alunos", como afirmou a diretora Alzira Pereira. Mas as razões são outras, segundo os professores. "Nada do que estabelece o decreto de criação da escola vem sendo cumprido. O governo atual não está interessado na proposta da escola e, por isso, está acabando aos poucos com o projeto", afirma Rubens Xavier Martins, um dos demitidos.

A Escola Oficina foi criada com a idéia de ser "diferenciada", cuidando de crianças carentes de sete a 17 anos, que estão fora das escolas e perambulando pelas ruas. Segundo Jandira Massue Uehara, o objetivo inicial era "preparar os menores, dando condições para que possam enfrentar a vida com

dignidade. Mas não existe um método pedagógico coerente com essa proposta nem condições práticas para levar o trabalho adiante''. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/12/88)*

MUNICÍPIOS

266
O escândalo do salário ilegal

O que ganho não dá nem para o café. É o que diz a professora maranhense Albertina Freitas do Nascimento, de 53 anos, que há 21 leciona na zona rural de Araioses, a 500 quilômetros de São Luís. Em fevereiro, quando o Piso Nacional de Salários (PNS) estava fixado em Cz$ 5.280,00, Albertina ganhava Cz$ 250,00 por período letivo, totalizando no final do mês um salário de Cz$ 500,00, quantia equivalente a dois quilos de pó de café.

Professora leiga, atualmente fazendo o curso pedagógico do Projeto Logos, Albertina dá aulas para classes multisseriadas (de 1ª a 4ª séries) na sala de sua casa, uma rústica construção de barro cinzento. Ela tem, este ano, 40 alunos de manhã e 30 à tarde, muitos dos quais são filhos de seus ex-alunos.

A situação dessa professora não é nenhum caso raro. Existem, atualmente, mais de 150 mil professores pelo Brasil afora recebendo remuneração até vinte vezes menor do que o Piso Nacional de Salários. E de nada tem adiantado o presidente José Sarney falar, no seu programa semanal ''Conversa ao Pé do Rádio'', que nenhum trabalhador brasileiro pode ganhar menos que o salário mínimo.

Quem mais desrespeita a legislação federal são as autoridades municipais. De acordo com os dados de um levantamento feito pelo Ministério da Educação, no próprio estado do presidente Sarney, o Maranhão, 99% dos municípios pagam aos professores de 1º grau remuneração inferior ao PNS.

De acordo com o MEC, Araioses é o município que paga os mais baixos salários do Maranhão. Mas não é o único: dos 117 municípios que recorreram às verbas do Salário-Educação, em 1987, apenas um registrava remuneração acima do piso nacional. O mesmo levantamento indicou que, de 2.726 municípios brasileiros pesquisados (de um total de 4.186 municípios existentes), 1.523 pagam salários menores que o PNS. Por esses dados, estima-se que mais de 50% dos 350 mil professores municipais de 1º grau estejam recebendo, hoje, menos do que o piso fixado por decreto presidencial.

Esse quadro fica mais assustador ainda se for considerada a grande disparidade existente entre o ganho real de milhares de professores e o custo de uma cesta básica (para uma família de 4 pessoas), calculado pelo Dieese — Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos — em Cz$ 28.877,99, no mês de fevereiro.

Sem contar que a existência de salários tão baixos torna ainda mais difícil a luta dos professores pela fixação de um piso nacional da categoria, no valor de 5 salários mínimos, conforme proposta aprovada no último congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), realizado em Brasília.

Rebaixamento — No município de Antenor Navarro no sertão da Paraíba, a professora Francisca Assis Gomes de Abreu, de 36 anos, enfrenta um dilema: afastada para tratamento de saúde desde o ano passado, ela está recebendo salário mínimo pago pela Previdência Social, mas, se a perícia médica do INPS a considerar apta para retornar ao trabalho, voltará então a ganhar a irrisória quantia de Cz$ 91,00 por mês, o mesmo que ganham os demais 78 professores leigos da rede municipal de 1º grau.

Segundo o levantamento do Ministério da Educação, os maiores índices de desrespeito ao Piso Nacional de Salários se concentram nos estados do Nordeste. Depois do Maranhão (99%), as maiores porcentagens de municípios que pagam abaixo do mínimo são as seguintes: Piauí e Paraíba (98%), Ceará e Rio Grande do Norte (96%), Sergipe (88%), Bahia (86%), Alagoas (83%) e Pernambuco (70%). Na Região Norte, o índice mais alto é do Pará, com 86%. Na Região Sudeste, Minas Gerais é o mais alto, com 49%. Na Região Centro-Oeste ganha o Mato Grosso, com 48% e na Região Sul o mais alto é o do Paraná, 45%.

Para o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção São Paulo, Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, ''é claro que a lei está sendo descumprida pelas autoridades que não pagam o piso salarial''. Na área da educação, diz Mariz, ''o aviltamento é tão grande que, ao lado de causar revolta nas pessoas bem formadas, traz uma negra perspectiva de futuro, pois nossas crianças e adolescentes não estão sendo convenientemente educados, já que os salários pagos aos professores não estimulam a permanência dos mesmos na carreira nem o ingresso de novos mestres''.

De maneira geral, muito pouco tem sido feito — pelos poderes públicos — para mudar essa situação de aviltamento do trabalho do professor. Uma tentativa foi a edição do decreto federal 91.781, de 1986, que estabeleceu como requisito para a distribuição das verbas do Salário-Educação a existência do estatuto do magistério municipal. A perspectiva do MEC era de que, com o estatuto, houvesse, a nível municipal, uma valorização do magistério, inclusive com garantias salariais para os professores. No entanto, a própria coordenadora de Apoio Institucional do MEC, Maria José Coutinho Moreira, reconhece que os estatutos elaborados pelos municípios, na sua maioria, pouco contribuíram para a valorização do professorado, menos ainda para resolver a questão dos baixos salários.

Causas — Vários fatores têm contribuído para que os professores recebam tão baixos salários. O mais poderoso deles, sem dúvida nenhuma, é o clientelismo político ainda determinante na administração pública municipal. Normalmente, ainda hoje, prefeitos, vereadores e caciques políticos empregam e demitem professores conforme seus interesses eleitorais, sem prestar contas de seus atos a quem quer que seja.

Um exemplo de caciquismo político na educação foi constatado pela reportagem de *Nova Escola* no distrito de Freixeiras, no município de Araioses. Lá, o vereador José Silva, do PFL, tem o estranho poder de contratar e demitir professores, distribuir as disciplinas e a carga horária de cada um, fixar vencimentos e fazer o pagamento dos 30 professores que trabalham nas

duas escolas do distrito — uma delas, inclusive, autodenominada Vereador José Silva. Ao ser questionada sobre o seu último salário, a professora Maria Lídia Borges dos Santos, que leciona Programa de Saúde da 1ª à 8ª série, não soube precisar o total. Constrangida, na frente de José Silva, ela explicou: "Quem recebeu por mim foi o vereador".

Omissão — Outros fatores detectados pelos técnicos do MEC são a má administração e a falta de recursos financeiros. Má administração porque, na maioria dos municípios, não há planejamento nem a aplicação rigorosa dos recursos destinados à educação. Quanto à falta de recursos, a perspectiva é de que os municípios sejam beneficiados com a reforma tributária incluída na nova Constituição.

Tem contribuído também para a existência de baixos salários a omissão dos órgãos públicos que deveriam fiscalizar a vigência do Piso Nacional de Salários em todo o país. A coordenadora Maria José Coutinho Moreira entende que, sendo a questão salarial vinculada a uma relação de trabalho, a competência de fiscalização pertence essencialmente ao Ministério do Trabalho.

Para o advogado trabalhista José Francisco Siqueira, compete mesmo ao Ministério do Trabalho, por meio da Delegacia Regional de cada estado, tomar a iniciativa pela fiscalização do decreto presidencial. No caso de omissão desses órgãos, segundo o advogado, "até o ministro do trabalho pode ser responsabilizado judicialmente". A Consultoria Geral da República, no entanto, por vários pareceres, recomenda que os agentes de inspeção do trabalho se abstenham "de fiscalizar e principalmente autuar as pessoas jurídicas de Direito Público, assim entendidas a União, os estados, os municípios e suas autarquias". Nesses casos, os agentes de inspeção devem limitar-se a orientar e instruir os órgãos públicos para o cumprimento da legislação.

Segundo o manual dos agentes de inspeção do Ministério do Trabalho, "persistindo a recusa ao cumprimento das orientações emitidas, o agente relatará circunstanciadamente as irregularidades encontradas à autoridade regional, a fim de que esta possa, através dos canais competentes, representar, sucessivamente, ao presidente da entidade, à autoridade à qual estiver vinculada a mesma e ao próprio chefe do executivo (municipal, estadual ou federal) para o efetivo cumprimento da lei".

Estranhamente, vários delegados regionais do trabalho afirmaram à *Nova Escola* que nada poderiam fazer no caso dos professores que ganham remuneração menor do que o Piso Nacional de Salários. O delegado de São Luís (MA), Vicente Ferrer, disse que "a Delegacia só pode atuar com a fiscalização em caso de empresas privadas ou de sociedade de economia mista". Em João Pessoa (PB), o delegado do Trabalho, Antonio Burity, chega ao absurdo de dizer que "o poder público não está sujeito às obrigações trabalhistas, por isto não podemos autuar". No Rio Grande do Norte, a Delegacia Regional do Trabalho informou que, mesmo que fosse de sua competência fiscalizar o cumprimento do PNS para os professores, não teria como enviar fiscais às cidades do interior, por falta de recursos.

Perspectivas — Mais ponderado, o delegado do trabalho de Minas Gerais, Paulo Lott, disse que os professores celetistas (contratados de acordo com a CLT — Consolidação das Leis do Trabalho) devem procurar a DRT para reclamar o pagamento do piso nacional. Mas, segundo ele, os professores estatutários devem ir diretamente à justiça para reclamar seus direitos.

Apesar do desinteresse dos órgãos do trabalho em cumprir seu papel fiscalizador, mesmo que seja apenas para orientar, nenhum órgão público pode deixar de obedecer o decreto federal que fixa o salário mínimo, sob pena de incorrer em crime de responsabilidade, previsto tanto na Constituição Federal como nas constituições estaduais. E, com relação aos prefeitos municipais, o decreto-lei 201, de 27 de fevereiro de 1967, prevê expressamente que constitui crime de responsabilidade "negar execução à lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente".

Diante do descaso das autoridades para resolver o problema dos salários ilegais, acaba ficando por conta do próprio professor tomar as iniciativas, seja por pressão política organizada (no seu município ou no seu estado), seja por meio de recursos judiciais. No dia 22 de fevereiro, por exemplo, a Justiça do Trabalho, em Pernambuco, condenou a prefeitura de Recife a indenizar 61 professores do antigo Mobral, pagando a eles complementação salarial por tempo de serviço, férias em dobro, 13º salário durante todo o período de trabalho, salário-família, aviso prévio, além da devida anotação na Carteira de Trabalho referente a todo o período de serviço prestado. A vitória dos professores, nessa ação judicial, demonstra que nem tudo está perdido. *(Nova Escola/SP, maio/88)*

Ceará

267
Prejuízo na educação

A educação do Ceará terá um prejuízo de Cz$ 500 milhões no próximo ano devido a incompetência das prefeituras do interior no emprego de recursos oriundos do Ministério da Educação. José Pereira Oliveira, delegado regional do MEC, afirmou que 59 das 146 prefeituras não prestam contas dos recursos captados junto ao MEC. *(Folha de S. Paulo/SP, 29/11/87)*

268
Delegado do MEC encaminhará processos das prefeituras em débito a Brasília

A Delegacia Regional do MEC vai esperar até o final do mês para que as prefeituras em débitos com o ministério se posicionem. Elas receberam recursos através do Programa de Salário Educação e tiveram 120 dias para sua aplicação e mais de 30 para prestação de contas, prazo este que pode ser prorrogado por mais 30. De acordo com a substituta do delegado, Rosa Catarina Guimarães, estão chegando diariamente à Delegacia justificativas de várias prefeituras. Não tem idéia, entretanto, de quantas já se posicionaram. "Acredito que as respostas atingem a 50%", ressaltou.

Afirmou, ainda, que os processos dos municípios em débito serão enviados ao MEC, em Brasília, que tomará as devidas providências: auditoria nas prefeituras ou tomada de contas especiais. Para realizá-las, o ministério, através de comissão, fará a verificação *in loco* da real aplicação dos recursos. As prefeituras que não tiveram obras realizadas são obrigadas a devolver o dinheiro. Dentre as que estão em débito figuram as de Jaguaretama e Milhã. A primeira, já se posicionou e devolveu o dinheiro, enquanto que a segunda ainda está construindo as unidades escolares. *(O Povo/CE, 20/8/88)*

Goiás

Goiânia

269
Diretores

Entre os dias 2 e 6 de fevereiro, a Secretaria da Educação estará recebendo as inscrições dos candidatos a diretor das escolas municipais. Poderão concorrer ao pleito os candidatos com mais de três anos de experiência na área do magistério, um dos quais na escola onde pretende exercer o cargo. Outro quesito determinado aos postulantes é que deverão ter o 2º grau completo para a direção das escolas de 1ª a 4ª séries; licenciatura curta para os estabelecimentos de 1ª a 8ª séries e, finalmente, licenciatura plena para aqueles que estão pleiteando ser diretores nas escolas de 1º e 2º graus. *(O Popular/GO, 28/01/87)*

270
Escolas elegem diretores sábado

Inicia-se neste sábado o processo eleitoral em 96 escolas do município de Goiânia, para a escolha de novos diretores. Votam nesses pleitos os alunos (representantes de classe), pais, professores e funcionários das unidades escolares. Segundo o secretário da educação municipal, Onofre de Castro, cerca de 100 professores estarão concorrendo aos cargos de diretores. *(O Popular/GO, 11/02/87)*

271
Milhares de crianças podem ficar sem escola

A Delegacia Regional do MEC informou ontem que milhares de crianças em todo o estado poderão perder acesso ao ensino pré-escolar, este ano, dado o pouco empenho dos municípios em renovar os convênios com o Ministério da Educação. Segundo o delegado regional do MEC em Goiás, professor Nelson Figueiredo, o prazo para habilitação aos convênios encerra-se no final do mês e até agora, apenas 25 prefeituras cumpriram as formalidades legais perante o ministério, número que no ano passado foi de 169.

Conforme o professor Figueiredo, os convênios têm duração de um ano e para renová-los o MEC exige das prefeituras uma prestação de contas dos recursos recebidos no período anterior, um relatório das atividades realizadas e um projeto para execução durante a vigência do novo convênio. Segundo o delegado do MEC, 32 mil crianças vinham sendo atendidas pelo sistema pré-escolar conveniado, mas a grande maioria delas poderá ficar prejudicada, caso os municípios não agilizem ao máximo a renovação dos convênios.

O professor Figueiredo lamenta o pouco interesse demonstrado pelas prefeituras na questão do ensino pré-escolar — principalmente no que diz respeito à observância de prazos junto ao MEC — e diz que isso "dificulta o processo de municipalização do ensino", que é um dos objetivos importantes do Ministério da Educação. Segundo Figueiredo, o MEC liberou para os pré-escolares de Goiás, no ano passado, verbas no valor de Cz$ 8,3 milhões e esse ano os recursos previstos são da ordem de Cz$ 12,5 milhões.

Nos convênios do pré-escolar o Ministério da Educação arca com o pagamento dos professores e cobre pequenas despesas por classe, cabendo aos municípios, praticamente, só a destinação do prédio para funcionamento da escola. Pondera Nelson Figueiredo que nenhum estado carente como Goiás, pode se dar o luxo de dispensar recursos tão necessários ao seu sistema de ensino, como são as verbas do MEC para o pré-escolar conveniado. *(O Popular/GO, 22/02/87)*

Maranhão

Codó

272
Prefeito agride padre que denuncia

O padre José Caetano Cardoso de Souza, da igreja matriz de Santa Rita, em Codó, a 291 quilômetros de São Luís, foi agredido com um soco no rosto depois de denunciar, no sermão de uma missa, que as professoras da prefeitura daquele município recebem mensalmente menos da metade do Piso Nacional de Salário. O autor da agressão ocorrida em plena Praça Governador Archer, às 21h de domingo, na presença de dezenas de pessoas, foi o prefeito Antonio Joaquim Araújo Filho (PFL). O padre Caetano teve que correr e se esconder na casa de um amigo para não apanhar mais.

A agressão foi denunciada ontem em nota distribuída pela Diocese de Coroatá, a 319 quilômetros de São Luís, à qual a paróquia de Codó é subordinada. O padre Caetano confirmou a agressão, mas o prefeito Antonio Joaquim, que está em São Luís, desmente tudo e diz que agrediu o padre "apenas moralmente". *(Jornal do Brasil/RJ, 02/06/88)*

Imperatriz

273
Professores conscientizam a comunidade

Como parte da programação relativa à semana dedicada ao magistério, os professores estão passando ao público, por intermédio da imprensa, mensagens de conscientização sobre o exercício de sua profissão.

A categoria começa a organizar-se como classe trabalhadora em Imperatriz, com filiação nas entidades representativas como Apema e APII.

A professora Iolanda Cortez pede aos colegas que se qualifiquem e sejam competentes, procurando se organizarem cada vez mais, pois só por meio da organização é possível conseguir espaço necessário para o bom desenvolvimento da profissão. *(Estado do Maranhão/MA, 13/10/88)*

São Luís

274
Funcionários denunciam precariedade de escola

Apesar do esforço de vários políticos — como do deputado do PDT, Magno Bacelar, vice-prefeito eleito de São Luís — incluindo o empenho pessoal da assessora da presidência da República, Roseana Sarney, e da ex-secretária de educação do estado, Lêda Tajra, para a viabilização do processo de encampação da escola pelo governo do Maranhão, a Unidade Integrada "Roseana Sarney Murad" ainda não tem condições de bom funcionamento.

Funcionários da escola, reunidos com a direção da Associação dos Professores do Estado do Maranhão (Apema), denunciaram e a própria entidade constatou que os problemas são muitos: o prédio está mal reformado, faltam materiais didáticos, há superlotação de sala de aula e a segurança não é eficaz, entre outros. O próprio governador do estado, Epitácio Cafeteira, já determinou o fechamento da unidade. *(O Estado do Maranhão/MA, 17/12/88)*

Pará

275
Cz$ 14 milhões devolvidos ao MEC pelos municípios

A delegada do Departamento Regional do Ministério de Educação e Cultura (MEC), Ruth Costa, vai repassar, ainda esta semana, Cz$ 14 milhões do montante destinado à educação pré-escolar nos municípios do Pará, para Brasília. É que 28 desses municípios não prestaram contas das verbas recebidas desde 1986. Por isso, não puderam se habilitar apresentando um Projeto Municipal de Educação Pré-Escolar para 1989.

O MEC enviou uma convocação para a prefeitura desses municípios em maio deste ano. Alguns responderam, outros não. Assim a delegada Ruth Costa enviou quatro cobranças de projetos e prestação de contas.

"No dia 18 de outubro, mandei um documento a diversas prefeituras do interior do estado, dando apenas 72 horas para que se manifestassem, mas não houve interesse", disse Ruth Costa. Depois dessa correspondência, o MEC enviou telegrama, no último dia 28, para alguns municípios, dando um último prazo de 24 horas. *(O Liberal/PA, 06/12/88)*

Paraná

Rio Branco do Sul

276
Falta de dinheiro gera greve do funcionalismo de Rio Branco

A defasagem entre receita e despesa, que perturba as prefeituras municipais, trouxe nos últimos dias um grande drama a Rio Branco do Sul: a greve dos professores municipais e também do restante do funcionalismo. Motivo: salários atrasados e reivindicação do pagamento das URPs de janeiro a julho deste ano, além da fixação de um dia certo aos pagamentos.

O drama — A greve do magistério municipal começou no dia 1 de agosto e só foi terminar dia 8. Participaram as escolas da zona urbana, em número de 11, ficando de fora as 80 da zona rural. No total, aproximadamente 300 professores aderiram. Na quarta-feira, a prefeitura efetuava os pagamentos relativos a junho e julho, definindo ainda o dia 15 para os pagamentos futuros. *(Estado do Paraná/PR, 14/08/88)*

Pernambuco

Recife

277
Recife adota informática no currículo do 1º grau

O ensino da informática deixou de ser um privilégio dos alunos das escolas particulares: a prefeitura do Recife introduziu a informática como disciplina curricular nas escolas da rede municipal e instalou 20 micro-computadores de 8 bits, na linguagem Logo, para atender os 680 alunos da 5ª a 8ª série do Colégio Professor João Alfredo, da rede municipal. A cadeira de Informática está substituindo as disciplinas de Práticas Comerciais e Práticas Integradas do Lar, esta última, segundo Reneude de Sá, diretora do Departamento de Planejamento da prefeitura, destinada a preparar empregadas domésticas. "Não tem sentido a escola estar ensinando aquilo que as meninas e meninos aprendem em casa. Precisamos, sim, é resgatar a credibilidade da escola pública, ensinando aquilo que colocará os alunos em melhores condições de competir no mercado", afirmou. No próximo ano, a disciplina será dada aos alunos do 2º grau que estiverem fazendo a cadeira de Contabilidade. Para isto, a prefeitura começou o treinamento de seis professores.

A introdução da disciplina é fruto de um convênio entre a prefeitura, o Ministério da Educação e a Universidade Federal de Pernambuco. *(Jornal de Brasília/DF, 29/09/87)*

278
Recife inclui umbanda nas aulas de religião

Umbanda, candomblé, espiritismo e evangelismo vão fazer parte, este ano, ao lado do catolicismo, da cadeira de orientação religiosa das escolas públicas municipais de Recife, que congregam 70 mil alunos. Para isso, a Secretaria de Educação da prefeitura instituiu concurso público para professores especializados nessa matéria e está fazendo uma exigência inédita aos candidatos que concorrem a 16 vagas: eles devem apresentar, além de licenciatura em Ciências Humanas, uma recomendação da Associação de Educação Católica, da Federação Espírita de Pernambuco, da Federação Evangélica de Pernambuco ou da Federação dos Cultos Afro-Brasileiros, garantindo que estão aptos a ensinar essas religiões.

Segundo o professor José Batista, diretor do Centro de Desenvolvimento de Pessoal da Fundação Guararapes — organismo da Secretaria de Educação — a idéia de incluir outras religiões na cadeira de orientação religiosa objetiva mostrar a realidade brasileira, "pois o catolicismo não é única religião do país". Ele explica que a orientação religiosa não é feita de maneira confessional e sim como uma matéria qualquer. "Os professores, sejam católicos, umbandistas, espíritas ou evangé-

licos, vão dar uma visão geral de todas as religiões e os alunos não vão ser obrigados a seguir uma religião, podendo escolher livremente o que desejam'', disse. *(Jornal do Brasil/RJ, 19/01/88)*

279
Recife vai ensinar sua história na escola sem heróis ou monumentos

Depois da grande revolução provocada pelo método de alfabetização do educador Paulo Freire — os alunos das escolas públicas aprendiam a ler e escrever a partir de palavras usadas no seu cotidiano — a prefeitura do Recife parte para inovar, mais uma vez, na área da educação: a Fundação Guararapes, órgão responsável pelo ensino nas escolas municipais, está adotando este ano um livro sobre a história do Recife, onde foram abolidos os heróis, as datas, os monumentos e vultos históricos ligados à cidade.

Polêmico, antes mesmo de chegar às salas de aulas (vai ser usado por 40 mil alunos da 3ª série do 1º grau) o livro ''Todos contam sua história'', de autoria do professor de História do Brasil Antônio Paulo Resende, além de não mencionar figuras como Matias de Albuquerque, Vidal de Negreiros, frei Caneca ou mesmo Maurício de Nassau, vai mais além: cria um novo conceito de família — agora um conjunto de pessoas que se gostem e vivem juntas e não o pai, a mãe e os filhos — faz uma crítica aberta à relação patrão-empregado e a sua concepção de moradia é uma tenda, onde uma mulher cozinha no chão, enquanto os filhos e o marido carregam lenha.

Professor há 15 anos na Universidade Federal de Pernambuco, Antônio Paulo Resende vai logo avisando que seu livro está aberto a críticas, consciente da repercussão que vai ter, e explica: ''Meu trabalho é baseado na experiência das escolas de comunidades, onde a realidade de cada aluno é o ponto de partida para ele aprender qualquer matéria. Em nosso caso, com esse mesmo método será mais fácil às crianças conhecerem melhor o lugar onde vivem'', acredita.

O professor Nélson Saldanha, membro do Conselho Municipal de Educação e durante muitos anos professor de História do Brasil e História Geral nas escolas públicas, acha a experiência válida, mas tem dúvidas quanto ao resultado: ''O livro é doutrinário, pesado e talvez seja pouco assimilável pela mente infantil'', diz, acrescentando que ''a questão do homem e o ambiente onde ele vive é uma coisa difícil de ser entendida por uma criança''.

Já a secretária de educação municipal, Edla Soares, não concorda com essa colocação: ''O livro vai servir para desestabilizar o processo de alienação que há nas escolas, onde se desconhece por completo o cotidiano dos alunos'', garante. O livro é provocativo, o que recria a possiblidade de o professor dirigir o processo pedagógico, na sala de aula. *(Fátima Pombo, Jornal do Brasil/RJ, 29/02/88)*

280
Recife faz jornal para os alunos do município

Uma publicação totalmente escrita pelos alunos da rede municipal de ensino, o Jornal Escolar, que custa à prefeitura Cz$ 453 mil por uma tiragem inicial de 70 mil exemplares, já está sendo distribuído aos 65 mil alunos das 124 escolas do município do Recife.

Bem impresso, colorido e de fácil aceitação entre as crianças que se vêem retratadas nas matérias, o Jornal Escolar cria um verdadeiro painel que reconstitui o mundo daqueles milhares de alunos, quase todos pertencentes a famílias de baixa renda.

No primeiro número o jornal mostra qual o ideal de casa que as crianças gostariam de ter. Uma professora do bairro afastado de Bomba do Hemetério, Aparecida Barros, colheu depoimentos de alunos de alfabetização sobre violência. São depoimentos fortes: ''Violência é pegar um pau de fogo e cegar o outro''; ''É o tarado pegar a criança''; ''É pegar as crianças e jogar no rio''; ''É o pai bater na mãe''.

O secretário de imprensa da prefeitura do Recife, jornalista Homero Fonseca, vê no jornal um meio inovador de estimular o debate entre educadores e acha bonito constatar que ''no meio da miséria e do sonho, essas crianças são solidárias''. *(Jornal do Brasil/RJ, 27/04/88)*

Parnamirim

281
Prefeitos não mandam buscar material escolar

A irresponsabilidade dos prefeitos das 25 cidades do interior de Pernambuco que até agora não receberam o material escolar cedido gratuitamente pela FAE, através do Ministério da Educação, está deixando 62.964 alunos carentes sem condições materiais de estudo. Os prefeitos, apesar de quatro solicitações, não comparecem às dependências do Colégio Militar do Recife, onde o material escolar encontra-se amontoado.

A displicência dos dirigentes municipais é flagrante: a prefeitura de Parnamirim, por exemplo, que tem direito a 2.524 módulos de material, recebeu o primeiro aviso no dia 19 de abril último, portanto há três meses. Depois disso já foram feitas mais comunicações e no entanto não vieram buscá-los e nem sequer apresentaram alguma desculpa.

Em situação semelhante encontram-se as prefeituras de Itacuruba (700); Exu (4.978); Sítio dos Moreiras (2.361); Brejinho (1.625); Afrânio (1.218); São Bento do Una (7.017); Serrita (2.438); Floresta (3.477); Camutanga (1.908); Lajedo (4.690); Bonito (4.437); Toritama (597); Bom Conselho (4.171); Alagoinha (1.571); Salgadinho (789); Quipapã (700); Lagoa dos Gatos (2.953); Panelas (6.422); Carnaíba (4.703); Tabira (2.550); Caetés (4.101); Teresinha (1.539) e Itaiba (2.671).

Todo o material é doado pelo MEC, através da FAE, atendendo solicitação das prefeituras, sendo a quantidade determinada pelo Serviço de Estatística do Ministério com base no censo escolar de 1985, o que faz com que haja certa defasagem nos números. Depois de feita a solicitação, a FAE homologa o pedido e imediatamente envia ofício circular a todas as prefeituras. *(Diário de Pernambuco/PE, 22/06/88)*

282
Frevo e teatro fazem parte de metodologia de ensino em Recife

Preocupada em adotar um método de ensino que não isole o aluno em sala de aula e lhe dê oportunidade de trazer para a escola os problemas e expe-

riências vividos na própria comunidade, a Secretaria de Educação desta capital acabou encontrando uma forma original de integrar professores e estudantes, através de atividades multidisciplinares que incluem o frevo e o teatro. A cada 15 dias, todos os alunos da 5ª a 8ª séries do 1º grau das 25 escolas da rede municipal de ensino discutem desde a concepção de cada um sobre a própria escola, o sistema educacional, a violência urbana, até questões religiosas ou a Aids.

Sem formalismo — Nas atividades coletivas integradas (Acis) — como foi denominado o método pela Fundação Guararapes, órgão que coordena a política educacional de Recife — os alunos abandonam o formalismo, misturam-se aos colegas de outras turmas e discutem temas propostos por eles mesmos, através de questionários respondidos previamente. Apesar de envolver professores do Serviço de Orientação Educacional e de 3 disciplinas básicas — orientação religiosa, educação física, educação artística —, os temas são desenvolvidos através da música, dança, teatro, pintura ou literatura.

Segredo é estimular aluno a improvisar — Se as Acis mudarão, de fato, a vida dos alunos, a maioria pertencente às classes baixas, ainda é cedo para se dizer. Mas, pela reação de alguns deles, a relação entre estudante e professor já não é a mesma. Na sexta-feira passada, depois de assistir a um audiovisual sobre o tema 'A escola atual não é a escola ideal', um grupo resolveu desenvolver o assunto através da dança, com números de frevo e afro. "Manifestações com que eles estão acostumados a conviver em suas comunidades", salienta a professora. Outro grupo achou melhor produzir uma peça de teatro e o tema não poderia ter sido outro: a falta de diálogo entre alunos, pais e professores.

"O eixo das Acis é a arte como forma de reflexão sobre o mundo e, ao mesmo tempo, tentamos valorizar a educação como instrumento de transformação", afirma Martha Naira Mattos, professora de religião da Fundação Guararapes, explicando a integração das disciplinas nessas atividades. "A educação física entra como expressão corporal, na dança, na música ou no teatro. A religião estimula os alunos a refletir e propor mudanças. E a educação artística orienta o trabalho". Os alunos acreditam, como é o caso de Claiton Goncino Barbosa, de 13 anos, da 5ª série da Escola Mário Melo, que o método "ajuda a crescer e a saber mais das coisas". *(Jornal do Brasil/RJ, 27/08/88)*

Piauí

Teresina

283
Duas semanas sem merenda

As mais de 30 mil crianças matriculadas nas escolas da rede municipal de ensino, em Teresina, estão sem merenda escolar há mais de duas semanas. O prefeito Wall Ferraz apelou ontem ao ministro da educação, Hugo Napoleão, para que agilize o repasse das verbas da representação da FAE no Piauí, para a aquisição dos alimentos. O representante estadual da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Edson Tomaz, informou que o estoque da merenda escolar para o interior já está no fim. Em todo o estado, 400 mil crianças pobres têm na merenda escolar a sua alimentação básica. *(Correio Braziliense/DF, 21/10/88)*

Rio de Janeiro

Capital

284
Briga de quadrilhas impede alunos de irem para outras escolas da Cidade de Deus

Os 251 alunos da Escola Municipal Pedro Aleixo, da Cidade de Deus — fechada há duas semanas por causa dos seguidos tiroteios entre as quadrilhas do AP e Karatê, que intimidaram e afastaram seus últimos 21 professores — não podem ser transferidos para qualquer outro dos sete educandários do 16º DEC (Tanque) existentes na área. A principal razão é que várias crianças são parentes ou filhas de pessoas ligadas à quadrilha do AP. Sua remoção, mesmo temporária, as deixaria nas mãos da Karatê e também de bandidos rivais das quadrilhas do 141, Quinze, Laminha e Treze. *(O Globo/RJ, 08/05/87)*

285
Deputado acusa prefeitura de pagar caro por merenda

O macarrão (75% mais caro), o alho (188,66%), e outros alimentos e até temperos que compõem a merenda escolar da rede municipal de ensino estão sendo adquiridos por preços bem superiores aos de mercado, denunciou ontem o deputado Cláudio Moacyr (PDT). Ele acusa o Instituto de Planejamento do Rio de Janeiro (Iplan-Rio) de ter feito, em março passado, concorrências irregulares na compra de alimentos para a Secretaria Municipal de Ensino. Este ano, o orçamento da prefeitura prevê gastos de Cz$ 500 milhões com a merenda.

Segundo o deputado, todos os preços dos componentes da merenda escolar são manipulados pelo Iplan e publicados, em código, no Diário Oficial do Município, de tal forma que só é inteligível para "os privilegiados com acesso à tabela de conversão". Cláudio Moacyr disse que o Instituto exige de todas as empresas concorrentes uma caução (depósito prévio) correspondente a 2% do valor do contrato, embora as firmas não conheçam, antes, quais os valores máximos e mínimos a serem estipulados para os produtos que pretendem vender.

"Esses preços, as empresas só vão saber depois de feita a concorrência, e isso caracteriza que a prefeitura está comprando com dinheiro coceiano", disse o deputado, comparando a compra da merenda escolar ao escândalo da Cooperativa Central de Abastecimento (Cocea), que veio à tona quando Leonel Brizola era o governador do estado e descobriu que a Cocea adquiria alimentos por preços bem superiores aos de mercado.

Na opinião do deputado, nenhuma empresa faria uma caução de Cz$ 10 milhões — correspondentes aos 2% do total de Cz$ 500 milhões que a prefeitura pretende gastar com a merenda escolar — se não tivesse certeza de que ganharia a concorrência e outros benefícios:

"O Iplan, como tem poderes para fixar os preços depois da concorrência, pode também favorecer uma ou outra empresa".

O deputado disse que há oito dias recebeu denúncia anônima e começou a investigar os preços dos produtos da merenda escolar e compará-los com os dos alimentos comprados pelo Exército, PM e Secretaria estadual de Saúde. Concluiu que foram irregulares as concorrências feitas pelo Iplan-Rio.

Ele disse que o alho, comprado por Cz$ 140 o quilo pela Secretaria Municipal de Educação custa só Cz$ 48,50 para a Secretaria de Polícia Militar. Outros produtos, como o biscoito *cream craker*, pacote de dois quilos, que para o município sai por Cz$ 180, fica por Cz$ 106 quando comprado pela PM.

O deputado disse que o feijão também está sendo comprado pela prefeitura por preços superiores aos da tabela elaborada pela Sunab.

Diretor contesta denúncia — O diretor da Comissão Coordenadora dos Programas de Alimentação do Município (CCPAM), João Barbosa Bravo, disse que não há fundamento na denúncia do Deputado Cláudio Moacyr (PDT) de que a prefeitura está comprando alimentos da merenda escolar por preços acima dos de mercado. Segundo Bravo, a CCPAM faz pesquisa de preços levando em conta índices oficiais da Sunab-RJ, Iplan-Rio, Pesagro e da própria Comissão. *(O Globo/RJ, 22/09/87)*

286
Estudantes apedrejam prefeitura e ferem 9 PMs

Com faixas e cartazes exigindo o pagamento de meia passagem nos ônibus, cerca de 500 estudantes secundaristas invadiram ontem à tarde o Palácio da Cidade, em Botafogo, após passarem pela Cinelândia — onde se manifestaram em frente à Câmara dos Vereadores — e apedrejaram o prédio, por não conseguirem um encontro com o prefeito Saturnino Braga.

O prefeito, em seu gabinete, explicou ser impossível dar a meia passagem aos secundaristas, pelo fato de a lei 512 ter sido julgada inconstitucional. Segundo o prefeito, a lei 512 — sancionada pelo ex-prefeito Marcelo Alencar — foi revogada porque os empresários de ônibus recorreram na justiça alegando sua incostitucionalidade e tiveram ganho de causa. O prefeito esclareceu ainda que a gratuidade atualmente em vigor nas passagens para alunos de 1º grau foi uma concessão dos empresários.

Pouco depois, Saturnino recebeu três estudantes, num rápido diálogo intermediado pelo presidente da Famerj, Almir de Lima. Os três estudantes queriam que Saturnino fosse até os jardins do palácio conversar com todos os manifestantes. O prefeito recusou-se a sair, o que os três estudantes comunicaram pouco depois aos colegas espalhados pelos jardins, juntamente com a informação sobre a impossilibidade de adoção da meia passagem.

O quebra-quebra começou em seguida, com bolas de gude sendo lançadas sobre janelas, lampiões e refletores. A bandeira do Brasil hasteada no jardim foi arrancada e tampões de cimento do jardim foram quebrados e lançados sobre o prédio.

A PM foi chamada e, por meio de um cordão, conseguiu colocar os estudantes fora dos jardins. Os manifestantes permaneceram ainda por 20 minutos em frente ao palácio, parando o trânsito na rua São Clemente e em todo o bairro de Botafogo, até a praia. Somente por volta das 19h eles começaram a se dispersar e a situação voltou ao normal. *(O Globo/RJ, 01/10/87)*

287
Saturnino exige desculpas e indenização da Ames

O prefeito Saturnino Braga não voltará a discutir a questão da meia passagem nos ônibus, enquanto a Ames (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas) não se desculpar e não pagar pelos danos causados ao Palácio da Cidade, apedrejado por centenas de estudantes anteontem. *(O Globo/RJ, 02/10/87)*

288
Definida norma para eleições em escolas públicas

A Secretaria Municipal de Educação começará a receber amanhã as inscrições das chapas concorrentes às eleições diretas para diretores, diretores-adjuntos e secretários das escolas públicas municipais da capital que acontecerão nos próximos dias 20, 21 e 22. Os prazos e regras do processo eleitoral foram divulgados ontem pelo secretário municipal de educação, Moacyr de Góes. O secretário explicou que o prazo para inscrição de candidaturas — só serão aceitas chapas completas — irá até 7 de dezembro, enquanto o período entre os dias 8 e 19 será reservado à campanha eleitoral.

As eleições segundo Moacyr de Góes, são resultado de dois meses de debates em torno da lei 504, de 12 de janeiro de 1984, do então vereador Aloísio de Oliveira, e também de projetos do Centro Estadual de Professores e da Famerj, entre outras.

Para o cargo de diretor, poderão concorrer professores do quadro do município com no mínimo dois anos de magistério, sendo um em regência de turma, e em exercício na respectiva unidade escolar. Nas escolas onde as diretorias são concursadas ou inventariadas será realizado, nos próximos dias 4 e 5, um plebiscito para decidir se também elegerão diretamente seus dirigentes.

No plebiscito e nas diretas, terão direito a voto todos os professores e funcionários lotados na escola, excluídos os que trabalharem em regime de hora-extra e dupla regência; todos os alunos da terceira à oitava séries matriculados na escola há, no mínimo, três anos; pais, mães ou responsáveis pelos estudantes do pré-escolar à oitava série; e um representante da associação de moradores local, desde que membro do Conselho Escola-Comunidade. Cada escola terá duas urnas — uma para professores e funcionários e outra para os demais eleitores — cada uma com peso final de 50 %. *(O Globo/RJ, 01/12/87)*

289
Rio faz eleições diretas para diretor de escolas municipais

Pela primeira vez, o Rio começou ontem a eleger diretamente os diretores, adjuntos e secretários de 902 das 969 escolas que formam a rede pública municipal.

O colégio eleitoral é composto por 350 mil alunos (da 3ª à 8ª série), pais de outros 650 mil (das demais séries), 32 mil professores, 15 mil funcionários e 900 representantes de associações de moradores. Segundo Francisco Alencar, que organizou durante três meses as eleições, o comparecimento, ontem, foi maior por parte dos pais. Em 65% das escolas, apenas uma chapa concorre e, na maior parte dos casos, de situação. Há mais de duas chapas em apenas 45 escolas.

Francisco Alencar disse que considera a proporcionalidade dos votos mais democrática do que nas eleições das escolas estaduais. Nas municipais, os votos de professores e funcionários somados valem o mesmo que a soma dos votos de alunos, pais e representantes das associações. Nas escolas estaduais, os votos dos professores valem 70% do total, o que segundo Alencar torna difícil a eleição de um candidato dos alunos. *(Folha de S. Paulo/SP, 21/12/87)*

290
Nova visão do índio no material didático

A imagem de indolência, primitivismo e ingenuidade que sempre se atribuiu ao índio brasileiro está prestes a deixar as páginas dos livros didáticos de História usados pelos alunos da rede municipal de ensino. Conscientes de que ela não corresponde à realidade, o Museu do Índio e a Secretaria Municipal de Educação firmaram convênio de intercâmbio científico-cultural, com o objetivo de propor uma nova visão do índio no material didático.

Conhecido desde as eleições de 1986, quando se candidatou a deputado constituinte pelo PT, o índio Gilberto Macuxi dará consultoria à Secretaria de Educação para que, até agosto, uma nova descrição da vida indígena esteja impressa em livros e cadernos de textos dos alunos do 1º grau.

Além dos depoimentos de Macuxi, serão colhidos os de representantes das tribos Xavante, de Mato Grosso; Pancararu, de Pernambuco; Guarani e Caigangue do Paraná; e Javaé, de Goiás. *(O Globo/RJ, 17/3/88)*

291
Pais exigem início do ano letivo nas escolas que têm desabrigados

As diretoras de escolas municipais do Rio Comprido (Centro) e Tijuca (Zona Norte), transformadas em abrigos de flagelados das chuvas desde fevereiro, não sabem mais o que fazer para evitar as depredações e enfrentar pressões de pais de alunos, inconformados com o atraso do ano letivo. Em todas elas, a sujeira predomina e se sucedem as promessas do governo sem que a situação seja resolvida.

Nas quatro escolas visitadas ontem pelo Jornal do Brasil, a situação é praticamente a mesma. Os donativos não chegam mais e a falta de perspectiva aumenta os conflitos entre os flagelados. Algumas são tombadas pelo Patrimônio Histórico e Artístico, como a "Pereira Passos", na Praça Rio Comprido, que além de abrigar um tuberculoso entre os 81 necessitados, já apresenta os primeiros sinais de estrago: o mármore do degrau na entrada da escola foi quebrado. *(Jornal do Brasil/RJ, 05/04/88)*

292
Reforma curricular deve melhorar ensino no Rio

Uma escola pública e democrática, capaz de assegurar a mesma qualidade de ensino em qualquer área do Rio é, segundo o secretário municipal de educação, Moacyr de Góes, o objetivo da reforma curricular que será implantada nas mil escolas da rede municipal de ensino, a partir do ano que vem. Ontem, ele apresentou a proposta da reforma, elaborada por uma equipe de cem assessores, que será debatida até setembro nas escolas. O texto final, com alterações sugeridas pelos professores, estará pronto em dezembro.

"Queremos uma escola participativa, que assegure a todas as crianças do Rio de Janeiro a mesma qualidade de ensino, tanto no Leblon quanto em Santa Cruz. Só a escola pública é capaz de levar adiante essa concepção de unidade", afirma Moacyr de Góes.

Em algumas escolas já estão sendo adotados novos currículos de História e Geografia, onde a Secretaria Municipal de Educação tenta dar uma visão menos estereotipada de grupos étnicos e fatos históricos. Segundo o secretário, a proposta também se preocupa com a interdisciplinaridade. Após o debate entre os 46 mil professores da rede municipal, representantes dos pais e alunos serão escolhidos como delegados para participar da plenária final, que deverá ser realizada em setembro. *(O Globo/RJ, 21/06/88)*

293
Nem as escolas escapam

Bandeiras do Brasil jogadas no chão e sujas de fezes foram o detalhe mais chocante — segundo os professores da Escola Municipal Vital Brazil — do quadro de vandalismo deixado pelos ladrões que, durante o fim de semana, entraram na escola. O arquivo da secretaria foi revirado e roubados todos os equipamentos e o estoque inteiro de alimentos da merenda escolar.

Os ladrões, que entraram pelos basculantes de uma das salas de aula, levaram telefones, máquinas de escrever, gravadores, projetor de slides, filmadora, mimeógrafo, pratos e talheres, 10 caixas de refrigerantes e 120 quilos de alimentos, suficientes para uma semana de refeições dos 400 alunos.

O morador de um prédio vizinho, que não quis se identificar, nem explicou porque não chamou a polícia, contou que o roubo foi praticado na madrugada de segunda-feira por três menores, que passaram pelo menos duas horas no corredor de acesso à escola transportando para a rua todo o material roubado. O perito Osvaldo Franco, do Instituto Carlos Éboli, confirmou ter sido a ação característica de pivetes. *(Jornal do Brasil/RJ, 06/09/88)*

294
Cieps: instalações ruins e poucos alunos

São 54 Cieps administrados pelo município, a maioria com sérios problemas nas instalações e falta de alunos. A Secretaria Municipal de Educação constata um índice de ociosidade nos Cieps da ordem de 53%. Dos 10 prédios visitados por técnicos da secretaria nos últimos meses, todos apresentaram problemas como rachaduras, vazamentos, afundamento do solo, provo-

cando interdição de salas, banheiros e vestiários, por oferecer risco às crianças.

Com capacidade para receber até 54 mil alunos, os Cieps têm hoje matriculadas 27.512 crianças. Na opinião da professora Carmem Lúcia Pessanha Lazza, assessora do secretário de educação do município, Moacyr de Góes, um dos principais motivos que levam os alunos a deixar os Cieps — onde contam com um atendimento de nove horas — é a necessidade de trabalhar. Outras crianças não conseguem adaptar-se a tanto tempo de permanência na escola. Um exemplo do esvaziamento dos Cieps está no Catete. Enquanto a Escola Municipal Vital Brazil está superlotada, com 403 alunos — 53 acima da capacidade —, o Ciep Tancredo Neves, poucos metros adiante, tem 100 vagas. *(O Globo/RJ, 11/09/88)*

295
Moreira Franco doa 44 Cieps para o município

O governo estadual repassou para a prefeitura do Rio os 44 Cieps já construídos ou ainda em fase de construção existentes no município. O termo de doação foi assinado na segunda-feira entre o governador Wellington Moreira Franco e o prefeito Saturnino Braga.

Com o acordo, a prefeitura do Rio fica com a obrigação de finalizar as obras, o que, segundo o presidente da Empresa Metropolitana de Obras Públicas do Estado (Emop), José Augusto Pereira das Neves, deverá custar US$ 44 milhões (aproximadamente Cz$ 30 bilhões). A alegação do governo estadual é que no ano que vem os municípios terão mais recursos para a educação devido à nova Constituição. O município do Rio já contava com 53 Cieps. *(Folha de S. Paulo/SP, 21/12/88)*

Rio Grande do Norte

São Bento do Norte

296
Professores são demitidos por pedir aumentos

Os professores municipais de São Bento do Norte, foram demitidos pelo prefeito Raimundo da Silva Pinto, por terem reivindicado melhoria salarial. Com um salário de 1 mil e 700 cruzados, os docentes queriam receber o equivalente a um Piso Nacional de Salários. A partir daí foram demitidos e o prefeito contratou professores em João Câmara pagando 70 mil cruzados mensais. Entre os demitidos está o presidente do PMDB do município, Josivan Ribeiro, que denunciou o prefeito por corrupção com os recursos do Fundo de Participação do Município que é depositado em sua conta particular a cada dia 20 de cada mês.

Mesmo demitidos, os professores não receberam seus direitos trabalhistas e entraram com uma ação na Junta do Trabalho em Macau. Nas negociações, o prefeito afirmou que "nenhuma prefeitura de interior paga o salário mínimo, por isso se achava no direito de não reajustar os salários reivindicados". *(Tribuna do Norte/RN, 05/03/88)*

Macaíba

297
Prefeitura de Macaíba quer fechar o turno da noite em escola e provoca protestos

Quatro professores da Escola Municipal Dr. Severiano, de Macaíba, denunciaram ontem durante a Conferência Estadual de Educação a ameaça de fechamento do turno noturno do estabelecimento, anunciado na terça-feira à noite pela secretária municipal de educação, Lúcia Soares, depois de autorizada pela prefeita daquele município, Odiléia Mesquita. O motivo do desentendimento entre a comunidade escolar e a prefeita é uma pauta de reivindicações elaborada na escola durante o programa "SOS Educação".

As reivindicações, segundo denunciaram os professores, nunca chegaram à prefeita, por que Odiléia se recusou a conhecê-las. Para ouvir a comunidade escolar a prefeitura marcou em um só dia, três vezes e em três locais diferentes a mesma reunião. Terminando por receber os professores em sua residência. Lá chegando, a comissão de alunos e professores ouviu a prefeita dizer que "aquela escola é realmente uma pocilga, pois tem porcos em sala de aula, na secretaria e na diretoria".

Ontem à noite, os professores planejavam se reunir no Centro Pastoral de Macaíba às 19 horas para discutir a decisão da prefeita. Desde a quinta-feira os alunos se recusam a assistir aulas, em protesto contra a resposta que obtiveram para suas reivindicações. *(Tribuna do Norte/RN, 18/08/88)*

Rio Grande do Sul

Viamão

298
Professores de Viamão descontentes com as atitudes do prefeito

O confronto entre os professores municipais de Viamão e o prefeito Tapir Rocha acirrou-se desde a demissão do diretor Waldir Bonatto, da Escola Municipal São Pedro, o único eleito pela comunidade escolar.

Os educadores de Viamão, que também recebem baixos salários, querem ver a democracia instalada no município. Para isto, eles já realizaram quatro assembléias na Vila São Pedro e uma paralisação de dois dias no início do semestre letivo, como protesto pelo afastamento de Bonatto.

O prefeito, por sua vez, nomeou outro diretor, Maurício Fondello, que segundo declarações dos professores da escola tem tomado atitudes fascistas. O novo diretor, rechaçado por professores, pais e alunos, instalou uma rádio no pátio do colégio no primeiro dia de aula, de onde transmitiu para a prefeitura os acontecimentos no interior da instituição, além de colocar seguranças espalhados pelos corredores.

Os educadores, que usam tarja preta em sinal de contestação, estão fazendo administração paralela com a vice-diretora, Neiva Bertolotto, que também foi retirada do cargo. No dia 23 de agosto eles realizaram, com o apoio das escolas do município, um dia de luta. Esperando que a democracia retorne à Escola São Pedro, estes educadores têm registrado inúmeras denúncias, inclusive na CPI do magistério, instalada pela Assembléia Legislativa. *(Magister/RS, set/88)*

Encantado

299
Em Encantado, 18 escolas já foram municipalizadas

Embora a nova Constituição brasileira não tenha se posicionado favoravelmente pela municipalização do ensino, o governo estadual, de mãos dadas com prefeitos e secretários municipais de educação, tem desencadeado o processo de municipalização em dezenas de escolas do interior do Rio Grande do Sul.

Não se trata, porém, de um plano estadual, mas sim de um projeto em nível nacional que busca a desvalorização da escola pública. Entre as 480 escolas estaduais municipalizadas de 87 até o final de junho, 430 são, na realidade, escolas que haviam passado para a administração dos municípios em meados da década de 70.

As 18 escolas estaduais de Encantado foram municipalizadas no primeiro semestre de 88. "A municipalização aconteceu do dia para noite" disse contrariado o diretor da Escola Estadual de 1º e 2º graus Monsenhor Scalabrini, Valmir Griesang. Ele contou que a direção da escola tentou inúmeras vezes ser recebida pelo prefeito Adroaldo Consatti, do PMDB, para discutir a questão, mas a agenda do chefe do executivo municipal de Encantado não tinha espaço para os educadores. A escola Scalabrini só foi recebida minutos antes de ser assinado o acordo da municipalização, o que foi feito sem consulta aos professores.

Graças às arrecadações efetuadas pelo CPM, as condições físicas da escola não são das piores, no entanto, comentou Griesang, os problemas continuam iguais, ou seja, o estado não supre as necessidades do estabelecimento. Em decorrência da implantação arbitrária do QPE, a escola também foi afetada pela falta de professores. Para cobrir esta lacuna, a prefeitura tem firmado contratos horas/aula ao invés de nomear os concursados — nem mesmo o professor que tirou o primeiro lugar da 3ª Delegacia de Educação foi nomeado.

Como resultado imediato da municipalização, o diretor da escola Scalabrini evidencia uma retração na mobilização do magistério, uma vez que o controle dos professores acaba gerando um medo de envolvimento nas lutas da categoria. Há contratações irregulares e uma divisão na categoria, pois a municipalização criou dois quadros de professores, um ligado ao estado e outro ao município.

Sem nenhuma preocupação pedagógica, a municipalização teve o caráter de desmoralizar a escola pública, refletiu o diretor da escola, constatando que os professores estão pisando em ovos uma vez que não sabem se seu patrão é o estado ou o município. Além da desmobilização ocasionada pela municipalização, o Plano de Carreira também foi atingido. O pagamento está sendo feito de acordo com a classe que o educador atua e não conforme a titulação, o que provavelmente ajudará a dividir os professores, lamentou Griesang.

Sem vislumbrar futuro promissor, ele criticou a municipalização salientando que não houve plano educacional e nem a criação de um Conselho Municipal de Educação, e sequer discussão sobre o assunto. *(Magister/RS, out/88)*

Ibirubá

300
Ibirubá promove congresso sobre educação ambiental

Com mais de mil participantes, entre professores, agrônomos e estudantes de 15 estados brasileiros, será encerrado hoje, no município de Ibirubá, o 1º Congresso Brasileiro de Educação Ambiental e o 3º Congresso Estadual de Educação Ecológica. Os dois eventos, desenvolvidos em três dias, tiveram por objetivo promover a consciência ecológica dentro das comunidades, ao nível dos currículos escolares, desde a infância, e no meio rural, em contato direto com os agricultores. Ibirubá é um dos municípios gaúchos pioneiros na inclusão da disciplina de educação ecológica no ensino de 1º grau.

Este trabalho nas escolas e junto aos agricultores vem sendo desenvolvido em Ibirubá desde 1977 e, este ano, ganhou uma projeção nacional, através da participação do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema). Com o tema central "Meio Ambiente: Política Educacional e Participação Comunitária", o evento conta com a presença de convidados da Argentina e Uruguai e busca propiciar o relato de experiências, pesquisas e estudos na área de educação ecológica, tendo como principal meta a participação efetiva da comunidade na preservação do meio ambiente. *(Zero Hora/RS, 04/10/88)*

São Paulo

Bauru

301
Bauru joga a merenda no lixo

Mais de 12 toneladas de macarrão adquiridas pelo setor municipal de alimentação escolar de Bauru estão contaminadas e deverão ser jogadas no lixo. 800 quilos já foram despejados num aterro sanitário. Outras 3,5 toneladas deverão ter o mesmo destino nos próximos dias, enquanto os integrantes de uma comissão técnica deverão analisar 8 toneladas ainda armazenadas no depósito do órgão municipal, de onde recentemente foram retirados muitos ratos.

A mercadoria foi adquirida no começo do ano. A nutricionista Marise Tognoli, diretora da alimentação escolar, disse que o prejuízo aconteceu porque o seu antecessor, Laerte Escarelli, mesmo diante de estatística que indicava o consumo mensal de apenas 3.500 quilos, adquiriu de uma só vez 40 toneladas de macarrão, mercadoria que não pode ficar armazenada por mais de dois meses, "principalmente nas condições em que se encontrava no depósito, em meio a grandes ninhadas de ratos". Marise Tognoli explicou que, ao constatar a impropriedade do macarrão para o consumo humano, ofereceu-o ao zoológico municipal para servir aos bichos, mas nem mesmo para essa finalidade o produto foi aceito, não restando outra destinação senão o lixo.

Apuração — O assunto veio a público porque o presidente da Câmara, vereador Walter Nascimento Costa, recebeu um telefonema anônimo e foi à sede da Merenda Escolar, onde constatou a irregularidade. O prefeito José Gualberto Martins Angerami consti-

tuiu ontem uma comissão integrada por representantes do Instituo Adolfo Lutz, da USP, e de outros órgãos técnicos para apurar o ocorrido e as responsabilidades. Anunciou sua disposição de aplicar com rigor as penalidades àqueles que tenham exercido a função pública com improbidade ou negligência.

O ex-diretor Laerte Escarelli não foi encontrado ontem, O assunto começou a ganhar contornos de escândalo porque, pela manhã, a polícia foi chamada à sede da Merenda Escolar para o registro de uma ocorrência de furto. De acordo com a queixa prestada, alguém entrou no prédio durante a madrugada e de lá retirou documentos. *(O Estado de S. Paulo/SP, 23/10/87)*

Capital

302
O secretário não quer que você seja informado

A reportagem sobre os problemas e perspectivas da educação no município, que publicamos hoje, 11ª da série *A Cidade em Debate*, fundamenta-se substancialmente em dados de 1984, disponíveis no Plano Diretor, em visível prejuízo dos leitores e de todos os que se interessam pela questão do ensino público em São Paulo. A responsabilidade, no caso, deve ser inteiramente atribuída à Secretaria Municipal de Educação e Bem-Estar Social e ao seu titular, Paulo Zingg. Procurado para entrevista nos primeiros dias de fevereiro, Zingg não só se recusou terminantemente a receber o repórter Luiz Carlos Lopes, como proibiu qualquer um de seus subordinados de fornecer informações. Mais: vetou também toda tentativa de acesso ao banco de dados da secretaria, recebendo apoio incondicional do secretário particular de Jânio Quadros e assessor de imprensa da prefeitura, Roberto Abrahão, nestas decisões. *(Shopping News/SP, 29/03/87)*

303
Escolas municipais desabam

Há pelo menos 60 escolas municipais em São Paulo construídas sobre morros, córregos, esgotos a céu aberto ou próximas à área de enchentes e lixão. Destas, cinco já começaram a desabar. Os seus seis mil alunos terão de assistir às aulas em salões de sociedades amigos de bairros ou em classes já superlotadas de escolas das imediações, durante o segundo semestre. As construções deterioradas têm menos de dois anos e, segundo o secretário municipal de Educação, Paulo Zingg, "estas são as obras do apagar das luzes do governo Mário Covas. Foram apenas instrumentos de campanha que necessitam agora de uma completa reforma". *(O Estado de S. Paulo/SP, 17/07/87)*

304
Secretário vê política em assalto

O secretário municipal da educação, Paulo Zingg, denunciou ontem, em ofício enviado ao prefeito Jânio Quadros, que a repetição cada vez mais freqüente de assaltos à escolas da periferia tem "conotação político-social preparatória de algo mais grave". *(O Estado de S. Paulo/SP, 04/09/87)*

305
Professora critica e é punida

O prefeito Jânio Quadros determinou ontem ao secretário da educação, Paulo Zingg, que suspenda por três dias a professora Daisy Morbelli Kotvan, que enviou carta do **Jornal da Tarde** denunciando irregularidades na escola em que trabalha, pedindo providências. Em memorando que enviou ao secretário, o prefeito afirma que a professora "não podia nem devia dirigir-se à imprensa, formulando críticas, antes de dirigir-se ao prefeito". Diz também não saber se a professora se dirigiu ao secretário da educação, mas reafirma que a ele, prefeito, não.

Na carta publicada ontem, a professora diz que trabalha na Escola Municipal de 1º grau Marcos Melega e está estarrecida diante da situação. Afirma que "nunca vi uma invasão de pessoal sem função entrar numa só escola". Segundo ela, além do pessoal regular da secretaria na escola, há três professores readaptados, cinco professores sem função e até um auxiliar de dentista, com o dobro da carga horária do dentista. *(O Estado de S. Paulo/SP, 05/12/87)*

306
Homenagem ao prefeito

Os supervisores de ensino da rede municipal prestaram homenagem ao prefeito Jânio da Silva Quadros, conferindo-lhe o título de "Professor Benemérito da Cidade de São Paulo em 1987". A entrega do diploma e da medalha alusivos ao título foi solenemente efetuada ao chefe do executivo municipal na Igreja do Pátio do Colégio, ao transcurso do aniversário do prefeito. Participaram da solenidade o secretário de educação, professor Paulo Zingg, e toda a cúpula do ensino municipal.

O título de "Professor Benemérito da Cidade de São Paulo" é conferido anualmente por um Conselho de Supervisores de Ensino da rede municipal a personalidades que tenham oferecido contribuição expressiva ao sistema de educação da capital e às categorias profissionais do setor. *(O Estado de S. Paulo/SP, 28/01/88)*

307
Municipalizada a pré-escola em São Paulo

Um termo de Cooperação Técnica assinado pelo prefeito Jânio Quadros e pelo secretário de estado da educação, professor Chopin Tavares de Lima, efetivou a municipalização da pré-escola na Capital. No documento, a secretaria estadual reconhece, por outro lado, a competência da Secretaria Municipal de Educação para administrar, com controle total, o ensino em seu âmbito. *(O Estado de S. Paulo/SP, 30/01/88)*

308
Funcionalismo desaprova o plano de carreira de Jânio

O funcionalismo municipal está descontente com o projeto de reestruturação de cargos e carreiras do funcionalismo, proposto pelo prefeito Jânio Quadros. Segundo Deise Benetti de Paula, da diretoria da Apeem, "o projeto vai diluir o aumento do funcionalismo municipal, porque o reajuste não vai ser igual para todos. Nós havíamos conquistado carreira aberta, não havia hierarquias. Agora, os funcionários comuns vão 'pagar os salários das chefias', ou

seja, ganharão menos para os chefes receberem mais''.

Além disso, Deise Benetti acha que a prefeitura está usando a reestruturação de carreiras para não conceder o aumento real que todos os funcionários deveriam ter — segundo os cálculos do vereador Walter Feldman, do PMDB, o aumento deveria ser de 155%. Os cálculos do vereador foram baseados na lei municipal que prevê correção automática nos salários dos servidores, quando a folha de pagamento ficar abaixo de 45% da receita municipal. Com a arrecadação do IPTU, IPVA e outros impostos a folha de pagamentos passou a representar menos de 45% da receita.

Para Deise Benetti, o projeto aumentará os gastos do funcionalismo e confirmará uma tendência que vem se desenvolvendo na administração Jânio Quadros: ''Neste último ano os funcionários municipais perderam 170% em relação ao nível salarial dos outros anos, a maior perda salarial da sua história''. Ela disse ainda que os funcionários da prefeitura nunca ganharam menos que os funcionários estaduais, mas que agora essa situação se inverteu, mesmo com as dificuldades de aumento que os servidores estaduais estão enfrentando. *(Folha de S. Paulo/SP, 15/02/88)*

309
Educadores homenageiam Jânio e Zingg

Cerca de 1.500 educadores da rede municipal de ensino promoveram jantar em homenagem ao prefeito Jânio Quadros e ao secretário de educação, professor Paulo Zingg, em agradecimento às melhorias introduzidas na carreira do magistério com a recente restruturação. O encontro teve lugar no Círculo Militar de São Paulo e contou com a presença de inúmeras autoridades.

Em inflamado discurso, a professora Ordélia Covello agradeceu as medidas adotadas pelo prefeito e pelo secretário em favor dos professores, João Mellão Neto falou em nome do prefeito e a seguir, Paulo Zingg também manifestou sua gratidão pela homenagem, lembrando que as melhorias para o professorado foram ''acima de tudo, uma questão de justiça e reconhecimento pelos bons serviços prestados à sociedade por essa dedicada categoria de servidores públicos''. *(Notícias de Itaquera/SP, 23/04/88)*

310
Prefeitura paga entrega dos frangos duas vezes

Quem está distribuindo o frango para a merenda das escolas municipais é a própria prefeitura, que ainda tem de contratar o serviço de terceiros para conseguir transportar todo o produto. Embora a fornecedora receba 70% a mais sobre o preço do frango para entregá-lo, ela não faz este serviço e obriga a prefeitura a pagar duas vezes para servir frango aos estudantes: uma para a empresa Aries, a fornecedora, e outra para as transportadoras Transfunc e Transazul, que levam a mercadoria a 800 unidades municipais, nos quatro cantos da cidade.

No dia 8, *O Estado de S. Paulo* denunciou que a prefeitura estava pagando bem mais caro que os preços de mercado pelo quilo do frango inteiro e em pedaços. O prefeito Jânio Quadros determinou a abertura de uma sindicância que não apurou nenhuma irregularidade. Nem a descoberta de um processo na Secretaria da Educação, com autorização da Secretaria da Administração, para o aluguel de uma frota de peruas Kombi e de caminhões para o transporte do frango foi analisada.

No despacho final da sindicância, o prefeito Jânio Quadros adverte no Diário Oficial do último dia 16: ''Enquanto isso quero também, de modo permanente, informações detalhadas do Departamento de Merenda Escolar. Ficará igualmente desmoralizada a aleivosa notícia de que esse departamento colabora no trabalho de distribuição''. Jânio Quadros, no final do despacho, afirma: ''A Prefeitura dá por esclarecido e encerrado esse assunto, tão levianamente levado a público, sem outro escopo que a subalterna intenção de agredir o poder público e seus agentes''.

O Estado de S. Paulo acompanhou durante dois dias a distribuição do frango para a merenda escolar da prefeitura e constatou que a prefeitura está se responsabilizando pela entrega do produto. A Aries Comercial, empresa fornecedora, entrega de segunda a quinta-feira cerca de 20 toneladas de frango inteiro e em pedaços, num depósito municipal na esquina da rua Casemiro de Abreu com Cataguaz, no bairro do Aeroporto. A entrega da Aries é feita por volta das 4 horas da manhã e às 6 horas começam a chegar as peruas Kombi da Transfunc e os caminhões da Transazul. Às 8 horas, as duas ruas ficam intransitáveis, devido ao grande número de veículos estacionados.

As peruas estacionam, em ângulo de 90 graus, na rua Cataguaz e os caminhões aguardam parados na Casemiro de Abreu. Vários caminhões da Secretaria Municipal de Educação também colaboram na distribuição do produto, mas permanecem dentro do depósito, sendo os primeiros a receber as mercadorias. O frango chega cedo no caminhão da Aries e é descarregado pelos funcionários da prefeitura. Vem em caixotes de plástico, dentro de sacos, vai para a balança e depois de conferido o peso, segue para as peruas e os caminhões alugados. O caminhão da empresa fornecedora não é refrigerado e a prefeitura também não tem câmaras frigoríficas em seu depósito.

Pelo transporte, a prefeitura paga à Transfunc, de acordo com uma licitação pública, cerca de Cz$ 7 milhões mensais, só pelo aluguel das peruas. Já os caminhões são alugados da Transazul, que recruta também caminhoneiros autônomos. A Transazul paga Cz$ 100 mil mensais por cada caminhão.

As informações oficiais sobre o escândalo do frango são contraditórias. O vereador Eurípedes Sales, líder do prefeito na Câmara, afirma que a prefeitura paga mais porque a empresa Aries distribuiu a mercadoria em mais de 800 postos e ainda espera de 30 a 60 dias para receber. O prefeito Jânio Quadros não aceita que o Departamento de Merenda Escolar colabore com a distribuição e o secretário de Administração, João Mellão Neto, acrescenta que por contrato a Aries é obrigada a entregar o produto em apenas 30 locais, inclusive no depósito da Merenda Escolar, e o que acontece depois disso não é de sua responsabilidade.

Para o vereador Marcos Mendonça, do PMDB, presidente da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, da Câmara, isso é um absurdo: ''Entregar o frango em 30 locais e cobrar por isso 70% a mais não está certo. Essa

distribuição qualquer fornecedor faria sem nenhum ônus para a prefeitura''. Hoje de manhã, deverão comparecer à Câmara Municipal para prestar depoimento na Comissão de Defesa do Consumidor os dois proprietários da Aries Comercial. *(O Estado de S. Paulo/SP, 26/04/88)*

311
Confirmado na Câmara gasto com frangos

A Associação Paulista de Avicultura (APA) confirmou na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara Municipal que a prefeitura está mesmo pagando o preço do quilo do frango inteiro e em pedaços muito acima do mercado. O presidente da entidade, José Luiz Sioretto, e o superintendente da APA, José Carlos Teixeira da Silva, informaram também que nunca foram consultados pelo Departamento de Compras da prefeitura sobre o preço do produto. *(O Estado de S. Paulo/SP, 27/04/88)*

312
Pais disputam vagas em escola 'três-em-um' da prefeitura

Duas escolas municipais ''inauguradas'' neste ano pela administração do prefeito Jânio Quadros estão instaladas nos prédios de uma outra, a Escola Municipal de 1º grau Embaixador Raul Fernandes, fundada há 30 anos na Vila Brasilândia. Ontem, em uma delas, a Escola Municipal de 1º grau Geraldo Sessio Júnior, 400 pais e mães de alunos aguardavam em fila — alguns desde as 18h do dia anterior — pelo atendimento dos funcionários da secretaria com o objetivo de conseguir uma reserva de vaga para seus filhos.

As aulas da EMPG Geraldo Sessio Júnior tiveram início em agosto deste ano. Todos os seus professores e alunos faziam parte do corpo docente e discente da EMPG Raul Fernandes, que possuía até então dois prédios para seu funcionamento. Com a ''inauguração'' da outra, ela passou a utilizar apenas o edifício mais antigo.

Sandra Dantas Cezar, 9, que durante o primeiro semestre deste ano letivo cursou a 3ª série do 1º grau nessa escola, tornou-se aluna da EMPG Geraldo Sessio Júnior em agosto último. ''Meus colegas e meus professores são os mesmos de antes. Só mudou o nome da minha escola e a cor da minha pasta, que agora tem que ser azul'', disse ela.

O prédio de construção mais recente — cerca de 20 anos, segundo alguns moradores da região — abriga outra escola além da EMPG Geraldo Sessio Júnior, que é a Escola Municipal de Ensino Supletivo Menotti del Picchia. A diretora desta última, Valtrudes de Freitas, e a da EMPG Raul Fernandes, Maria Cecília de Oliveira Fernandes, não foram encontradas ontem. Oracy Gorski Damaceno, diretor da EMPG Geraldo Sessio Júnior, não quis fazer qualquer declaração sobre o assunto.

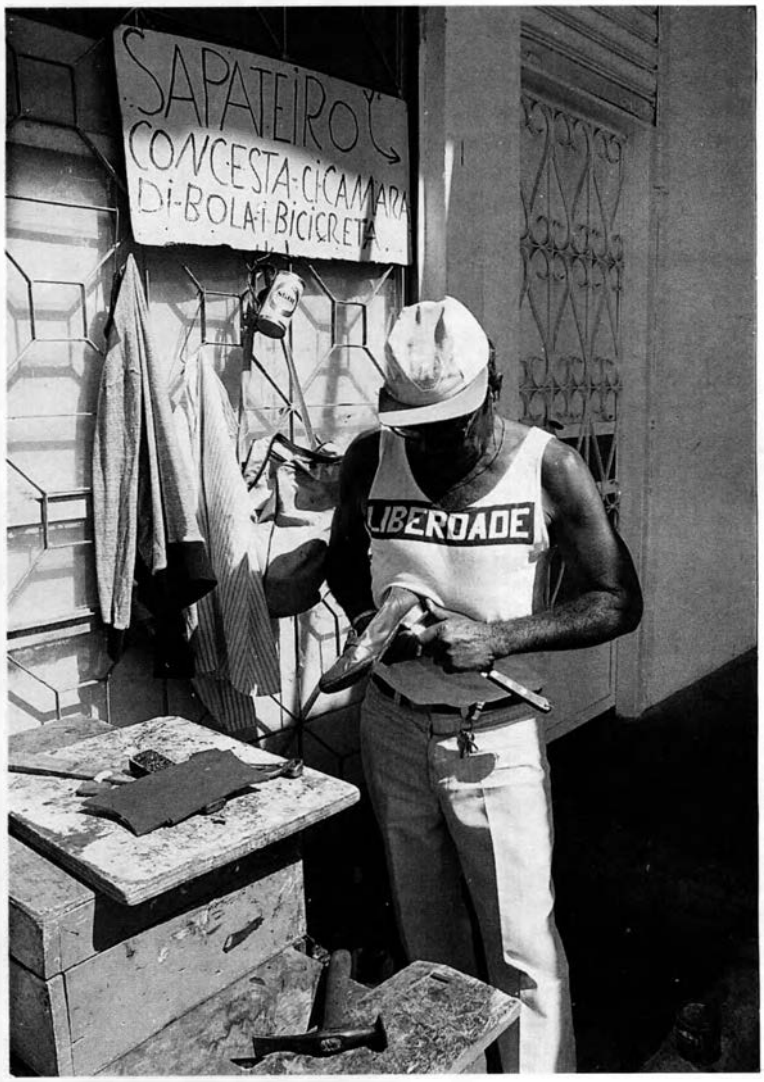
Edna Maria Onofre, 37, mãe de três crianças, esteve na fila para a reserva de vagas desde as 3h de ontem. Segundo ela, a EMPG Geraldo Sessio Júnior dará prioridade para matrícula no curso pré-escolar às crianças que completarão seis anos de idade até o final de 1988. ''A prefeitura precisa abrir mais escolas. Não adianta nada inaugurar uma nova dividindo uma outra que já existia'', disse Edna.

A implantação da EMPG Geraldo Sessio Júnior contou com a colaboração financeira de pais de alunos, como Januária Maria de Lima Zago, 39, que pagou em agosto mais uma taxa de contribuição voluntária da Associação de Pais e Mestres. Uma das principais preocupações de Januária diz respeito à necessidade de mudança do uniforme escolar, que será exigido no início do próximo ano letivo: ''No meu caso, que tenho três filhos que passaram para a escola nova, vai ficar um pouco pesado''. Quanto à questão da falta de vagas, ela afirmou que sua irmã Maria Martha Nogueira ficou na fila desde as 18h de anteontem.

Assim como o diretor Oracy Gorski Damaceno, nenhum funcionário do ''complexo educacional'' da Vila Brasilândia fez qualquer comentário a respeito do caso. Cláudia Rita Correia Bonfim, responsável pela Delegacia Regional de Ensino Municipal 3 (DREM 3), à qual estão subordinadas as escolas ''três-em-um'', não se encontrava em seu gabinete ontem à tarde, segundo sua funcionária Maria Lúcia Santoro. O secretário municipal da educação Paulo Zingg, foi procurado pela Folha ontem, mas até o final da tarde não havia voltado do almoço, segundo sua secretária Vera. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/12/88)*

EDUCAÇÃO DE ADULTOS

José Luiz Faria/*Sala de Aula*



A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO NOTICIÁRIO

Sérgio Haddad (*)

O primeiro fato que se apresenta aos que se dedicaram a buscar informações no campo da educação de adultos através dos periódicos nacionais é o pouco destaque que o tema mereceu. Apesar do elevado número de jovens e adultos analfabetos ou com pouca escolarização e do significado social deste fato, as editorias não deram o espaço noticioso compatível à importância e ao destaque merecidos. Uma análise global das notícias indica uma atitude reativa às ações governamentais. Notícias normalmente produzidas quanto à Fundação Educar, em momentos simbólicos, como no dia internacional da alfabetização, ou então como destaque de ações isoladas de experiências da sociedade civil ou de setores do executivo público. Poucas são as informações acompanhadas de uma análise minimamente compreensiva do fenômeno da educação de adultos, suas causas e conseqüências, bem como das políticas sociais a ele referentes.

Na verdade, este quadro apresentado pelos noticiários acaba por refletir aquilo que a realidade apresenta: a educação de adultos, dentro do campo da educação, tem sido relegada a um plano bastante secundário em relação aos outros níveis de ensino. Isto pode ser identificado para a sociedade como um todo e mesmo entre os educadores, inclusive entre aqueles considerados progressistas no campo educacional. Produto de uma série de fatores, a realidade aponta para o baixo nível de consciência coletiva sobre a necessidade de uma oferta do atendimento escolar com qualidade para jovens e adultos defasados em sua escolaridade, qual o tipo de oferta a ser estendida e como ela se articularia com outros níveis de atuação no campo das políticas sociais e educacionais em particular.

Apesar disto, a educação de adultos no Brasil vem ganhando, ainda que de modo tímido, crescente importância. Dentro do quadro de desleixo em que o ensino público veio sendo tratado, em especial nos últimos anos, produto de um desinteresse pelo social que os órgãos governamentais demonstraram em praticamente todas as suas instâncias, do nível federal ao municipal, o ensino de adultos, pelo menos quanto ao discurso e mesmo quanto a algumas ações concretas, acabou por ganhar algum destaque que tem servido para aumentar o nível de visibilidade social da questão.

Este tipo de movimento pode ser notado na incorporação pelo discurso oficial, de maneira mais permanente, da necessidade de garantia de uma oferta de escolarização como um direito daqueles que não tiveram a oportunidade de realizá-la na época adequada. É neste sentido que podem ser interpretadas as ações estaduais e municipais, normalmente no campo dos governos considerados progressistas, no sentido de ampliar a oferta de atendimento. É também nesta linha de identificar a questão do direito que as diretrizes da Fundação Educar se basearam. E mais tarde, em 1989, quando da promulgação da nova Constituição, este movimento acabou por se traduzir em artigo de lei, ganhando a educação de adultos o status de igualdade com os outros níveis de ensino, e fazendo do reconhecimento do direito um dever de atendimento por parte do estado.

O reconhecimento do direito de escolarização dos adultos e, simultaneamente, do dever do estado em oferecer esta escolarização, não se transformou ao longo deste período nem em vontade política para efetivamente implantar um serviço nacional de educação de adultos, nem em uma destinação de verbas compatível com as necessidades de atendimento. O movimento mais geral se traduziu em ofertas parciais, através da organização de novos programas de educação de adultos, ou reorganização de antigos que dependendo do maior ou menor compromisso de cada um dos governos com as camadas populares, sejam eles em nível municipal, estadual ou federal, acabam por se tornar programas com características diferenciadas e qualitativamente desiguais. Todas estas manifestações, no entanto, pouco fizeram para efetivamente transformar as características do compromisso do setor público para com a realidade de milhões de adolescentes e adultos.

A Fundação Educar, sem dúvida alguma, foi o órgão que mais esteve presente nos noticiários, afinal, é a responsável em nível nacional pelos programas de alfabetização de jovens e adultos. Além do mais — particularmente no período de 1987-88 — a Fundação se destacou, por ser o período onde suas diretrizes estabelecidas em 1985 foram implantadas de maneira mais intensa e com maior apoio político. Foi no início deste período que Leda Tajra assumiu a presidência, depois da demissão coletiva de toda a direção do órgão. Ex-secretária de educação do Maranhão, amiga do presidente Sarney e do futuro ministro da educação, Hugo Napoleão (de quem viria a se tornar esposa), Leda ganhou prestígio e apoio político.

(*) Integrante do programa Educação e Escolarização Popular do CEDI e autor de Ensino supletivo no Brasil: O estado da arte. *Brasília, Inep/Reduc, 1987. 136 p.*

A ação do antigo Mobral foi substituída pela da Fundação Educar. Além da mudança de nome, a Fundação deixou de manter atividades de ensino próprias, para apoiar programas de órgãos públicos, especialmente municipais, e atividades de organizações da sociedade civil. Basicamente sua ação está compreendida entre o repasse de verbas para pagamento de monitores, apoiar tecnicamente os programas e oferecer material didático. As notícias dos periódicos praticamente se pautaram em descrever as ações da Fundação e de alguns programas apoiados por ela em órgãos públicos ou organizações da sociedade civil.

Tais programas foram notícias por suas características inovadoras. As novas diretrizes imprimidas pela Fundação permitiram valorizar a diversidade, diferentemente do antigo Mobral que tinha como característica a centralização. Desta forma, tanto em programas dos setores públicos como de organizações da sociedade civil, pode-se verificar um esforço de criação: na construção de novas metodologias, na formação do professorado e, fundamentalmente, na busca de alternativas de unidade entre a ação política e a ação pedagógica. Por isso, as poucas notícias sobre educação de adultos vieram acompanhadas pelo seu sentido de experiência pedagógica e pelo envolvimento com o nome de Paulo Freire. Praticamente todas as notícias apontam para o seu método ou derivações do mesmo. Paulo Freire continua sendo o padrão básico dos programas.

Uma outra característica das notícias está no fato de praticamente estarem relacionadas apenas a programas de alfabetização, identificando educação de adultos com alfabetização de adultos. Não há referência alguma sobre o ensino supletivo, sobre os exames de suplência, os centros de ensino supletivo, os programas de formação de magistério, o ensino televisivo e os programas de rádio, entre outros. E não podemos dizer que não foram notícias porque não existiram; ao contrário, não só existiram como se ampliaram.

O ensino supletivo de uma maneira geral cresceu, não só pela oferta do ensino privado, mas também do público em nível estadual e municipal. Nada disso foi noticiado. Os programas de ensino pela televisão praticamente estão voltados à educação de adultos. São exemplos o Telecurso de 2º grau *produzido pela Fundação Roberto Marinho e o* Verso e Reverso *produzido pelas organizações Bloch. Receberam verbas governamentais, melhoraram sua imagem comercial, se autopromoveram. Não foram notícia. Todos os anos os exames supletivos são realizados. Em alguns anos até duas vezes. Os índices de aprovação são reduzidos, a qualidade dos exames discutível. São enormes os interesses comerciais dos cursos preparatórios, todos sem supervisão dos órgãos governamentais. Nada foi noticiado.*

Qual o número real de pessoas analfabetas no Brasil para as diversas faixas etárias? Impossível de ser respondida esta pergunta, ao menos pelas informações colhidas pelos jornais. A característica destas informações é o desencontro, tanto de um ponto de vista nacional quanto regional. A quantidade de informações desencontradas faz dos números um elemento de desinformação. Apenas como exemplo, se tomarmos o caso de São Paulo, duas notícias diversas informam que o número de analfabetos no estado seria de 2,2 milhões e 14 milhões. É uma grande diferença, que deixa o leitor perplexo. No entanto, a realidade dos fatos é esta mesma. A educação de adultos está fora do serviço nacional de estatística educacional, a não ser os dados dos censos ou das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) que caracterizam apenas o analfabetismo. Mesmo assim, há ainda uma diversidade de critérios para se medir o analfabetismo no que se refere à eleição da idade mínima, variando entre 5, 10 e 15 anos. Também há diferenças no critério de avaliação do analfabetismo e muitas vezes a simples leitura do nome pode servir como base para considerar uma pessoa alfabetizada ou não.

A educação de adultos nos anos de 1987-88 foi pouco noticiada. Quando o foi, deu-se nos dias próximos ao que se comemora o dia internacional da alfabetização, centrado na questão do analfabetismo. Está servida de dados estatísticos pouco confiáveis e se prendeu a descrever experiências, mais do que realizar um balanço analítico do problema. Apesar disto, ela começa a ser notícia em uma sociedade que começa a reconhecer a educação como direito de todos, inclusive para aqueles que não tiveram oportunidade de obtê-la na época adequada.

Aconteceu na imprensa

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

313
MEC aceita pedido de demissão da iretoria da Fundação Educar

O ministro da educação, Jorge Bornhausen, aceitou ontem o pedido de demissão coletiva da diretoria da Fundação Educar (Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos), apresentada pessoalmente na última quinta-feira pelo seu presidente, Vicente Paula Barreto. O secretário-geral do MEC, Aloísio Sotero, 38, disse que a demissão da diretoria da Fundação Educar é apenas uma conseqüência da proposta de reformulação da entidade, que inclui a transferência de sua sede do Rio de Janeiro para Brasília. Essa mudança, segundo Sotero, deverá ser gradual e começará pela diretoria. Somente no Rio, a fundação tem 740 funcionários e o MEC, segundo Sotero, não pretende demitir ninguém.

Ensino básico — A Fundação Educar é vinculada à Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC, tendo como responsabilidade específica atuar na área de educação básica de jovens e adultos. Com a transferência da Fundação Educar para Brasília, o MEC fica apenas com um de seus órgãos — a Funtevê — funcionando fora de Brasília.

Objetivo era melhorar índice de alfabetização — A Fundação Educar foi criada em 25 de novembro de 1985 em substituição ao Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), implantado em 1970, quando o Brasil contava com 18.146.977 analfabetos. A Fundação pretendia "corrigir os erros que o Mobral cometeu", conforme declarou na ocasião o ministro da educação Marco Maciel.

Ele reconhecia o "fracasso" do programa de alfabetização e apontava o crescimento do número de analfabetos no país: cerca de vinte milhões em 1985. Das quarenta milhões de pessoas que haviam se inscrito no Mobral durante os seus quinze anos de existência, quinze milhões receberam o certificado de conclusão do curso, mas, conforme o próprio órgão admitia na época de sua extinção, apenas 1,5 milhão de pessoas podiam ser consideradas alfabetizadas.

Tendo como modelo o método Paulo Freire, a Fundação Educar nasceu com propostas de descentralização, através de convênios com municípios e execução de programas de alfabetização básica regionalizada. O curso de 1º grau da Educar dura vinte meses e oferece um certificado que permite ao aluno continuar seus estudos. Em 1986, a Fundação atendeu 762.784 alunos em 2.197 municípios. Em janeiro deste ano, ela contava com 96.800 alunos no estado de São Paulo e já havia firmado convênios com 253 prefeituras. Com sede no Rio de Janeiro, a fundação, desde sua criação, teve como presidente o carioca e ex-presidente do Mobral Vicente Paula Barreto, 47. *(Folha de S. Paulo/SP, 21/03/87)*

314
MEC exige eficiência de fundação

Ao abrir ontem o 1º Encontro Nacional de Dirigentes da Fundação Educar, o ministro da educação Jorge Bornhausen deixou claro que a sobrevivência do órgão está condicionada à obtenção de "resultados palpáveis". Para justificar, Bornhausen citou a determinação de contenção geral de gastos públicos e revisão da máquina administrativa. Ele lembra que no final do ano passado a Educar esteve para ser desativada.

O encontro dos dirigentes que se encerra hoje tem como objetivo estabelecer as relações interpessoais e institucionais entre eles, apresentar propostas de ação para a formulação de projetos, e consolidar, em documento, os resultados obtidos nos debates que servirão de subsídio ao plano operativo da instituição. Para a presidente da Educar, Leda Maria Tajra, ex-secretária de educação do estado do Maranhão, é imprescindível que a fundação assuma uma postura de mudança em suas atividades, a começar pela descentralização de seus programas através da municipalização. *(Folha de S.Paulo/SP, 07/05/87)*

315
"Eu achava que a caneta pesava mais que a enxada"

Alguns meses depois, José, um gari, e mais 799 alunos do Cabo (PE) já sabem ler e escrever, graças a um projeto comunitário apoiado pela Fundação Educar.

José Francisco de Lima, 40 anos, acaba de fazer uma importante descoberta: uma caneta e uma folha de papel são objetos tão importantes em sua vida como a enxada e a vassoura. Ele é gari da prefeitura do Cabo, onde há mais de vinte anos costuma varrer as ruas e praças e recolher o lixo da porta das casas. Aprendeu a manejar com habilidade os equipamentos de jardinagem e limpeza, mas nunca conseguira empunhar um lápis, uma caneta ou rabiscar uma única letra no papel. "Eu achava que a caneta pesava mais que o cabo da enxada", diz José.

Bastaram, porém, três meses de aprendizado, no final do ano passado. Hoje ele domina com alguma intimidade a leitura e a escrita. Escreve bem seu nome, pequenas cartas para os amigos e parentes distantes. Faz contas e lê tudo o que chega a suas mãos. "Minha vida melhorou 100%", conta o gari. "Agora já não tenho medo de tomar um ônibus errado por não saber ler o percurso que ele faz".

O que aconteceu com José não foi um milagre. Foi o resultado de um novo e bem-sucedido programa comunitário de alfabetização de adultos, desenvolvido no Cabo com o apoio da Fundação Educar.

"É surpreendente. Após três meses de curso, os alunos já começam a escrever textos. Temos surpresas todos os dias", diz a professora Margarete Pereira Cavalcante, 27 anos, uma das

coordenadoras do programa que, de julho de 86 a janeiro deste ano, conseguiu alfabetizar 800 pessoas.

Até 1985 era muito grande a evasão nas classes de alfabetização de adultos no Cabo. Dos alunos matriculados no início do ano letivo, mais da metade desistia no meio. Em 86, dos 1.450 alunos matriculados, apenas 32,5% pararam antes do final do curso, apesar de parte dele coincidir com o período de corte de cana, que começa em setembro e afasta muitos trabalhadores da escola. Este ano, com a mudança do período letivo (em vez de julho-janeiro, as aulas serão dadas de março a setembro), o índice de evasão poderá cair ainda mais. Além disso, os 800 que já conseguiram se alfabetizar apresentam melhor desempenho que os antigos alunos do Mobral.

Em 86, o projeto custou 1,2 milhão de cruzados, com recursos da Fundação Educar (70%) e da prefeitura local (30%). Este ano, com a inclusão do supletivo de 1ª a 4ª série, em quinze meses, deverão ser gastos seis milhões de cruzados. A Fundação assume o pagamento dos monitores e o repasse da verba para aquisição do material didático. A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação, cuida da definição do método e da execução do programa que começou com a mobilização da comunidade, nos engenhos de cana-de-açúcar, nos sindicatos, com os trabalhadores rurais sindicalizados, os garis da prefeitura, as sócias do Centro das Mulheres do Cabo e as associações de moradores e grupos religiosos.

A afinidade com os movimentos populares foi, aliás, um critério importante na seleção dos cinqüenta professores que passaram a integrar o projeto, depois de participarem de um curso de capacitação de um mês, para que se familiarizassem com o método.

"Nosso compromisso é com as camadas populares", diz a professora Margarete. "E tem como ponto de partida a crença na construção coletiva do processo educacional e a recriação dos caminhos pedagógicos".

Junto com Margarete, trabalham na coordenação do projeto mais nove professoras. A cartilha usada em sala de aula — *Fazendo e Aprendendo* — é também resultado de um trabalho coletivo dos próprios alunos com os alfabetizadores e os coordenadores. *(Nova Escola/SP, jun/87)*

316
Recife terá de indenizar 176 do Mobral

A Justiça do Trabalho condenou a prefeitura de Recife a pagar uma indenização de cerca de Cz$ 3 milhões a 176 professores que trabalhavam no extinto Mobral, postos à disposição da Fundação Guararapes, do município. A ação movida pelo Sindicato dos Professores foi contra o Mobral, atual Fundação Educar — ligado ao Ministério da Educação — e a prefeitura. Mas o juiz da 7ª Junta de Conciliação e Julgamento do Tribunal do Trabalho, Francisco Osanir, entendeu que cabia exclusivamente à prefeitura arcar com o ônus. *(Jornal do Brasil/RJ, 23/06/87)*

317
Escola de favelados baianos é candidata a prêmio da Unesco

No ano passado, foi o próprio Paulo Freire que conquistou um dos prêmios da Unesco, comemorativo do Dia Internacional da Alfabetização. Agora o Brasil pode repetir a conquista com o trabalho desenvolvido por uma instituição que utiliza o método Paulo Freire de alfabetização: a Escola Aberta do Calabar.

A escola foi considerada "modelo" pelo Ministério da Educação e é reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação como uma experiência pouco comum de iniciativa da própria comunidade de uma favela. Mais importante do que os títulos é a experiência inédita na Bahia de um ensino "voltado para a libertação, na medida em que se busca dar condições ao aluno de ter uma visão crítica da realidade", como disse o presidente da Associação dos Moradores do Calabar, jornalista Fernando Conceição, principal responsável pela criação e preservação da escola.

Inovações — Além de basear sua metodologia em Paulo Freire, visando educar através dos contextos culturais e da liberdade de ação e expressão, a Escola Aberta do Calabar tem se destacado pelas inovações. Produz seu próprio material didático, introduz nova metodologia de trabalho em grupo, na qual a pesquisa é a base do ensino, e inclui em seu currículo a História do Negro e a História da Luta do Povo do Brasil.

É esse trabalho da Escola Aberta do Calabar em educação de jovens e adultos que representa a Bahia na disputa com outros estados para concorrer aos prêmios internacionais de alfabetização. A indicação foi feita pela Coordenadoria da Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar) na Bahia, há poucos dias.

Os prêmios internacionais de alfabetização são atribuídos pela Unesco a instituições, organizações e pessoas que se destacam por uma contribuição particularmente meritória e efetiva às atividades de alfabetização e pós-alfabetização, considerando sua inserção em programas de educação de base.

Criada pela Associação de Moradores da Favela do Calabar, a Escola Aberta do Calabar é um projeto de educação popular e comunitária que vem sendo desenvolvido desde 1982, num lugar em que vivem cerca de 9 mil pessoas. A idéia de criar-se um projeto de educação alternativa na comunidade surgiu em decorrência da luta de resistência que os moradores de Calabar travavam a fim de evitar a extinção da favela, pretendida pelas empresas imobiliárias. *(Jornal do Brasil/RJ, 29/06/87)*

318
Projeto de educação aprova quase 70% da Baixada

Há dois meses, a rotina de Maria da Glória Josué, 50 anos, mudou. Mineira de Ponte Nova, com uma filha e dois netos, moradora há 18 anos na Vila São José — um bairro da periferia de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense —, Maria da Glória está freqüentando uma sala de aula pela primeira vez. "Resolvi estudar porque me atrapalhei toda para votar no ano passado", conta, orgulhosa de ter aprendido a escrever o nome. "Estou adorando a aula. Durmo e acordo sonhando com a hora de vir à escola".

Maria da Glória Josué é um dos 5 mil alunos do Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense, que conseguiu, no primeiro semestre de funcionamento, um índice de aprovação

de 69,9%, num total de 2.653 alunos com idade mínima de 15 anos. Elaborado por técnicos da Fundação Educar (ex-Mobral), o projeto tem como trunfo maior a participação ativa dos movimentos comunitários dos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João do Meriti. Atualmente, há 285 classes em funcionamento, com uma média de 20 alunos cada. O projeto emprega mais de 300 moradores da região.

Ao contrário do que se imagina quando se fala em analfabetismo e falta de escolaridade, a maioria dos alunos do projeto da Baixada Fluminense — 41,3% — têm idade entre 15 e 20 anos; 22,5% têm entre 21 e 35 anos, 19,9% estão na faixa entre 36 e 50 e apenas 16,3% têm mais de 50 anos. E o que é mais impressionante: 71,3% dos estudantes passaram pela escola. Numa região do estado do Rio marcada pela imigração, não surpreende que haja pouca diferença entre o percentual de alunos naturais do Rio de Janeiro (48,5%) e o de imigrantes (37,9%). Quanto à divisão por sexo, as mulheres são em maior número, com um índice de 65,9%. Mais da metade dos alunos (54%) ganha menos que um salário mínimo; 41,4% percebem entre um e dois salários e só 4,6% recebem mais de dois salários mínimos.

O projeto para a Baixada Fluminense foi criado no segundo semestre de 1986, na gestão do ex-presidente da Fundação Educar, Vicente Barreto, dentro da nova filosofia de prestar cooperação técnica e repassar recursos para municípios e órgãos comunitários que desenvolvessem programas de educação básica. A equipe, coordenada pela professora e socióloga Laura de Oliveira, enfrentou de início a desconfiança das lideranças comunitárias da Baixada.

"Não basta mudar de nome para um órgão se tornar confiável", argumenta José Zumba, presidente da Federação Municipal das Associações de Moradores de Bairro de Duque de Caxias (MUB), que reúne 83 entidades e só aderiu ao projeto este ano. "A gente nunca confiou no Mobral, porque sabia que tinha interesses eleitoreiros".

Os líderes comunitários aderiram ao projeto da Fundação Educar quando ficaram convencidos que teriam controle praticamente total sobre ele, mas fazem questão de ressalvar que entraram em "caráter emergencial", para suprir provisoriamente uma função que consideram ser do estado.

"Alfabetizar não é função do movimento popular. A gente está assumindo esse papel porque a situação da educação está caótica e é importante alfabetizar para que o morador se conscientize", afirma Celso Carias, da Comissão de Educação do MUB.

Além do MUB, firmaram convênios com a Fundação Educar a Federação Municipal das Associações de Moradores de Nova Iguaçu (MAB), a Cáritas (entidade ligada à diocese de Nova Iguaçu, isto é, a dom Adriano Hipólito), as associações de moradores do Dique da Prainha e da Taquara, de Duque de Caxias, e a Associação de Moradores do Canal Meriti, de São João do Meriti. A Fundação Educar repassa a verba — que é de Cz$ 14 milhões este ano — e dá cooperação técnica através de um grupo de 10 funcionários. O resto fica tudo por conta dos movimentos comunitários.

Todos os professores (são 285 atualmente), 35 supervisores, 5 coordenadores de área e 10 assistentes administrativos são pessoas indicadas pelas associações de moradores e moram na comunidade onde trabalham. Os técnicos da Fundação Educar fazem uma prova com os professores indicados — eles precisam ter o 2º grau completo — e dão orientação pedagógica. Cabe ainda às entidades conveniadas conseguir espaços para que as aulas sejam dadas, que podem ser desde salas de aula cedidas por escolas públicas ou particulares até salões de igrejas.

Comunidade teme que projeto não prossiga — Ao lado do entusiasmo que sentem pelo Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense, os representantes das associações de moradores e entidades participantes estão vivendo momentos de apreensão. Eles sabem que a Fundação Educar quer que outro órgão assuma o projeto e temem pela sua continuidade com as características atuais.

Essa insegurança levou na sexta-feira passada à sede da Fundação Educar, no Centro do Rio, cerca de 40 líderes comunitários e moradores da Baixada Fluminense, que entregaram um documento à presidente do órgão, a maranhense Leda Tajra, manifestando essa preocupação. A presidente foi enfática na afirmação de que o projeto da Baixada vai continuar, mas não na Educar Central, isto é, na sede da Fundação.

"O projeto é dos melhores desenvolvidos no Brasil e me comprometo a bancá-lo financeiramente e dar acompanhamento técnico às comunidades que participam enquanto eu estiver na presidência", disse Leda Tajra aos moradores da Baixada Fluminense.

Ela alegou ser "uma disfunção" o fato de o projeto estar sendo executado pela sede da Fundação Educar e lembrou que a função do órgão é apoiar técnica e financeiramente projetos de educação desenvolvidos por organismos governamentais ou não. A presidente disse que propôs que se buscassem alternativas para abrigá-lo. "Mas o grupo preferiu ficar na casa discutindo uma decisão da direção. O que existe é um problema administrativo, e não pedagógico", comentou. Segundo Leda Tajra, o projeto pode continuar na Secretaria Estadual de Educação, numa universidade ou na coordenação estadual da Fundação Educar.

Os representantes da Baixada Fluminense saíram do encontro ainda apreensivos e em clima de expectativa, sobretudo depois da demissão de um integrante da equipe técnica do projeto, Luís Antonio Cosmelli, sem qualquer explicação pela direção da Fundação Educar. *(Jornal do Brasil/RJ, 05/07/87)*

319
Demitida da Educar acha apenas que "teve sorte"

Apesar de receber uma "indenização" de Cz$ 1 milhão 137 mil 876,54 para desligar-se voluntariamente da Fundação Educar (antigo Mobral) e com isto ajudar a diminuir as despesas do governo, a professora Marília Santos da França Velloso continua trabalhando na mesma mesa que vinha ocupando desde 1984 e exercendo as mesmas funções. A única coisa que mudou foi a fonte pagadora. Ela deixou de receber da Fundação Educar e, desde o dia 20 de julho, recebe salário da Fundação Pró-Memória, outro órgão público.

Marília Velloso, além de ganhar uma indenização muito superior ao que

teria direito caso fosse demitida — Cz$ 145 mil 749,97 — beneficiou-se com duplo salário durante dez dias. Ela só se desligou da Fundação Educar no dia 31 de julho, recebendo entre os dias 20 e 31 daquele mês de duas fontes pagadoras do governo. Hoje, além do salário da Fundação Pró-Memória (que ela não quis revelar), a professora, que também ganha uma aposentadoria do governo estadual, pode conseguir um rendimento extra mensal próximo aos Cz$ 100 mil aplicando o que recebeu no 'Sopão da Educar' em uma caderneta de poupança.

"Há pessoas com sorte e outras, não. Pela minha boa estrela ou pela minha competência, tive a possibilidade de ser contratada pela Fundação Pró-Memória", afirma Marília Velloso, uma senhora de trato fino, elegantemente trajada e pintada. Diariamente ela pode ser encontrada despachando em uma sala do 2º andar do Museu da República, no Palácio do Catete, onde hoje ocupa a função de assistente em promoção e divulgação cultural.

Desde 1984 — Ela comparece à velha sede da República desde 1984 quando, ainda funcionária do Mobral, estava emprestada ao então Ministério da Educação e Cultura. Marília Velloso foi contratada pelo extinto Mobral em 1977, embora trabalhasse desde 1975, como funcionária estadual cedida. Quando entrou para o órgão federal, ela ainda era funcionária ativa do quadro da Secretaria Estadual de Educação. Aposentou-se em 1977, passando a ser empregada celetista da Fundação Mobral. Deixou o Mobral, emprestada para o MEC, em 1981. Primeiro, trabalhou no Serviço de Aplicação Tecnológica, mas em 1984 passou a dar expediente no Museu da República.

"A cessão de funcionários de um órgão público para outro é uma prática costumeira e usual. Nos últimos tempos tem, inclusive, sido recomendada pelas próprias autoridades", explica Marília Velloso. Ela prefere não comentar o caso do 'Sopão da Educar', um programa de incentivo às demissões, implantado pela atual presidente da Fundação, Leda Maria Chaves Tajra, uma maraenhense amiga do presidente José Sarney. Os incentivos dados pela Educar acabaram levando 953 funcionários em todo o país (388 no Rio) a pedirem demissão. Estas demissões custarão à Fundação, em nome da redução de despesas, algo próximo a Cz$ 500 milhões.

Segundo a Fundação, o dinheiro gasto agora será recuperado em nove meses, com a redução das despesas. Mas não é certo que o governo como um todo também economizará, uma vez que muitos funcionários do antigo Mobral estão cedidos a outros órgãos públicos, onde poderão acabar sendo contratados, se já não o foram, como Marília Velloso.

Injunções — "A reportagem do Jornal do Brasil (edição dominical de 30/08) me deixou profundamente constrangida porque sempre mantive uma linha de dignidade pessoal", queixa-se Marília Velloso. Ela diz que as injunções administrativas do 'Sopão' devem ser explicadas pela Fundação Educar; as dúvidas jurídicas devem ser retiradas no Ministério do Trabalho. "Quanto às acusações de que houve golpe no Imposto de Renda, qualifico-as como um pré-julgamento, pois o imposto deste ano só será declarado em 1988, quando convido qualquer pessoa a ver minha declaração", afirma.

A suspeita de que os funcionários da Educar estariam lesando o Fisco foi levantada por diversos juízes do TRT do Rio, depois de receberem mais de cem reclamações trabalhistas destes mesmos funcionários. Eles queixavam-se de ter sido demitidos sem justa causa, mas, para surpresa dos magistrados, acabavam assinando acordos propostos pela própria Educar pelos quais receberiam quantias muito superiores às reclamadas. O acordo já estava acertado, mas, sendo homologado pela Justiça do Trabalho, sairia como indenização judicial e isento de tributação fiscal.

O diretor-administrativo da Educar, José Raimundo, garantiu que não foi a Fundação quem apontou o caminho da Justiça Trabalhista a seus ex-funcionários. Marília Velloso desmente José Raimundo: "Segui rigorosamente as instruções dadas pela Educar". *(Jornal do Brasil/RJ, 05/09/87)*

320

Governo paulista atende cem mil analfabetos; estado tem 2 milhões

No Dia Internacional da Alfabetização, ontem, a Secretaria Estadual de Educação informou que há cerca de dois milhões e duzentos mil analfabetos no estado de São Paulo. Atualmente, os programas oficiais do governo estadual atingem cerca de cem mil alunos.

Segundo o presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Ibecc), Cleanthe de Paiva, o número de analfabetos no mundo aumentou de 760 milhões em 1979 para 889 milhões em 1985 e, se não forem tomadas medidas "enérgicas", no final do século haverá um bilhão.

Há dois anos a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (Cenp), da Secretaria da Educação do estado de São Paulo, desenvolve um sistema de alfabetização para adultos, embasado no método Paulo Freire, em implantação no estado. O programa, que já está em funcionamento, prevê o treinamento dos professores da rede estadual para o ensino específico de adultos. Os cursos de alfabetização são ministrados nas escolas estaduais (à noite), ou ainda em espaços de acordos informais, diz Maria da Conceição Carvalho Noronha, 56, diretora do Serviço de Supletivos do Cenp, órgão responsável pela elaboração do programa.

A Secretaria da Educação fornece o material de apoio, livros didáticos e o manual do professor. Periodicamente são promovidas reuniões entre os técnicos da coordenadoria, especialistas da USP, PUC e Unicamp, e os professores, que relatam os problemas enfrentados nas classes como subsídio para o redimensionamento do programa.

No município — Na cidade de São Paulo, a alfabetização de adultos está a cargo da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, que segue o programa da Fundação Educar. Segundo um dos professores da secretaria, Ricardo Cinali, 25, o curso é uma adaptação do método Paulo Freire, pois se baseia em um grupo de palavras-chaves pertencentes ao vocabulário do aluno.

Cinali ressalva que, para o método ser eficiente, o número de alunos por sala não deve ultrapassar 25, "pois é necessário dar uma atenção particular a cada um". Atualmente o número mínimo para a abertura de novas salas é de vinte alunos. *(Folha de S. Paulo/SP, 09/09/87)*

321
Novo projeto usa só professor qualificado

Uma das principais características do projeto de alfabetização de adultos da cidade pernambucana do Cabo é que nele só trabalham professores qualificados — e não leigos, como nos programas tradicionais — e que sejam ligados a movimentos comunitários. Exceção, pelo menos por enquanto, só para os núcleos da área rural, onde nenhum professor da cidade se arrisca a ir e, nesse caso, o alfabetizador é um leigo do local. Tanto eles quanto os qualificados são submetidos a uma reciclagem permanente, com reuniões pedagógicas a cada 15 dias.

A escolha das palavras geradoras — as chaves para as aulas — seguiu um longo processo e, das 400 mais constantes do universo vocabular dos alfabetizandos, ficaram 17, divididas em três blocos, cada um com uma frase-síntese.

No primeiro estão as palavras nas quais o aluno identifica seu dia-a-dia: moradia (preferida à palavra casa por oferecer maior riqueza fonética), saúde, escola, trabalho, cachaça e polícia. A síntese é: "O povo se une e luta".

Histórias — No segundo bloco, estão as palavras que indicam os canais de superação dos problemas: associação, sindicato, partido, igreja e prefeitura. A frase-síntese é "O povo se organiza". O último bloco é composto pelas palavras Brasil, terra, reforma agrária, dívida externa, eleições e inflação (em 86 foi Plano Cruzado). Frase-síntese: "O povo quer democracia".

A aula começa com a discussão da palavra sugerida pelo cartaz — por exemplo, em *trabalho* os alunos discutem salário, emprego e condições de trabalho e, em *Brasil*, os problemas do Cabo que acontecem no resto do país —, seguida de histórias narradas individualmente por um ou outro aluno ou de uma construída coletivamente, em sala de aula. A história é entregue, mais tarde, ao aluno, escrita na linguagem culta.

A palavra geradora é, então, destacada da história e dividida em sílabas, que dão origem a novos vocábulos. A principal diferença entre este trabalho e o de Paulo Freire nos anos 60 é que agora há o registro gráfico das palavras estudadas, o que não ocorria naquela época. As histórias de cada grupo — os alfabetizandos são divididos em turmas de garis, mulheres, trabalhadores rurais e outros — são estudadas e discutidas pelos demais.

Desafio — Para o prefeito do Cabo, Elias Gomes, a questão da alfabetização de adultos é muito mais política do que pedagógica, porque, no seu entender, implica perda de poder, conseqüência da descentralização do ensino. E é justamente sua vontade política de reduzir em grandes proporções, até o final de seu mandato, o número de adultos analfabetos do município que significa um pulo no escuro para o projeto, pois, para que a qualidade do trabalho seja mantida, é preciso que seja feito apenas por professores preparados.

A meta é ambiciosa: passar dos atuais 99 núcleos (57 de alfabetização e 42 de intensivo) para 500 núcleos, ampliando de 2.800 para 12.500 o número de alunos. Os recursos da Fundação Educar — Cz$ 11 milhões — servirão para o pagamento dos professores (um salário-mínimo por duas horas diárias de trabalho).

Os locais continuarão a ser os já utilizados: salas de associações de moradores, sindicatos, igrejas e escolas, mais os que vierem a ser cedidos por habitantes locais, em troca de isenção do IPTU. É um desafio, mas o maior deles será o de conseguir tanto professores disponíveis, qualificados e ligados a movimentos comunitários, quanto o número dos núcleos pretendidos. *(Jornal do Brasil/RJ, 20/09/87)*

322
Ministro afirma que prioridade é analfabetismo

O novo ministro da educação, Hugo Napoleão, 44, disse ontem em São Paulo que a prioridade do MEC, que tem o segundo maior orçamento da União, será o analfabetismo. O Brasil tem cerca de 35 milhões de analfabetos. A taxa de analfabetismo entre as pessoas com mais de quinze anos, segundo ele, foi reduzida nos últimos quatro anos apenas de 20% para 17%. *(Folha de S. Paulo, 14/11/87)*

323
Maranhão alfabetiza mulheres em convênio com Unesco

Está em São Luís, capital do Maranhão, o funcionário da Unesco e diretor de alfabetização do Instituto Nacional para Educação de Adultos do México, Juan Millan Soberanes, que veio treinar os supervisores de um projeto de alfabetização de mulheres acima de 15 anos. A vinda é resultado de um convênio entre a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Secretaria de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão (Sedec) e a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (Educar). O treinamento começou na semana passada e irá até o dia 29 deste mês.

A Sedec também tem outros programas semelhantes, destacando-se o "É Tempo de Aprender", para a alfabetização de jovens. Esses outros programas pleiteiam também apoio da Fundação Educar, entidade nacional interlocutora da Redalf (rede latino-americana da Unesco para capacitação de pessoal e de apoios específicos em programas de alfabetização de jovens e adultos).

Material da Educar — Por enquanto, o projeto de alfabetização usa material didático fornecido pela Educar, podendo, a partir da visita e do intercâmbio com técnicos de outras partes, desenvolver um material mais apropriado à realidade local.

A idéia do projeto de alfabetização de mulheres nasceu em junho do ano passado na Sedec e foi efetivamente implantado em agosto. A entidade teve como ponto de partida a intenção de fortalecer as comunidades de base na periferia de São Luís, conforme declarou Olinda Raposo Costa, 40, coordenadora do projeto. Segundo ela, a alfabetização é um item essencial dentro dessa proposta. Como a Sedec não tinha recursos, teve que recorrer a ou-

tros órgãos de desenvolvimento social, como a Fundação Educar, que organizou a vinda dos técnicos da Unesco. *(Folha de S. Paulo/SP, 24/01/88)*

324
Alfabetização

A Secretaria de Educação do Mato Grosso, com apoio da Fundação Educar, decidiu implantar um projeto de alfabetização de adultos que deverá atender 60 mil pessoas. Atualmente existem cerca de 500 mil analfabetos no Mato Grosso, o que representa 25% de toda população do estado. A primeira fase do programa tem início marcado para junho deste ano. *(Folha de S. Paulo/SP, 17/03/88)*

325
Alfabetização na Baixada, os garranchos da esperança

Dona Almerinda dos Santos Graveio bateu pé quando o marido a impediu de freqüentar as aulas noturnas na sede da Associação de Moradores do Jardim Tropical, bairro de Nova Iguaçu. Com 48 anos, os nove filhos praticamente criados, ela quis se livrar de sensações que a acompanharam durante muito tempo: a vergonha por não saber sequer assinar o nome e o constrangimento de ter que indagar aos outros pelas linhas de ônibus e endereços, cada vez que saía à rua.

Os esforços do porteiro Raimundo, que sabe ler e escrever, foram em vão. Há um ano, Dona Almerinda deixa o jantar pronto e caminha meia hora até chegar à associação. Os garranchos, antes ininteligíveis aos olhos da professora Leila Cristina Reis de Souza, se transformam aos poucos em uma caligrafia redonda e apurada. Os 7.175 alunos matriculados no Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense têm perfis semelhantes ao de Dona Almerinda — são adolescentes e adultos que não tiveram acesso à alfabetização na idade escolar e tentam fugir de mais um estigma que a sociedade lhes impõe.

Financiado pela Fundação Educar, o projeto se desenvolve por meio de convênios firmados com entidades comunitárias de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti. Os alunos estão instalados em 287 classes distribuídas em associações de moradores, igrejas e casas. A diferença em relação aos outros projetos de alfabetização já realizados é que agora as propostas partem da própria comunidade e atendem às necessidades particulares de cada localidade. Isso significa a discussão, durante as aulas, de temas como reforma agrária, saneamento, enchentes e política.

O método Paulo Freire, que se baseia no ensino da leitura através de palavras geradoras, que fazem parte da realidade do aluno, é utilizado como referencial político e ideológico para a alfabetização. O educador, que esteve na Baixada Fluminense no final do ano passado, reconhece a qualidade do projeto, afirmam os técnicos da Fundação Educar, embora não mantenha vínculos com a instituição. Em 1987, o índice de aprovação entre os alunos foi de 70%, o que valeu ao projeto a indicação para o Prêmio Internacional de Alfabetização da Unesco, que será anunciado em setembro.

Até adolescentes se inscrevem no curso — O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense estipula a idade mínima de 15 anos para a matrícula de alunos. Em alguns bairros, contudo, a falta de escolas da rede pública faz com que as classes de alfabetização acabem aceitando alunos mais jovens. É o caso da classe de São Judas, um bairro situado a 30 minutos de Austin, instalada nos fundos da casa do vendedor de cana Manoel Pereira Rodrigues, de 61 anos. A maioria dos 27 alunos é formada por adolescentes. Para chegar à escola mais próxima, em Rio D'Ouro, é preciso pegar o único ônibus que passa a cada duas horas pela localidade e cobra Cz$ 25 pela passagem.

É esse ônibus que traz de Queimados a professora Janete Teresinha Vieira. Se enguiça, são quatro horas de espera pelo próximo. Na classe de São Judas, os botijões de gás são improvisados em cadeiras para os alunos. A luz elétrica é puxada por um gatilho. Quando anoitece, os alunos menores correm para esperar a professora na estrada principal e a levam até a casa pela trilha que separa o matagal.

A situação de inferioridade diante dos outros é comum nos analfabetos que, na maioria das vezes, não têm consciência do número de pessoas que se encontram nas mesmas condições. Em dois anos, desde que o projeto foi implantado, os dez técnicos da Fundação Educar constataram que o analfabeto geralmente só revela sua condição de pois que descobre que não é o único.

O censo de 1980 mostrou que da população de 1.548.573 pessoas com mais de dez anos, residentes em Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João do Meriti, 242 mil são analfabetas e 30,3% não chegaram a concluir as quatro primeiras séries do 1º grau.

Outra constatação dos técnicos é de que educação de qualidade tem que ser remunerada. O Projeto de Educação Básica para a Baixada Fluminense prevê o pagamento de dois salários mínimos aos professores, que são moradores da localidade e indicados pelas associações de moradores, e 4,5 salários aos supervisores. O convênio firmado entre a Fundação Educar e as lideranças comunitárias da Baixada Fluminense estabelece este ano o repasse de Cz$ 73.505.000,00 ao pagamento de professores e supervisores.

"O ideal é que cada sala tenha de 15 a 25 alunos. Nós já estamos com turmas de 40 alunos. A superlotação resulta em queda da qualidade de ensino", afirma a presidente do MAB, Dilcéia Naoum, e coordenadora do projeto em Nova Iguaçu.

A rotatividade de alunos é grande, afirma a técnica da Fundação Educar Maria Fernanda Rezende Nunes, sobretudo no fim do ano. Nesse período, os alunos fazem serões nos estabelecimentos comerciais. A evasão se dá, na maioria das vezes, em função do mercado de trabalho.

As mulheres são maioria entre os alunos e enfrentam a resistência dos maridos em aceitar a alfabetização. Há alguns, conta a técnica, que rondam a sala de aula durante a noite para "saber o que desperta tanto interesse na esposa". Outros só permitem que freqüentem as aulas acompanhadas dos filhos. Aos poucos, entretanto, o projeto vem obtendo o respeito da comunidade. Em Canal Meriti, por exemplo, os moradores fizeram uma

espécie de pacto com os bandidos da região: tiroteio, só depois da aula. *(O Globo/RJ, 24/04/88)*

326
Novo convênio municipal contra o analfabetismo

Na última segunda-feira, o prefeito Jânio Quadros assinou com a Fundação Educar, que substituiu o Mobral, a renovação do maior convênio de alfabetização do país.

Para este ano, a previsão é de que 30 mil pessoas sejam atendidas em 2.036 salas de aula espalhadas pela cidade. Com relação ao convênio anterior, o atual sofreu um aumento de 30%, mas ele ainda não chega a ser uma meta considerável diante do total de analfabetos do município: 3,5 milhões.

O custo per capita da alfabetização será de Cz$ 12 mil, somando um total de Cz$ 359 milhões até o final de 88. Nesse total está incluída, além do salário de quase 21 mil monitores e professores, uma merenda escolar voltada exclusivamente para o programa.

A Educar entra somente com o fornecimento do material pedagógico e não pretende, como acontecia anteriormente no Mobral, estabelecer normas rígidas de trabalho. Segundo Antonio Douglas Wanderley Leite, coordenador da fundação no estado, esta "linha bastante liberal" permite que o professor utilize metodologias alternativas, aumentando a eficiência do processo de aprendizado.

Ainda nesse primeiro semestre, serão instaladas 1.448 salas de aula em escolas da rede municipal, igrejas, entidades de amigos de bairros e outros espaços cedidos pela própria população. As classes estão espalhadas em 18 bairros da cidade e têm uma concentração maior na região de São Miguel Paulista e Ermelino Matarazzo, zona leste, e Santo Amaro, zona sul.

O professor José Carlos Barreto, da equipe técnica da Fundação Educar, acredita que a carência de professores, que não pertencem à rede municipal, representa o maior empecilho para esses cursos. Barreto destaca que o professor, além de ser encarado de forma marginal, recebe muito pouco pelo que faz, dedicando-se ao serviço secundariamente. "Quando esses profissionais começam a adquirir uma boa experiência e um saber dirigido para a questão, eles abandonam o cargo por um emprego melhor." *(Shopping News/SP, 29/05/88)*

327
Professor ganha Cz$ 43 por dia

Trabalhar durante um mês e ganhar Cz$ 1.300,00, ou o equivalente a Cz$ 43,00 por dia. É esta remuneração que não dá para pagar nem as despesas com passagem de ônibus que está fazendo com que professores estagiários da Fundação Educar ameacem abandonar as salas de aula. Também os estagiários de supervisão, que ganham Cz$ 1 mil a mais que os professores estão desmotivados. "Se não reajustarem nossos salários conforme o combinado, sairemos", advertiu a estagiária de supervisão, Tereza Cristina Guimarães.

De acordo com Tereza Cristina, pelo convênio firmado entre o Projeto Rondon que as recruta e a Fundação Educar que as contrata como prestadoras de serviço, o salário a ser pago a uma professora estagiária a partir de janeiro de 88 seria equivalente a uma salário mínimo de referência. Uma supervisora teria a remuneração de um e meio salário mínimo de referência. "Ocorre — protesta Tereza Cristina — que além de pagar um salário com uma grande defasagem, nós só recebemos com atraso".

A permanecer essa situação, a educação de adultos na Região Metropolitana em breve poderá entrar num impasse, conforme avaliou a estagiária. É que, segundo ela, quem está fora não quer entrar, pois a Fundação Educar está desacreditada. E quem está dentro quer sair, já que está pagando para trabalhar. "A Fundação Educar é uma piada de mau gosto. A educação está relegada a nada e nem uma empregada doméstica quer receber o que ela — a Fundação Educar — está nos pagando", destacou Tereza Cristina.

Abandono — Além da pequena remuneração as estagiárias têm que enfrentar os problemas que surgem nas salas de aula com muita criatividade. As escolas em que elas vão ensinar geralmente ficam em comunidades carentes, onde em muitos casos precisase de tudo. Ainda de acordo com Tereza Cristina, no Alto do Progresso, em Casa Amarela, uma das estagiárias conta apenas com a sala de aula, um birô e o quadro-negro. Seus 27 alunos, todos adultos, têm que se colocar em torno de seu birô para copiar as aulas. *(Jornal do Commércio/PE, 26/07/88)*

328
Papuda pode ganhar prêmio por educação

Um projeto de alfabetização, que está sendo desenvolvido pela Fundação Educar, no Centro de Internamento e Recuperação (Papuda) pode levar o prêmio de Direitos Humanos da Unesco deste ano. A iniciativa faz parte dos planos da Fundação para diminuir os índices, de 10% a 15%, de analfabetismo que ainda persistem no Distrito Federal. O projeto já envolve cerca de 220 detentos.

O programa está sendo desenvolvido em conjunto pela Papuda e Fundação Educar. Os professores de alfabetização são os próprios detentos, muitos já até exerciam a profissão antes da reclusão. A Fundação Educar cuida do treinamento do pessoal e, além da alfabetização tradicional oferece uma "atenção especial à contextualização do indivíduo na sociedade". Como diz a presidente da entidade, Leda Tajra, o método prepara o preso para a vida após o cumprimento da pena.

Lançado há cinco meses, o projeto está dando certo e já atende aos 220 presidiários analfabetos, dentro de um universo de 900 detentos. *(Correio Braziliense/DF, 27/08/88)*

329
Educar não conseguiu diminuir número de analfabetos no país

Três anos após sua criação para substituir o extinto Mobral, a Fundação Educar não conseguiu cumprir sua única tarefa: diminuir o contingente de analfabetos no país. Segundo a presidente da instituição, Leda Tajra, o número de analfabetos no país está, desde 1985, estacionado em 20 milhões de pessoas (28% da população).

Em Alagoas, a situação é mais dramática: mais da metade da população maior de 14 anos não sabe ler nem escrever. Leda acha que o orçamento da Fundação este ano, cerca de Cz$ 9 bilhões, é "insuficiente" para sua difícil tarefa.

Existem hoje no país mais de sete milhões de crianças em idade escolar fora das salas de aula. "Não há escolas para todas, principalmente na zona rural e nas periferias das grandes cidades, onde o problema é mais grave", afirmou Leda. Apesar disso, ela garante que, em termos percentuais, o analfabetismo caiu em 2% nos últimos três anos, já que a população brasileira aumentou.

A Fundação Educar tem hoje 3.000 funcionários e convênios com cerca de 1.500 instituições em todo o país. Mas não executa nenhum projeto, apenas fomenta propostas educacionais de entidades civis, pagando aos professores conveniados o piso nacional de salários (Cz$ 15.552). Alguns desses projetos estão revendo métodos antigos de alfabetização e utilizando inclusive o método Paulo Freire em suas escolas. Segundo Leda Tajra, o objetivo é ampliar, até o final do ano, o número de assistidos para 2,5 milhões de pessoas, o que equivaleria a 5% da população.

O orçamento da Fundação Educar vem da contribuição de pessoas jurídicas que em suas declarações de renda destinam 2% do imposto devido para a entidade. *(Jornal do Brasil/RJ, 27/08/88)*

330
Bauru edita cartilha especial para analfabeto

Os alunos do curso de alfabetização de adultos, mantidos pela prefeitura de Bauru contam, desde anteontem com uma cartilha especial. "Lendo, escrevendo, caminhando" é um trabalho organizado pelo professor José Misael Ferreira do Vale, baseado no método Paulo Freire, apresentado em 78 páginas com fotografias que mostram a cidade. Dessa forma, o aluno aprende a ler e a escrever os nomes dos locais, prédios e objetos de seu relacionamento diário. Segundo o autor, a elaboração do trabalho partiu da constatação, de professores e de alunos, de que não possuíam material didático que apresentasse resultado eficiente. O prefeito da cidade, José Gualberto Angerami, professor universitário, disse que tem procurado investir na área de alfabetização, porque em Bauru existem aproximadamente 35 mil pessoas que não sabem escrever o próprio nome. A Divisão de Educação de Adultos de Bauru possui mil alunos. *(O Estado de S. Paulo/SP, 10/09/88)*

331
São Paulo tem mais analfabetos

O estado de São Paulo tem 14 milhões de analfabetos, quase um terço do total do país: 52 milhões. Os dados são da Fundação Educar, órgão do Ministério da Educação que substitui o Mobral na alfabetização de adultos. "Dificilmente vamos acabar com o analfabetismo em dez anos, como prevê a nova Constituição", afirma Áuria Belo Galindo, coordenadora da fundação, em São Paulo.

Metade dos analfabetos paulistanos consegue assinar seu nome mas não se comunica por escrito: conhece as sílabas mas não forma palavras, lê um texto mas não entende o que está escrito. "É como se só memorizassem os fonemas. São analfabetos funcionais", explica José Carlos Barreto, coordenador técnico da fundação. A outra metade não sabe ler, escrever nem contar.

"São Paulo tem esse número assustador por causa da quantidade de migrantes", explica a professora Áuria. Ela lembrou que estatísticas do ministério mostram que de mil crianças que entram na 1ª série do 1º grau, 52% não passam para a 2ª série. Dos alunos que continuam, 18 concluem o 2º grau e apenas 3 entram na universidade. "Enquanto a miséria do país não acabar, não vamos resolver o problema", lamenta.

Colaboração — Para Áuria Belo, toda a sociedade, além do governo, pode colaborar: empresas, associações de bairros e prefeituras dispostas a formar classes de alfabetização terão assessoria dos técnicos da Fundação Educar. "Ajudamos a contratar os professores, a comprar livros e no pagamento do pessoal", diz Barreto. Em São Paulo existem 6.055 classes, totalizando 120 mil alunos. "Mas ainda estamos muito longe dos 14 milhões".

Uma das experiências recentes está sendo desenvolvida em seis usinas de açúcar na região de Santa Bárbara do Oeste. Cerca de 600 homens contratados em Minas Gerais e no município para a colheita da cana são alfabetizados por alunos do 4º ano do magistério. *(O Estado de S. Paulo/SP, 13/09/88)*

332
Analfabetismo: O Brasil está pior que o Congo

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1986), do IBGE, indica para o Brasil uma população de 118.779.092 habitantes com mais de cinco anos de idade, dos quais 30.401.824 — ou seja, 25% — são analfabetos.

Analfabetismo em alguns países do mundo

País	% de analfabetos
Angola	75,0
Argentina	4,5
Bangladesh	80,0
Bolívia	25,8
Brasil*	42,0
Colômbia	14,8
Congo	37,0
Cuba	4,0
Equador	16,1
Estados Unidos	0,5
França	1,0
Guiné-Bissau	91,0
Haiti	85,0
Iraque	10,7
México	9,7
Nicarágua	12,0
Paraguai	12,5
Peru	15,2
Portugal	20,5
Uruguai	2,6
Zimbábue	45,0

* 25%, segundo dados oficiais
(Gazeta de Pinheiros/SP, 16/10/88)

Se esse número já parece alto, considerando, por exemplo, que países como a França, os Estados Unidos e a Suíça têm menos de 1% de analfabetos, e mesmo alguns países considerados símbolos do subdesenvolvimento estão abaixo do índice brasileiro (Paraguai: 12,8%; Peru: 15,2%), a coisa é ainda mais grave. E quem diz isso não é nenhum opositor do regime, coisas do tipo, mas o secretário do ensino básico do Ministério da Educação, José Raimundo de Carvalho.

Seus números são bem piores do que os do IBGE: seriam 50 milhões de analfabetos brasileiros, o que daria 42% da população com mais de cinco anos. Vinte milhões são completamente analfabetos e 30 milhões não compreendem o que lêem. E as perspectivas não são de melhoras, pois 52% das crianças matriculadas na escola não chegam sequer à segunda série e só 18% concluem o primeiro grau.

Os números de José Raimundo só deixam o Brasil em situação melhor que a de países como o Haiti (85% de analfabetos), Angola (75%) e Guiné-Bissau (91%), e mais ou menos igual à do Zimbábue (45%) e Congo (37%). *(Gazeta de Pinheiros/SP, 16/10/88)*

333
Campanha no interior do Piauí atrai analfabetos

No Brasil os analfabetos são 30 milhões, segundo dados do Ministério da Educação. No Piauí representam 54% da população; em Monsenhor Gil (a 54 Km ao sul de Teresina), mais de 5 mil. São eles, os analfabetos, o alvo de um dos candidatos a vereador do município, Grazziani Fonseca. Professor de Sociologia da Universidade Federal do Piauí, — ele fez de sua propaganda política uma maneira de ensinar os eleitores a escrever — pelo menos o nome dele — e está distribuindo de porta em porta, cadernos de caligrafia.

Para enfrentar a concorrência — onde 82 candidatos disputam as nove vagas na Câmara Municipal, Grazziani decidiu tentar o apoio de parte da população que não sabe ler nem escrever, mas que conquistou o direito de voto.

As primeiras tentativas de ganhar o voto desses eleitores especiais esbarrava em problemas. O número do candidato, divulgado inicialmente, era decorado pelos eleitores (17.611). Aprendiam, mas na hora de escrever, e é o que interessa em 15 de novembro, saía assim: 17.60011. ''Foi então que surgiu a idéia de retomar os velhos cadernos de caligrafia''. O método é antigo mas ainda funciona. Depois que começaram a praticar, os eleitores já sabem escrever o nome do candidato. Cada cartaz contém 13 vezes o nome Grazziani, escrito em linhas pontilhadas para que possam ser cobertos. ''Os eleitores ficam até agradecidos'', afirma o candidato. *(Jornal do Brasil/RJ, 05/11/88)*

PROFESSORES

Vidal Cavalcante/Ag. Folhas



O ACONTECIMENTO EM EDUCAÇÃO: O MOVIMENTO DE PROFESSORES

Miguel Gonzales Arroyo (*)

As notícias veiculadas nos últimos anos sobre educação não deixaram dúvidas: o acontecimento central nessa área não foi qualquer nova reforma pedagógica do governo; o acontecimento central foi o movimento organizado dos professores.

O fato mereceu o destaque devido em toda a imprensa. Os professores, e não o estado, mantiveram a educação em evidência.

As últimas reformas educacionais do final dos anos 60 e início dos 70 foram se esgotando, a inércia tomou conta dos órgãos da administração. Coube aos profissionais da educação escolar manter a sociedade alerta sobre o descaso do estado em relação aos serviços públicos. Coube, ainda, a esses profissionais expressar as demandas dos setores populares pelo direito à escola de qualidade.

Esse papel político exercido pelos professores dá a seu movimento uma qualidade nova. As associações de professores não são novas. Vinham, durante várias décadas, lutando pelas mais variadas reivindicações específicas do magistério e específicas de cada estado e município. A especificidade e localismo de suas lutas fazia com que seu peso político fosse pequeno no conjunto da sociedade e até nos rumos seguidos pela educação escolar. As reformas educacionais se faziam do estado para a sociedade, para a escola e para os professores. Estes eram convidados de última hora para o treinamento mínimo para a execução das reformas.

Sem dúvida que não faltou a presença de educadores — isolados ou em grupos — na definição dos rumos pedagógicos e até políticos das reformas educacionais, por exemplo os Pioneiros da Educação Nova, as Conferências Nacionais de Educação... porém a grande maioria dos profissionais da instrução elementar e média apenas participava na execucão das reformas e das diretrizes pedagógicas vindas do estado ou da elite educacional e intelectual.

O que aconteceu de novo na última década, desde final dos anos 70, foi a presença organizada também dos professores da escolarização básica, média e superior. Sua presença organizada se tornou o acontecimento central. O número de suas associações e ações aumentou. A mudança, entretanto, é mais qualitativa do que quantitativa.

Em primeiro lugar, porque as associações que surgem são realmente novas, e muitas das já existentes se renovam no sentido de superarem a velha concepção de professor/funcionário público e incorporam a nova realidade e a nova consciência de professor/trabalhador em educação.

Em segundo lugar, porque o tradicional caráter localista e disperso das associações vai sendo superado dando origem a um movimento nacional de professores.

Em terceiro lugar, porque esse movimento se aproxima dos movimentos sociais e se articula com o novo sindicalismo.

Em quarto lugar, porque esse movimento de professores vem conseguindo integrar as lutas trabalhistas com a renovação pedagógica, se convertendo no que há de mais positivo em termos pedagógicos entre os próprios professores e a escola.

Destaquemos cada um desses pontos.

A centralidade das lutas trabalhistas

O recente movimento de professores traz uma qualidade nova na medida em que ele expressa as transformações ocorridas na organização do trabalho dentro do sistema escolar, tanto privado quanto público. Os serviços de educação passavam a ser prestados de maneira bastante diferente daquela que prevaleceu até a década de 50. A indústria do ensino privado e público, a lógica mercantil que a invade, sobretudo na exploração do trabalho profissional, levou tanto a um movimento de consciência patronal e de articulação dos patrões, incluindo o estado-patrão, para defesa de seus interesses, como levou a um movimento de consciência trabalhista nos professores e funcionários e de articulação para defesa de seus interesses.

Essa nova consciência e identidade supera tanto as velhas concepções de servidor público e de missionário *de uma nobre causa, quanto as velhas ilusões do apostolado educativo presente nas congregações religiosas e as ilusões do apostolado cívico presentes no discurso público. A nova*

(*) *Professor da Universidade Federal de Minas Gerais e organizador do livro* Da escola carente à escola possível. *São Paulo, Loyola, 1986. 183 p.*

realidade supera essas velhas concepções e identidades e incorpora novos elementos.

Nos novos elementos incorporados se destacam aqueles que configuram os professores como trabalhadores, como força de trabalho submetida à lógica mercantil. As notícias mais repetidas em todos os orgãos de imprensa relativos aos professores, ao estado e aos patrões coincidem na centralidade da identidade patronal e trabalhista: greves e negociações, reposição salarial, URP, gatilho, carreira, cargos e salários... A negociação de interesses antagônicos na relação mercantil é assumida como prática, o que supõe um grande avanço no reconhecimento dessa relação presente na gestão da produção dos serviços da educação escolar e sobretudo nas relações de trabalho nos sistemas público e privado. O movimento de professores desvendou uma realidade que o discurso educativo ultrapassado tentava encobrir, uma grande conquista que tem de ser creditada aos professores e suas lutas.

Movimento nacional de professores

Outro aspecto do movimento de professores é seu caráter nacional. Não apenas porque, como confirmam as notícias, ele está presente em todos os municípios e estados, mas sobretudo porque ele vai se articulando nacionalmente em associações e sindicatos que ultrapassam o caráter localista e específico das velhas associações. A Andes e a CNTE são expressões desse caráter nacional para onde caminha o movimento de professores.

Este ponto representa um grande avanço e reflete a tendência à unificação, própria da lógica mercantil, que invade todas as formas de trabalho independente de qualquer especificidade. Reflete sobretudo os avanços na consciência dos trabalhadores em educação naquilo que os configura como idênticos, como categoria, como sujeitos de direitos idênticos a serem conquistados coletivamente.

O caráter nacional do movimento de professores caminha no sentido de garantir e especificar um plano nacional de cargos e salários, uma carreira nacional para o magistério de 1º e 2º graus na linha conquistada timidamente na Nova Constituição. Os velhos estatutos do magistério que expressavam formas de gestão em função das especificidades de cada nível de ensino e de administração, vêm perdendo sentido na medida em que o movimento de professores amplia sua expressão nacional e exige o tratamento dos trabalhadores em educação como sujeitos de idênticos direitos, independentemente do tipo de patrão — nação-estado-município-mantenedora... e independentemente da região ser rica ou pobre. O idêntico — serem trabalhadores sujeitos de direitos — se opõe ao específico. O trabalho e sua qualificação passam a ser a medida do valor ou do direito de quem trabalha em educação. Direito que ultrapassa os localismos e suas especificidades. Por esses caminhos tortos vai se construindo o Sistema Nacional de Instrução Pública. Caminhos nunca imaginados por tantos pioneiros que apelavam repetidamente a idéias abstratas de nação, de sistema e de instrução, idéias e ideais que não conseguiam renovar os particularismos durante décadas. As lutas do professorado vêm sendo mais eficientes e mais realistas na construção das bases sólidas de um Sistema Nacional de Educação Escolar.

Os professores, os movimentos sociais e os trabalhadores

As notícias destacam as ligações do movimento dos professores com os movimentos sociais de um lado e com as lutas organizadas dos trabalhadores de outro. Os movimentos sociais têm se organizado em torno de lutas por serviços básicos, entre eles a educação escolar. O apoio mútuo tem sido freqüente, coincidindo na defesa de serviços públicos e privados dignos e de qualidade para todos os setores populares, e no sentido de pressionar o estado a assumir a dimensão pública de seus serviços.

Possivelmente um dos aspectos mais novos no movimento de professores seja a consciência de que sua luta não é uma luta exclusiva de educadores, e sim uma luta do conjunto dos trabalhadores. E por isso, a necessidade de buscar a unidade com os demais trabalhadores. A passagem da Confederação de Professores do Brasil — CPB, para Confederação Nacional de Trabalhadores em Educação — CNTE, e a filiação à Central Única dos Trabalhadores — CUT da maioria das entidades, são indicadores dessa proximidade e unidade entre o movimento dos professores e dos trabalhadores em geral.

Estes vínculos cada vez mais estreitos entre os professores e o que há na sociedade brasileira de mais avançado em termos de consciência de direitos, recoloca o velho direito abstrato à instrução num plano extremamente concreto. As lutas pela escola popular adquirem uma densidade social nova. O direito à educação escolar deixa de ser colocado como um direito isolado, direito abstrato, precondição à cidadania, à república, à condição de sujeito político.... A unidade do movimento dos professores, dos pais, das comunidades organizadas e dos trabalhadores repõe a educação escolar como um dos componentes de uma consciência mais global da dignidade da existência humana neste momento histórico. Repõe a educação escolar como expressão, e não precondição, dos avanços na conquista da cidadania daqueles que produzem pelo trabalho a riqueza, a cultura, o conhecimento.

A escola só se tornou possível e democrática quando essa consciência do legítimo se alargou e quando o direito à instrução popular se inseriu em direitos mais totais. O movimento dos professores vem, por aí, ultrapassando suas próprias lutas e até ultrapassando os marcos estreitos em que vinha sendo colocado o direito popular à instrução. Estamos mais próximos de um aquecimento mais global desse direito e de sua concretização.

Movimento de professores e a renovação pedagógica

Por aí nos aproximamos de um dos aspectos mais importantes: a identidade da luta dos professores com a constituição de uma escola que interessa à classe trabalhadora. A dimensão trabalhista, tão forte no movimento de professores, termina se encontrando com a dimensão pedagógica, não como um adendum, um acréscimo, para não dar a imagem de lutas corporativas. Não é por aí, mas por uma vinculação cada vez mais orgânica entre as lutas trabalhistas e pedagógicas. Em outros termos, por ser um movimento qualitativamente novo de trabalhadores em educação e não apenas de teóricos da educação, termina sendo um movimento pedagógico qualitativamente muito mais novo e radical do que as

renovações pedagógicas de décadas passadas. Enquanto estas se deram pelo transplante de tendências educacionais a um sistema escolar sem bases e sem estrutura material capaz de incorporá-las, o movimento de professores vem lutando pela constituição material desse sistema, pela constituição do que houve de mais elementar e definitivo na configuração dos sistemas nacionais de instrução pública nos países onde se tornaram realidade: de um lado a consciência do direito popular ou dos trabalhadores como sujeitos de direitos, e de outro lado, as bases materiais de sua estruturação em torno de uma rede física e de um corpo profissional em condições de servir e exercer a educação escolar.

O movimento de professores vem, nesta última década, enfatizando aspectos fundamentais nessa direção: defesa da prioridade das condições materiais de trabalho na escola, defesa do caráter e função pública dos serviços escolares e defesa de sua gestão democrática. Lançadas essas bases o movimento de professores vem ampliando sua ação, trazendo para si o direito a repensar a dimensão pedagógica. Os compromissos de classe explícitos desse movimento, seus vínculos com as lutas populares e dos trabalhadores dão aos professores condições de não caírem nos velhos reformismos pedagógicos, mas de repensar as tradicionais dimensões da prática escolar — conteúdos, métodos, relações didáticas, relações sociais da educação — sob uma nova ótica, a ótica de classe. Não é por aí que nos encaminha a expressão tão repetida "construir a escola que interessa à classe trabalhadora"?

As associações e sindicatos de professores trazem a possibilidade de renovação pedagógica na medida em que o professor primário, médio e superior vai aprendendo a fazer e pensar, a unir prática social e repensar pedagógico. E isso de maneira organizada e coletiva. A maioria das associações, sindicatos e confederações passaram a organizar tempos e espaços para repensar coletivamente a prática escolar e política e até espaços de produção de teoria pedagógica e de novos conteúdos e métodos. Por aí podemos antever um movimento nacional de renovação pedagógica, que poderá ser, na próxima década, o maior acontecimento *na educação brasileira.*

PROFESSORES: UM MOVIMENTO A SE REPENSAR

Angelina Teixeira Peralva (*)

Examinando essa coletânea de notícias da imprensa, sobre a luta dos professores da rede pública em 1987 e 1988, fui tomada pelo sentimento estranho de um cenário e de atores fora do tempo.

Um aspecto importante do movimento operário, no Brasil do começo do século, foi a luta por direitos trabalhistas básicos, que se arrasta ao longo dos anos dez marcada, de um lado, pela insuficiência desses direitos; e, de outro, pela fragilidade das conquistas parciais que vão sendo obtidas ao longo da década.

Outro aspecto importante, me parece, é a proletarização acentuada dos trabalhadores, que faz deles uma mão-de-obra facilmente intercambiável, facilmente substituível nos momentos de paralização. Os atos de violência e o enfrentamento direto com a polícia explicavam-se, em grande medida, naquele contexto, pela inexistência de mecanismos institucionais de negociação.[1]

A legalização trabalhista produzida no país após 1930 altera substancialmente esse padrão de relações entre empregadores e empregados, pelo menos no que diz respeito ao universo urbano. Há uma conceituação do salário mínimo, uma regularização do tempo de trabalho, do descanso remunerado. Do mesmo modo, criam-se mecanismos legais de negociação, abre-se um espaço de organização sindical. Ainda que limitados (em razão, muitas vezes, da própria instabilidade da nossa história política), esse conjunto de direitos básicos de algum modo se incorpora às relações trabalhistas, enquanto pré-requisito da atividade econômica.

Exatamente por isso, hoje parecem estranhas as condições gerais da luta do magistério — basicamente as mesmas em todos os quadrantes deste país. Mais do que estranhas: paradoxais. Atores de uma sociedade moderna, onde a escolarização é um elemento central do processo de desenvolvimento e a institucionalização das relações de trabalho uma conquista datada, os professores têm sido, nos últimos anos, obrigados a se empenhar em uma luta mortal pela preservação de direitos trabalhistas que, para outras categorias de trabalhadores, podem ser considerados como já adquiridos. Ao mesmo tempo foram, talvez, mais intensamente afetados pela proletarização do que qualquer outra categoria de trabalhadores urbanos no Brasil.

O conceito de salário mínimo, por exemplo, que, em grande medida, já beneficia os mais desqualificados entre os trabalhadores do setor de serviços, como as empregadas domésticas, tem um significado apenas relativo quando se trata de professores. Veja-se a notícia publicada pelo ***Jornal do Brasil****, de 13/08/88, sobre professores de Araioses, no Maranhão, cujo salário correspondia, na época da denúncia, a 0,38% do piso nacional de salários. Como complementação salarial, os professores recebiam dos alunos de 1º grau alimentos como farinha, galinha, ovos e frutas. A notícia acrescentava que o prefeito estava sendo processado por desvio de verba.*

Talvez se diga que Araioses, município perdido nos confins do Maranhão, a quase 500 km de São Luís, não pode ser considerado como caso exemplar, em função da particularidade das relações de poder próprias das pequenas cidades do interior. No entanto, bem mais perto, no estado que abrigou a antiga capital da República, um problema de natureza semelhante se coloca. ***O Globo****, de 25/08/87, informa que, ao cabo de 69 dias de greve, os professores do Rio de Janeiro não conseguiram obter do governador Moreira Franco a definição de uma data-base para a negociação salarial, uma das duas principais reivindicações do movimento.*

O ***Jornal do Brasil****, de 22/03/88, publica a notícia de que o governador Hélio Gueiros, do PMDB, iria jogar duro com os professores paraenses, em greve desde a véspera. A primeira medida seria revogar o decreto que instituiu um reajuste de 60% para a categoria. Em seguida viriam corte de ponto e demissão em massa dos professores grevistas.*[2]

Mais grave, porém, que o rebaixamento contínuo dos padrões de remuneração — ou melhor, que o torpedeamento do conceito de padrão de remuneração — é, talvez, a desqualificação dos professores e a ameaça constante que sobre eles pesa, no momento das greves, de serem substituídos por mão-de-obra de reserva. Notícia da ***Folha de S. Paulo****, de 11/04/88, informa que o governador Miguel Arraes havia declarado, em pronunciamento público através da Rede Globo de Televisão, após 43 dias de greve do magistério estadual em Pernambuco, que garantiria a qualquer preço o início do ano letivo,*

(*) Professora da Universidade de São Paulo e pesquisadora da área de movimentos sociais e educação.

ainda que, para isso, tivesse que contratar novos professores, mediante a realização de concurso público. No Rio de Janeiro, em setembro de 1988, informa **O Globo**, 500 candidatos se apresentaram para substituir seus colegas grevistas, em resposta ao Edital de Contratação, publicado por ordem do secretário de educação do governador Moreira Franco, Raphael de Almeida Magalhães. O **Jornal do Brasil**, de 03/09/88, descreve esses candidatos como jovens com pouca experiência profissional e com necessidade urgente de mais uma fonte de renda.

O casuísmo prevalece igualmente quando se trata dos direitos políticos adquiridos pela categoria. Em setembro de 1988, os professores da rede pública de ensino de Brasília são obrigados a um longo esforço de mobilização para resistir a uma instrução do secretário de educação em exercício que alterava o modo direto de eleição de diretores de escola, estabelecendo uma lista tríplice. A eleição direta estava em vigor desde 1985.

O direito de organização e manifestação é permanentemente desrespeitado. O governador Orestes Quércia, em São Paulo, lança a polícia contra professores que desejam realizar uma manifestação em frente ao Palácio dos Bandeirantes. Em Recife, um ato puramente simbólico, como o de abraçar o prédio da Secretaria de Educação, torna-se pretexto para a mobilização de um enorme aparato policial. A repressão violenta contra os professores, com uso de cães e cavalaria, incorpora-se aos costumes políticos.

O material de imprensa, que cobre um período de dois anos, parece-me que não se alteraria substantivamente se as informações recolhidas correspondessem a toda a década de 1980. Por outro lado, o modelo de relacionamento que progressivamente se estabelece entre diferentes governos e o movimento, ao longo desses anos, transcende em grandes medidas as filiações partidárias e as opções ideológicas. Negociar ou não negociar com o movimento é um divisor de águas que não pode — e algumas associações reconhecem esse fato — ser identificado a um recorte partidário preciso. A indiferença das administrações estaduais e de muitas administrações municipais perante as greves, torna altíssimo o custo social dessa forma de luta, não apenas para a população usuária da escola pública, mas para a própria categoria. As paralisações prolongam-se, às vezes, por muitos meses, antes de conseguirem arrancar do patrão-governo o sinal verde para, simplesmente, negociar.

Não é difícil reconhecer, nessa descrição sumária, uma situação de crise generalizada, que afeta brutalmente o ensino público em todo o Brasil. Mas não apenas isso. Ao lado da crise do ensino, é preciso reconhecer uma crise na própria luta do magistério. Por maior que seja a nossa simpatia pelo movimento dos professores, é impossível deixar de constatar sua debilidade face ao adversário contra o qual se bate. São portanto os elementos dessa crise que importa analisar.

A crise do ensino público é simples de compreender. Ela é função de um conjunto de escolhas políticas — de uma opção de desenvolvimento nacional. Colocando sumariamente o problema: na ausência de um regime de força, a descapitalização, engendrada pelo pagamento da dívida externa, só pode ser compensada por uma dinâmica econômica inflacionária. Na medida em que tal política não comporta investimentos substantivos na área social, a degradação do ensino público aparece como inevitável. A crise do movimento, ao contrário, envolve problemas mais complexos.

Uma luta em dois tempos

A formação de um movimento de professores, em nível nacional, data da virada dos anos oitenta. A expansão da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus, durante a década de setenta, alterou sob vários apectos o perfil dos trabalhadores da área da educação, constituindo uma massa crítica de assalariados, tendencialmente sensível a um projeto de sindicalização. O que é interessante notar é que essa tendência adquire expressão em um momento histórico especial, que é o do esgotamento do regime que vinha dirigindo o país desde 1964. Uma das lideranças mais expressivas dos professores refere-se àquela época como um momento de encontro entre uma categoria profissional, desejosa de lutar pelos seus direitos, e uma vanguarda, exterior à rede pública formada por militantes dotados de um projeto político autônomo, em busca de um movimento social com o qual se articular. Essa vanguarda, vinda do movimento estudantil e marginalmente inserida na rede particular de ensino, teria desempenhado um papel fundamental na organização do movimento de professores em São Paulo.[3]

Em outras palavras: organizar o movimento de professores e lutar contra a ditadura foram, em um certo momento, dois aspectos complementares de um mesmo problema.

E isso tem uma importância enorme. Os professores (do mesmo modo como cada um dos movimentos populares de oposição ao regime que se articulam nesse período) não falam apenas em nome de si mesmos. Eles falam em nome de toda uma sociedade que deseja a democratização. O combate a um inimigo comum unifica e potencializa a luta popular, ganha o apoio da imprensa, garante a cada reivindicação parcial o estatuto de luta política.

Mas não será sempre assim. A eleição direta para governadores dos estados, em 1982, marca o início do que se convencionou chamar de processo de transição democrática. Os principais interlocutores do magistério já não são mais, desde então, simples prepostos da ditadura. São políticos, eleitos pelo voto popular, inclusive pelo voto dos professores. Até aquele momento, a ditadura aparecia como obstáculo, não apenas à construção de uma democracia política, mas também à construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Eliminando o grande adversário comum, o movimento se divide. Uma parte dos militantes opta por dar sustentação aos governos eleitos nos estados, outra parte permanece na oposição. Seja como for, essa divisão pesa enormente sobre o movimento, ao longo dos anos oitenta.

Politicamente dividido, o magistério mantém, como única base de unidade possível, na nova conjuntura,

a luta sindical. Ao mesmo tempo em que se divide, portanto, o movimento se despolitiza. O que aconteceu em São Paulo, de algum modo pode ser considerado exemplar para o resto do país. O projeto que sustenta a construção de uma nova Apeoesp, principalmente a partir da primeira gestão Gumercindo, consiste em investir na construção de um movimento sindical, subordinando a essa lógica o projeto político da antiga vanguarda e negando, portanto, àquele projeto, qualquer autonomia real.[4] *Essa opção, no entanto, não consegue salvar o movimento de uma crise, que pode ser resumida em três perguntas: em nome de quem falam hoje os professores, contra quem lutam e o que está em jogo em sua luta? Houve um tempo em que a resposta a cada uma delas era extremamente simples para o movimento. Hoje já não é assim.*

Houve um tempo em que a luta do magistério tinha um sentido ao mesmo tempo particular e universal. os professores falavam em nome de si mesmos e de toda a sociedade, porque o sentido social da sua profissão lhes permitia ampliar o significado da luta mais além dos interesses estreitos de uma categoria profissional. Hoje, com a amplitude e a extensão que adquiriram as greves, a relação com a comunidade a quem servem tornou-se extremamente complicada. Há um esforço real (o material de imprensa nos atesta isto) da categoria, no sentido de estreitar vínculos com a população usuária da escola pública. Mas são ainda vínculos frágeis. Em muitos momentos a comunidade se opõe frontalmente à greve do magistério, manifestando-se por um retorno imediato às atividades. Em outros, adere à luta de resistência econômica dos professores, como se isso resumisse seus próprios interesses em relação à escola.

Houve um tempo em que era simples dizer contra quem se lutava. A ditadura era o obstáculo visível à realização das aspirações democráticas de toda a sociedade, inclusive das aspirações particulares do magistério. Hoje, a decepção de uma enorme parcela do movimento face a antigos aliados — uma enorme massa de políticos de tradição progressista, principalmente (mas não apenas) aqueles filiados ao PMDB — divide a categoria e complica a definição do adversário.

Do mesmo modo, embora haja um esforço notável das associações em manter o movimento no patamar de uma defesa ampla da escola pública — embora elas venham desenvolvendo ao longo desses anos um debate educacional, que é da mais alta importância porque contribui para manter o significado profissional da luta no interior de uma categoria cada vez mais desqualificada[5] *— a resistência ao processo de proletarização, através da luta salarial, torna-se o principal problema do movimento.*

A reconstrução de um movimento social dos professores passa, a meu ver, por redefinição da resposta a cada uma daquelas três perguntas.

Uma história simples, que já tive a ocasião de apresentar em um outro lugar,[6] *baseia-se na idéia de que, se os professores da rede pública são tão mal pagos, é exatamente porque servem a uma parcela desfavorecida da população brasileira. Se isso é verdade, podemos supor que a luta puramente categorial, por mais importante que seja, é por si só impotente para reverter, ou talvez mesmo deter, o processo de proletarização da categoria. O avanço da luta pressupõe, nesse caso, a ênfase em uma política de aliança com a população, que rearticule, como no passado, a particularidade da luta dos professores com a universalidade do sentido social da sua profissão. E, porque a escola é um espaço de ensino, não se pode conceber uma política de aliança com a população, que não esteja permeada pela questão educacional.*

A necessidade de construção dessa política não é, de modo algum, estranha ao horizonte das associações. Mas o problema não é simples. A aliança com a população parece esbarrar em dois obstáculos principais. De um lado, há a debilidade organizativa da comunidade, ela mesma, muitas vezes, altamente proletarizada. De outro, a desqualificação crescente dos professores que, inseguros quanto ao trabalho que realizam, tornam-se tanto mais propensos a esconder-se atrás de sua autonomia profissional. Isso não significa, no meu entender, uma aliança impossível. Mas significa provalvemente que a possibilidade histórica da construção dessa aliança situa-se num patamar de investimento superior àquele que marcou a condução do movimento até aqui.

A definição do adversário é sempre um segundo elemento essencial para a constituição de qualquer movimento. E ela se tornou também muito difícil. A percepção de que o patrão-governo tem múltiplas faces, é mais ou menos sensível a pressões, ora se apresenta como aliado, ora como adversário, é extremamente desestabilizadora, do ponto de vista da luta. Os professores percebem, de alguma maneira, que o verdadeiro adversário está mais além do governo, mas é difícil nomeá-lo. Talvez seja possível hoje apenas reconstruí-lo, em termos teóricos, como o adversário social da população atendida pela escola pública.

Meu entendimento é de que, somente assim, a crise que o movimento atravessa hoje poderá ser superada, redefinindo-se o sentido de uma luta que, a despeito dos esforços da liderança, cada vez se torna mais exclusivamente categorial, e reinserindo-a na lógica política maior de uma defesa geral e efetiva da escola pública e de uma disputa quanto ao sentido social da educação.

NOTAS

[1] Uma, entre inúmeras descrições das lutas operárias no Brasil do começo do século, refere-se assim àquele movimento:

"As greves parecem raras em fins do século passado. Elas se tornam mais freqüentes no início do século XX, atingindo uma grande intensidade em 1912, e declinando em seguida; são retomadas com força em 1917, 18, 19 e 20, refluindo definitivamente entre 1921 e 1930.

Em muitas situações, os movimentos grevistas, faziam-se acompanhar de atos de violência e enfrentamento direto com a polícia. Na maior parte das vezes, a luta era por aumentos de salário, ou mesmo pela manutenção de um padrão de remuneração. Associada a essa reivindicação, encontramos também uma luta pela redução da jornada de trabalho e pelo descanso semanal remunerado. A solidariedade em caso de trabalhadores injustamente despedidos constitui o ponto de partida para numerosas greves, bem como as más condições de trabalho, os abusos de autoridade e a luta pelo direito de organização. (...)

Freqüentes são também os locautes patronais. Entre os doqueiros de Santos, ao contrário, dada a importância econômica estratégica do porto, é freqüente a tentativa de substituir os grevistas por mão-de-obra de reserva, trazida em trens, do Rio de Janeiro, ou de outros lugares. Por isso mesmo era raro que as greves em Santos tivessem caráter pacífico; os enfrentamentos com a polícia, ao contrário, eram a regra.

As greves eram desencadeadas, em numerosos casos, a partir de simples incidentes: um trabalhador despedido, um acidente de trabalho, um problema com o contramestre. Mas, muito rapidamente, elas podiam assumir a forma de levantes de massa. (...)

Encerravam-se também por razões variadas. No caso de certas greves, observa-se a satisfação total ou parcial das demandas, que, freqüentemente é apenas provisória, sendo de boa regra que os patrões voltassem atrás com relação aos acordos estabelecidos. Em outros casos, pesava a repressão, ou o esgotamento natural do movimento.'' (Angelina T. Peralva. Classe moyenne, luttes sociales et éducation au Brésil. *Paris, Iedes 1985. p. 103-4).*

[2] *A respeito do casuísmo e do arbítrio que imperavam nas relações entre patrões e operários na Primeira República, é extremamente saborosa a descrição oferecida por Paula Bieguelman, também a partir de um dossiê de imprensa, em* Os Companheiros de São Paulo. *São Paulo, Símbolo, 1977.*

[3] *Depoimento do Prof. Gumercindo Milhomem Neto a Maria Luisa dos Santos Ribeiro.* A formação política do professor de primeiro e segundo graus. *São Paulo, Cortez, 1988.*

[4] *Isso não significa que tenha cessado a ação politizadora da vanguarda* junto *ao movimento, mas sim que o movimento, enquanto tal, vê-se desde então desprovido de uma lógica política que lhe seja inerente e que o unifique. Sua base própria de unidade torna-se puramente sindical.*

[5] *Refutando críticas do governo, que o acusam de desenvolver uma política corporativista, o Presidente do Centro de Professores do Rio Grande do Sul lembra que ''o Centro dos Professores optou por investir na educação, na qualificação do quadro dos profissionais do ensino, através da realização de encontros, seminários, debates e congressos. Como resultado dessas reflexões, emergiram inúmeras experiências nas escolas públicas do Rio Grande do Sul, que serviram de embriões para uma nova pedagogia, embora tal tarefa seja da competência da Secretaria de Educação. No entanto, este caminho, que estava florescendo, foi implodido pela Portaria 1815, chamada pelo governador de QPE-Especial.''* A Sineta, *Porto Alegre (38) set. 1988.*

[6] *E os movimentos de professores da rede pública?* Cadernos de Pesquisa, *São Paulo (64) fev. 1988.*

Aconteceu na imprensa

NACIONAL

334
Servidores pedem a Pazzianotto mediação para manter o gatilho

Membros do comando de greve dos servidores públicos de vários estados estiveram ontem com o ministro do trabalho, Almir Pazzianotto pedindo sua intervenção política junto a alguns governadores em favor da manutenção do gatilho salarial e pagamento dos atrasados ao funcionalismo público.

Ouviram do ministro, segundo relato de Antonio Carlos Pereira, presidente da União dos Trabalhadores no Ensino, de Minas Gerais, que, para os servidores estatutários, os estados têm autonomia de decisão, enquanto para aqueles sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a questão do pagamento do gatilho entra em "zona cinzenta", expressão usada pelo ministro.

Francisco Antonio Poli, presidente da União dos Diretores de Escolas de Magistério Oficial de São Paulo, lembrou ainda ter o ministro se posicionado a favor dos servidores quanto ao que estes consideram uma injustiça: o fato de haver tratamento diferenciado para os servidores federais e estaduais no que diz respeito à aplicação do decreto-lei 2284/86 que instituiu o gatilho salarial.

O comando nacional de greve indica perdas salariais para os funcionários públicos estaduais da ordem de 72,8%, decorrentes do não pagamento de dois gatilhos e corrosão inflacionária desde março passado. Minas Gerais, por exemplo, onde o total dos servidores (450 mil) mantém greve desde 29 de abril, obteve seu último reajuste em fevereiro passado corrigindo os salários em 8%. Com dois gatilhos disparados e não pagos pelo governador Newton Cardoso, a contraproposta para os servidores do estado contempla 20% de reajuste agora e nova discussão salarial em outubro próximo, rejeitada pelos grevistas.

Em São Paulo, o último reajuste salarial ocorreu em janeiro. Os servidores, em greve desde o último dia 7, rejeitaram a última proposta do governador Orestes Quércia, de introdução da trimestralidade para correção salarial e utilização de 75% do ICM como parâmetro para os gastos com a folha salarial do estado. Sobre este ponto específico, Rosiver Pavan, membro da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado, salienta que Quércia contratou nas últimas semanas mais de vinte assessores com salários de Cz$ 60 mil.

No Espírito Santo, onde predomina a greve dos professores e trabalhadores da área de Saúde (cerca de 70% dos servidores estaduais) desde 23 de abril passado, os servidores tiveram seu último reajuste em outubro de 86. Não há uma alternativa para o gatilho, extinto por decisão do gbvernador Max Mauro, e a proposta substitutiva de reajuste de 50% agora e nova discussão em setembro foi rejeitada na Assembléia Legislativa.

Proibidos por lei de fazerem greves, os servidores públicos consideram que, na prática, o direito está consolidado. O problema maior, segundo salientou José Aguilar Dalui, presidente da União dos Professores do Espírito Santo, reside em conquistar o apoio da sociedade para este tipo de greve. "Enquanto o limite das greves no setor produtivo é determinado pelo bolso do empresário, no serviço público ele é diretamente relacionado com a capacidade do movimento em conquistar base de apoio junto à sociedade".

Este apoio, segundo os representantes dos grevistas, tem sido conquistado palmo a palmo. Exemplo disso, conforme citaram, é o aumento da participação dos grevistas nas manifestações públicas. Na próxima semana, eles prometem trazer a Brasília uma caravana de grevistas, "de forma a sensibilizar os políticos e o setor econômico do governo", disse Antonio Carlos Pereira. *(Thais Bastos, Gazeta Mercantil/SP, 15/05/87)*

335
Maioria dos estados não paga gatilhos a seus funcionários

Apesar de estar previsto em lei, o pagamento do gatilho para o funcionalismo público estadual não é respeitado na maioria dos estados brasileiros. A principal alegação dos governadores é que não há recursos suficientes para o cumprimento da lei e o problema é contornado com o envio de projetos aos legislativos estaduais propondo formas diversas de reajustes, que em alguns casos são escalonados, em outros a prazo, ou ainda, semestrais ou trimestrais.

No Distrito Federal, o governador José Aparecido de Oliveira (PMDB) está cumprindo a lei e já efetuou o pagamento dos gatilhos já disparados. Na Bahia, o governador Waldir Pires (PMDB) conseguiu pagar, com recursos que tomou emprestados em bancos privados.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já apreciou três pedidos de argüição de inconstitucionalidade da lei que determinou o pagamento do gatilho aos servidores estaduais e tomou medidas diversas para dois pedidos. No caso de São Paulo, determinou o pagamento dos gatilhos já disparados; mas a decisão foi inversa no caso do Piauí, onde os funcionários não têm esse benefício incluído nos seus vencimentos. No Rio de Janeiro, o ex-governador Leonel Brizola havia liberado o pagamento para os servidores estaduais, mas a Assembléia Legislativa argüiu a incostitucionalidade da lei. Nos três casos, a decisão do mérito ainda não foi tomada pelo STF.

Em Roraima, toda vez que o governo federal autoriza, os servidores federais recebem o gatilho, mas os estaduais, admitidos em regime de *serviços prestados*, não são beneficiados. O mesmo ocorre no Amapá com os servidores federais, mas os *conveniados*, apesar de já terem recebido um aceno do governo do território de aumento de 20%, reivindicam um reajuste de 50%. *(Folha de S. Paulo/SP, 16/06/87)*

336

Carta de Brasília

Os participantes da 1ª Conferência Nacional de Educação, realizada em Brasília de 19 a 23 de julho, promovida pela Confederação de Professores do Brasil (CPB), com a presença de entidades educacionais e sindicais, abaixo relacionadas, vêm manifestar-se publicamente frente à crise política, econômica e social, assim como aos graves problemas que afetam a educação neste país.

O quadro de instabilidade vivido hoje no Brasil se expressa num conjunto de medidas casuísticas e autoritárias adotadas pelo governo Sarney, ainda tutelado pelos militares. Tais medidas, concretizadas por um governo sem legitimidade, através de sucessivos pacotes, destacadamente o Plano Bresser, continua impondo ao povo brasileiro uma política econômica de submissão às imposições do FMI, aprofundando o arrocho salarial, a recessão e o desemprego. Tal política econômica visa a continuidade do pagamento da dívida externa, cujo preço é o responsável maior pela situação de pauperização e angústia do povo brasileiro, gerando a limitação de verbas para a realização de programas básicos de cunho social como saúde, moradia e educação.

Ao mesmo tempo, o governo Sarney reforça as posições do latifúndio, com a falácia da reforma agrária, com a deliberada omissão diante das perseguições e assassinatos de líderes rurais, tentando frear a luta e organização dos trabalhadores, utilizando recursos autoritários como a Lei de Segurança Nacional para o conjunto dos trabalhadores.

No Congresso Constituinte, marcadamente conservador, fruto do poderio econômico e do controle dos meios de comunicação social, as tendências apontam para a aprovação de um texto constitucional divorciado dos reais interesses da maioria da população. Tudo isto situa-se dentro da ofensiva patrocinada, com fortíssimas pressões, pelo grande capital, através dos monopólios, do latifúndio e do sistema financeiro.

Os participantes desta Conferência entendem que este quadro determina os graves problemas que afetam a educação. Denunciam que a omissão histórica do estado é responsável imediata pela existência de 8 milhões de crianças e jovens em idade escolar fora da escola, 40 milhões de analfabetos adultos e numeroso contingente de jovens e adultos sem acesso à escolarização básica, precária formação do magistério com caráter intencionalmente ideológico, comprometendo o desempenho profissional dos docentes e salários aviltantes em todo o país. Tudo isto vem criando um sistema de ensino incapaz de atender, em quantidade e qualidade, às necessidades da população escolar, vem configurando as péssimas condições de trabalho em que se encontra o magistério e vem mantendo a escassez e má distribuição das verbas públicas. É importante denunciar também que os meios de comunicação social, em mão de poderosos grupos econômicos, vêm contribuindo para mascarar, diante da opinião pública, as profundas contradições da sociedade brasileira.

Assim, conscientes de seu papel e de sua contribuição para o enfrentamento dessa situação, os participantes desta Conferência reafirmam sua disposição de lutar em defesa da escola, pública, gratuita, unitária, laica, democrática e de boa qualidade que atenda aos reais interesses populares. Traduzem esta luta na conquista da democratização da escola, na garantia do acesso e permanência à escola de todas as crianças em idade escolar, no controle das verbas públicas pela população, na exclusividade da destinação das verbas públicas para a escola pública, na escola unitária superando a dualidade da escola academicista e técnica, na permanência da criança em tempo integral na escola, na melhoria das condições salariais e profissionais do magistério, no fortalecimento das entidades da categoria, num plano nacional de educação, num plano de erradicação do analfabetismo e na democratização dos meios de comunicação.

Os participantes desta Conferência Nacional de Educação estão conscientes de que essas conquistas estão interligadas com o processo de democratização da sociedade brasileira.

Por isto se engajam nas lutas gerais ao lado de todas as categorias profissionais, comprometendo-se com o processo articulado de intensificação da pressão popular ao Congresso Constituinte, na defesa dos direitos dos trabalhadores, na organização e participação da greve geral convocada pelo movimento sindical e na participação e organização do movimento das diretas já.

Brasília, 23 de julho de 1987.

Conferência Nacional de Educação da Confederação de Professores do Brasil

CUT/Cedes/CGT/Sinpro-ABC/Fitee/ Sinpro-Nova Friburgo/Feterj/ Sinpro-Sergipe/UNE/Sinpro-Pará/ Fenoe/Sinpro-Bahia/Cenpase/ Sinpro-São Luiz/Ande/Sinpro-Goiás

(Magister/RS, ago/set/87)

337
Professor ganha menos que no Haiti

O baixo salário dos professores é uma das principais causas da queda do nível do ensino público em todo o país. Para ganhar dois ou três salários mínimos, muitos trabalham o dia todo. Em zonas rurais, professores chegam a ganhar menos que um salário. O acúmulo de aulas e o cansaço impedem que eles freqüentem cursos de atualização que permitam o contato com novas metodologias de ensino e, assim, possam oferecer a seus alunos uma oportunidade de aprendizagem mais completa. "Nossos professores primários recebem menos que um professor do Haiti, o país mais pobre das Américas", diz o educador e ex-ministro da cultura, Aluísio Pimenta.

"As perspectivas de reajuste do salário não existem. Talvez em janeiro", afirma João Antônio Felício, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp). Um professor em início de carreira, que leciona da primeira à quarta série do 1º grau, ganha Cz$ 65,06 por hora/aula. Da quinta série ao colegial, Cz$ 79,08. "E se fizer mestrado ou doutorado, o aumento salarial é de 10,25%". João Felício acrescenta que, se um professor dá 36 horas/aula, na prática isto representa 50 horas, pois em casa ele precisa preparar as aulas e corrigir provas.

"O salário do professor é insuficiente, não está à altura da função que ele desempenha. É uma deficiência da economia de um país subdesenvolvido, mas temos de adequar o ideal ao real", declarou o secretário da educação de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, que não apresenta soluções imediatas para corrigir as defasagens.

Greves reivindicando melhores salários são realizadas em todos os estados. No Rio de Janeiro, a última paralisação durou dois meses e os professores em início de carreira conseguiram um aumento de Cz$ 4.800,00 para Cz$ 7.800,00. Já os professores com mais de 25 anos na profissão ganham Cz$ 12.562,00. No Rio Grande do Sul,o salário é um pouco mais alto: um professor ganha, em média, Cz$ 18.500,00.

"O jeito é arranjar um bico, como vendedor ambulante, por exemplo. É raro encontrar um professor que não complementa sua renda vendendo roupas, jóias e outros objetos", afirmou a professora carioca Zelma Massona. "Ou ainda vão trabalhar nas escolas particulares, que também estão pagando pouco".

Para Carlos Alberto Direito, secretário da educação do Rio de Janeiro, a queda dos salários é culpa dos governos anteriores, "principalmente o de Leonel Brizola", que desviou toda a verba para a construção dos Cieps, Centros Integrados de Educação Pública, conhecidos também como Brizolões.

"A saída é o governo fazer a opção pela educação", defende a professora Maria de Lourdes Gomes, da Associação dos Professores de Minas Gerais. Para ela, os 25% do orçamento do estado destinados à educação não são "irrisórios", mas "não temos conhecimento se todo este percentual é realmente aplicado à área.".

O professor Aluísio Pimenta, que foi também reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, de 1964 a 1967, queixa-se da "falta de vontade política" dos governantes com a educação. "É verdade que nós aumentamos o número de salas de aula à custa do salário dos professores e, com isso, a qualidade do ensino caiu assustadoramente. Os professores não têm oportunidade de se reciclar e os baixos salários não estimulam os educadores a se profissionalizarem."

Elba Barreto, educadora e pesquisadora da Funcação Carlos Chagas, em São Paulo, afirma que é necessário um projeto educacional que incorpore a uma jornada de trabalho digna — diferente da atual — um período de trabalho na escola para que os professores tenham tempo para conversar com os alunos, com os pais, e discutir com os colegas as experiências da sala de aula. "É necessário também que os professores tenham oportunidade de atualizar seus conhecimentos e uma política que reveja a formação do professor. Onde eles estão sendo formados? Muitos em escolas de fim-de-semana."

O presidente da Apeoesp, João Antônio Felício, concorda com a pesquisadora: "O professor precisa voltar à universidade para conhecer novas metodologias educacionais. A Secretaria da Educação precisa pensar em uma política de atualização profissional, para que o professor discuta novas propostas. E as entidades devem participar da elaboração dos projetos". *(O Estado de S. Paulo/SP, 16/10/87)*

338
Polêmica na decisão dos professores de participar da CUT

A filiação ou não da Confederação dos Professores do Brasil à Central Única dos Trabalhadores promete ser o ponto mais polêmico do 21º Congresso da CPB, reunido em Brasília até o dia 21, quinta-feira. O presidente da CPB, Tomaz Wonghon, disse que "a categoria dos professores deve se integrar com outras categorias profissionais através de uma central sindical única, que não precisa ser a CUT necessariamente".

Tomaz declarou que, embora seja favorável à filiação, acatará a decisão da maioria dos professores reunidos em assembléia. Encontram-se em Brasília 31 associações de professores de todo o país, da rede pública de 1º e 2º graus. O congresso está sendo organizado pelo Sindicato de Professores do Distrito Federal e o tema deste ano é "Educação: participação e compromisso — valorização da escola pública".

Mais de três mil delegados presentes ao congresso discutirão e decidirão sobre políticas sindical, nacional e educacional e sobre a estrutura da Confederação dos Professores do Brasil. O presidente da Confederação afirmou que hoje os professores têm uma atuação política marcante e que a divergência ideológica é natural nesse contexto. Lúcia Carvalho, presidente do Sindicato de Professores do Distrito Federal, disse que a participação dos professores nos grupos de discussão tem crescido a cada ano, o que ela considera bastante positivo.

Tomaz disse que a entidade que preside foi a que realizou um lobby mais intenso na Constituinte e que essa posição garantiu várias conquistas no capítulo da educação. Tomaz afirmou que os professores lutarão para que sejam mantidos os seguintes artigos do projeto de Constituição: 18% da verba da União e 25% dos estados e municípios e Distrito Federal sejam destinados à educação; o princípio do Plano Nacional de Carreiras; aposentadoria aos 25 anos e

eleições para a direção das escolas públicas. *(O Estado de S. Paulo/SP, 19/01/88)*

339
Entidade critica desorganização no congresso

Depois de um longo preparo com escolha de delegados e propostas a serem apresentadas no 21º Congresso Nacional de Professores, que aconteceu em Brasília, no período de 19 a 21 de janeiro, a Associação dos Professores do Estado do Maranhão (Apema) critica a falta de organização do Congresso e a disputa acirrada por espaço político partidário. A programação não pôde ser cumprida em virtude das discussões políticas e assim, o objetivo principal do encontro, questionar a educação a nível nacional, não foi atingido.

O congresso deveria encerrar no dia 20 de janeiro com uma concentração em frente ao Palácio do Planalto no dia seguinte, dia 21. Só que, devido à desorganização e disputa política dentro da CPB, no dia 21 ainda estava sendo feito o credenciamento de delegados. *(Jornal de Hoje/MA, 19/02/88)*

340
O Congresso foi o segundo referencial na vida da CPB

Entrevista com Tomaz Wonghon, presidente da CPB

Magister — Qual a tua avaliação sobre o 21º Congresso da CPB?

Tomaz — Este foi um congresso difícil. Foi um teste à calma, segurança, lucidez e firmeza de condução das plenárias. Gostei!

O primeiro congresso que participei foi o de Fortaleza (81). Todos reconhecem que foi um Congresso referencial na vida da CPB. Reformou-se o estatuto, democratizou-se a entidade, originando a unidade orgânica anunciada em Goiânia (82). Todas as correntes reconheciam a CPB como entidade única e como instrumento de luta da categoria. Em todo o território nacional a CPB tem filiadas. É a fase da consolidação orgânica. A unidade nacional passa a ser a palavra de ordem. No entanto *unidade* passa a ter uma concepção retórica e formal. Nada que polemizasse era decidido para não perder a *unidade*. Logo, o princípio vira uma camisa de força, imobiliza a entidade. Os congressos de 83, 84, 85, 86 e 87 produziram deliberações que no decorrer do ano quase não empolgaram a discussão nos estados.

O congresso de Brasília significa um segundo referencial! Ele toca e altera decisões sobre pontos até então *tabu*. Ele avança na concepção: a) de que a CPB continua, sem dúvida, sendo a entidade única e instrumento de luta da categoria; b) de que sua unidade é fundamental, mas que deve dar-se por avanço e por respeito às posições majoritárias; c) de que a prática da CPB deve estar coerente com seu discurso. Não é possível ser progressista só no discurso. Sem dúvida, durante todo o ano de 88 o debate sobre as decisões deste congresso será intenso! Em São Paulo (89) as posições majoritárias manterão ou alterarão estas decisões. Isto feito, com empenho, com nível e com honestidade significará praticar a democracia interna da entidade.

Magister — Qual a importância da filiação a uma Central Sindical?

Tomaz — Filiar-se a uma Central Sindical passou a ser necessidade da própria prática sindical da CPB. Em todos os movimentos grevistas a categoria apela sempre à solidariedade e integração dos demais trabalhadores e seus sindicatos. No entanto, para vivenciar sua prática definia-se sempre pela neutralidade. Cobrar ação de outros e manter-se neutra conferia-lhe um caráter falso, moralista!

Magister — Com a filiação muda alguma coisa?

Tomaz — Em 1987 a CGT e a CUT organizaram com outras centrais internacionais a Conferência Latino-Americana e Caribenha sobre a Dívida Externa. A CPB por não ser filiada a nenhuma central, não pode ter presença nem voto!

Magister — Como a filiação vai refletir nas entidades?

Tomaz — Antes da CPB se filiar à CUT, a Aspac (Acre) e a Apal (Alagoas) já eram filiadas à CGT, assim como o CPG (Goiás) e a UTE (Minas Gerais) dentre outras, já eram filiadas à CUT. A decisão de cada entidade é de sua própria competência, ouvidos seus sócios. Cada entidade, seguindo sua própria decisão (de seu Congresso ou de sua Assembléia), define-se por filiar-se a uma ou a outra central. Ou ainda por manter-se filiada.

Magister — A polêmica em torno da filiação ou não filiação decorre da pouca discussão do assunto nas entidades estaduais?

Tomaz — A filiação a uma central sindical foi discutida em 1984, em Criciúma; em 1985, em Vitória; e em 1986, em João Pessoa; em 1987, em Porto Alegre; e em 1988, em Brasília. Cinco congressos, cinco anos de debates. No conjunto dos demais trabalhadores já fazíamos por merecer uma "classe de recuperação", pois a cada final de ano "os professores não estavam esclarecidos".

Magister — A polêmica gerada no congresso foi positiva ou negativa?

Tomaz — Depende. É preciso saber de que polêmica se quer falar. Se falarmos do confronto de idéias e posições, o resultado é positivo. Em grande percentual, as pessoas se empenharam em discutir aguerrida e sinceramente suas convicções. No entanto, é preciso não ser ingênuo para entender que numa massa de 4.000 a 5.000 é pequeno o percentual dos que dominam as técnicas de plenário. O uso do microfone, as colocações das questões de ordem, as cobranças da mesa, o uso da palavra. E por fim, a difamação e a calúnia. Esta polêmica não é positiva porque é feita sem princípios, é interesseira, desgasta a entidade como instituição, difama lideranças que têm uma história de lutas e de trabalho pela entidade. Lideranças da esquerda se atacam com virulência maior que a da direita para com elas. A conquista de espaço é buscada com a difamação do outro e não por um trabalho sério e honesto. Isto gera um processo doentio e autofágico. As lideranças maduras têm o dever de preocuparem-se com este processo. *(Magister/RS, mar/abr/88)*

341
Escola pública leva luta popular às ruas

Cartazes, *bottons* e adesivos começarão a invadir as ruas de todo o país nos próximos dias como forma de conseguir ampla mobilização popular em torno do movimento *Em Defesa da Escola Pública*. Lançada a nível nacional com presença de mais de 40 entidades

envolvendo o magistério, outras categorias profissionais e estudantes, a campanha — que tem à frente a Confederação de Professores do Brasil — pretende ir aos bairros de todas as cidades. O objetivo é envolver a comunidade em debates que resultarão em proposta para subsidiar a criação do plano nacional de educação, a ser definido com a reformulação da lei de diretrizes e bases, por força da nova Constituição.

A base para as discussões é a carta cujo texto partiu de consenso de mais de mil educadores que participaram da 2ª Conferência Nacional de Educação, realizada de 28 a 31 de julho em Goiânia. O documento considera que a possibilidade de municipalização do ensino acentuará as desigualdades da escola pública, reforçará o clientelismo político e fragmentará o processo educacional brasileiro. Ao mesmo tempo, o processo é visto como favorável à política de privatização do ensino, de projetos que buscam apoio financeiro de empresários na manutenção das escolas públicas, a exemplo da Campanha *Adote uma Escola*, lançada recentemente pelo governador Orestes Quércia, qualquer programa neste sentido é visto como futuro causador de ingerência no ensino público. *(Diário do Grande ABC/SP, 05/08/88)*

342
2ª Conferência Nacional de Educação

Educação: Participação e Compromisso; Valorização da Escola Pública; A Escola que Interessa à Classe Trabalhadora; Princípios para nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Experiências Latino-Americanas de Educação: Cuba, Argentina e Nicarágua foram os temas abordados na 2ª Conferência Nacional de Educação que aconteceu de 28 a 31 de julho, no campus da Universidade Federal de Goiânia.

Sem caráter deliberativo, a 2ª Conferência Nacional de Educação foi uma deliberação do 21º Congresso da Confederação dos Professores do Brasil — CPB. Do evento resultaram propostas para o plano nacional de educação e para a nova lei de diretrizes e bases que serão enviadas para as entidades filiadas à CPB a fim de serem discutidas novamente e canalizadas para o 22º Congresso da Confederação.

Durante os quatro dias da conferência, mil professores tiveram a oportunidade de ouvir vários painelistas, além de discutir em grupos temáticos e específicos durante cinco turnos. Na plenária final foram apresentados os relatórios dos grupos e aprovada por unanimidade a carta manifesto *Em Defesa da Escola Pública e Gratuita*, documentos que serão remetidos às 31 entidades filiadas à CPB. *(Magister/RS, set/88)*

Carta Documento 'Em Defesa da Escola Pública e Gratuita'

O governo federal e governos estaduais, na perspectiva de se desobrigarem de suas responsabilidades para com a educação, tentam a municipalização do ensino que acentua as desigualdades da escola pública quanto a recursos materiais e fragmenta o processo educacional brasileiro. Ao mesmo tempo, favorecem a política de privatização do ensino e encaminham projetos que pretendem obter o apoio financeiro de empresários na manutenção das escolas públicas que levarão à ingerência desses setores na escola. Outras investidas são feitas por aqueles setores sociais que através dos meios de comunicação desenvolvem uma campanha de desmoralização da escola e demais serviços e que, na Constituinte, organizados no Centrão, defendem a escola privada, posicionando-se contra as propostas dos setores populares em relação à educação, como a destinação de verbas públicas só para escolas públicas e a gestão democrática do ensino.

As forças sociais e políticas que, na Constituinte e dentro e fora do governo, atacam a escola pública, são as mesmas que, mantendo o pagamento da dívida externa e a política de submissão do país ao FMI, impõem o arrocho salarial aos trabalhadores, propõem a privatização das estatais, impedem a reforma agrária, cortam os investimentos públicos em setores produtivos, na saúde, transporte, educação e habitação.

Neste contexto, as forças sociais e políticas comprometidas com a efetiva democratização do país e com os interesses dos trabalhadores, reforçam sua unidade para avançar na luta contra a política econômica do governo e por uma escola pública universal, gratuita, democrática, laica, que ofereça um ensino de boa e igual qualidade para todos, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática e igualitária.

Conclamamos pais, alunos e os setores populares a participarem do movimento permanente em defesa da escola pública, reforçando a pressão sobre os parlamentares no segundo turno da Constituinte, participando na elaboração da nova lei de diretrizes e bases da educação brasileira, das constituições estaduais e leis orgânicas municipais, e fortalecendo o movimento e a organização sindical e popular para a continuidade da luta no novo quadro político institucional do país. A defesa da escola pública insere-se na luta pela democracia.

Goiânia, 28 a 31 de julho de 1988

CPB — 2ª Conferência Nacional de Educação

(Magister/RS, set/88)

343
1º Circuito de debates sobre privatização da educação na América Latina

A CPB realizou, com apoio da Cmope e de seis entidades filiadas, de 25 de outubro a 2 de novembro, o 1º Circuito de debates sobre privatização da educação na América Latina.

Durante nove dias, lideranças sindicais representantes do magistério latino-americano relataram as experiências

de municipalização vividas em seus países aos professores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Eles participaram também de assembléias e atos públicos na maioria destes estados.

O encontro, que terminou em São Paulo, contou com a participação de Raul Cariboni, do Uruguai, membro do Conselho Administrativo da Cmope; Juan Carecos, diretor da Ctera, Confederação de Trabalhadores em Educação da República Argentina; Miguel Aquino, diretor da Organização de Trabalhadores de Educação do Paraguai (Otep); Juvenal Garabito, diretor da Confederação de Trabalhadores em Educação Urbana da Bolívia (Ceteub); Luiz Buneyy, secretário de Relações Internacionais do Colégio de Professores do Chile; e do Presidente da CPB e membro do Comitê executivo da Cmope, Tomaz Wonghon.

Acompanhados do presidente da CPB, os representantes da Argentina, Paraguai, Bolívia e Chile vieram até Brasília, onde participaram de uma manifestação com 5 mil funcionários federais em greve e de um ato público promovido pelo Sinpro-DF. Na sede da CPB eles fizeram uma avaliação do 1º Circuito de debates sobre a privatização da educação na América Latina. *(CPB Notícias/DF, nov/88)*

344
Quanto ganha o mestre

Um país de disparidades se reuniu em Campinas (SP), de 7 a 12 de janeiro, no 22º Congresso Nacional dos Professores, promovido pela CPB (Confederação dos Professores do Brasil), com 2.700 delegados de todas as entidades estaduais do magistério público de 1º e 2º graus. Objetivo: afinar seus instrumentos para tocar a mesma música durante a elaboração da nova LDB. Nos bolsos de cada um, os holerites de dezembro mostravam sua dura realidade salarial (ver tabela) e indicavam o tom das principais resoluções do congresso: um plano nacional de cargos e salários que tenha como piso o salário mínimo real indicado pelo Dieese, calculado com base nas despesas necessárias para a sobrevivência de um trabalhador e sua família. Em dezembro, isso seria NCz$ 272,32 para uma jornada de vinte aulas semanais, ou NCz$ 2,72 a hora-aula — um aumento de 51% nos holerites dos professores de 2º grau do Distrito Federal, os que têm os maiores salários do país, e de 1.713% para os da Paraíba, com os menores salários.

Os professores esperam que a LDB democratize o ensino público, garantindo vagas para toda a população, acesso à carreira através de concursos e participação da comunidade na escolha dos diretores de escola. No 2º grau querem uma classe com no máximo trinta alunos e a volta das disciplinas humanistas. Pretendem organizar seminários regionais e nacionais para detalhar suas propostas, e um fórum nacional de entidades para acompanhar, subsidiar e, se necessário, pressionar o Congresso durante a elaboração e votação da LDB. *(Sala de Aula/SP, mar/1989)*

Salário dos Professores

Estado	hora-aula NCz$*
Acre	1,75
Amapá	1,16
Amazonas	0,41
Bahia	0,55
Ceará	1,15
Distrito Federal	1,80
Espírito Santo	1,10
Goiás	1,22
Mato Grosso	0,87
Mato Grosso do Sul	0,50
Minas Gerais	1,48
Pará	0,79
Paraíba	0,15
Paraná	0,94
Pernambuco	0,83
Piauí	0,33
R. G. do Norte	0,50
R. G. do Sul	0,94
Rio de Janeiro	1,15
Roraima	1,23
Santa Catarina	0,66
São Paulo	0,87
Sergipe	0,82
Tocantins	1,22

* Hora-aula dos professores de 2º grau das redes estaduais. Valores de dezembro de 1988, fornecidos pelas diretorias das associações profissionais.

(Sala de Aula/SP, mar/1989)

REGIÃO NORTE

Acre

345
8º Congresso Estadual de Professores

Os professores do Acre reunidos no 8º Congresso Estadual, compromissados com a educação e dando mostras de organização, unidade e combatividade, reafirmam sua disposição de luta, posicionando-se contra a municipalização do ensino na atual conjuntura, defendendo uma escola pública, gratuita, democrática, progressista e científica; para todos e em todos os níveis, decidiram também, unificar a luta criando o Sindicato dos Trabalhadores da Educação. Decidiu ainda que a reflexão crítica sobre a escola que temos e a que queremos deve conduzir-nos a discussões e interferências organizadas na nova LDB, Constituição Estadual e Leis Orgânicas dos Municípios, uma postura crítica e vigilante quanto ao emprego das verbas públicas prioritariamente nas escolas públicas e na defesa das conquistas dos trabalhadores, usando do mandado de segurança coletiva e outros recursos garantidos por lei.

Posicionaram-se contra os constituintes que votaram contra as propostas populares, principalmente contra a exclusividade de verbas públicas para escolas públicas, bem como os deputados estaduais que votaram contra o plano de cargos e salários do magistério, em claro desrespeito à categoria. *(Alternativa/AC, dez/88)*

Pará

346
PM agride grevistas em Belém

A recusa do governador do Pará, Hélio Gueiros, em atender a comissão de greve que representa cerca de 51 mil servidores estaduais, parados desde terça-feira passada, gerou ontem, na frente do Palácio Lauro Sodré, sede do governo, em Belém, um tumulto generalizado entre os treze mil grevistas (número calculado pelo comando de greve), a imprensa e homens do bata-

lhão de choque da Polícia Militar. Os policiais, armados de escudos e cassetetes, espancaram manifestantes e jornalistas, muitos dos quais saíram feridos.

Desde a semana passada o governador se nega a atender a comissão e manda pela imprensa o recado de que o projeto de lei que apresentou à Assembléia Legislativa do estado, tratando de um novo plano de cargos e salários para o funcionalismo público, é irreversível.

Os grevistas consideram o projeto "aleatório e autoritário", porque em nenhum momento se refere ao pagamento dos quatro gatilhos salariais a que têm direito.

Durante uma entrevista coletiva ontem pela manhã, Gueiros disse que não atende a comissão porque as reivindicações são improcedentes, pois, se fossem atendidas, a atual folha de pagamento de Cz$ 380 milhões saltaria para cerca de Cz$ 5 bilhões e não para 540 milhões, como visa o projeto.

Para coibir a greve, ele anunciou que a primeira medida punitiva será retardar o pagamento dos órgãos paralisados, a começar pela Secretaria de Educação que agrega o maior número de servidores — 42 mil. *(Folha de S. Paulo/SP, 19/05/87)*

347
Governo do Pará ameaça professores em greve

O governador Hélio Gueiros afirmou que vai "jogar duro" com os professores da rede estadual de ensino que ontem de manhã entraram em greve em todo o Pará. A primeira medida será revogar o decreto que instituiu o reajuste de 60% para a categoria. Em seguida, virão corte de ponto e demissão em massa dos professores grevistas.

Hélio Gueiros cancelou uma audiência que teria hoje com os representantes da Federação Paraense dos Profissionais do Ensino Público, quando seria tratada a questão do reajuste. Os professores não aceitaram o aumento de 60% oferecido pelo governador e pediram um reajuste de 160%. Alegam que a categoria está esmagada por uma inflação de 400% e um reajuste de 590% nas passagens de ônibus desde agosto do ano passado.

No primeiro dia de greve, quase 100% da categoria não compareceu às escolas, mas o governador abonou a falta, atribuindo a ausência dos professores no trabalho à forte chuva que caiu em Belém. *(Jornal do Brasil/RJ, 22/03/88)*

348
Polícia e professores entram em choque

Nove professores e cinco soldados da Polícia Militar do Pará saíram feridos do confronto ocorrido anteontem nas dependências da Secretaria da Educação, onde os professores, em greve há mais de uma semana, buscavam uma audiência com a secretária Therezinha Gueiros, mulher do governador Hélio Gueiros (PMDB). Os militares, acionados para "manter a ordem", tentaram evacuar o prédio com golpes de cassetetes mas encontraram resistência dos grevistas, o que transformou o *hall* de entrada da secretaria "numa verdadeira praça de guerra", segundo o relato de um manifestante ferido.

A violência maior atingiu o professor Neyvaldo Luz. Segundo os professores presentes na manifestação, ele teve os testículos estourados por um chute desferido por um dos soldados.

A secretária Therezinha Gueiros, que não se achava em seu gabinete no momento do tumulto, ocorrido no bairro periférico da Marambaia, reconheceria mais tarde, em entrevista coletiva que houve falta de comunicação entre a sua secretaria e a PM. Ela admitiu que os policiais não sabiam que seus assessores tinham ordem de receber uma comissão de grevistas. Segundo o chefe da Casa Militar, major Flaviano Gomes, um soldado sofreu fratura de braço e todos os policiais foram submetidos a exames de corpo de delito.

A Federação Paraense dos Profissionais em Educação Pública (Feppep)estima em 500 o número de professores presentes à manifestação. A entidade pediu ao governo do estado a abertura de um IPM (Inquérito Policial Militar) e de um inquérito administrativo para apurar as responsabilidades dos policiais.

Os professores das redes estadual e municipal do Pará aproveitaram o Dia Nacional de Paralisação da categoria em protesto contra o congelamento da URP, para intensificar suas manifestações contra o governador e os prefeitos, na tentativa de conseguir melhores salários. As escolas públicas estão com suas atividades suspensas há 28 dias e já há indicadores de que os alunos de 1º e 2º graus perderão o ano.

Uma passeata com mais de 2 mil professores percorreu as ruas de Belém, saindo do centro da cidade, em direção à Assembléia Legislativa, onde o presidente da Feppep está em greve de fome há 48 horas, desde que o governador Hélio Gueiros decidiu suspender as negociações se as aulas não forem iniciadas. O governador oferece uma reposição salarial de 60% retroativa a janeiro, enquanto os professores reivindicam 117%. A PM armou um forte esquema de segurança, concentrando mais de 300 soldados diante do Palácio Lauro Sodré, sede do governo estadual. *(Jornal do Brasil/RJ, 14/04/88)*

349
Professores podem voltar à greve no Pará

Os professores da rede oficial do ensino do Pará poderão voltar à greve, dependendo das assembléias que estão sendo realizadas em Belém. A determinação do governador Hélio Gueiros de exonerar 62 diretores de escola que teriam apoiado a greve, apenas contribuiu para que os professores retomassem a sua mobilização.

Durante um mês, até meados de abril, paralisaram suas atividades 50 mil professores, de escolas estaduais e municipais, dos 148 municípios paraenses. As duas únicas medidas tomadas pelo governador foram o pagamento de cinco dias do período em que os professores estiveram em greve, e a demissão dos 62 diretores de escolas. Em protesto contra as demissões, passeata pelas ruas centrais de Belém reuniu sete mil pessoas, no dia 5 de maio.

Em protesto contra a determinação do governo em não negociar com os grevistas, dois professores, Luiz Araújo e Carlos Forte, entraram em greve de fome, no dia 10 de abril. No dia 14, dez religiosos aderiram ao jejum: da Igreja Católica, os padres Savino Mambelli, João Maria, Possidônio Mata e frei Pedro Amen; da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, os pastores Dário Schaffer e Rosa Marga Rothe; da Igreja Metodista, o reverendo Francisco Cetrulo; da Pastoral da

Juventude, Marcos Antonio Pereira de Oliveira; e as duas missionárias católicas, Teresa Petir e Helena Calderaro.

No dia 13 de abril, os religiosos promoveram Culto Ecumênico de apoio ao movimento grevista, durante manifestação em frente ao palácio do governo. A manifestação foi reprimida por um pelotão de 400 policiais, que usaram cães e cavalaria. Após o culto, uma comissão de religiosos tentou manter audiência com o governador, que é presbiteriano. Tanto o governador como a secretária da educação, Therezinha, que é da Igreja Batista, recusaram-se a conversar com os religiosos. Num último esforço, os religiosos e uma série de entidades populares subscreveram uma carta aberta entregue ao presidente José Sarney, durante a sua visita ao Projeto Carajás, na segunda semana de abril.

A greve de fome dos professores e religiosos durou uma semana. A greve geral durou um mês. A mobilização pode ser retomada nestes dias, caso o governador Hélio Gueiros não revogue a demissão dos diretores das escolas estaduais. *(AGEN/SP, 19/05/88)*

Rondônia

350
Greve dura um mês

Completou um mês, na última sexta-feira, que os professores de Rondônia — exceto os das escolas particulares — entraram em greve, reclamando melhores salários. Nem com o bloqueio do pagamento do mês de setembro, as negociações evoluíram. Na quinta-feira, o governo desbloqueou o pagamento na rede bancária e os professores marcaram uma passeata de protesto para hoje. *(Correio Braziliense/DF, 11/10/88)*

REGIÃO NORDESTE

Bahia

351
Professor da Bahia dá aula na rua

Com a realização de aulas públicas na Praça da Piedade, no centro da capital, os 60 mil professores da rede pública estadual da Bahia entram hoje no oitavo dia de greve, deixando cerca de 3 milhões de estudantes sem aulas. A paralisação atinge também o interior do estado.

Além da demissão da secretária de educação, Mariaugusta Rocha, os grevistas reivindicam reposição salarial de 142%, pagamento das URPs de abril e maio e o enquadramento dos professores da rede estadual no plano de carreira do magistério, aprovado pela Assembléia Legislativa no ano passado.

Os cerca de 3.500 professores da rede municipal de Salvador também estão em greve desde o dia 5 de março, por questões salariais. Eles querem um aumento de 194,63% e adoção do plano de carreira. A rede municipal tem 75 mil alunos. Segundo a secretária da educação de Salvador, Elina Kertesz, apenas 20% dos professores aderiram à greve. *(Jornal do Brasil/RJ, 18/05/88)*

352
Termina greve dos professores

Depois de 41 dias de greve e intensas negociações, que envolveram deputados estaduais e federais de vários partidos, os professores da rede estadual de ensino da Bahia — 60 mil em 314 municípios — decidiram, em assembléia realizada na manhã de ontem, retornar às aulas. Segundo a EBN, os professores, que reivindicavam 142% de reajuste salarial, conseguiram que o governador Waldir Pires autorizasse o envio de mensagem ao Legislativo concedendo aumentos entre 18% e 48% à categoria. *(Gazeta Mercantil/SP, 22/06/88)*

353
Docentes ganham menos que o salário mínimo

Professores da rede estadual continuam recebendo salários abaixo do mínimo, mesmo com a promessa do governo de que poderá haver sempre complementação. Aqueles que integram o Plano de Atendimento ao Pré-Escolar (Plape), estão com seus vencimentos atrasados há dois meses, vivendo sob a ameaça do projeto (que existe graças a um acordo mantido entre o MEC e a Secretaria da Educação) ser desativado, o que deixaria 16 mil crianças sem direito à educação e mais de 700 pessoas desempregadas.

A despeito do que impusera o governador, no tocante à admissão de professores por concurso, contratações ainda são feitas não se respeitando as decisões do executivo. Em várias cidades, professores são contratados mediante acordos entre as prefeituras e as dioceses locais, já batizados de *acordos de cooperação*, com a responsabilidade de durante quatro meses apenas desenvolverem as atividades que garantam a conclusão de um ano letivo.

Essas e outras irregularidades foram apontadas ontem pela presidenta da APLB, Maria José Rocha Lima, como os grandes motivos que estão levando a categoria a retomar o processo de luta em prol da educação na Bahia. Durante mais de dois meses, a entidade visitou cidades, promoveu encontros, debateu com professores de vários níveis a crise do ensino e decidiu que a hora é de dar continuidade ao processo desencadeado no início do ano. A necessidade da retomada das discussões ficou mais evidente durante o congresso estadual realizado em Itabuna entre os dias 9 e 13 passados, e que contou com a participação de quase 3.000 pessoas. *(A Tarde/BA, 30/08/88)*

354
Professores fazem paralisação de protesto

No mês de setembro, os professores baianos realizaram três assembléias, onde foi feita avaliação do movimento e aprovadas propostas que estão sendo encaminhadas; buscar audiência com o governador para cobrar o piso de 2,5 salários mínimos, enquadramento dos professores em 40 horas, pagamento das diferenças salariais (16 meses) dos professores não-licenciados, regularização funcional dos professores do Plape e de prestação de serviço etc. Foram aprovadas, também paralisações zonais, sendo que várias zonas já o fizeram e se discutiu e denunciou a situação salarial dos professores e o caos por que passam as escolas públicas da Bahia, tanto na rede estadual, quanto na rede municipal.

Há um mês a APLB vem solicitando audiências com o governador e o prefeito da capital, sem sucesso. Os professores da rede estadual e da rede municipal de Salvador vêm recebendo salários abaixo do mínimo e não vêm tendo os seus direitos assegurados.

Para protestar contra todas essas mazelas do governo, os professores decidiram na última assembléia de setembro, realizar uma paralisação, em 04/10, em toda a rede estadual, com uma manifestação; e em 06/10, uma paralisação na rede municipal de Salvador.

Para esvaziar o movimento, o governador enviou à Assembléia Legislativa mensagem concedendo reajuste de 68% aos professores da rede estadual. Este reajuste está muito aquém do reivindicado pelos professores: o piso de 2,5 salários mínimos. *(Percival dos Santos Alves, CPB Notícias/DF, set/out/88)*

355
Professor quer URP

Os professores da rede estadual de ensino iniciaram mais um movimento grevista — o terceiro deste ano — para reivindicar do governo o pagamento das URPs de abril e maio, ganhas na justiça, e revisão completa do plano de carreira da categoria, elaborado este ano pela Secretaria da Educação. Em vez de paralisarem de uma só vez as escolas, os professores decidiram iniciar o movimento hoje por zonas, ou seja, com a paralisação diária de todas as unidades escolares de um bairro. *(Correio Braziliense/DF, 23/09/88)*

356
Três milhões sem aulas

Quase três milhões de alunos ficaram sem aula ontem na Bahia com a greve decretada pelos professores das redes particular e estadual de ensino, que lutam por melhores salários. Os professores particulares querem reposição salarial de 42%, mas os patrões oferecem apenas 10%. Os docentes do estado querem que o governo enquadre imediatamente 35 mil professores no Plano de Cargos e Salários, que estão recebendo abaixo do salário mínimo legal. *(Correio Braziliense/DF, 05/10/88)*

Maranhão

357
Apema faz denúncia

A Coletoria de Turiaçu está cobrando até 10 cruzados de cada professora do município para realizar o pagamento da classe na cidade. A denúncia foi feita por um grupo de professoras do interior que se avistou com o secretário de administração do estado, Clóvis Viana, na manhã de ontem. Lideradas pela presidente da Apema, Lucimar Góes, as professoras externaram diversas preocupações da classe ao secretário, e pediram o seu apoio para a resolução de alguns problemas.

As professoras querem, por exemplo, que lhes seja dispensado tratamento igual ao concedido ao funcionalismo lotado na capital, no tocante à questão de seus vencimentos, da mesma forma que não aceitam mais os constantes desencontros que costumam ocorrer nas agências bancárias do interior, onde, por dias a fio, o pagamento fica retido mesmo com a confirmação de sua autorização.

A representante de Turiaçu, para estarrecimento de todas as presentes, revelou na ocasião que o coletor do município está recolhendo dinheiro das professoras para poder deslocar-se até Pinheiro, a fim de receber as folhas de pagamento. Disse que as que têm um cargo pagam cinco cruzados, enquanto as que ocupam duas vagas pagam 10 cruzados. O secretário Clóvis Viana ouviu as considerações do grupo e disse que já no pagamento de março as professoras vão receber seus vencimentos na mesma data dos demais servidores. *(O Estado do Maranhão/MA, 15/04/87)*

358
Professores fazem nova reivindicação

O governador Epitácio Cafeteira disse ontem, durante encontro com a diretoria da Apema, que tomará urgentes medidas para que nenhum servidor receba menos que o salário mínimo, depois de receber denúncias de que os professores da rede estadual estão ganhando Cz$ 1.200,00 por mês.

Os professores, acompanhados da presidente da entidade, Lucimar Góes, foram entregar ao governador a proposta da categoria, que pede um piso de cinco salários além de uma solução imediata para o problema do veto às vantagens instituídas pelo estatuto do magistério.

Depois de ouvir as propostas dos professores, Cafeteira confirmou que existe grande disparidade entre os salários dos servidores, havendo inclusive, casos de funcionários de empresas públicas estaduais que ganham dez vezes mais do que seus pares da administração direta.

Outro problema que ocorre é o excesso de funcionários públicos. Numa tentativa de solucioná-lo, o governador já determinou o recadastramento, que se prolongará até o dia 22 de maio. No caso dos professores, foi denunciado que no município de Timon existem, nomeados, dois mil professores enquanto ali existem apenas 18 salas de aula.

Novo plano Por diversas vezes o governador pediu a colaboração dos professores concordando que os seus pleitos são justos, mas há a necessidade de se levar em conta o atual quadro econômico. Cafeteira falou que o objetivo do governo é criar um plano que permita a ascensão profissional "pois anteriormente os professores eram nomeados por indicação desse ou daquele político", e essa situação criou uma deformação, enfraquecendo até a própria categoria. Ao explicar a revogação dos decretos do governo anterior, ele disse que nada mais fez do que corrigir uma situação irregular "porque os decretos eram inconstitucionais".

Cafeteira declarou ser seu desejo que os próprios professores participem da elaboração do novo plano de cargos e salários e prometeu que a única gratificação a ser implantada é aquela pela permanência na sala de aula. Segundo Cafeteira, o professor que demonstra dedicação exclusiva merece todo o respeito. *(Jornal de Hoje/MA, 16/04/87)*

359
Professores vão ter 100%

Os professores da rede estadual de ensino vão receber aumento de 100% nos seus vencimentos, a partir de abril, com base nos salários de dezembro passado. A decisão foi tomada ontem pelo

governador Epitácio Cafeteira, num surpreendente acordo firmado com os professores nas escadarias do Palácio dos Leões. O governador negociou durante 30 minutos diretamente com os docentes, deixando insatisfeitas as lideranças da categoria, entre elas a presidente da Associação dos Professores do Estado, Lucimar Góes, que em meio às conversações retirou-se bruscamente do palácio.

A negociação começou pouco antes do meio-dia, quando os professores chegaram à sede do governo para um contato com o chefe do executivo, de acordo com o que ficara acertado na última reunião. Ao tomar conhecimento da presença do grupo — cerca de 200 — Cafeteira decidiu recebê-los nas escadarias do palácio e ali mesmo iniciou os entendimentos.

O governador lançou proposta de conceder 100% de reajuste para toda a categoria com base nos salários de dezembro. Após uma rápida consulta e discussão, os professores decidiram aceitá-la, condicionando a concordância à agilização do novo plano de cargos e salários que está sendo elaborado pela Secretaria de Administração, com o acompanhamento de uma comissão de servidores. *(O Estado do Maranhão/MA, 07/05/87)*

360
Professores do estado pedem salário melhor

Os professores da rede estadual do ensino realizaram ontem à tarde uma passeata pelas ruas de São Luís, quando protestaram contra os baixos salários e a proposta do governador Epitácio Cafeteira de conceder aumento de 100% sobre os salários de dezembro. Segundo a presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão — Apema, Lucimar Góes, o professor contratado teve como abono inicial Cz$ 300,00 e o estatutário, Cz$ 500,00. Com o aumento de 100%, os professores passarão a receber pouco mais de Cz$ 1.600,00, não atingindo um salário mínimo.

Não está descartada a possibilidade de uma greve geral. A diretoria da Apema, no entanto, está primeiro trabalhando nos colégios de São Luís e núcleos da entidade no interior com o objetivo de conscientizar a categoria sobre a atual situação em que se encontram as negociações com o governo estadual e as formas de mobilização em torno dos baixos salários e condições de trabalho.

O protesto, também foi "pela forma desrespeitosa com que o governo tratou a categoria", conforme afirma Lucimar Góes. A presidente da Apema também levantou a questão da falta de espaço para os professores contratados, que ela espera sejam recadastrados. *(O Imparcial/MA, 14/05/87)*

361
Apema reúne pais, alunos e professores com secretário

Os associados do núcleo regional da Apema reúnem-se hoje, juntamente com pais de alunos da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus, com o secretário estadual de educação, João Martins. No encontro, os educadores da região, apresentarão uma série de reivindicações e traçarão um quadro da realidade educacional do Tocantins.

Na Assembléia da Apema, os professores demonstrarão, a partir de um levantamento feito em todas as unidades de ensino do estado, as principais carências no setor educacional da cidade e região. Abordarão, entre outros pontos, a precariedade de funcionamento das escolas estaduais, que necessitam de urgentes reformas na infraestrutura e na parte administrativa. Segundo estudo da Apema, há falta de material didático, de bibliotecas e de carteiras nos estabelecimentos de ensino mantidos pelo governo estadual, além das instalações elétricas e hidráulicas apresentarem defeitos. Diz a professora Helena Espínola, presidente da entidade, que essa situação verifica-se pelo fato de não haver cobrança por parte da direção dos estabelecimentos de ensino, enfatizando que "não há exigências, ninguém cobra nada de ninguém".

Além de reivindicarem melhorias nas escolas da rede estadual de ensino, os professores dissertarão sobre a grave situação em que se encontra o corpo docente do estado. No documento, entregue dia 16 ao governador Epitácio Cafeteira, além de explicar a situação das escolas, os professores enumeraram 16 itens que resumem a posição reivindicatória da classe. Seis pontos são tidos como principais: nomeação para cargo de subsecretário de educação de uma pessoa que conheça a realidade a fundo e tenha afinidade com a classe; direito dos professores escolherem, através de eleição livre, os diretores das unidades de ensino; piso salarial vinculado ao salário mínimo; sindicância nas escolas para apuração de denúncias da existência de funcionários *fantasmas*, credenciamento de hospitais para atendimento dos profissionais da educação e patrocínio de cursos de atualização e reciclagem. *(O Progresso/MA, 19/06/87)*

362
Servidores unidos protestam contra os deputados que aprovaram aumento

Vaias e gritos de "traidores" partiram ontem na galeria da Assembléia Legislativa, lotada de professores e policiais militares quando da aprovação da mensagem governamental que concede aumento aos servidores públicos a vigorar a partir de primeiro de agosto.

Os protestos dos servidores encontraram ressonância nos parlamentares oposicionistas Juarez Medeiros (PSB), Jairzinho da Silva (PDS), Juarez Lima (PDT) e Emanoel Viana (PMB) que tentaram de todas as formas adiar as discussões ou forçar o retorno da mensagem ao Palácio dos Leões, para a correção das distorções. A maioria prevaleceu e, mesmo sem argumentos convincentes, a matéria foi aprovada em plenário.

O protesto dos professores e policiais militares ganha agora a adesão dos policiais civis que decidiram por um movimento reivindicatório, hoje às 15 horas, em frente à Secretaria de Segurança. O principal motivo é o baixo percentual de reajuste salarial da categoria. *(Jornal de Hoje/MA, 22/07/87)*

363
Governo presenteia mestres e anuncia data de pagamento

O governador Epitácio Cafeteira assinou ontem à tarde dois decretos que dispõem sobre reenquadramento, inclusão, classificação, reclassificação e relotação de professores e especialistas em

educação da rede estadual de ensino. Com isso, ficam modificados todos os grupos do magistério, que vinham sendo mantidos há mais de cinco anos.

A assinatura dos dois decretos coincidiu com a véspera do Dia do Professor e, segundo o secretário de educação, João Martins, essa foi mais uma demonstração de reconhecimento, por parte do governo, da importância dos professores para o desenvolvimento da sociedade.

O governador Epitácio Cafeteira, por sua vez, convocou os secretários João Martins, da educação e Clóvis Viana, da administração, para que comecem a estudar uma nova reclassificação do quadro do magistério, pois "na próxima virada dos salários, os professores devem ficar num degrau acima do que se encontram neste momento". *(O Estado do Maranhão/MA, 15/10/87)*

364
Professores insistem por aumento em julho

A negativa da prefeita de Bacabal, Raimunda Ramos Loiola, em conceder o aumento que havia prometido para o mês de julho, beneficiando a categoria dos professores municipais, levou-os a reunir-se em assembléia geral extraordinária, no dia 14 passado, decidindo elaborar um documento cobrando da prefeita o prometido e pressionando para que o reajuste seja concedido ainda este mês.

A reunião dos professores municipais foi coordenada pelo núcleo da Associação dos Professores do Estado do Maranhão (Apema). A categoria tomou conhecimento da decisão da prefeita Raimunda Ramos Loiola, através das diretoras do núcleo, Maria Soares e Maria de Lourdes, hoje afastadas das funções.

Elas revelaram que, quando da realização da greve de maio deste ano, o executivo municipal comprometeu-se reabilitar o salário do magistério, concedendo aumentos mensais até que o mesmo fosse recuperado. Em maio, os professores receberam um reajuste da ordem de 80%. Agora, a prefeita se nega a conceder um novo reajuste e até mesmo se recusou a receber a direção do núcleo da Apema. *(O Estado do Maranhão/MA, 20/07/88)*

365
Professores descontentes com aumento

O projeto de lei 130/88, que concedeu aumento para os funcionários públicos do estado, continua causando descontentamento entre os professores. Na tentativa de resolver o impasse, Lucimar Góes, presidente da Associação dos Professores do Estado do Maranhão e os secretários de educação, João Martins Neto e administração, Clóvis Viana Soares da Fonsêca, se reunirão três vezes durante esta semana. São cerca de 30 mil professores em todo o estado. A maioria, segundo Lucimar Góes achou o aumento insuficiente, "um salário que não dá para sobreviver".

Um professor normalista, em início de carreira, nível I (o menor salário de professor do estado), ganha atualmente Cz$ 11.800,00. Com o aumento passará a receber Cz$ 16.800,00. Se o salário fosse reajustado desde janeiro pela URP, este mesmo professor estaria recebendo Cz$ 17.383,94. Lucimar lembra que a própria URP não reajusta os salários de acordo com a inflação.

No final de carreira, este mesmo professor normalista, recebia em fevereiro 1,7 salários. Este mês, devido à inflação, ganha 1,10 salários. Já o professor nível 4 (salário mais alto de professor do estado) está recebendo Cz$ 20.000,00 em início de carreira. Com o aumento deste mês, ganhará 30 mil cruzados. Se o salário estivesse sendo reajustado pela URP seria Cz$ 38.344,70. No final de carreira, o nível 4 recebe Cz$ 24.400,00; receberia Cz$ 49.592,49, pela URP. Com o aumento deste mês, passam a ganhar Cz$ 38.800,00. *(O Estado do Maranhão/MA, 11/08/88)*

366
Prefeitura paga Cz$ 30 a serventes e Cz$ 60 a professores

O prefeito de Araioses, a 498 quilômetros de São Luís, Tito Gomes (PMDB), está pagando Cz$ 60 a professores leigos e Cz$ 30 a serventes. A denúncia é do deputado estadual Carlos Blaide. Ele lembrou que a quantia paga a um professor em Araioses é suficiente apenas para comprar meia dúzia de bananas ou um copo de leite, e representa 0,38% do piso nacional de salário que é Cz$ 15.552,00. Como complementação salarial, os professores recebem dos alunos alimentos como farinha, galinha, ovos e frutas. O vice-governador do estado, João Alberto de Souza (PFL), político da região, confirmou as denúncias lembrando que em janeiro o salário desses professores era de Cz$ 32,50 e o das serventes, Cz$ 19,00.

Cidade com 60 mil habitantes, Araioses recebe por mês do Fundo de Participação dos Municípios Cz$ 14 milhões. O prefeito Tito Gomes está sendo processado pelos vereadores por desvio de verbas públicas. A denúncia dos baixos salários pagos aos professores de Araioses surgiu num relatório enviado à Assembléia pelo Tribunal de Contas, que não aprovou as contas da prefeitura de Araioses relativas aos exercícios de 83, 84 e 85.

O prefeito nega as denúncias feitas por Blaide, e acusa o vice-governador do estado de ser o responsável pela tentativa de depô-lo. O vice-governador rebateu acusando o prefeito de pegar dinheiro emprestado a juros de 50% com agiotas e não pagar o funcionalismo municipal. Para o vice-governador do Maranhão, "a Justiça faria uma bondade ao município de Araioses, cassando o mandato do prefeito".

Ligado politicamente ao senador Edison Lobão (PFL), o prefeito Tito Gomes já foi ameaçado de cassação diversas vezes. Foi afastado do cargo em 84 e retornou. Ele afirma que vai "resistir contra o arbítrio e a violência". E justifica o pagamento dos baixos salários porque o município não tem arrecadação própria. *(Jornal do Brasil/RJ, 13/08/88)*

367
Professores cercam a Seduc e cobram posição de Martins

"Chora, professora; professora, chora, que seu salário é uma esmola...". Esta frase era dita pelos professores da rede estadual de ensino na manhã de ontem em frente ao prédio da Secretaria de Educação. O objetivo era sensibilizar o secretário de educação, João Martins Neto, a resolver uma série de

questões que a categoria vem reivindicando há vários anos, mas que até agora não conseguiram.

Liderando os professores, estava a presidente da Associação dos Professores, Lucimar Góes, que esclareceu sobre as três reivindicações básicas da categoria, que são: 200% de reposição salarial, reformulação do estatuto do magistério e nomeação de professores contratados, visto que existem mestres nessa situação, com mais de 10 anos de serviço. Lucimar garantiu ainda que a passeata é uma atitude justa dos professores, que decidiram por ela em assembléia.

Carregando um cartaz, onde se lia "tudo foi ilusão", com uma foto do governador, uma professora agitava a cartolina no ar e advertia que lutar é preciso. A manifestação não foi tão concorrida como esperava a presidente da associação, contudo ela alegou que a Secretaria de Educação, através do secretário, reprimiu os professores enviando palestrantes para as escolas. *(Jornal de Hoje/MA, 24/09/88)*

368
Passeata

Cerca de 100 professores da rede estadual de ensino fizeram ontem uma passeata pelas principais ruas de São Luís. Eles reivindicam reajuste salarial de 20% e reformulação do estatuto do magistério. Utilizando sistema de som, uma professora denunciava que a categoria está recebendo salários abaixo do piso nacional, com uma defasagem de 100% no último trimestre. *(Correio Braziliense/DF, 01/10/88)*

370
Época certa

A presidente da Associação dos Professores do Estado — Lucimar Góes, talvez não saiba que escolheu a época certa para lançar uma carta-aberta ao governador do estado, divulgada na imprensa, contendo críticas pelo tratamento dado pelo governo à categoria. No Palácio dos Leões, o governador reagiu da seguinte forma: "Se não fosse período de eleição, essa moça já estaria demitida". *(Jornal de Hoje/MA, 13/10/88)*

369

Carta aberta ao governador do Maranhão

Excelentíssimo Senhor Governador Epitácio Cafeteira.

Juntos sabemos que o que constrói aos poucos a esperança é a necessidade de durar a luta de continuidade na mesma orientação; é reconhecer as etapas marcadas pelas promessas e permanecer aberto e disponível para a etapa seguinte até que se concretizem os objetivos perseguidos.

Nós, professores da rede estadual do ensino de 1º e 2º graus do Maranhão, em comunhão com a diretoria da nossa entidade, Apema, em assembléia geral realizada em 04/10/88, optamos pelo encaminhamento desta carta aberta, confiando na vossa sensibilidade com relação ao pronunciamento de V.Exa., quando candidato a governador, afirmando: "A educação é meta prioritária do meu programa..., especialmente o ensino básico que é o mais importante investimento que o governo pode fazer para garantir o seu desenvolvimento..., ou investimos o máximo possível no processo educativo ou não teremos amanhã mão-de-obra especializada, e muito menos uma sociedade organizada e ajustada".

Nesses dezoito meses de vossa administração, a real situação dos professores de nosso estado é caótica, pois percebem salários abaixo do mínimo, não reajustados mensalmente apesar da inflação acima de 24%, diminuindo cada vez mais o poder de compra da categoria, com perdas salariais de 98% até o mês de agosto.

A remuneração para os professores do Maranhão é vexatória em todos os casos.

Apesar do aumento de 30% concedido por V.Exa., para o mês de outubro, o salário do professor normalista continua abaixo do mínimo, uma vez que o salário mínimo vigente é de Cz$ 23.700.00 enquanto o da categoria é Cz$ 21.840,00.

A situação dos professores contratados é bem pior. Alguns deles recebem até 1/4 do salário mínimo, mesmo sendo contratados sob a determinação constitucional que fixa o menor salário do trabalhador pelo Piso Nacional de Salários. Além do mais são obrigados a descontar a contribuição previdenciária do Ipem, sem receberem os benefícios oferecidos pela referida instituição.

Um número significativo de profissionais da educação, recebem seus salários através de convênios firmados entre as Secretarias de Educação e o Ministério de Educação, com tratamentos diferenciados, como é o caso do Projeto Educar e Prodasec, que lhes pagam um salário mínimo e Cz$ 6.000,00 respectivamente.

Diante do quadro apresentado, questionamos: como alfabetizar, educar e profissionalizar se não temos condições de vida, trabalho e ensino?; O que o governador espera da educação, se os educadores não são valorizados e remunerados de forma justa e digna? Qual a mão-de-obra especializada esperada pelo governo, diante da educação hoje oferecida?

É urgente, senhor governador, que os professores sejam atendidos em suas reivindicações menores: 200% de reajuste salarial; reforma do estatuto do magistério; enquadramento de professores contratados; e abertura de diálogo para a continuação da luta pela valorização do ensino público.

Todos somos conhecedores de que vossa maneira e capacidade de atuar sempre foi determinada pelos valores e nunca pelo estado emocional do momento. Confiamos ainda mais, no reconhecimento de V.Exa. dos valores e direitos sociais e humanos, motivo de contarmos e esperarmos, de vossa parte, respeito e amor à identidade de cada professor, numa revelação clara de que nada é mais significativo na vida de um ser humano que o valor que ele próprio dá a si, à medida que ele luta para se realizar como alguém útil a ele e ao próximo.

Sem dúvida, a perseverança não é posse tranqüila e sim luta incessante contra as forças de dissolução.

Esperar, instalar-se numa atitude de confiança, fora sempre nossa meta de luta a todas as respostas que buscamos.

Nestas perspectivas, depositamos na pessoa de V.Exa., o reconhecimento de nossas reivindicações e valorização do ensino público estadual do Maranhão.
Atenciosamente.

Associação dos Professores do Estado do Maranhão — Apema
Lucimar Góes de Souza
Presidente

(Jornal Pequeno/MA, 11/10/88)

371
Ameaça de greve

O dia dos professores não poderia passar em branco. Foi pensando nisso que a Apema realizou ontem pelo centro da cidade uma passeata, que teve por objetivo chamar a atenção da comunidade, não para a data festiva, mas para a situação de penúria, calamidade e pobreza absoluta que passa atualmente a categoria, com salários defasados e sem nenhuma perspectiva de melhoria de vida.

Os professores, na sua maioria mulheres, percorreram as ruas do centro e levaram ao Palácio dos Leões um documento a ser entregue ao governador, contendo assinaturas de grande parte dos professores que trabalham nas escolas públicas. O documento expõe a situação da categoria e, através dele a Apema tenta abrir um canal de negociação com o governo estadual, cobrando a reformulação do estatuto do magistério, 200% de reposição salarial e nomeação dos professores contratados. *(O Imparcial/MA, 15/10/88)*

Paraíba

372
Professores

Após uma paralisação que já durava 42 dias, os 2.500 professores e técnicos da rede municipal de ensino de João Pessoa retornaram hoje ao trabalho, aceitando a proposta do prefeito Carneiro Arnaud de um abono salarial de Cz$ 5.700,00 para os que têm nível superior e de Cz$ 3.700,00 para os demais. Com o abono, que entrará em vigor a partir de 1º de maio, o mais baixo salário de um professor municipal de João Pessoa será de Cz$ 10.700,00 e o mais alto de Cz$ 19.024,00. *(Folha de S.Paulo/SP, 26/04/88)*

373
Orientadores educacionais se consideram discriminados

A presidenta da Associação dos Orientadores Educacionais do Estado da Paraíba, Salete Barbosa de Farias, considerou o reajuste concedido pelo governo estadual à categoria um ato discriminatório em relação aos docentes. "O reajuste, como um todo, de forma alguma atendeu as reivindicações e ainda discriminou uma categoria em relação a outra", comentou.

Para Salete Batista, em relação aos docentes, que também tiveram um percentual aquém do que estavam reivindicando, os orientadores tiveram um total de 20% a menos, do incentivo à produtividade. "Numericamente o orientador, depois do reajuste do governo, estará com o salário em torno de 56 mil cruzados, enquanto que os docentes deverão perfazer uma média de 62 mil cruzados", disse.

Salete disse ainda que, em ofício encaminhado pela Associação ao governo estadual, foi solicitado o piso salarial de seis salários mínimos referência, mais equiparação da gratificação entre especialistas e docentes. "Tal discriminação não acontece na rede municipal de ensino. Além desta reivindicação, a Associação ainda exige a imediata contratração dos orientadores aprovados e classificados no último concurso público", concluiu.

A Associação dos Professores Licenciados do Estado da Paraíba (APLP) também não gostou do anúncio de reajuste concedido pelo governo do estado. Segundo o presidente da entidade, Lenildo Correia, o governador precisa estudar melhor os índices anunciados. Para ele, é preciso que se estude o estatuto e garanta o piso salarial dos professores. *(O Momento/PB, 17/08/88)*

374
Estudantes pressionam governo a pagar pisos dos professores

Palavras de ordem e versos foram gritados e cantados, ontem, por dezenas de estudantes secundaristas que se aglomeraram, a partir das 9 h, na Praça João Pessoa e, por volta das 10, na entrada da Assembléia Legislativa, segundo explicaram, para dar apoio aos professores da rede estadual de ensino, na luta para que o governo do estado pague os pisos salariais do magistério.

A pretensão dos estudantes era entrar para as galerias da Assembléia Legislativa e manifestar insatisfação em relação ao reajuste anunciado pelo governo para os seus professores. Entretanto, tal pretensão foi frustrada porque, às 10 horas, os poucos lugares das galerias já estavam tomados por curiosos e servidores públicos. A solução, que não agradou a estudantes e professores, foi entrar um aluno e dois mestres de cada estabelecimento. *(O Correio da Paraíba/PB, 19/08/88)*

375
Professores do estado marcam nova paralisação

Reunidos em assembléia, ontem, na sede da Ampep, os professores da rede estadual de ensino da região de Campina Grande, ao analisarem os índices do aumento divulgado pelo governo do estado, decidiram paralisar as atividades nos dias 24 e 25 próximos, para alertar o governo para o cumprimento das promessas feitas durante a última greve.

O vice-presidente da associação, Zenito Oliveira, informou que o governador prometeu que durante o mês de agosto atenderia às reivindicações dos docentes, que são seis salários referência para o professor licenciado e quatro para o polivalente, além da gratificação de giz. E anunciou outras reivindicações, como eleições diretas para diretor das escolas. Zenito Oliveira disse ainda que "depois dos dois dias de paralisação, se o governo não atender aos professores, estaremos reunidos em assembléia geral para discutir uma nova paralisação por tempo indeterminado".

Acrescentou que "se ficar consolidada uma nova greve, os estudantes perderão o ano letivo, e de antemão o magistério já prepara uma campanha de esclarecimento à população, indicando o verdadeiro culpado pela situação".

O prefeito Ronaldo Cunha Lima, ao retornar de Guarabira, anteontem, onde foi se encontrar com o governador Burity, tomou conhecimento da decisão dos docentes e afirmou que iria tomar providências enérgicas, pois, segundo ele esse movimento tem finalidades eminentemente político-partidárias.

E assegurou que pretende retirar da mensagem enviada à Câmara Municipal o aumento para o pessoal do magistério, já que essa paralisação não se justifica como movimento classista e sim como interesse de algumas pessoas, que se dizem líderes, para aproveitar a categoria como arma para adquirir votos.

Depois de analisar o aumento concedido pelo prefeito Ronaldo Cunha Lima, os professores da rede municipal de ensino de Campina Grande decidiram anteontem paralisar as atividades por tempo indeterminado até que o chefe do executivo resolva receber a categoria para uma negociação em torno da implantação do piso salarial, de acordo com o nível do professor. *(Correio da Paraíba/PB, 19/08/88)*

376
No estado, salários baixos

Na rede estadual de ensino há cerca de 20 mil professores, e 80% deles estão percebendo vencimentos inferiores ao salário mínimo. "O quadro de quase miséria da categoria persiste, embora tenhamos realizado, no início do ano, uma greve que durou 64 dias, para conquistarmos um salário digno", afirmou Francisco Lopes, presidente da Associação do Magistério Público do Estado, Ampep.

Ele afirmou que os professores da Paraíba percebem o pior salário do país. O professor polivalente tem um salário de Cz$ 15.676,00, o regente de ensino, Cz$ 15.692,00 e o licenciado, Cz$ 31.392,00. "Se o governo houvesse cumprido a sua palavra de pagar os pisos de seis e três salários com referência aos professores licenciados e polivalentes, eles estariam percebendo atualmente salários de Cz$ 94.536,00 e de Cz$ 63.024,00, respectivamente".

Os professores estaduais não têm motivos para comemorar o seu dia. "Nós só temos é que protestar contra atitudes arbitrárias que vêm sendo tomadas pelo governo, mais particularmente pela Secretaria de Educação, que se negou a reconhecer o Congresso Estadual dos Professores como um acontecimento pedagógico", comentou.

Os professores preocupam-se, ainda, com a situação de descuido em que se acham as escolas e o ensino de um modo geral. "Nas escolas da rede estadual, há uma carência de 35 mil carteiras. A maior parte delas não oferece segurança, as escolas precisam ser restauradas e pintadas, além de estarem quase todas a necessitar de recuperação no sistema de abastecimento de água e energia", concluiu Lopes. *(O Norte/PB, 15/10/88)*

377
Professor sem festa

Na Paraíba, milhares de professores do ensino privado, estadual e municipal comemoraram o seu dia, mas já anunciaram: não há o menor clima para festas. Eles se queixam dos baixos salários que recebem e das péssimas condições a que se acham relegadas as escolas. Manifesto divulgado ontem pela Associação do Magistério Público afirma que 80% dos professores têm uma perda salarial que coloca seus vencimentos em níveis inferiores ao salário mínimo nacional. *(Correio Braziliense/DF, 15/10/88)*

378
Ladrões arrombam a sede da Ampep

A sede da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (Ampep), onde funciona também a Associação dos Profissionais em Educação do Município de João Pessoa (Apem) foi arrombada e assaltada no último domingo por pessoas desconhecidas.

Os ladrões levaram três aparelhos de som completos; dois amplificadores com rádio, um rádio, uma mesa de som, três microfones, um *deck* gradiente, dois aparelhos *from* e uma máquina de calcular. Eles tentaram arrombar o cofre da entidade, que continha 20 mil cruzados em dinheiro e 36 cheques de Cz$ 5.662,00, mas não conseguiram.

A professora Niete André, presidente da Apem, disse que "quiseram roubar a voz das entidades fortes, roubando os aparelhos de som, mas não vão conseguir, porque a luta continua". *(Correio da Paraíba/PB, 22/11/88)*

379
Magistério encerra Congresso com a criação de seu sindicato

Os professores da rede estadual de ensino entregarão ainda esta semana um documento de reivindicação ao governador do estado, Tarcísio Burity, e irão procurar o diálogo no sentido de que ele atenda às suas solicitações, entre elas o pagamento dos pisos salariais, bem como a transformação do abono de 100% em vencimento, já a partir de 1º de dezembro.

Esta foi uma das decisões aprovadas no 7º Congresso Estadual do Magistério, encerrado ontem pela manhã, no ginásio do Lyceu Paraibano, onde o presidente da entidade organizadora do evento, Francisco Lopes da Silva, observou que a grande importância dele foi a transformação da "Ampep em Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba, englobando não só os professores, mas técnicos, orientadores, merendeiras, vigias, enfim todo o pessoal que trabalha em educação no estado".

Um outro ponto muito importante apontado por Francisco Lopes, foi a mudança da contribuição do sócio da entidade para 1% do salário, o que "fortalecerá nosso sindicato no que diz respeito à criação da assessoria jurídica, a luta por uma área de lazer, condições necessárias para que se possa trabalhar em termos de comunicação e outros itens". *(Correio da Paraíba/PB, 04/12/88)*

Pernambuco

380
Arraes enfrenta professores

O prestígio popular do governador de Pernambuco, Miguel Arraes, poderá ficar abalado caso os professores da rede estadual de ensino não terminem a greve iniciada há 22 dias. É que ontem Arraes afirmou que os professores acabariam com o movimento, voltando hoje ao trabalho, uma vez que "a posição do governo é justa e aquilo que é justo sempre é vitorioso porque conta com a compreensão da população".

Mas os professores continuam irredutíveis, lutando pelo respeito ao que consideram "direito adquirido" no governo de Gustavo Krause, ou seja, piso de três salários mínimos para o professor de 1º grau e de seis salários mínimos para o de 2º grau. Segundo o presidente da Associação dos Professores, Valdênio Carvalho, a categoria aceita negociar prazos para que o governo comece a pagar o piso e os gatilhos. *(O Estado de S. Paulo/SP, 21/04/87)*

381
Sem acordo

Os professores da rede oficial de ensino de Pernambuco completam amanhã um mês de paralisação. E até agora não avançaram nada, segundo a associação da categoria, nas negociações com o governador Miguel Arraes. Hoje à tarde realizam um ato público na Assembléia Legislativa e em seguida manifestação em frente ao Palácio do Campo das Princesas, "firmes na reivindicação de pisos salariais de três mínimos para o nível primário e seis para o universitário".

Outras categorias do funcionalismo público se juntam aos professores. Os servidores do Hospital Oswaldo Cruz e da Faculdade de Odontologia de Pernambuco estão em greve desde quarta-feira e reivindicam um aumento salarial entre 50% e 100% variando de acordo com as funções. *(O Estado de S. Paulo/SP, 28/04/87)*

382
Arraes dará aumento mensal e professores encerram a greve

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, conseguiu ontem a primeira vitória do seu governo na área sindical: acatando uma proposta do governador que consideram inovadora, os 30 mil professores da rede oficial de ensino voltaram ao trabalho após mais de 50 dias de greve. A proposta é de aumento de 30%, retroativo a 1º de maio, seguido de reajustes mensais a partir de julho, correspondentes a 60% ou 100% do IPC, dependendo da situação das finanças estaduais.

A nova política salarial do governo que agradou aos professores ligados à CUT, não conseguiu, porém, sensibilizar as demais categorias de servidores, que ameaçam entrar em greve geral. Os médicos, por exemplo, que estão em greve há dois dias, resolveram manter o movimento e consideram tímida a proposta. O mesmo aconteceu com os economistas e engenheiros, cujos sindicatos, como o dos médicos, são ligados à Intersindical.

O secretário da fazenda, Flávio Lyra, autor da proposta, informou que, com o aumento de 30% em maio, vai chegar a 70% o comprometimento da receita do estado com pagamento de pessoal.

O presidente da Associação dos Professores da Rede Oficial de Ensino, Paulo Valença, afirmou que, na verdade, os professores estavam preocupados com a continuidade do movimento sem que o governo do estado se mostrasse disposto a atender às reivindicações. Ele disse que a proposta apresentada, embora não seja a ideal, pode vir a ser proveitosa: "Temos notícias de que o governo federal pensa em continuar com o gatilho de 20% ao mês, mesmo que a inflação seja superior. Se isso vier a ocorrer, teremos aumentos superiores aos dos demais trabalhadores, porque no nosso caso o IPC reflete a inflação real."

Paulo Valença acusou a Intersindical — ele pertence à CUT — de não ter se aliado ao movimento dos professores, decretando greve geral. Ele afirmou que os professores vão lutar agora por outras coisas, como uma reclassificação prometida pelo governo. *(Jornal do Brasil/RJ, 20/05/87)*

383
Recife: professores protestam nas ruas

Cerca de dois mil professores da rede oficial de ensino da capital pernambucana, em greve há 36 dias, promoveram ontem o enterro simbólico do chefe da casa civil do governo estadual, deputado Marcus Cunha, em frente à Secretaria de Educação. Os grevistas, que estavam concentrados perto da Assembléia Legislativa, saíram em passeata de protesto pelas principais ruas do centro da cidade. Os manifestantes reivindicavam reposição salarial de 102% e eleição direta para os diretores das escolas.

A greve paralisou cerca de 90% dos colégios do estado. Os secretários do trabalho, Romeu da Fonte, e da educação, Silke Weber, estiveram reunidos com os professores, durante as semanas da greve, procurando negociar uma solução para o caso. Mas o acordo ainda não foi alcançado, pois enquanto a Associação dos Professores do Ensino Normal de Pernambuco (Apenope) — que representa os interesses do professorado — não abre mão do reajuste, o Eetado já deixou claro que não pode pagar o esperado pelos professores nem pretende conceder aumentos diferenciados a nenhuma categoria profissional.

Os grevistas estão acampados defronte à Secretaria de Educação, onde permaneceram em vigília durante toda a noite. Eles prometem fazer hoje piquete para evitar a entrada dos funcionários. Marcus Cunha já os preveniu que o estado não tolerará tal atitude. *(O Globo/RJ, 07/04/88)*

384
Arraes se nega a negociar com professores em greve há 43 dias

Em pronunciamento de dois minutos feito anteontem, às 19h45, através da Rede Globo de Televisão, o governador de Pernambuco, Miguel Arraes (PMDB), utilizando-se pela primeira vez deste expediente em seu governo, anunciou que não negociará mais com os professores da rede oficial de ensino em greve há 43 dias. Devido à greve, até hoje não começaram as aulas na rede oficial de ensino da região metropolitana de Recife.

O presidente da Associação dos Professores da Rede Oficial de Ensino (Apenope), Horácio Reis, disse ontem que os professores não irão se intimidar com a posição do governo e reafirmou a decisão, tomada na semana passada em assembléia, de os professores realizarem um cerco ao palácio do governo.

Arraes afirmou que as aulas recomeçarão hoje pela manhã em todo o estado (a greve é parcial no interior do estado), nem que para isso o governo tenha que contratar novos professores através da realização de concurso público. O governador não falou em demissão de professores grevistas. Quatrocentas e cinquenta mil crianças na Grande Recife estão sem aula. *(Folha de S. Paulo/SP, 11/04/88)*

385
PM cerca palácio no Recife e professores não acampam

Tropas do Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco cercaram, ontem, toda a área em volta do Palácio do Campo das Princesas — sede do governo do estado — e impediram que os professores da rede estadual acam-

passem em frente ao palácio, conforme decisão tomada um dia antes por uma assembléia que reuniu mais de 4 mil deles. Houve um início de tumulto, mas depois os ânimos serenaram. Proibidos de passar pela polícia, os professores cantaram o hino nacional e decidiram concentrar-se em frente à Assembléia Legislativa, a 200 metros do palácio.

O Recife amanheceu, ontem, com todo o ensino de 1º grau parado. Além dos professores do estado, em greve há 46 dias paralisaram suas atividades os professores da rede municipal e das escolas particulares. Em algumas escolas do estado, professores que não aderiram completamente à paralisação fazem greve branca: assinam o ponto e vão embora. Eles temem a demissão, hipótese insinuada pelo governador Miguel Arraes, no sábado, pela televisão.

Na manifestação de ontem os professores nomearam uma comissão de seis pessoas para negociar com o governador, que recebeu o pequeno grupo. Tranqüilo, apesar dos seis cigarros que fumou durante o encontro, Arraes foi inflexível: não haverá acordo que implique aumento de salário, reivindicação básica dos professores. "A questão é exclusivamente material. Não posso privilegiar uma categoria em detrimento do funcionalismo como um todo".

O impasse permaneceu mesmo após o ex-presidente da Apenope (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco), Paulo Valença, pedir ao governador uma proposta "no mínimo aceitável" para transmitir à categoria. "Não é propósito do governo confrontar-se com o movimento sindical, mas não faço promessas que não possa cumprir. E não estamos aqui para regatear aumentos mas para buscar um entendimento", respondeu Arraes, dando por encerrada sua participação na reunião.

A comissão ainda conversou com os secretários do trabalho, Romeu da Fonte, e educação, Silke Weber, mas não se avançou em nada. As reivindicações dos professores são: reposição salarial de janeiro para cá, formação de uma comissão paritária de governo e de sindicalistas para avaliar a situação do ensino no estado, que vigore imediatamente o plano de cargos e salários na educação, e readmissão do professor Paulo Rubem Santiago, membro do PT, demitido ainda no governo de Roberto Magalhães. *(Jornal do Brasil/RJ, 14/04/88)*

386
Fim da greve

Após 54 dias, acabou ontem a greve dos professores da rede estadual de ensino em Pernambuco. Foi a mais longa greve da categoria, comandada pela Associação dos Professores da Rede Oficial (Apenope), filiada à CUT, dando início somente agora às atividades do ano letivo de 1988. Os professores não conseguiram receber aumento de 102,5%, como reivindicavam, e encerraram a greve aceitando a proposta do governo de 15% de aumento sobre o salário de abril, pago mês a mês até dezembro, o que dará 14,3% no final; mais 80% do IPC de abril. *(Folha de S. Paulo/SP, 22/04/88)*

387
Professor realiza assembléia

Assembléia geral será realizada no próximo sábado, pela Apenope. Passada a greve que durou 54 dias, terminando no dia 21/04, a definição do calendário e a falta de professores nas escolas começam a preocupar e mobilizar a classe.

Segundo o presidente da Apenope, Horácio Ferraz, "a reposição de aulas, determinada pela Secretaria de Educação, será elaborada por escola, até amanhã". O impasse surge, porque houve unidades de ensino com professores retornando da greve antes de ela ser suspensa pela assembléia geral, e deram aulas a um pequeno grupo de alunos, diante da autorização da Secretaria de funcionar com qualquer número de estudantes. Estas escolas estão elaborando o calendário, a partir daquelas datas, "trazendo prejuízo à maioria do alunado, que não terá os 180 dias letivos", explicou o dirigente da Apenope.

A posição "não é apenas nossa", declarou Horácio Ferraz, mas da Associação dos Orientadores de Pernambuco (Aoepe), Associação dos Supervisores de Pernambuco (Assuepe) e Centro de Professores de Pernambuco (CPP). O Recife e a região metropolitana devem unificar o calendário, com o retorno das aulas contadas a partir de 21/04. O próprio governo, ressaltou, não computou faltas até o encerramento oficial da greve.

A direção da Apenope chama a atenção dos conselhos e associações de moradores e das representações estudantis para ficarem atentos ao cumprimento dos 180 dias para todos os alunos, como garante a lei e como ficou acertado nas negociações, e não como medida punitiva, "no caso das escolas em que os estudantes apoiaram os mestres, firmes até a suspensão da greve".

Quanto à falta de professores nas escolas, "este é o outro problema que vem prejudicando o andamento das atividades de algumas unidades", frisou o presidente da Apenope. A situação se agrava, porque a partir desta segunda-feira, "a lei não permite novas contratações". E concluiu: "não entendemos porque a Secretaria de Educação, tão ágil no recrutamento de estagiários para substituir grevistas, até agora não providenciou o preenchimento destes claros". *(Diário de Pernambuco/PE, 17/05/88)*

Piauí

388
Professores do Piauí

Os professores da rede estadual de ensino do Piauí voltaram ontem às salas de aula, depois de 42 dias de paralisação em protesto contra liminar impetrada pelo governo do estado e concedida pelo Supremo Tribunal Federal, anulando o estatuto do magistério votado e aprovado pela Assembléia Legislativa no final do governo passado.

De acordo com o presidente da Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep), Francisco Soares, cerca de 80% dos integrantes da categoria já estão dando aulas na capital e no interior. "Mesmo com o encerramento da greve, permanecemos em estado de greve e realizaremos nova assembléia para avaliar o resultado das negociações que iniciaremos com o governador Alberto Silva", destacou.

A greve foi encerrada, segundo esclareceu o presidente da Apep, devido à decisão do governador Alber-

to Silva de não negociar com a paralisação das aulas. *(Gazeta Mercantil/SP, 11/06/87)*

389
Manifestação de professores no Piauí acaba em agressões

Cerca de 150 professores da rede oficial de ensino do Piauí foram ontem às 10h, à Secretaria Estadual de Educação, em Teresina (PI), para reivindicar 450% de reajuste salarial e um plano de carreira para a categoria. O secretário de segurança do estado, coronel Reinaldo Mendes, agrediu com uma cotovelada na boca a professora Lujan Miranda e arrastou o secretário-geral do Sindicato dos Professores da rede particular de ensino, Kleber Montezuma. Mendes arrastou os dois professores que faziam discursos contra o governador Alberto Silva e o secretário estadual de educação, Antônio Noronha Filho, do prédio da secretaria.

O presidente da Associação dos Servidores da Secretaria de Educação, advogado Rodrigo Alaggio, disse que apresentará queixa contra o secretário de segurança, sob argumento que "toda agressão é passível de queixa". Lujan Miranda mostrou marcas em seus seios e pescoço. Disse que "vai agir dentro da lei" para processar Reinaldo Mendes.

O governador Alberto Silva não comentou os incidentes de ontem, porque permaneceu em Brasília, após acompanhar a votação pelo Congresso Constituinte do sistema de governo e mandato dos futuros presidentes. Alegou que não tinha nenhuma informação sobre o conflito.

Reinaldo Mendes, logo após o incidente, disse que "não agrediu ninguém". "Estava cumprindo a lei, que não permite manifestações nas secretarias", justificou. O secretário e o comandante da Polícia Militar, Irapuan Soares, comandaram 800 soldados que cercaram todo o centro administrativo do estado, das 6h às 13h.

Os policiais, armados de cassetetes, afastaram os manifestantes. O presidente da Associação dos Professores do Estado do Piauí (Apep), Francisco Soares, disse que a manifestação fracassou porque os professores ficaram sitiados e com medo de enfrentar a polícia. "O aparato policial só mostrou a insegurança do secretário Antonio Noronha", disse.

O secretário de educação, Antonio Noronha Filho, disse que não chamou a Polícia Militar para reprimir a manifestação. Adiantou que está preocupado exclusivamente em reformular o estatuto do magistério, que prevê o plano de carreira e apresentar uma contraproposta de reajuste salarial aos professores. *(Folha de S. Paulo/SP, 24/03/88)*

390
Professor grevista recebe com desconto

O governo do Piauí descontou os dias em que os professores da rede oficial de ensino estiveram em greve no mês de março. No pagamento, liberado ontem, uma professora classe F, com 18 anos de serviço e ganhando Cz$ 2.690 teve Cz$ 384,78 de desconto. A paralisação teve adesão da maior parte da categoria e mesmo os que não participaram do movimento receberam o salário com corte. A classe reivindicava melhores vencimentos e a promulgação do estatuto do magistério. *(O Estado de S. Paulo/SP, 30/04/88)*

Rio Grande do Norte

391
Estatuto do magistério

Após um período de muitas lutas conseguimos aprovar o estatuto do magistério público estadual do 1º e 2º graus. No estatuto estão contidos diversos anseios e reivindicações dos educadores do Rio Grande do Norte. Foi uma das mais importantes vitórias da Associação de Professores — a APRN. Mas temos de ficar atentos para o momento da implementação do estatuto. Diversos artigos a serem implementados reverterão em aspectos financeiros e usualmente o governo argumenta não poder pagar. Porém são direitos e vantagens asseguradas e que irão contribuir para uma maior valorização do magistério e conseqüentemente na melhoria da qualidade do ensino.

Alguns pontos necessitam de interpretação em sua implantação, o que vem sendo debatido pela Comissão Permanente de Assessoramento e Consulta (Cpac), regulamentada no artigo 95 do estatuto, através de pareceres e expedientes opinativos enviados ao secretário para despacho. *(Extra Classe/RN, mai/87)*

392
Professores em greve no interior

Os educadores de vários municípios do interior do estado deflagaram greve por melhores salários. Nos municípios de Pedro Velho, São José de Mipibu e Montanhas a situação ficou bastante difícil e as negociações provocaram impasses. Os prefeitos dessas cidades alegaram não poder atender às reivindicações dos professores, que desejavam pelo menos o pagamento de um salário mínimo mensal, já que alguns recebiam até Cz$ 300,00.

A APRN coordenou o movimento visando à melhoria do ensino e de salários nas cidades que pagam abaixo do salário mínimo e está promovendo uma rigorosa fiscalização em todos os municípios do estado onde a situação é a mesma. Em São José de Mipibu, o prefeito exonerou a diretora da escola municipal e nomeou sua mulher para o cargo, devido à greve. Naquela cidade, os professores com formação pedagógica estão recebendo mensalmente Cz$ 1.000,00 e quem não tem formação pedagógica recebe Cz$ 600,00. Agora os educadores exigem 3 salários mínimos e o pagamento de 13º salário, mas o prefeito não aceitou as reivindicações.

Na cidade de São José de Mipibu, o prefeito demitiu cerca de 55 professores, o que significa mais da metade da rede municipal. A APRN vai entrar com processo na justiça para a revogação dos atos de demissão e já colocou o advogado da entidade à disposição dos demitidos. *(Extra Classe/RN, mai/87)*

393
Eleições diretas nas escolas

As escolas públicas municipais de Natal realizaram eleições diretas para escolha dos diretores e vice-diretores. A eleição aconteceu no dia 5 de maio passado e transcorreu de forma tranqüila e sem anormalidade. Para a representante da APRN, Fátima Bezerra, não houve nenhuma denúncia de fraude ou outra irregularidade. Aproximadamente 24 mil pessoas, entre professo-

res, alunos e funcionários, participaram da eleição em 38 escolas da capital, que antes tinham seus diretores indicados pelo prefeito, através da Secretaria de Educação.

Os novos diretores eleitos serão nomeados pelo prefeito de Natal e após a publicação no Diário Oficial, tomarão posse em suas escolas. Esta é a primeira vez que se realizam eleições diretas nas escolas públicas do Rio Grande do Norte.

A próxima meta agora é conseguir eleições diretas para todos os cargos nas escolas públicas do estado. Por enquanto existe certa relutância por parte do governador do estado, que quer para si a nomeação dos cargos de confiança, mas os educadores do estado, através da APRN, vão continuar a luta.

A posse dos novos diretores e vice das escolas municipais, ocorreu na noite de segunda-feira, 13 de maio passado. *(Extra Classe/RN, mai/87)*

394
Suspensa vinculação de vencimentos do magistério

Um julgamento realizado, na quarta-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão imediata da aplicação do item do estatuto do magistério do Rio Grande do Norte, que estabelece vinculação dos vencimentos dos professores ao salário mínimo. A informação foi confirmada pelo presidente da Associação dos professores do Rio Grande do Norte (APRN), Júnior Souto, e pelo assessor de comunicação social do Palácio Potengi, Francisco de Assis Barbosa.

Ontem estavam sem aula todos os alunos da rede estadual de ensino, em virtude de uma paralisação de 24 horas dos professores, que protestam contra a medida e programaram um ato público em frente ao palácio do governo. Júnior Souto informou que, ante o fato novo, a categoria vai solicitar uma nova audiência ao governador Geraldo Melo. *(Gazeta Mercantil/SP, 05/06/87)*

395
Fim de greve

Voltaram a funcionar ontem em Natal (RN) as 38 escolas da rede municipal de ensino, que estavam paralisadas há doze dias. O prefeito Garibaldi Filho encaminhou à Câmara Municipal mensagem para aprovação do estatuto do magistério, que assegura aumentos salariais para os professores. *(Folha de S. Paulo/SP, 09/09/87)*

396
APRN e CPB agora são filiados à CUT

Tanto em nosso congresso estadual, como no congresso nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) a maioria dos educadores presentes decidiram filiar nossas entidades à Central Única dos Trabalhadores — CUT. E este fato tem um significado histórico de extrema importância para nossa categoria, tanto a nível estadual como a nível nacional, por vários motivos:

— porque significa uma tomada de consciência por parte de nossa categoria de que também somos trabalhadores. Ou seja, rompemos, na prática, com aquela velha visão de que os educadores se constituem em uma categoria fora do mundo do trabalho.

— porque rompemos com o corporativismo existente em nosso meio. Em outras palavras, quando nos filiamos a uma central significa que tomamos consciência de que nossa luta não é uma luta exclusiva dos educadores e sim uma luta do conjunto dos trabalhadores. E por isto, é necessário buscar a unidade com os demais trabalhadores.

— filiarmo-nos à CUT significou uma escolha. Uma tomada de posição dentro do movimento sindical brasileiro. E, acertadamente, escolhemos a CUT porque é a única central que vem demonstrando, no dia-a-dia, de que lado está. Do lado dos oprimidos e explorados deste país. Porque é a única central que sempre lutou ao lado dos trabalhadores levantando bem alto as nossas principais bandeiras.

A partir de agora, tendo a APRN e a CPB filiadas à CUT, temos a certeza de que não estamos sozinhos em nossas lutas: estamos juntos aos milhões de trabalhadores deste país. *(Extra Classe/RN, fev/88)*

397
Professores vão à luta dia 10

A partir do próximo dia 10 será deflagrada, oficialmente a campanha salarial dos professores de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino. Informou o presidente da APRN — Associação dos Professores do Rio Grande do Norte, Manoel Júnior Souto de Souza, acrescentando que "a campanha já vem sendo estruturada, a partir de cursos e encontros de pólos, com educadores do interior e capital". Os professores reivindicarão a recuperação da perda salarial "que até maio último já era superior a 113%. Hoje um professor de nível superior da rede estadual não recebe sequer três salários mínimos e o professor primário, de nível pedagógico, recebe pouco mais do salário mínimo, em todo estado".

Ressaltando que a última campanha salarial dos professores do estado foi em abril e maio de 1987, quando houve greve de 22 dias, Júnior explicou que este ano a luta dos professores se iniciou com a Campanha SOS/Educação, quando a APRN convocou professores, funcionários, pais e alunos, para discussão dos problemas nas escolas, "denunciando o governo do estado e exigindo providências". Ainda dentro da próxima campanha salarial, "será retomada a luta pela eleição direta para diretor de escolas estaduais", por que segundo Júnior, "apesar de o governador Geraldo Melo ter prometido em campanha, até hoje nenhum diretor de escola estadual foi escolhido por eleição direta".

Reiterando ainda que os professores estão de posse de fita magnética, na qual está gravada a promessa de Geraldo Melo no dia 15 de outubro de 1986, por ocasião dos debates dos candidatos ao governo do estado com os professores: "Se eleito governador do estado, deflagrarei em todas as escolas da rede estadual de ensino, o processo de eleição direta para diretores das escolas". *(Diário de Natal/RN, 04/08/88)*

398
Professores protestam na frente do Palácio Potengi

Os professores da rede estadual de ensino realizaram uma manifestação defronte ao Palácio Potengi, no início da noite de ontem, "para solicitar a reabertura de negociações com o governo do estado e confirmar à população que a categoria paralisará as atividades

na próxima quinta-feira, durante todo o dia'', segundo o presidente da Associação dos Professores do Estado do Rio Grande do Norte, Júnior Souto. O ato público de ontem foi definido durante a assembléia geral, realizada à tarde, no colégio Winston Churchill ''e que teve a presença de quase 1.600 professores'', segundo o presidente Júnior Souto. (*Tribuna do Norte/RN, 04/09/88)*

399
Professores do estado param a partir de hoje por tempo indeterminado

Os professores da rede estadual de ensino entram em greve geral por tempo indeterminado a partir de hoje. A decisão foi tomada ontem durante a assembléia da categoria, realizada no Colégio Winston Churchill e que ''teve a participação de três mil professores'', segundo avaliação da diretoria da Associação dos Professores do Estado do Rio Grande do Norte. Para hoje, a categoria programou encontro com 300 representantes de escolas, em Natal, e a realização de assembléias durante todo o dia, no interior do estado.

Segundo avaliação da assembléia ''o governador não apresentou proposta em cima das perdas salariais'', enfatizou o membro do Conselho Diretor da APRN, Francisco das Chagas. Às 14 horas, os representantes da Assoern (orientadores de ensino), Asern (supervisores), Aemec (educadores de Caicó), APM (Mossoró) e mais quatro professores que não fazem parte de diretorias de associações, se reuniram com o secretário da educação Otto Santana e um representante da área econômica do governo. Mas não houve acordo. (*Tribuna do Norte/RN, 30/09/88)*

400
Governo avaliou mal a greve dos professores

O governador Geraldo Melo admitiu que houve erro de avaliação do governo no encaminhamento do processo de negociação com os professores na mais recente mobilização da categoria em movimento reivindicatório. Numa entrevista que concedeu à televisão Universitária e que foi transmitida ontem, Geraldo afirmou que todo o posicionamento oficial partiu da premissa errada de que a diretoria da Associação dos Professores, que comandava o movimento, não satisfazia ao interesse da maioria da classe.

''Quando a greve acabou, essa convicção estava ainda mais fortalecida'' frisou o governador, assinalando que ela só se desfez quando foram abertas as urnas da eleição para a renovação da diretoria da entidade. Na ocasião, a chapa encabeçada pelo atual presidente, Júnior Souto, obteve consagradora maioria. ''Nesse momento é que percebemos o nosso erro. Entendíamos que os dirigentes da Associação não estavam defendendo os interesses da categoria e avaliamos que esse também era o entendimento da classe. Poucos dias depois, os professores demonstraram que nós estávamos errados e temos que admitir que estávamos mesmo. Pois, a quem compete decidir se os interesses dos professores estão sendo defendidos ou não, é aos professores e não a nós.''

Geraldo Melo salientou, porém, que todo o procedimento do governo embora alicerçado numa avaliação que o tempo mostrou ter sido errônea tinha como alvo superar o problema da interrupção do sistema educacional e atender às legítimas reivindicações do magistério dentro da capacidade financeira do estado.(*Tribuna do Norte/RN, 31/12/88)*

Estourou a greve

Após dois meses de várias tentativas de negociação, de entregas de propostas por parte dos dirigentes das entidades, de discussões em assembléias, fomos obrigados a entrar em greve. Acordo é o que sempre quisemos, porém não tivemos outra saída.

Sabemos das dificuldades que teremos de enfrentar. Dificuldades que vão desde a locomoção para ajudarmos os nossos companheiros lá do interior, até a de desafiarmos as autoridades. Mas tudo isso precisa ser superado. É importante que enfrentemos todas as barreiras que surgirem pela frente; que não deixemos que a greve seja de responsabilidade apenas dos dirigentes das entidades.

Um movimento grevista exige, acima de tudo, capacidade de organização, de mobilização, coesão, unidade e firmeza. Sabemos que a nossa categoria dispõe de todas essas qualidades. E já demos prova disso em outras greves.

Todo movimento de trabalhadores acumula experiência. No nosso caso, já sabemos dos erros que os educadores não podem mais cometer. Não podemos, por exemplo, ficar em casa, esperando notícias pela imprensa. É bom que saibamos que essa imprensa burguesa que está aí nem sempre nos cede espaço e nem sempre está ao nosso lado. Não devemos também cruzar os braços nas escolas e esperarmos pelo outro companheiro. Aliás, toda greve é um trabalho árduo. Talvez tão árduo quanto o nosso ofício. Porém sabemos que essa greve tem um objetivo muito importante, recuperar a nossa perda salarial, que em 18 meses já é de 152%. Alcançarmos esse objetivo depende muito da força com que empunhemos esse instrumento.

Quanto mais forte a nossa greve, maior poder de pressão teremos sobre o patrão, para ganharmos as nossas reivindicações. Portanto, essa é uma tarefa conjunta. E o resultado será sempre para todos. Você, companheiro, pode e deve ajudar de várias maneiras. Vá à APRN e junte-se ao Comando de Mobilização. Estamos precisando de você para mobilizar o restante da categoria; para confeccionar cartazes, produzir pirulitos; *fazer faixas, viajar para o interior. Enfim, trabalho é o que não falta. O sucesso da greve depende muito de você. É agora ou nunca.* (Boletim da Greve/RN, 05/10/88)

Sergipe

401
Protesto de professores

Há uma semana os professores da rede estadual de ensino de Sergipe estão em greve e, na noite da última quinta-feira, após uma acirrada assembléia, saíram em passeata até a porta do palácio do governo, quando decidiram formar um cordão de gente, exigindo que o governador Antônio Carlos Valadares atendesse em audiência. O protesto só foi encerrado quando o secretário do gabinete civil decidiu atender a comissão de grevistas. (*Correio Braziliense/DF, 01/10/88)*

402
Passeata

Ontem, os professores estaduais e municipais, além dos profissionais de saúde de Sergipe, que se encontram em greve, realizaram uma passeata no Conjunto Bugio, zona periférica da cidade, para protestar contra a intransigência do governador Antonio Carlos Valadares em não negociar com as categorias. Mais de mil pessoas participaram da passeata que teve como objetivo esclarecer à população do conjunto os motivos que os levaram à greve. (*Correio Braziliense/DF, 06/10/88)*

403
Impasse na greve

O governador Antonio Carlos Valadares, apesar de dizer que está preocupado com a greve dos professores estaduais, que já dura 15 dias, afirmou que não negocia com o presidente da entidade da categoria, Hamilton Santana. Ele tomou essa posição por achar que o professor está querendo levar a discórdia entre a classe e o governo do estado, ao não informar com lisura os contatos que vem mantendo com o secretário da educação. (*Correio Braziliense/DF, 07/10/88)*

404
Grevistas no palácio

Depois de 15 dias de greve é que o governador Antonio Carlos Valadares decidiu receber os professores. A reunião foi ontem, no Palácio de Veraneio, quando ele propôs apenas aumentar em 10% a regência de classe, enquanto os professores pedem 109% de reajuste salarial, além da instituição de um piso para a categoria. Em assembléia geral, realizada no mesmo dia à tarde, os professores decidiram manter o movimento. (*Correio Braziliense/DF, 08/10/88)*

Alagoas

405
Gatilho

Os 4 mil funcionários da Fundação Educacional de Maceió (órgão da prefeitura) farão uma reunião na próxima quinta-feira, com a presença do delegado regional do trabalho. Eles querem que o prefeito Djalma Falcão acione os 107% do gatilho já acumulado. Por atraso de salário, a Femac já teve 42 dias de greve em fevereiro e março. Se uma nova greve ocorrer, o calendário escolar de 1987 da Femac não será cumprido. (*Folha de S. Paulo/SP, 02/06/87)*

Ceará

406
Secretário municipal é refém em Fortaleza

Cerca de trezentos professores municipais de Fortaleza, a maioria mulheres, prenderam, às 14h30 de ontem, em seu gabinete (localizado no centro de Fortaleza), o secretário da educação, Manoel Couto, de nacionalidade portuguesa.

A porta do gabinete foi lacrada, com o secretário em seu interior e uma placa foi afixada fora: "O secretário está como refém". Os pneus do carro do secretário foram furados e os portões da secretaria trancados com um cadeado. Até as 22h de ontem o secretário ainda estava preso.

Os professores não recebem salários há seis meses e a prefeitura prometeu pagar apenas o mês de fevereiro. Eles receberam a notícia, do próprio secretário, de que os contra-cheques assinados já estavam prontos. "Falta carimbar e não adianta fazer isso (referindo-se ao protesto) que eu não agirei sob pressão. Não adianta entregar os contra-cheques sem carimbo pois vocês não podem fazer nada com eles", disse Manoel Couto.

Às 20h de ontem os funcionários já eram quase mil. Eles se declararam em vigília dizendo que só sairiam com o dinheiro e começaram a trazer colchões e até barracas.

O presidente da Associação dos Professores de Estabelecimentos de Ensino Oficial do Estado (Apeoc), Fausto Arruda Filho, disse que a prefeita, além de "não pagar, armou a guarda municipal metropolitana à paisana e uma tropa paramilitar de favelados trazidos em caminhões dos bairros, para agredir as professoras".

Ontem à noite, o secretário de Imprensa e Relações Públicas da prefeitura, Paulo Linhares, disse que "o secretário está como refém. A prefeita Maria Luiza Fontenelle (PT) está indo para o gabinete do governador tentar liberar os Cz$ 54 milhões do ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) que não foram repassados pelo estado". (*Folha de S. Paulo/SP, 02/04/87)*

407
Professores do Ceará não liberam secretário

O secretário de educação de Fortaleza, Manoel Couto, permanece *preso* em seu gabinete de trabalho pelos professores municipais que não recebem seus salários há mais de seis meses. Ontem, no final da tarde, o comando de greve autorizou Couto a ir até sua casa, acompanhar sua filha de dois anos que está com broncopneumonia. Ele não foi mas recebeu um detalhado relatório de sua esposa sobre o estado de saúde da menina. Em frente ao casarão onde funciona a secretaria, cerca de mil manifestantes passaram o dia inteiro gritando palavras de ordem, reclamando seus vencimentos. De anteontem para ontem, montaram prontidão no prédio cerca de 200 professores que, em grupos, se revezaram na fiscalização do secretário. Pelos terraços e corredores da secretaria, o quadro assemelha-se mais a uma hospedaria, com colchões espalhados por todos os cantos e lamentação por parte de todos.

Enquanto isso, Couto dormiu ontem em seu gabinete pela segunda noite consecutiva. É seu propósito permanecer no local de trabalho até que seja encontrada uma solução, afinal está "solidário com os professores". (*O Estado de S. Paulo/SP, 03/04/87)*

408
Contracheque solta secretário em Fortaleza

Somente às 14h de ontem, com o anúncio de que os contracheques relativos ao mês de fevereiro seriam liberados, foi resolvido o impasse na Secretaria de Educação desta capital. Logo em seguida, o secretário Manoel Couto saiu de seu gabinete, onde estava preso havia 48 horas, e passou entre cerca de 300 servidores de sua secretaria, que ficaram divididos entre vaias e aplausos. Manoel Couto foi seqüestrado na quarta-feira por funcionários de sua secretaria. (*Jornal do Brasil/RJ, 04/04/87)*

409
Greve dos professores da cidade de Fortaleza

Professores de Fortaleza estão com 14 diferenças salariais atrasadas e ainda não receberam o mês de agosto. Desde outubro do ano passado que os companheiros da prefeitura de Fortaleza não recebem a diferença dos salários, e a prefeita Maria Luiza, até o momento, não disse quando pagará a categoria e recusa-se a dialogar com as lideranças da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará (Apeoc).

Promovida pela Apeoc, professores realizaram assembléia geral no dia 20 de setembro e decidiram entrar em greve. O presidente da entidade, professor Fausto Arruda, disse que a Apeoc vai recorrer à justiça para obrigar a prefeita a cumprir com as obrigações salariais dos professores. Tudo indica que a prefeita vai sustentar esta situação de atraso e deixar para o próximo prefeito a dívida com os professores, destaca Fausto Arruda.

Desde o início do segundo semestre letivo a Apeoc comanda concentração dos servidores municipais da educação na Secretaria. O mês de julho só foi pago no final do mês de agosto; mesmo com este atraso, quando os professores foram ao banco, o cheque não foi descontado porque não havia fundo. A Apeoc ameaçou recorrer à polícia e a partir de então foi depositado o recurso devido. (*Rogério Morais, CPB Notícias/DF, set/out/88)*

REGIÃO SUDESTE

Espírito Santo

410
Upes tem alternativa para reajuste

O presidente da União dos Professores do Espírito Santo (Upes), José Aguilar Dalvi, apresentou ontem, pela manhã, quatro alternativas de aumento salarial para a categoria, ao secretário José Eugênio Vieira, o qual se comprometeu em estudá-las junto à Secretaria de Administração. Caso uma das propostas for aprovada pelo governo estadual, os professores suspenderão a greve, que já dura 58 dias.

Os professores decidiram ontem, em assembléia, permanecer em greve, até que as suas reivindicações sejam contempladas. Eles ainda registraram a disponibilidade de não se intimidarem com as ameaças do governador Max Mauro.

O secretário José Eugênio afirmou ontem que uma das hipóteses é passar os alunos por decreto. "Nós vamos esgotar todo o fluxo de negociações. Essa medida será um sistema terminal, e se for preciso usaremos esse decreto, que nos ampara legalmente, pois já fizemos uma consulta ao Conselho Federal de Educação, que nos deu todas as informações necessárias", disse o secretário da educação. Ele salientou que qualquer das alternativas, se for aprovada, "irá representar um acréscimo na folha de pagamento do estado da ordem de Cz$ 500 milhões".

O secretário José Eugênio Vieira foi taxativo em afirmar que "as aulas devem recomeçar até o dia 15 de dezembro, depois desse prazo os alunos ficarão prejudicados e não haverá tempo de repor as aulas", disse. (*A Gazeta/ES, 07/11/88)*

Minas Gerais

411
Newton reprime mas não contém a multidão

No Dia Nacional de Luta pela Escola Pública e Gratuita o governador Newton Cardoso, sem disfarces, mostrou ao magistério e ao funcionalismo mineiro quem é e que armas usa. Para uma manifestação pacífica em defesa da escola pública, o sr. Newton Cardoso mobilizou centenas de soldados armados e não teve dúvidas em ser violento com a população. Há pouco tempo, logo depois da sua posse, o novo governador declarou à imprensa que os trabalhadores do ensino teriam uma surpresa com ele, pois a educação seria prioridade em seu governo. Imaginem se não fosse...

Na manhã do dia 6, na sede da UTE, o Conselho Geral se reunia quando recebeu a comunicação da Secretaria da Segurança Pública de que a manifestação estava proibida na Praça 7. A Secretaria deixava a alternativa da Praça da Rodoviária. A Polícia Militar já ocupava a Praça 7 desde as oito horas.

O Conselho Geral, bem como o Comando Geral de Greve, resolveram bancar a manifestação para onde ela tinha sido convocada, lugar que já foi palco de muitas outras manifestações, tão pacíficas quanto esta pretendia ser.

No horário marcado, 15 horas, trabalhadores do ensino, funcionários públicos e outros trabalhadores foram chegando à Praça 7. A primeira atitude da PM foi cercar o quarteirão onde seria colocado o carro de som. Os manifestantes, então, se deslocaram para o outro quarteirão e teve início a *batalha* que duraria cinco horas a partir daquele momento.

A polícia ia fechando o quarteirão, tentando evitar que outras pessoas se juntassem à multidão. Neste momento chega a notícia de que o carro de som tinha sido preso a poucos metros dali, junto com o deputado estadual Chico Ferramenta (PT) e quatro diretores da UTE — Wagner, Carceroni,

Mirian Borges e Paulo Delgado, também deputado federal pelo PT.

A multidão foi se deslocando até o lugar onde o carro de som fora preso, mas a polícia fechou o cerco e impedia a caminhada. Durante toda a tarde a polícia de Newton Cardoso tentaria segurar as quase quatro mil pessoas que já tinham chegado naquela hora, mas sem sucesso. A garra da multidão era muito maior, mesmo com o aparato e violência policial que não se via desde os tempos da ditadura.

No início da passeata, oito mil pessoas já tomavam conta da Praça 7. Foi a maior manifestação feita no centro de Belo Horizonte desde a *Manifestação dos 20 mil pela Educação*, na greve de 86.

A PM não queria dar trégua e continuava tentando desmobilizar. Se em um trecho do caminho os soldados se mantinham quietos, em outro partiam para a violência, deixando muitas pessoas feridas. A multidão resistiu. Nesta hora a Polícia Militar voltou a mostrar sua tradição e, relembrando os governos militares, partiu para a violência. Trabalhadores do ensino, funcionários, jornalistas e deputados, ninguém escapou. Mais uma vez, no entanto, a repressão se frustrou e a passeata prosseguiu, tão firme como nos primeiros momentos da manifestação.

Da prefeitura seguiu até o Palácio dos Despachos e em seguida até a Rede Globo de Televisão, onde o Comando de Greve entregou uma carta à direção da emissora, protestando contra a veiculação de programas e notícias que buscam denegrir a imagem do funcionário público. A carta exigia, ainda, que o mesmo espaço que o governo tem seja dado também para a veiculação de notícias da greve. *(UTE Informa/MG, abr/mai/87)*

412
Funcionários não recuam e ampliam greve em MG

Nem mesmo a violenta repressão policial efetuada anteontem em Belo Horizonte, que resultou na prisão de grevistas, estudantes, deputados estaduais do PT e do PFL, além das primeiras demissões de funcionários públicos, conseguiu mudar o curso da greve dos professores e do funcionalismo público mineiro. Em seu décimo dia, o movimento cresceu e já conta com a adesão de novos órgãos estaduais e um maior número de escolas. Dos 110 mil servidores, 40 mil estão em greve, indiferentes às 46 demissões ocorridas quarta-feira. Mas Newton Cardoso mantém-se irredutível. Oferece um abono de apenas 20% e se recusa a disparar o gatilho aos funcionários. *(O Estado de S. Paulo/SP, 08/05/87)*

413
Funcionários pedem 108% e Minas dá 60%

O governador Newton Cardoso anunciou ontem à noite, num horário estrategicamente escolhido para evitar qualquer reação dos funcionários públicos que, em greve há 27 dias, reivindicam 108% de reajuste salarial, um aumento variando entre 30% e 60% para os cerca de 450 mil servidores do estado. *(Jornal do Brasil/RJ, 21/05/87)*

414
Professores

Os professores da rede estadual em Uberlândia ocuparam o prédio da Delegacia Regional de Ensino impedindo a entrada dos funcionários e o atendimento a mais de 20 cidades da região. Com correntes e cadeados, os grevistas lacraram o portão principal e receberam apoio de políticos da cidade do PFL, PDT, PCB e PMDB. *(O Estado de S. Paulo/SP, 03/06/87)*

415
Servidores de Minas decidem voltar ao trabalho

Depois de mais de dois meses de greve, os 135 mil professores e funcionários públicos mineiros deverão voltar amanhã ao trabalho. Ontem, líderes do magistério, em reunião com o secretário da educação, Luiz Leal, acertaram o novo calendário escolar, para reposição dos dias parados e complementação dos 129 dias que faltam para complementar o ano letivo. Definiu-se que as aulas serão reiniciadas em 2 de julho, e encerradas em 23 de dezembro, com aulas aos sábados até o final de setembro.

Hoje, os quase 300 grevistas, que por mais de um mês estiveram acampados na Assembléia Legislativa, desocuparam o local. A ocupação, organizada para pressionar os deputados a intervirem junto ao governador Newton Cardoso, no sentido de que fossem abertas negociações com funcionários públicos e professores, foi considerada vitoriosa pelas lideranças, já que o governo, sob pressão, concedeu aumento salarial escalonado, de 30% a 60%, mais um abono de 30% aos grevistas. Essas proposições foram aprovadas na madrugada de domingo pelo legislativo.

Contudo, o governador disse ontem que tem 15 dias de prazo para a sanção e que não aceitará pressões. *(O Globo/RJ, 30/06/87)*

416
Greve continua após acordo

Apesar de o **Minas Gerais**, noticioso do Diário Oficial do Estado, ter publicado, em sua edição de ontem, o fim da greve do funcionalismo público estadual e do magistério, isto não aconteceu e a paralisação entra, hoje, no seu 66º dia.

O órgão oficial justificou o fim do movimento com a assinatura de um acordo entre o governo do estado, representado pelo seu líder na Assembléia Legislativa, deputado Felipe Néri, e a comissão de negociação, integrada por funcionários e professores.

O acordo efetivamente existe, foi assinado pela comissão de negociação e pelo deputado Felipe Néri e aprovado pela Assembléia. Entretanto — de acordo com José René Pereira, vice-presidente da Associação dos Professores Públicos de Minas Gerais (APPMG) — o fim da greve só será votado quando o governador Newton Cardoso sancioná-lo. Isto não deverá acontecer antes de segunda-feira, já que Newton Cardoso decidiu "estudar os termos do acordo" (agora projeto de lei), durante o fim de semana.

Os principais itens do acordo são: reajuste do funcionalismo e do magistério, a partir de 1º de maio passado, de acordo com lei aprovada anteriormente pelo legislativo, e que prevê aumento escalonado de 30% a 60%, reajuste de 30% para o funcionalismo e de 20% para os professores, a partir de

1º de agosto próximo; e reajuste em, no mínimo, 100% do IPC acumulado de maio a outubro, a partir de 1º de novembro. Para os professores, a Assembléia Legislativa promulgou, ainda, a Emenda Vera Coutinho, que estabelece piso salarial de três salários mínimos para os professores com diploma de 2º grau e de cinco salários mínimos, para aqueles de nível superior. O pagamento decorrente do cumprimento dessa emenda deverá ser feito a partir de outubro, ainda segundo o acordo assinado pela comissão de negociação e o líder do governo. *(Maria da Graça Mascarenhas, Gazeta Mercantil/SP, 03/07/87)*

417
Cardoso decide substituir professores e vai começar a demitir os grevistas

O governador Newton Cardoso vai convocar novos professores para substituir os grevistas das escolas estaduais de Minas, de modo que os alunos não percam o semestre letivo, que seria encerrado na próxima semana. Os professores que forem substituídos perderão o emprego.

Cardoso disse que a paralisação do funcionalismo estadual — hoje, em seu 72º dia — restringe-se a um terço do magistério e a "uns quatro gatos pingados" em órgãos e fundações estatais. *(O Globo/RJ, 08/07/87)*

418
Servidor pára greve de 71 dias em Minas

A mais longa greve da história do funcionalismo público estadual já realizada em Minas, que durou 71 dias, foi encerrada ontem, após a realização, na Praça da Liberdade, de uma assembléia geral, na qual participaram apenas cerca de 300 dos mais de 200 mil funcionários grevistas. Os líderes da greve consideram-na vitoriosa, pois o governo foi obrigado a ceder em vários pontos. Mas eles próprios admitiram que o movimento provocou grande desgaste físico e financeiro aos funcionários — que tiveram os dias parados descontados pelo governo.

Mas a greve foi também um grande desgaste político para o PMDB, pois em alguns momentos deixou perto de 2 milhões de alunos sem aulas, o que contribuiu para impopularizar o governo e o PMDB. O governador Newton Cardoso não cedeu às pressões dos funcionários e só mandou seus secretários dialogarem para ganhar tempo.

O governo só vai pagar aos grevistas os dias parados se houver reposição de aulas, no caso dos professores, e de carga horária de trabalho, no caso dos funcionários burocráticos, segundo instruções transmitidas pelo governador Newton Cardoso aos seus secretários. *(Jornal do Brasil/RJ, 09/07/87)*

419
Corte do *pó-de-giz* vai dar briga

Em junho de 87, foi instituída em lei, por proposta governamental, a gratificação de 10% sobre o vencimento do professor em regência de classe, chamada então pelo Sr. governador de gratificação pelo *pó-de-giz*. Esta gratificação foi estabelecida, todos sabemos, em decorrência do nosso movimento grevista de 71 dias. No dia 02 de fevereiro de 1988, ou seja, 7 meses após a sua implantação o mesmo governador, que faz discursos comprometendo-se com a valorização dos educadores mineiros, propõe, através do projeto de lei 609/88 a extinção dessa gratificação, retroagindo a medida para 1º de janeiro de 88. E pior, antes mesmo da aprovação do projeto pelo legislativo, em total desrespeito a este poder, suspende o seu pagamento. Essa medida ilegal e que prova a falsidade dos discursos do governador Newton Cardoso merece uma resposta da nossa categoria. Propomos a paralisação das aulas no dia 04 de março. Nesse dia, em assembléia estadual, vamos organizar a pressão política sobre o PMDB e seus aliados, visando derrotar o projeto do governo e desmascará-lo frente à opinião pública. *(UTE Informa/MG, fev/88)*

420
Lua-de-mel

As professoras "não vão entrar na praça, elas não vão conseguir entrar, porque a praça é sagrada, é um patrimônio do povo mineiro. Quem vai participar do movimento não são as professoras, porque elas não fazem isso comigo, estão ganhando bem e estão todas do meu lado, em lua-de-mel. As participantes do movimento são ex-professoras". Essa declaração é do nosso governador Newton Cardoso às vésperas da manifestação do dia 29 de abril. Precisa de algum comentário? *(UTE Informa/MG, abr/mai 88)*

421
Greve em Belo Horizonte

Os trabalhadores do ensino da prefeitura de Belo Horizonte, entraram em greve dia 27 de abril, e até a data do fechamento desta edição (17/05) o movimento contava com adesão de 80% das escolas. São 90 mil alunos sem aula e apesar das ameaças e das punições o movimento não enfraqueceu. As principais reivindicações são piso salarial e eleições diretas, mas a prefeitura se recusa a negociar. Recentemente o movimento contou com a adesão dos médicos e dos servidores da saúde da prefeitura de Belo Horizonte. *(UTE Informa/MG, abr/mai/88)*

422
Greve de fome em Minas

Depois de 36 dias de paralisação, cinco dos 1.450 professores municipais de Contagem, na Grande Belo Horizonte, decidiram começar ontem uma greve de fome.

Com isso, segundo a Agência Globo, eles pretendem sensibilizar o prefeito Guido Fonseca a negociar com a categoria.

A greve de fome deverá ter, amanhã, a adesão de mais três professores. Até o fim da semana, se Fonseca continuar irredutível, os professores ameaçam partir para uma greve de fome coletiva. O movimento em massa corre o risco de acontecer, uma vez que a reação do prefeito, ontem, foi enfática: "Tomara que todos morram de fome", disse ele. *(Gazeta Mercantil/SP, 23/06/88)*

423
Protesto na festa

A reinauguração da Secretaria de Educação na Praça da Liberdade, depois de quatro anos de recuperação e restauração, era para ser uma festa do governo e dos professores e funcioná-

rios mas acabou servindo para mais um protesto dos funcionários públicos mineiros da área de educação. A solenidade foi ontem e acabou servindo para uma manifestação de professores, servidores da educação e demais funcionários públicos que mostraram faixas e cartazes denunciando o aviltamento da educação no estado, baixos salários e falta de condições de trabalho. Apesar da manifestação, houve a solenidade oficial e discursos recebidos com vaias. *(Correio Braziliense/DF, 22/09/88)*

Rio de Janeiro

424
Teresópolis está sem aulas

Em greve há uma semana, os 800 professores das escolas municipais de Teresópolis não têm perspectivas de voltar ao trabalho. Segundo o presidente da Associação de Professores, Paulo Maia, existe um impasse que impede o retorno às aulas: o prefeito Celso Damázio reconhece que a categoria ganha pouco, mas não quer conceder nenhum aumento.

A principal reivindicação da categoria é a elevação do piso salarial de Cz$ 1.800,00 para pouco mais de Cz$ 4 mil. De acordo com Maia, os professores, antes da greve, fizeram duas paralisações de advertência, nos dias 31 de março e 9 de abril.

"Os pais dos alunos estão solidários com nossa luta. Eles sabem que os baixos salários determinam a queda do rendimento de ensino", afirmou o presidente da Associação de Professores. Segunda-feira, a categoria se reúne, no centro da cidade, para avaliar o movimento. *(Jornal do Brasil/RJ, 30/04/87)*

425
Professores decidem hoje sobre a greve

A greve dos 130 mil professores da rede pública vai continuar, pelo menos, até a assembléia geral da categoria, que será realizada hoje, às 15h, no Clube Municipal. O movimento, que entra hoje no seu quarto dia, não conseguiu ainda resposta dos governos estadual e municipal para suas reivindicações de piso salarial equivalente a cinco salários mínimos, progressão a cada cinco anos e diferença de 15% entre os níveis profissionais.

"A greve é vitoriosa", disse a presidente do Centro de Professores do Rio de Janeiro, Hildézia Medeiros, depois de um balanço do movimento pelo comando de greve, em reunião durante todo o dia de ontem na sede da Federação da Associação dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro. Segundo ela, a paralisação atingiu todo o estado do Rio e, por isso, "deve acelerar as negociações entre os professores e os governos estadual e municipal".

"Queremos que o governador Moreira Franco e o prefeito Saturnino Braga tornem concretas as suas preocupações com a educação neste estado", afirmou Hildézia. Ela negou que o governador Moreira Franco tenha ameaçado cortar o ponto dos professores grevistas. "O secretário de educação nos telefonou para informar, oficialmente, que não há qualquer medida de intimidação por parte do governador".

Em relação às declarações do prefeito, de que a greve não tinha "rumo nem futuro", Hildézia disse que "é um desrespeito da parte dele falar dessa maneira do nosso movimento. Ele é quem tem que dar rumo à sua administração, já que declarou publicamente a falência da prefeitura".

Com a greve, 4 mil escolas de 1º e 2º graus não estão funcionando em todo o estado, deixando 1 milhão 700 mil crianças sem aulas. *(Jornal do Brasil/RJ, 22/06/87)*

426
Debate de Saturnino com 3 mil professores não acaba a greve

"Se a greve continua, Saturnino, a culpa é sua". Essa frase, escrita numa faixa e repetida pelos três mil professores presentes ao debate com o prefeito Saturnino Braga, ontem, no teatro João Lira Filho, na Uerj, resumiu o espírito do encontro: muito discurso e nenhuma solução para a greve, que já dura 35 dias deixando 680 mil alunos sem aulas, 970 escolas fechadas e 48 mil professores parados.

Saturnino repetiu várias vezes que não tinha condições de atender às reivindicações do professorado e pediu mais 30 dias para saber como fica a situação financeira da prefeitura (se recebe repasse do salário-educação, se aumenta o recolhimento do IPTU, se entra mais dinheiro com a regularização da *mais valia*, e qual será o índice de inflação), para avaliar o que pode fazer. "Vocês vão ficar frustrados porque não vou poder dar tudo que pedem", avisou de antemão o prefeito, que saiu do debate classificando-o de "produtivo". Os professores terão um reajuste automático de salário em setembro, mas estão pedindo piso salarial de cinco salários mínimos.

A única reivindicação que Saturnino pode atender prontamente foi a dos professores aposentados. Eles queriam pagamento de acordo com a formação profissional, e conseguiram.

Esse benefício atingirá 5 mil professores aposentados e representa um acréscimo de Cz$ 10 milhões na folha de pagamento da prefeitura. Compromisso que Saturnino afirmou ser o único que poderia cumprir imediatamente. *(Jornal do Brasil/RJ, 23/07/87)*

427
Professores decidem manter a greve

A greve dos professores da rede pública do estado continua, pelo menos até a próxima quarta-feira, quando haverá novo encontro da categoria e o movimento estará completando 49 dias. A decisão, tomada ontem pela maioria dos sete mil professores reunidos em assembléia na Passarela do Samba, significa que o segundo semestre não começará segunda-feira, quando terminam as férias dos 2,3 milhões de alunos das escolas de 1º e 2º graus. *(O Globo/RJ, 31/07/87)*

428
Mães e alunos vão ao palácio pedir o fim da greve

A greve dos professores da rede pública de ensino, que completou ontem 50 dias, levou um grupo de mães de alunos das escolas municipais ao Palácio da Cidade, para tentar um encontro com o prefeito Saturnino Braga e reivindicar a intensificação das negociações com os grevistas.

O grupo, de cerca de 80 pessoas, entre mães e alunos de escolas munici-

pais, se reuniu ontem de manhã na estação Botafogo do Metrô, exibindo faixas e cartazes em protesto pela falta de resposta do prefeito Saturnino Braga às reivindicações dos professores, que são iguais às de seus colegas da rede estadual — piso de cinco salários mínimos e revisão do plano de carreira e salários. *(O Globo/RJ, 06/08/87)*

429
Professores completam 50 dias de paralisação e o movimento continua

Os professores das redes públicas do estado e do município do Rio decidiram ontem em assembléia manter a greve, que completa hoje 50 dias. A continuação do movimento foi aprovada por unanimidade, pelo não atendimento a três reivindicações da categoria, que abrange cerca de 46 mil professores municipais e 84 mil estaduais: fixação da data-base de reajuste salarial, sugerida para setembro, e um índice de aumento (100% do IPC) que garanta a manutenção do poder aquisitivo.

Durante os discursos, dois professores criticaram **O Globo** pelo editorial publicado ontem, chamando-os de gazeteiros e aprovando o corte de ponto. Um deles qualificou o editorial de fascista e pediu respeito à categoria. No fim de seu discurso, os professores gritaram durante dois minutos o slogan "O Povo não é bobo, abaixo a Rede Globo". *(O Globo/RJ, 06/08/87)*

430
Professores do estado decidem manter a greve

Em ambiente tenso, diante da expectativa dos governos do estado e município apresentarem propostas decisivas, cerca de 6 mil professores decidiram mais uma vez, em assembléia na concha acústica da Uerj, manter a greve que completa hoje 58 dias. Os professores do estado protestaram contra a mensagem de Moreira Franco não ter entrado em regime de urgência na Assembléia Legislativa, enquanto os do município reclamaram por não terem uma contraproposta oficial de Saturnino Braga. A continuação do movimento foi aprovada por unanimidade. *(Jornal do Brasil/RJ, 14/08/87)*

431
Professores do estado voltam às aulas. Município mantém a greve

Em uma assembléia tumultuada pelas divisões entre os professores municipais e estaduais e na qual a comissão de negociação do Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe) renunciou, após ter recebido acusações de conivência com o governo municipal, os docentes pertencentes ao estado decidiram encerrar sua greve, considerando como ganhos expressivos o piso de 3,9 salários mínimos, a progressão por tempo de serviço de cinco em cinco anos e o percentual fixo de 10% entre os diferentes níveis do plano de carreira. Na mesma assembléia, realizada ontem no Sambódromo, os professores municipais votaram a favor da continuidade da greve, que completa hoje 70 dias.

O fim da greve no âmbito estadual, com reinício das aulas previsto para hoje para cerca de 1 milhão de alunos, foi sustentado pelas regionais do interior. Apenas 10 municípios do estado do Rio foram a favor da continuidade do movimento. Vinte e nove foram pelo fim, 12 já estavam abertas desde o fim de julho e 6 iriam suspender a greve hoje, independentemente da posição definida na assembléia de ontem, que reuniu quase cinco mil professores.

Segundo a vice-presidente do Cepe, Marilda Reis, a suspensão do movimento no estado foi uma demonstração de maturidade do professorado, que não tinha mais condições de sustentar a greve diante da intransigência do governo estadual.

A reposição das aulas dos 69 dias de greve será discutida em reunião entre o Cepe e as secretarias regionais, provavelmente no próximo sábado. Segundo a presidente da entidade, Hildézia Medeiros, a reposição será avaliada no sentido de que se cumpra o calendário escolar, com 180 dias letivos ou 720 horas de aula no semestre. Ela disse ainda que todas estas disposições só serão levadas a termo caso o governo revogue o corte do ponto, as ameaças às promoções e a suspensão do pagamento do professorado da rede estadual durante os 69 dias de greve. *(O Globo/RJ, 26/08/87)*

432
Professores decidem acabar com a greve e voltam hoje às aulas

A mais longa greve de professores municipais — 77 dias — terminou, por uma pequena margem de votos, num clima de indignação com os dirigentes do Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe). A entidade, que defendeu a volta às aulas, foi acusada de "vendida" e de manipular a assembléia para conseguir o fim do movimento. Os professores retornam às aulas hoje, aceitando a proposta de aumento de 20%, além do reajuste de 72,8% concedido a todo o funcionalismo municipal e promoção a cada cinco anos com uma diferença de 12% entre cada nível.

A assembléia, com cerca de 4 mil professores, foi tensa, por causa da divisão da categoria, em relação ao fim da greve. Das seis regionais, três propuseram o retorno às aulas, enquanto a outra metade queria a continuação do movimento, argumentando que não houve vitória. Eles queriam um piso de cinco salários mínimos e obtiveram de 4,8; queriam uma diferenciação de nível de 15% e ficaram com 12%. Na reunião do conselho deliberativo do comando de greve, realizada antes da assembléia, 18 membros votaram pelo fim do movimento, 6 foram contra e 4 se abstiveram de votar. O conselho é formado pela comissão de negociação, representantes das regionais e pela diretoria do Cepe.

Embora a assembléia tivesse sido encerrada logo após a votação final, os professores que defendiam a continuação do movimento exigiram da mesa o cumprimento da pauta, que previa ainda a votação da aceitação ou não da tabela. A presidente do Cepe, Hildézia Medeiros, que dirigiu os trabalhos da mesa, disse que tentou prosseguir, mas a divisão de opiniões não dava condições.

A proposta da entidade, que acabou vencedora, foi de aceitar sob protesto a tabela proposta pela prefeitura, exigindo que fosse votada em regime de urgência na Câmara de Vereadores: equiparação do professor de 1ª a 4ª série com o funcionário de nível médio de 2º grau até março de 1988; complementação do reajuste semestral igual

e na mesma data do funcionalismo e que esse reajuste incida sobre a nova tabela. Além disso, o Cepe propôs que cada escola eleja um representante para acompanhar a votação da mensagem na Câmara. *(O Globo/RJ, 03/09/87)*

433
Professores estaduais do Rio iniciam greve

Os professores da rede estadual de ensino do Rio iniciaram ontem uma greve por tempo indeterminado, reivindicando uma reposição salarial de 170%. De acordo com a avaliação do Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe), que comanda o movimento, a adesão dos 88 mil professores estaduais ao movimento foi total, mas a Secretaria Estadual de Educação, em nota oficial divulgada no final da tarde, afirma que "o movimento não chegou a obter a participação de metade da classe, que trabalhou normalmente nesta segunda-feira". A greve teve também a adesão de serventes, inspetores e merendeiras.

A greve dos professores estaduais, que trabalham em 3.935 escolas, atendendo a 1 milhão de alunos, poderá ter a partir de hoje a adesão dos professores da rede municipal, que realizam assembléia, às 18h, no Clube Municipal, ao lado de outras categorias do funcionalismo público municipal. Os professores reivindicam um piso salarial de Cz$ 50.696,00 — o atual é de Cz$ 21.665,00 — e sua extensão aos professores da rede municipal, que recebem hoje Cz$ 31.645,43. De acordo com a tabela proposta pelos grevistas, o salário máximo de um professor passaria de Cz$ 46.441,00 para Cz$ 155.080,00.

Além dos reajustes salariais, os professores também reivindicam reajustes mensais com base no índice de inflação calculado pelo Dieese; plano de carreira para o pessoal de apoio (serventes, merendeiras e inspetores, cujos salários variam de Cz$ 9 mil a Cz$ 16 mil); e extensão dos benefícios aos aposentados. O secretário-interino de educação Wilmar Garcia Barbosa, não apresentou nenhuma contraproposta aos grevistas.

Na nota oficial divulgada ontem, a Secretaria da Educação não menciona punições aos grevistas e não fala em corte de ponto. Para Jaílson Santos, presidente do Cepe, "seria anti-democrático punir os trabalhadores com o corte de ponto. Mas eles sempre fazem esta ameaça, sem cumprir até hoje". Os professores da rede estadual realizam na sexta-feira pela manhã uma passeata e um ato público em frente ao Palácio Guanabara. *(Folha de S.Paulo/SP, 14/06/88)*

434
Diretoras eleitas temem julgamento da comunidade

Escolhidas pela primeira vez pelo voto direto, as atuais diretoras de escolas estão, como se diz, entre a cruz e a caldeira durante esta greve. Enquanto são pressionadas a cumprir determinação do secretário de educação e cultura, Raphael de Almeida Magalhães, que chegou a ameaçar de punição as diretoras que não cortassem o ponto das faltosas, elas não podem deixar de pensar no julgamento que farão delas os professores, líderes de comunidade e pais de alunos que ajudaram a elegê-las.

Ao fim dessa greve, a diretora estará mais do que nunca em julgamento, podendo completar com sucesso os seus dois anos de mandato e, quem sabe, tentar até mesmo uma reeleição. Nessa batalha, que já vem sendo travada há quase uma semana, a derrota acarretaria um outro prejuízo além do desprestígio, da perda de um fiel eleitorado. Dificilmente uma diretora gostaria de perder a sua gratificação, algo em torno de 40% do salário. *(O Globo/RJ, 17/06/88)*

435
Professores acham graça do reajuste e mantêm greve

Os professores do estado, em greve há onze dias, receberam às gargalhadas o plano de reajuste salarial para todo o funcionalismo apresentado pelo governo Moreira Franco. Reunidos em assembléia, ontem à tarde, na concha acústica da Uerj, três mil grevistas — aos gritos de "a greve continua, Moreira a culpa é sua" — decidiram pela continuação do movimento e por uma passeata na próxima quarta-feira às 11h na Cinelândia, seguida de assembléia, às 16h, no Sambódromo.

Desde o início da tarde os grevistas aguardavam o resultado das negociações entre o secretário de educação e cultura, Raphael de Almeida Magalhães, e os representantes da categoria. De acordo com Jaílson Alves de Souza, presidente do Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe), a reunião foi cordial mas o secretário afirmou que não poderia avançar "mais um centavo".

Os professores manifestaram-se contra a repressão policial ontem pela manhã durante a passeata e, antes de dar qualquer resposta ao plano de Moreira Franco, vão consultar as 56 regionais do estado e as seis regionais do município do Rio. Os professores querem 170% de reajuste a partir de março, entre outras reivindicações. Antes do plano apresentado por Moreira Franco, um professor de nível 1 recebia Cz$ 21.665,00 e o de nível 9, Cz$ 46.441,00. Com o plano de Moreira vão, respectivamente, para Cz$ 35 mil e Cz$ 71 mil, mas a diferença de 10% entre os níveis, diminui para 7% entre os níveis 6 e 9, o que indignou os professores: "Isto é achatamento salarial" diziam. Nas suas reivindicações, eles pedem para o nível 1, Cz$ 50 mil e para o nível 9 Cz$ 155 mil.

Manifestantes forçam negociação — Em greve há 11 dias, os professores da rede estadual de ensino tiveram ontem sua primeira vitória. Na marra. Cerca de 5 mil manifestantes — estimativa da direção do movimento e da própria PM — pressionaram o governo a recebê-los, numa concentração monstro nas imediações do Palácio Guanabara, que tumultuou a vida de Laranjeiras durante toda manhã e início da tarde. Dispostos a permanecer ali até a reabertura das negociações, eles acabaram sendo recebidos pelo secretário de educação e cultura, Raphael de Almeida Magalhães, e pelo assessor para assuntos políticos, Rogério Monteiro.

Eram cerca de 10h, quando os primeiros manifestantes chegaram à Praça Carlo Del Prete, já encontrando a Polícia Militar. Em pequenos grupos, que representavam as cidades onde trabalham, os professores, a exemplo

da polícia, não sabiam até aquele momento como agir. Por instantes, as reivindicações salariais foram esquecidas e a preocupação passou a ser a de como reagir ao aparato policial. Aos líderes do movimento, os oficiais da PM informavam que, por uma portaria do governo estadual, o único local reservado a manifestações nas imediações do palácio é o Largo do Machado.

O impasse durou até a chegada dos deputados Carlos Minc (PV), Fernando Lopes, Luiz Henrique Lima, Carlos Correa e Anthony Garotinho (PDT), Jandira Feghali (PC do B) e Godofredo Pinto (PSB), este último ex-presidente do Centro Estadual dos Profissionais da Educação. Solidários com os professores e preocupados com a intransigência do governo, os políticos pressionaram a PM a abrir caminho a uma comissão do Cepe, que tentaria convencer alguém no palácio a recebê-los.

Enquanto as primeiras negociações eram feitas entre policiais e parlamentares os grevistas, que a essa altura ocupavam toda a praça, puxavam palavras de ordem contra Moreira Franco e cantavam o *hit* do dia: o Hino Nacional. Sem erros de português, comuns em manifestações do tipo, os cartazes eram cruéis com o governador. "O Franco é um gato que nos rouba e depois some" ou "o nome dele é mentira" e ainda "sai Direito entre Raphael. E eu? Como pago meu aluguel? Só empenhando o meu anel".

Apesar do bom humor dos cartazes e das palavras de ordem, o clima de tensão era visível nas informações sobre apreensões de ônibus que traziam grevistas de outros pontos do estado e na proibição da utilização de dois carros de som, que teriam sido recolhidos pela PM antes de chegarem à praça.

A hostilidade foi quebrada com a distribuição de cravos brancos aos PMs, que os recebiam em suas lapelas sem oferecer resistência. Era, de acordo com os grevistas, um sinal do caráter pacífico do movimento, ainda reafirmado por uma enorme faixa branca. Já era mais de meio-dia. Preocupado com o prolongamento do impasse, o presidente do Cepe, Jaílson Alves de Souza, acompanhado dos parlamentares, decidiu apelar para o comandante do 2º BPM, coronel Henrique. O oficial, então, se ofereceu para ir ao palácio, na tentativa de convencer alguém do governo a atender os manifestantes. Foi o passo decisivo. *(Jornal do Brasil/RJ, 24/06/88)*

436
Greve antecipa férias nas escolas estaduais

O secretário estadual de educação e cultura, Raphael de Almeida Magalhães, antecipou para ontem o início das férias escolares, previstas para começarem no dia 18. A medida teve por base a decisão dos professores, em greve há 23 dias, de continuarem o movimento. Com isso, de acordo com a previsão da Secretaria de Educação e Cultura, 1 milhão de alunos matriculados nas 4 mil escolas da rede estadual só retornarão às aulas no dia 1º de agosto. O presidente do Centro Estadual de Profissionais da Educação (Cepe), Jaílson Alves dos Santos, advertiu, no entanto, que o ano letivo recomeçará com os professores em greve.

Na resolução, o secretário determina 30 dias de recesso escolar, classifica a greve como intempestiva e afirma que os professores, "em lastimável intransigência, não se deixaram sensibilizar pela nova política salarial do governo, que concede um reajuste de 63,45%".

No que depender do Cepe, a greve continuará até que o governo atenda a pelo menos três de suas reivindicações: definição da data-base para o reajuste, fixação de um indexador de salário fornecido pelo Departamento Intersindical de Estudos Econômicos, Sociais e Estatísticos (Dieese) e reposição salarial de 170%. *(O Globo/RJ, 05/07/88)*

437
PM reprime passeata de professor com bombas de gás

"Aqui não tem conversa, se não sair eu meto o cacete". A resposta do comandante do Batalhão de Choque, Eduardo Lois Blanco, aos deputados Jandira Feghali (PC do B) e Fernando Lopes (PDT), demonstra com que disposição as centenas de policiais militares chegaram para acabar com a manifestação que os professores pretendiam fazer em frente ao Palácio Guanabara. Resultado: muitas bombas de gás, de efeito moral e de fragmentação lançadas contra os docentes e 34 feridos.

Colégios e edifícios foram invadidos depois que a polícia começou a lançar bombas. A Polícia Militar conseguiu impedir que os manifestantes chegassem até o Palácio Guanabara, porém, com a energia empregada, deixou revoltados professores, deputados e, principalmente, os moradores.

O bloqueio — Cerca de 400 PMs de vários batalhões da Zona Norte chegaram à Rua Pinheiro Machado, às 10h, e ocuparam os principais acessos para impedir que os professores chegassem perto do palácio. A ordem que tinham era para evitar aglomerações e formaram barreiras desde a Rua das Laranjeiras até a Praia do Botafogo.

Com a chegada da maior parte dos manifestantes, aumentou também o reforço policial, que organizou um cordão de isolamento em torno de toda a praça, não permitindo o acesso de ninguém. Muitas professoras, com véus e lenços negros na cabeça, diziam ser as viúvas do Moreira.

A polícia demonstrava que estava preparada para o confronto com os professores, em desvantagem numérica e sem apetrechos de defesa ou ataque. Às 11h45min, havia cerca de 300 professores sentados na Pinheiro Machado. Em frente à Santa Úrsula, o professor Álvaro Bastos, também do comando de greve, propôs que todos fossem para a Praia do Botafogo. A proposta não foi aceita.

Ao meio-dia, o clima era bastante tenso e as várias tentativas de avançar em direção ao Palácio Guanabara esbarravam na forte muralha do Batalhão de Choque. Para tentar solucionar o impasse, pois a diretoria do Cepe afirmava que não ia sair da rua e a PM, irredutível, não deixava ninguém passar, 4 deputados estaduais — Jandira Feghali (PC do B), Fernando Lopes (PDT), Luis Paes Sellas (PT) e Godofredo Pinto (PSB) — mais o vice-presidente do

Cepe, Mário Pinheiro, tentaram dialogar com o coronel Henrique. Estavam entrando em acordo, quando chegou o grupo com o caixão do governador Moreira Franco.

O desafio Dez policiais tentaram impedir o avanço do grupo ainda no início da Rua Muniz Barreto, mas eles colocaram o caixão na frente, como se fosse um abre-alas, e correram em direção ao grupo maior. Usando de extrema energia, os policiais tentaram evitar, empurrando e cutucando, mas a força dos professores foi maior e mesmo com o caixão estraçalhado na correria, todos comemoraram o rompimento do cordão de isolamento.

Pouco antes das 13h, mais 200 professores chegaram ao ponto de concentração, em frente à Santa Úrsula, driblando a vigilância policial. Eles desceram pela Rua Paulo VI, seguiram pela Clarisse Índio do Brasil, Marquês de Abrantes, Praia do Botafogo e não entraram na Rua Farani como esperavam os militares: passaram por ela e chegaram à Barão de Itambi pelo pátio do Centro Empresarial Rio. Os 300 professores estavam cercados. Os que chegaram depois se juntaram aos companheiros e furaram o bloqueio.

Governo diz que Cepe desafiou — "O Cepe (Centro Estadual dos Profissionais da Educação) tem tentado subverter o direito da população e a polícia teve uma reação natural ao ser desafiada pelos manifestantes", disse o secretário particular do governador, Rogério Monteiro, sobre os transtornos causados pelo forte aparato policial armado para impedir que os professores prosseguissem em passeata pela Rua Pinheiro Machado. Monteiro, fundador do MDB e do PMDB, integrante destacado da ala histórica do partido, foi contundente: "esse é o exercício da democracia".

E foi em nome da democracia, provavelmente, que a polícia baixou o pau nos manifestantes e, indiscriminadamente, na população que Monteiro garante estava tendo seu direito preservado pela polícia. Os empurrões, disse, ficaram por conta dos manifestantes. E destacou: "Os mora dores foram vítimas da intransigência do Cepe, que tenta envolver pessoas que nada têm com isso", esquecendo-se que as barreiras policiais, com centenas de PMs, vários microônibus, patrulhas, patrulhinhas, visores, capacetes, escudos e bombas, foram as responsáveis pelo cerceamento do direito de ir e vir da população.

Monteiro, que recebeu uma comissão do Cepe, prometeu-lhes "a volta do entendimento", através da audiência com o secretário Raphael de Almeida Magalhães, que "tem total autonomia para solucionar esse problema".

O próprio secretário informara ao Cepe não ter autoridade para decidir sobre certos aspectos das reivindicações — como o aumento salarial de 170%, que fura o teto do resto do funcionalismo estadual. O reajuste de 64% proposto pelo governo, com escala móvel a partir de setembro, foi rejeitado pela Assembléia.

O secretário estadual de educação e cultura, Raphael de Almeida Magalhães, acaba de perder toda a equipe de direção do Departamento de Educação, órgão norteador da política educacional do estado, depois de demitir a diretora que pertence ao Cepe. Raphael disse que os professores invadiram a secretaria na semana passada e ameaçaram ontem invadir o palácio. Por isso pediu ao governador, na véspera, a convocação da PM. *(Jornal do Brasil/RJ, 08/07/88)*

438
Moreira Franco diz que a PM 'fez o que devia' no protesto

O governador Wellington Moreira Franco afirmou ontem em entrevista coletiva, às 12h, que a manifestação dos professores da rede estadual pela obtenção de reajuste salarial de 170%, reprimida anteontem com violência pela polícia, contou com o "aparelhamento de elementos" da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do PT e PDT. Ele disse que não pagará os 27 dias de paralisação da categoria, completos hoje. Conforme afirmou, a polícia fez o que tinha que fazer, atirando bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral contra os professores, também atingidos por cassetetes, "porque foram eles que iniciaram a violência". Disse ainda que as aulas serão repostas.

O diretor-executivo da CUT, Eloy Beneduzi, 40, disse que "a posição de Moreira Franco é desesperadora, porque ele prometeu muitas coisas à população, como acabar com a violência, melhorar a questão da saúde e da educação e não fez nada". Para Beneduzi, "sem ter qualquer razão no que diz, Moreira agora coloca-se na defensiva, atacando a todos". *(Folha de S. Paulo/SP, 09/07/88)*

439
Laudo do IML dá base à queixa-crime

O Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe) entrará com uma queixa-crime responsabilizando o governador do estado, o coronel do 2º BPM, Henrique, e o comandante do Batalhão de Choque, Eduardo Lois Blanco (coordenaram a ação policial) pelo "lamentável episódio" ocorrido na manifestação de anteontem, quando 32 professores foram agredidos — 11 dos quais ficaram feridos.

A advogada Liane Frazão, integrante da Comissão de Direitos Humanos da OAB, solicitou ao secretário de polícia civil, Hélio Saboya, a liberação em 10 dias dos laudos do IML dos 11 professores feridos. O prazo de conclusão de tais laudos é de 30 dias. Mas a advogada acredita que conseguirá os resultados antes do dia estipulado e pretende dar entrada o mais breve possível no processo. "Na realidade os laudos do IML são necessários apenas por ser uma medida oficial. Os 11 professores estão visivelmente feridos e nada impedirá a nossa queixa-crime", afirmou o vice-presidente do centro, Mário Pinheiro.

O Cepe se filiou à CUT no ano de 86, em um congresso em Nova Iguaçu. "Por isso não há o menor sentido na afirmação do governador Moreira Franco de que a CUT está infiltrada no movimento. O Cepe é parte da CUT. Logo não é bem um caso de infiltração", disse o vice-presidente. "A Confederação dos Professores do Brasil, entidade máxima da categoria, também se filiou à central no ano passado. É um direito que nos cabe", acrescentou Mário Pinheiro.

Em 68, militante Wellington era pela luta armada

Houve tempo em que o governador Moreira Franco era mais afeito a passeatas. Há exatamente 20 anos, ele enfrentou a polícia e o regime militar na legendária passeata dos 100 mil. O subversivo estudante de sociologia da PUC, ligado ao grupo marxista maoísta, de origem católica, Ação Popular (AP), chegou a preocupar os companheiros ao entoar, em plena Avenida Rio Branco, uma palavra de ordem que poderia soar como provocação pelos policiais militares encarregados da repressão. "Só a luta armada derruba a ditadura", gritou.

Segundo o padre jesuíta Antonio Abreu, na época ligado à PUC do Rio, Moreira sugeriu essa palavra de ordem durante uma reunião de lideranças e foi recusada, trocada por uma mais leve: "O povo organizado derruba a ditadura". O coordenador da seção do Rio de Janeiro da AP não acatou a decisão e foi mais radical que o líder estudantil Wladimir Palmeira, hoje representante do PT na Constituinte. "Foi um sufoco, tivemos que gritar mais alto para abafar seus gritos", lembra o padre.

"Ele estava do lado do bem naquela época", critica Palmeira, que discorda da posição tomada pelo governador com relação à passeata dos professores, violentamente reprimida pela polícia militar. "É estranha, vinda de uma pessoa que participou ativamente de todas as grandes manifestações daquela época", diz.

Há quem garanta que Moreira Franco tenha chegado a apanhar da polícia, pelo menos uma vez, na saída da missa da Candelária em memória do estudante Edson Luís, vítima da ditadura militar. "Lembro que me contaram na escola que ele tinha levado couro", recorda o empresário Hélio Paulo Ferraz.

Para o ex-coordenador nacional da AP, Herbert de Souza — que recebeu a ajuda pessoal do militante Wellington para sair do exílio na embaixada do México, em 66, e ficar na clandestinidade até 71 — a atitude do governador foi "incoerente com seu passado de subversivo e militante do movimento revolucionário". *(Jornal do Brasil/RJ, 09/07/88)*

Também com relação às passeatas dos estudantes, que engarrafaram as ruas da cidade há cerca de dois meses, o governador mostrou maior boa vontade. Se os professores de escolas públicas foram duramente combatidos pela PM, os alunos de colégios particulares contaram com a adesão de Bento Moreira Franco, que foi flagrado quando participava da manifestação, com o apoio dos pais, Wellington e Celina. *(Jornal do Brasil/RJ, 09/07/88)*

440
Passeata no Rio não tem repressão

Ao contrário da quinta-feira passada, quando a Polícia Militar usou bombas e cassetetes contra os professores da rede estadual de ensino em greve há 33 dias, na passeata de ontem apenas 20 policiais femininas e uns poucos PMs fizeram o policiamento. A manifestação reuniu cerca de 8 mil pessoas (15 mil, segundo os organizadores) que levaram duas horas em seu percurso entre a Candelária e a Cinelândia, no centro da cidade. Não houve incidente grave.

Organizada pelo Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe), a passeata foi um ato de repúdio à violência da repressão policial na quinta-feira passada. A tanqüilidade só foi quebrada pela explosão de um bueiro na rua Buenos Aires, muito perto da avenida Rio Branco. Mas foi apenas um estrondo, sem conseqüências. Gritando palavras de ordem como "Moreira, safado, Pinochet do nosso estado", ou "Fora Moreira", os manifestantes foram saudados com chuvas de papel picado no trajeto. Na Cinelândia um telão exibia as cenas da última manifestação.

Reunidos numa assembléia na Uerj (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), no início da tarde de ontem, os professores decidiram manter a greve por considerarem que a proposta encaminhada pelo governador Moreira Franco, através do presidente da Assembléia Legislativa, Gilberto Rodrigues, é exatamente a mesma apresentada pelo secretário da educação, Raphael de Almeida Magalhães. *(O Estado de S. Paulo/SP, 15/07/88)*

441
Polícia abre alas para os professores

Depois de três passeatas reprimidas em direção ao Palácio Guanabara, desde o início da greve, os professores estaduais conseguiram ontem, no 39º dia da paralisação, gritar suas reivindicações salariais sob a janela do governador Moreira Franco, na Rua Pinheiro Machado, Laranjeiras, Zona Sul do Rio. A pista ao lado do palácio foi bloqueada por mais de 1.000 soldados da PM mas, do outro lado, 4 mil pessoas se concentraram, por volta das 16h30min, para protestar contra o governo, entre elas moradores dos subúrbios, da Baixada Fluminense e do interior, que haviam se juntado à passeata no centro da cidade, a oito quilômetros do palácio. *(Jornal do Brasil/RJ, 22/07/88)*

442
Aprovada política salarial do estado

Por 37 votos a favor e dois contra — deputado Mílton Temer (PSB) e José Nicolau (PS) —, foi aprovada ontem, na Assembléia Legislativa, a mensagem de reajuste para o funcionalismo estadual. A proposta do governo dá aos professores um reajuste mínimo de 97,2%, com Cz$ 42.718 como piso e Cz$ 105.768,00 como teto. Para o resto do funcionalismo, o reajuste foi de 94,8%, elevando o vencimento-base de Cz$ 12.500,00 para Cz$ 20.197,00, o maior do país, segundo a mensagem do governador Moreira Franco. Ainda de acordo com a mensagem, o índice oferecido pelo governo repõe as perdas salariais do período de março a julho e a folha de pagamento fica vinculada à arrecadação líquida — de agora em diante, 65% do que for arrecadado em impostos serão destinados ao pagamento

do funcionalismo. Como o reajuste é retroativo a 1º de julho, ficou acertado que a Secretaria de Administração fará uma folha suplementar para pagar as diferenças no salário de agosto.

Antes da abertura dos trabalhos, os deputados que participaram da sessão foram vaiados por um grupo de mais de 500 professores, que fazia uma manifestação na Rua Dom Manuel, nos fundos da Assembléia. Para percorrer um trecho de cerca de 50 metros, que separa o prédio principal do anexo, os parlamentares foram protegidos por um cordão de isolamento com 300 policiais militares e cerca de dez seguranças da Casa. Apesar da proteção, os deputados que deram quorum para a abertura da sessão foram vaiados, chamados de "vendidos" e alvejados por centenas de moedas jogadas pelos manifestantes. Às 18h20, depois de aprovada a mensagem, os professores se reuniram nas escadarias da Assembléia e anunciaram que permanecerão em greve. *(O Globo/RJ, 04/08/88)*

443
Negociação com Cepe chega ao fim

Durou pouco mais de 15 minutos a reunião realizada ontem na Secretaria de Planejamento, entre representantes do Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe) e a comissão de negociação do governo do estado. Por falta do que negociar — o reajuste do funcionalismo foi aprovado na Assembléia Legislativa e as questões salariais já estão definidas —, os secretários que formam a comissão entenderam que as reivindicações dos professores se restringem apenas às questões educacionais e, portanto, devem ser discutidas com o secretário de educação e cultura, Raphael de Almeida Magalhães.

O secretário de fazenda, Antônio Cláudio Sochaczewski, disse que a principal reivindicação da classe, a eliminação do ICM como indexador de salários, é um assunto que não se discute mais. O presidente do Cepe, Jaílson Alves dos Santos, por sua vez, disse que a greve continua: "depois de 57 dias de greve, o governo volta a indicar Raphael de Almeida Magalhães para ser o negociador, o que consideramos um retrocesso. Nossa paralisação continuará e a responsabilidade é do governo". *(O Globo/RJ, 06/08/88)*

444
Professores mantêm a greve no estado

Os professores da rede estadual decidiram manter a greve e acampar na porta do Palácio das Laranjeiras, residência oficial do governador Moreira Franco, na próxima quarta-feira, dia 17. A decisão foi tomada ontem por cerca de quatro mil participantes da assembléia realizada no anfiteatro da Uerj. *(O Globo/RJ, 12/08/88)*

445
Alunos exigirão aulas hoje no Instituto de Educação

Alunos do Instituto de Educação, na Tijuca, vão hoje à escola uniformizados para exigir o fim da greve dos professores, que já dura 79 dias. Uma das organizadoras do movimento, Terezinha Teixeira Cardoso, disse ontem que os pais dos estudantes participarão da mobilização para cobrar providências do governo do estado e impedir que os grevistas assinem o ponto.

"Não estamos a favor do governo, que só faz ameaças de cortar o ponto, mas a intransigência dos professores passou dos limites. As reivindicações deles são justas, mas desde que não tenham final injusto para os estudantes, que estão na iminência de perder o ano letivo ou serem aprovados por decreto, com o que não concordamos", disse Terezinha, mãe de uma aluna do Normal.

No Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe), a diretora Florinda Lombardi reagiu à informação sobre a volta dos estudantes dizendo que os professores manterão, hoje, a vigília iniciada no Instituto de Educação, com apoio de funcionários de outras escolas e de integrantes da diretoria do Cepe.

Terezinha Cardoso, por sua vez, defendeu a necessidade de os pais de alunos participarem de mobilizações pelo fim da greve. Ela afirmou que vai participar da recém-criada Associação de Pais e Alunos em Favor do Ensino Público (Apafep), por considerar muito grave a suspensão das aulas nas escolas estaduais desde 11 de junho, e também reclamou das condições do ensino público.

Cepe afirma que desconhece Apafep — O Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe) desconhece a Associação de Pais e Alunos em Favor do Ensino Público (Apafep), que está anunciando uma passeata, na próxima quinta-feira, no centro da cidade, para exigir o fim da greve dos professores, que hoje completa 79 dias. A afirmação é da Diretora do Cepe, Florinda Lombardi, para quem a mobilização de grupos de pais de alunos é conseqüência da campanha que o governo do estado desenvolve para jogar a população contra a categoria. *(O Globo/RJ, 29/08/88)*

446
Grevistas começam a ser substituídos

As aulas das turmas do curso pré-vestibular nas escolas do estado devem começar dentro de dez dias, segundo cálculo do secretário de educação, Raphael de Almeida Magalhães. Ele informou ontem que o governo do estado já iniciou o processo de contratação de professores e que o edital de contratação será publicado hoje no Diário Oficial. Serão abertas cerca de 1.900 vagas para professores com habilitação em disciplinas que integram o currículo da 3ª série do 2º grau em substituição aos grevistas.

Para o secretário de educação, a aprovação dos alunos por decreto, proposta pelo Centro Estadual de Profissionais de Ensino (Cepe), é uma fraude que não pode ser levada a sério. "Aprovar por decreto seria negar aos próprios alunos o direito a aulas".

Para 317 escolas de 17 municípios do estado também serão contratados professores para a 1ª série do 2º grau, através de um plano de municipalização de educação. Amanhã haverá uma reunião de pais de alunos de colégios do interior, no Instituto de Educação, para discutir a situação. *(O Globo/RJ, 01/09/88)*

447
Mais de 800 professores se inscrevem para o estado

No primeiro dia de inscrição para os professores que substituirão os grevistas do estado nas turmas da 3ª série do 2º

Diferença salarial entre os professores

1ª à 4ª série do 1º grau

Locais	Salário (Cz$)	Carga Horária (semanal)
Rio de Janeiro		
Município	40.404,68	22 horas
Estado	42.718,00	22 horas
Minas Gerais	25.128,52	24 horas
São Paulo	30.073,22	20 horas

5ª à 8ª série do 1º grau

Locais	Salário (Cz$)	Carga Horária (semanal)
Rio de Janeiro		
Município	50.672,41	16 horas
Estado	53.586,00	16 horas
Minas Gerais	41.880,00	24 horas
São Paulo	33.155,74	20 horas

2º grau

Locais	Salário (Cz$)	Carga Horária (semanal)
Rio de Janeiro		
Município	50.672,41	16 horas
Estado	53.586,00	16 horas
Minas Gerais	52.576,00	24 horas
São Paulo	36.554,19	20 horas

(O Globo/RJ, 29/08/88)

grau, 508 candidatos apresentaram-se no Rio, 305 em Niterói e 12 por correspondência. Segundo a diretora de pessoal da Secretaria Estadual de Educação e Cultura, Heloísa Góis Bittencourt, os critérios de seleção, na hipótese de o número de inscritos ser maior que as necessidades de contratação, serão o tempo de habilitação e a menor distância entre a residência do candidato e a escola em que dará aulas.

Ela ressaltou que dificilmente o primeiro item privilegiará professores aposentados — eles são os únicos servidores públicos vinculados à Secretaria Estadual de Educação que podem inscrever-se e, além disso, têm mais tempo na profissão. Segundo Heloísa, os aposentados, se aparecerem, serão em número inexpressivo.

No posto da Rua Henrique Valadares 112, muitos professores, ontem, preferiram não se identificar. Uns alegavam temer represálias quando iniciarem suas atividades, enquanto outros diziam que estavam pouco à vontade em tentar ocupar a vaga de um colega grevista. *(O Globo/RJ, 03/09/88)*

448
Medo de piquete é menor que urgência de arranjar emprego

Jovem, com pouca experiência profissional e necessidade urgente de mais uma fonte de renda — este é o perfil da maioria dos professores que se candidataram, no primeiro dia de inscrições, às 1.900 vagas oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação, para lecionar na 3ª série do 2º grau nos próximos quatro meses. As cerca de 1 mil pessoas que se inscreveram nos postos do Rio e de Niterói acreditam na possibilidade de efetivação no próximo ano. "Eu estava morrendo de medo de encontrar os grevistas fazendo piquete para impedir que a gente se inscrevesse, mas graças a Deus está tudo tranqüilo", disse uma professora. Ao perceber o interesse da reportagem, ela desapareceu, com medo de ser identificada pelos grevistas. A maioria das pessoas na fila dava as costas quando eram tiradas fotografias. "No fundo, eles estão em crise com suas consciências porque sabem que sua atitude é covarde", criticou um dos 28 funcionários destacados pela secretaria para o serviço. *(Jornal do Brasil/RJ, 03/09/88)*

449
Greve dos professores continua

Os professores da rede estadual de ensino decidiram ontem em assembléia no Largo do Machado continuar a greve, que entra hoje em seu 87º dia. No final da noite os cerca de 2.500 professores votaram por uma passeata até o Palácio Guanabara, numa tentativa de reabrir as negociações com o governador Moreira Franco. *(Jornal do Brasil/RJ, 06/09/88)*

450
Professores estaduais suspendem greve

Em votação dividida, cerca de 2.500 professores estaduais decidiram, durante assembléia realizada no Sambódromo, acabar com a greve que completara ontem 90 dias. Eles voltam às salas de aula na próxima terça-feira, ficando a segunda-feira reservada para discussões nas escolas sobre a reposição dos dias parados, eleição anual de diretores de escolas, encaminhamento da luta e melhoria do ensino. A diretoria do Centro Estadual dos Profissionais de Ensino (Cepe) reconhece que a categoria nada conquistou em termos econômicos, mas afirma que houve uma vitória política que culminou com a formação de uma comissão paritária formada por professores e representantes da Secretaria de Educação.

Uma nova assembléia foi marcada para o dia 8 de outubro, quando a greve poderá ser novamente deflagrada, caso o estado não conceda indexador salarial semelhante ao Índice de Custo de Vida (ICV) mensal. O presidente do Cepe, Jaílson Alves dos Santos, explicou que a categoria não vai repor as aulas, mas readaptar o currículo, de forma a que o ano letivo seja encerrado até o fim de dezembro. Será montado um curso intensivo para os estudantes da 3ª série do 2º grau e feito o replanejamento das aulas para os alunos da alfabetização. Nas demais séries, o currículo será adaptado.

Se a greve não tivesse sido suspensa, o salário da categoria poderia ser cortado pelo estado na segunda-feira, com base no decreto assinado pelo governador Moreira Franco, que determinou esta medida caso os professo-

Reivindicações e conquistas da greve

Reivindicações	O que foi conquistado
Indexador de salários: ICV mensal	Sem indexador
Recuperação das perdas salariais: 214% até julho	94,6% a partir de agosto; 17% em outubro, 20% em novembro e 20% em dezembro
Plano de carreira do pessoal de apoio	O plano do governo não satisfez a categoria
Triênio para os aposentados	Lei ainda não sancionada pelo governador Será discutida pela Comissão Paritária
Melhoria da qualidade de ensino	Não foi recuperada
Data-base	Será discutida pela Comissão Paritária
Reversão das punições	

(O Globo/RJ, 10/09/88)

res faltassem por seis dias consecutivos ao trabalho. Esse item, segundo Jaílson, não pesou na decisão da assembléia. Para ele, o fim da greve foi uma prova de maturidade da categoria.

Marcada para as 14h, a assembléia dos professores estaduais começou com duas horas e meia de atraso. O presidente do Cepe informou a todos que o conselho deliberativo da entidade havia votado pelo fim da greve. A reação da platéia foi dividida. Enquanto uma parte aplaudia e assobiava, outra vaiava e reclamava. Na hora da votação, por volta das 19h, houve um momento de indecisão da diretoria, que não soube definir qual a proposta vencedora, já que não havia como contar fielmente o número de braços levantados. As hipóteses de fim ou continuação da greve foram novamente defendidas. Na segunda votação, a decisão: havia vencido a primeira hipótese.

O presidente do Cepe explicou ainda que o conselho deliberativo decidiu apoiar o fim da greve considerando também a decisão tomada pelos professores municipais nos 42 municípios que haviam aderido ao movimento: 28 haviam votado pelo fim da greve, 11 pela continuidade e três optaram por apoiar a decisão da assembléia de ontem. Segundo o Cepe, o governo ficou de rever a exoneração de 18 diretores e devolver as 27 listas de ponto apreendidas.

Governo vai rever todas as exonerações — A Secretaria Estadual de Educação vai rever todas as exonerações efetuadas durante a greve dos professores e aproveitar os profissionais que se inscreveram para suprir carências na rede estadual de ensino. O secretário da educação, Raphael de Almeida Magalhães, disse que não haverá prejuízo para os alunos, pois o calendário escolar será reestruturado pelos DECs, de acordo com a perda de cada escola, e ficará pronto em dez dias.

Os professores que se inscreveram para substituir os grevistas serão contratados para trabalhar em escolas onde haja carência de pessoal. O restante ficará como reserva para suprir eventuais faltas planejadas (licenças, por doença ou prêmio). *(O Globo/RJ, 10/09/88)*

451
Reposição de aulas gera novo impasse com os professores

Após a suspensão da mais longa greve do magistério público no estado, novo impasse envolve professores, alunos e governo. A reposição das aulas perdidas é exigida pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura, reivindicada por alunos e negada pelo Centro Estadual de Profissionais de Ensino (Cepe). De acordo com a portaria publicada no Diário Oficial do Estado, cada diretor de escola deverá submeter ao gerente geral do Núcleo de Educação Comunitária (NEC) um calendário escolar que será aprovado no prazo de dez dias, com início previsto para hoje, quando recomeçam as aulas na rede estadual de ensino. *(O Globo/RJ, 13/09/88)*

452
Nas escolas, 618 mil alunos sem aula

Os 618 mil alunos da rede municipal de ensino do Rio poderão ficar sem aulas por tempo indeterminado, segundo informação do Centro Estadual dos Profissionais da Educação (Cepe). Ontem, os 46 mil profissionais de educação do município paralisaram suas atividades e a greve prosseguirá até amanhã, quando realizarão nova assembléia para decidir sobre a continuidade do movimento. Apesar da greve, algumas das 987 unidades funcionaram precariamente para aplicação de provas. As Casas de Crianças, centros educativos que funcionam em horário integral para alunos em fase pré-escolar, não abriram. Algumas creches mantidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social dispensaram os alunos mais cedo por falta de merenda. *(O Globo/RJ, 22/09/88)*

453
Apaerj diz que exigirá reposição na justiça

Caso as escolas da rede estadual encerrem suas atividades no início de dezembro, a Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj) vai impetrar ação popular contra o governo do estado, para exigir na justiça a reposição de cerca de 250 horas de aulas que deixaram de ser dadas aos estudantes, em conseqüência dos 90 dias de greve dos professores.

"Nós vamos colocar em prática a Constituição, que permite às entidades representativas das comunidades exigir seus direitos na justiça", disse o presidente em exercício da Apaerj, Jorge Esch.

A diretoria da entidade considera que as aulas só poderão ser repostas com a utilização do período de férias, mesmo sabendo que os professores não concordam com esta tese. Segundo Jorge Esch, a garantia do número mínimo de aulas aos alunos, estabelecido por lei, é uma responsabilidade do estado. "Se os professores não quiserem trabalhar nas férias, o governo deve contratar outros em caráter de emergência e até usar as escolas particulares. Os alunos é que não podem ficar sem aulas". *(O Globo/RJ, 08/10/88)*

454
Professores do estado farão greve de 24 horas

Os professores da rede estadual farão hoje uma paralisação de 24 horas de advertência ao secretário estadual de educação, Raphael de Almeida Magalhães. Florinda Lombardi, presidente do Centro Estadual de Profissionais de Ensino (Cepe), informou que os professores reivindicam o cumprimento imediato da carta-compromisso entregue pelo secretário à categoria no dia 3 de setembro.

Na carta, assinada no último dos 90 dias em que os professores estiveram em greve, os principais itens são as promessas de recuperação física da rede estadual, maior qualidade de ensino, além de estabelecer os pisos de 5,1 salários mínimos (Cz$ 120.087,00) para os professores e 3,2 (Cz$ 75.084,00) para o pessoal de apoio, ainda que parceladamente.

Raphael de Almeida Magalhães recebeu os representantes dos professores ontem à tarde. A categoria tentou obter do secretário outras promessas, além do cumprimento da carta: a não municipalização do ensino, a não reposição das aulas perdidas durante a greve e a realização de eleições diretas para diretores das escolas. Segundo Florinda Lombardi, o secretário disse que levará o decreto que regulamenta as eleições ao governador Moreira Franco até a próxima semana. *(O Globo/RJ, 27/10/88)*

455
Grevistas decidem aprovar alunos sem repor aulas

Cerca de 1.500 professores reunidos em assembléia decidiram não repor as aulas perdidas com a greve iniciada em 20 de setembro, aprovando automaticamente os 618 mil alunos da rede municipal. A decisão, no entanto, será encaminhada ao prefeito Saturnino Braga, pois os professores pretendem que ele tome as medidas administrativas necessárias para a aprovação automática.

O risco de um desgaste com a decisão da assembléia foi afastado pelo professor Mário Silveira, integrante do comando de greve do Centro Estadual de Profissionais do Ensino (Cepe), que justificou a não complementação dos 180 dias de aula, previstos pela lei 5.692: "O processo educativo não pode ser medido pelo número de dias. Quem deve ser responsabilizado pela situação é o prefeito Saturnino Braga, que até agora não cumpriu o decreto 1.016, que prevê reajustes semestrais pelo índice da inflação".

A assembléia de ontem aprovou ainda a continuação da greve dos professores municipais e estabeleceu critérios para a aprovação automática dos alunos. Dentre os quais, o replanejamento do currículo em 1989, de forma a complementar, no início do ano letivo, a carga didática não dada aos alunos por causa da greve. Os professores repudiaram ainda a utilização de professores aposentados para a reposição dos dias parados, como foi proposto pelo prefeito Saturnino Braga. *(O Globo/RJ, 08/12/88)*

456
Professores vencem na justiça

Os cerca de 46 mil professores da rede municipal de ensino do Rio ganharam na justiça a luta pelo cumprimento da lei 1.016, que determina o pagamento de reajustes semestrais de 100% do IPC para todo o funcionalismo público municipal. Ontem, o desembargador Antônio Assumpção concedeu medida liminar favorável ao mandato de segurança impetrado pelo Sindicato de Professores do Município do Rio, determinando o cumprimento da lei. Desde setembro, a prefeitura deve ao funcionalismo cerca de 150% de reajuste salarial. O prefeito Saturnino Braga tem, a partir de ontem, prazo de dez dias para explicar por que não pagou o reajuste devido aos professores e requerer a suspensão da medida liminar. *(O Globo/RJ, 13/12/88)*

457
Conselho exige 180 dias de ano letivo

O Conselho Estadual de Educação derrubou ontem a proposta do Cepe que sugeria a promoção automática dos alunos da rede municipal de ensino, paralisada desde setembro, devido à greve dos professores. O parecer emitido pelo conselho, depois de uma reunião que começou às 12h, determina o cumprimento dos 180 dias de ano letivo, através da reposição das aulas. A única exceção abrangeu os alunos da 8ª série inscritos em concursos de admissão para 2º grau: se aprovados, eles estarão isentos da reposição. Esta proposta foi feita pela Apaerj (Associação de Pais e Alunos de Escolas do Rio de Janeiro) e defendida pelo conselheiro Paulo Sampaio, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares. Só teve um voto contra. *(O Globo/RJ, 23/12/88)*

458
Professores ignoram resolução

A publicação, na edição de ontem do Diário Oficial do Município, da resolução do secretário de educação, Moacir de Góes, declarando o ano letivo de 1988 inconcluso, foi desconsiderada pelos professores. Ontem, eles continuaram a realizar a *semana de emergência* para avaliar o aproveitamento dos alunos durante os meses de greve e conceder-lhes promoção automática, sem reposição de aulas. A greve da categoria já dura 98 dias e os alunos que querem ingressar na rede municipal não podem se inscrever, já que, oficialmente, o ano letivo não acabou.

Na maioria das escolas da rede municipal houve reuniões dos conselhos de classe para avaliar o aprendizado dos estudantes. Até sexta-feira haverá reuniões com os pais para explicar a promoção automática e comunicar a avaliação de cada aluno. Apesar de a categoria ter decidido, em assembléia, a promoção dos 617 mil alunos e seu reagrupamento, em 1989, em turmas homogêneas, algumas escolas esperam que os pais de estudantes faltosos ou muito fracos assinem o chamado termo de responsabilidade para que os filhos repitam o ano. *(O Globo/RJ, 28/12/88)*

São Paulo

459
Rede municipal pára hoje; estadual, amanhã

Os professores da rede municipal de ensino de São Paulo entraram em greve hoje, junto com os demais funcio-

nários municipais. Eles pedem aumento real de salários de 62,3%, mais incorporação do abono e do gatilho. Segundo Iracema de Jesus Lima, da Apeem (Associação dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal), a greve terá a adesão de 80% dos vinte mil professores da rede municipal. Amanhã é a vez dos professores da rede estadual realizarem paralisação por um dia, junto com o funcionalismo estadual. Mas a paralisação dos professores acontecerá em nível nacional, segundo a diretora de imprensa da Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), Beatriz Pardi, 44. Além da manutenção do gatilho, os professores pedem também melhoria do atendimento médico-hospitalar para a categoria e, em nível nacional, piso salarial de cinco salários mínimos e destinação das verbas públicas somente para as escolas públicas.

A decisão da paralisação nacional foi tomada em janeiro durante o congresso da Confederação dos Professores do Brasil, em Porto Alegre (RS). Só em São Paulo, cerca de duzentos mil professores param amanhã, segundo Beatriz. No Brasil, segundo o presidente da confederação (sediada em Brasília), Tomaz Gilian Deluca Wonghon, 38, a paralisação atingirá 1,4 milhão de professores das redes estaduais. *(Folha de S. Paulo/SP, 08/04/87)*

460
Municipais assinam o ponto, mas mantêm paralisação

Os funcionários públicos municipais de São Paulo decidiram ontem manter a greve que realizam há uma semana, com uma mudança na forma da paralisação: eles comparecerão hoje aos locais de trabalho para assinar o ponto, mas em vez de retomar as atividades realizarão assembléias e discussões sobre o movimento. A decisão foi tomada às 14h30min de ontem, por uma assembléia, com a participação de cerca de três mil pessoas, realizada em frente ao portão do gabinete do prefeito, no parque do Ibirapuera. Antes, uma comissão de 22 representantes dos grevistas esteve com o prefeito interino, vereador Antônio Sampaio (PDS), que não apresentou nenhuma contraproposta às reivindicações salariais dos servidores (reajuste de 63%, incorporação ao salário do abono de Cz$ 1.159,00 e introdução do gatilho salarial). *(Folha de S. Paulo/SP, 15/04/87)*

461
Jânio demite mais 910 e a greve pode acabar hoje

Uma trégua de 48 horas para o retorno das negociações será proposta hoje pelo comando de greve ao funcionalismo público municipal, durante a assembléia da categoria, às 14 horas, no saguão da Câmara Municipal. A medida, para a suspensão temporária do movimento que já dura 15 dias, segundo Iracema de Jesus Lima, presidente da Associação dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal (Apeem), deve-se a dois fatores: a decisão do prefeito Jânio da Silva Quadros em só estudar as reivindicações mediante o retorno da categoria às atividades e também às demissões em massa, que já começaram. Ontem, o Diário Oficial publicou 462 e hoje, conforme Iracema, deve anunciar mais 910 dispensas de funcionários não efetivados.

O comando de greve dos servidores confirmou ontem a demissão de 464 trabalhadores (não efetivados), divulgada ontem pelo Diário Oficial. Cláudio Gomes, um dos diretores da Apeem e membro da central de paralisação, acredita que essa tática usada pelo prefeito faz parte "da ação política contra o movimento. Porém, as demissões não estão assustando os grevistas, que mantêm a mesma postura, até mesmo realizando piquetes". *(Folha de S. Paulo/SP, 23/04/87)*

462
Greve suspensa, e Jânio demite até defunto

O prefeito Jânio Quadros demitiu ontem, mais 275 servidores — agora são 1.589 os dispensados — por causa da greve que, ao completar 16 dias, ontem, foi suspensa em assembléia dos funcionários em frente à Câmara Municipal. Essas demissões, segundo reiterou o secretário de governo municipal, Jair Carvalho Monteiro, estão relacionadas com a falta dos funcionários no dia 21. Só que, entre os demitidos, consta o nome de Samuel Luís Corro, que era funcionário da Administração Regional de Pinheiros e morreu há mais de um ano.

A suspensão da greve, entretanto, irá até o dia 30, quando os servidores voltarão a discutir em assembléia o futuro do movimento. O prefeito, contudo, divulgou nota informando "que somente a partir de 1º de julho será concedido aumento aos servidores públicos municipais", mas ressaltando que "esse aumento obedecerá aos índices possibilitados pela arrecadação — a prefeitura não emite dinheiro". E finalizou: "Entrementes, o prefeito prosseguirá na punição dos grevistas, e não receberá qualquer entidade ou comissão, até a normalização dos serviços em todas as repartições, e sem que lhe seja feita qualquer exigência prévia de qualquer natureza".

Os servidores informaram que o funcionalismo retorna hoje ao trabalho, mas passará o dia fazendo panfletagem para explicar à população os motivos da suspensão do movimento. *(O Estado de S. Paulo/SP, 24/04/87)*

463
Prefeito contrata novos professores para substituir demitidos na greve

Entre os 1.956 funcionários demitidos pelo prefeito Jânio Quadros devido à greve do funcionalismo, 585 são professores comissionados (não concursados). Também são professores 2.700 dos 2.781 funcionários indiciados nos processos administrativos instaurados pelo prefeito. Carlos Pizarro, 45, assessor de gabinete do secretário de educação, Paulo Zingg, disse que o prefeito já autorizou a contratação imediata de 450 professores de educação infantil e de 1º grau que teriam realizado concurso em outubro do ano passado. A prefeitura também está contratando professores para as disciplinas de 5ª a 8ª série. *(Folha de S. Paulo/SP, 28/04/87)*

464
Repudiado corte dos professores

"Queremos os professores de volta", afirmou Nilza Dreza, mãe de três alunas da Escola Municipal Marechal Deodoro da Fonseca, no Caxingui. "Com a demissão dos professores, durante a greve dos servidores municipais, as meninas estão sem aula desde o início da semana. Aqui 270 alunos ficaram sem

professores e há inspetores de alunos e serventes tomando conta das crianças''.

Ontem, pais e alunos fizeram um protesto em frente ao estabelecimento, pedindo uma solução para o problema. Outra manifestação foi na Escola Municipal General Euclides de Oliveira Figueiredo, na Vila São Francisco: com cartazes, mães e estudantes protestaram também contra as demissões.

Os demitidos não sabem como reagir — Professores demitidos da rede municipal de ensino não sabem o que fazer: se procurarem o departamento jurídico da entidade de classe, a Apeem, terão poucas chances de voltar a lecionar na prefeitura. E se recorrerem às Divisões Regionais de Ensino Municipal — Drem — buscando readmissão ou cancelamento do inquérito administrativo, a vitória depende do relacionamento do professor com a direção da escola ou da própria divisão. *(O Estado de S. Paulo/SP, 29/04/87)*

465
A ameaça do prefeito leva terror às escolas

O prefeito Jânio Quadros criou um clima de terror nas escolas municipais e entre as mães de alunos, com a ameaça de fechar as unidades onde houvesse manifestações contra as demissões de professores envolvidos na greve dos servidores municipais. As diretoras das escolas estão proibidas de dar entrevistas, os demitidos não falam, esperando uma reconsideração do ato do prefeito, e as mães cancelaram todos os protestos programados, com medo de que seus filhos fiquem sem aulas este ano. *(O Estado de S. Paulo/SP, 01/05/87)*

466
Grevistas ameaçam deputados

As ameaças de agressão física aos deputados parecem haver-se incorporado às formas de luta dos servidores paulistas. Enquanto a maioria, ontem, ocupava as galerias, contemplando o plenário vazio e aguardando que os parlamentares retornassem das comissões, grupos seguiam e ameaçavam os defensores do projeto que extingue o gatilho salarial, deputados Fernando Lessa, Guiomar Namo de Mello e Eny Galante, todos do PMDB.

Para Eny Galante os problemas começaram às 21 horas de quarta-feira, quando foi cercada no corredor próximo a seu gabinete, onde se refugiou, ameaçada e ofendida. Mas os grevistas invadiram a sala, obrigando-a permanecer trancada no banheiro por mais de duas horas.

A ex-secretaria municipal de educação, Guiomar Namo de Mello foi perseguida por manifestantes que a chamavam de ''capacho'' e gritavam que ''a professora é traidora''. A única agressão direta se deu contra Fernando Lessa, empurrado e golpeado.

O assédio aos parlamentares é entendido como parte da estratégia para protelar a votação até hoje, quando deverão ser anunciados os índices da inflação acionando novamente o gatilho salarial, que os grevistas querem ver incluído no projeto além dos dois já concedidos pelo governador Orestes Quércia. Ao final da sessão extraordinária de ontem, o projeto havia recebido mais 12 emendas. *(O Globo/RJ, 15/05/87)*

467
Quércia mantém posição contra negociação

O governador Orestes Quércia disse ontem que manterá sua posição de não receber os servidores estaduais, em greve há treze dias. Diante da recusa, o comando do movimento decidiu, no final da tarde de ontem, não mais ir hoje ao Palácio dos Bandeirantes, como estava marcado, para tentar negociar a definição do reajuste salarial da categoria diretamente com o governador. ''Os grevistas marcaram o encontro por conta própria, mas não será na minha casa. Eu poderei marcar uma reunião quando estiver em condições, não quando eles exigirem'', disse Quércia, em entrevista ao jornal **Bom Dia São Paulo**, da TV Globo. Orestes Quércia afirmou também que pensa em requerer na justiça a inconstitucionalidade da lei que beneficia o funcionalismo com o gatilho salarial.

Para a diretora da Apeoesp, Beatriz Pardi, ''as declarações do governador levarão a um confronto direto com o funcionalismo, pois ele tenta jogar a opinião pública contra o funcionalismo''.

Segundo Quércia, o estado não tem condições de arcar com o pagamento dos gatilhos, por isso pretende requerer a inconstitucionalidade do benefício. *(Folha de S. Paulo/SP, 19/05/87)*

468
Servidores suspendem greve até dia 10

A greve do funcionalismo público estadual foi suspensa. Segunda-feira, os servidores, que ficaram parados 16 dias, voltaram ao trabalho e vão ficar na expectativa do próximo pagamento, no dia 10 de junho. Se no *hollerith* não constarem os três gatilhos salariais a que o funcionalismo tem direito pela lei complementar 167/86, a greve pode ser reiniciada no dia 11, quando os funcionários fazem uma assembléia geral em frente ao Palácio dos Bandeirantes.

Quércia assim que assumiu o governo de São Paulo enviou à Assembléia Legislativa o polêmico projeto acabando com o gatilho salarial para os funcionários públicos, que pressionaram os deputados a votarem contra a matéria durante semanas. Na última quarta-feira, o projeto foi rejeitado. ''Foi também a nossa primeira vitória'', destacou Francisco Poli, um dos líderes do movimento.

Assembléia manda pagar 3 gatilhos — A Assembléia Legislativa determinou ontem que sejam disparados segunda-feira os gatilhos salariais para os funcionários públicos estaduais, referentes a março, abril e maio. Ao mesmo tempo, a mesa do legislativo entrou com um projeto de lei complementar, que tramitará em regime de urgência, limitando o gatilho a um teto máximo: para que se acabe, assim, com os marajás, ''que já são quase 30'', segundo deputados e servidores.

Demissões — O governador Orestes Quércia responsabilizou ontem as lideranças do funcionalismo público estadual pela rejeição do projeto que extingue o gatilho salarial para a categoria, culpando também pela derrota os marajás. Segundo ele, como o projeto fixava um teto salarial de Cz$ 140 mil, não havia interesse dos marajás em sua aprovação. Quércia ameaçou os funcionários de demissão, revelando que existem 150 mil servidores sem garantias

estatutárias e mandou "um recado" para os deputados peemedebistas que votaram contra seu projeto: dificilmente eles conseguirão empregar *afilhados* no estado de São Paulo. *(O Estado de S. Paulo/SP, 23/05/87)*

469
Ubatuba demite 36 professores grevistas que queriam gatilhos

O prefeito de Ubatuba, Pedro Paulo Teixeira Pinto (PMDB), demitiu ontem 36 professores da rede municipal de ensino, que estavam em greve há 17 dias reivindicando o pagamento de três gatilhos salariais. Revoltados, os professores estão estudando a possibilidade de conseguir revogar, através de mandado de segurança, o decreto do prefeito. *(O Estado de S. Paulo/SP, 03/06/87)*

470
Servidores de São Paulo rejeitam proposta e decidem entrar em greve

A assembléia do funcionalismo público do estado de São Paulo, realizada às 17h de ontem, no pátio da Assembléia Legislativa, decretou greve geral da categoria a partir de hoje. Segundo avaliação das lideranças do movimento, pelo menos 8 mil servidores participaram da assembléia. A decisão de parar foi tomada antes mesmo de os deputados votarem, no plenário, o projeto de lei enviado pelo governador Orestes Quércia, reajustando em 70% o salário dos servidores.

A paralisação foi proposta pelas lideranças do chamado Grupo dos 19, formado por entidades que representam os quase 600 mil funcionários públicos estaduais de São Paulo. Eles reivindicam 144,39% de reajuste sobre seus atuais vencimentos e mais 15% a título de aumento real de salário.

Os professores constituíram a esmagadora maioria dos presentes na assembléia. *(Folha de S. Paulo/SP, 11/02/88)*

471
Paralisação atinge 80% das escolas estaduais

Cerca de 3,5 milhões de alunos da rede pública estadual estão sem aulas, devido à greve dos professores que entra hoje em seu 14º dia.

Ontem, em várias escolas estaduais visitadas pela reportagem da Folha, a expectativa era de que a tendência do movimento é manter-se firme. "Essa greve só acaba se houver muita pressão por parte do governador. Acho até que isso acontecerá mais cedo do que se pode esperar", comentava uma das diretoras.

Sobrecarga de trabalho — Não são apenas os professores que estão insatisfeitos no setor da educação estadual. Serventes e inspetores estão sobrecarregados de serviço. Faltam funcionários administrativos e não há estrutura para a implantação da chamada *Jornada Única* para os alunos de primeiras e segundas séries do 1º grau. Essas crianças são obrigadas a permanecer em escolas onde não existe espaço físico para recreação e nem alimentação básica.

O que querem os servidores: reajuste de 144% mais 15%; os servidores da saúde também reivindicam equiparação com o funcionalismo federal.

O que responde o governo: reajuste de 70%, já aprovado pela Assembléia Legislativa. *(Folha de S. Paulo/SP, 25/02/88)*

472
Quércia isola palácio para evitar servidores

Um aparato policial sem precedentes, mobilizado por determinação do governador Orestes Quércia, conseguiu impedir que milhares de funcionários públicos estaduais em greve se aproximassem ontem à tarde do Palácio dos Bandeirantes, para realizar uma assembléia e um ato de protesto contra a política salarial do governo estadual. Um total de 680 homens da Polícia Militar, incluindo todo o efetivo do 2º Batalhão (tropa de choque) com equipamento antimotim e o auxílio de dois helicópteros, além de cavalarianos, cães, policiais de trânsito, da Rota, polícia feminina e Corpo de Bombeiros isolaram uma *área de segurança* em torno do palácio, formada pelas avenidas Morumbi e Giovanni Gronchi, onde foi proibido o tráfego. A medida provocou congestionamentos que se estenderam pelas principais avenidas da zona oeste e sul da cidade.

Os manifestantes, estimados entre 12 e 13 mil pessoas, segundo o chefe da Casa Militar do governo, coronel Theseo Darcy Bueno, e em cerca de 100 mil pela liderança dos servidores, puderam realizar a assembléia diante do portão principal do estádio do Morumbi. Os funcionários públicos decidiram, por aclamação, manter a greve iniciada no último dia, quando foi aprovado, pela Assembléia Legislativa, o projeto governamental que concedeu um reajuste médio de 70% para a categoria. A paralisação atinge principalmente as áreas da educação e saúde.

O governador Orestes Quércia, que permaneceu durante todo o dia no palácio, não recebeu os líderes do movimento, que compõem o *Grupo dos 19* (entidades dos setores do funcionalismo). Quatro deputados estaduais do PT — Luíza Erundina, Ivan Valente, Roberto Gouveia e Thelma de Sousa — tentaram, às 18h30min, servir de intermediários para uma negociação entre o governo e os grevistas. Os parlamentares foram recebidos pelo secretário de governo, Antônio Carlos Mesquita, que transmitiu a posição de que nada havia para ser negociado. "Por ordem do governador Orestes Quércia, não há nenhuma negociação enquanto os servidores permanecerem em greve", disse ele.

Um único incidente, envolvendo policiais da tropa de choque, cavalarianos e um grupo de funcionários foi registrado às 15h, quando manifestantes tentaram romper o bloqueio diante dos jardins do palácio, na esquina das avenidas Morumbi e Giovanni Gronchi. Os policiais usaram bombas de gás lacrimogêneo para dispersar o grupo. *(Folha de S. Paulo/SP, 26/02/88)*

473
A outra face, depois da campanha eleitoral

Em campanha, o então vice-governador Orestes Quércia prometia nunca conceder reajustes abaixo da inflação, respeitar o direito de greve e combater o autoritarismo. Nas entrevistas à imprensa, apresentava-se como um homem aberto ao diálogo, franco e direto: "Eu vou conversar com todo mundo que quiser protestar, que quiser ir à frente do palácio protestar; vou dialogar com

todo mundo, que sempre foi a minha característica'', declarou em 15 de abril de 1986.

Estas e tantas outras promessas do governador eram lembradas ontem pelas lideranças do funcionalismo, no ato da praça da República. João Felício, da Apeoesp, dizia recordar-se claramente das imagens de Quércia na televisão, prometendo resolver os problemas da educação, que, dez meses depois, segundo Felício, agravaram-se. Achatou o salário dos professores (Maluf levou quatro anos para cortar 40%, Quércia já cortou 30%) e degradou a qualidade do ensino. Mais recentemente, prometeu almoço nas escolas com a jornada única — ''deu só bolacha'', denunciava Felício. *(O Estado de S. Paulo/SP, 02/03/88)*

474
Apesar da PM, grevistas *abraçam* Secretaria

Cerca de 500 policiais tentaram mas não conseguiram impedir que os funcionários públicos em greve *abraçassem* ontem à tarde o prédio da Secretaria da Educação, na praça da República, região central de São Paulo.

Os manifestantes, que eram 20 mil segundo cálculos dos organizadores e 1.200 na avaliação da Polícia Militar, *abraçaram* o prédio com todo o contingente policial dentro do cerco. A **Folha de S. Paulo** estima que entre cinco mil e sete mil pessoas estavam na praça às 16h.

O governador Orestes Quércia e o secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, foram os maiores alvos das críticas feitas num palanque improvisado no alto de uma caminhonete de som. O deputado estadual José Dirceu (PT) disse que a jornada única implantada pelo governo para os alunos de primeiras e segundas séries do 1º grau ''é uma farsa''. ''Não há estrutura alguma para manter, durante seis horas, uma criança na escola'', disse.

O deputado estadual José Ciccote, presidente regional do PT, disse que ''não interessa ao governo educar o povo''. Representando o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o ex-líder estudantil Aldo Rebelo fez duras críticas ao governo Quércia que ele próprio ajudou a eleger. Quando tiveram seus nomes anunciados, os deputados Fernando Lessa e Guiomar de Mello, ambos do PMDB, foram vaiados e deixaram o local sem pronunciamentos. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/03/89)*

475
Servidores enchem a Sé e mantêm greve

Sob a forte chuva que caiu ontem à tarde, os funcionários públicos estaduais decidiram, em assembléia na praça da Sé, que devem continuar a greve iniciada dia 11 passado. A deliberação seguiu-se a uma reunião plenária dos professores da rede oficial de ensino, na praça da República, que também haviam decidido manter paralisadas as escolas estaduais.

Docentes rejeitam proposta sobre gratificação — O magistério estadual votou pela continuidade da greve, em assembléia iniciada às 14h de ontem, na praça da República, com a participação de cerca de 50 mil professores, segundo avaliação das entidades representativas da categoria, e três mil, de acordo com a Polícia Militar.

A proposta apresentada pelo governo de estender a gratificação de Cz$ 27,00 por aula dada para as férias, licenças, hora-atividade e contagem de aposentadoria foi considerada inaceitável por Rosiver Pavan, 39, secretária-geral da Apeoesp, ''porque não corrige em nada as distorções do estatuto do magistério e não representa nenhuma melhoria com relação ao índice'' (os 70% oferecidos pelo governo contra os 144,39% reivindicados pelo funcionalismo estadual). Francisco Poli, presidente da União dos Diretores de Escola (Udemo), afirmou que o governo não apresentou proposta concreta e que continua a luta pelo índice e pela correção das distorções do estatuto do magistério. *(Folha de S. Paulo/SP, 04/03/88)*

476
Ironias contra o governador

O governador Orestes Quércia voltou a sofrer ontem duras críticas durante as manifestações do funcionalismo. Em uma caricatura ele apareceu vestido de baiana no meio da praça da Sé. A fantasia incluía rendinhas, balangandãs, brincos e até um arranjo de frutas tropicais na cabeça. Em outra figura, Quércia foi apresentado de terno preto riscado, barba por fazer, um enorme charuto na boca, faca e granada nas mãos.

Nunca um governador de São Paulo foi tão ridicularizado publicamente como ontem. O cartaz que retratava Quércia vestido de baiana até fazia um desafio: ''Presidente? Nem de escola de samba, nego!''. Carregado por uma professora, o cartaz fez grande sucesso entre os servidores públicos. Em outra caricatura, o governador apareceu como um gângster: chapéu tipo borsalino, terno preto riscado e cara de mau. Em cima do desenho a palavra ''procurado'' foi colocada em destaque. Embaixo, lia-se o aviso ''Recompensa: governo do estado de São Paulo''.

Até Bento Carneiro, o famoso personagem do humorista Chico Anísio, foi usado pelos professores para mostrar sua revolta ante a intransigência do governador. ''Na próxima eleição minha vingança será *malígrina*''. Só que ontem, Bento Carneiro deixou de ser vampiro para transformar-se em ''o professor brasileiro''.

As sátiras políticas não pararam por aí. Um grupo de servidores passeou pela praça com três bonecos suspensos, em forma de palhaço. No peito, cada um deles exibia os dizeres: ''Eu votei no home''. Quércia não escapou de ser retratado como inconfundível Pinóquio. E até ganhou um novo nome — *Pinóquércia* — além, evidentemente, de um imenso nariz.

A assembléia começou com uma hora de atraso. Nesse meio tempo, enquanto a chuva ainda era apenas ameaça, os professores transformaram a Praça da Sé em carnaval. Aqueles que chegavam em passeata entravam cantando marchinhas, cujas letras parodiavam a situação da categoria. Nem o secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, foi poupado. Aproveitando a marchinha *Coração Corintiano*, os professores satirizavam um erro de português cometido pelo secretário, em entrevista a uma emissora de rádio, quando disse textualmente que ''o governador não *negoceia* com funcionários em greve''. Ao som de uma bateria improvisada eles cantavam: ''A coisa está ficando

feia/o chupim (Chopin) diz que não negoceia (sea)/secretário aprenda a falar/quem sabe, então, depois, possa nos criticar/Ah, chupim assim vai mal/você precisa é entrar para o Mobral''.

Os professores de São Vicente trouxeram até os instrumentos de percussão da banda da escola para animar a assembléia. E os funcionários caíam no samba, sempre ironizando o governo. Atrás da bandinha, os professores da Praia Grande carregavam um imenso caixão roxo — onde não faltou uma vela em forma de caveira — e um ramo de flores brancas. O caixão era rodeado por dez carpideiras, vestidas de preto, com véus da mesma cor, que choravam pelo funcionalismo. ''Aqui jaz a democracia de Quércia'', eram os dizeres impressos no caixão que, ao final da assembléia, foi carregado de novo para a Praia Grande, de onde provavelmente sairá para integrar a próxima manifestação da categoria. *(O Estado de S. Paulo/SP, 04/03/88)*

477
Sem negociação, greve continua

Vencer o funcionalismo público pelo cansaço. Essa é a tática que o governador Orestes Quércia adotou para pôr fim à greve dos servidores públicos, que se arrasta há 26 dias. Procurado na manhã de ontem pelo deputado Roberto Purini, líder do PMDB na Assembléia Legislativa, o governador descartou qualquer nova contra-oferta aos servidores. A notícia colocou um ponto final entre as negociações mantidas entre o líder do governo na Assembléia e os grevistas, recrudescendo ainda mais o impasse já estabelecido.

O que pregava o governador — O mesmo Orestes Quércia que em 1978, quando senador, defendia a legitimidade do direito de greve e fazia um apelo ao governo federal ''para a realidade dramática dos trabalhadores em greve'', é o governador que ordenou no último dia 25 de fevereiro a repressão a 50 mil funcionários grevistas que marchavam em direção ao Palácio dos Bandeirantes. Tropa de choque, gás lacrimogênio, helicópteros, caminhões do Corpo de Bombeiros usados contra os manifestantes que resultaram em uma professora pisoteada em meio à confusão causada pela cavalaria da Polícia Militar.

Nesse dia, ninguém reconhecia o senador do livro ''Democracia Urgente'', uma coletânea com 87 pronunciamentos, 104 apartes, 129 proposições e 159 pareceres, com prefácio do deputado Ulysses Guimarães, presidente do diretório nacional do MDB (e, hoje, presidente da Câmara, da Constituinte e do PMDB).

''Lei de greve é camisa-de-força'', é o título do pronunciamento feito por Quércia no dia 23 de maio de 1978, reproduzido nas páginas 307 a 309 do livro e apresentado com a seguinte advertência: ''As greves devem servir de alerta ao governo, pois se elas ocorrem, apesar de consideradas ilegais, é sinal que, no meio social deste País, alguma coisa não anda bem''.

Naquele ano, Quércia dizia que a lei 4.330 ''não é uma lei de greve, mas contra ela, pois impossibilita aos sindicatos de propiciarem uma movimentação reivindicatória''. Ela acrescentava ainda que ''os movimentos paredistas são respeitados e entendidos nos países democráticos''.

Ainda em seu pronunciamento, o senador Orestes Quércia condenava as recomendações do governo federal às empresas do ABC (baseado em trechos de noticiário de primeira página do Jornal de Brasília, no dia 23 de maio de 1978): ''A primeira conseqüência foi a declaração de que a greve é ilegal e também uma recomendação de Brasília para que as empresas automobilísticas não negociem sob pressão''.

Citando outro trecho do jornal, onde o governo estaria recomendando que empresas não admitissem operários demitidos em função da greve, Quércia conclui estar havendo, naquele momento, ''perseguição aos trabalhadores'' e que o governo ''espera que os líderes sindicais sejam pelegos''.

Quércia classificou a repressão ao direito de greve como ''desumana'' e ''somente nos países sob regimes totalitários não há a possibilidade do trabalhador ou qualquer outra categoria social pedir, solicitar, em favor dessa categoria''. *(O Estado de S. Paulo/SP, 08/03/88)*

478
Grevistas rejeitam proposta do governo

Diante da intransigência do governador Orestes Quércia, a bancada do PMDB tomou uma decisão irreversível: não vai mais servir de mediadora entre o executivo e o funcionalismo em greve. A medida foi anunciada na noite de ontem durante reunião entre os deputados peemedebistas e representantes do *Grupo dos 19* — entidades do funcionalismo — na Assembléia Legislativa, quando a bancada viu rejeitada a última proposta do governo para acabar com a greve. A proposta era semelhante à outra que já havia sido descartada pelos servidores.

''Agora é jogo de braço'', desabafou o vice-líder do PMDB, deputado Waldir Trigo, referindo-se ao confronto imediato entre o governador e os grevistas. Ele e outros deputados aceitaram até o convite de participar da assembléia geral do funcionalismo programada para terça-feira na frente do Palácio dos Bandeirantes para protestar contra a intransigência do governador. *(O Estado de S. Paulo/SP, 11/03/88)*

479
Quércia recua e reabre negociação com os professores

O governador Orestes Quércia recuou ontem da decisão de não negociar com o funcionalismo em greve, que já dura 32 dias, e deu o primeiro passo para a reabertura de negociações com os professores da rede pública. Antecipando-se à assembléia programada para as 15 h da próxima terça-feira, em frente ao Palácio dos Bandeirantes e já proibida pelo secretário de segurança pública de São Paulo, Luís Antônio Fleury Filho, o governador autorizou a ampliação da gratificação de produtividade por hora-aula. *(O Estado de S. Paulo/SP, 13/03/88)*

480
Professores encerram greve após aumento de 18%

Os professores da rede estadual retornam hoje ao trabalho, depois de 34 dias de paralisação das atividades, quando ficaram sem aula cerca de cinco mi-

lhões de alunos no estado de São Paulo. A decisão foi tomada ontem, em assembléia geral realizada em frente ao estádio do Morumbi. O retorno ao trabalho foi proposto pelas cinco entidades que representam o funcionalismo do setor e acatado por pelo menos 65% dos 40 mil docentes que participaram da assembléia, de acordo com avaliação das lideranças do movimento.

Os professores aceitaram a proposta do governador Orestes Quércia, negociada com a intermediação de deputados do PMDB e PFL, de aumentar em 18% os atuais vencimentos do setor da educação a partir do próximo dia 1º de abril. O magistério queria 42% sobre o que ganham. Isso totalizaria 144% sobre os salários de novembro do ano passado. Da forma como ficou, terão 100,6% sobre os vencimentos de novembro.

Vaias — A proposta foi apresentada aos participantes da assembléia pelo professor João Antônio Felício, presidente da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), que chegou a ser vaiado quando defendeu o fim do movimento. Diretores das demais entidades do setor (Afuse, Udemo, CPP e Apase) também defenderam o fim da paralisação.

Reposição — Em princípio, segundo o presidente da Apeoesp, o governo pagará normalmente os salários do mês em greve, mas descontará os dias parados do professor que não acertar um calendário de reposição. Hoje, as lideranças do movimento retomam negociações para acertar estes detalhes com a Secretaria da Educação. *(Folha de S. Paulo/SP, 16/03/88)*

481
Aposentados fazem protesto por reajuste

Se depender dos votos dos professores estaduais aposentados, o governador Orestes Quércia jamais será reeleito. Pelo menos é o que garantiram ontem os aposentados que realizaram manifestação em frente da Secretaria da Educação, na praça da República. "Queremos os mesmos benefícios que os professores da ativa. Estamos sendo discriminados", diziam, ao criticar a decisão do governo do estado em não lhes conceder o reajuste de 18%, além dos 70%, que foi dado aos da ativa a título de produtividade.

"Somos descartáveis porque votamos em imprestáveis", dizia um dos vários cartazes que os aposentados prepararam para a manifestação. Eles chegaram à praça da República por volta das 15h, vindos de várias cidades do interior.

Por volta das 17h, os manifestantes tiveram permissão para entrar no prédio da secretaria. Antes, de mãos dadas e erguidas, cantaram o Hino Nacional. Cerca de 500 professores aposentados lotaram o auditório do prédio, no andar térreo. Eles exigiam que o secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, descesse do 3º andar, onde fica o gabinete, para conversar com eles no auditório.

Uma comissão, formada por representantes das cinco entidades da categoria, voltou com a notícia de que o secretário não estava e que seu assessor, Fernando Alvarenga, viria substituí-lo. A conversa com Alvarenga foi tensa. "Estamos abertos ao diálogo", garantiu ele, mas nada prometeu sobre os 18%. As entidades prometem voltar à greve caso a reivindicação dos aposentados não seja atendida. *(O Estado de S. Paulo/SP, 24/03/88)*

482
Inquérito vai apurar autoria de cartazes

Acolhendo representação do governador Orestes Quércia, o Procurador Geral da Justiça Cláudio Ferraz Alvarenga determinou a instauração de inquérito policial para apurar responsabilidades na utilização de cartazes de teor ofensivo ao governo do estado, durante a recente greve dos professores.

A representação, assinada pelos advogados Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e Alberto Viegas Mariz de Oliveira, menciona duas edições do **Jornal da Tarde**. Numa delas, ressalta a foto de um cartaz que chama Orestes Quércia de "ladrão"; na outra, lembra a foto de outro cartaz, com uma montagem de um retrato do governador sobre o corpo de uma baiana.

Os advogados não especificam se o inquérito policial deve recair sobre os jornalistas, sobre os manifestantes ou sobre ambos. Pedem apenas que "os responsáveis sejam punidos", acentuando que a honra do governador do estado de São Paulo foi "conspurcada", não só com a exibição daqueles cartazes "insultuosos", mas também com sua exposição em primeiras páginas, "com observações maldosas postas embaixo". *(O Globo/RJ, 26/03/88)*

483
Professores protestam em todo o país

Cerca de 2 mil professores da rede estadual de São Paulo realizaram ontem à tarde uma assembléia em frente à Secretaria de Educação do Estado, na praça da República, participando do *Dia Nacional de Paralisação*, convocado pela Confederação dos Professores do Brasil (CPB) em defesa do ensino público. Os professores decidiram rejeitar o reajuste de 40% a partir de abril, proposto pelo governo e defendem um aumento de 65,5%. A diretoria da Apeoesp calcula que 70% das escolas do estado paralisaram suas atividades ontem. *(Folha de S. Paulo/SP, 14/04/88)*

484
Professora que fez cartaz com Quércia de baiana é indiciada

Agitado no meio de uma multidão de professores em greve, dia 3 de março, na Praça da Sé, um cartaz meio molhado de chuva, que o mostrava travestido de baiana, com a frase irreverente: "Presidente? Nem de escola de samba, nego", irritou o governador de São Paulo, Orestes Quércia, que acionou sua polícia numa investigação que se arrastou por quase três meses e só agora terminou, em São Miguel Arcanjo, cidade de 30 mil habitantes, a 180 quilômetros desta capital. A autora do cartaz, Noêmia de Deus Ratte, 49 anos, quatro filhos e um neto, foi localizada, detida e indiciada em inquérito policial por injúria e difamação.

Tudo seria simples, se esse caso não exigisse uma incrível maratona de depoimentos de 93 professores da rede estadual em busca do culpado, achado finalmente em São Miguel Arcanjo. O delegado de São Miguel Arcanjo, Antonio João do Nascimento Vianna, 36 anos, cumpriu em 24 horas, como man-

da a lei, a carta precatória da Corregedoria de Polícia do estado, apurando uma pista que indicava ter o cartaz saído daquela cidade, levado por uma caravana de professores grevistas. Colhidos entre quarta e quinta-feira de madrugada, os depoimentos em seqüência não revelaram o autor do cartaz da baiana. Só no sábado, segundo o delegado, numa investigação de sua equipe, dona Noêmia foi localizada.

O drama de Noêmia, que começou no sábado, é o mesmo vivido por uma colega sua, Suzy Rocha, que leciona história na capital paulista. Em março, Suzy, solteira, 30 anos, segurou um cartaz, numa assembléia de grevistas, com os dizeres: "Esclareço à população: Quércia é ladrão". Ao contrário de Noêmia, cujo rosto não apareceu nas fotos publicadas em jornais (só se via o cartaz da baiana), Suzy apareceu de rosto inteiro segurando a cartolina.

Vigilância — Poucos dias depois, Suzy foi amedrontada à sede da Apeoesp: na porta de sua escola e perto de sua casa, na Zona Leste da capital, dois homens desconhecidos passavam o dia fazendo perguntas sobre ela, deixando entrever algemas e armas de fogo meio ocultas sob o paletó. Foi impossível até hoje descobrir quem eram realmente aqueles dois homens, mas a vida de Suzy tornou-se um pequeno inferno particular.

Semanas depois, Suzy recebeu uma intimação para depor na polícia. Às autoridades, argumentou que a frase do cartaz apenas queria dizer que o salário dos professores era baixo, enquanto o governador gastaria muito mais em publicidade. *(Jornal do Brasil/SP, 02/06/88)*

485
Professora perseguida tem apoio

Uma onda de revolta pela atitude do governador e de solidariedade à professora perseguida é o que está provocando em toda a região de Sorocaba a decisão de Orestes Quércia de processar a professora Noêmia de Deus Ratte, 49 anos, autora de um cartaz exibido durante a greve dos professores em março, no qual o governador aparece caricaturado de baiana.

Centenas de alunos da rede estadual de São Miguel Arcanjo, cidade onde mora a professora, iniciaram ontem a distribuição de 3 mil folhetos nos quais manifestam a solidariedade da classe estudantil e da população a Noêmia e aos outros 94 professores ouvidos pela polícia. Na nota de repúdio, eles condenam a "atitude arbitrária do governador que, em vez de instaurar inquéritos contra os responsáveis pelo roubo de milhões no Banespa e pelo escândalo da *raspadinha* na Caixa, investe contra os professores". O documento diz ainda: "Não esqueceremos este desaforo que fizeram ao nosso povo e à nossa cidade. Nossa memória não falhará".

A subsede regional da Apeoesp em Sorocaba decidiu, em reunião de diretoria, solidarizar-se com a professora Noêmia e repudiar o ato do governador. Segundo a presidenta-regional da entidade, Tânia Baccelli, "ficamos abismados com a capacidade do governador de abusar de sua autoridade, submetendo professores a uma situação de vexame, como se fossem criminosos, por causa de uma simples brincadeira". Segundo ela, "essa atitude ridícula só confirma que esse governador armou uma praça de guerra contra o professorado". Na reunião ficou decidido que todos os professores enviarão telegramas de apoio a Noêmia e de repúdio ao governador. *(O Estado de S. Paulo/SP, 02/06/88)*

486
Professora não vai ser processada

O governador Orestes Quércia decidiu não mover mais ação contra o **Jornal da Tarde** por ter publicado a foto de uma caricatura sua fantasiado de baiana. A decisão foi anunciada depois que o governador recebeu diretores da Apeoesp, CPP, Udemo e Afuse, que lhes entregaram carta escrita pela autora do cartaz, professora Noêmia de Deus Ratto, explicando que não pretendia ofender Quércia com a caricatura.

"Decidimos suspender a ação contra o **Jornal da Tarde**", disse o governador. "Na verdade, não havíamos ingressado com nenhuma ação contra a professora. Mas, por questões processuais, ela acabou sendo indiciada. Como não é possível retirar a ação apenas contra a professora, vou pedir à Procuradoria Geral da Justiça que retire a ação contra o Jornal da Tarde." *(O Estado de S. Paulo/SP, 14/06/88)*

487
Professores fazem assembléia e reivindicam reposição salarial

Cerca de quatro mil professores, diretores e funcionários do estado de São Paulo, realizaram ontem, às 14h30min, assembléia na Praça da República, organizada pela Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) e lançaram uma campanha de *Luta em Defesa das Escolas Públicas.* A avaliação da Polícia Militar é de que cinco mil pessoas estavam reunidas na praça às 15h30min.

Os professores reivindicam reposição das perdas salariais de 137%, reajuste mensal (URP) e reajustes trimestrais de acordo com a inflação do período, além de vale transporte.

Na assembléia foram aprovadas as propostas da criação de um comitê em defesa das escolas, que será formado por entidades científicas, sindicais, estudantis, centrais sindicais e partidos políticos, além de representantes dos professores. Este comitê vai organizar um tribunal simbólico da educação, para debater a situação das escolas públicas.

Durante a manifestação de ontem estiveram presentes a deputada estadual e candidata do PT à prefeitura de São Paulo, Luíza Erundina, o presidente estadual do PT, José Ciccote, além de representantes da CUT e CGT. *(Folha de S. Paulo/SP, 24/06/88)*

488
Salário tira professor da escola

Professores das escolas estaduais estão mudando de emprego: vender jóias, cosméticos, roupas e doces, ou mesmo abrir um salão de beleza são alternativas cada vez mais comuns numa profissão obrigada a conviver com salários médios de Cz$ 60 mil. "Não dá mais", diz Milene Villa Hernandes, disposta a apoiar uma nova greve da categoria, que será discutida, em assembléia, quarta-feira. Enquanto isso, o governador Orestes Quércia anuncia na televisão e em folhetos distribuídos nas escolas que investe na educação: reforma prédios, compra equipamentos, constrói novas salas. Só não valoriza os salários.

O atual salário do professor é o pior dos últimos dez anos. Quando Paulo Maluf assumiu o governo, em 79, a categoria recebia 5,1 salários mínimos, mas, nos quatro anos de sua gestão, ele foi reduzido para 2,2. Com a realização de greves e a criação do estatuto do magistério na administração de Franco Montoro, subiu para 3,3, mas em 18 meses de governo Quércia caiu para 1,5. "Olha a decadência", comenta o presidente da Apeoesp.

"A esperança de que as coisas vão melhorar é menor a cada dia", diz José Flávio Marcolino, "pois não acredito mais nos políticos. Se ajudam, é porque têm interesse em votos". Outro dia, o professor fez uma pesquisa entre os alunos do colegial para saber que profissão escolheriam: médico, advogado e engenheiro foram as respostas. "Se alguém diz professor, todo mundo ri", contou José Flávio. *(Silvia Maiolino, O Estado de S. Paulo/SP, 11/09/88)*

Tabela do magistério

Prof. 1ª a 4ª série 1º grau início de carreira — meio de carreira

Jornada Parcial (20 horas semanais)	Cz$ 30.073,25
Jornada Integral (40 horas semanais)	Cz$ 60.146,46

Prof. 1ª a 4ª série 1º grau — dez anos de profissão

de Cz$ 33.155,76 a Cz$ 66.311,47

Prof. 5ª a 8ª série 1º grau e colegial — início carreira

de Cz$ 36.554,23 a Cz$ 73.108,39

Prof. 5ª a 8ª série 1º grau e colegial — dez anos de profissão

de Cz$ 40.301,04 a Cz$ 80.602,00

Outras Profissões

Recepcionista	Cz$ 62.834,00
Telefonista	Cz$ 65.381,00
Datilógrafo	Cz$ 57.939,00
Enfermeira	Cz$ 119.820,00
Torneiro Mecânico	Cz$ 110.298,00

(O Estado de S. Paulo/SP, 11/09/88)

489
Funcionalismo entra em greve.

Os funcionários públicos do estado de São Paulo estão em greve a partir de hoje. A decisão foi tomada em assembléia realizada ontem à tarde na praça da Sé, depois que a proposta do governador Orestes Quércia — reajuste trimestral de 70% a partir de outubro — foi rejeitada por unanimidade pelos funcionários presentes: quatro mil (segundo cálculos da Polícia Militar), ou dez mil, conforme avaliação dos representantes dos servidores. Eles esperam que o governo do estado apresente uma contraproposta hoje, às 14h30min, quando haverá reunião com o secretário especial de coordenação de programas, Alberto Goldman. Para o presidente da Apeoesp, João Antonio Felício, os 650 mil servidores estaduais não abrem mão de 85% de reposição salarial e do pagamento da URP a partir de novembro. *(O Estado de S. Paulo/SP, 23/09/88)*

490
Funcionalismo decide manter a greve.

Em assembléia realizada ontem à tarde na Praça da República, os funcionários públicos de São Paulo resolveram permanecer em greve mantendo a mesma pauta de reivindicações: 85% de reajuste salarial, pagamento da URP a partir de novembro e plano de reposição de perdas salariais. Cerca de oito mil servidores compareceram à assembléia, que marcou para sexta-feira, às 16h, nova reunião na Praça da Sé para discutir a continuidade do movimento.

No Palácio dos Bandeirantes, o secretário de coordenação de programas, Alberto Goldman, criticou a decisão e disse que os servidores estão fazendo um *haraquiri*, numa alusão ao suicídio dos samurais japoneses, ao rejeitar a proposta de discussão das possíveis alternativas que substituam a política salarial do governo. Goldman disse que os serviços públicos são essenciais para a população e que os dias de paralisação não serão pagos aos grevistas. "Não se trata de punição e sim do cumprimento do contrato de trabalho", disse ele. "Se o contrato não for executado, o governo tem o direito de suspendê-lo".

O secretário reafirmou sua convicção de que a atual paralisação dos funcionários tem interesses político-eleitorais, baseando-se na presença nas assembléias de candidatos às eleições de novembro. Segundo ele, "o terreno dos entendimentos seria muito mais amplo ontem (segunda-feira) se os funcionários não tivessem mantido a greve: as reuniões de negociação teriam sido muito mais produtivas, mas a greve foi apressada, desnecessária e infantil", disse.

Ajudados por motoqueiros da Polícia Militar e funcionários do DSV, os grevistas saíram ontem da Praça da Sé, às 16h30min, fizeram uma passeata pela rua Direita, viaduto do Chá e Barão de Itapetininga, até chegar à Praça da República, onde se juntaram à assembléia dos professores.

Professores protestam contra publicidade — Mais do que decidir a continuidade ou não da greve, os professores das escolas estaduais reuniram-se ontem à tarde, na Praça da República, para protestar, em conjunto, contra a propaganda divulgada pelo governo do estado em jornais e emissoras de televisão, no fim de semana, afirmando que o salário dos professores primários e do ginásio chegarão a Cz$ 205.310,00 e Cz$ 208.033,00, respectivamente, com o reajuste trimestral de 70% proposto ao funcionalismo público.

"Sabe como eu ganho Cz$ 208 mil por mês? Somente se fizer uma *raspadinha* ou se catar tudo que tiver no Banespa", protestava, segurando um cartaz, o professor Luiz Mantoanelli, numa referência ao ex-presidente do

Banespa e ex-secretário da indústria e comércio, Octávio Ceccato, acusado de envolvimento na fraude da financeira do banco que presidiu.

O professor Luiz está no magistério há 23 anos, lecionando Português, e recebe Cz$ 70 mil por 34 aulas semanais. Compensa o orçamento doméstico com aulas na escola particular, onde recebe Cz$ 180 mil. "A publicação desses anúncios foi uma imoralidade", comentou. A professora Vera Lúcia Paszko concorda com ele: "O povo desinformado acredita nele (no governo). Vamos mostrar o *hollerith* para todo mundo", afirmou. Vera recebe Cz$ 76.657,00 e também levou um cartaz na assembléia: "Mentir é pecado! Cz$ 205.310,00? Onde? Alguém levou o meu..."

Balanço — Segundo João Antonio Felício, presidente da Apeoesp, 61% das 2.042 escolas da Capital e Grande São Paulo — 1.347 — aderiram à paralisação; e no Interior, 25%, o que representa 949 das 3.799 escolas. "A greve vem crescendo a cada dia e muitas regiões vão parar a partir de amanhã", afirmou. Os dados da Secretaria Estadual da Educação mostram uma adesão menor: na Capital e Grande São Paulo 200 escolas estão com paralisação parcial e 40 totalmente sem aula. No Interior, cerca de 150 escolas aderiram parcialmente.

Os professores decidiram pela não reposição dos dias parados ao final da greve. "Assumimos o compromisso de cumprir todo o programa com os alunos, mas sem reposição", disse João Felício. *(O Estado de S. Paulo/SP, 28/09/88).*

491
Docentes de SP decidem manter a paralisação

Cerca de 10 mil professores e funcionários da rede pública estadual, segundo avaliação da Apeoesp, reunidos em assembléia ontem à tarde na Praça da República, decidiram continuar a greve que já dura mais de uma semana. Estavam presentes várias entidades de funcionários como a Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo), organizadora do evento, a Udemo (União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial), a Afuse (Associação dos Funcionários e Servidores da Educação) e a Apase (Associação Paulista dos Supervisores de Ensino). A proposta de continuidade da greve obteve a votação da maioria dos presentes (cerca de 90%) e foi também decidida a realização de uma nova assembléia na próxima terça-feira, às 14h, na praça Antonio Calixto.

Ao som de músicas de Milton Nascimento e Mercedes Sosa, os professores começaram a chegar antes das 14h. Às 14h45min, João Antonio Felício, presidente da Apeoesp, iniciou a assembléia lendo as diversas faixas de protesto dos professores. A Udemo, ao comunicar sua retirada do movimento, foi vaiada e seu representante não pôde continuar o discurso. Felício insistiu na manutenção da proposta apresentada ao governo: 85% de reajuste para todo o funcionalismo, pagamento da URP do último trimestre do ano, reposição das perdas salariais dos últimos dois anos e estabelecimento de uma comissão paritária para definir uma política salarial. *(Folha de S. Paulo/SP, 01/10/88)*

492
Professores retornam ao trabalho sem reposição das aulas perdidas

Os professores de 1º e 2º graus da rede estadual de ensino decidiram em assembléia, na última quarta-feira, que não vão repor as aulas perdidas no período da greve — de 23 de setembro até anteontem — segundo Marcos Silva, 28, membro da diretoria da Apeoesp. Segundo a Secretaria Estadual da Educação, a reposição já foi determinada em 04/10 por uma resolução do secretário da educação, Chopin Tavares de Lima. Os alunos estão tendo aula normalmente desde ontem.

A decisão de não recuperar as aulas perdidas deve-se, segundo Silva, ao procedimento da Secretaria Estadual da Educação em relação à greve dos professores de fevereiro deste ano. Silva diz que a reposição de aulas só foi paga em agosto com valores referentes ao salário de fevereiro e março. Além disso, ele afirma que a secretaria não cumpriu a promessa de "limpar o prontuário dos professores", retirando o registro das faltas do tempo de greve.

A queda de participação dos docentes na paralisação fez com que eles suspendessem o movimento, diz Silva. O comando da greve dos professores diz ter "dado prazo" até 9 de novembro para que o governador Orestes Quércia se manifeste sobre as reivindicações da categoria: pagamento da URP e reforma administrativa. *(Folha de S. Paulo/SP, 14/10/88)*

REGIÃO SUL

Paraná

493
Curitiba não paga a professores em greve

Em uma tentativa de forçar os professores municipais, em greve geral há 25 dias, a retornarem ao trabalho, o prefeito de Curitiba, Roberto Requião, suspendeu ontem o pagamento de toda a categoria, que deveria receber os salários hoje. São 3.970 professores.

"Se pagar os salários de quem não vem trabalhar, posso até perder o mandato, porque isso é totalmente ilegal", afirmou o prefeito, que está ameaçando exonerar os professores assim que a greve completar 30 dias, alegando abandono de emprego. Para evitar a exoneração, os professores voltaram às salas de aula ontem, para reuniões pedagógicas, e hoje recomeçam a paralisação.

Os professores municipais reivindicam um piso de quatro salários mínimos. O prefeito ofereceu um abono que vai complementar os salários até um piso de Cz$ 4.200,00. A Associação Municipal dos Professores não aceitou, porque beneficiaria apenas 35% da categoria. Um total de 54 mil crianças está sem aulas em toda a rede municipal há 25 dias. *(Jornal do Brasil/RJ, 28/04/87)*

494
Greve dos professores

Desde novembro de 87, os professores tentam em vão um acerto com o governador Álvaro Dias, no sentido

de que lhes sejam repostos 53,49% em seus vencimentos, perdidos com a implantação do Salário Mínimo de Referência. Apesar de todas as explicações que o governo tenta passar à população, através dos jornais e da televisão, a verdade é uma só: os professores tiveram um prejuízo de 53,49% (dados fornecidos pelo Dieese) em seus vencimentos, desde início de 1987. Isto, em linguagem clara, representa uma perda de mais da metade do nosso poder aquisitivo. Ou, se entenderem melhor, um assalto à mão armada (de autoritarismo) aos professores que, sem condições de suportar por mais tempo o peso esmagador da inflação, apelam para o último cartucho: a greve.

O governo Álvaro Dias, na tentativa de colocar a população contra os professores, já fez pronunciamentos, dizendo que o estado não tem verbas e que está comprometendo 85% do ICM com a folha do funcionalismo. Isso precisa ser esclarecido. Atualmente, segundo informações prestadas pelo sr. Vitório Sorotiuk, presidente da Fespar, o governo arrecada apenas 25% do total do ICM devido ao estado. Os 75% restantes, não arrecadados, ou são sonegados impunemente, ou perdoados sob a forma de granjear amigos que, sem dúvida estão aplaudindo os feitos deste governo. Com isso, não há verbas para pagar os professores, os policiais e o funcionalismo em geral.

Precisamos, mais uma vez, lembrar ao Sr. Luiz Carlos Hauly, da fazenda, as brilhantes palavras que proferiu às vésperas de sua posse como secretário de estado a um grupo de professores, em Cambé: "Se o estado não dispõe de verbas para saldar seus compromissos com a educação, tem a obrigação de encontrar mecanismos para criá-las, através dos impostos e das taxas de ICM."

Diante de tão pequenos avanços (se é que houve avanços), na arrecadação de ICM, os professores estão decepcionados com a velha história da falta de verbas para a educação, concluindo que:

1. As palavras bonitas não comprometem seu emissor, continuando a mesma enganação de sempre;

2. Vergonhosamente, os professores — que são o sustentáculo da honestidade, da retidão de princípios e da cultura do cidadão paranaense — precisam fazer greve, a fim de recuperar salários que o próprio governo reduziu.

Em Londrina, 54 diretores de escolas públicas (há pouco mais de 60) decidiram, em reunião, apoiar a greve dos professores porque, a seu ver, é o único caminho que leva a um governo que se distanciou do seu discurso e dos compromissos com a educação. *(Gentil Angelo Spiassa, Folha de Londrina/PR, 05/08/88)*

495
Valverde: "decisão infeliz"

O secretário da educação, Belmiro Valverde, garantiu ontem que estão montados esquemas para garantir a continuidade das aulas se os professores mantiverem a decisão tomada na assembléia de ontem de manhã. Ele não quis adiantar quais providências foram tomadas, disse apenas que prefere esperar a segunda-feira para ver a extensão da "decisão infeliz" dos professores. Já o diretor da maior escola do estado — o Colégio Estadual do Paraná, com mais de cinco mil alunos e cerca de duzentos professores — professor Airton Gonçalves Celestino, disse que ontem mesmo já não houve aulas. E que os próprios alunos não foram à escola, inclusive de manhã, antes da decisão dos professores.

Apoio — O presidente do Grêmio Estudantil do Colégio Estadual do Paraná, Alexandre Vidal, criticou ontem a atitude do presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (Upes), Nilson Evangelista, que foi até o governador Álvaro Dias levar a informação de que os estudantes não apóiam a greve dos professores. Segundo Alexandre Vidal, o presidente falou apenas em nome próprio, e não do conjunto dos estudantes. Um dos únicos colégios onde os alunos se reuniram para discutir o apoio ou não aos professores, disse, foi o Colégio Estadual.

E a decisão, segundo Vidal, foi totalmente favorável à categoria, "pois entendemos que melhores salários para os professores significam também melhorias de ensino". Em relação ao posicionamento do presidente da Upes, Alexandre Vidal lembrou que, em momento algum, houve discussão sobre esta questão, "e a opinião é apenas da diretoria da entidade". *(Tribuna do Paraná/PR, 06/08/88)*

496
Professores decidem pela greve

Os 60 mil professores da rede estadual de ensino estão em greve. Essa decisão foi tomada ontem, em assembléia estadual da categoria realizada em Curitiba, com a presença de três mil professores, segundo avaliação da APP (Associação dos Professores do Paraná). Mais de 1,4 milhão de alunos da rede estadual de 1º e 2º graus deverão ficar sem aulas. Resta saber o nível de adesão que a greve terá a partir de segunda-feira, dia 8 de agosto. O movimento é por tempo indeterminado e apresenta duas reivindicações básicas: piso salarial equivalente a oito Salários Mínimos de Referência e reposição das perdas salariais registradas a partir de março de 87, que atingem o índice de 52%.

A assembléia de deflagração da greve foi realizada no auditório do Colégio Estadual do Paraná. Desde o início da manhã, comitivas dos 24 núcleos da APP começaram a chegar. O auditório ficou rapidamente lotado, obrigando muita gente a ficar do lado de fora. Desde o começo, os oradores manifestavam a necessidade de que a greve fosse deflagrada. A defesa mais inflamada coube ao ex-presidente da APP, Paulo Maia, que presidiu a comissão de negociação.

Fazendo uma retrospectiva das negociações realizadas pela categoria a partir de novembro de 87, Paulo Maia enfatizou o "tempo suficiente" que o governo teve para buscar uma solução. Para Maia, o magistério teve "a grandeza suficiente para compreender o momento de dificuldades pelo qual o estado passou", aguardando por mais de 70 dias para que a Secretaria da Educação respondesse objetivamente às reivindicações da categoria.

Muito aplaudido durante seu pronunciamento, Paulo Maia concluiu fazendo um apelo emocionado para que todos os professores apoiassem o movimento. "É preciso que todos tenham em mente que quem não luta pelos seus direitos não merece ter direito algum", afirmou Maia, parafraseando uma declaração atribuída ao governa-

dor Álvaro Dias, quando exercia o cargo de deputado federal, em 81.

Antes de ser submetida à votação a proposta de greve, o técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), Clemente Ganz Lúcio, fez uma prolongada exposição sobre a situação salarial atual do magistério. Ele explicou que, embora nos últimos quatro meses os professores estejam recebendo reajustes mensais acima da variação da URP, a categoria está com seus salários corroídos em mais de 50% em relação ao seu poder de compra em março de 87. Quando a presidente da APP, professora Isolde Benilde encaminhou a votação da proposta de greve, o auditório explodiu com o grito de: "professor unido, jamais será vencido". A proposta foi aprovada com unanimidade. Com essa decisão, foi sepultado o apelo do governador Álvaro Dias para que o magistério não entrasse em greve.

Terminada a assembléia, os professores se dirigiram para a Praça 19 de Dezembro, onde os servidores públicos estaduais deveriam se concentrar para uma passeata. O secretário de estado da educação, Belmiro Valverde, manifestou sua esperança de que os professores "ajam com serenidade e não considerem a decisão tomada pelos dirigentes da categoria". Ele acredita que o movimento terá pouca adesão. Valverde lamentou que a greve poderá deixar os mais de 1,4 milhão da rede estadual sem aulas. *(Gazeta do Povo/PR, 06/08/88)*

497
Na greve dos professores, duas versões

O primeiro dia efetivo da greve dos professores da rede estadual de ensino no Paraná foi caracterizado por avaliações completamente desencontradas feitas de um lado pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) e de outro lado pela Associação dos Professores do Paraná (APP). Enquanto a Seed anunciava no final da tarde que, após minucioso levantamento, tinha sido constatado que 2.300 das 2.800 escolas públicas do Paraná tiveram funcionamento absolutamente normal no dia de ontem, a APP divulgava uma avaliação preliminar de que a greve teria atingido 70% dos estabelecimentos de ensino do estado.

O governo mantém sua posição de não negociar com os grevistas. A reafirmação foi feita ontem pelo secretário de educação, Belmiro Valverde, para quem o governo "não tem condições econômicas de fazer uma contra-proposta". A Seed considera "absurda" a reivindicação dos professores. Segundo Valverde, nenhuma profissão no país, em início de carreira, oferece salário inicial de 167 mil cruzados, como reivindicam os professores.

Contudo, além das restrições econômicas, o secretário da educação alegou falta de "condições políticas" para que o governo atenda às reivindicações dos professores. Valverde explicou que neste ano o magistério já foi beneficiado com reajuste na ordem de 294%, quando os demais servidores ganharam apenas 160%. Diante dessa constatação, o secretário considera inviável que o governo beneficie ainda mais o magistério, pois isso criaria uma situação delicada em relação ao restante do funcionalismo estadual.

Pronunciamento criticado — A direção da APP criticou ontem o pronunciamento do governador Álvaro Dias, veiculado durante o final de semana em todos os canais de televisão. Segundo a presidente da entidade, professora Isolde Benilde Andreatta, "o pronunciamento do governador acabou incentivando a greve, pois revoltou os professores indecisos". Ela anunciou que iria encaminhar ainda ontem um ofício ao governador solicitando que fosse realizado um debate com as partes envolvidas.

Sobre os dados repetidos pelo governador, a presidente da APP disse que eles são incompletos. Segundo ela, menos de 5% dos 65 mil professores do estado receberiam o salário de 440 mil cruzados, que seria o maior salário dentro da carreira do magistério, para professores com 34 anos de serviços prestados.

Segundo dados apresentados pela APP, nos últimos 17 meses, um professor do nível PA-01 (início de carreira), com padrão de 20 horas semanais, já perdeu Cz$ 309.511,39, o que significa 9,86 salários. Esses cálculos foram feitos pelo Dieese. Já um professor do nível PE-05 (topo da carreira), também com 20 horas semanais, acumulou perdas de Cz$ 564.873,73. Para o mês de agosto, o salário inicial será de Cz$ 31.392,00. A presidente da APP citou o seu caso, que com 21 anos de magistério e 40 horas semanais, receberá em agosto Cz$ 123.000,00.

A APP contesta que as reivindicações da categoria sejam absurdas. Para que o piso inicial da categoria recuperasse o seu poder real de compra de março de 87, deveria ser elevado para cinco Salários Mínimos de Referência. Os professores reivindicam oito Salários Mínimos de Referência de piso. A princípio, já sabem que dificilmente serão atendidos nessa reivindicação, que significaria recuperar o poder aquisitivo que a categoria tinha em 69. Mas, a APP espera que o governo reabra as negociações e faça uma contraproposta.

Antigo companheiro — O governador Álvaro Dias foi lembrado como "antigo companheiro", pois chegou a ser filiado à Associação dos Licenciados do Paraná, em Londrina. Posteriormente, em 81, esta associação se incorporou à APP. A presidente da APP recordou ainda que no dia 23 de agosto de 81, quando o magistério paranaense iniciava uma greve, Álvaro Dias, então deputado estadual, permaneceu acampado com a categoria em frente à prefeitura municipal de Curitiba, pois os efetivos policiais impediram que os professores se aproximassem do Palácio Iguaçu.

Greve lamentada — A Associação dos Municípios do Paraná lamentou ontem o movimento grevista do magistério. O presidente da entidade, Arnaldo Coneglian, prefeito de Borrazópolis, afirmou que a paralisação resultará em prejuízo para os estudantes.

O presidente da AMP acredita que não seria justo prejudicar o andamento do processo letivo exatamente por causa dos estudantes que serão os mais prejudicados. Coneglian considera que o bom senso da classe servirá para que o problema seja contornado, através de um entendimento com o governo estadual. *(Gazeta do Povo/PR, 09/08/88)*

498
APMs divergem sobre a greve

As Associações de Pais e Mestres (APMs) das escolas têm opiniões divergentes sobre a greve dos professores.

Cerca de 200 professores da rede estadual de ensino em Londrina, portando faixas, cartazes, contracheques e gritando palavras de ordem, saíram em passeata, ontem pela manhã, seguindo o desfile do Batalhão da Polícia Militar pelo centro da cidade. "Enquanto a polícia mostra o uniforme novo nós mostramos o salário velho" — gritavam os professores, ao mesmo tempo em que pediam o apoio da população.

Após a manifestação, os professores voltaram a se reunir em assembléia para avaliar o movimento. Segundo o presidente da APP, Claudinei Stachetti, em Londrina a adesão à greve se mantém em torno dos 95% com cerca de 90% das escolas fechadas. Ele observou que na maioria das escolas que continuam abertas estão presentes apenas diretores e secretárias.

Stachetti informou ainda que as Associações de Pais e Mestres (APMs) das escolas de Londrina deverão realizar reuniões para definir suas posições em relação à greve. Na reunião convocada pela Federação das APMs, anteontem, apenas um presidente se manifestou contrário ao movimento. Hoje, os diretores das escolas farão uma reunião, às 15h, na sede da APP, para decidir se encaminham ou não à Secretaria de Estado da Educação as listas de comparecimento dos professores aos estabelecimentos de ensino.

"A greve é precipitada, justamente em um momento de sufoco como este, em que todos nós estamos perdendo", afirma Romário de Castro Andreatta, presidente de duas Associações de Pais e Mestres de escolas estaduais em Curitiba. Ele acha que a greve "não é política", mas um reflexo social natural. "Estes professores ganham bem", disse ele, que acredita que o maior problema seja a falta de isonomia salarial, "mas isso está dentro do plano de cargos e salários que eles mesmos queriam".

A Associação de Pais e Mestres, do Colégio Estadual Bento Mossurunga, um dos maiores de Umuarama, está desenvolvendo um movimento junto às demais APMs do município, objetivando elaborar um documento de solidariedade à greve dos professores. Segundo Elói Rech, do Núcleo de Umuarama da Associação dos Professores do Paraná (APP), "esta iniciativa comprova o apoio da comunidade aos nossos protestos, que são justos". Ainda ontem, também em solidariedade, a grande maioria dos diretores dos 15 colégios estaduais deste município, decidiram boicotar os boletins de controle, onde deveriam ser anotadas as ausências dos professores grevistas às salas de aula. *(Folha de Londrina/PR, 11/08/88)*

499
Álvaro garante que a greve está no fim

"A greve felizmente está caminhando para um final satisfatório. Eu fico empolgado com a consciência profissional do professor do Paraná, que está freqüentando as aulas em sua maioria esmagadora. 85% das escolas estão funcionando normalmente no estado, e dentro de mais alguns dias, tenho plena certeza de que todas as escolas do Paraná estarão funcionando normalmente, para que nenhum aluno sofra prejuízos". A afirmação foi feita ontem, pelo governador Álvaro Dias, durante solenidade de assinatura de convênio com a Caixa Econômica Federal, que vai viabilizar importantes obras em vários municípios do estado.

Álvaro disse também que "não existe estado brasileiro que pague mais que o Paraná. Só o Distrito Federal, mas quem paga a conta do Distrito Federal é o Brasil". *(Correio de Notícias/PR, 12/08/88)*

500
Professores: semana decisiva na greve

Hoje, a partir das 9h30min, na sede da entidade em Curitiba, representantes dos 24 núcleos estarão reunidos com a diretoria da Associação dos Professores do Paraná (APP) para avaliar a primeira semana de greve da categoria, deflagrada na sexta-feira, dia 5 de agosto. Um clima de apreensão está sendo vivido tanto pelos professores e pela APP, como pela Secretaria de Estado da Educação e pelo governo, pois todos sabem que esta será uma semana decisiva para o movimento. As declarações do governador Álvaro Dias e informações oficiosas divulgadas na sexta-feira por fontes da Seed, dão conta de que o governo está confiante e convencido de que o movimento caminha para uma solução, sem que haja necessidade de reformular sua posição — frontalmente contrária ao movimento e irredutível em não negociar.

A APP, por sua vez, embora insista em divulgar estatísticas otimistas, sabe que esta semana também vai ser decisiva para a greve "pegar" ou entrar em refluxo. Até agora, a confiança no êxito do movimento é absoluta, mas o nervosismo demonstrado por alguns dirigentes da categoria dão conta do abalo sofrido durante essa primeira semana. A presidente da APP, professora Isolde Benilde Andreatta, reconhece o poder das pressões do governo, mas acredita que a greve não termina apenas com ameaças e sem negociações. *(Gazeta do Povo/PR, 14/08/88)*

501
E Álvaro apela

O governador Álvaro Dias declarou, ontem, na cidade de São Pedro do Ivaí que espera a compreensão dos pais e alunos do Paraná, no sentido de não aderirem à greve dos professores. Ele acha que a paralisação é com "motivação política" e argumenta que o salário das professoras paranaenses é o maior do país, com reajustes acima da URP. Ao lembrar que a greve é "ilegal e injusta", Álvaro voltou a apelar para o comparecimento nas salas de aulas. "Os grevistas serão punidos", assegurou o governador. Quando um repórter lhe inquiriu sobre a ameaça, Álvaro reagiu: "O governo não faz ameaças, mas sim cumpre atos administrativos". De qualquer maneira, as grevistas estão alertadas sobre as possíveis demissões. *(Jornal do Norte/PR, 16/08/88)*

502
Governo e professores: a guerra dos números

O governo Álvaro Dias, diante da greve dos professores adota a tática do não reconhecimento do êxito da greve, manipulando dados e jogando para a opinião pública o número de escolas paradas e em funcionamento. Esquece o governador de revelar o porte das

escolas e o número de professores em greve, não dizendo também que as poucas escolas que estão funcionando são aquelas do interior onde o estado mantém convênio com os municípios e os professores são pagos pelas prefeituras.

Essa prática de manipular números faz parte da conhecida estratégia de esvaziamento das greves. Só que no Paraná, o governo gasta milhões de cruzados, dinheiro público, para comprar os espaços nos meios de comunicação, tentanto jogar a opinião pública contra os professores, numa atitude nada recomendável a um governo que prega a democracia, mas monopoliza a imprensa, não dando aos professores o mesmo espaço para se contraporem às informações do governo.

Diante dessa postura do governo é necessário tirarmos algumas conclusões:

1. Se a greve, de fato, fracassou, por que o governo está gastando milhões de cruzados, diante de um movimento esvaziado?

2. A conclusão que tiramos é óbvia — a greve está consolidada, senão o governo do estado não estabeleceria com os professores um confronto tão acirrado, sem mediação, já que o próprio governador avocou para si o enfrentamento com os professores, numa postura inédita nos governos do Paraná.

3. A greve teve êxito por uma razão muito simples: com inflação de 25% ao mês, e o pagamento das URPs não cobrindo as perdas salariais (registra o Dieese, entre março de 87 e julho de 88, uma variação do IPC de 1.062,59% e a variação dos salários dos professores de 664,92%), resultando numa defasagem de 51,99%. Logo, o reajuste de 52% reivindicado pelos professores não representa um aumento real de salários, mas simplesmente uma reposição para os salários terem o mesmo poder de compra de março de 87. Como os professores sabem fazer cálculos, não é difícil compreender sua adesão à greve.

4. A alegação de que a greve é de caráter político não deixa de ser verdade, pois toda reivindicação econômica dos trabalhadores é política, já que trata de repartir melhor lucros e rendas. Estabelecido o conflito, a única alternativa é a negociação onde as partes que têm interesses divergentes buscam um acordo. É política no bom sentido, já que se trata de defender os interesses coletivos. Na luta por melhores salários está a busca de uma vida digna para poder produzir com satisfação.

5. A afirmação de que os professores ganham bem, diante do achatamento salarial que atinge a maioria dos trabalhadores, quer nivelar por baixo. Por que o governo não compara os salários dos professores com os altos salários que paga àqueles que detêm cargos de confiança e a determinados segmentos do poder judiciário, do legislativo, como é o caso dos escandalosos salários dos deputados?

A educação como prioridade significa verbas suficientes para o pleno funcionamento das escolas, quer nas suas necessidades materiais, quer nos recursos necessários para o pagamento de salários justos aos educadores. Os professores, sim, defendem a educação como prioridade nacional, já que ao invés de abandonarem o magistério continuam lutando em defesa do ensino público e gratuito.

6. Ameaçar os professores com demissão e substituição é uma péssima forma de pressão, digna de um passado já sepultado. Os professores conhecem seus direitos, construídos numa longa experiência de enfrentamento com o poder público.

Fazer hoje esse tipo de pressão é pregar a desobediência às leis, já que estamos em período eleitoral e há uma legislação em vigor que proíbe a demissão e admissão até fevereiro de 89.

A única saída para o impasse é o governo dar uma demonstração de que a radicalização não é neste momento a melhor política. Rever sua posição de confronto e, numa atitude digna de quem governa, buscar o entendimento através da negociação. Agindo assim, o governo do estado estará indo ao encontro dos interesses da maioria da população que quer uma solução negociada para que as atividades escolares voltem à normalidade. *(Lafaiete Neves, Jornal do Estado/PR, 17/08/88)*

503
Professor em greve ocupa a Assembléia Legislativa

A presença de mais de mil professores da rede estadual de ensino quebrou a rotina da Assembléia Legislativa ontem à tarde. Portando faixas e cartazes, os professores grevistas lotaram as galerias da Assembléia, em busca de apoio para tentar levar ao governo do estado suas reivindicações. Mas encontraram poucos interlocutores: apenas cinco deputados oposicionistas se encontravam no plenário.

Alegando falta de quorum, o presidente da mesa na ocasião, deputado Eduardo Baggio (PMDB), recusou-se a iniciar os trabalhos. Foi o bastante para detonar um coro de protestos e palavras de ordem nas galerias, surpreendendo os deputados retardatários, que chegavam dos gabinetes ainda sem saber que não haveria sessão. O coro prosseguiu quase que ininterruptamente, enquanto a presidente da APP, Isolde Andreatta, liderava uma comissão formada para dialogar com a liderança do governo.

A conversa foi curta, a comissão obteve do deputado Artagão de Mattos Leão a promessa de que um grupo de parlamentares irá ao governador Álvaro Dias hoje, tentar intermediar uma audiência com os representantes dos grevistas. Sob os olhares atentos de um reforçado contingente de seguranças, os professores permaneceram no plenário, ameaçando mesmo acampar no local.

Entre os poucos deputados que permaneceram no plenário, em conversas com representantes dos professores, destacavam-se Haroldo Ferreira (PMDB) Pedro Tonelli (PT) e Algaci Túlio (PDT), que criticava veementemente o esvaziamento da sessão: "É um desrespeito à classe dos professores e dos funcionários públicos", reclamava. "Sem diálogo com o Palácio Iguaçu, os professores buscaram a *casa do povo* para encontrá-la vazia. É um desgaste do poder legislativo que, numa hora importante como essa, não funciona. Vai funcionar amanhã, para aprovar cinco ou seis projetinhos de utilidade pública". *(O Estado do Paraná/PR, 17/08/88)*

504
Professores de Umuarama também decidem parar

Cerca de 300 professores, municipais e conveniados, presentes na assembléia geral da categoria, realizada ontem de manhã no Colégio Estadual Umuarama, votaram a favor da greve. Os pro-

fessores querem um reajuste salarial de aproximadamente 150%, exigindo que o piso salarial seja elevado de 1,8 salário mínimo de referência para seis. O movimento paredista foi deflagrado ontem mesmo, com a adesão da maioria dos 500 professores contratados pela prefeitura. A partir de segunda-feira, os professores paralisam suas atividades por tempo indeterminado.

Durante as negociações efetuadas semana passada, quando uma comissão apresentou as reivindicações da categoria, o prefeito Antônio Romero Filho reuniu seu secretariado para apurar as condições financeiras da prefeitura e estabelecer um reajuste viável. Romero propôs pagar dois salários mínimos em agosto e 2,4 a partir de setembro, mas os professores acharam muito pouco, exigindo pelo menos três salários.

A greve vai atingir também a rede estadual, que já está sofrendo as conseqüências da paralisação dos professores estaduais. Os professores conveniados (cerca de 200) dão aulas na rede estadual e a maioria aderiu à greve. Pelo menos por enquanto não há nenhuma possibilidade de entendimento entre o professorado e a prefeitura. *(O Estado do Paraná/PR, 20/08/88)*

505
Associação de Pais na briga da greve

A partir desta segunda-feira, as Associações de Pais e Mestres vão entrar para valer na "briga" da greve dos professores da rede estadual de ensino, que já dura 15 dias. Esse é o componente novo que deverá influir nos rumos do movimento. A decisão de pressionar o governo foi tomada em assembléia realizada na última sexta-feira, à noite, no Instituto de Educação do Paraná. Estiveram presentes mais de duzentos representantes de APMs das escolas públicas de Curitiba e Região Metropolitana. A assembléia decidiu ainda dar apoio total aos professores.

"Não queremos nos envolver com a questão salarial dos professores, mas vamos exigir que o governo os chame para negociar", explicou Edílson Silva, coordenador da comissão de APMs do Paraná, formada na assembléia de sexta-feira. Ele disse que os pais estão muito preocupados com a greve e com a situação da educação no país, "que nunca foi prioridade de nenhum governo".

A partir de amanhã, a comissão de APMs vai tentar uma audiência com o governador Álvaro Dias. Porém, se não for obtido êxito, já está marcada uma passeata dos pais, na próxima quarta-feira, dia 24, com a saída prevista para as 15 horas, da Praça Rui Barbosa, em direção ao Palácio Iguaçu. "A nossa comissão não tem nenhum envolvimento político ou partidário. O que nos interessa é que a greve termine. Mas queremos que os professores retornem às salas de aula satisfeitos e não humilhados, pois isso prejudicaria nossos filhos", declarou Edilson Silva.

A comissão das APMs espera trazer a Curitiba pais de todo estado na quarta-feira para o ato público em favor do fim da greve. Desde que os professores ocuparam a Assembléia Legislativa do Paraná, na terça-feira, dia 16, os deputados permanecem ausentes em sua maioria. Preocupada com essa situação, a Associação dos Professores do Paraná (APP), está encaminhando ofícios aos parlamentares solicitando que compareçam à Assembléia Legislativa, a partir de segunda-feira, para que os professores possam discutir suas reivindicações.

Enquanto aguardam a volta dos parlamentares, a APP e a comissão de greve procuram manter o entusiasmo dos "acampados". Mais de trezentos professores mantêm uma vigília permanente na Assembléia, pernoitando nas galerias. O objetivo do movimento é sensibilizar o governo para o diálogo. Para ocupar o tempo, os professores assistem filmes pedagógicos e outros programas através de um televisor e um videocassete emprestado por um parlamentar. *(Gazeta do Povo/PR, 21/08/88)*

506
Ocupado o NRE em Londrina

Em Londrina, os professores estão acampados desde ontem na sede do Núcleo Regional da Educação. A ocupação ocorreu por volta das 10h15min, depois de ser realizada uma passeata de protesto da qual participaram mais de 300 pessoas. Apesar da surpresa de alguns dos funcionários, não houve tumulto durante a ocupação.

Ainda pela manhã, a comissão que representa os grevistas se reuniu com a chefe do NRE, Adi Tamarosi, para explicar as razões da ocupação. Eles pediam apoio do núcleo no sentido de buscar, junto ao governo do estado, abertura para negociação.

Durante o dia era grande o volume de pessoas concentradas no auditório e corredores do núcleo. Em esquemas de revezamento, os professores alternavam a permanência no local, evitando assim a aglomeração. No final da tarde, eles receberam a visita do prefeito Wilson Moreira que alegou ter ficado a par da ocupação somente por volta das 15 horas. Em rápida conversa que manteve com os professores, Moreira fez apelo para que o acampamento fosse suspenso.

Ele justificou seu pedido afirmando que tentará discutir a greve na audiência que terá amanhã com o governador Álvaro Dias, para tratar de assuntos de interesse do município. "Desta forma, me sentiria mais fortalecido se a ocupação fosse suspensa", ponderou o prefeito. Apesar dos apelos, os professores permaneceram irredutíveis quanto à idéia de suspender o acampamento, mas se comprometeram a analisar a proposta de Wilson Moreira ainda hoje pela manhã, durante nova assembléia. *(Folha de Londrina/PR, 23/08/88)*

507
E a Assembléia dedica sua sessão aos professores

Com as galerias lotadas de professores em greve, a Assembléia Legislativa teve a sua primeira sessão em quase uma semana, e toda ela dedicada a debates sobre o movimento grevista. Deputados de vários partidos usaram a tribuna para defender a necessidade de diálogo entre professores e o governo do estado.

O líder do governo, deputado Artagão de Mattos Leão, ponderou que Álvaro Dias "está aberto ao diálogo, desde que os professores aceitem voltar ao trabalho". Como os professores querem conversar antes, o impasse continua, com um grande número de grevistas acampados nas dependências do Palácio 19 de Dezembro. *(O Estado do Paraná/PR, 23/08/88)*

508
Magistério e APMs ameaçam panelaço no Centro Cívico

Um grupo de aproximadamente três mil pais e professores da rede estadual de ensino realizaram na tarde de ontem passeata de protesto contra a posição tomada pelo governo estadual em relação à greve do magistério, exigindo ainda a imediata abertura de negociações para assegurar o breve retorno às aulas. A passeata, organizada por uma comissão de APMs de várias escolas do estado, teve início na Praça Rui Barbosa e seguiu pelas ruas centrais até o Palácio Iguaçu, que estava protegido por forte esquema de segurança da PM.

Os manifestantes foram saudados em frente à Assembléia Legislativa pelos professores ali "acampados" que, de dentro do prédio, agradeciam o apoio e pediam "negociação já". Uma comissão de pais, com o intermédio dos deputados Rafael Greca, Algaci Túlio e Pedro Tonelli, tentou ser recebida pelo governador Álvaro Dias — presente no Palácio Iguaçu — sem sucesso.

Os pais ficaram revoltados com mais uma recusa do governador em recebê-los. Para tentar uma mediação, o assessor do governo para assuntos de educação, Teófilo Bacha, levou aos pais a alternativa de serem recebidos pelo chefe da Casa Civil, Acir Breda, o que foi imediatamente recusado pela comissão. *(Jornal do Estado/PR, 25/08/88)*

509
Professores vão para a TV fazer mídia do movimento

Os professores da rede estadual de ensino, em greve há 21 dias, já se preparam para responder às propagandas do governo contra o movimento, pelos mesmos meios. Como a mídia de televisão é cara, eles abriram uma conta a título de fundo de greve, que já conta com cerca de Cz$ 100.000,00 de doações de várias entidades e até de deputados. *(Jornal do Estado/PR, 25/8/88)*

510
Professor vai manter ocupação

Os professores que ocupam as galerias da Assembléia Legislativa estão dispostos a permanecer por tempo indeterminado em seu local de "acampamento", mesmo depois de terem seu pedido de *habeas corpus* negado pelo juiz da 1ª Vara Criminal, Pedro Saad. O juiz, em sua decisão, considerou "abuso de direito" a permanência dos grevistas na Assembléia, fora de seu horário de funcionamento, e afirmou não haver nenhum "elemento probatório" da intenção, por parte das autoridades, de despejar os manifestantes.

As pressões para que os professores se retirem, porém, aumentam a cada instante. Desde a noite de quarta-feira, as luzes e a água das galerias e de seus banheiros estão desligadas. Aqueles que saem do "acampamento" são impedidos de voltar, enquanto os que passam a noite no local são perturbados pelos seguranças que gritam e tocam as campainhas do plenário. *(O Estado do Paraná/PR, 26/8/88)*

511
Atenção Srs. Pais

Os pais de alunos das escolas públicas estaduais do Paraná, representados pela comissão de coordenação das APMs, vêm a público manifestar o que se segue:

— que o maior objetivo da passeata realizada dia 24/08/88 foi exigir do governador a abertura do diálogo já, e mais uma vez o sr. Álvaro Dias se negou a conversar com o povo;

— que esta passeata também evidenciou a preocupação com a "qualidade de ensino" que deve merecer mais investimentos;

— que o atendimento das justas reivindicações salariais dos professores é apenas um dos fatores que contribuirão para a melhoria da qualidade de ensino;

— que os pais desaprovam o uso da repressão, quer seja na ameaça que o governo tem feito de demissões, quer pela distorção da verdade dos fatos;

— que é preciso que a população vá até a assembléia para testemunhar os fatos que lá ocorrem;

que os pais não aceitarão a substituição dos mestres de seus filhos por entenderem que ela trará prejuízos irreparáveis ao aproveitamento escolar;

— que, se necessário for, voltaremos às ruas triplicando nossa passeata em número de componentes, quantas vezes se fizerem necessárias.

Coordenação das APMs. *(A Gazeta do Povo/PR, 29/8/88)*

512
Luta no Centro Cívico

Os atos de violência registrados na tarde de ontem no Centro Cívico, em frente ao Palácio Iguaçu e à Assembléia Legislativa, evidenciam quão frágil é a democracia brasileira.

Cavalarianos e soldados da Polícia Militar — ainda não se sabe a pedido de quem — foram lançados contra a multidão de indefesos professores em passeata que entoavam inofensivas músicas, como "PMDB, PMDB, onde está você?". Evidentemente essas cinco palavras não poderiam, pelo seu conteúdo, motivar a brutal repressão aos professores. Jamais, na história da vida curitibana, foi presenciada tamanha violência. Nem nos dias da ditadura militar iniciada em 1964. Nem na *guerra do pente*, nem tampouco nos episódios do Centro Politécnico, quando em 1968, no auge do regime militar ditatorial, a Polícia Militar foi enviada para dispersar os estudantes em manifestações contra a ditadura em escaramuças que duraram vários dias. Por estranha coincidência, muitos dos líderes daquele movimento que sofreram a investida dos policiais-militares são hoje detentores de destacados cargos na administração pública e exercem liderança político-partidária nas fileiras do partido governista.

As cenas apresentadas pelos canais de televisão empenhados na realização de jornalismo informativo, sem submissão a interesses político-partidários, mostraram em toda a sua extensão a brutalidade da ação determinada contra os professores. Enquanto o governo em todos os níveis não reduz o déficit público e a inflação, as lutas salariais continuarão existindo. E a violência contra essas manifestações não contribui para uma solução. Apenas agrava a situação social. Com os acontecimentos de ontem em frente ao Palácio Iguaçu e à Assembléia Legislativa, a Nova República igualou-se, da pior forma, com a ditadura mi-

litar, agrediu os cidadãos que deve proteger e desserviu à democracia. *(Jornal do Estado/PR, 31/8/88)*

513
Polícia Militar reprime manifestação de professor

A manifestação realizada ontem em Curitiba por mais de cinco mil professores estaduais foi energicamente reprimida por cerca de 400 policiais do Batalhão de Choque da PM, deixando um saldo de mais de uma dezena de professores detidos, sete pessoas gravemente feridas e dezenas de machucadas em decorrência do uso dos cassetetes e dos efeitos das bombas de gás lacrimogêneo, utilizadas para dispersar os manifestantes que pretendiam montar acampamento na praça em frente ao prédio da Assembléia Legislativa.

Tudo começou quando a passeata, que saiu da praça Rui Barbosa e percorreu todo o centro da cidade em direção ao Palácio Iguaçu, chegou à praça Nossa Senhora da Salete, localizada em frente à Assembléia Legislativa. Os policiais formaram um cordão de isolamento para não permitir a passagem dos manifestantes e do caminhão de som, mas os professores protestaram. A polícia montada, com mais de 13 cavalos, avançou sobre os manifestantes, enquanto policiais cercavam o carro de som da APP, atingindo com uma bomba de gás lacrimogêneo o motorista da entidade, Arnoldo Vicente, que foi arrancado com força do veículo junto com outros funcionários da APP. O caminhão de som do Sindicato dos Bancários, alugado para a passeata, foi completamente danificado pelos policiais.

As agressões com cassetetes começaram novamente depois que os professores tentaram montar um acampamento em frente à Assembléia. Isolados através de um cordão, os professores conseguiram armar cerca de dez barracas, mas o Batalhão de Choque invadiu a área isolada e desmontou com violência todas as barracas, ao mesmo tempo em que tentava dispersar as pessoas com gás lacrimogêneo. Mas os professores resistiram à ação policial e, no meio do tumulto, várias pessoas foram presas, entre elas o professor Antônio, do Colégio Loureiro Fernandes, e Arlindo Ribeiro Gomes, pai de oito filhos, que participava da passeata e foi preso por estar apartando uma briga.

No final da tarde, enquanto os professores entoavam o Hino Nacional, quatro bombas de efeito moral explodiram e feriram dezenas de pessoas, como a professora Ana Maria Carvalho, de Foz do Iguaçu, que sofreu queimaduras graves nas pernas e teve que ser hospitalizada. Os cassetetes da PM feriram gravemente também o deputado Algaci Tulio (PDT), que acompanhava, junto ao deputado Pedro Tonelli (PT), a manifestação dos professores.

Em meio aos gritos e tumultos que se seguiram ao estouro das bombas, a presidente da APP, Isolde Andreatta, comentou que "nunca um governo que se diz democrático teve coragem de jogar bombas em cima de professores", mas salientou que, a partir de agora, "os professores também saberão responder à vergonha que ocorreu hoje". *(Correio de Notícias/PR, 31/08/88)*

514
Justiça determina desocupação da Assembléia por professores

O plenário da Assembléia Legislativa do Paraná está novamente silencioso. Ontem, os mais de cem professores que ocuparam as galerias e as tribunas de honra por quinze dias deixaram o prédio, exatamente às 19h30min, entoando a música de Geraldo Vandré, "Prá não dizer que não falei das flores". A saída dos professores foi decorrência do mandado 12.951, expedido pelo juiz Leônidas Silva Filho, da 4ª Vara da Fazenda Pública.

Do lado de fora dos portões, quase uma centena de professores, que estão em greve há vinte e seis dias, aguardavam a saída com velas acesas na mão em sinal de luto pelos acontecimentos do dia anterior. Anibal Khoury, (PMDB), 1º secretário da Assembléia Legislativa, acompanhou os professores até os portões, ao lado dos parlamentares oposicionistas, enquanto os pertences dos professores eram retirados. *(Jornal do Estado/PR, 01/09/88)*

515
Vídeo sobre a violência

O Colégio Santa Maria, pertencente à Congregação Marista, mostrou ontem pela manhã aos seus alunos em Curitiba aproximadamente 15 minutos de um vídeo produzido por amadores durante a passeata dos professores, na terça-feira, intencionando "mostrar a verdade dos fatos".

Logo após o almoço, diversos telefonemas de assessores do governo estadual pediam explicações pela atitude junto à diretoria da instituição. "Não quisemos atacar o governo", defendeu o diretor pedagógico Adalberto Garcia, que justificou a apresentação do vídeo como sendo a pedido de alguns professores do colégio.

Muitos deputados estaduais mantêm seus filhos estudando no Colégio Santa Maria, uma escola particular reconhecida pela qualidade de ensino que oferece. "Isso parece lavagem cerebral", acusava um membro do governo estadual. "Em momento algum os alunos foram dirigidos", esclareceu o diretor. Alguns entrevistados, do 1º grau, disseram que a única instrução era que cada um tirasse sua conclusão e procurasse conversar sobre o assunto com seus colegas e seus pais. Leonardo, de 13 anos, acha que o vídeo estava "confuso", mas lembra-se de ter visto um professor ser atingido por um soldado na cabeça. "Isso eu vi, ninguém precisa nos dizer estas coisas", alegou o estudante. *(Folha de Londrina/PR, 01/09/88)*

516
Lições de repressão

A nova Constituição ainda não entrou em vigor, mas se pode prever que entre o direito de greve aprovado pelos constituintes e a sua aplicação haverá, como sempre, uma pedra no meio do caminho. O exemplo mais recente deu-se na última terça-feira, dia 30, em Curitiba. Cerca de 260 policiais militares armados de cassetetes, *sprays* de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral investiram contra uma pacífica passeata de professores que cumpriam sua terceira semana de greve. Vinte e seis manifestantes ficaram feridos. Uma pedra que apenas o secretário de segu-

rança do Paraná, Antonio Lopes de Noronha, viu ser arremessada contra um policial seria a justificativa oficial para a repressão.

Engrossada por pais e alunos, a manifestação dos professores paranaenses, que carregam a pedra verdadeira de um piso salarial de Cz$ 31.392,00, chegou a reunir aproximadamente quatro mil pessoas. A 110 metros do Palácio Iguaçu, os policiais impediram que os carros de som continuassem à frente. Quebraram o vidro de um dos carros, agrediram os professores. Finalmente, a polícia montada jogou seus cavalos contra a multidão. Mesmo assim, os manifestantes conseguiram chegar a uma praça próxima à Assembléia. Lá, começaram a armar barracas. A polícia entrou novamente em ação: destruiu as barracas e dispersou a concentração com gás e bombas.

Além de confirmar que pedradas invisíveis ainda sedimentam versões oficiais para uma descabida repressão, o conflito em Curitiba revelou que o governador paranaense Álvaro Dias anda pouco afinado com seus assessores e secretários. Enquanto a polícia agia, o secretário de comunicação, Fábio Campana, informava que o governador viajara para Florianópolis. Pouco depois, o secretário da educação, Belmiro Castor, declarava que estivera reunido com o governador no Palácio Iguaçu para tratar da demissão de 80 professores. O secretário Noronha resolveu, então, dar uma entrevista explicando que a polícia "agiu de forma branda, sem excesso". Neste momento, a entrevista foi interrompida pelas explosões de bombas de efeito moral.

Na quarta-feira, dia 31, Noronha decidiu recorrer à teoria da pedrada e tirar do governo as responsabilidades pela ação policial. Segundo ele, a polícia "não teve autorização oficial para atirar bombas de efeito moral" nem estava autorizada a usar *sprays* de gás lacrimogêneo. Álvaro Dias preferiu, porém, seguir outro caminho. Ao mesmo tempo, conseguiu negar que tivesse havido repressão e justificá-la como uma forma de a polícia cumprir o seu dever de proteger o patrimônio público. "Assisti a imagens da televisão e não vi ato violento da polícia", declarou o governador. "Foram eles, os professores, que partiram para a agressão". Quanto à proteção do patrimônio público, torna-se difícil saber como Álvaro Dias vê em carros de som a possibilidade de ameaça a tal patrimônio.

Difícil, também, descobrir o que o governador do Paraná julga ser repressão. Entre os feridos, Silvia Prass, 38 anos, está com queimaduras nos dois olhos e intoxicação nas vias respiratórias. Ana Maria Carvalho da Costa, 27 anos, teve a perna queimada. Em estado mais grave ficou a professora Delci Fritz, 29 anos, internada na terça-feira. Ela precisou ser submetida a uma cirurgia para a retirada de estilhaços de bombas de efeito moral em suas pernas. Delci sofreu os ferimentos quando tentava salvar uma criança, assustada ao ver perto de si duas bombas lançadas pelos policiais.

A julgar pelas declarações de Álvaro Dias, no entanto, a professora Delci deve ter-se ferido sozinha — ou então, o governador desconhece os efeitos das armas que põe nas mãos de sua própria polícia. "As bombas não poderiam machucar ninguém", declarou o governador. "Elas serviam apenas para que os policiais se defendessem. Só faziam barulho." Mais uma vez, Álvaro Dias e o secretário de segurança, Noronha não se encontraram em suas opiniões. Segundo Noronha, as bombas de efeito moral são construídas em plástico e, de fato, soltam estilhaços no momento em que explodem causando ferimentos em quem estiver perto delas. Entre os feridos que passaram pelo IML de Curitiba para atestar a violência que sofreram, só não se tem notícia de nenhum policial atingido por pedrada — talvez porque pedras invisíveis não machuquem ninguém. *(IstoÉ Senhor, 07/09/88)*

517
Governo já admite diálogo com grevistas

O secretário da educação, Belmiro Valverde, endereçou ontem, carta à presidente da Associação dos Professores do Paraná, Isolde Andreatta, expressando disposição do governo do estado, já manifestada publicamente, para que se estabeleça o diálogo entre as partes. Na carta, é lembrado que os efeitos da paralisação parcial da rede escolar paranaense são progressivamente mais severos e tendem a criar situações de danos irreversíveis tanto para a comunidade quanto para o professorado e sua associação. *(Tribuna da Cidade/PR, 13/09/88)*

518
Manifestação pelo diálogo

Os professores em greve do Núcleo da APP de Umuarama recepcionaram o governador Álvaro Dias vestidos de preto e portando faixas, no sábado à noite, em Pérola e Umuarama. Os professores pediam negociações e diálogo para o final da greve. Em Pérola, eles vaiaram o deputado federal Hélio Duque, que os havia criticado e receberam reações por parte do público, que apoiou o deputado. Alegando a existência de violência, o grupo retirou-se do local. O governador aproveitou para voltar a afirmar que a greve atinge apenas uma minoria e que o governo não cederá a "pressões de grupos isolados".

A mesma cena repetiu-se em Umuarama, durante o lançamento do Mercadão Popular, o que deixou Álvaro Dias bastante irritado. Seu discurso sobre a greve arrancou aplausos da platéia. *(O Estado do Paraná/PR, 20/09/88)*

519
Professores decidem findar movimento

Em assembléia estadual da categoria realizada ontem, em Maringá, os professores da rede estadual de ensino, em greve desde o dia 5 de agosto, decidiram retornar ao trabalho a partir desta quinta-feira. Hoje, serão realizadas assembléia regionais nos 24 núcleos da Associação dos Professores do Paraná (APP), para uma avaliação final do movimento e transmissão das deliberações da assembléia estadual de Maringá. Foram precisas mais de cinco horas para que os cerca de três mil professores reunidos no Cine Horizonte discutissem e aprovassem a proposta de suspensão do movimento grevista.

Entretanto, junto com a decisão de retornar às salas de aula, os professores enumeraram uma série de exigências que serão apresentadas ao governo tão logo as negociações sejam iniciadas. Entre os pontos que a categoria exige que sejam incluídos na pauta de

negociação, constam os seguintes: não punição aos grevistas; readmissão dos demitidos e anulação de todas as medidas punitivas adotadas em função da greve; não desconto dos dias parados; anulação da resolução que cancelou a consignação da APP (Código 5-MD), através da qual eram feitos os descontos das mensalidades dos sócios em folha de pagamento e a questão salarial.

O primeiro ponto que a APP pretende negociar com o governo é a revogação das demissões dos professores celetistas e do edital de convocação dos professores efetivos por "abandono de emprego". Na assembléia de ontem, a categoria decidiu ainda conceder um prazo até o dia 15 de outubro para que o governo responda às principais reivindicações que serão apresentadas na mesa de negociação. Nova assembléia estadual será realizada dia 15 de outubro para que a categoria possa avaliar os resultados das negociações que serão desenvolvidas até lá.

O desgaste provocado pelo movimento grevista, que durou 45 dias, atingiu ambas as partes envolvidas diretamente, de um lado os professores e a APP e de outro lado o governo. Essa avaliação foi feita por Belmiro Valverde, para quem nessa guerra "todos perderam". Contudo, ele garantiu que a partir de agora vai se empenhar para que os pais e alunos não sejam os maiores prejudicados pela greve. *(Gazeta do Povo/PR, 21/09/88)*

520
Greve durou 47 dias e não conseguiu nada

Os alunos da rede estadual de ensino ficaram 47 dias sem aulas. Mas com o término da greve dos professores, hoje a rotina escolar será retomada. Durante a paralisação os professores realizaram incontáveis reuniões, dezenas de assembléias e passeatas, tomaram o Núcleo Regional de Ensino em Londrina e invadiram a Assembléia Legislativa em Curitiba. E foram até agredidos com cassetetes e bombas de gás lacrimogênio pela polícia em frente ao Palácio Iguaçu.

Mas nada disso fez o governo do estado retroceder na sua posição de não negociar com os professores enquanto a greve continuasse. Mais que isso, apelou para os pais enviarem seus filhos às escolas e divulgou uma lista com 600 demitidos. Diante da ofensiva do governo os professores decidiram em assembléia geral extraordinária em Maringá voltar ao trabalho, apenas com a promessa do governador Álvaro Dias de abrir negociação, mas absolutamente sem nenhuma conquista salarial concreta, o que motivara a deflagração da greve. *(Tribuna da Cidade/PR, 22/09/88)*

Rio Grande do Sul

521
Professores gaúchos entram na justiça do Rio contra TV Globo

O Centro de Professores do Rio Grande do Sul (Cpers) ingressou ontem na justiça do Rio de Janeiro, com processo contra a Televisão Globo, exigindo o direito de resposta para contestar uma série de acusações, que considera infundadas, contra o magistério gaúcho, divulgadas num programa Globo Repórter sobre irregularidades do funcionalismo em todo o país. O Cpers exige o mesmo tempo (cerca de 4 min), horário e programa, para dar os números verdadeiros.

A informação foi dada ontem pela professora Solange Faria, coordenadora do Departamento Jurídico do Cpers — maior entidade brasileira do gênero, com mais de 70 mil associados. O Centro tentou primeiro um acordo amigável, mas não conseguiu, por isso decidiu ingressar com a ação, através da advogada Ana Lúcia Lopes.

No programa Globo Repórter foi mostrada uma das delegacias de ensino parcialmente vazia e se divulgaram vários números que o Cpers contesta com base no recente levantamento do censo do magistério. Segundo a reportagem, o estado pagaria 76 mil professoras (são mais de 83 mil) e 36 mil acumulariam cargos ilegalmente. A professora Solange explica que "na verdade são 18.736 professores que acumulam cargos, mas não de forma ilegal, uma vez que é permitido, por exemplo, professoras contratadas para trabalhar 20 horas semanais fazerem novos concursos para trabalhar mais 20 horas".

Outro dado que o Cpers quer divulgar, no tempo que pretende obter judicialmente no mesmo Globo Repórter, contesta informação anterior de que existiriam 20 mil professores fantasmas.

"O censo mostrou 3.138 irregularidades, que ainda serão levantadas, e desses casos apenas 205 professores não comprovaram onde estão trabalhando. Outra afirmação errada é de que só 19 mil professores dariam aulas no estado, quando o censo mostrou que são mais de 56 mil, sem falar em inúmeros outros que exercem tarefas ligadas ao ensino, como nas bibliotecas", disse Solange Faria.

Na semana passada, após o pedido do Cpers, a TV Globo ofereceu um tempo de 45 segundos no Jornal Nacional para que os professores divulgassem suas reivindicações. A oferta foi rejeitada e ontem a entidade ingressou com a ação no foro do Rio de Janeiro. No sábado último apareceu uma reportagem de 45 segundos com o presidente da entidade, Paulo Egon, explicando as motivações da greve, mas a matéria não foi aceita pelo Cpers como a resposta às suas acusações. *(Jornal do Brasil/RJ, 05/05/87)*

522
Professores decidem por greve geral

Reunidos em assembléia geral no Gigante da Beira Rio, mais de 25 mil professores da rede pública estadual levantaram os dois braços, no dia 10 de abril, dizendo sim à greve geral por tempo indeterminado em repúdio ao descumprimento da lei 8.026 que assegurava o vencimento básico de 2,5 salários mínimos para toda a categoria.

A proposta do governador Pedro Simon, que havia sido encaminhada ao Cpers dois dias antes e que oferecia um aumento uniforme de 20% aos educadores e mais uma parcela autônoma de Cz$ 1.250,00, não só foi rejeitada como também mereceu uma estrondosa vaia do plenário. Ela foi considerada divisionista pelos educadores, uma vez que excluía os inativos, não respeitava o plano de carreira, além de fechar os olhos para a lei 8.026 aprovada em 85 por todos os partidos políticos da Assembléia Legislativa. Os pronunciamentos, que tiveram um tom de protesto, não pouparam críticas ao

governador do estado, ao secretário da fazenda, César Schirmer (acusado de mentir para o povo) e, ainda, ao secretário da educação, Bernardo de Souza, pelo descaso em relação aos educadores.

Foram apresentadas duas propostas à plenária, uma que defendia de imediato greve geral por tempo indeterminado e a outra, preferindo dar um prazo ao governador, que recém havia assumido o comando do estado, propunha prazos de 10 a 30 dias para então decidir pela greve.

Nesse mesmo dia, após deflagrada a greve, o presidente do Cpers, Paulo Egon Wiederkehr endereçou um ofício ao governador comunicando as deliberações da assembléia, que também aprovou a não recuperação das aulas durante o período em que se mantivesse paralisada. *(Magister/RS, ago/set/87)*

523
O grande protesto tumultua Porto Alegre

Aproximadamente cem mil pessoas participaram ontem à tarde, em Porto Alegre, de uma manifestação de protesto contra o governo do estado, organizada pela Associação dos Círculos de Pais e Mestres (ACPM), para apoiar a greve dos 89 mil professores da rede pública, parados há quase quatro semanas. O cálculo dos participantes do ato — quase 30 mil veículos passaram buzinando em frente do Palácio Piratini durante mais de duas horas — foi feito pelo presidente da ACPM, Jocelim Azambuja, que não escondia sua irritação com a violência dos mais de 500 policiais da Brigada Militar contra os manifestantes. Tentanto conter os participantes do ato — cerca de cinco mil passaram toda a tarde em frente ao Piratini — , os policiais da Brigada empurraram muitas pessoas, chegando a machucar o estômago do estudante Juliano Costa, de 11 anos, além de vários outros incidentes, um dos quais com o presidente do Centro dos Professores, Paulo Egon Wiederkehr, chamado de "safado" e "sem-vergonha" por um soldado.

No final do protesto, a diretoria da ACPM teve audiência com o governador em exercício, Synval Guazzelli, solicitando o cumprimento da lei 8.026, que garante aos professores do nível básico o piso de 2,5 salários mínimos, enquanto, agora, o governo oferece piso de Cz$ 3.420,00, sustando a vigência da lei por dois anos. Azambuja, acompanhado de toda a diretoria da ACPM e de suas duas filhas, Etiene e Eliane (representando os 1,1 milhão de alunos da rede pública), pediu, também, medidas saneadoras na estrutura da Secretaria da Educação, especialmente com a eliminação da folha do magistério dos sete mil cedidos com ônus a outros órgãos e uma análise mais criteriosa das funções gratificadas, o que daria, segundo ele, para reduzir em 20 mil o número de professores. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/05/87)*

524
Pais de alunos ocupam salas de aulas no RS

Em assembléia geral, os pais dos 300 alunos do turno da noite (6ª, 7ª e 8ª séries do 2º grau) do Colégio Visconde de São Leopoldo, no município de São Leopoldo, decidiram ocupar os lugares dos filhos nas salas de aula, comparecendo todas as noites no horário escolar. É um protesto inusitado contra a greve do magistério e exigindo que o governo encontre uma solução sobre a paralisação das professoras, que já atinge 89 dias, na mais longa greve da história do Rio Grande do Sul. *(Diário do Grande ABC/SP, 10/07/87)*

525
Organização do magistério

"Avante professores, de pé", foi o hino que ressoou nas praças e ruas do Rio Grande do Sul durante os 96 dias de greve do magistério público estadual, ao lado da palavra de ordem "cumpra a lei, governador". Quando os 25 mil educadores ergueram os dois braços no dia 10 de abril, no Gigante da Beira Rio, dizendo sim à greve geral por tempo indeterminado, não imaginavam que o movimento paredista ultrapassaria três meses. Estava deflagrada então a quinta greve da categoria em apenas oito anos.

Movimento — Criatividade e bom humor por parte dos professores foi o que não faltou durante os três meses de greve; logo surgiram as figuras do movimento — os marajás, os professores fantasmas, os palhaços e as viúvas da democracia que, de forma satírica ironizavam a atuação de um governador que se dizia democrático e que assumiu a chefia do estado com o propósito de "recuperar o Rio Grande".

Por outro lado, Pedro Simon, além de não cumprir a lei, entupiu os canais de diálogo dificultando e protelando a solução que todos clamavam. Durante toda a greve ele se sentou à mesa com o comando geral de greve apenas três vezes. Na primeira quinzena do movimento, Simon nomeou uma comissão dita de "alto nível" integrada por cinco secretários estaduais que teve como objetivo fazer o meio de campo com as lideranças grevistas. No entanto, o encontro só aconteceu uma vez e tudo permaneceu na estaca zero, pois a comissão não apontou propostas concretas para a categoria.

A surpresa, no entanto, não foi a duração do movimento, mas sim o descaso com que os professores foram tratados diante da face sisuda do governador, que sempre se mostrou intransigente, usando a força do poder estadual e ameaças como tentativa para desestruturar a organização dos grevistas.

Foi preciso a intervenção da Frente Ampla de Apoio ao Magistério para reabrir o diálogo que sempre esteve emperrado e acertar novas rodadas de conversações. As bancadas de oposição e a do próprio governo, com base na Assembléia Legislativa, também tentaram várias vezes colocar ambas as partes frente-a-frente. A Igreja, por sua vez, articulou uma aproximação e mais de 600 entidades classistas assinaram manifesto de apoio aos grevistas, além do engajamento da ACPM em prol das reivindicações do professorado. Mas o governador se manteve no pedestal.

Em contrapartida, o magistério desmascarou não só a forma arbitrária como foi tratado pelo poder executivo, como também desvelou a verdadeira face da Nova República que optou por uma política antidemocrática, recessiva e de arrocho salarial. *(Magister/RS, ago/set/87)*

526
Luz nas trevas: uma das mais bonitas passeatas

Carregando velas, lamparinas, candelabros e lampiões confeccionados com papel celofane colorido, os professores realizaram no dia 29 de maio uma das mais bonitas passeatas da greve — a *Luz nas Trevas*, que teve como objetivo iluminar o governador para que encontrasse uma saída para o impasse com o magistério.

Ao se pronunciar no palanque improvisado em frente à sede do governo, o presidente do Cpers, Paulo Egon informou à multidão que durante o dia havia estado em Capão da Canoa participando de uma reunião de prefeitos do interior que tratou sobre a situação do magistério destacando, contudo, que os chefes dos executivos municipais estavam solidários à causa dos professores. *(Magister/RS, ago/set/87)*

527
Atitude do governador foi rechaçada pela sociedade

Enquanto o governador Pedro Simon se encontrava, na segunda-feira, dia 7, comodamente sentado em suas poltronas no Palácio Piratini, a Praça da Matriz vivia um verdadeiro palco de guerra. Tudo iniciou com uma simples manifestação pacífica de professores e servidores que assistiam o presidente do Cpers, Delmar Steffen, a vice-presidente Marli A. de Araújo, entre outros educadores rasgarem a ficha de filiação ao PMDB usando de seus direitos de cidadania de se desfiliar do partido político que não corresponde mais a sua identificação ideológica. O fato, de caráter eminentemente pessoal, isolado do Cpers, uma vez que o Centro, como toda e qualquer entidade sindical, não possui coloração partidária, de acordo com o artigo 1º de seus estatutos, alcançou proporções gigantescas de repercussão nacional, culminando com o visível atrito entre os poderes legislativo e executivo, bem como com a absoluta indignação e revolta da comunidade rio-grandense.

Seguindo a ordem de evacuar a praça, a Brigada Militar usou de um potente aparato policial, com polícia de choque, gás lacrimogênio, cães amestrados, reunindo um efetivo de 400 homens contra os professores, servidores, jornalistas e até mesmo deputados, enquanto a cavalaria aguardava as ordens para o ataque no Parque da Harmonia.

As cenas da segunda-feira foram mais fortes e violentas do que as do tempo da ditadura militar, provocando surpresa, indignação e revolta entre os manifestantes. Numa atitude inédita, a polícia de choque da Brigada Militar invadiu a Assembléia Legislativa, quebrando vidros e atiçando cachorros contra professores, servidores, deputados e funcionários. O jornalista Alfredo Daudt, que cobria a manifestação pelo Jornal do Comércio, acabou sendo preso. Atitude que recebeu o repúdio total da entidade.

O Cpers publicou nota oficial em todos os jornais locais, na segunda e na quarta-feira, rechaçando as ordens do governador e a Assembléia Legislativa demonstrou sua insatisfação com Simon usando os mesmos meios que o Cpers, além do boletim de repúdio distribuído pelo Sindicato dos Jornalistas, entre outros. Apesar de tudo isso, os professores não estão intimidados e prometem voltar à Praça sempre que necessário para reivindicar seus direitos. É preciso somar forças, manter a organização e a união em torno de nossa entidade para evitar que tais acontecimentos se repitam justamente nesse momento em que todos clamam por mudanças com o objetivo de conquistar uma sociedade mais justa e igualitária. O Cpers está recebendo centenas de telefonemas e telegramas de apoio aos professores e repúdio às atitudes antidemocráticas de Simon. *(A Sineta/RS, dez/87)*

528
Professores fazem greve branca no Sul

Continua caótica a situação da rede estadual de ensino público no Rio Grande do Sul, com os professores fazendo uma espécie de greve branca, ou seja, indo às escolas, mas não dando aulas. A confusão é generalizada em 90% das 3.373 escolas estaduais públicas, porque o remanejamento feito pelo secretário da educação, Bernardo de Souza, na véspera do início das aulas, não forneceu sequer o endereço da nova escola a muitos dos 80 mil professores transferidos, enquanto outros tiveram trocada a disciplina que lecionavam. *(O Estado de S. Paulo/SP, 16/03/88)*

529
Demissões e baixos salários em Viamão

Os professores municipais de Viamão que vem enfrentando sérios problemas com o prefeito Tapir Rocha, do PDT, no que diz respeito ao atraso de pagamento, baixos salários, desrespeito à educação, perseguição e até demissões, realizaram uma assembléia geral no dia 8 de junho, após longo período de desmobilização, pois desde 1984 não se reuniam num fórum expressivo.

Além de denunciar a avalanche de demissões que corre solta no município, estes educadores que recebem de Cz$ 5.000,00 a Cz$ 12,300,00 rechaçam a atitude da Associação de Professores de Viamão (APV) que, por estar comprometida com a prefeitura, se limita a dizer que os cofres municipais estão vazios. *(Magister/RS, jun/88)*

530
Cpers refuta críticas de Simon

"Se na ditadura quem buscava reflexão, qualificação e direitos era chamado de subversivo, hoje é acusado de fazer política-partidária". Assim se pronunciou o presidente do Cpers, Delmar Steffen, revidando as declarações do governador Pedro Simon ao **RBS-Documento** apresentado pelo canal 12, na segunda-feira, dia 29 de agosto.

Irritado com as severas críticas que Simon dirigiu à estrutura do Cpers, Steffen argumentou que o prédio da entidade, construído com a contribuição de seus sócios, levou oito anos para ser edificado. Esta estrutura, explicou ele, poderia ser ampliada, no entanto o Centro dos Professores optou por investir na educação, na qualificação do quadro dos profissionais do ensino, através da realização de encontros, seminários, debates e congressos.

Como resultado destas reflexões, emergiram inúmeras experiências nas escolas públicas do Rio Grande do Sul que serviram de embriões para uma nova pedagogia, embora tal tarefa seja de competência da Secretaria da Educação. No entanto, repudiou Steffen, este

caminho que estava florescendo foi implodido pela portaria 1.815, chamada, pelo governador, de QPE-Especial.

Simon não quer reconhecer esta verdade, afirmou ele, recordando que a comissão paritária SEC/Cpers produziu, em 1986, alternativas sobre a participação do magistério no processo ensino-aprendizagem, do ponto de vista pedagógico, curricular e de objetivos. Documento editado num caderno de 20 páginas, com tiragem de 10 mil exemplares distribuídos para todo o estado.

"Este trabalho, o governador jogou na lata do lixo; contudo, o Cpers tem definido de forma clara seus propósitos educacionais para o estudo", completou.

Criticando o QPE Especial, Steffen afirmou que ele (o QPE) não poderia ser feito em conjunto, uma vez que as cartas já estavam marcadas, pois como falou Simon no **RBS-Documento**, "o governador sou eu", ou seja "ele é quem manda, quem decide".

Para Steffen, Simon tem que assumir o fracasso da implantação do QPE e se responsabilizar pelas conseqüências do tratamento de choque que admitiu usar contra a comunidade escolar. "O Cpers vai continuar defendendo e lutando por uma escola pública, gratuita e de boa qualidade", concluiu enfático. *(A Sineta/RS, set/88)*

531
Nova greve de professor

Rotina no Rio Grande do Sul: os professores estaduais estão em greve. As paralisações do magistério se tornaram constantes, especialmente no governo Pedro Simon, e em 1987 tiraram mais de 90 dias do calendário escolar. Este ano, os problemas pareciam menores, desde que o governo decidiu dar à categoria reajustes trimestrais pela inflação. Só que não há acordo que resista a 25% de inflação mensal e o magistério voltou a parar. Desta vez a paralisação é por três dias, enquanto a categoria discute as propostas do governo, de antecipar para outubro o próximo reajuste, que só viria em novembro. Os professores acham bom, mas dizem que isto não resolve a situação e que daqui a três meses vão estar novamente em situação de penúria. Eles querem reajustes mensais e mais 61% de reposição, para compensar as perdas com a inflação desde novembro de 1986. *(Correio Braziliense/DF, 18/10/88)*

532
Magistério gaúcho retorna às aulas

Após uma greve de nove dias, o magistério público estadual resolveu retornar às aulas hoje, aceitando a proposta do governo gaúcho em conceder 96% sobre os salários de setembro em duas parcelas a serem pagas em outubro e novembro. A decisão foi tomada, ontem, por 12 mil professores reunidos em assembléia geral no Ginásio Gigantinho, em Porto Alegre, que reafirmaram a intenção de continuarem mobilizados para as negociações com o governo.

O encerramento da greve marca também o final de uma semana conturbada na área da educação no Rio Grande do Sul, com o fechamento, desde o dia 19, de todas as três mil escolas estaduais, por determinação do governador Pedro Simon. O objetivo, segundo ele, era evitar conflitos nos estabelecimentos em função das divergências sobre a greve, embora, na opinião de dirigentes do Cpers, a intenção tenha sido a desmobilização da categoria. Com isso, Simon evitou a repetição de mais uma prolongada paralisação a exemplo da ocorrida em 1987, que durou 96 dias.

A proposta governamental, aceita pelos professores, implica também em reajustes mensais com base no IPC a partir de janeiro. Segundo o presidente do Cpers, Delmar Steffen, a categoria continuará em negociações com o governo estadual para obter reajustes mensais de salários, 15% de aumento real e mais 23,42% de reposição salarial, reivindicações não atendidas pelo governo. *(Diário do Grande ABC/SP, 26/10/88)*

533
Professores resolvem manter a greve

A maior assembléia do ano, que reuniu 17 mil professores no dia 19 de outubro, no Gigantinho, rejeitou os 70% oferecidos pelo governo decidindo permanecer em greve por tempo indeterminado e continuar as negociações tentando arrancar, via pressão, uma contraproposta melhor.

Conforme dados do Dieese, o reajuste oferecido pelo governo elevava o vencimento básico da categoria para Cz$ 44.477,00 em outubro, enquanto que segundo o sistema de trimestralidade baseado no IPC de 92% do trimestre, em novembro os vencimentos deveriam chegar a Cz$ 50.233,00. Os educadores firmaram pé defendendo suas reivindicações, 61,65% de reposição, 15% de ganho real e aumentos mensais.

O governo, por sua vez, tentando esvaziar o movimento, publicou nota nos jornais, no dia 20, declarando que acatava a decisão da assembléia geral e decidiu suspender as aulas nas escolas públicas, enquanto a paralisação fosse mantida. Dizia a nota: "O governo pretende evitar conflitos e acirramentos de ânimos ou provocações, garantindo com isso a plena normalidade".

O secretário da educação, Ruy Carlos Ostermann, desmarcou a audiência que aconteceria na noite do dia 20 alegando não ter contraproposta para apresentar. Outra reunião ficou definida para as 12h30min do dia seguinte. No entanto a nova proposta teve passos de tartaruga e só foi entregue pelo secretário ao comando geral de greve no dia 23 de outubro após ter dado um chá de banco nos líderes do movimento. Ele oferecia um reajuste de 96%, sendo 70% em outubro e 26% em dezembro, gratificação de unidocência, além das questões funcionais. *(Magister/RS, dez/88)*

Santa Catarina

534
Servidor público pára hoje em Santa Catarina

A maioria dos 73 mil funcionários da administração direta de Santa Catarina inicia hoje a primeira greve da categoria na história do estado. Os servidores, que só sentiram no bolso um disparo do gatilho, em janeiro, querem que o governo pague, imediatamente, os reajustes atrasados. Eles não aceitaram, em assembléia-geral ontem pela manhã, em Florianópolis, a proposta feita no sábado à noite através de cadeia de rádio e televisão, pelo governa-

dor Pedro Ivo: um abono de emergência de Cz$ 1.400,00, sem desconto da contribuição da previdência estadual e uma antecipação de 40% parcelada entre julho e setembro e compensada na data-base da categoria.

Os professsores, que representam cerca de 40 mil funcionários da administração direta, deverão acompanhar a greve, em sua grande maioria. A representante da classe, Ana Aquini, saiu da audiência de sexta-feira falando muito mal do governador. O governador e os funcionários trocaram palavras ríspidas. Pedro Ivo acha que os servidores estão sendo radicais e não compreendem a situação financeira do estado. Os servidores não aceitam a alegação de que o gatilho é inconstitucional e não se conformam com uma perda salarial que segundo eles, chegará a 90%, em julho. *(Jornal do Brasil/RJ, 21/05/87)*

535
Movimento cresce no interior catarinense

Escolas, postos de saúde e unidades administrativas da Centrais Elétricas de Santa Catariña (Celesc) garantiram ontem a manutenção da greve do funcionalismo catarinense, segundo levantamento efetuado pelo governo estadual. A mesma pesquisa indica, segundo informações obtidas ontem por este jornal junto à assessoria de divulgação do governo catarinense, que "diminuiu o número de grevistas", embora haja notícias — não confirmadas pelos assessores do governador Pedro Ivo Campos — de que o movimento ganhou força no interior, com a adesão de funcionários de postos de saúde e professores.

A pesquisa realizada pelo governo aponta que na Secretaria da Educação as faltas chegaram a 25% em alguns municípios, "mas a média é de 15%", informa o coordenador de imprensa da Secretaria de Comunicação Social do governo, Aldo Grengeiro. "As coordenadorias regionais de ensino informaram que a paralisação é quase total nas grandes escolas, mas praticamente não existe nas escolas menores", segundo o documento do governo. *(Beti Copetti, Gazeta Mercantil/SP 28/05/87)*

536
Grevistas sitiam Pedro Ivo no Palácio do Governo

O governador de Santa Catarina, Pedro Ivo Campos (PMDB), só conseguiu sair ontem do Palácio do Governo, para cumprir um compromisso em Brasília, com três horas de atraso. E assim mesmo porque 300 homens do Batalhão de Choque da Polícia Militar entraram em ação para dispersar 500 manifestantes que bloqueavam todos os acessos do prédio.

Pedro Ivo precisou enganar os manifestantes — funcionários públicos há 43 dias em greve — usando um automóvel comum no momento em que era maior o tumulto entre soldados e servidores. Os grevistas só se dispersaram meia hora depois, quando se convenceram de que o governador tinha rompido a barreira.

O magistério e o funcionalismo cobravam do governador uma posição quanto à contra-proposta que o comando do movimento apresentou na terça-feira passada para terminar com a greve que atinge a 80% dos 73 mil servidores do estado.

Os piquetes começaram a se formar a partir das 9 horas da manhã com o objetivo de impedir que o governador saísse às 11h30min para viajar para Brasília. Como Pedro Ivo não conseguia sair, ao meio-dia a segurança solicitou reforços ao Batalhão de Choque. A luta começou com a chegada da tropa que usou cassetetes para retirar os manifestantes dos acessos, arrastando-os para uma praça próxima. Mas os servidores corriam para o mesmo lugar assim que os soldados se afastavam.

O líder do PMDB na Assembléia Legislativa, deputado Iraí Zílio, só conseguiu sair do palácio depois que integrantes do comando da greve lhe deram proteção. E mesmo assim não escapou de ofensas e empurrões. O presidente da Federação dos Servidores Públicos, Antônio Battisti, chegou a pedir que o cerco fosse levantado porque o governador tinha concordado em conceder uma audiência ao comando de greve após seu retorno de Brasília. Mas os grevistas continuaram bloqueando as vias de acesso ao Palácio Santa Catarina, desafiando a polícia.

Pedro Ivo só furou o cerco por volta das 15h30min, mas os grevistas ainda resistiram cerca de meia hora, não acreditando que tinha conseguido escapar. Na luta com a polícia vários manifestantes ficaram feridos.

O caso mais sério foi o do presidente da União dos Estudantes Secundaristas de Santa Catarina, Nicolau de Almeida Neto, de 19 anos, que chegou desmaiado ao Hospital Celso Ramos.

O estudante, que liderava um piquete de apoio à greve, acabou pisoteado e agredido com golpes de cassetete pelos soldados, segundo relato da professora Cleoni Daddi, que estava junto e fez questão de registrar queixa de agressão na 2ª Delegacia de Polícia. O estudante não sofreu fraturas e foi liberado. *(O Globo/RJ, 07/07/87)*

537
Professores dão aulas

A greve do funcionalismo público de Santa Catarina perdeu praticamente toda a sua força, a partir da decisão do magistério, cerca de 40% do total de funcionários, de retornar ao trabalho, depois de dois dias de paralisação. Somente 8 mil dos 80 mil servidores ainda mantêm a greve, incluindo aí o pessoal do Tribunal de Justiça e Tribunal de Contas. O secretário da administração do estado, Antônio Grilo, considerou sensata a decisão do magistério. Ele disse que a proposta do governo foi entendida e aceita pela maioria dos servidores. O governo propôs uma incorporação de 230% sobre os vencimentos de setembro e reajustes diferenciados que variam entre 19% a 80%. *(Correio Braziliense/DF, 13/10/88)*

REGIÃO CENTRO-OESTE

Distrito Federal

538
Acordo fica para segunda

A greve dos professores da Fundação Educacional vai continuar. A primeira rodada de negociações entre o GDF e o sindicato da categoria não teve um desfecho favorável. Uma nova

reunião foi marcada para segunda-feira, quando a comissão de negociação salarial do governo apresentará a outra contraproposta oficial.

A reunião de ontem durou mais de duas horas e contou também com a participação do diretor-executivo da Fundação Educacional, José Quintas. A presidente do Sinpro, Lúcia Carvalho, afirmou depois que não houve nenhum avanço. Ressaltou, contudo, que acredita na possibilidade de que o governo negocie. Já o chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida — que coordena a comissão de negociação salarial — considerou o encontro "proveitoso". Disse que o governo tomou um conhecimento "mais aprofundado das reivindicações".

Não foi o primeiro encontro entre o Sinpro e a comissão de negociação salarial. Até então os entendimentos estavam sendo mantidos apenas com o secretário de educação, Fábio Bruno. A diretoria do sindicato levou para a comissão a pauta de reivindicações com 58 itens, que vão desde melhores condições de trabalho na rede oficial de ensino até questões salariais.

Os professores querem a implantação plena do plano de carreira e salários, além de uma reposição salarial de 48,46%, que corresponderia às perdas salariais, depois da implantação do Plano Cruzado. Reivindicam também o INPC integral, de acordo com os cálculos do Dieese, acumulado em 107%, e ainda um aumento real de salário de 15%.

A contraproposta do GDF, que foi rejeitada na quarta-feira passada pela categoria, prevê a implantação do plano de cargos e salários apenas para os professores com 17 anos de FEDF.

Pais colaboram com movimento — Animados com os resultados obtidos no primeiro dia de paralisação, os professores da Fundação Educacional realizaram ontem encontros em todas as suas regionais, para uma avaliação profunda do andamento do movimento. De acordo com o comando de greve, a paralisação realizada este ano pela categoria está sendo uma das mais bem organizadas e a que conta com o maior número de adesão dos profissionais.

Os professores em greve encontram pouca resistência dos pais de alunos ao movimento, fazendo com que o conflito nas portas das escolas não aconteça. Segundo Maria de Lourdes Oliveira, delegada sindical, a categoria vem recebendo um apoio "maravilhoso" dos pais de alunos, da associação de pais e dos grupos comunitários, que acreditam na necessidade de uma melhoria salarial para a categoria. *(Correio Braziliense/DF, 04/04/87)*

539
Assembléia de 5 mil professores mantém a greve

Em um clima tranqüilo, demonstrando unidade, cerca de 5 mil professores da Fundação Educacional realizaram ontem a terceira assembléia desde que entraram em greve, no último dia 1º de abril. A continuidade do movimento por tempo indeterminado foi aprovada por unanimidade.

A assembléia começou com intervenções de entidades e alunos, sempre em apoio ao movimento grevista. Uma das intervenções mais aplaudidas foi a do estudante do Centro Educacional 4 de Taguatinga Norte, Luís Cláudio Cesário. O aluno manifestou sua total solidariedade ao movimento grevista, condenou o governo por não dar atenção ao ensino e declarou: "Lutar não é só nosso direito, é também nosso dever". *(Correio Braziliense/DF, 15/04/89)*

540
Auxiliar voltou ontem

Os 9 mil auxiliares de ensino que retornaram ao trabalho ontem, após mais de um mês de paralisação, o fizeram ainda em estado de greve. Isto porém, em nada impediu que trabalhassem num ritmo alucinante para devolver às escolas da Fundação Educacional o aspecto diário em que o asseio, a higiene e a ordem dos serviços administrativos muitas vezes se contrapõem às precárias condições de infra-estrutura dos próprios estabelecimentos como um todo.

Segundo o diretor do Sindicato dos Auxiliares de Ensino, Edmundo Oliveira da Silva, o estado de greve estará em vigor até o fim do mês, "quando saberemos se o GDF cumprirá ou não com o que foi estabelecido nas negociações". Esta checagem é simples: bastará aos funcionários a observação dos contracheques, que já deverão enumerar os ganhos salariais advindos da concessão de um aumento real de 12,5%, além dos percentuais previstos pela implantação do plano de cargos e salários.

De acordo com Edmundo, o plano proporcionou ganhos que variam de 12% a 68%, numa escala crescente proporcional ao tempo de serviço de cada funcionário. O plano, uma conquista da categoria obtida no ano passado, após uma greve, deveria ser implantado em janeiro deste ano. Como não foi, no momento em que o GDF assegura sua implantação retroativa a 1º de março, os auxiliares mantiveram o estado de greve: "É só por causa do que já aconteceu. Em 86 eles prometeram o plano para janeiro, mas isto não foi verdade. Agora, decidimos pelo estado de greve para vermos como o governo irá agir. Se não recebermos nada, a categoria retornará à greve", adiantou Edmundo. *(Correio Braziliense/DF, 05/05/87)*

541
GDF rompe com professores e inicia punições

A partir de hoje, o GDF começa a computar as "faltas injustificadas" dos professores que não voltarem ao trabalho, anunciou o governador interino, Guy de Almeida. Acrescentou que o governo decidiu também aplicar à categoria, que completa o 37º dia de paralisação, penalidade de "advertência", com anotação em ficha funcional, e devolver aos estados de origem os professores requisitados que permanecerem em greve.

O secretário de educação, Fábio Bruno, disse à noite que o governo pedirá ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o julgamento do dissídio da categoria. "Não vamos mais segurá-lo", explicou Bruno. A Polícia Militar intensificará as operações de dispersão a piquetes violentos, informou o comandante interino da PM, coronel Joaquim Barbosa. O GDF espera que 70% dos professores da rede oficial voltem nos próximos dias às atividades.

O comandante interino da PM explicou que utilizará parte do efetivo de rua da corporação — 2 mil homens — para desenvolver a operação de vigilância a piquetes. Com a medida, ex-

plicou o secretário de educação, o GDF espera amenizar as "pressões psicológicas" sobre os profissionais que desejarem voltar ao trabalho.

O secretário de educação, Fábio Bruno, classificou de "erro histórico", a decisão dos professores da rede oficial de continuarem a paralisação. "A greve para o governo acabou", desabafou Bruno, ao tomar conhecimento, às 17h, da deliberação da categoria, tomada em assembléia-geral, de permanecer parada.

"Eles estão jogando num beco sem saída uma grande conquista", comentou o secretário, ao lembrar a homologação do plano de cargos e salários do magistério. "Estão brincando com a escola pública, que é um direito constitucional e não propriedade do sindicato dos professores", emendou Fábio Bruno. Acrescentou que poderão ocorrer demissões, com o julgamento do dissídio pelo TRT. "A estabilidade — os professores são a única categoria no DF que a possui — será analisada agora por um juiz", lembrou Fábio Bruno, acrescentando que num Estado de Direito "o poder deve ser exercido em nome do povo".

Punições — O governador interino, Guy de Almeida, explicou que a aplicação das medidas punitivas implicará "prejuízos" à ascenção ou promoção no quadro do magistério. Ele reafirmou que haverá reposição das aulas paradas. "Não há como abrir mão disso", afirmou Guy, que lembrou a flexibilidade do governo durante as negociações.

Guy informou que o GDF convidou os professores a participarem de comissão de normatização do novo quadro, que deverá ser implantado até julho. Acrescentou que o Conselho de Política de Pessoal do GDF decidiu ampliar o número de faltas injustificadas para fins de promoção (agora elas serão mais de cinco).

Ele lembrou o "esforço" das autoridades para a implantação imediata no PCS da Fundação Educacional e pediu aos professores que dêem "uma lição de civismo e consciência com o retorno às aulas". Guy observou que o quadro do magistério vai beneficiar toda a categoria e admitiu novos aperfeiçoamentos. "Sempre os buscamos", comentou. *(Correio Braziliense/DF, 07/05/87)*

542
Professor tem última chance antes da demissão

A partir de amanhã o GDF poderá começar a demitir os professores da rede oficial de ensino que estão em greve, informou o governador interino Guy de Almeida. A categoria, que completa o 44º dia de paralisação, realiza nova assembléia, para decidir a continuidade do movimento.

Guy de Almeida disse que o GDF vai esperar o resultado da assembléia de hoje e só então anunciará novas punições aos professores que continuarem com a paralisação. "Caso a greve continue com esta situação insanável vamos tomar medidas firmes", afirmou o governador interino.

Segundo o governador interino, as demissões poderão ocorrer sem o resultado do julgamento do Tribunal Regional do Trabalho, que deverá decidir, na próxima quarta-feira, a legalidade da paralisação da categoria. Ele disse que o GDF pretende usar "os dispositivos" legais que proíbem greves nos serviços considerados essenciais (Lei de Greve).

O governador interino criticou o Sindicato dos Professores por manter a paralisação e pediu "reflexão" à categoria durante a assembléia de hoje. Ele lembrou que já garantiu a implantação do quadro de magistério em 60 dias e o pagamento antecipado, em maio e junho, dos novos valores salariais.

Guy de Almeida rebateu as acusações de "intolerância" e disse que recebeu "diversas" vezes os líderes sindicais da categoria. *(Correio Braziliense/DF, 14/05/87)*

543
Seplan não prometeu

"O ministro considera impossível liberar novos recursos". Com esta frase, inserida em nota oficial divulgada ontem, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan) colocou um ponto final nas insistentes reivindicações dos professores da Fundação Educacional, que pretendiam pressionar o órgão e o GDF com a manutenção da greve que já dura 44 dias.

Na nota de esclarecimento, a Seplan informa que o ministro Aníbal Teixeira, atendendo a apelos feitos pelo governador José Aparecido, concordou em autorizar um reforço de verba para a FEDF no montante de Cz$ 1,1 bilhão, alocados nos próximos três anos, período em que deveria ser implantado o novo plano de cargos e salários para o pessoal de magistério.

Novamente por interferência de Aparecido, diz a nota, o ministro da Seplan comprometeu-se a aumentar o repasse federal extra para o atual exercício, antes fixados em Cz$ 433 milhões, para até Cz$ 920 milhões, suficientes para que o plano de cargos fosse implantado com mais rapidez. *(Correio Braziliense/DF, 14/05/87)*

544
Greve acaba e professores trabalham amanhã

A greve da rede oficial de ensino acabou. Em assembléia realizada ontem, cerca de 5 mil professores decidiram retornar ao trabalho a partir de amanhã. Essa foi a única condição imposta pelo GDF, para a reabertura das negociações. A paralisação durou 40 dias — recorde no Distrito Federal.

Para tentar solucionar o impasse o governador interino, Guy de Almeida, concordou em receber uma comissão escolhida na noite de anteontem, em assembléia popular no Sindicato dos Professores, que contou com representantes de 92 entidades de classe. O encontro durou aproximadamente uma hora e o resultado das discussões foi levado às 11h para apreciação da assembléia: o GDF concordava em reabrir as negociações, desde que o movimento grevista fosse suspenso imediatamente.

Anunciado o resultado da discussão preliminar com o GDF, o comando de greve colocou duas propostas para a aprovação dos professores: 1) suspensão da greve e retorno ao trabalho, a partir de amanhã; e 2) continuidade da paralisação. A primeira moção venceu por esmagadora maioria. Pouco mais de 20 pessoas votaram a favor do prosseguimento da greve.

Para o diretor do Sinpro, Márcio Baiochi, a decisão da categoria foi acertada. Ele ressalvou, entretanto que a "luta" não acabou. "O que houve foi uma mudança de tática de negociação", acrescentou. Segundo ele, a manu-

tenção da paralisação era viável, quando havia "grande possibilidade de avanço e pequena taxa de risco". A seu ver, no entanto, esse quadro mudou, com a proximidade do julgamento da legalidade da greve, previsto para quarta-feira, e o anúncio do GDF de que iniciaria esta semana as punições contra os grevistas.

Na assembléia, os professores decidiram também quais as questões que deverão ser discutidas com o GDF, a partir de terça-feira. Entre os pontos votados está a volta dos 19 diretores de escolas exonerados. O governador interino, Guy de Almeida, informou ontem que "toda e qualquer questão que o sindicato colocar será examinada". Ressalvou, contudo, que o único compromisso assumido pelo governo até agora foi a reabertura do canal de diálogo.

Os professores vão reivindicar também a não punição dos grevistas; pagamento dos dias parados; além da discussão de alguns aspectos, considerados negativos, do plano de cargos e salários, já homologado pelo Conselho de Política de Pessoal do GDF. O governador em exercício disse, em entrevista coletiva, que o GDF não vai determinar a pauta que o sindicato deverá apresentar. Assegurou, contudo, que o governo responderá com "firmeza, clareza e lealdade a todas as questões, seja para dizer sim, seja para dizer não".

A assembléia durou aproximadamente três horas e foi marcada por um clima de muita emoção. A presidente do Sindicato, Lúcia Carvalho, ao discursar pela primeira vez, recebeu uma demonstração de apoio da categoria, sendo aplaudida demoradamente. A sindicalista não conteve as lágrimas. Pouco depois, ela receberia um buquê de flores, tradicional presente dado às professoras pelos alunos.

Terminada a assembléia, os professores promoveram um buzinaço em frente ao Palácio do Buriti, em protesto contra o anúncio das demissões e a favor da reintegração dos diretores exonerados, em suas funções. *(Correio Braziliense/DF, 17/05/87)*

545
Sinpro e o GDF param negociação

Após mais de um mês do fim da greve dos professores da rede oficial de ensino, o acordo coletivo entre a categoria, com data base no dia 1º de abril, ainda não foi assinado. Isso se deve, segundo a secretaria-geral do Sindicato dos Professores (Sinpro), ao adiamento das negociações pela Secretaria de Educação. "Marcam uma reunião mas mudam o horário e depois modificam a data, numa interminável seqüência de adiamentos", comenta Lúcia Ivanov. Ela diz que a "Fundação Educacional tem espalhado boatos entre os professores de que o acordo não foi assinado por radicalismo da diretoria do sindicato, mas a verdade é que a comissão de negociação nem tem sido recebida". *(Correio Braziliense/DF, 24/06/87)*

546
Professor cobra plano de cargos ao governo

Implantação de um plano de cargos e salários retroativo a janeiro de 1987, eleições diretas para diretores de complexos escolares, lotação de professores somente em um complexo e a indicação, pelo sindicato, de delegados sindicais na proporção de um para cada 10 escolas da Fundação Educacional do Governo do Distrito Federal (GDF). Cinco meses depois da mais longa greve da categoria, que durou quase dois meses, a diretoria do Sindicato dos Professores voltou a negociar, ontem, esses quatro itens, que considera vitais para a sobrevivência da classe, com o secretário de educação, Fábio Bruno. A expectativa dos professores é de obter um acordo coletivo com o GDF, cuja vigência se estenda até a próxima campanha salarial, prevista para março de 1988.

Durante toda a greve da categoria este ano, que paralisou todas as escolas da Fundação Educacional do DF, a luta dos professores concentrou-se nesses quatro itens, que ainda não foram acertados com o GDF. A presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho, afirmou que "não existe a intenção de se deflagar uma nova greve geral ainda este ano".

O secretário Fabio Bruno disse, que o sindicato "perde tempo em querer retroagir o plano para primeiro de janeiro". Ele explicou que o acordo de 1986 previa a implantação no novo quadro de cargos e salários "a partir de janeiro de 1987, mas não estabelecia condições de prazo e de faixas salariais".

A Seplan liberou quase Cz$ 1 bilhão para o estabelecimento do plano de cargos e salários. Mas é exatamente quanto à forma de execução e o prazo de vigência que o GDF e os professores ainda não chegaram a um consenso.

As eleições de diretores para as escolas dos complexos escolares, a indicação de docentes na proporção de uma para 10 escolas e a lotação desses para apenas um complexo escolar da FEDF, também provocam um demorado litígio.

Quanto às eleições para diretores dos complexos escolares, o sindicato quer que o diretor escolhido saia de uma votação, simples e direta, da qual participariam os alunos, professores e associações de pais e mestres. O GDF quer, por sua vez, a apresentação de uma lista tríplice, onde estariam os três nomes mais votados, quando seriam analisadas as condições gerais de cada candidato, entre elas estariam, segundo o secretário Fábio Bruno, a qualificação necessária do docente para poder assumir a diretoria de um complexo escolar, "sem, no entanto, dizer e fazer o que bem entender". *(Jornal de Brasília/DF, 15/09/87)*

547
Professores entre CUT e CGT

Os professores do Distrito Federal votam hoje a filiação em uma das centrais sindicais, CUT e CGT. Eles participam, juntamente com os auxiliares educacionais que já se filiaram à CUT, do 1º Congresso dos Trabalhadores em Educação do Distrito Federal. Segundo a presidente do Sindicato dos Professores (Sinpro), Lúcia Carvalho, a discussão já é antiga e a categoria está preparada.

Lúcia Carvalho acha que é fundamental a filiação em uma das centrais, porque o governo estaria tomando medidas que afetam todas as classes, enquanto os trabalhadores não estão unificados. *(Jornal de Brasília/DF, 18/10/87)*

548
Professores e auxiliares aprovam greve

Em uma movimentada assembléia geral, com cerca de 7 mil pessoas, funcionários da Fundação Educacional, in-

cluindo professores e auxiliares de ensino, decidiram entrar em greve por tempo indeterminado, recusando proposta salarial feita ontem pelo secretário de educação, Fábio Bruno, e o pedido do governador José Aparecido, de dilatar o prazo de negociação até amanhã. São cerca de 27 mil trabalhadores do setor educacional de braços cruzados, deixando paradas todas as escolas da rede pública.

Professores e auxiliares reivindicam aumento salarial de 73,21% e 80%, respectivamente, além dos 30% de gratificação dados aos servidores públicos e antecipação das URP's de janeiro e fevereiro para dezembro. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Professores, Walter Valente, esse percentual de aumento garantiria a categoria os mesmos rendimentos que tinham no mês de abril.

Bom começo — Já o GDF, tentando evitar a deflagração da greve, propôs, de última hora, um aumento de 24% sobre o salário de outubro para os professores e 26% para os auxiliares de ensino. A proposta, no entanto, foi considerada pela diretoria do sindicato, e posteriormente pela assembléia, como insuficiente, pois reverteria, na realidade, em um aumento de 17,7% devido ao índice referente à URP (Unidade de Referência de Preços).

Iniciada às 10h30min, a assembléia dos funcionários da Fundação Educacional foi realizada no Estádio Mané Garrincha, no mesmo momento em que, ao lado, no Ginásio Cláudio Coutinho, os servidores da Fundação Hospitalar se reuniam. Logo no início do encontro, ficou claro que a categoria estava disposta a começar a greve naquele momento.

Com aplausos e palavras de ordem do tipo "saúde e educação, prioridade da nação", os funcionários da Fundação Educacional aceitaram, quase que unanimemente, a deflagração da greve. Nesse momento, os empregados da Fundação Hospitalar já se mobilizavam ao lado e todos, unidos no movimento grevista, caminharam até o Palácio do Buriti para a manifestação.

Reposição não será acatada — Ao decidirem pelo início imediato da greve, os professores e auxiliares de administração da FEDF resolveram também dizer "não" à reposição de aulas. Segundo a presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho, não repor as aulas perdidas é "resgatar a dignidade da categoria".

Segundo ela, os professores são os únicos que têm que repor completamente as aulas suspensas durante o movimento grevista. "Qual o valor do professor parar e depois repor todas as aulas? É um castigo para a população, que depois se vê obrigada a ir para a escola aos sábados", completou, acrescentando que os professores devem trabalhar "em cima da qualidade, e não da quantidade de ensino". *(Correio Braziliense/DF, 19/11/87)*

549
Reajuste de 40% acaba com greve nas escolas

Acabou a greve dos profissionais da Fundação Educacional. Professores e auxiliares decidiram aceitar a proposta do GDF de 40% de reposição salarial, incluindo a URP do mês. O aumento é retroativo a 1º de novembro. Em assembléia que reuniu grande parte dos 25 mil servidores do setor, a categoria decidiu que volta ao trabalho.

Em apenas três dias de paralisação, professores e auxiliares conseguiram um ganho real de 30,6%. Eles reivindicavam a gratificação concedida aos servidores públicos (35% para os de nível superior e 70% para os de nível médio), URP's de dezembro, janeiro e fevereiro adiantadas, além da reposição da perda salarial estimada em 42%, o que dava um total em torno de 130%.

Pela primeira vez a categoria fez greve fora da data-base. Um dos diretores do Sindicato dos Professores, Nelson Moreira Sobrinho, considerou "muito grande" o ganho político do movimento. "Nós tivemos 15 dias para preparar o movimento e já no primeiro dia de greve conseguimos a adesão de 92% da categoria". O fator mais importante para a curta duração da greve é que, em algumas escolas, nem terminou ainda a reposição de aulas por causa da última paralisação ocorrida no início do ano. *(Correio Braziliense/DF, 21/11/87)*

550
Greve nas escolas entra no 12º dia

Os mais de 300 mil alunos da Fundação Educacional podem manter seus livros e cadernos guardados, pois a semana se inicia sem nenhuma perspectiva de volta às aulas. A presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho, garantiu ontem que os 17 mil grevistas não estão dispostos a abrir mão do reajuste salarial de 112%, enquanto o secretário de educação, Fábio Bruno, permanece na proposta de conceder 49,63%.

Com o objetivo de quebrar o impasse já criado na paralisação que hoje completa 12 dias, vários parlamentares da bancada do DF deverão pressionar hoje o governador José Aparecido e o seu chefe de gabinete Guy de Almeida, no sentido de reabrirem as negociações. Lúcia Carvalho afirmou ontem que a Secretaria de Educação não tem autonomia financeira nem determinação política para decidir, numa mesa de negociações, sobre importantes questões como reclassificação, promoção anual no plano de cargos e salários e repouso semanal remunerado. *(Correio Braziliense/DF 04/04/88)*

551
Professor rejeita lista tríplice e cria lista una

Os professores da rede oficial vão mesmo boicotar a instrução do diretor-executivo da Fundação Educacional, secretário Fábio Bruno, que determina a eleição de diretores através de listas tríplices. O assunto foi discutido durante toda a semana passada nas regionais, quando foram ouvidos pais, alunos e docentes, e referendado ontem à tarde, em assembléia realizada em frente à sede do sindicato que representa a categoria, por cerca de 500 profissionais.

Segundo Márcio Baiocchi Fracari, diretor do Sinpro, a categoria não concorda também com os critérios determinados pelo diretor-executivo para aqueles que queiram se candidatar. "Exige-se que o candidato tenha curso de administração escolar. Achamos que qualquer professor pode vir a ser diretor do colégio em que trabalha". Ele acrescentou que, no ano passado, pelo menos 50 diretores foram afastados de

suas funções, porque apoiaram o movimento grevista. *(Correio Braziliense/DF, 25/09/88)*

552
Professores também decidem pela greve

Os 17 mil professores da rede oficial do DF paralisam suas atividades a partir de amanhã. Uma assembléia realizada ontem decidiu pela greve, reivindicando um aumento salarial de 102%, a contratação de professores e reforma nas escolas, entre outros itens.

Após três encontros com a secretária de educação, Josephina Baiocchi, e dois com o governador Joaquim Roriz, os professores só conseguiram até agora a garantia de que vão eleger os diretores das escolas. A categoria, segundo a presidente do Sinpro, Lúcia Carvalho, tem três pontos principais na campanha salarial extraordinária. O aumento de 102% significa o recebimento da URP de junho, os 26% da inflação de junho de 87 e a diferença entre a inflação oficial e os cálculos do Dieese.

Além deste reajuste, reivindicam a reforma das escolas e a contratação de professores e servidores em geral, que podem determinar o fim do movimento. Os outros itens são a reforma do plano de cargos e salários, com a volta da reclassificação e a diminuição do prazo para promoções, de três para um ano. Além disso, os grevistas lutam pelo pagamento, com correção monetária, dos 15 dias de paralisação da última greve, que foram descontados. *(Correio Braziliense/DF, 30/10/88)*

553
Greve acaba e aulas recomeçam amanhã

Os professores da rede oficial de ensino voltam ao trabalho a partir de amanhã. A decisão foi tomada ontem, em assembléia que reuniu cerca de 1.500 pessoas, entre educadores e funcionários da Fundação Educacional. Após nove dias de paralisação, a categoria sai de um movimento desgastado, sem ter conseguido do governo Roriz proposta que justificasse a campanha de caráter emergencial deflagrada mês passado, fora portanto da data-base, reivindicando reajuste de 102%.

Durante a assembléia, a presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho, informou que os 13 dias em que os docentes não trabalharam em abril passado serão pagos no salário de novembro, sem correção monetária. "Esse procedimento é ilegal, embora o GDF alegue falta de recursos", comentou. Acrescentou que as eleições diretas para diretores das escolas deverão ocorrer entre os dias 9 e 17 de dezembro. A categoria vai receber ainda no salário de novembro a URP de maio de 16,19%, além do abono de Cz$ 25 mil que o governo federal concedeu aos servidores públicos. *(Correio Braziliense/DF, 13/11/88)*

554
Eleições nas escolas

Hoje, quase 20% da população do DF poderá estar participando de uma eleição que promete movimentar a cidade. Pais, alunos, professores e funcionários participarão do processo de escolha dos diretores de escolas da rede oficial de Brasília. Segundo cálculos preliminares da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), mais de 350 mil pessoas estão aptas a votar para diretor.

De acordo com informações da Comissão Central das Eleições, há 652 professores candidatos. Em 358 escolas públicas, das 450 existentes, candidatos apresentaram-se para a disputa. Eles buscam o voto de quase 300 mil alunos e pais ou responsáveis, cerca de 30 mil servidores e mais de 24 mil professores.

Acusações — Em boa parte das escolas, 116, há só um candidato. A disputa mais acirrada acontece em cinco escolas, onde há quatro candidatos em cada uma. A coordenadora da comissão central, Angela Maria Vilas Boas Ribeiro, diz que na área rural encontra-se o maior número de escolas onde não surgiram candidatos.

A presidente do Sindicato dos Professores (Sinpro), Lúcia Carvalho, considera que as eleições são uma conquista da comunidade. Mas para os dirigentes da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília (Umesb), o Sinpro e o Sindicato dos Auxiliares da Administração Escolar (SAE) estão usando o processo eleitoral para promoção político-partidária.

Na opinião do líder estudantil Donizete Moura de Jesus, presidente da Umesb, durante a campanha o Sinpro e o SAE procuraram atuar com mais intensidade nos centros de ensino educacionais, onde há alunos mais velhos. "Escola-classe não interessa porque eles estão de olho nos estudantes que poderão votar na próxima eleição para deputado", garante Donizete. Ele diz que o Sinpro teria produzido material de campanha que foi distribuído apenas aos que têm afinidade ideológica com o sindicato.

Democracia — Lúcia Carvalho rechaça todas as acusações. Diz que qualquer candidato pode usar o material produzido pelo sindicato, que está à disposição na sede da entidade. "Temos apoiado todos os candidatos porque achamos ser essa a forma mais democrática de apoio ao processo eleitoral", comenta a sindicalista. Garante que ninguém tem usado o Sinpro para defender uma pessoa isoladamente.

Para o presidente do SAE, José Eudes Oliveira Costa, as acusações não têm fundamento. Ele acha que não há motivos para impedir ou desestimular a discussão sobre problemas políticos nacionais durante a campanha nas escolas, mas afirma que os dois sindicatos têm feito apenas propaganda da democracia. Uma das principais críticas da Umesb refere-se à data da eleição, que caiu num sábado.

Na opinião de Donizete, o sábado é um dia que não facilita a participação dos alunos, pois não há aula. O Sinpro e o SAE teriam defendido a data exatamente para dificultar a votação dos estudantes. Lúcia também rebate esta acusação, explicando que a contagem dos votos será considerada percentualmente, independente do número de alunos e pais votantes.

Herança é problemática — Os candidatos eleitos para a direção das escolas da Fundação Educacional sabem que não terão tarefa fácil pela frente. Só as deficiências na rede física do ensino público, que conta com 80 estabelecimentos condenados pelo Corpo de Bombeiros, são um grande desafio. Mas os problemas estão também na es-

cassez de verbas para material didático, na insegurança dos colégios, no reduzido quadro de pessoal técnico-administrativo e na falta cada vez mais freqüente de merenda escolar.

Além de todos esses problemas, o diretor terá, ainda, um importante papel político a desempenhar. "A principal tarefa dos diretores será a de abrir a escola à sociedade, tornando-a democrática", afirma o diretor do Sinpro, Nelson Moreira Sobrinho. Para ele, os diretores deverão atuar como articuladores da comunidade que, mobilizada, "poderá cobrar do governo uma escola pública mais digna".

Clientelismo — O presidente do SAE, José Eudes, destaca outra tarefa para os diretores: deverão se encarregar de levantar a discussão sobre a nova lei de diretrizes e bases da educação. Eudes acredita que a eleição é importante porque "ajuda a quebrar a estrutura autoritária das escolas". O sindicalista acha que muitos consideram que a escola seja um reduto do professor, "sem perceber a importância do trabalho dos funcionários".

"Eleger o diretor é cortar um pouco o clientelismo feito com a indicação", acredita a presidenta do Sinpro, Lúcia Carvalho. A sindicalista acha que a escolha direta desfez os planos daqueles que "pretendiam usar o cargo de diretor como ponto de partida para formação de currais eleitorais". Esta será a segunda vez que a comunidade de Brasília escolherá os diretores dos estabelecimentos de ensino.

A primeira vez foi em 1985 e a eleição deste ano esteve ameaçada nos últimos meses do governo de José Aparecido. A votação acabou entrando como ponto de negociação na última greve dos professores, em novembro passado, quando Joaquim Roriz já ocupava o GDF.

Só plebiscito exonera o eleito — Quem votar para diretor de escola hoje participará da eleição com a certeza de que a vontade da comunidade não será cassada. Um dos itens da instrução 270 da Fundação Educacional, que regulamenta a eleição, determina que a exoneração do diretor só poderá ocorrer depois de um plebiscito com a participação da comunidade. Através do plebiscito, a comunidade dirá se aprova ou não a dispensa. O plebiscito representa uma grande conquista em relação ao processo eleitoral de 1985.

Muitos dos diretores eleitos há três anos foram exonerados pela diretoria-executiva da Fundação Educacional. A maior parte das dispensas ocorreu devido à posição dos diretores em defesa dos movimentos grevistas de professores e servidores. Cada escola terá duas urnas, uma para os votos de professores e funcionários e outra para a comunidade formada por alunos e pais ou responsáveis.

O voto de um professor terá peso igual ao de um servidor, o mesmo acontecendo entre pais e alunos. Mas o voto individual de um professor ou funcionário terá mais peso que o de um pai ou aluno. Isso porque a contagem geral dos votos será por categoria e há muito mais pais e alunos do que professores e funcionários. O total percentual de votos para cada candidato em uma urna será somado ao total da outra e só então sairá o resultado final da votação.

Para concorrer ao cargo de diretor, o candidato deve ser professor com formação de nível superior. Também deve ser habilitado ou estar estudando ou ainda se comprometer a ingressar em 1989 no curso de administração escolar ou educacional. Além disso, o professor precisa pertencer há dois anos ao Quadro de Carreira de Pessoal de Magistério da Fundação ou do GDF.

Outra exigência é que o professor deve ter lotação de no mínimo seis meses na diretoria regional de ensino a que pertence o colégio onde se candidatou. Os votantes poderão ser professores, funcionários (auxiliares da administração escolar), alunos matriculados no colégio que cursem a partir da 7ª série do 1º grau ou tenham mais de 14 anos e pais ou responsáveis legais de alunos menores de 14 anos ou que freqüentem da pré-escola à 6ª série do 1º grau.

Os diretores eleitos serão empossados no próximo dia 23 e terão mandato de três anos. *(Correio Braziliense/DF, 10/12/88)*

555
Na festa democrática, só faltou a comunidade

A descrença do povo, o adiamento do pleito do dia 3 para o dia 10 e a falta de dinheiro para pagar o transporte foram as explicações dadas ontem, no encerramento da votação, pelo Sindicato dos Professores para justificar o reduzido comparecimento de 45% da comunidade — pais e alunos — às eleições dos diretores de escolas da rede oficial. Mas, nem tudo foi tão ruim. Segundo a entidade, professores e servidores salvaram a eleição com o comparecimento acima da média: 95%.

De acordo com avaliação feita pelo sindicato, mais da metade das escolas com candidato único (132) não conseguirão quorum. "Isto vem ratificando nossa posição com relação à forma antidemocrática de votação", reagiu o diretor Márcio Baiocchi. Numa análise geral sobre o pleito, ele admite o baixo comparecimento da comunidade em relação à última eleição, em 1985, quando superou os 75%.

"Precisamos reavaliar muita coisa para chegarmos às explicações razoáveis desse decréscimo", comenta. Mostra-se otimista, porém, com relação às eleições de 1991, quando acredita que o país vai estar atravessando um período melhor. "De um modo ou de outro, essa eleição teve seus trunfos. Não foi melhor porque a comunidade não tem mais confiança em seus governantes. O mais importante, para a diretoria do sindicato, é que a categoria mostrou que está disposta a mudar para melhor".

Colégio Agrícola vira ovelha negra — A movimentação que ontem tomou conta das escolas da rede oficial não chegou ao Colégio Agrícola de Brasília (CAB). A Fundação Educacional resolveu cancelar o processo eleitoral no colégio e, em vez de consultar a comunidade, indicou e nomeou um professor que nem ao menos leciona na escola para a direção. A decisão provocou protestos no CAB, especialmente por parte dos professores e alunos.

A explicação da diretora da fundação, Malva de Jesus Queiroz Oliveira, para o cancelamento não convenceu a comunidade escolar. "O colégio passa

por uma série de problemas administrativos, financeiros e pedagógicos e o clima eleitoral muito acirrado criaria uma situação difícil que a escola talvez não pudesse superar'', argumentou Malva. *(Correio Braziliense/DF, 11/12/88)*

556
Diretor assume sem habilitação

Dos 651 candidatos inscritos nas eleições para diretores de 349 escolas da Fundação Educacional, realizadas sábado, 346, ou mais da metade, não possuem curso de administração escolar. A constatação, segundo a coordenadora da comissão eleitoral central, Angela Maria Ribeiro, não impede que os eleitos tomem posse no dia primeiro de fevereiro próximo, já que no ato de inscrição todos se comprometeram a habilitar-se. *(Correio Braziliense/DF, 15/12/88)*

Goiás

557
Professor só volta com piso e pagamento

Os professores das redes estadual e municipal de ensino decidiram em assembléia, ontem, ratificar a proposta aprovada por eles anteriormente, de não iniciarem o semestre letivo enquanto o governo não colocar o pagamento da categoria em dia e instituir o piso salarial de quatro salários mínimos. Os professores elegeram esses dois pontos como prioridade de luta nesse início de ano, exigindo ainda que o pagamento dos salários seja feito via rede bancária e numa mesma data, sem discriminação entre capital e interior. *(O Popular/GO, 16/01/87)*

558
Indefinido o piso salarial de professor

O secretário da educação, Heldo Vítor Mulatinho, desmarcou a reunião de ontem da comissão especial que estuda uma proposta de piso salarial para os professores, alegando que não havia dados novos que a justificassem. Há meses a comissão vive um verdadeiro impasse porque o governo aceita em princípio a reivindicação de quatro salários mínimos feita pelos professores, mas não quer comprometer-se oficialmente com esse parâmetro, enquanto não houver a definição precisa do novo salário mínimo.

O gabinete da educação informou, ontem, através de sua assessoria de imprensa, que considera a situação indefinida, mesmo com o reajuste de 20% para o salário mínimo autorizado pelo ministro do trabalho, Almir Pazzianotto. O professor Osmar de Lima Magalhães, presidente do Centro dos Professores de Goiás (CPG), argumenta, entretanto, que o novo mínimo está legalmente fixado e que qualquer discussão sobre sua provisoriedade é mera especulação. ''Na verdade, a Secretaria da Educação está apenas tentando jogar a questão do piso salarial para o próximo governo''. *(O Popular/GO, 06/02/87)*

559
Professor faz greve de três dias

Pouco mais de 200 professores reunidos em assembléia, ontem, decidiram suspender, até a próxima segunda-feira, as aulas nas escolas da rede estadual de ensino que já tiverem iniciado o ano letivo. O presidente do Centro dos Professores de Goiás (CPG), Osmar de Lima Magalhães, definiu a greve de apenas três dias como ''um protesto contra o descaso com que o governo vem tratando a questão do piso salarial para o magistério''. Também ficou decidido na assembléia, que uma eventual greve geral da categoria ainda será discutida nas escolas, após o início das aulas.

O presidente do CPG informou à assembléia que a suspensão da reunião que dirigentes da entidade teriam, ontem, com Henrique Santillo, fora desmarcada pelo secretário da educação, Heldo Vítor Mulatinho, sob a justificativa de que o governador eleito pretendia definir primeiro o seu secretário. *(O Popular/GO, 11/02/87)*

560
Professor denuncia abandono da escola

Conforme havia anunciado, o Centro dos Professores de Goiás (CPG), distribuiu uma nota à população, ontem, denunciando o abandono da escola pública, os baixos salários dos professores e as promessas que os candidatos nunca cumprem depois de eleitos. ''A educação não pode viver de discursos bonitos, nem de boas intenções. Falta material básico para o funcionamento das escolas, os salários são baixos e os atrasos de pagamento são constantes''; afirma o documento, que também foi subscrito pela Associação dos Orientadores Educacionais (Aoego) e pela Associação dos Supervisores Educacionais (Assuego).

Afirma o documento que desde 82, com a candidatura de Íris Rezende, o governo vem fazendo promessas de melhorias para os professores, mas que ao invés disso ''milhares deles ainda trabalham sem contrato (os chamados pró-labore) e as perseguições políticas continuam''. Lembra a nota, que após mais de 100 dias da criação de uma comissão especial para estudar uma proposta de piso salarial para o magistério, até agora nada foi definido. *(O Popular/GO, 14/02/87)*

561
CPG quer logo definição do piso salarial

O presidente do Centro dos Professores de Goiás (CPG), professor Osmar de Lima Magalhães, reuniu-se mais uma vez com o secretário da educação, Heldo Vítor Mulatinho, na tentativa de apressar uma definição sobre a questão do piso salarial para o magistério de Goiás. O assunto vem sendo mantido em banho-maria pelo governo, desde outubro passado, quando um compromisso oficial de atendimento à reivindicação do piso foi decisivo para pôr fim a uma greve iniciada em setembro pelos professores e que durou 50 dias. *(O Popular/GO, 11/03/87)*

562
Governo propõe adiar eleições e CPG protesta

O governador Henrique Santillo encaminhou mensagem à Assembléia Legislativa, ontem, propondo o adiamento das eleições para diretores das escolas estaduais, marcadas para o primeiro dia útil de maio, e tornando possível a candidatura dos diretores e dos professores pró-labore. O ante-projeto

modifica o artigo 148 da lei 9.631/84, que introduziu o processo de eleição direta nas escolas, regulamentado pela lei 9.983, de 27 de janeiro de 86, que reformulou o estatuto do magistério público estadual. Conforme a proposta governamental, o item 1 do artigo 148 da lei 9.631, passa a ter a seguinte redação: "as eleições serão realizadas pelas unidades escolares na última segunda-feira do mês de junho de cada ano ímpar". A alínea "c" do item 4 do mesmo artigo, passa a dizer que serão eleitores: "Os demais alunos da unidade escolar não abrangidos pela alínea anterior, desde que maiores de 12 (doze) anos de idade". E finalmente, a alínea "d" diz que também votam: "os pais ou responsáveis legais dos alunos matriculados na unidade escolar".

O artigo 2º da mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa, estabelece que: "nas eleições da última segunda-feira do mês de junho de 1987, destinadas ao provimento do cargo ou da função de diretor de unidade escolar, poderão concorrer os atuais diretores e os professores sob regime pró-labore". Na exposição de motivos que acompanha o ante-projeto, Santillo afirma que a medida "ensejará oportunidade de novas participações" no processo de escolha dos diretores "numa tradução fiel dos propósitos do meu governo, cuja tônica se acha assentada nos postulados da democracia...".

CPG — O Centro dos Professores de Goiás (CPG) reagiu com veêmencia, ontem, à notícia de que o governo pretendia promover alterações nas normas para as eleições diretas nas escolas do estado. Segundo o presidente da entidade, a pretensão do governador é "autoritária e inadmissível, pois significa uma tentativa de mudar as regras durante o jogo". Magalhães afirma que tudo já estava decidido sobre eleições nas escolas, desde o governo passado e que caberia ao atual, "apenas o ato convocatório do pleito".

Segundo o presidente do CPG, a mensagem encaminhada à Assembléia Legislativa "tem como objetivo único assegurar nos cargos de diretores um grande número de mulheres de prefeitos e cabos eleitorais do PMDB, embora traga disfarces como o da extensão do voto aos alunos maiores de 12 anos". Segundo o presidente do CPG, a entidade vai mobilizar os professores contra as mudanças nas regras das eleições diretas. *(O Popular/GO, 28/03/87)*

563
Piranhas colabora com professores

Os professores e servidores das seis escolas estaduais de Piranhas iniciaram, ontem, uma jornada de três dias de protestos contra o atraso de três meses na liberação dos salários. Segundo a professora Felícia Castro Torres, a situação vivida pela categoria é crítica e muitas famílias já estão passando fome. Conforme a professora Felícia, o movimento conta com o apoio de toda a comunidade e que inclusive será realizada hoje, uma *operação pedágio* para arrecadar alimentos para professores e servidores em piores condições financeiras.

O presidente do Centro dos Professores de Goiás (CPG), professor Osmar de Lima Magalhães, informou ontem que estão em greve as regionais da entidade em Tocantinópolis, Araguaína, Colinas de Goiás, Pedro Afonso, Miracema, Porto Nacional, Gurupi, Porangatu, Uruaçu, Goianésia, Ceres, Rialma, Morrinhos, Itumbiara, Piracanjuba, Rio Verde, Jataí, Mineiros, Catalão, Ipameri, Pires do Rio, Luziânia, Formosa, Posse, Trindade, Aparecida de Goiânia, Goiás, Inhumas e Anápolis. No final da tarde também os professores de Cristalândia se declararam em greve. *(O Popular/GO, 01/04/87)*

564
Professores do estado entram em greve

Os quase 60 mil professores da rede estadual de ensino voltam a cruzar os braços hoje em todo o estado, no primeiro confronto trabalhista da categoria com o novo governo. A greve foi decretada por cerca de 600 professores reunidos em assembléia geral, e confirmada mais tarde na assembléia dos servidores do estado. A categoria reivindica do governo o pagamento dos salários atrasados desde janeiro, e o não adiamento das eleições diretas para diretores de escolas, marcadas para o dia 4 de maio.

Os professores também aprovaram a proposta de participação da categoria na greve geral dos servidores públicos, marcada para o próximo dia 9 e a reivindicação de que o governo assuma o compromisso público de manter o pagamento em dia para o magistério estadual. Lutando há anos pela unificação do pagamento dos servidores da educação, os professores rejeitaram com veêmencia a proposta oficial de subdividir o interior em várias zonas para efeito de escalonamento na liberação dos salários.

Segundo o presidente do CPG, Osmar de Lima Magalhães, praticamente não existe mais o que mobilizar no interior do estado, "pois lá a categoria já está em greve há vários dias". Ele reconheceu, entretanto, que apesar do expressivo número de professores presentes na assembléia de ontem, a participação de Goiânia foi fraca. "Pelo menos metade era constituída de professores do interior", concorda Magalhães.

Logo após a decretação da greve, o secretário da educação, Tobias Alves, recebeu em audiência uma comissão de dirigentes do CPG e representantes dos professores de cerca de 50 municípios.

"A atitude do secretário foi tranqüila — informou Magalhães. Ele disse que respeitava a nossa decisão e garantiu que não promoveria nenhuma repressão ao movimento, visto que reconhece dificuldades da categoria com o atraso do pagamento e além disso, ele próprio sempre lutou pelo direito de greve". *(O Popular/GO, 03/04/87)*

565
Professor discute movimento

Os professores da rede estadual de ensino fazem hoje assembléia, para deliberarem sobre os rumos do movimento grevista da categoria, deflagrado na quarta-feira da semana passada e ratificado, anteontem, durante a assembléia dos servidores públicos estaduais. Antes da assembléia, os professores prólabore farão uma reunião em separado para articular a ida de uma caravana a Brasília para expor ao ministro do trabalho, Almir Pazzianotto, a situação em que se encontram atualmente.

O presidente do Centro dos Professores de Goiás, Osmar de Lima Magalhães, explica que parte dos quase 10

mil servidores pró-labore da educação está com seus salários atrasados, desde agosto, e a outra desde outubro. Segundo Magalhães, esses servidores vivem em regime de quase servidão, pois não têm direito a descanso remunerado, férias, 13º salário, assistência médica ou outro benefício qualquer. Afirma Magalhães que os pró-labore vão reivindicar do governo a imediata abertura de concurso público ou pelo menos a adoção de contratos especiais que lhes dêem um mínimo de segurança. *(O Popular/GO, 09/04/87)*

566
Secretaria da Educação invadida

Cerca de 70 estudantes do IEG, Lyceu José Carlos de Almeida e ETFG invadiram, na manhã de ontem, o gabinete do secretário da educação, Jônathas Silva, com o intuito de mostrar os seus desejos de que a pasta atendesse às reivindicações feitas pelos professores, para que os mesmos não entrassem em greve. A preocupação maior dos alunos é a de que não haja uma negociação entre o governo e o CPG em breve, que os fará perder o ano letivo. *(Diário da Manhã/GO, 14/08/88)*

567
Professores da rede oficial deflagram greve

Os professores das redes estadual e municipal de ensino estão em greve a partir de hoje. A decisão foi aprovada na assembléia geral da categoria, realizada ontem à tarde na porta da Catedral Metropolitana, e que contou com participação de aproximadamente quatro mil pessoas. Os professores e especialistas querem aumento salarial e alterações no atual estatuto dos funcionários públicos estaduais.

A preocupação maior da categoria é mesmo salarial. Segundo cálculos elaborados por representantes dos professores, o estado deve as URPs que não foram pagas e ainda a inflação acumulada de dezembro a agosto, em torno dos 327%. Na atual tabela, um professor leigo vai receber um pagamento da ordem de Cz$ 26.960,00 no mês de setembro. O salário nominal é de Cz$ 12 mil, chegando àquele total com a inclusão do abono e da complementação que o estado faz para que o servidor não receba menos que o Piso Nacional de Salários. *(O Popular/GO, 14/09/88)*

568
Professor faz passeata diferente

Como ponto de pauta da agenda do CPG, no encaminhamento do movimento grevista dos professores, foi realizada uma passeata ontem pela manhã nas ruas centrais de Goiânia. Entretanto, mesmo os organizadores da manifestação e passeata não esperavam que a idéia de se fazer algo diferente, como a encenação teatral do enterro do professor que morreu de fome e o desfile do professorado nos diversos papéis de artistas de circo, iria conquistar tanto a simpatia do público goianiense. A tal ponto chegou essa simpatia, que as ruas por onde passaram foram diversas vezes cobertas de chuvas de papel picado, vindas de populares que assistiam a tudo do alto dos prédios, de onde também acenavam e proferiam palavras de apoio aos manifestantes.

A manifestação dos professores, que acabou virando festa de protesto contra a crise educacional vigente, reuniu cerca de 6 mil pessoas. Os participantes do ato permaneceram em frente ao Centro Administrativo até o regresso da comissão de negociação dos professores, que subiu ao 4º andar para conversar com a assessoria da Secretaria de Educação. Mas nada ficou resolvido. A greve continua.

Pais e alunos dão apoio aos mestres — Embora dizendo-se preocupados com a paralisação dos professores da rede pública de Goiás, que já dura mais de uma semana, alunos e pais de alunos, procurados pela reportagem do DM, foram unânimes ao afirmar que apóiam os docentes. "Tenho mais é que apoiar meus professores, pois sendo office-boy do Cesam recebo mais que uma professora minha, que diz ganhar Cz$ 8 mil por mês", declarou o aluno da 6ª série do Colégio Estadual José de Alencar, Marco Antônio, 15. "A greve é a única arma que os professores têm no momento", declara Júlio Pimentel, 32, que retirou os filhos Leandro e André do Grupo Escolar Vasco dos Reis, alegando que aquela escola pública de Goiânia a cada dia oferecia menos condições de aprendizado aos alunos. *(Diário da Manhã/GO, 21/09/88)*

569
O reinício da negociação

Ao procurar ontem o secretário Jônathas Silva, apresentando um documento que solicita a reabertura de negociações, a diretoria do CPG voltou a confirmar que até agora não houve qualquer negociação. Sobre a constante afirmação do secretário de que a greve teria atropelado as negociações, os professores voltaram a lembrar que as reivindicações são retroativas a outubro do ano passado, quando foi anunciado o teor do PCV.

Os professores não se julgam responsáveis pela descontinuidade do governo que "havia iniciado a negociação através de um secretário (Tobias Alves), o qual prometia fazer um diagnóstico em 30 dias para negociar e, depois, no vencimento do prazo, já com outro secretário, anunciava novo período para diagnosticar a situação", diz Nelma de Fátima Gonzaga, da diretoria do CPG. *(O Popular/GO, 01/10/88)*

570
Sindicato no Tocantins

Os trabalhadores do ensino do estado do Tocantins estarão reunidos a partir de hoje para formação do sindicato da categoria na nova unidade da federação. A entidade deve ser criada durante a realização do 1º Congresso Estadual dos Trabalhadores do Ensino do Tocantins, hoje, em Paraíso do Norte.

A expectativa dos promotores é de que o encontro tenha uma participação de um número significativo de trabalhadores do ensino. A representatividade dos participantes do congresso é por delegação, sendo que cada dez trabalhadores correspondem a um delegado eleito. Segundo Osmar Magalhães, presidente da CUT estadual, os problemas do ensino na Região Norte são grandes, e é onde há maior adesão à atual greve da educação. *(O Popular/GO, 14/10/88)*

571
O CPG leva um deputado à justiça

O Centro dos Professores de Goiás, CPG, entrará na próxima segunda-feira, dia 18, com uma interpelação judicial contra o deputado estadual Milton Alves, líder do PMDB na Assembléia Legislativa. O motivo é fazer com que o deputado confirme ou negue em juízo suas declarações feitas na tarde do último dia 13, na tribuna da Casa, de que o CPG está usando parte dos Cz$ 3 milhões e 500 mil de sua consignação mensal na campanha política do Partido dos Trabalhadores, para as eleições deste ano.

O presidente da entidade, Getúlio de Brito, em entrevista coletiva à imprensa ontem, negou a declaração de Milton, acrescentando que esta não passa de mais uma manobra usada pelo governo para que a sociedade perca o crédito que é dado à representatividade dos professores. "O problema é que sempre resistimos às propostas indecorosas que o governo nos faz", conclui Getúlio. *(Diário da Manhã/GO, 15/10/88)*

572
Na rede estadual tudo continua sem solução

Continua a greve dos professores da rede estadual, iniciada há 36 dias. A decisão foi tomada na assembléia geral da categoria, realizada ontem, no pátio da Catedral Metropolitana de Goiânia, que contou com a presença de cerca de 1500 pessoas, dentre as quais estiveram presentes representantes de 14 regionais do interior do estado. Os professores marcaram uma nova assembléia, a ser realizada no pátio da Assembléia Legislativa, amanhã.

O presidente do CPG, Getúlio de Brito, ao fazer uma análise do movimento até agora, declarou que "esta tem sido uma das greves mais bem organizadas da classe, em virtude da consciência de luta apresentada pelos companheiros e o apoio prestado pela sociedade em geral". Getúlio acrescentou que neste instante já se pode ver ganhos reais conquistados pela categoria como "o reconhecimento que o governo teve de que errou ao retirar dos professores conquistas que estavam incluídas no estatuto do magistério e que gradativamente estão sendo resgatadas". Para o presidente do CPG, a tal ponto chegou a organização dos docentes, que a cada novo dia a Secretaria de Educação divulga o atendimento a uma reivindicação, que de início teria declarado não ter como atendê-la. *(Diário da Manhã/GO, 19/10/88)*

573
Servidor do ensino cria o sindicato

A plenária final do Congresso Unificado dos Trabalhadores da Educação, realizado neste final de semana passado em Itumbiara, definiu pela criação provisória do Sindicato dos Trabalhadores na Educação do Estado de Goiás — Sintego. Foi formada uma diretoria colegiada, composta pelos atuais diretores do CPG, Aoego e Assuego, até maio de 1990, quando deverá ser realizada eleição direta.

Segundo o presidente do CPG, Getúlio de Brito, o caráter provisório do sindicato diz respeito à possibilidade de se formar um sindicatão, abrigando todo o funcionalismo, pois nesse caso os trabalhadores do ensino passariam a integrar este outro sindicato. Ele também afirma que as eleições para a segunda diretoria poderiam ser antecipadas, se houver uma filiação maciça. Participam do novo sindicato todos os trabalhadores do ensino — professores, especialistas, técnicos administrativos, porteiros, serventes e merendeiras das redes municipais e estadual de ensino, incluindo os professores das faculdades estaduais.

As entidades, como CPG, Aoego e Assuego, continuarão existindo enquanto forem necessárias para dar sustentação ao novo sindicato. O congresso também se posicionou contra a municipalização do ensino, por eleições diretas nas escolas, e propôs a unificação da data-base dos trabalhadores da educação a nível nacional. Essa proposta será apresentada no Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB). *(O Popular/GO, 01/12/88)*

Mato Grosso do Sul

574
Feprosul reivindica piso de 4 salários mínimos

Um piso salarial de quatro salários mínimos a partir de 1º de setembro, mais o reajuste concedido pela URP. Esta foi a reivindicação feita pela Feprosul ao governador Marcelo Miranda e aos secretários de educação, Aleixo Paraguassú Neto e de administração, Thiago Franco Cançado, durante audiência realizada no dia 31 de agosto. A diretoria da entidade lembrou que há uma defasagem superior a 53% nos salários dos professores, considerando a inflação registrada de março a julho, pelo IBGE. Os dados do Dieese, no entanto, apontam que a reposição deveria ser de 70,2%, além da URP e dos resíduos salariais que também deverão ser pagos pelo governo do estado. Mais uma vez, o governador pediu tempo para pensar na questão, alegando que as finanças do estado não estão muito boas. *(Quadro Verde/MS, ago/set/87)*

575
Movimento legítimo

Mesmo sob ação arbitrária do governo da Aliança Democrática, que enviou telegrama ameaçador aos diretores de escolas para punir os professores grevistas, o grupo magistério provou ter personalidade, participando ativamente da greve geral realizada no último dia 20 de agosto. Em todo o estado, cerca de oito mil professores saíram às ruas para protestar contra o arrocho salarial, a recessão e a submissão do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI). O protesto foi válido e legítimo, pois passados não mais que 15 dias, o governo promoveu um novo arrocho nos salários, com a flexibilização dos preços e o reajuste de apenas 4,69% nos salários, além de desvincular o piso mínimo nacional para efeito de aumentos das categorias profissionais, que ficarão dependendo somente do Salário Mínimo de Referência, que tem valor inferior. Os professores precisam estar atentos, pois as manobras que estão sendo realizadas na Constituinte visam destruir todos os direitos até então con-

quistados. O magistério deve unir-se para pressionar os parlamentares a cumprir seus compromissos com a nação brasileira. *(Quadro Verde/MS, ago/set/87)*

576
Magistério faz passeata e greve históricas no MS

Demonstrando coragem, perseverança, unidade, senso de responsabilidade e tendo o apoio integral da comunidade escolar, os professores da rede estadual de ensino realizaram o maior movimento grevista da história de Mato Grosso do Sul, permanecendo durante 32 dias com suas atividades paralisadas, com uma adesão média de 95% da categoria. Sob a coordenação da Feprosul e associações municipais, o grupo magistério promoveu também uma passeata histórica no dia 11/11, conseguindo levar mais de 20 mil pessoas às ruas centrais de Campo Grande.

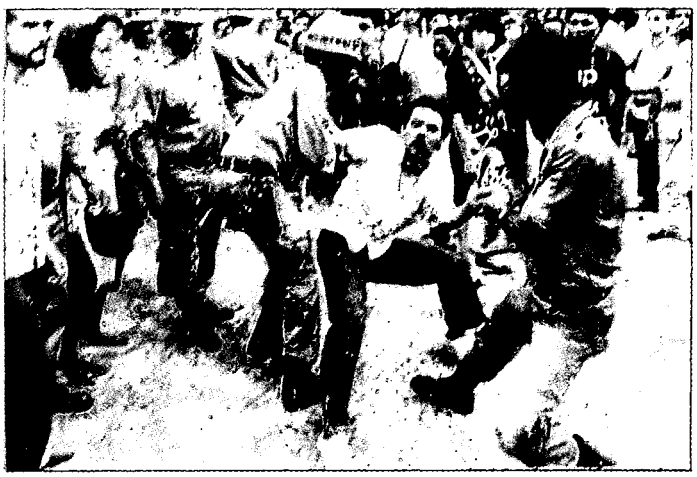
O governador permaneceu irredutível com relação à questão salarial, não aceitando a reivindicação de quatro salários mínimos feita pelos professores. Com isso, o professorado decidiu retornar à sala de aula sem qualquer benefício salarial, mas numa forma de agradecimento à comunidade escolar que pres-



Rio Grande do Sul, maio de 1987



Santa Catarina, julho de 1987



Minas Gerais, maio de 1987



Rio de Janeiro, julho de 1988



São Paulo, março de 1988

tou grande apoio ao movimento. O movimento não foi em vão pois a comissão estadual de negociação conseguiu convencer os deputados a aprovarem o estatuto do magistério, onde foram conquistados grandes benefícios. *(Quadro Verde/MS, dez/87)*

577
Feprosul faz nova proposta de ensino

Foi aberta ontem pela Federação Sul-matrogrossense de Professores (Feprosul) a 1ª Conferência Estadual de Educação que tem como principal objetivo discutir e elaborar uma nova proposta de ensino. Cerca de 300 professores de todo o estado estiveram presentes ao evento que irá se estender até amanhã. A 1ª Conferência é composta por representação de entidades filiadas à Feprosul. Durante o encontro serão discutidos os princípios gerais norteadores de uma nova política educacional. "A categoria pretende lutar por uma educação séria, capaz de transformar o atual sistema de ensino que é considerado autoritário e discriminatório", afirmou Elza Aparecida, presidente da Feprosul.

Estiveram presentes à solenidade de abertura, os secretários de educação do estado e de Campo Grande, Aleixo Paraguassú e Alcídio Pimentel. Além de autoridades ligadas ao sistema educacional da capital. Ontem, o primeiro tema a ser discutido foi a questão da "Municipalização X financiamento" palestra pronunciada pelos professores Paulo Egon e João Monlevade. À noite a conferência ficou por conta do professor Hermes Zanetti que falou sobre "Gestão democrática e recursos técnicos". *(Correio do Estado/MS, 18/06/88)*

578
Completa 21 dias a paralisação no MS

A greve dos professores estaduais de Mato Grosso do Sul completou ontem 21 dias e sem perspectivas de ser suspensa, porque o governador Marcelo Miranda mantém-se inflexível em suas medidas que acabaram com uma série de vantagens conquistadas nos últimos anos. O magistério concorda em voltar às aulas desde que seja restabelecido o piso de 3 salários mínimos de referência, reduzido para 2,4 dentro do pacote de medidas de contenção aprovado na semana passada pela Assembléia Legislativa.

A paralisação, que o governo vinha informando estar diminuindo, ganhou novas adesões porque os professores que estavam trabalhando não receberam também o salário de julho, aumentando o descontentamento da categoria. Uma comissão de negociação da Federação dos Professores do Estado (Feprosul) vem negociando diariamente com o novo secretário de educação, Valter Pereira, mas o único empecilho para um acordo é a questão da redução do piso salarial. Anteontem o governador reafirmou que não volta atrás em suas decisões, mesmo com o imenso desgaste causado ao seu governo. *(Folha de Londrina/PR, 02/09/88)*

579
Reposição de aulas

O secretário de educação do estado, Valter Pereira, determinou a reposição de aulas em todas as escolas paralisadas pela greve dos professores. As 11 agências regionais de educação já estão redistribuindo para as escolas documento contendo as "orientações sobre o encerramento do ano letivo de 1988". A sugestão de Valter é que aos sábados sejam dadas aulas para não prejudicar as férias. *(Correio Braziliense/DF, 22/09/88)*

580
Professor, a grande desgraça

Nas reuniões que vem fazendo com os diretores das escolas estaduais, Valter Pereira conclama, com veemência, os diretores a encarnarem o espírito do governador dentro das escolas. Promete resolver os problemas das escolas com a máxima urgência, pede um voto de confiança aos presentes e encerra a reunião.

Segundo diretores que assistiram as reuniões, Pereira parece estar no palanque de uma campanha política. Só promessas. Tem solução para todos os males, mas quando vai à imprensa é só para botar culpa no diretor ou no professor. A imprensa já o está chamando de Jânio Quadros. Não é preciso muita atenção para descobrir no discurso do secretário que a educação vai muito mal, e que a causa de tudo é o professor. Basta pegar as manchetes dos jornais sobre notícias da Secretaria de Educação que se verificará a grande campanha contra o professor. Dias atrás foi a demissão do agente interino de educação de Dourados, porque não havia Guarda de Segurança na Agência; dias depois, duas diretoras na capital foram demitidas, porque não havia giz nas escolas. São fatos insignificantes na árdua tarefa de fazer educação, mas que são acompanhados de enorme estardalhaço na imprensa. A intenção clara é culpar diretor e professor pela calamidade pública em que se encontra a educação em MS.

Basta ver, na composição da equipe do secretário, que "professor é palavra de baixo calão". Quantos de sua equipe, que estão administrando a Secretaria de Educação, são oriundos do próprio quadro do magistério? Apenas Eliane Regasso, e pelo que se conhece nunca atuou em sala de aula.

A situação é tão ruim, e todos estão percebendo, que passado mais de um mês de sua posse, Pereira não conseguiu nomear o secretário adjunto. Muitos foram convidados mas não aceitaram. Marcelo culpou os professores pela falência econômica do estado e Pereira tenta culpar o magistério pela falência educacional. *(Quadro Verde/MS, out/88)*

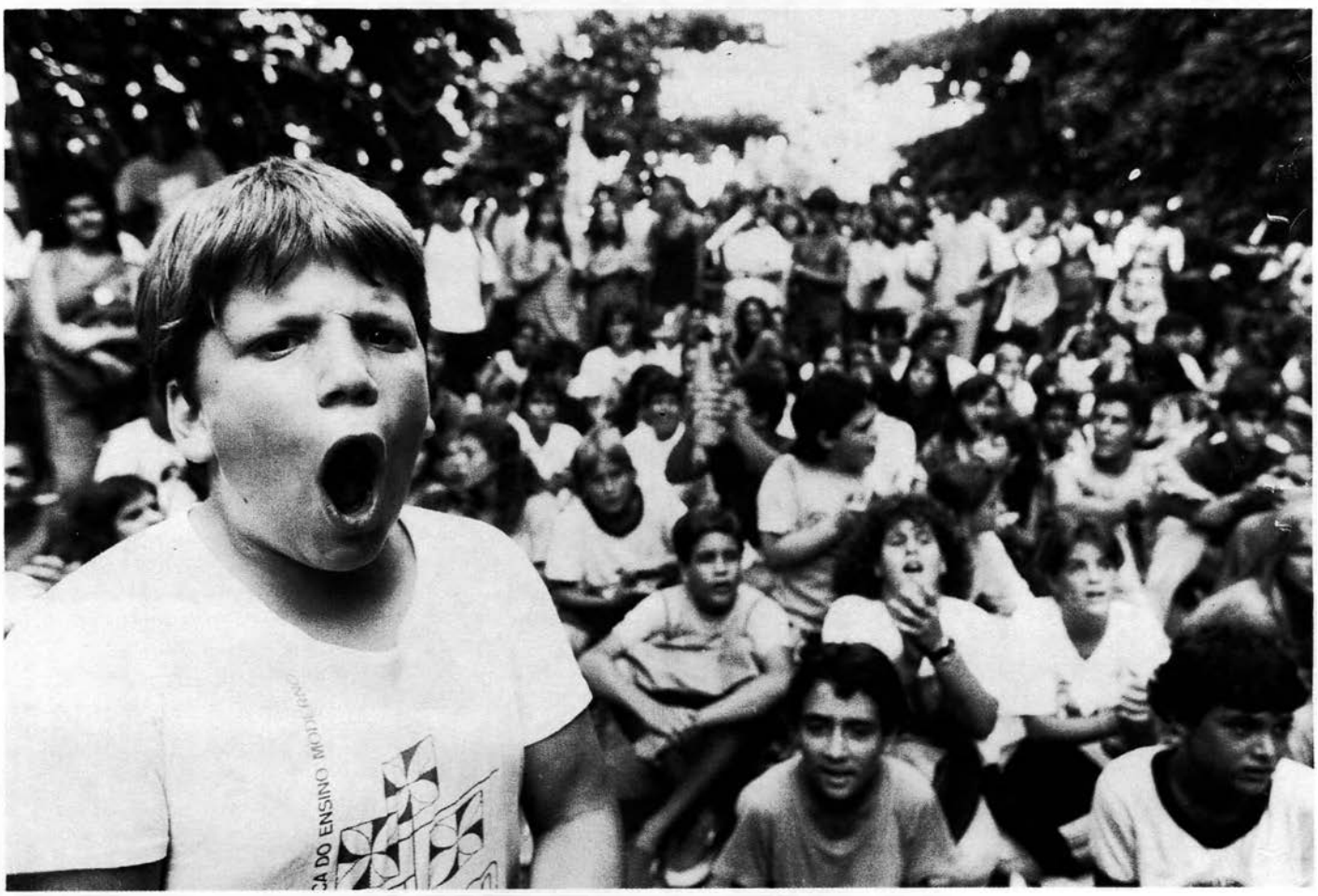
Mato Grosso

581
Greve dos professores

Os professores da rede estadual de ensino de Mato Grosso entraram em greve por causa do atraso no pagamento de salários. O secretário de educação e cultura do estado, Edegard Nogueira Borges, lamentou a decisão e reiterou a explicação segundo a qual os atrasos no pagamento "são uma herança dos governos anteriores". Ele salientou porém que o atraso no pagamento é de um só dia, pois o governo está cumprindo o cronograma estabelecido, pagando 75% dos professores de 12 a 15 dias depois de ter vencido o mês e o restante no período de 17 a 20 dias. Ele vê na greve um fundo político nesta época de campanha eleitoral. *(Correio Braziliense/DF, 14/10/88)*

ESCOLAS PARTICULARES

Evandro Teixeira/ATB



O MERCADO DO ENSINO

Robespierre Martins Teixeira (*)

A leitura da escola particular, feita de modo geral e inclusive por aqueles que tratam diretamente com ela, parte de algumas "verdades" que foram sendo incutidas nas cabeças das pessoas, transformadas em "senso comum" e em premissas para a discussão do papel desta escola.

Como primeiro momento na discussão da escola particular há o pressuposto ilusório, direta ou indiretamente vendido à sociedade, de que ela tem como núcleo de suas preocupações a educação; de que toda a sua atividade gira centrada em torno de um projeto de ensino de razoável qualidade e aplicado de forma responsável.

Cada dono de escola, suas associações, seus sindicatos e sua federação se utilizam de todos os meios para passar a idéia que liga a qualidade de ensino ao ensino privado. Isto é facilitado, na atual conjuntura brasileira, por uma visão privatizante, para todos os setores de atividade, que vem sendo trabalhada nos mais diversos níveis de poder e opinião.

Neste caminho poucas são as notícias que, por suas informações mais detalhadas, colocam em discussão a questão da qualidade de ensino na escola da rede privada. O comum é encontrarmos nos jornais matérias pagas ou encomendadas nas quais a qualidade do seu ensino é alardeada, em contraposição à da escola pública. Assim, os empresários do ensino procuram eludir a dificuldade por que passa a educação em nosso país que, embora seja um fato de longa data, foi agravada nos últimos decênios. Criam uma falsa visão quando, abordando a qualidade de ensino, vendem a idéia de que os problemas da educação estão resolvidos nas escolas da rede privada.

No caminho para a análise de como é produzida esta ilusão — um ensino de qualidade na escola particular — pelo menos dois aspectos merecem ser apontados.

Um deles é o permanente discurso que relativiza a qualidade da escola particular tendo como referência a escola pública. É evidente que este discurso só repercute por estar apoiado no fato concreto da existência de uma crise real na rede pública. Esta crise tem seus fundamentos na ausência de uma ação responsável do estado na área educacional, tanto no dimensionamento da rede pública para atender a demanda, quanto na adoção de medidas administrativas e pedagógicas que propiciem um atendimento escolar contínuo e de boa qualidade. Acrescente-se a isso que o descaso com a educação, associado à política de arrocho salarial, repercutiu fortemente sobre as condições profissionais e de vida dos professores, principalmente nos grandes centros urbanos. Seus salários foram rebaixados a valores insuportáveis, criando as condições para uma luta reivindicatória justa, que passou a envolver o conjunto da categoria e que, por seus inevitáveis traços economicistas, enfraqueceu ainda mais a escola pública aos olhos da população e facilitou o discurso dos donos de escola.

É relevante lembrarmos que o abandono, pelos governos, a que foi relegada a escola pública levou o ensino oferecido a níveis assustadoramente baixos. Neste sentido, são ressaltados com freqüência pelos estudiosos da educação os traços de intencionalidade de um projeto que resultou na liquidação da escola pública e na plena abertura de um vasto campo para as escolas da rede privada.

O outro aspecto é o discurso que absolutiza a qualidade da escola particular. Facilita este discurso o comportamento dos usuários da escola, que não exigem dela senão uma rotina de trabalho e, em determinadas camadas, o sucesso nos vestibulares. Estas passam a ser as referências pelas quais se mede um bom ensino nos diversos segmentos da escola.

Por outro lado, há também o comportamento da categoria dos professores que trabalham na rede privada. Na grande maioria das ocasiões, por razões objetivas, as contradições da categoria com a escola privada se desenvolvem no nível do corporativo e do econômico, sendo que, por falta de parâmetros e até por questões profissionais, a análise do comportamento da escola no campo da educação raramente é feita pelos professores.

O contato mais íntimo e permanente, vivido pelos profissionais da educação nas escolas da rede privada, se revelado, nos mostraria o inverso do discurso dos empresários do ensino. Ao invés de um projeto que privilegia a qualidade de ensino, o que há é o descaso com o processo formativo, a ausência de uma visão metodológica moderna, a pobreza de conteúdos programáticos e até mesmo pressões para aprovação do aluno no fim do ano, como forma de reter sua clientela, que podem ser retratadas em frases como: "...assim não teremos turmas no ano que vem..."

Este contato também revelaria que ao invés da aplicação responsável de um projeto, ainda que medíocre, o que existe são turmas com um número indevido de alunos em sala, ausência de meios materiais, mesmo os mais elementares, e a inexistência da ação coletiva que viabiliza a realização de projetos educacionais.

Para dar a medida do que ocorre na grande maioria destas escolas, é importante marcar o descompromisso total com uma das questões fundamentais da educação — a formação da cidadania, preceito que foi incluído na Constitui-

(*) É professor das redes pública e particular, ex-presidente do Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro.

ção, e que representa uma vitória das áreas que apostam na democracia e que atribuem à educação um papel importante na sua ampliação e preservação. Assim, as preocupações do jovem com a vida pública e com o social, no mínimo, não encontram eco na escola particular e sua necessidade de vida coletiva é quase sempre respondida com a orientação para o superficial; a sua vontade de se organizar e participar das lutas reivindicatórias dos estudantes é respondida com o discurso da descrença, do medo e até mesmo com a repressão e a punição. A leitura dos jornais deixa, por vezes, que se perceba este comportamento da escola particular, principalmente quando elas tomam atitudes exarcebadas que despertam a resistência dos pais. Notícias como a das punições para impedir a fundação do grêmio escolar do Colégio Cenecista na Bahia, ou da repressão do Grupo Objetivo contra alunos que participaram de protesto contra os aumentos das mensalidades em São Paulo, dão uma pequena amostra do arbítrio e da pressão antidemocrática existente no grosso das escolas da rede privada, num processo de permanente castração da formação da cidadania.

Intimamente ligado ao pressuposto da qualidade, há um segundo aspecto na leitura da escola particular que é muito usado. Ela é tratada como uma atividade não-comercial. Seu proprietário é mostrado e visto apenas como um intermediário remunerado na prestação do serviço escolar. Quando muito é considerada uma atividade comercial especial, na qual o comerciante não está preocupado com o lucro, o que transforma os proprietários de escola em destacados servidores de um ideal.

A história das escolas particulares — como são formadas a cada momento, como se fortalecem e como se comportam — desmente, no geral, esta idéia de doação ao social por parte dos donos de escola. Estão aí os cursos de pequena monta que foram sendo transformados, ao longo do tempo, em grupos potentes que chegam hoje a envolver dezenas de milhares de alunos. Estão aí, também, as escolas que "evoluíram" e se transformaram em faculdades e até mesmo em universidades. E é claro que isto só pode ocorrer se estiver associado a uma ação comercial bem sucedida.

Na mesma linha não é raro descobrirmos escolas confessionais, que têm como proposta a formação dos indivíduos segundo sua filosofia de vida, tendo a atribuição de sustentar toda a sorte de atividades do grupo religioso a que pertencem — dos missionários às missões. E isto exige uma boa administração financeira, o que leva o responsável pelas finanças a ser uma das mais importantes (ou mesmo a mais importante) figuras da escola.

Por outro lado, a todo momento surgem pequenas escolas que apelidamos de escolas-garagem (... uma garagem vazia, uma filha recém-formada na escola normal e que não quer ser explorada pelos donos de colégios, um bando de crianças na vizinhança, um pequeno investimento e está pronta uma nova escola) — mais particularmente — um jardim, uma pré-escola... então a participar da renda familiar. Torna-se a preocupação principal fazer com que este empreendimento seja capaz de cumprir o papel econômico previsto. Em pouco tempo, uma conhecida desempregada (às vezes, por acaso, até professora) é assalariada; a "escolinha" cresce e vira o centro da economia da família.

Em todos os momentos, porém, a característica comercial da escola particular é omitida, o que ocorre não apenas no discurso dos proprietários das escolas. Ainda agora, face à crise econômica, a discussão das mensalidades escolares põe a nu a divergência entre os usuários e os proprietários de escola, a linguagem usada para discutir a questão tende a diluir o caráter comercial da escola particular. Deste modo, os aumentos de mensalidade viram "repasse de índices", "correções de defasagem", os reajustes são para "atender as necessidades de funcionamento" das escolas e assim por diante. Mesmo na boca de pessoas que se preocupam em defender o consumidor surgem frases que ajudam a esta leitura: "(O Conselho)... colocou as escolas no mesmo nível que qualquer outra empresa particular" ou "Ensino não é mercadoria e escola não é empresa" estendendo um importante conceito de defesa da escola pública à escola particular e, deste modo, falsificando o que ela realmente representa.

Esta omissão também aparece na forma de "sentir" da população — que ainda reverencia o "sr. diretor" dono da escola — embora vá ficando cada vez mais difícil a permanência desta ilusão. A necessidade de uma ação mais declarada dos donos de escola na defesa dos seus interesses financeiros torna mais clara a contradição entre a prática das escolas e o discurso da "boa ação". E aí, surgem as medidas reveladoras: as retenções de transferência, o impedimento de freqüentar as aulas, a proibição de prestar provas, quando há atraso no pagamento; ou ainda as atitudes que tomadas no recente problema das mensalidades escolares, quando os pais resistiram aos aumentos e as escolas ameaçaram até com locaute, numa agressão coletiva dos colégios ao conjunto dos usuários, embora o alvo da ameaça tenha sido desviado para os órgãos do estado em nome da liberdade de ensinar.

Neste ponto desempenham importante papel para o jogo privatista os Conselhos de Educação, teoricamente o espaço onde devem ser pensados os caminhos para as questões maiores da educação brasileira, mas na verdade cartórios de registro. Neles, o que se faz praticamente, quase sempre sob a ótica privatista, é discutir e procurar soluções para os problemas que as escolas da rede privada criam em sua ação.

Com a transformação em "senso comum" deste par de referências — vendidas à sociedade principalmente pelos que se beneficiam do empresamento da educação — está formado o suporte subjetivo que facilita a vida tranqüila da escola particular, mesmo quando acossada por setores que vivem uma relação de contradição com ela.

É evidente, porém, que mesmo com a voga neoliberal que está presente no conjunto das propostas para o encaminhamento dos problemas que vive o nosso país, o projeto dos donos de escola não teria passagem em amplos setores se as condições objetivas não fossem favoráveis. E este favorecimento tem a marca da ineficácia e do desinteresse do estado na efetivação de uma rede de escolas públicas que atenda à população e se expressa desde os vários mecanismos de encaminhamento de verbas para as escolas da rede privada, até o abandono e a não-ampliação da rede pública.

O estado, ao se ausentar ou diminuir sua presença na educação, transforma a escola em problema exclusivo da família e abre caminho para o reinado da escola particular,

principalmente na pré-escola, onde esta ausência é total e o reinado, absoluto.

Com esta disponibilidade podem as escolas ditar normas de comportamento aos usuários e desenvolver uma relação profundamente autoritária, que até o noticiário dos jornais deixa perceber. Aqui a atmosfera criada em torno da escola particular desempenha por inteiro seu papel. Assim, a grande maioria dos pais fica imobilizada diante da ação da escola, já que não há porque duvidar da seriedade do projeto que ela desenvolve.

No plano institucional, este mesmo efeito se apresenta. Estão aí os Conselhos Estaduais de Educação e não há governo que, submetendo-se às pressões políticas, não use como argumento ser absolutamente necessária a presença das escolas privadas nos Conselhos para que eles possam ser representativos.

Do mesmo modo, sua "boa qualidade" e o "desinteresse econômico" de seus proprietários levam amplos setores a reivindicar, em nome da "liberdade de escolha", que o poder público encaminhe grande parte dos seus recursos, destinados à educação, para as escolas da rede privada em forma de subsídios, bolsas, subvenções ou financiamentos, deixando para o estado apenas os recursos necessários para a formação de uma escola destinada às camadas mais carentes da população, que tenha por objetivo ensinar a ler, a escrever e a contar, além de preparar o "carente" para uma profissão.

A discussão passa a ter como objeto não mais a ampliação e a melhoria da rede pública escolar mas o financiamento da educação através das escolas da rede privada, com recursos do estado. E é importante destacar que esta atmosfera criada em torno dos interesses da escola particular é respirada de forma acrítica por todos os setores a ela ligados. São os pais que, face à fraqueza da escola pública, procuram a ilusão da qualidade de ensino e que, diante das dificuldades financeiras, lutam por uma bolsa de estudo; são os estudantes que em vários momentos das lutas reivindicatórias, tentando afastar o fantasma das mensalidades escolares, esquecem as palavras de ordem de ampliação da oferta de vagas na escola pública e reclamam subvenções para as escolas particulares, romanceando até mecanismos de controle que produzem a ilusão de uma escola particular não comercial. São os professores que às vezes voltam ao passado e sonham com suplementação do governo federal aos seus salários, como acontecia nos anos 50.

Mas o jogo de sedução da escola particular não se reduz a estes espaços. Em todas as áreas de poder, ligadas à educação e fora dela, respira-se a atmosfera viciada pelo discurso da escola particular e são criadas as condições e os mecanismos para favorecê-la. As atentas leituras de jornais mostram que a defesa da escola particular laica ou confessional é sempre feita e neste jogo entram até aqueles que não estão submetidos aos seus interesses imediatos — presidente, parlamentares, lideranças políticas, ministros, governadores, secretários de estado, entre outros.

A POLÍTICA PERVERSA DA PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO

Antônio Joaquim Severino (*)

Os acontecimentos que, nestas últimas décadas, vêm envolvendo o sistema privado de ensino no Brasil, dos quais nos dão conta as notícias da imprensa transcritas nesta publicação, mostram as graves contradições da política educacional do país. A briga das mensalidades levada pelos estudantes e suas famílias bem como as lutas por melhores salários e condições de trabalho conduzidas pelos professores desse sistema são, na realidade, apenas a ponta visível de um grande iceberg *em que se transformou a política educacional do estado brasileiro nesse mesmo período. Elas constituem, com efeito, erupções de superfície, manifestações sensíveis de um conflito mais profundo em que se debate a educação nacional, ainda desarticulada pelas forças manipuladoras que atuam no interior do processo de desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira.*

As indicações da história: a caminhada rumo à privatização

Uma retomada crítica da história da educação brasileira nos mostrará que só a partir de 1930 o problema começará a se manifestar. É que, até então, a demanda e a oferta da educação não haviam evoluído significamente, não exigindo o desenvolvimento do sistema de ensino, uma vez que à educação cabiam apenas funções ligadas à satisfação de interesses de pequena oligarquia fundiária. Mas com o desenvolvimento urbano-industrial e o conseqüente surgimento do proletariado e o crescimento das camadas médias, a demanda pela educação se expande, passando a caber à educação não só atender à divisão do trabalho, mas também formar o cidadão para a nova sociedade que se queira próspera e desenvolvida (SEVERINO, 1986:79). *Desde a descoberta até esse primeiro quarto do século 20, a educação tradicional oferecida pela Igreja Católica atendia a todos os reclamos da sociedade fundamentalmente agrária. Doravante não conseguiria mais fazê-lo, nem no plano quantitativo, nem no plano qualitativo. O novo momento do capitalismo urbano-industrial será propício às mudanças nos processos educacionais, que passarão a se inspirar nos ideais escolanovistas, ao mesmo tempo que no plano político-administrativo, o aparelho de estado será pressionado pelos novos agentes sociais a implantar um sistema público de ensino. Data igualmente desse período, a grande luta ideológica entre os defensores do novo modelo educacional, os liberais, e os defensores do modelo tradicional, os católicos conservadores* (CURY, 1978). *O estado brasileiro pratica uma política educacional fundada no compromisso e na conciliação dos interesses tanto do setor tradicional, representado pela oligarquia agrária, apoiada pela Igreja, como do setor moderno, representado pela burguesia urbano-industrial, apoiada pelos intelectuais reformadores, ao mesmo tempo que procurava atender ainda as demandas específicas dos segmentos médios e populares, desde que não comprometessem aqueles dois setores fundamentais. Daí o fato da implantação da rede pública de ensino e a presença nas constituições e na legislação ordinária de dispositivos que procuravam garantir, de maneira conciliatória, todos esses interesses conflitantes.*

A luta ideológica entre os dois grupos se faz marcante durante o processo de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que se segue à Constituição de 1946 e que é finalmente aprovada em 1961. Pode-se dizer que esta lei consagrou a vitória de posições conservadoras ao mesmo tempo que incorporava outras tantas conquistas dos renovadores, sobretudo na própria concepção pedagógica. Creio que não erraríamos em concluir que os ganhos do grupo conservador situaram-se no âmbito político, enquanto os ganhos do grupo renovador situaram-se mais no âmbito específico do pedagógico, sem desconhecer que isto tem também implicações políticas (BUFFA, 1979; SAVIANI, 1973; ROMANELLI, 1978).

Uma estranha aliança: a Igreja e seus novos aliados... provisórios

Dois fatos significativos marcaram historicamente o debate que conduziu à Lei de Diretrizes e Bases de 1961 e à sua implementação nas décadas que se seguem.

O primeiro é que foi um debate duplamente ideológico, pois além de seu conteúdo em termos de posições e idéias, seu plano verdadeiro situou-se na realidade, no âmbito da questão da disponibilidade e da vinculação dos recursos

(*) Professor da Faculdade de Educação da USP, ex-vice-reitor acadêmico da PUC/SP e ex-membro do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

financeiros do estado para a educação, ambos os grupos reivindicando o direito de dispor de verbas públicas para a implantação e desenvolvimento de seus sistemas de ensino. Caracteriza-se e se consolida assim, desde então, o dualismo do sistema educacional brasileiro: o sistema público e o sistema privado de ensino.

O segundo fato marcante é que as posições até então defendidas pela Igreja, no plano ideológico, sintetizadas no princípio da liberdade de ensino, foram encampadas por um novo grupo político ideológico: os partidários leigos da iniciativa privada no campo da educação (SEVERINO, 1986:83). Só que esse princípio, assumido pelos representantes da Igreja como princípio doutrinário, foi apropriado pelos privatistas como princípio de autonomia empresarial. Tal fato é fundamental para a compreensão da atual situação da educação brasileira.

Assim, as conquistas ideológicas e políticas da Igreja na LDB constituíram uma vitória de Pirro, uma vez que o grupo realmente vencedor e que soube explorar bem sua aliança com a Igreja, foi o grupo privatista, representado pelos modernos empresários da educação. São eles que terão papel significativo no campo da iniciativa da educação formal nessas últimas décadas e que estão no centro da crise e das contradições que atravessam a atual política educacional brasileira.

A derrota da Igreja acabou sendo dupla, tendo pago preço muito alto, comprometendo irreversivelmente a especificidade de sua ideologia humanista. Com efeito, o grupo privatista, embora tenha cerrado fileiras com a Igreja na discussão da LDB, o fizera apenas em defesa de interesses comerciais, sem nenhuma convicção religiosa, até porque se trata de um grupo laicista. Na oportunidade, a argumentação católica voltada para a defesa da liberdade de ensino e para a condenação das supostas ameaças comunistas, era adequada a seus objetivos relacionados com o controle das iniciativas particulares de ensino pago (Cf. MARTINS, 1988).

Por outro lado, no plano pedagógico, as escolas católicas acabaram tendo sua pedagogia tradicional superada pela pedagogia nova, pelo escolanovismo, inspirado no ideário do cientificismo e do liberalismo, uma vez que para atender sua clientela em regime de ensino pago, viram-se forçadas a abrir-se totalmente às novas metodologias e aos novos processos pedagógicos do ensino moderno.

Não é pois sem razão que com a ascensão do governo autoritário de pós-64, a Igreja também seja perseguida e reprimida quando insiste em manter sua identidade. Ela podia manter sua rede de ensino desde que não desafiasse a orientação ideológica do novo sistema de poder, essencialmente tecnocrático, tão laicista quanto anti-liberal.

A verdade é que o quadro atual da educação escolar brasileira ficou assim constituído: de um lado, a rede de ensino tradicional, representada pelas escolas confessionais em geral, está em franco processo de dissolução e de desaparecimento. Com efeito, bem ou mal, as escolas confessionais tinham um projeto ideológico próprio que lhes conferia uma certa identidade. No entanto, estão sendo forçadas a desaparecer, pois para sobreviverem precisam adequar-se ao modelo pedagógico do escolanovismo e ao modelo político-administrativo dos grupos privatistas. Não há como manter sua identidade ideológica humanístico-cristã, de apelos universais e populares, sem entrar numa profunda crise de sobrevivência. É por isso também que as congregações religiosas ainda fiéis a seu projeto educacional, vêm abandonando suas escolas de 1º e de 2º graus, buscando outras formas de atuação com alternativas de educação popular e comunitária. É também por isso que as universidades confessionais se defrontam com graves e permanentes crises econômico-financeiras, tudo levando a crer que não resistirão por muito tempo (CURY & NOGUEIRA, 1985:70).

De outro lado, a rede de escolas públicas, que se consolidara em decorrência da força modernizadora do projeto liberal-renovador, após essa fase de significativa presença sócio-cultural, entra igualmente em declínio à medida que a política educacional do próprio estado começa a ser dominada pela tendência privatizante, o que ainda continua ocorrendo nos dias de hoje.

Assim, a única rede de ensino que se expande no atual momento histórico, é a rede das escolas privadas laicas, criadas e gerenciadas pelo grupo privatista que, como vimos, é o grande vitorioso no processo de implantação do sistema educacional pós-LDB e que se consagra sobretudo após 1964. Coerente com a política social do estado tecnocrático gestado no bojo dos avanços do capitalismo monopolista que se instala no país desde então, este grupo entende que a oferta da educação é um dentre outros empreendimentos econômico-financeiros. Com esta concepção, este grupo é o que melhor se presta à política instrumentalista da educação desenvolvida intencionalmente pelo estado em função do crescimento econômico do país (MARTINS, 1988:17).

Quando até o público é privado: o caso do estado brasileiro

A vitória e a supremacia do modelo tecnocrático de estado que se consolida hegemonicamente no Brasil a partir da década de 60, embora tenham seus gérmens nas décadas anteriores, representaram a maturação do capitalismo monopolista e a superação das últimas tendências da política populista, ainda vazada em posições liberalizantes (IANNI, 1968). No entanto, esse populismo, ao expressar alguma resistência à expansão capitalista, representava um entrave à plena consolidação do sistema. Daí a necessidade da ruptura violenta do movimento de 1964, através do qual o empresariado nacional, associado ao capital internacional, contando conjunturalmente com o apoio dos militares e dos segmentos médios da sociedade, insuflados pela pregação anti-comunista, derrubou o governo constitucional e implantou o novo regime tecnoburocrático, extremamente autoritário (DREYFUSS, 1981).

Este novo regime redefine as funções do estado: o executivo torna-se forte e concentrador, desenvolve o controle político-policial de toda a vida social, moderniza e expande, com sofisticada tecnologia, a administração pública que passa a ser toda centralizada, reprime qualquer ato de contestação política e social, até mesmo por força policial, se preciso. Mais que nunca, o Brasil mergulha na dependência em relação aos países capitalistas metropolitanos, de cuja política econômica imperialista e totalitária passa a depender diretamente. Tal alinhamento se sustenta ideologicamente pela afirmação da defesa da civilização "democrática" do Ocidente e pelo seu corolário aplicável aos países periféricos que é o da segurança, que deve envolver o processo de de-

senvolvimento econômico e social (ASSMANN, 1979; SEVERINO, 1986:89-94; COUTO E SILVA, 1967).

É óbvio que nesse quadro político-ideológico a educação sofre profunda reorientação, que vai exatamente no sentido de uma política de privatização de todos os serviços públicos. Assim, ao dar andamento ao processo de reorganização e de planejamento da educação, a nova administração passa a apoiar e a incentivar declaradamente a iniciativa particular no empresamento da atividade formal de ensino. Toda a legislação específica, diretamente influenciada pelos modelos norte-americanos embutidos nos vários acordos de assistência técnica e financeira assinados com a Usaid, conduzia nessa linha, com vistas à adequação do sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico adotado (ROMANELLI, 1978; CUNHA, 1985; ARAPIRACA, 1982). *O grupo privatista, com sua iniciativa educacional, se presta à política de expansão da educação visada pelo governo autoritário, já que, de um lado, libera o estado do ônus financeiro da preparação de pessoal, habilita em massa uma mão-de-obra numerosa, com qualificação apenas técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico. Deste ponto de vista, tal sistema escolar contribui direta e intensamente para a reprodução das relações sociais imperantes na sociedade, bem como da ideologia que as sustenta. De outro lado, essa oferta empresarial da educação abre mais uma frente no processo de reprodução do capital e da exploração da força de trabalho, no caso, dos professores, técnicos e funcionários administrativos.*

A crise que agora estamos assistindo e que esta publicação retrata com fidelidade, é conseqüência direta do funcionamento do modelo. Como todo empreendimento capitalista, a indústria dos serviços educacionais leva necessariamente a uma aceleração da exigência de sempre maiores ganhos, eis que a produção não pode estabilizar-se num determinado patamar. No entanto, o consumidor dos serviços, em conseqüência do mesmo processo capitalista, não consegue acompanhar com facilidade esse custo.

O segmento da sociedade mais afetado por essa aceleração é exatamente aquele das camadas médias, que mais demanda esses serviços. É que as camadas burguesas não se afetam pelo crescimento dos custos, pois são os detentores do capital que só tende a crescer e a concentrar-se em suas mãos. Já a população das camadas subalternas, quando lhes sobra algum espaço vital para a escolarização de seus filhos, só usa mesmo dos precários serviços educacionais da rede pública.

É no aguçamento dessa situação que se torna nítido o caráter paradoxalmente privado do estado brasileiro. Assim como fez com os serviços de saúde e de habitação, o estado também repassa ao setor privado os serviços da educação. Ao mesmo tempo que apóia direta ou indiretamente a iniciativa privada nesse campo, vai sucateando o sistema público de ensino, mantendo-o apenas em condições de funcionar no limiar da própria sobrevivência, numa situação de total precariedade, como é de conhecimento geral.

Tal política é duplamente perversa: primeiro, desconhece a incapacidade econômica da maioria da população, no atual estágio da sociedade brasileira, de se integrar no processo produtivo de uma economia capitalista, de uma economia de mercado, que pressupõe um patamar mínimo de condições objetivas para que os agentes possam dela participar, pois abaixo desse nível essa participação se situará necessariamente numa esfera de marginalidade econômica. Ignora assim o estado brasileiro que os estados metropolitanos de economia capitalista, antes de chegarem a este estágio de mercado "livre", já haviam por dezenas de anos equipado sua população exatamente mediante adequados serviços públicos; em segundo lugar, a perversidade do sistema se manifesta igualmente no fato da precária qualidade da educação que sobra para a população, tanto nas escolas/empresas quanto nas escolas públicas, ou seja, tal educação ofertada não habilitará essa população ao ponto de lhe viabilizar a ruptura do círculo de ferro de sua opressão. Apenas uma elite vinculada aos segmentos dominantes poderá dispor de uma educação qualificada, sem dúvida alguma capaz de habilitá-la para continuar no exercício de seu poder de dominação.

A duvidosa legitimação

O estado brasileiro revela assim o seu caráter de ente privado, uma vez que os benefícios advindos da aplicação dos recursos coletivos de toda a sociedade só atingem um pequeno e privilegiado segmento social, por sinal, aquele que menos precisa deles.

O ensino privado, tal como vem se desenvolvendo no Brasil de hoje, acabou se transformando assim, com a cumplicidade consentida do próprio poder público, numa perversidade radical. Atuando como representante de apenas um segmento da sociedade, o estado se omite, em sua prática real, quanto ao atendimento das necessidades e demandas dos demais segmentos, não obstante seu discurso formal na defesa dos interesses da totalidade da população, discurso esse puramente ideológico.

Assim, o estado vem desativando o investimento na rede pública de ensino, em todos os graus. A escola está praticamente entregue à sua própria sorte, tal a precariedade de sua infra-estrutura, dos recursos físicos e pedagógicos, tal o descaso com os recursos humanos, os professores, os técnicos e os funcionários administrativos estando em situação salarial extremamente aviltada. É como se o estado quisesse, de maneira paulatina e imperceptível, levar o sistema à paralisação por inanição. A escola é comparada à empresa pública deficitária, que deveria então ser privatizada!

Por outro lado, devoto adepto do regime empresarial da escola, o estado igualmente lavou as mãos em relação à exigência de avaliação e acompanhamento que lhe caberia, em tese, fazer da escola privada. Limitou-se a estipular algumas normas burocrático-administrativas, puramente formais e que mesmo assim nem sempre são seguidas e atendidas. Triste tem sido o papel dos conselhos de educação — que são órgãos que poderiam ter desempenhado importante função histórica e política na contenção dessa tendência privatizante do estado, já que lhes cabia formular as diretrizes básicas do funcionamento do sistema. No entanto, o que se viu e se continua a ver, é o triste espetáculo desses conselhos de educação, federal e estaduais, terem se transformado em instrumentos de consolidação do próprio modelo privatista. Cooptados ou literalmente dominados pelos representantes do grupo privatista, pouco tempo — ou interesse — lhes sobra para cuidarem das diretrizes de uma política educacio-

nal voltada para a maioria da população. Ressalvadas as exceções, em termos de pessoas e mesmo de colegiados ocasionais, esses conselhos acabaram consagrando e legitimando a perversidade política e ideológica do estado tecnocrático. É o próprio estado que indica os conselheiros e os critérios adotados para essa indicação revelam mais uma vez a declarada opção pelo modelo privatista de educação.

Os conselhos de educação poderiam ter sido a garantia político-institucional, a partir do interior do próprio aparelho estatal, do sistema público de ensino, avalizando um modelo educacional de boa qualidade e cobrando do estado o compromisso de sua sustenção. Ora, ocorreu exatamente o contrário, tendo passado a se dedicar apenas à defesa dos interesses dos empresários da educação, incorporando inclusive sua argumentação. Os documentos jornalísticos que compõem esta publicação bem mostram o tempo que os conselhos dedicaram, nesses dois últimos anos, à questão das mensalidades escolares das escolas particulares!

A defesa da liberdade de ensino, princípio inquestionável em si mesmo, jamais poderia significar a isenção de que os responsáveis por empreendimentos privados de educação tivessem igualmente compromisso efetivo com um projeto educacional que garantisse a esse empreendimento um significativo poder de contribuição política e cultural que alcançasse o todo da sociedade, não se reduzindo à mera mediação na preparação de mão-de-obra destinada à exploração desumanizante no universo do capital, expropriador da força do trabalho, de forma alienada e alienante.

Igualmente não poderiam os conselhos compactuar, com seu silêncio e alheamento, com a própria exploração do trabalho dos professores e demais funcionários tanto na escola pública como na escola privada.

Bibliografia

ARAPIRACA, J. O. *A Usaid e a educação brasileira.* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.

ASSMANN, H.(org). *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial.* Petrópolis, Vozes, 1979.

BUFFA, E. *Ideologias em conflito: escola pública e escola privada.* São Paulo, Cortez & Moraes, 1979.

BRANDÃO, Z. *Qualidade de ensino: características adstritas às escolas particulares?* In CUNHA, 1985:95-108.

COUTO E SILVA, G. *Geopolítica do Brasil.* Rio de Janeiro, J. Olympio, 1967.

CUNHA, L. A. (org). *Escola pública, escola particular e a democratização do ensino.* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1985.

CUNHA, L. A. *Limites da escola particular na democratização do ensino.* In: idem, 1985:119-30.

CURY, C. R. J. *Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais.* São Paulo, Cortez & Moraes, 1978.

— & NOGUEIRA, M. A. *O atual discurso dos protagonistas das redes de ensino.* In: CUNHA, 1985: 65-94.

DREYFUSS, R. A. *1964: a conquista do estado.* Petrópolis, Vozes, 1981.

IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil.*Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.

MARTINS, C. B. *Ensino privado: um retrato sem retoques.* 2. ed. São Paulo, Cortez, 1988.

ROMANNELLI, O. *História da educação no Brasil: 1930-1973.* Petrópolis, Vozes, 1978.

SAVIANI, D. *Educação brasileira: estrutura e sistema.* São Paulo, Saraiva, 1973.

SEVERINO, A. J. *Educação, ideologia e contra-ideologia.* São Paulo, EPU, 1986.

TEIXEIRA, Robespierre M. *Escola privada: um espaço democrático?* In: CUNHA, 1985:109-18.

Aconteceu na imprensa

MENSALIDADES

582
Secretário desautoriza resolução do CEE-SP

O secretário da educação de São Paulo, Chopin Tavares de Lima, emitiu ontem uma nota oficial devolvendo ao Conselho Estadual de Educação de São Paulo a decisão de liberar os preços das escolas particulares, conforme pedido do ministro da educação, Jorge Bornhausen.

Na manhã de ontem, o ministro Jorge Bornhausen disse que o CEE não está autorizado a liberar os preços das semestralidades. Até a tarde de ontem não havia, ainda, um acordo entre o Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE) e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) sobre o aumento das semestralidades escolares. *(Folha de S. Paulo/SP, 04/04/87)*

583
Escolas privadas marcam locaute nacional

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) marcou para quinta-feira (23) um locaute de todas as escolas particulares nos estados onde o repasse do aumento dos professores, fixado pelo TRT em 100%, não tenha sido negociado com os conselhos estaduais de educação.

Segundo o presidente da Fenen, Roberto Dornas, 50, a paralisação já está confirmada em Brasília, Rio, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em Minas, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, Paraíba e Piauí, onde o aumento já foi repassado às mensalidades, as escolas farão no mesmo dia um protesto sem paralisação.

A ausência de São Paulo no locaute não surpreendeu Dornas. Ele afirmou que as escolas paulistas em geral não acompanham os movimentos nacionais. *(Folha de S. Paulo/SP, 21/04/87)*

584
Pré-escolas particulares funcionam sem controle

As pré-escolas particulares de São Paulo não estão sujeitas a nenhum tipo de controle. Multiplicam-se à vontade, cobram quanto querem, não regularizam sua situação junto às delegacias de ensino e, muitas vezes, ainda obrigam os pais a assumir compromissos com pagamento de mensalidades não vencidas. "Verdadeira terra de ninguém", define a presidente do Conselho Estadual da Educação (CEE), Maria Aparecida Tamaso Garcia.

Maria Aparecida reconhece que o CEE está muito envolvido com o problema das anuidades do ensino superior e de 1º e 2º graus, mas diz que determinou a um conselheiro o estudo de meios para que o Conselho possa exercer pelo menos algum controle sobre as pré-escolas. "Elas estão abandonadas. Até janeiro, vigiávamos as mensalidades. Agora, no entanto, os cursos de pré-escola (que incluem berçário, maternal, jardim da infância e pré) estipulam suas próprias mensalidades e nem sempre oferecem boa qualidade de ensino em contrapartida".

Ao contrário, a presidente do CEE diz que os professores são pessimamente remunerados e, muitas vezes, não têm formação profissional. "São estudantes". Por tudo isso, Maria Aparecida não pode fazer nada por Helen Márcia Vieira, que teve sua filha de cinco anos impedida de continuar freqüentando o Berçário e Escola de Educação Infantil Início de Vida, na Aclimação.

Helen recusou-se a assinar um documento da escola, que determinava, na cláusula quatro, o pagamento integral da semestralidade, mesmo em caso de desistência do curso. "É lógico que não pretendia tirar minha filha de lá. Não gastei Cz$ 3.200,00 entre matrícula, uniforme e material escolar à toa, mas daí a assinar um documento... Disse que não assinava e eles impediram a entrada de minha filha a partir do dia 2 de abril".

A dona da escola, Marta Cristina Alcântara Dini, confirma a história de Helen, ressalvando que a rotatividade da pré-escola é muito grande e, portanto, os proprietários precisam assegurar, de alguma forma, pelo menos o pagamento da semestralidade. "Nós temos uma ficha, onde em um dos itens o pai se compromete a pagar a semestralidade, mesmo que a criança saia daqui. Temos 120 alunos e essa mãe foi a única que não quis assinar. Outras escolas usam o sistema de notas promissórias."

Maria Aparecida, do CEE, admite: "É uma briga de foice". Se a escola de Marta estivesse sob controle do Conselho, essa exigência seria considerada ilegal. "Nenhum pai — explica Maria Aparecida — é obrigado a assinar nada sobre encargos educacionais que ainda vão vencer. Ele só tem de pagar até o mês em que a criança frenqüentou a escola." Isto com relação a estabelecimentos de ensino particular de 1º grau em diante. Pré-escola é considerada "escola livre". Daí, a única saída possível para Helen: procurar outro curso para a filha.

No Procon, Olívia Franco, coordenadora da unidade de serviço ao consumidor, também se confessa de "mãos atadas". Depois do Plano Cruzado, afirma: "A gente não sabe exatamente o que está em vigor". Helen esteve lá. Olívia não soube o que dizer. Mandou ofício ao CEE, onde Maria Aparecida ainda não conseguiu estudar o assunto. E aconselhou a mãe a procurar a delegacia regional de ensino.

Na 15ª delegacia, a delegada Haidé Hidalgo também é pessimista. "As pré-escolas só precisam ser reconhecidas se tiverem curso de alfabetização. A maioria não tem e funciona à vontade. Muitas têm, mas não aparecem por aqui". A escola de Marta Dini tem pré-escola (ela diz que não é alfabetização, mas semi-alfabetização e Haidé admite que a *Início de Vida* não é legalizada junto à delegacia. "Nestes casos, peço para eles virem até aqui, mas se não vêm não posso fazer nada".

Maria Aparecida, presidente do CEE, concorda: "A história é complicada. A legislação federal não obriga essa legalização. A estadual obriga, mas, se a escola não cumpre a lei não existe meio de penalizá-la ou determinar seu fechamento, por exemplo". *(O Estado de S. Paulo/SP, 25/04/87)*

585
Escolas ignoram MEC e decidem cobrar mais

Donos de escolas particulares de São Paulo decidiram ontem, que a partir de segunda-feira não irão mais cumprir a determinação do Ministério da Educação, que estabeleceu em 35% o reajuste para a primeira semestralidade deste ano. Passarão a cobrar mais. Os índices, contudo, vão variar de acordo com as necessidades das instituições, relacionadas nas suas planilhas de custo. Mas tudo será cobrado a título de antecipação.

A proposta foi feita por Ciro Figueiredo, do Colégio Friburgo, membro do Grupo — Associação de Escolas, durante uma concentração de mantenedores no auditório da Secretaria da Educação. Ele sugeriu que os donos de escolas fizessem um reestudo de suas despesas neste fim de semana e calculassem seus índices. No momento em que a comissão de encargos educacionais do Conselho Estadual de Educação for instalada e definir os critérios para correção das defasagens, será feito um ajuste de contas com os pais de alunos.

O presidente da Associação de Escolas Cristãs, que congrega 185 estabelecimentos, Mílton Braga de Resende, concordou com a proposta.

Segundo o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, os donos de escolas deveriam ter feito isso há mais tempo. Para ele, esse ato deve ser praticado "com cabeça erguida e coragem". *(O Estado de S. Paulo/SP, 30/04/87)*

586
Pais de alunos vão à justiça contra repasse

A Comissão Pró-formação da Associação de Pais de Alunos da Rede Particular de Ensino do Rio de Janeiro impetrou mandado de segurança ontem contra o repasse do reajuste dos salários dos professores para as mensalidades escolares do 1º e 2º graus, conforme o ato homologado pelo secretário estadual de educação, Carlos Alberto Direito.

O mandado de segurança será distribuído hoje para uma das 10 Varas da Fazenda Pública. De acordo com o pedido, que tem 13 laudas, o Conselho Estadual de Educação extrapolou seus limites ao criar uma norma sem amparo legal para proceder o repasse do reajuste dos professores para as mensalidades.

A advogada Cátia Araújo, que assina o mandado de segurança, discute competência do Conselho para fixar o reajuste do primeiro semestre, argumentando que só o Ministro da Educação pode fazê-lo, de acordo com o estabelecido no decreto 99.893/87. *(Jornal do Brasil/RJ, 05/05/87)*

587
Escolas de Brasília chamam pais de alunos para negociar repasse

Depois de enfrentar uma greve de professores que chega hoje ao 26º dia, os pais de alunos das pouco mais de 100 escolas particulares de Brasília enfrentam um novo desafio. Todos foram convocados para uma "negociação livre", que começou ontem, com os proprietários das escolas, que se recusam a reabrir os estabelecimentos com um reajuste de mensalidades fixado em 12% pelo Conselho de Educação do Distrito Federal. Sem usar a palavra locaute, eles afirmam que não podem manter as escolas com o repasse de 12% e o aumento dos professores praticamente fixado em 22% sobre o salário de março.

Em Mato Grosso do Sul, as escolas, alheias à decisão do Conselho Estadual de Educação, já resolveram cobrar o que lhes convém, arriscando-se a serem autuadas pela Sunab com multa de Cz$ 30 mil por aluno. Em Brasília, com a posição firme do Conselho em não autorizar o repasse integral, os donos de escolas tentam chegar a um acordo com os pais, convocando reuniões em que chegam a propor a intervenção deles a favor da escola no caso de autuação.

A briga agora é travada entre os donos de escolas e o Conselho, que autorizou um repasse proporcional ao aumento dos professores, homologado depois de análises de casos, um a um. As escolas alegam que há demora nesse processo.

"Se o Conselho for analisar caso por caso, até o fim do ano não teremos uma posição. O que nós queremos é liberalidade para negociar com os pais. É com eles que temos que resolver isso", diz o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Distrito Federal, Jaime Zveiter, que alega dificuldades em negociar com o Sindicato dos Professores. "Eles querem o aumento, mas não admitem a idéia do repasse. Isso é impossível, não podemos aumentar as despesas sem aumentar a receita".

A versão de Zveiter é inteiramente negada por Lúcia Ivanov, do comando de greve do sindicato:

"Não queremos nos meter nessa briga sobre repasse para as mensalidades do aumento que a classe reivindica. Isso cabe aos pais. Independente do repasse, nós queremos um salário justo", afirma.

Lúcia diz que a posição do sindicato é de voltar à mesa de negociações, paralisadas, cedendo lugar à briga entre o Conselho e os donos de escolas, e destes com os pais.

No meio dessa briga estão os alunos, que têm agora não só o bimestre mas também as férias prejudicadas pela reposição de aulas. *(Jornal do Brasil/RJ, 05/05/87)*

588
Paraíba demite o secretário

Por não concordar com a demissão do delegado Gilberto Indruziak da Rosa — um dos envolvidos no espancamento de 15 estudantes secundaristas, durante manifestação pública, ocorrida anteontem, no centro de João Pessoa — o secretário de segurança pública da Paraíba, coronel Severino Talião de Almeida, foi exonerado do cargo, conforme decisão do governador Tarcísio Burity.

O incidente, envolvendo policiais e estudantes, ocorreu na manhã de terça-feira, durante protesto que os alunos da rede particular de ensino fizeram

contra os constantes aumentos na mensalidade escolar. As tropas de choque da Polícia Militar agiram com violência, prendendo, e espancando estudantes, entre eles, vários menores. *(O Estado de S. Paulo, 07/05/87)*

589
Delegado do MEC é contra liberação das mensalidades

"Esta deliberação não pode entrar em vigor". A frase é de Nelson Boni, delegado do Ministério da Educação (MEC) em São Paulo, diante da decisão do Conselho Estadual de Educação (CEE) que liberou o aumento das mensalidades das escolas particulares. "Não podemos admitir que um ato legal como o decreto 93.911, que define a competência dos CEE sofra tantos abusos". Segundo o delegado do MEC, o CEE não tem competência para liberar os índices de reajuste das mensalidades. Também não poderia fixar esses índices sem ouvir a Comissão de Encargos Educacionais.

Boni não revelou quais as medidas que a delegacia do MEC tomará frente à decisão do CEE, mas disse que poderia recorrer ao Conselho Federal da Educação.

Hebe Tolosa, do Movimento de Pais e Alunos das Escolas Particulares, também considera que a decisão do CEE é ilegal. Ela acha que seria mais justo se as escolas só pudessem repassar para as mensalidades os aumentos concedidos aos professores. Decisão semelhante foi tomada pelo CEE de Brasília. O movimento está explicando aos pais como deve ser feito o cálculo dos reajustes. *(Folha de S. Paulo/SP, 08/05/87)*

590
Movimento de pais de SP luta contra reajustes abusivos

Se um pai ou aluno ligar para o número 198 da Sunab ou procurar o Procon para denunciar aumentos abusivos nos reajustes das semestralidades das escolas, será aconselhado a procurar o Movimento de Pais e Alunos das Escolas Particulares. O movimento não tem sede nem registro em cartório, mas já conta com a adesão de mais de seis mil pessoas, ganhou mais de vinte liminares na justiça contra aumentos acima dos índices oficiais e estão preparando um mandado de segurança contra o Conselho Estadual de Educação que será impetrado assim que a decisão de liberação dos preços das semestralidades for publicada no **Diário Oficial**. *(Folha de S. Paulo/SP, 10/05/87)*

591
Escolas poderão reajustar de acordo com necessidades

Foi publicada ontem no **Diário Oficial** a resolução 7/87 do Conselho Estadual de Educação (CEE) que oficializa a liberação dos preços das semestralidades das escolas particulares pelo sistema de "liberdade vigiada". As escolas poderão reajustar os atuais valores de suas semestralidades segundo suas necessidades. Os aumentos deverão ser comunicados ao CEE e acompanhados por uma planilha com todas as despesas da escola.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, disse ontem, em assembléia que reuniu cerca de oitocentos representantes de mantenedoras de escolas particulares, que as escolas não precisam esperar a aprovação de suas planilhas de custos para praticarem os aumentos. Estes podem ser simultâneos ao envio de planilhas. *(Folha de S. Paulo/SP, 14/05/87)*

592
MEC e CEE ainda não se entendem

Na reunião da Comissão de Encargos Educacionais do CEE realizada ontem, não faltaram críticas ao presidente da comissão, Luiz Roberto da Silveira Castro. Segundo o delegado do MEC em São Paulo, Nelson Boni, o presidente havia alterado as resoluções e os encaminhamentos propostos na reunião anterior da comissão, realizada no último dia 12.

Nessa reunião, a comissão decidira submeter ao CEE a proposta de fixar um índice como parâmetro para o reajuste das semestralidades. Segundo a proposta, as escolas só poderiam repassar para a semestralidade 70% dos reajustes concedidos aos funcionários. Quem reajustasse acima desse índice deveria justificar o aumento com suas planilhas de custos. Os aumentos considerados abusivos seriam desautorizados e as escolas deveriam devolver o dinheiro arrecadado, com multa.

Esta decisão não foi submetida ao plenário do CEE, reunido no dia seguinte, 13 de maio. Além disso, o texto publicado no **Diário Oficial** como sendo a deliberação da comissão estava alterado. Ao invés de um índice que servisse de parâmetro para o reajuste, o que foi publicado é que as escolas que ultrapassasem os 70% teriam suas planilhas analisadas pelo CEE. *(Folha de S. Paulo/SP, 16/05/87)*

593
Secretaria quer tornar nula deliberação do CEE

A Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor solicitará instauração de ação cível com objetivo de anular deliberação do Conselho Estadual de Educação que dá liberdade às escolas particulares para reajustarem suas mensalidades. A medida foi anunciada ontem pelo secretário Paulo Salvador Frontini ao afirmar que no máximo até segunda-feira enviará representação ao procurador-geral da Justiça, Cláudio Alvarenga, solicitando providências nesse sentido.

Isso significa que os aumentos podem ser suspensos imediatamente, caso o juiz faça essa determinação através de medida cautelar. Paulo Frontini entende que a deliberação do CEE não tem base legal pois, de acordo com a Constituição, os estabelecimentos devem ter como prioridade o ensino e nunca o lucro. Para ele, o Conselho esqueceu-se desse princípio e colocou as escolas no mesmo nível que qualquer empresa particular.

"O CEE é autoridade máxima no ensino, deve fixar reajustes mas não pode liberar preços. Ensino não é mercadoria e escola não é empresa" — reiterou. Para Paulo Frontini, o Conselho Estadual de Educação abriu mão de sua atribuição de fiscalizador quando decidiu que examinaria os possíveis abusos a partir das denúncias de pais, "Isso seria o mesmo que a polícia deixar de ir para rua para coibir o crime, deixando para agir somente depois das reclamações" — comparou.

Reexame — Paulo Frontini afirmou que o Conselho Estadual de Educação

está dividido em relação à liberação das mensalidades e que a medida foi tomada sob pressão, devido à ameaça de paralisação das atividades por parte dos estabelecimentos particulares. Por esse motivo, o secretário encaminhou ontem ao órgão proposta para que reexamine o mérito da matéria com base em conclusões do grupo a ser composto de pais, alunos e membros da Secretaria de Defesa do Consumidor.

Outra medida do secretário foi a constituição, no Procon, de núcleo de atendimento às Associações de Pais e Mestres para que obtenham mais apoio no encaminhamento de reclamações contra abusos. O grupo terá ajuda técnica da Secretaria de Educação e jurídica da Procuradoria Geral do Estado. O atendimento será feito através de agenda, pois a previsão é de grande número de consultas.

O grupo de apoio terá condições de levar informações e mostrar irregularidades ao Conselho. Além disso, será um meio de analisar de forma eficaz a planilha de custos apresentada pelos estabelecimentos, que serve como base para fixação de reajustes. Até agora essas planilhas são apresentadas ao CEE, sem possibilidades de serem contestadas por pais e alunos. *(Diário do Grande ABC/SP, 23/05/87)*

594
Jardim de infância nega almoço a alunos que não pagaram o mês

Ontem, por volta do meio-dia, Nina, de sete anos, e Ilia, de quatro, esperavam os pais no portão do Jardim Miraflores, à rua das Laranjeiras 537-539, para almoçar. As duas, apesar de serem alunas de tempo integral, não podem mais almoçar no colégio porque os pais entraram com um recurso contra o aumento da semestralidade e a direção cortou a refeição das crianças.

O diretor administrativo do Miraflores, Luís Eduardo Rocha Lima, informou que a escola tomou essa atitude baseando-se no mandado de segurança 2713/84, que permite aos colégios particulares proibirem as crianças, em dívida com a escola, de assistir às aulas.

Rocha Lima ainda afirma estar sendo "generoso", porque poderia impedir a entrada das crianças. Para ele, o fato de os pais estarem depositando o pagamento na justiça é irrelevante: "Se eles pagam ou não na justiça, não nos interessa, porque o dinheiro não entra na nossa caixa".

O Jardim de Infância Miraflores decidiu aumentar sua semestralidae em 66% — além dos 35% já pagos pelos pais de alunos nos meses de fevereiro e março — o que, para os pais, representa um aumento real de 124%. *(O Globo/RJ, 27/05/87)*

595
CEE concede a escolas aumento de até 86,04%

O índice de aumento das mensalidades das escolas particulares de 1º e 2º graus do Rio de Janeiro foi finalmente definido. O Conselho Estadual de Educação (CEE) aprovou ontem — por 12 votos a 7 — proposta do presidente da Comissão de Encargos Educacionais, professor Roberto Ebert, que permite reajuste de 76,52% ou 86,04%, de acordo com a situação de cada escola, incluídos já os 55,25% fixados pelo Ministério da Educação no início do ano.

Os conselheiros que votaram contra não esconderam a revolta. O professor Arlindenor Pedro revelou que a proposta aprovada há uma semana pela Comissão de Encargos Educacionais era de um aumento inferior em cerca de 20% ao decidido na tumultuada reunião de ontem. O aumento é válido de janeiro a junho. Para o próximo semestre não há previsão sobre o novo índice.

"É um roubo", afirmou Arlindenor, argumentando que a cobrança de mensalidade acima do índice aprovado pela Comissão de Encargos Educacionais era "um absurdo". Pediu mesmo que os donos de colégios pusessem de lado "interesses particulares".

O professor Luís Antônio Cunha, conselheiro e presidente da Câmara do Ensino de 3º grau, foi um dos sete que votaram pela manutenção da proposta da Comissão de Encargos Educacionais. O clima em que se sucederam depoimentos, apelos e apartes foi bastante tenso durante as quase duas horas de reunião, especialmente a partir do momento em que Luís Antônio pediu aos outros conselheiros que votassem sem se deixar impressionar por "ameaças sutis e indiretas de que esta ou aquela escola vai fechar por falência".

Muito contido, o padre Ormindo Viveiros de Castro disse compreender que os pais negociem com os colégios para obter "um preço o mais baixo possível" mas garantiu que "há muitos pais e responsáveis que concordam com um repasse (do reajuste dos professores) que implique até sacrifícios para não descer a qualidade do ensino". *(Jornal do Brasil/RJ 29/05/87)*

596
Justiça gaúcha veta reajuste escolar

As cerca de mil escolas particulares gaúchas estão impedidas de aumentar as mensalidades dos alunos em mais de 35% sobre os preços do ano passado devido à liminar concedida pelo juiz Paulo Hanke em ação movida por entidades estudantis. O juiz citou, como réu, o governo do estado, porque os aumentos superiores aos 35% determinados em portaria do Ministério da Educação foram admitidos pelo Conselho Estadual de Educação. O Conselho permitiu que além dos 35%, as escolas cobrassem até 80% a mais nas mensalidades de 1987. *(O Estado de S. Paulo/SP, 30/05/87)*

597
Objetivo

Alunos do Centro Educacional Objetivo, uma das mais poderosas instituições de ensino particular no país, interromperam pelo quarto dia consecutivo o trânsito da avenida Paulista, centro financeiro de São Paulo, para protestar contra o aumento de 129% nas mensalidades. Ao som de rocks que vinha de alto-falantes instalados numa camioneta, os grevistas gritavam frases contra João Carlos Di Gênio, presidente do Objetivo (120 mil alunos em todo o país), fundado em 1965. Os alunos reclamam que, além do aumento, o Objetivo está cobrando, pela primeira vez em sua história, pelos cadernos e provas. Vera Guimarães, psicóloga da direção do curso, diz que está agindo dentro da lei e que os alunos não estão indo às

aulas por temor aos "militantes esquerdistas". *(Jornal do Brasil/RJ, 12/06/87)*

598
Mensalidade em atraso leva escola a retirar criança da sala de aula

Os pais de doze alunos da Escola Experimental Chave do Tamanho, na Gávea, foram avisados pela direção de que seus filhos não poderão freqüentar mais o estabelecimento, por estarem inadimplentes com as mensalidades. A comunicação, feita por telefone na sexta-feira e sábado últimos, provocou vários protestos, mas apenas uma das crianças (M., de sete anos, na 1ª série) foi à escola na segunda-feira. Avisada de sua presença, a supervisora retirou-a da sala de aula e a colocou na biblioteca, até que os pais fossem buscá-la.

Alguns pais mostram-se revoltados e dizem que já entraram na justiça contra os aumentos nas mensalidades, que passaram de Cz$ 610 em dezembro para Cz$ 1.557 em janeiro e Cz$ 2.142 em junho. Segundo a advogada Kátia Araújo, membro da Comissão Pró-Formação da Associação de Pais de Alunos da Escola Particular, 25 pais estão aguardando o dia estipulado pelo juiz para pagarem as mensalidades, através de acordo ou de depósito judicial. Ela afirma que a direção da escola não poderia privar crianças das aulas e muito menos tirar uma aluna da sala. *(O Globo/RJ, 24/06/87)*

599
Objetivo "suspende" alunos envolvidos em manifestações

O Colégio Objetivo está abrindo inquérito administrativo contra alguns alunos, considerados pela direção da escola como lideranças da greve que paralisou o colégio de 9 a 12 de junho, em protesto contra o reajuste de 70% das semestralidades. José Augusto Nasser, 39, diretor geral do Objetivo, disse anteontem que houve "infiltração de pessoas estranhas à escola", o que levou a quebra-quebras. Segundo ele, na manifestação realizada em frente à sede do Objetivo da avenida Paulista, no dia 10, foram quebradas algumas portas de vidro do saguão do colégio, elevadores foram danificados e alguns funcionários foram agredidos.

Nasser disse que os manifestantes, ou os que trouxeram essas "pessoas estranhas" para a escola, serão "convidados a pedir transferência". Os que não aceitarem serão expulsos. Os que forem considerados inocentes terão aulas e provas repostas.

Os alunos investigados foram proibidos de freqüentar a escola enquanto durar o inquérito, o que, segundo diretor, não tem um prazo definido. Não existe nenhum documento formal de suspensão. "O Objetivo não tem esse hábito", disse Nasser, limitando-se a chamar os pais à escola. Ele afirmou não saber quantos alunos estão sob inquérito.

Susi Regina do Nascimento, 17, do 2º colegial do Objetivo da Vergueiro, está entre eles. No dia 17 de junho ela foi chamada à direção da escola pelo diretor-assistente Renato Mori. Segundo Susi, Mori mostrou-lhe fotos onde ela aparecia em uma manifestação na avenida Paulista e queria saber quem eram "os cabeças" do movimento. Na ocasião, ela diz ter sido informada de que estava sob inquérito e deveria aguardar os resultados em casa. O pai de Susi, Carlos Nascimento, 44, foi à escola na sexta-feira, exigindo uma comunicação formal do ato de suspensão. Ele considera a medida injusta e diz que a filha tinha seu apoio para combater os reajustes da escola.

Na conversa com o pai, Renato Mori negou que Susi estivesse suspensa, mas apenas "afastada" enquanto não fosse concluído o inquérito. Segundo Mori, Susi "induziu os alunos do Objetivo a aderirem à greve" e teve "participação em sua organização". A conversa foi gravada pelo pai da aluna.

Maria Aparecida Tamaso Garcia, 58, presidenta do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE-SP), disse anteontem que já recebeu uma denúncia contra o Objetivo, de um pai de aluno da sede de Santo Amaro que também teve um filho suspenso sem uma comunicação formal por parte da escola. Ela aconselha que pais ou alunos maiores exijam por escrito o regimento da escola. Em seguida devem solicitar, também por escrito, que uma supervisora da delegacia de ensino da região vá ao colégio para apurar se há irregularidades. *(Folha de S. Paulo/SP, 24/06/87)*

600
Assessoria de Bresser discorda do aumento fixado pelo MEC

O ministro da fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, receberá um estudo de sua assessoria técnica, recomendando a revogação da portaria 398 do Ministério da Educação (MEC), que regulamenta o pagamento das semestralidades escolares, após o plano Bresser. O estudo da fazenda conclui que a portaria do MEC, datada no dia 24, não congela as semestralidades escolares. Osvaldo Della Giustina, 50, chefe-de-gabinete do ministro Bornhausen, da educação, disse que até as 19h30 de ontem não tinha conhecimento desses estudos. Ele estranhou a existência de uma análise dessa ordem, "já que a portaria foi feita em entendimentos com o ministro da fazenda".

Pela proposta da fazenda, seria calculada a média de cada mensalidade escolar durante o primeiro semestre e, sobre esse resultado, seria aplicado um reajuste de 68%. Com isso se chegaria ao valor máximo de cada semestralidade a partir do congelamento. Por esta fórmula, as mensalidades escolares ficariam bem abaixo do valor autorizado pela portaria do MEC. A portaria congelou as semestralidades escolares no pico e prevê o repasse para os encargos educacionais do gatilho salarial de maio concedido aos professores, na mesma proporção que ele pesa, como folha de pagamento, nos custos globais das escolas.

Ainda pela portaria do MEC, todas as escolas que ainda estão com seus pedidos de reajustes pendentes nos Conselhos de Educação poderiam repassar imediatamente para as semestralidades os índices de aumento concedidos pelos Conselhos. Somente nos casos de concessões de correção de defasagem, os aumentos passariam a produzir efeitos a partir da data de sua aprovação, mas parcelados em seis meses, após o período de flexibilização a ser determinado pelo governo. *(Folha de S. Paulo/SP, 30/06/87)*

601
Educação prevê que não haverá novo reajuste

O ministro da educação, Jorge Bornhausen, afirmou ontem, na Escola Su-

perior de Guerra, que os reajustes para o segundo semestre estão congelados e que só uma flexibilidade no congelamento de salários é que pode alterar este quadro. Segundo ele, se algum reajuste contrariar o disposto no decreto que regulamentou a semestralidade, os lesados poderão entrar com um recurso administrativo, no Conselho Estadual de Educação, ou então com um recurso à justiça. *(Jornal do Brasil/RJ, 03/07/87)*

602
Estudantes vão às ruas contra aumentos nas mensalidades

Estudantes e pais de alunos do Rio, Nova Iguaçu e Belford Roxo promoveram diversas manifestações durante todo o dia de ontem contra reajustes na mensalidade de julho e a tentativa das escolas particulares de repassar os gatilhos salariais, o que está proibido — no caso das escolas de 1º e 2º graus — pelo Conselho Estadual de Educação, desde quinta-feira.

Em Madureira, os alunos do Colégio Lemos de Castro, que na quarta-feira fecharam a rua Carolina Machado por cinco horas em protesto contra o aumento das mensalidades escolares, promoveram nova passeata ontem, percorrendo diversas escolas e convocando colegas. Eles conseguiram adesões em cinco colégios, dos quais quatro tiveram que suspender as aulas.

A passeata terminou na praça das Mães, embaixo do viaduto Negrão de Lima, que teve o trânsito interrompido durante alguns minutos para dar passagem a cerca de mil estudantes. Ao contrário da manifestação anterior, reprimida por um pelotão de choque da PM, a de ontem contou até com a ajuda dos policiais, que chegaram a emprestar dois megafones aos jovens, para os discursos na praça. *(O Globo/RJ, 04/07/87)*

603
MEC admite revisão da semestralidade escolar

O chefe de gabinete do Ministério da Educação, Oswaldo Della Giustina, não descartou ontem a possibilidade de "as assessorias técnicas do MEC e do Ministério da Fazenda" virem a estudar a alteração de Portaria 398, baixada para congelar a semestralidade escolar com base nos preços cobrados em junho. *(O Estado de S. Paulo/SP, 07/07/88)*

604
Participantes de encontro pedem 'liberdade de ensino'

O direito à "liberdade de ensino" foi uma das frases mais ouvidas ontem na sessão de abertura da 4ª Jornada Latino-Americana de Educação, que reuniu cerca de duas mil pessoas no Centro de Convenções do Anhembi. O direito das empresas privadas atuarem na esfera educacional foi defendido por Edgardo Vincenzi, presidente da Federação das Associações Educativas Privadas Latino-Americanas (Faepla), entidade organizadora do encontro, pelo presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), José Aurélio de Camargo, e pela deputada estadual Ruth Escobar (PMDB-SP), que representou o presidente José Sarney na abertura dos trabalhos.

Nos seminários da tarde, d. Luciano Mendes, presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e o deputado federal Guilherme Afif Domingos (PL-SP), de centro-direita (conforme levantamento da Folha publicado no caderno "Os Eleitos", no dia 19 de janeiro), discutiram diferentes propostas de subsídio estatal ao ensino privado. D. Luciano disse que é fundamental superar o monopólio estatal sobre a educação, afirmando que as escolas administradas pelo estado se tornam dependentes das opiniões e ideologias dos dirigentes políticos. Como alternativa, o presidente da CNBB propõe que o estado subsidie todos os grupos da sociedade civil que tenham interesse em manter instituições de ensino.

Ele defende o conceito de "instituição pública não estatal" como o que melhor definiria as escolas particulares, e diz que o estado deve garantir o direito das famílias de matricularem seus filhos em instituições mais de acordo com seus princípios morais e religiosos. Além disso, D. Luciano disse que as instituições particulares poderiam oferecer um ensino de melhor qualidade e com uma relação custo/aluno mais baixa que nas instituições estatais. *(Folha de S. Paulo/SP, 07/07/87)*

605
Nova portaria aumenta preços das semestralidades escolares

As escolas particulares de todo o país foram autorizadas a reajustar a semestralidade deste semestre em 206% em relação aos valores cobrados no segundo semestre do ano passado, ou em 40%, em relação ao primeiro semestre deste ano. Os índices foram estabelecidos pela portaria 261, do ministro da fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que revoga portaria anterior (398), do ministro da educação, Jorge Bornhausen.

A portaria do MEC congelava as semestralidades escolares com base no valor da mensalidade de junho enquanto a da fazenda estipula um índice de 40% de aumento sobre os valores cobrados no mês passado. O valor reajustado vigorará somente enquanto durar o congelamento de preços. *(Folha de S. Paulo/SP, 23/07/87)*

606
Pais não devem ainda acionar as escolas

Os pais de alunos de escolas particulares não devem entrar com nenhuma ação judicial para exigir a devolução do que ultrapassar o índice de reajuste de 116,09%, fixado por decisão do juiz Milton Gordo, da 5ª Vara Estadual, ou do índice de 206% sobre o segundo semestre de 86, conforme determinação do Ministério da Fazenda. Todos devem aguardar o julgamento final da ação popular impetrada pelo Ministério Público contra a portaria 7 do Conselho Estadual de Educação, prevista para o final de agosto.

A recomendação foi dada ontem pelos técnicos da Secretaria Estadual de Defesa do Consumidor e do Procon. Durante uma hora e meia, eles se reuniram para discutir as várias denúncias que têm chegado ao Procon e chegaram à conclusão de que os pais devem aguardar a decisão final da justiça sobre o assunto, sem pedir a devolução referente ao primeiro se-

mestre baseando-se numa medida provisória, como a liminar. *(O Estado de S. Paulo/SP, 28/07/87)*

607
Sunab vai a escolas e apura cobrança ilegal

O Externato Pequenópolis e os colégios Anglo Latino, Etapa, Anchieta e Marista Nossa Senhora da Glória foram inspecionados, ontem, pela Sunab. As equipes de fiscais examinaram os carnês do segundo semestre do ano passado e primeiro e segundo semestres deste ano para verificar se as escolas cometeram irregularidades na cobrança das parcelas. Mas uma liminar, pedida pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), impediu que a Sunab divulgasse os resultados da fiscalização.

"O auto de constatação presume que há irregularidades", disse Ronaldo Accioli, fiscal da Sunab, ao emitir o documento após análise das mensalidades do Externato Pequenópolis, propriedade do presidente do Sieeesp, José Aurélio de Camargo. Na semana passada, a Secretaria de Defesa do Consumidor fez uma representação junto ao Ministério Público pedindo adoção de procedimento criminal contra Aurélio de Camargo, por "instigar os associados" a desrespeitar a liminar que fixou em 116,09% o reajuste da semestralidade do primeiro semestre deste ano.

Logo que os fiscais da Sunab chegaram ao Pequenópolis foram avisados pelo advogado do sindicato Cláudio Salomão, que não poderiam levar nenhum documento. "Em fevereiro pedimos um mandado de segurança contra a Sunab, pois achamos que ela é incompetente" — afirmou Salomão. A direção da escola não permitiu que os repórteres acompanhassem os trabalhos dos fiscais. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/08/87)*

608
Decidido o aumento das escolas: 147%

O Conselho Estadual de Educação fixou o índice máximo de reajuste para o primeiro semestre deste ano: 147% sobre a segunda semestralidade de 1986. As escolas que cobraram a mais têm dez dias para pedir ao CEE um reajuste especial e as que cobraram a menos não poderão aumentar o valor.

Vinte dos 24 conselheiros participaram da reunião de ontem, e a decisão, a pedido do presidente do CEE, Jorge Nagle, foi unânime. Agora, a deliberação é do secretário da educação, Chopin Tavares de Lima. "Ele pode homologá-la ou indeferí-la", disse o professor João Gualberto de Carvalho Menezes, presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho, que sugeriu o índice fixado.

A comissão vai examinar as planilhas de custo de cada escola que pediu o reajuste especial e decidirá se será ou não concedido o aumento.

Segundo João Gualberto, cerca de 400 escolas já fizeram o pedido de correção de defasagem e, até o final do mês, todos os casos serão analisados. E os novos pedidos feitos após a deliberação de ontem serão estudados na primeira quinzena de outubro.

"É a Deliberação 7 disfarçada", afirmou Hebe Tolosa, presidente da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares. Em maio, com essa deliberação, o Conselho determinou que as escolas negociariam o reajuste com os pais, e aquelas que ultrapassassem os 147% teriam as planilhas analisadas.

Para Hebe Tolosa, a decisão prejudica os pais, "mas também as escolas que mantiveram os índices dentro da legislação, e favorece as que cobraram a mais".

Em julho, o juiz Milton Gordo, da 5ª Vara da Fazenda Estadual, concedeu liminar suspendendo a deliberação e fixou o reajuste para o primeiro semestre em 116,09%. Na semana passada, ele cancelou definitivamente a decisão do Conselho e determinou que o CEE fixasse novo índice.

Agora, os 116,09% também não valem mais. O professor João Gualberto disse que as escolas cujos alunos depositaram as parcelas em juízo, baseados nesse índice, poderão pedir a complementação. "Mas isso é uma decisão judicial e não mais do Conselho". *(O Estado de S. Paulo/SP, 17/09/87)*

609
Presidente do sindicato dos estabelecimentos de ensino quer liberar índices de reajustes

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, 39, declarou ontem em entrevista coletiva que o índice dos reajustes das escolas particulares para o primeiro semestre de 1987 seria aquele apresentado pelas escolas ao Conselho Estadual de Educação (CEE) ainda no semestre passado. Esses índices foram superiores, em sua maior parte, aos 147% fixados pelo CEE. Ele baseou suas afirmações em um parecer do Conselho Federal de Educação (CFE), que aprovou, por decurso de prazo, a planilha de gastos de uma mantenedora de Minas Gerais. Camargo fez ainda críticas à cartilha — que explica aos pais como fazer o cálculo dos reajustes — publicada pelo Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor (Procon), alegando que este órgão da Secretaria de Defesa do Consumidor "não tem competência para fiscalizar as escolas particulares".

No entanto, o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do CEE-SP, João Gualberto de Carvalho Meneses, 58, e o delegado do MEC em São Paulo, Nelson Boni, 33, asseguram que o parecer do CFE diz respeito apenas a uma escola de Uberlândia (Minas Gerais) e, portanto, não pode ser aplicado no estado de São Paulo, uma vez que ele não estabelece normas para os outros estados. Assim, segundo eles, continua valendo, para efeito de cálculo dos reajustes, os 147% para a primeira semestralidade de 87, que servem também como base para o reajuste do segundo semestre. *(Folha de S. Paulo/SP, 23/10/87)*

610
Presidente do Sieeesp indiciado por crime de incitação à desobediência

O presidente do Sindicato de Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), José Aurélio de Camargo, foi formalmente indiciado ontem, no 23º Distrito Policial de São Paulo, sob a acusação de crime de incitação à desobediência civil. O processo é re-

sultado das declarações de Camargo a respeito da fixação do aumento da primeira semestralidade deste ano em 116,9% pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Estadual de São Paulo, Milton Gordo.

Segundo Paulo Salvador Frontini, secretário de Defesa do Consumidor do Estado de São Paulo, o problema se iniciou no primeiro semestre deste ano, quando o Conselho Estadual de Educação deixou de fixar o índice de reajuste para a semestralidade escolar.

Foi, então, movida ação pública contra os aumentos exagerados que as escolas vinham praticando que, quando julgada pelo juiz Milton Gordo, resultou no índice de 116,9%.

Frontini afirma que o presidente da Sieeesp não se conformou com esta decisão, passando a fazer declarações públicas, inclusive na Assembléia Legislativa, nas quais aconselhou as escolas a desobedecerem à decisão judicial.

Diante destas declarações, a Secretaria de Defesa do Consumidor iniciou o processo. Camargo impetrou um *habeas corpus*, no sentido de acabar com o inquérito, mas teve seu pedido recusado pelo juiz de direito do Departamento de Inquérito Policial do Poder Judiciário, Décio de Moura Notarangeli, em 25 de novembro passado, contou Pedro Franco de Campos, 33, chefe de gabinete da Secretaria de Defesa do Consumidor. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/12/87)*

611
Sindicato das particulares classifica de "farsas" as decisões do Conselho

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, José Aurélio de Camargo, reuniu ontem a imprensa para fazer uma "denúncia". Ele qualificou como "farsa", "circo" e "palhaçada" as reuniões do Conselho Estadual da Educação (CEE) destinadas a analisar as planilhas de escolas e definir a semestralidade do próximo ano. Segundo definiu o CEE-SP, para o cálculo da mensalidade de janeiro devem ser aplicados 10% sobre a de dezembro, mais o índice da URP daquele mês. O sindicato das escolas defende 32% de reajuste, correspondentes à defasagem entre o IPC (índice usado no cálculo da inflação) e a URP de julho a dezembro. *(Folha de S. Paulo/SP, 24/12/87)*

612
Ministérios divergem sobre margem de lucro das escolas

Os Ministérios da Educação (MEC) e Fazenda estão divergindo quanto à definição da margem de lucro que as escolas poderão adotar com a política de "liberdade vigiada" para o reajuste das semestralidades. A fazenda quer estabelecer um limite único de 10% e o MEC defende a adoção de uma margem variável de 5 a 12%.

A decisão final ficará por conta da fazenda, por se tratar de uma política de preços. O governo deverá baixar um decreto lei implantando a "liberdade vigiada" e revogando o decreto lei 93.911 que, no ano passado, repassou aos conselhos estaduais de educação a competência de fixar os valores das mensalidades. As divergências entre os dois órgãos surgem no momento de fixar os parâmetros que não poderão ser ultrapassados pela "liberdade vigiada". *(Folha de S. Paulo/SP, 05/02/88)*

613
Sarney libera verba para escola da filha de Passarinho

Graças "a um laço de amizade muito grande entre as duas famílias", como reconheceu ontem um constrangido senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), o presidente José Sarney autorizou pessoalmente, em outubro do ano passado, a liberação de Cz$ 1,5 milhão a fundo perdido para salvar da falência uma escola infantil de propriedade da filha e do genro do senador.

A escola chama-se Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil (Indi) e funciona num moderno prédio no Lago Norte de Brasília. Sufocada por dívidas junto à Previdência (Iapas) superiores a Cz$ 2 milhões, a escola foi socorrida no último momento pela verba de Cz$ 1,5 milhão depositada pelo Ministério do Planejamento numa conta da Caixa Econômica Federal. *(Alexandre Polesi, Folha de S. Paulo/SP, 10/02/88)*

614
Escolas decidem hoje se cobram em OTNs

Os donos de escolas particulares de todo o estado decidem hoje, em assembléia, se transformam as mensalidades escolares de 88 em OTN, a partir de março. A proposta é da diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp) e surgiu como resultado do decreto do presidente José Sarney que liberou a cobrança. Ontem, primeiro dia de aula da maioria dos estabelecimentos particulares, as mães de alunos mostravam-se ansiosas quanto ao reajuste, mas acreditam que as escolas não cometerão abusos. *(O Estado de S. Paulo/SP, 23/02/88)*

615
Protestos em Natal

Um protesto contra o aumento das mensalidades escolares marcou o primeiro dia de aula da rede pública e privada de Natal. A maior manifestação aconteceu em frente à Associação Profissional de Ensino e Cultura. Pais e alunos do estabelecimento criticaram o aumento das mensalidades e marcaram para amanhã uma nova concentração que será encerrada com uma passeata pelas ruas da cidade.

A Apec que cobrava Cz$ 948,00 para alunos até a quarta série do primeiro grau em dezembro, passou a cobrar em fevereiro Cz$ 2.982,00. A mensalidade mais cara ficou para os alunos que cursam a terceira série do segundo grau: de Cz$ 2.325,00 em dezembro, pulou para Cz$ 4.348,00 em fevereiro.

O diretor do colégio, Paulo de Paula disse que é natural repassar aos pais o aumento dos custos do colégio. Segundo ele, foi concedido um aumento de 100% aos professores e quem tem que pagar a diferença são os pais. Os alunos, por sua vez, reclamam da péssima qualidade do ensino, mas o diretor diz que os colégios natalenses estão abaixo dos demais colégios da região em preço de mensalidades, porém no mesmo nível em termos de educação. *(Diário do Grande ABC/SP, 15/03/88)*

616
Escolas têm serviço de proteção contra pais que não pagam

As escolas particulares de São Paulo estão se unindo contra pais e alunos que não pagam ou atrasam as mensalidades. Todos os casos de débito serão cadastrados em um terminal de computador e quando as escolas receberem um pedido de matrícula ou transferência poderão checar se há algum problema de inadimplência.

"É um SPC para as escolas", afirma o advogado Osmar Antônio da Silva, criador do Serviço de Informação e Proteção ao Crédito das Entidades — Sipce —, formado há um mês e que reúne 20 escolas da Capital. Segundo ele, muitos donos de pré-escolas, principalmente, reclamam que os pais deixam de pagar as mensalidades de outubro e novembro e transferem a criança no ano seguinte. "Como não necessitam de nenhum documento para a matrícula no 1º grau, não acertam as contas. Queremos proteger a escola do pai mau pagador", justifica o advogado. *(O Estado de S. Paulo/SP, 03/05/88)*

617
MEC divulga a sua cartilha

O Ministério da Educação (MEC) divulgou ontem a cartilha explicando como calcular o reajuste das mensalidades escolares, duas semanas após o início de sua confecção. O material reúne a explicação do cálculo, tabelas com os valores em que as mensalidades devem ser multiplicadas a cada mês, as datas-base dos dissídios dos professores por estado, a íntegra do decreto 95.921 (que cancelou a "liberdade vigiada") e a relação dos telefones e endereços de todos os conselhos e secretarias estaduais de educação.

O texto da cartilha já está pronto desde 22 de abril mas a demora na divulgação deveu-se à confecção das tabelas com as datas-base e o valor do reajuste salarial dos professores. O MEC preferiu esperar terminarem os dissídios, que estavam em curso durante a elaboração da cartilha.

Foram impressos 60 mil exemplares da cartilha, sendo que 40 mil foram enviados para as delegacias estaduais do MEC. O restante ficará à disposição dos interessados no térreo do MEC, em Brasília.

O diretor da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, Bazzilli Anastassakis, gostou da cartilha do MEC mas diz que a Fenem prepara a sua. *(O Estado de S. Paulo/SP, 03/05/88)*

618
Comissão pede que Conselho de Educação seja dissolvido

O presidente em exercício da Comissão de Encargos Educacionais, Arlindenor Pedro de Souza, pediu ontem a dissolução do Conselho Estadual de Educação do RJ, após plenária do Conselho. Sete dos 11 membros presentes à plenária rejeitaram o parecer elaborado pela Comissão que confirmava que o Colégio Pio XII, localizado na av. Meriti, havia majorado as mensalidades de dezembro de 1987 acima dos índices permitidos pela portaria 261, do Ministério da Fazenda.

O presidente em exercício não se conformou com as alegações dos membros do Conselho e acusou o órgão de ser uma farsa e de estar completamente dominado pelos representantes das escolas particulares.

Arlindenor lembrou que este parecer — dado em resposta a 33 processos formulados por pais de alunos — foi o primeiro apresentado pela Comissão. A análise do pedido, segundo ele, dependerá da decisão do governo do estado.

Os problemas começaram no meio da plenária, quando a maioria dos seus membros não aceitou interromper a apreciação da pauta do dia 14 para analisar a matéria em caráter de urgência. Eles decidiram deixar o assunto para o final da reunião, inquietando os pais de alunos que acompanhavam os trabalhos.

Como presidente da Comissão, Arlindenor apresentou o parecer que determinava à escola acertar seu valor referente a dezembro de 1987, não aplicar a correção de defasagem no primeiro semestre deste ano e cumprir o acordo firmado entre a Apaerj e o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, mas o presidente das Escolas Particulares de Niterói e Norte Fluminense, Plínio Comte Leite Bittencourt, alegou que haveria necessidade de mais tempo para apreciação do assunto e fornecimento de uma planilha para analisar a base dos cálculos. Segundo ele, sem esses instrumentos a matéria poderia ser votada de forma que prejudicasse aos pais de alunos ou donos das escolas.

Oito membros do Conselho aceitaram a posição de Plínio, enquanto o professor Luiz Antônio Constant Cunha, da UFF, defendia a urgência da votação e aprovação do parecer, afirmando que não havia motivos para se colocar dúvidas sobre o trabalho da Comissão, já que esta teria mais representatividade que o próprio Conselho.

Em seguida, Cunha pediu uma posição diante do caso e disse que não causaria espanto se por acaso o nome do Conselho fosse modificado para "Conselho Estadual de Educação Privada", o que causou uma série de discussões entre os membros.

Arlindenor considerou uma manobra o pedido de maior tempo e instrumentos para apreciar o assunto e, batendo na mesa e em voz alta, exigiu a votação da matéria.

Antes que a votação começasse, Plínio e Tereza Velho (ex-coordenadora da Comissão de Moral e Civismo na gestão da secretária Lucy Vereza) saíram.

A votação foi rápida e o parecer não foi aprovado. Arlindenor anunciou o pedido de dissolução do Conselho e foi aplaudido pelos pais de alunos que se retiraram gritando frases contra o Conselho: "Isto é uma máfia, uma bagunça"; "Vamos colocar os estudantes nas ruas. Vocês abriram guerra".

O secretário estadual de educação, Carlos Alberto Direito, que preside o Conselho mas não participou da reunião, disse à tarde que não poderia emitir opinião sobre o pedido de dissolução do órgão até que recebesse informações do presidente executivo, professor Ernesto Freire, com quem despacharia mais tarde.

O vice-presidente da Apaerj, Jorge Esch, relator da Comissão, disse que a decisão evidencia o comprometimento de todo o sistema em apreciar denúncias contra as escolas. Para ele, todo o trabalho da Comissão acaba jogado por água abaixo em função da composição do Conselho. *(O Globo/RJ, 06/05/88)*

619
Abuso leva Moreira a dissolver Conselho de Educação

O Conselho Estadual de Educação (CEE) foi dissolvido e os seus 24 membros — nomeados por Moreira Franco no início de seu governo para mandatos de seis e três anos — serão substituídos através de decreto que será assinado hoje pelo governador. A decisão foi tomada no final da tarde, durante despacho de rotina com o secretário de educação, Carlos Alberto Direito. O novo colegiado, disse Direito, terá como função principal "restabelecer a paz social de acordo com a orientação dada de combater os abusos".

Direito não quis admitir que a dissolução do CEE se originou nas denúncias de que grande parte dos conselheiros é ligada à iniciativa privada e, portanto, agia privilegiando as escolas particulares em detrimento da educação. Mas a formalização do pedido ocorreu na sexta-feira passada, quando o presidente em exercício da Comissão de Encargos Educacionais do CEE, Arlindenor Pedro, denunciou a Direito "a total inoperância e indisfarçável envolvimento da maioria dos conselheiros com o ensino privado".

Segundo Arlindenor e a Apaerj (Associação de Pais e Alunos do Estado), todos os processos sobre irregularidades cometidas por escolas particulares que eram enviados pela comissão ao conselho para decisão em plenário acabavam arquivados ou rejeitados. Na proposta de Arlindenor, o novo colegiado deveria ser formado "com bases mais democráticas", constituído por representantes de entidades estudantis, associações de pais de alunos, professores e outras categorias envolvidas com educação. Pela lei, o governador nomeia os membros do conselho, podendo aceitar indicações do secretário de educação. *(Jornal do Brasil/RJ, 12/05/88)*

620
Frontini pedirá mudanças no CEE de São Paulo

O secretário de defesa do consumidor do estado de São Paulo, Paulo Frontini, 51, afirmou ontem que deverá apresentar ao governador Orestes Quércia, nos próximos dias, uma proposta de alteração na lei que regulamenta o Conselho Estadual de Educação (CEE). A proposta pede que o CEE inclua representantes da comunidade estudantil e das associações de pais de alunos.

O Conselho Estadual de Educação é formado por 24 membros, dos quais 1/3 é renovado anualmente, por indicação do governador. O mandato de cada membro é de três anos. Na opinião de Frontini, o CEE está "muito desgastado", pois decidir sobre mensalidades e preços não deveria ser "atribuição de educadores".

Segundo ele, a proposta foi resultado de pedidos de entidades estudantis e de associações de pais de alunos. "A proposta será submetida ao governo, e eu espero que a Secretaria da Educação e o próprio Conselho sejam consultados", disse ele.

Sobre denúncias de que membros do CEE teriam beneficiado escolas na análise das planilhas de custos, autorizando aumentos superiores aos previstos por lei, Frontini declarou que jamais recebeu "documentos concretos de denúncia".

Corrupção — O deputado estadual Ivan Valente (PT-SP), disse que pedirá, na próxima segunda-feira, a instalação de uma CEI (Comissão Especial de Inquérito) para apurar casos de corrupção no Conselho Estadual de Educação segundo denúncias por ele recebidas. Para Valente o projeto de Frontini "caminha numa boa direção, mas ainda é insuficiente".

O deputado afirmou que a CEI que será proposta vai investigar as constantes denúncias sobre abusos de escolas por parte de associações estudantis e de pais de alunos. "Recebi denúncias de escolas que aumentaram suas mensalidades em 700% em relação ao ano passado". Valente afirmou que não há previsão para a instalação da CEI, porque na Assembléia só funcionam cinco comissões deste tipo simultaneamente. *(Folha de S. Paulo/SP, 13/05/88)*

621
Moreira anuncia novo CEE e dá prazo para mudanças

O governador Moreira Franco anunciou, na tarde de ontem, os novos integrantes do Conselho Estadual de Educação (CEE) e deu-lhes um prazo de 60 dias para apresentar ao secretário Carlos Alberto Direito propostas para a reformulação da política educacional do estado. Segundo Moreira, o órgão, dissolvido por ele mesmo na última quarta-feira, deve ser capaz de resolver os conflitos em benefício dos alunos, dar tranqüilidade aos pais e traçar uma política de fiscalização das atividades tanto na área das escolas públicas quanto na das particulares.

Entre os novos membros do CEE, estão o reitor da Universidade do Rio de Janeiro (Uerj), Ivo Barbieri; o cientista político Hélio Jaguaribe; o reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC), padre Laércio Dias de Moura; o presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Paulo Sampaio; o professor universitário Leandro Konder; e o ex-presidente do Sindicato dos Professores Robespierre Martins Teixeira. Apenas o vice-reitor da Universidade Gama Filho (UGF), Ernesto de Souza Freire Filho, que era presidente executivo do Conselho, foi mantido na nova composição. Dos 24 membros, 20 são titulares e quatro, suplentes. Entre os titulares, 14 terão mandatos de três anos e os demais, de seis. Os suplentes ficarão três anos no CEE, com exceção do professor Aurélio Wander Bastos, delegado regional do MEC.

O governador justificou a não inclusão de representantes da Associação de Pais de Alunos do Estado do Rio de Janeiro (Apaerj) e da União Estadual dos Estudantes (UEE), afirmando que a indicação dos novos membros não foi feita com o objetivo de fazer do CEE um órgão de representatividade, mas capaz de unir pessoas com experiência na área educacional. Sobre a redução do número de representantes das escolas privadas no órgão, explicou que não se preocupou em escolher pessoas de uma determinada área.

Entidades de pais e alunos criticam — Tanto a presidente da Associação de Pais de Alunos do Estado (Apaerj), Carmelena Pereira, quanto o presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE), Cristiano Machado, criticaram ontem a nova composição do Conselho Estadual de Educação (CEE), por não terem sido incluídos representantes de suas entidades. Segundo Cristiano, nos

próximos dias será estudada uma mobilização capaz de levar o governador Moreira Franco a "tornar realmente democrático o CEE". "Apesar de não conhecer a maior parte dos conselheiros, acho que a escolha foi uma indicação político-partidária. Também seria de grande importância que os membros que defenderam a dissolução do CEE permanecessem e fizessem a limpeza na casa", disse Carmelena.

Entre os novos conselheiros, o nome que causou maior surpresa às duas entidades foi o do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino, Paulo Sampaio. Na opinião da presidente da Apaerj, isto demonstra que a escola particular ainda é um grande poder no estado. O presidente da UEE também criticou a representatividade dada aos donos de escola.

"Nós defendemos a necessidade da reformulação democrática do órgão, que obrigatoriamente teria que ter representação dos estudantes, da Apaerj e da Federação dos Trabalhadores no Ensino. Além disso, não pedimos um Conselho de alto nível, mas representativo", disse Cristiano.

Cristiano Machado e Carmelena Pereira também mostraram-se surpresos com as declarações do governador Moreira Franco de que não havia recebido qualquer reivindicação da UEE e Apaerj para participarem do órgão. Cristiano lembrou que pedido neste sentido foi apresentado ao secretário de educação, Carlos Alberto Direito. *(O Globo/RJ 14/05/88)*

622
Fenapa leva propostas ao ministro da educação

A Federação Nacional de Pais de Alunos (Fenapa) pediu ontem ao ministro da educação, Hugo Napoleão, a proibição da participação de diretores ou sócios de empresas de ensino nos Conselhos Estaduais de Educação (CEEs) além do número previsto em lei. *(O Globo/RJ, 19/05/88)*

623
Manifestação denuncia mensalidades e baixo nível do ensino particular

Donas-de-casa e estudantes uniram-se ontem, durante ato público na praça da Rodoviária, para protestar contra os rumos tomados pela educação no país e, em especial, denunciar uma vez mais a intenção de muitas escolas particulares de descumprir o decreto federal 95.921, que instituiu novo sistema para cálculo de mensalidades escolares. A manifestação transcorreu em clima pacífico, observada à distância por policiais militares que garantiram a inexistência de incidentes. *(Estado de Minas/MG, 20/05/88)*

624
Exploração na mensalidade escolar

A deputada Freida Bittencourt, vice-líder do Partido Democrata Cristão, foi à tribuna ontem pedir uma providência enérgica do Ministério da Educação e Cultura, sobre a questão dos estabelecimentos particulares de ensino do Amazonas "não virem cumprindo a tabela do MEC nas tarifas mensais e ainda enfatizou que a direção do Sinepe-Amazonas, Sindicato de Estabelecimentos de Ensino do Estado do Amazonas — teve a insensatez de dizer em nota publicada na imprensa, que a tabela de mensalidades escolares publicada no jornal **A Crítica**, estava errada".

Argumentou a deputada Freida, que "errada está a diretoria do Sinepe — Amazonas, que em vez de cobrar as tarifas corretas, manda cobrar uma tarifa absurda e muito acima da tabela do MEC". Destacou a deputada, que não são todos os colégios que cobram acima da tabela, mas diversos estabelecimentos de ensino vêm explorando os pais de alunos, sem que o MEC tome uma providência enérgica. *(A Crítica /AM, 26/05/88)*

625
CFE emite parecer que isenta escolas de devolver 'abusos'

O presidente da Câmara de Legislação e Normas do Conselho Federal de Educação (CFE), Manoel Gonçalves Ferreira Filho, emitiu parecer jurídico que permite às escolas recusarem a devolução das taxas que cobraram a mais nas mensalidades do primeiro trimestre deste ano. A partir de abril, segundo o parecer, qualquer valor cobrado a mais deverá ser restituído, conforme os procedimentos baixados pelo decreto 95.921, que estabeleceu critérios para o reajuste de mensalidades e revogou o sistema de liberdade vigiada. Manoel Gonçalves Ferreira Filho é professor de direito constitucional na Universidade de São Paulo e foi vice-governador paulista no governo de Paulo Egydio Martins (1975-79). *(Folha de S. Paulo/SP, 01/06/88)*

626
Mensalidade escolar vai ser de Cz$ 8 mil

Um estudante de 2º grau das principais escolas da rede particular vai pagar, a partir do corrente mês, uma mensalidade mínima de Cz$ 8 mil. Este valor é ainda superior nos considerados "colégios classe A", Marista Alagoano e Santíssimo Sacramento. *(Gazeta de Alagoas/AL, 07/06/88)*

627
Escola expulsa 4 que tentaram fundar grêmio

Acusados de agitadores por terem tentado fundar um grêmio livre no Colégio Cenecista Santo Sé, principal estabelecimento de ensino secundário da cidade baiana de Santo Sé, localizado na região do médio São Francisco, quatro alunos foram expulsos da escola pelo diretor Daniel Batista, que se recusou inclusive a atender o pedido de reconsideração da medida, feito pela superintendente estadual de educação, Waldeci de Aquino Souza.

Wagney Palha de Miranda, Roberval Turina, Ermi Moreira dos Santos e Cosme Freire Sena Souza lideravam o movimento de estudantes (são 600 matriculados) pela criação do grêmio livre desde maio do ano passado. Na época, encaminharam um ofício ao diretor Daniel Batista, pedindo autorização para criar a entidade estudantil nos termos da lei federal em vigor. "Sabendo que nesta escola não existe órgão responsável pelos interesses da classe estudantil, venho a Vossa Senhoria, nos termos da Lei 7.389 que dispõe sobre a organização dos estudantes de 1º e 2º graus, pedir autorização para iniciar mobilização para a criação de um grêmio, que é o órgão responsável pelo engajamento de estudantes nas discussões de seus problemas", diz o documento.

Depois de aguardar um ano pela resposta do diretor do Santo Sé, os estudantes resolveram mobilizar-se e elegeram a diretoria do grêmio. No dia 20 de maio, o professor Batista assinou o ato de expulsão de Ermi Moreira, o que causou um movimento de protestos dos estudantes e a paralisação das aulas por dois dias. Foram expulsos então os outros três membros da diretoria do grêmio.

A representante da Secretaria Estadual de Educação, Waldecy Aquino, disse que foi recebida pelo diretor do Colégio Cenecista "em termos bastante grosseiros". Segundo ela, o diretor chegou a atingi-la com palavras e ameaçar outros estudantes que se solidarizarem com os colegas. O caso foi encaminhado para apreciação da secretária de educação Maria Augusta Rocha e do governador Waldir Pires. *(Jornal do Brasil/RJ, 09/06/88)*

628
Para Mailson, cabe a conselhos fiscalizar aumentos

O ministro da Educação, Hugo Napoleão, 44, disse ontem em Brasília que a única alteração que pretende propor no decreto 95.921/88, que instituiu a nova sistemática de cálculo das mensalidades escolares, será a extinção do decurso de prazo para os pedidos das escolas encaminhados aos conselhos estaduais de educação. Por esse mecanismo, o pedido de aumento que não for julgado em 60 dias entra em vigor automaticamente.

Já o ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, 45, preferiu não comentar a entrevista do ministro da Educação, publicada na edição de ontem da **Folha**. Na entrevista, Napoleão havia dito que iria conversar com Mailson para uma maior fiscalização sobre as escolas a fim de evitar abusos na cobrança de mensalidades. "Esse assunto não é de competência do Ministério da Fazenda, porque os artigos 4º e 6º do decreto 95.921/88 incumbem o Conselho Federal de Educação e os conselhos estaduais de educação da tarefa de fiscalizar as escolas", disse o ministro da Fazenda.

Ao ser informado da resposta de Mailson da Nóbrega, Hugo Napoleão procurou contornar a situação. "Ele está certo, porque o Ministério da Fazenda tem a competência jurídica de baixar os decretos, mas não de fiscalizar sua aplicação. Realmente isso é competência dos conselhos estaduais de educação. A Fazenda só entra no circuito se houver convênio com a Sunab, como foi feito em Brasília", disse o ministro da Educação. *(Folha de S. Paulo/SP, 02/08/88)*

629
Colégios suspendem semestre se governo mudar mensalidade

Os diretores de quase mil escolas particulares de Pernambuco vão seguir a orientação da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Particular, de suspender o semestre letivo, se o Ministério da Educação alterar a legislação, que fixa os preços das mensalidades.

O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de Pernambuco e vice-presidente da Federação, José Gomes Santiago, espera que o "governo tenha o bom senso de não praticar o ato irresponsável de fazer vigorar um novo decreto, o que penalizará ainda mais as escolas", apelou. *(Jornal de Pernambuco/PE, 05/08/88)*

630
Sindicato: decreto não vale nada

O presidente do Sindicato dos Proprietários dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, José Gomes Santiago, garantiu ontem que o decreto-lei 95.921/88 (estabelece as normas de reajustes das mensalidades escolares) não autoriza ninguém dizer que em Pernambuco é auto-aplicável o que nele está disposto para fins de autuação e multas em estabelecimentos de ensino. Segundo ele, "o Conselho Estadual de Educação — CEE — também não outorgou aos órgãos públicos de fiscalização (Procon, Sunab e Delegacia de Ordem Econômica — DOE) o poder de fiscalizar e autuar colégios particulares".

Ele esclarece também que "a orientação do sindicato é que as escolas não façam compensação ou devolução antes do pronunciamento do CEE, até porque, pelo artigo 3º, cabe exclusivamente aos CEEs acompanhar e fiscalizar a cobrança das taxas e demais encargos das escolas".

O CEE pode, no entanto, conveniar com entidades públicas para esses fins, mas Santiago garante que não foi feito nenhum convênio e, por isso, a DOE, Sunab e o Procon não têm autoridade para fiscalizar e autuar os estabelecimentos escolares. *(Diário de Pernambuco/PE, 04/09/88)*

631
Associação de Pais quer fazer auditoria em escola particular

A Associação de Pais de Alunos quer fazer uma auditoria nas escolas da rede particular de ensino de Teresina e, para isto, vai encaminhar solicitação ao Conselho Estadual de Educação. A decisão é em decorrência das altas taxas das mensalidades cobradas pelos estabelecimentos.

A informação foi prestada pelo presidente da Associação de Pais de Alunos, Francisco Alcides Nascimento, acrescentando que "nós queremos provar com este trabalho, dentre outras coisas, que a qualidade de ensino nas escolas privadas não é tão boa como muita gente pensa".

Fiscalização — Francisco Alcides voltou a defender a realização de uma rigorosa fiscalização nos estabelecimentos de ensino, o que, entretanto, ainda não está sendo feito porque depende da assinatura de um convênio entre a Delegacia Regional do Trabalho e o CEE.

"Nós queremos a autorização do Conselho Estadual de Educação para que possamos ir às escolas, verificar as suas condições físicas, o material didático, enfim para que a gente possa constatar mesmo como está a qualidade do ensino", declarou Nascimento.

Há poucos dias, o representante da Delegacia Regional da Sunab, junto à Comissão de Encargos Educacionais, Luiz Moura, esclareceu que, enquanto não for assinado o convênio entre Conselho e Sunab, as escolas continuam sem fiscalização porque se trata de uma determinação de decreto governamental. *(O Estado/PI, 16/09/88)*

632
Pais fundam escola

Sempre surpreendidos com os constantes reajustes das mensalidades escolares, um grupo de pais parece ter encontrado uma solução para o problema: fundaram uma cooperativa educacional, que já conta com 170 associados e que a partir do próximo ano colocará em funcionamento a primeira escola em Salvador. Trata-se de um projeto pioneiro no Brasil que, além da educação propriamente dita, pretende explorar serviços como gráfica e livraria. A presidente da Cooperativa Educacional da Bahia, entidade já regularizada, é Norma Strauch Ferreira, que mais que ninguém sofreu na pele os exorbitantes preços das escolas particulares, obrigando-a a transferir suas quatro filhas para escolas públicas. A cooperativa está com pedidos de terrenos na prefeitura e vai comprar um terreno particular. *(Correio Braziliense/DF, 07/10/88)*

633
Fenapa vê custos para mensalidades

Dirigentes das associações de pais de alunos de 13 estados reuniram-se em Brasília, de segunda-feira até ontem, para discutir o reajuste das mensalidades escolares para o próximo ano letivo. No último dia de reunião eles elaboraram um documento com subsídios para o cálculo das mensalidades, a ser entregue ao ministro da educação, Hugo Napoleão.

Segundo o presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Alunos (Fenapa) e também presidente da Associação do Distrito Federal, Luiz Cassemiro, o objetivo do encontro foi discutir e estabelecer regras gerais, sem as distorções que possibilitem abusos por parte dos proprietários de escolas. Para isso, explicou, a Fenapa defende o aprimoramento da regra existente para o cálculo das mensalidades, "a fim de que não tenhamos os mesmos problemas do corrente ano, na entrada do novo ano letivo".

Durante o encontro, além do reajuste das mensalidades, os dirigentes das associações discutiram novas estratégias para o fortalecimento do ensino público em todo o país, e a transformação do ensino particular em opção "e não como uma obrigação tal como ocorre atualmente".

Convênios — A cobrança de taxas de material escolar por parte de diversas escolas em todo o Brasil levou os dirigentes das associações de pais de alunos a solicitarem o apoio da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) com a finalidade de garantir a aquisição do material a preços mais baixos e tabelados. O acordo nesse sentido já foi aceito pela Fundação, que firmará convênios nos próximos dias, para que o material vendido pela FAE seja comercializado pelas associações estaduais, no início do próximo ano. *(Jornal de Brasília/DF, 27/10/88)*

634
Federação de escolas não aceita pacto

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) reagiu ontem contra as declarações do secretário-geral-adjunto do Ministério da Educação, Júlio Correa, que pregou a obediência das escolas particulares aos índices de reajuste determinados pelo pacto social. "A escola não tem obrigação de cumprir o pacto, porque não foi chamada para discuti-lo e não reconhece em nenhum de seus participantes condições para avaliar a situação do ensino privado", respondeu Roberto Dornas, presidente da Fenen e do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Minas Gerais.

Ele garantiu, por outro lado, que o pacto social em nada altera o problema das mensalidades, reajustadas desde abril pela URP. "As mensalidades de novembro e dezembro serão corrigidas pela URP", disse Dornas. "E a partir de janeiro, conforme o que determina a nova Constituição, o valor das mensalidades será calculado pela planilha de custos de cada escola", lembrou.

Ao ironizar a posição de Dornas, o presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Alunos, Luiz Cassemiro, pergunta: "Como é que o presidente de uma entidade pode dizer que as escolas devem respeitar ou não o pacto se é o governo quem fixa as regras para a cobrança das mensalidades?" *(O Estado de S. Paulo/SP, 10/11/88)*

635
Escolas não respeitam o pacto social

O pesadelo de todos os anos está de volta para quem tem filhos matriculados em escolas particulares: a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino — órgão que recomenda o percentual de reajuste das mensalidades a seus afiliados — garante que não vai respeitar o Pacto Social e reajustará seus preços pela URP. Mesmo quando ela for superior aos percentuais sugeridos no Pacto.

Quem reclamar corre o risco de não conseguir matricular os filhos. As escolas particulares paulistas contam agora com os préstimos do Serviço de Informação e Proteção ao Crédito de Entidades Educacionais (Sinpce), um órgão que funciona como o SPC, e coloca em uma "lista negra" todos os alunos que atrasaram nos pagamentos ou tenham se queixado na justiça do valor das mensalidades. Mais de 400 nomes já foram marcados e nenhuma escola privada os aceitará no próximo ano.

A luta entre pais e donos de escolas está apenas começando. De um lado do ringue, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino articula um lobby para trazer de volta a "liberdade vigiada" para os reajustes de seus preços. No *corner* oposto, a Associação Intermunicipal de Pais de Alunos do 1º ao 3º graus também começa a se movimentar e já impetrou um mandado de segurança contra o Conselho Estadual de Educação de São Paulo que autorizou reajustes acima dos índices estabelecidos pelo Ministério da Educação. *(O Estado de S. Paulo/SP, 12/11/88)*

636
Assembléia vai chamar Chopin para depoimento

A segunda reunião da Comissão Especial de Inquérito (CEI) para apurar denúncias sobre irregularidades em escolas particulares, realizada ontem no plenário Tiradentes da Assembléia Legislativa, decidiu convocar para a próxima reunião — ainda sem data marcada — o secretário da educação, Chopin Tavares de Lima, para esclarecer o papel da secretaria em disputas entre escolas e pais de alunos.

No encontro de ontem estiveram presentes deputados e representantes de entidades como a Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares de São Paulo, a Associação Intermunicipal de Pais de Alunos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a própria Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

A CEI, cuja primeira reunião aconteceu no último dia 5 de outubro, é presidida pelo deputado Ivan Valente (PT-SP) e integrada por deputados de todos os partidos. No encontro de ontem, estiveram presentes, além de Valente, os deputados Hatiro Shimomoto (PDS), Rubens Lara (PSDB) e Nelson Nicolau (PMDB). Segundo Valente, a CEI foi constituída a partir da pressão de pais, alunos e entidades de professores diante dos abusos ocorridos na área educacional.

A presidenta da Associação de Pais e Alunos das Escolas Particulares de São Paulo, Hebe Tolosa, afirmou que a última medida do Conselho Estadual de Educação (CEE), de limitar a taxa de reserva de matrícula para o ano que vem, é "inócua" e "fora de tempo". "Em janeiro começa a liberdade vigiada. É sobre as mensalidades do próximo ano que o CEE deveria estar se preocupando", disse. *(Folha de S. Paulo/SP, 24/11/88)*

637
Colégios já cobram a mensalidade de janeiro

Falta pouco mais de um mês para o início do próximo ano e tanto estudantes como pais e responsáveis pelos estabelecimentos de ensino começam a se preocupar com as mensalidades que irão vigorar a partir de janeiro. Algumas escolas particulares de Fortaleza já estão cobrando a primeira parcela da anuidade de 1989, como forma de garantir a vaga do aluno. Até o momento, nenhuma regulamentação foi divulgada pelo Ministério da Educação e continuam valendo até dezembro as mesmas regras utilizadas no decorrer do ano, ou seja, as mensalidades serão reajustadas de acordo com a URP. *(O Povo/CE, 25/11/88)*

638
Escolas particulares estão extorquindo na mensalidade

Apesar da legislação em vigor (decreto 95.921) determinar que o valor das taxas e demais encargos escolares cobrados pelas escolas particulares de ensino só pode ser feito pela variação da URP, que em dezembro está fixada em 26.05%, algumas escolas estão cobrando reajuste de até 92% — segundo várias denúncias chegadas até o Conselho Estadual de Educação do AM, que promete adotar providências imediatas e enérgicas. *(A Crítica/AM, 07/12/88)*

639
Juros e OTN estão banidos das escolas

A partir do ano que vem, fica proibida a incidência de juros e/ou correção monetária sobre parcelas cobradas antecipadamente à prestação dos serviços educacionais. Além disso, as escolas particulares não poderão fixar as mensalidades em OTN ou mesmo estabelecê-la como índice de correção. Esses são alguns dos pontos que fazem parte da minuta de resolução aprovada ontem à tarde pelo Conselho de Educação.

Segundo o conselheiro e presidente da Comissão de Encargos Educacionais, Júlio Gregório, a minuta tem como objetivo reverter o hábito de se cobrar antecipadamente. Se o pai não paga a prestação no dia primeiro de dezembro, por exemplo, referente aos serviços do referido mês, não pode ser punido antes de passarem 30 dias do vencimento. Esta decisão, ele acrescentou, é pioneira ao nível de conselhos estaduais de educação no país.

Minuta já começa a dar polêmica — A não inclusão da palavra multa no parágrafo quarto do artigo terceiro da minuta de resolução aprovada pelo Conselho de Educação pode causar polêmica entre pais e proprietários de escolas particulares. Diz o parágrafo que é vedada a incidência de juros e/ou correção monetária sobre parcelas cobradas antecipadamente à prestação dos serviços educacionais. Mas o diretor-executivo da Federação Nacional do Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Basílio Demetri Anastassakis, adiantou que as multas continuarão a ser cobradas.

O presidente da Associação de Pais de Alunos (APA), Luiz Cassemiro, recebeu bem esse ponto aprovado na minuta. Isto porque os pais vão deixar de pagar as mensalidades antecipadamente. Criticou, no entanto, a ausência de um dispositivo claro na resolução, determinando que os acordos sejam feitos em assembléias de pais, e não de forma individual, "porque nesse caso há coação".

A medida foi também elogiada pelo presidente da Associação de Pais e Mestres (APM) da Católica, Vanilton Senatone, que acompanhou a reunião do CEDF. "A Católica, por exemplo, cobra a mensalidade no dia cinco e paga aos professores no dia dez do mês seguinte". Para que o pagamento seja efetuado com antecedência, ele sugeriu que as escolas promovam desconto nas prestações. *(Correio Braziliense/DF, 07/12/88)*

640
Mensalidades escolares poderão ser menores

Os 735 estabelecimentos privados de ensino de Santa Catarina podem cobrar mensalidades proporcionalmente inferiores àquelas a serem praticadas nos demais estados. A informação foi prestada pelo presidente do sindicato catarinense, José Zinder, depois que recebeu da Federação das Escolas Particulares telegrama comunicando a adoção do IPC — índice de preços ao consumidor — para os novos cálculos. As escolas catarinenses estão se baseando na URP. "Como nosso processo de matrícula está adiantado, se tivermos de fazer uma alteração, isso ocorrerá só em março. Se decidirmos, não haverá qualquer mudança, o que traria muitos benefícios aos pais de alunos", disse Zinder.

A diferença de um índice para outro gira, em média, em torno de 1% — com a URP abaixo do IPC.

Mesmo que sejam mantidos os cálculos atuais, alguns pais continuam a protestar contra o que chamam de abusivo.

É o caso, por exemplo, de Zany Leite, um dos representantes da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa na Comissão de Encargos Educacio-

nais, da Secretaria da Educação. "A Federação Nacional de Pais de Estudantes detectou em 88, junto às 116 escolas de Santa Catarina, um aumento de 40% acima da inflação. O valor acrescido pela URP na mensalidade de dezembro não é aceitável", protestou Leite.

O presidente do sindicato das escolas, por sua vez, afirma que tal queixa não é válida, uma vez que as diretoras dos colégios não transmitem qualquer tipo de reclamações nesse sentido. "O único a protestar é Zany Leite, que não é representante de nenhuma associação. O problema dele é estritamente pessoal", observou Zinder. Zany acredita que a falta de mobilização dos pais é uma das causas do atual comportamento das escolas.

Omissão — "Enquanto os pais reclamam isoladamente, os proprietários das escolas vão a Brasília e fazem *lobby* junto aos políticos. Afinal, o sindicato deles recebe 5% da arrecadação mensal de cada estabelecimento", justifica Leite. Segundo ele, em Santa Catarina, o Conselho Estadual de Educação foi omisso em 88 na questão das mensalidades particulares, o que facilitou a cobrança abusiva. "Alguns conselheiros são proprietários de escolas e o único representante de Federação de Pais de Alunos sempre votou contra a categoria que representa", acrescentou.

De acordo com a nova Constituição, caberá a um órgão administrativo a fiscalização das mensalidades de agora em diante, que provavelmente designará a Sunab. Maior representação dos pais no conselho é antiga reivindicação. Em Santa Catarina, existem matriculados em estabelecimentos particulares 138 mil estudantes. *(A Notícia/SC, 11/12/88)*

641
Escolas voltam a cobrar mensalidades pela URP

As mensalidades das escolas particulares voltam a ser reajustadas pela URP, decidiu ontem o Tribunal Federal de Recursos, ao conceder liminar à Subprocuradoria Geral da República. A medida contraria o Conselho Federal de Educação, que há duas semanas ganhou na Justiça Federal de Brasília o direito de autorizar as escolas particulares a cobrar taxas através da OTN. *(Diário de Pernambuco/PE, 14/12/88)*

642
Estudantes invadem conselho de educação

Representantes de entidades estudantis interromperam ontem à tarde a reunião do Conselho Estadual de Educação de São Paulo (CEE) para reivindicar uma punição às escolas que reajustaram os valores de suas mensalidades com percentuais superiores aos da Unidade de Referência de Preços (URP), conforme estabelece o decreto-lei número 95.921/88. Os estudantes terão uma audiência hoje às 11h30 com o secretário Chopin Tavares de Lima, da educação.

Participaram da manifestação 18 pessoas. O presidente da Associação Interestadual de Pais e Alunos, Antonio Carlos de Araújo, 24, disse que o CEE se omite na fiscalização dos estabelecimentos de ensino que reajustaram suas mensalidades fora dos limites fixados pela lei.

Os estudantes protestaram também contra os reajustes especiais concedidos a algumas escolas pelo Conselho Federal de Educação (CFE), apesar de indeferidos pelo CEE.

João Gualberto de Meneses, 59, presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho, afirmou que o CFE pode tornar sem efeito as deliberações tomadas nas esferas estaduais. Segundo Meneses, o Conselho Estadual não é consultado pelo CFE em suas decisões. Celso Beisiegel, diretor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, afirmou que o CEE, do qual é conselheiro, "faz parte de um processo de engodo de toda a população por não ter condições de cumprir suas atribuições". *(Folha de S. Paulo/SP, 22/12/88)*

643
Ministro diz que as escolas podem cobrar em OTN

O ministro da educação, Hugo Napoleão, afirmou ontem que não é possível proibir as escolas particulares de cobrarem suas mensalidades em OTN. Segundo ele, as mensalidades escolares para o próximo ano serão estabelecidas de acordo com o pacto social. Informou que o MEC baixará em fevereiro um outro decreto, substituindo o decreto 95.921, que estabeleceu as normas para os reajustes escolares este ano. *(O Globo/RJ, 23/12/88)*

PROFESSORES

644
Professores se reúnem

Foi uma surpresa para todos: pela primeira vez, em mais de 20 anos, cerca de 1.500 professores da rede particular de ensino reuniram-se ontem, em assembléia, para discutir os rumos da campanha salarial da categoria em 1987. Eles paralisaram as aulas para participar do encontro em frente à Câmara Municipal.

E decidiram formar um comando de greve, que no dia 31 avaliará o andamento das negociações com o Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado de São Paulo. Se até lá não houver acordo, dia 1º eles farão nova assembléia para estudar até uma paralisação por tempo indeterminado.

Nas faixas e cartazes, os manifestantes reivindicavam 100% de aumento sobre os salários atuais — os patrões vão dar 66% provisoriamente, mas sobre salários de 86 — 30% de hora-atividade, 20% de reposição salarial e 7,7% de produtividade. As negociações desses quatro principais itens da extensa pauta de reivindicações foram suspensas ontem pelo sindicato patronal, sob a alegação de "não negociar sob pressão". Mas hoje, elas serão retomadas e até o final do mês a entidade acredita entrar em acordo com os professores. *(O Estado de S. Paulo/SP, 26/03/87)*

645
Paralisação é quase total nas escolas

Apenas 2% das 1 mil 250 escolas particulares de 1º e 2º graus do Rio funcionaram ontem, primeiro dia de greve de seus 20 mil professores, que querem reajuste salarial de 120%. Os colégios foram fechados por ordem de seus proprietários, que pretendem que o governo autorize o repasse do reajuste dos professores para as mensalidades,

já majoradas este ano em 55%. A greve continua pelo menos até sexta-feira, quando os professores têm assembléia.

Ontem pela manhã, os professores fizeram uma passeata por ruas de Botafogo, bairro onde há grande concentração de escolas particulares, distribuindo cartas à população, onde denunciam o ensino privado de não atender às necessidades da educação e conclamam os pais a exigirem acesso à contabilidade dos colégios. Na carta, os professores explicam que poucos alunos pagam o custo operacional de uma turma. *(Jornal do Brasil/RJ, 08/04/87)*

646
Escola particular em greve

Os 1 mil 500 professores de escolas particulares do DF estão em greve, por tempo indeterminado, desde ontem à tarde. Mais de dois terços da categoria, além de pais e alunos, superlotaram a sala de exibição do Cine Brasília, pela manhã, quando foi decidida a paralisação em assembléia bastante tumultuada. Os professores querem reposição salarial com as perdas do Plano Cruzado de 34,5%, reajuste de 83,75%, segundo cálculos do DIEESE, e aumento real de 15%. Não haverá reposição de aula.

Os proprietários de estabelecimentos educacionais concordam com um aumento de 100%, contanto que haja o repasse dos gastos para as mensalidades dos alunos. Os pais apóiam o movimento dos professores, acham justas as reivindicações, mas não concordam que as mensalidades sejam reajustadas. Devido ao impasse, os professores decidiram desvincular seu movimento do aumento das mensalidades. "Este é um problema entre os donos de escolas e os pais", defenderam vários professores. *(Correio Braziliense/DF, 10/04/87)*

647
Marajás do ensino?

"Você sabia que seu filho é educado para a vida por alguém que não ganha o suficiente para viver?" Esta frase, criada pela categoria em resposta à campanha do governo que manda os pais vigiarem o trabalho dos professores, pôde ser comprovada ontem, pelo **Correio Braziliense**. Há professores em Brasília que ganham Cz$ 9,00 a hora-aula, como é o caso dos que lecionam na pré-escola Chapeuzinho Vermelho. Se estes profissionais trabalharem 8 horas por dia — uma jornada de trabalho normal — e, levando-se em conta que o mês tem 22 dias úteis, eles receberão Cz$ 1mil 584 por mês.

As escolas cobram mensalidades dos alunos quase nunca inferiores a Cz$ 600,00 e os professores recebem por hora-aula uma baixíssima remuneração. O Colégio Minas Gerais, localizado na 906 norte, chega a cobrar quase Cz$ 1 mil 500 por aluno em regime de semi-internato. Enquanto isso, os professores recebem de Cz$ 17,00 a hora-aula (pré-escola) a Cz$ 31,00 (5ª a 8ª série).

O professor Jorge Luís Santos Silveira é casado, leciona sociologia na Faculdade Católica de Taguatinga e recebe Cz$ 61,00. "Eu dou 12 aulas por mês e, se não tivesse outro emprego onde trabalho 8 horas por dia, eu não poderia sequer pagar meu aluguel, que é de Cz$ 5 mil porque é contrato antigo. Além disso, moro no Plano Piloto e tenho que me deslocar até Taguatinga, o que também custa dinheiro".

Jorge Silveira acha que não cabe ao professor definir se o reajuste será repassado às mensalidades ou não. "O que podemos fazer é sermos solidários depois na luta dos pais pelo não repasse". Acredita que o problema das escolas particulares está no fato de que quando os proprietários tinham lucros estrondosos não falavam em processo de socialização. "Agora, que os lucros diminuíram, eles querem usar o professor para aumentar as mensalidades. Acontece que nós não tivemos aumento desde a instituição do Plano Cruzado e as mensalidades foram reajustadas", acrescentou.

Já a professora Maria Cristina Homem de Melo Nogueira, apesar de receber apenas um salário de Cz$ 2 mil 300 do Colégio Monteiro Lobato, onde leciona, é contra a paralisação. "Acho que os patrões estão usando a gente. Não sou a favor que aumentem as mensalidades porque os alunos não têm culpa de nada", comentou. Questionada sobre como sobrevivia com um salário tão baixo, Maria Cristina, que é mãe de quatro filhos, respondeu: "Meu marido trabalha, meu sogro ajuda, nós vendemos um carro há pouco tempo e às vezes, quando aperta, tomamos sopa". *(Correio Braziliense/DF, 10/04/87)*

648
Escolas particulares não dialogam sem repasse

O Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular (Sinepe) decidiu paralisar, por tempo indeterminado, as negociações com os professores em greve tendo em vista a "impossibilidade de atender à proposta de aumento salarial da categoria". A informação foi dada ontem à tarde pelo presidente da entidade, Jaime Zveiter, acrescentando que não há como conceder aumento aos professores com a posição do governo de permitir um acréscimo semestral nas mensalidades de 35%.

Segundo Jaime Zveiter, o Sinepe só poderá negociar o aumento dos professores quando tiver liberdade para que, junto com as outras partes interessadas, professores e pais, possam negociar "sem a interferência do governo". Nesse sentido, o Sinepe enviou ontem mesmo um telegrama ao presidente José Sarney, aos ministros da fazenda, planejamento e trabalho, ao governador José Aparecido e ainda ao presidente do Conselho de Educação do DF, em busca de liberdade na negociação.

Professores vêem sucesso — "Os professores da rede particular já esqueceram o movimento fracassado de 1985 e encaram a luta hoje com total responsabilidade e seriedade". "Vamos até o fim", afirmou um dos diretores do sindicato da categoria e membro do comando de greve, Elson Gomes da Silva, ao avaliar o primeiro dia de greve dos docentes das escolas particulares como "vitorioso". Segundo ele, a grande maioria das escolas particulares não funcionou ontem, o que significa que a categoria está unida no movimento grevista. *(Correio Braziliense/DF, 11/04/87)*

649
Professores do Rio retornam às aulas na segunda

Um dia após a assembléia dos professores de 1º e 2º graus das escolas particulares do Rio ter votado pelo final da greve que durou 17 dias, o sindicato da categoria assinou ontem com os dirigentes patronais um acordo que garante a fixação do piso salarial em Cz$ 3.600,00. Com isto, as escolas voltam às atividades a partir de segunda-feira. Resta agora saber como será reestruturado o calendário escolar deste ano.

Na assembléia que decretou o final da greve a proposta vencedora foi a que concedeu um aumento de 78,88% para quem ganha abaixo do piso e de 52,25% para os demais. *(O Estado de S. Paulo/SP, 05/04/87)*

650
Na Baixada, 900 colégios fecham e 180 mil estudantes ficam sem aulas

Cerca de 180 mil alunos de 900 escolas particulares de 1º, 2º e 3º graus da Baixada Fluminense estão sem aulas desde ontem, em conseqüência da greve dos professores e auxiliares administrativos. A paralisação, que, segundo informações de líderes das categorias, atinge 90% das escolas e se estenderá por tempo indeterminado, será avaliada em assembléia marcada para as 10h de hoje, no Sindicato dos Metalúrgicos de Nova Iguaçu, quando as categorias decidirão se aceitam ou não uma contraproposta patronal de reajuste de 100% do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) sobre os salários do mês de dezembro passado.

Os 18 mil professores reivindicam reajuste de 120% sobre os salários do mês de março deste ano, estabilidade no emprego durante o período letivo, anuênio de 5% sobre os salários e gratuidade de matrícula e ensino para seus dependentes, além de melhores condições de trabalho. Atualmente, os pisos salariais são de Cz$ 1.116,00 mensais para os professores de 1ª à 4ª série; Cz$ 20,07 a hora-aula para os de 5ª à 8ª série e 2º grau e de Cz$ 42,39 a hora-aula para os de 3º grau.

A pauta de reivindicações dos auxiliares administrativos prevê, além da estabilidade no emprego por um ano e ensino gratuito para os seus dependentes, qüinqüênio de 5% e pisos salariais, retroativos a janeiro, na seguinte ordem: Cz$ 3.404,80 para o pessoal de secretarias, tesourarias e departamentos de pessoal; Cz$ 2.614,00 para os serventes e Cz$ 2.929,00 para os demais integrantes da categoria.

Segundo o presidente do Sindicato dos Professores da Baixada, José Carlos Costa, a greve conjunta dos professores e auxiliares foi decidida em assembléia na semana passada, depois de esgotadas todas as possibilidades de acordo com a classe patronal. *(O Globo/RJ, 05/05/87)*

651
Tribunal Popular será criado

Um Tribunal Popular será formado na próxima semana com a função de encontrar soluções para a greve dos professores da rede particular, caso o Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino do DF (Sinepe-DF) não apresente uma nova proposta à categoria até amanhã.

A informação é da presidente do Sindicato dos Professores, Lúcia Carvalho. De acordo com ela, comporão o Tribunal representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, do Sindicato dos Professores, do Sinepe, da Associação de Pais de Alunos e da União Nacional dos Estudantes, além de parlamentares. Ela espera que desta forma seja mais fácil a concretização de novas propostas que levem ao fim do movimento, entrando hoje no seu 27º dia de paralisação. "Isso acontecerá caso o Sinepe não receba a comissão de negociação até amanhã", definiu Lúcia. *(Correio Braziliense/DF, 06/05/87)*

652
Acordo encerra greve nas escolas particulares

Depois de mais de três horas de negociação, terminou ontem a greve dos professores das escolas particulares do DF. A contraproposta oferecida pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino (Sinepe) — com a intermediação da Procuradoria-Geral da Justiça do Trabalho —, de 120% de aumento sobre o salário de junho, foi prontamente aceita pela assembléia geral no Cine Brasília. Entre vários discursos inflamados de professores e sindicalistas que precederam a votação, ficou uma certeza: a categoria saiu safisfeita e vitoriosa.

Hoje já será computado um dia letivo como outro qualquer, mas com uma diferença: os professores trocarão a aula pela discussão. Reunidos com os alunos, os pais e a direção do estabelecimento, os profissionais de ensino pretendem estabelecer como será feita a reposição de horas-aula, condição fixada pelo Sinepe para manter a contraproposta. São 13 dias a serem repostos ou no decorrer das férias ou aos finais de semana.

Local neutro — O término do movimento, que completou ontem 28 dias, começou a ganhar corpo na quarta-feira à noite quando o presidente do Sinepe, Jaime Zveiter, aceitou dialogar com a comissão de negociação do Sindicato dos Professores (Sinpro). O espaço determinado para o encontro foi neutro: o Ministério da Justiça.

Às 9h45min de ontem sentavam-se à mesa o procurador-geral da Justiça do Trabalho, Wagner Pimenta, o subprocurador Luís da Silva Flores, o presidente do Sinepe, Jaime Zveiter, o diretor da entidade, Aloísio Pacheco, o presidente da Comissão de Encargos Educacionais do Conselho de Educação, Julio Gregório Filho, e a presidente do Sinpro, Lúcia Carvalho, acompanhada da diretoria do sindicato.

Às 13h45, cansados e com fome, os representantes dos patrões, professores e governo davam a reunião por encerrada com a garantia (verbal) de assinar o acordo na próxima quarta-feira, no mesmo local, às 12h. Ficaram estabelecidas as seguintes cláusulas: 120% de aumento sobre o salário de junho, o que significa 35% de aumento real, formação de uma comissão paritária, com cinco membros de cada parte, para discutir o Plano de Cargos e Salários e apresentar uma conclusão em 120 dias; garantia de que não haverá demissões por justa causa em decorrência da greve; licença-amamentação de 15 dias, além dos 84 dias permitidos por lei, e manutenção de todas as cláusulas da convenção anterior. *(Correio Braziliense/DF, 08/05/87)*

653
Greves

A expectativa do Sindicato dos Professores do RJ é de que pelo menos a metade da rede particular de ensino, o que representa em torno de 800 escolas e 300 mil alunos, seja paralisada hoje, por 24 horas, seguindo a orientação da Andes (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), que determinou a paralisação em defesa da escola pública. A orientação deverá ser seguida pela maioria das faculdades particulares.

A UFRJ e a UERJ e a rede oficial de ensino de 1º e 2º graus funcionarão normalmente. O Sindicato dos Professores espera reação e já convocou piquetes para colégios e faculdades, como o Santo Inácio e Princesa Isabel e a Universidade Gama Filho, que pretendem funcionar normalmente.

Embora a motivação inicial da Andes seja a defesa do ensino público, cada grupo tem uma motivação particular: os professores de nível médio reclamam melhores salários (a hora-aula média é de aproximadamente Cz$ 70,00) e os de nível superior protestam contra demissões como represália da greve de abril.

Com uma rede de 1 mil 600 escolas de nível médio e 70 de nível superior, o Sindicato dos Professores, que acaba de ser renovado em eleição muito disputada e que ainda deixa marcas, espera que pelo menos a metade dos 600 mil alunos da rede particular (500 mil no nível médio e 100 mil no superior) não encontrem professores nas aulas de hoje. *(Jornal do Brasil/RJ, 29/09/87)*

654
Professores vão às urnas para eleger diretoria do sindicato

A cidade tem cerca de 25 mil professores trabalhando em escolas particulares, mas só 3.500, que estão com a semestralidade em dia, poderão eleger, a partir de amanhã, a nova diretoria do Sindicato dos Professores de São Paulo, Sinpro. José Leopoldino de Azevedo tentará reeleger-se pela quarta vez consecutiva e completar 12 anos de mandato, enquanto Fábio Zambon, atual secretário do Sindicato, representa a oposição e defende a democratização da entidade.

Na aparência, não há grande diferença entre os programas de trabalho dos dois candidatos. "Vamos restaurar a dignidade profissional e salarial dos professores", diz Zambon, que dá aula de física nos colégios São Luís, Oswaldo Cruz, Pais Leme e Magno. "Uma das metas é a recomposição salarial para reduzir o achatamento", reage Leopoldino na cadeira da presidência do Sinpro, a poucos metros da sala de seu adversário. Ele é professor do Santa Cruz e Santo Agostinho.

As plataformas dos candidatos falam na melhoria das condições de vida e de trabalho dos professores paulistanos. Mas, na prática, a situação é outra. O representante da oposição critica o "continuísmo" que deixa o sindicato com uma "atuação comprometida"; já o da situação, é contundente: "Não há oposição, o que existe é uma dissidência. Quem a lidera estava na nossa chapa há nove anos".

Dissidência ou oposição, pouco importa. Zambon quer a democratização do sindicato, a organização sindical da categoria, eleição direta de delegado sindical por escola e ampliação dos serviços de assistência (médico-odontológico e jurídico). Leopoldino relaciona a aposentadoria especial aos 25 anos de serviços com vencimentos integrais, criação de um plano de carreira para cada grau com diminuição da jornada de trabalho e reajustes semestrais. *(O Estado de S. Paulo/SP, 06/10/87)*

655
Professores dão vitória à oposição no Sinpro

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro) tem um novo presidente desde a noite da última sexta-feira. É Fábio Zambon, candidato da Chapa 2, de oposição, que recebeu 1.332 votos contra os 1.225 obtidos pelo candidato da situação, José Leopoldino de Azevedo, 53.

É a primeira vez nos últimos nove anos que uma chapa oposicionista vence uma eleição no Sinpro — Leopoldino concorria a seu quarto mandato. A eleição começou na quarta-feira e terminou na sexta, com uma urna fixa na sede do sindicato (na Vila Clementino, zona sul de São Paulo) e mais doze percorrendo as escolas da capital. O Sinpro representa cerca de 25 mil professores de escolas e faculdades particulares da cidade de São Paulo e tem 7.600 filiados. Destes, porém, só 3.219 (42% dos sindicalizados e 13% da categoria) tinham direito a voto, por estarem com seus pagamentos em dia. Nos três dias de votação, nenhum incidente foi registrado, nem no sindicato, nem nas escolas pelas quais as urnas passaram.

De quarta a sexta-feira votaram 2.584 professores, registrando-se uma abstenção de 19,7%. Isso significa que o novo presidente do Sinpro foi eleito por apenas 10% da categoria. *(Folha de S. Paulo/SP, 11/10/87)*

656
Professores em greve até sexta. Sábado decidirão se continuam

Os 20 mil professores das escolas de 1º e 2º graus da rede particular de ensino do município do Rio de Janeiro fazem hoje uma paralisação de advertência, que se repetirá na sexta-feira — amanhã não haverá aulas por ser Dia do Mestre —, para pressionar a concessão de um reajuste de 100% sobre os salários de agosto. No próximo sábado, a categoria fará assembléia às 15h na Uerj para decidir se transformará a paralisação em greve por tempo indeterminado. O presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, Paulo Sampaio, disse que as unidades recorrerão à polícia se forem montados piquetes.

Segundo previsão do presidente do Sindicato dos Professores, Gilson Puppin, a paralisação deverá atingir pelo menos 90% das 1.600 escolas particulares do município, deixando cerca de 550 mil alunos sem aulas. Puppin informou que o comando de greve está articulando piquetes para impedir o funcionamento das principais escolas do Rio, como o Princesa Isabel e Santo Inácio, em Botafogo, Lemos Cunha, na Ilha do Governador, e Luso Carioca, em Madureira. Amanhã, às 16h, os professores farão ato público em frente ao seu sindicato, para pedir apoio da população ao movimento.

Atualmente, o salário de um professor de 1ª à 4ª série que trabalhe quatro horas e meia por dia é de Cz$ 5.184



Outdoor de campanha salarial dos professores de escolas particulares

e a hora-aula de um professor de 5ª à 8ª série é de Cz$ 73.

O presidente do sindicato patronal, Paulo Sampaio, previu que haverá um confronto entre diretores e professores na próxima semana se a categoria decidir por uma greve. Nesse caso, advertiu, os professores terão os dias descontados e estarão sujeitos a demissão por justa causa. Explicou que os donos de escolas estão oferecendo reajuste de 30% sobre os salários do mês de agosto, percentual acima dos obtidos por qualquer outra categoria. *(O Globo/RJ, 14/10/87)*

657
Paralisação de professores tem adesão de 80%

Para pressionar a concessão de um aumento salarial de 100%, mais de 80% dos 20 mil professores da rede particular de ensino do município do Rio de Janeiro — segundo cálculo do secretário do sindicato da categoria, Francílio Paes Leme — aderiram à paralisação de advertência em seu primeiro dia, ontem. *(O Globo/RJ, 15/10/87)*

658
Duas diretorias afirmam estar na chefia do Sinpro

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro) vive um dilema desde ontem, quando a recém-eleita diretoria deveria iniciar seu mandato. O Tribunal Federal de Recursos (TFR) concedeu liminar no final de semana a uma associada, Sandra Maria Freire, que suspendia a posse. No entanto, a liminar só foi protocolada junto à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) em São Paulo às 14h26min de ontem, depois da nova diretoria já ter sido empossada pelo próprio delegado regional, Argeu de Carvalho.

Até as 18h30 de ontem a Assessoria Jurídica da DRT estava em reunião, sem prazo para acabar, a fim de apresentar um parecer que determinasse qual o destino do Sinpro. A causa de toda esta celeuma, está em uma portaria do Ministério do Trabalho, que reconhece as diretorias de sindicato eleitas apenas com a maioria absoluta dos votantes e não do colégio eleitoral (total de associados com condições de voto) do sindicato, como prevê a CLT.

A antiga diretoria se considera no poder até que o processo seja julgado em definitivo, segundo o ex-diretor Carlos Eduardo Anselmo Abhrão. Por sua vez, o vice-presidente da nova diretoria, Celso Napolitano, diz que "nós somos a diretoria de fato e de direito". No entanto, o advogado e articulista da **Folha** Walter Ceneviva, 59, afirma que enquanto o ministro do TFR não apreciar novamente a liminar, para julgar se ela ainda tem valor jurídico, o Sinpro está acéfalo. Ou seja, nem a antiga diretoria nem a nova podem assumir o sindicato. *(Folha de S. Paulo/SP, 17/11/87)*

659
Juiz mantém diretores do sindicato dos professores

O juiz Sebastião Reis, ministro do Tribunal Federal de Recursos, prorrogou, ontem, o mandato da antiga diretoria do Sindicato dos Professores de São Paulo, que perdeu as eleições realizadas em outubro. A antiga diretoria, presidida pelo professor José Leopoldino de Azevedo, deve permanecer no cargo até que o Tribunal decida sobre a validade ou não da votação. *(O Estado de S. Paulo/SP, 25/11/87)*

660
Sindicalista critica escolas particulares

A maior concentração de professores em escolas particulares está em São Paulo — cerca de 30 mil só na Capital —, mas esse número não traz benefícios para a categoria: professores de outros estados obtiveram melhores vantagens trabalhistas. Esta foi uma das principais conclusões do 1º Encontro Nacional Intersindical de Trabalhadores em Educação, realizado no fim de semana, na Praia Grande.

"A antiga diretoria fazia muitos conchavos com os patrões", afirma Fábio Zambon, presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo. Segundo ele, é necessário reorganizar os associados. Zambon explica que os professores paulistanos só recebem piso salarial quando lecionam até a quarta série do 1º grau, enquanto que no Rio Grande do Sul, por exemplo, há um piso para todos os níveis, da pré-escola à universidade. As escolas paulistanas, diz o dirigente sindical, não pagam adicional por tempo de serviço e os professores não recebem nenhum percentual por hora-extra, além do valor da hora-aula, ao contrário dos professores do Distrito Federal que ganham 100% do valor da hora-aula. Segundo ele, os professores de São Paulo também não recebem nada quando ficam com grandes intervalos entre as aulas, período conhecido como "janela". *(O Estado de S. Paulo/SP, 30/08/88)*

661
Greve na Bahia pára escola da rede particular

Os professores da rede particular de ensino da Bahia que fizeram uma greve de advertência no dia 27 do mês passado, marcaram para hoje uma greve da categoria, por tempo indeterminado, exigindo uma reposição salarial de 42%. O Sindicato dos Proprietários de Escolas Particulares se nega a qualquer negociação, alegando que o acordo de trabalho feito em março com os professores só prevê um novo aumento no próximo ano.

Faltando ainda 50 dias para o encerramento do ano letivo, os estudantes da rede particular de ensino deverão ficar mesmo sem aulas até que haja um entendimento entre os professores e os donos das escolas. No acordo de março, os professores conseguiram uma reposição de 100% nos seus salários e agora, em conseqüência da inflação, exigem mais 42%, já que se consideram prejudicados ao receberem apenas os aumentos de acordo com os níveis da inflação oficial. *(Correio Braziliense/DF, 03/10/88)*

662
Professor critica má qualidade do ensino na capital

Os professores de escolas particulares de São Luís estão preocupados com a queda na qualidade do ensino que vem se agravando, principalmente neste ano. A presidente do Sindicato dos Professores de São Luís, Florilena Aranha, explica que "são várias as causas que refletem negativamente na qualidade do ensino de nossa capital".

Um dos pontos fundamentais, na avaliação de Florilena, é a falta de empenho dos donos de escolas particulares. Um exemplo citado é o de que a maioria dos professores que são formados pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) se encontram fora de escolas particulares, devido ao desinteresse dos proprietários dos estabelecimentos de ensino em admitir profissionais habilitados, visto que, com raríssimas exceções, remuneram seus professores com baixos salários.

Para tanto, utilizam-se das alternativas previstas no artigo 77 da lei 5.692, de 11/08/71, que dispõe para o caso da oferta de professores habilitados não bastar para atender às necessidades de ensino, num total desafio e desrespeito aos profissionais habilitados nos termos da lei. Neste aspecto, a lei não pode ser aplicada em São Luís, pois o número de professores habilitados nesta cidade é muito grande.

A chamada "autorização precária", concedida pela Inspeção Escolar, possibilitando a contratação de pessoal docente não habilitado é outro problema. "Este aspecto nos preocupa muito, pois permite a entrada de professores despreparados no mercado de trabalho". Florilena Aranha questiona também a posição do CEE-MA em autorizar, de forma excessiva, o funcionamento de escolas particulares, "as quais raramente atendem aos preceitos da legislação pertinente ao assunto". Esta denúncia, segundo a presidente do Sindicato dos Professores, diz respeito tanto à formação profissional daqueles que ministram aula ou administram as escolas, como no que se refere às condições físicas dos prédios escolares.

Carta ao secretário — O Sindicato dos Professores enviou uma carta ao secretário de educação, João Martins Neto, expondo todas estas denúncias e solicitando atenção ao problema enfocado. O sindicato sugere ao secretário de educação que faça um levantamento da habilitação dos professores que lecionam nos estabelecimentos particulares de São Luís; de todas as escolas que funcionam em desacordo com as normas; fiscalize e oriente os estabelecimentos de ensino quanto à contratação de profissionais habilitados; suspensão de autorização de título precário realizado pela Inspeção Escolar, dentre outras providências. *(O Estado do Maranhão/MA, 11/10/88)*

663
Paraíba

Com o fim de forçar os empregadores a apresentarem contraproposta às suas reivindicações, cerca de oitocentos professores da rede particular de ensino, em Campina Grande, estão paralisados desde ontem, deixando sem aulas os alunos de 56 estabelecimentos de ensino. Os professores reuniram-se ontem em protesto, na praça da Bandeira, exigindo dos patrões 110% de reajuste salarial. *(Correio Braziliense/DF, 16/10/88)*

DADOS BÁSICOS

As tabelas a seguir apresentam dados agrupados sobre população, alfabetização, nível de instrução, estabelecimentos de ensino e profissionais com funções docentes no Brasil. Eram os dados mais recentes disponíveis até o fechamento desta edição

Tabela 1

População residente: Brasil e Grandes Regiões - 1987

Regiões	População Residente	
Brasil	138500429	100.0%
Norte	4489292	3.2%
Nordeste	40725521	29.4%
Sudeste	62022419	44.8%
Sul	21622071	15.6%
Centro-Oeste	9641126	7.0%

Nota: Exclusive a população rural da Região Norte.

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 2

Pessoas de 10 anos ou mais, segundo anos de estudo: Brasil e Grandes Regiões - 1987

Anos de Estudo	Brasil		Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		R. Centro-Oeste	
Sem instrução e menos de 1 ano	20564403	19.7%	433425	13.5%	10651634	36.6%	6193723	12.9%	2026204	12.1%	1259417	17.7%
1 ano	5752022	5.5%	207690	6.5%	2542395	8.7%	1872577	3.9%	713473	4.3%	415887	5.8%
2 anos	8597202	8.2%	292672	9.1%	2748785	9.4%	3654622	7.6%	1232737	7.4%	668386	9.4%
3 anos	10491838	10.1%	339337	10.5%	2612473	9.0%	4843579	10.1%	1994685	11.9%	701764	9.9%
4 anos	18338452	17.6%	399927	12.4%	3073499	10.6%	10278888	21.3%	3440362	20.6%	1145776	16.1%
5 anos	8480624	8.1%	357820	11.1%	1800829	6.2%	3705959	7.7%	2078662	12.4%	537354	7.5%
6 anos	4130622	4.0%	160732	5.0%	806953	2.8%	2141858	4.4%	701250	4.2%	319829	4.5%
7 anos	3792134	3.6%	164905	5.1%	736173	2.5%	1946992	4.0%	652525	3.9%	291539	4.1%
8 anos	6982595	6.7%	233881	7.3%	1029698	3.5%	4013137	8.3%	1221277	7.3%	484602	6.8%
9 a 11 anos	11575717	11.1%	490311	15.2%	2369055	8.1%	6127604	12.7%	1704459	10.2%	884288	12.4%
12 anos ou mais	5442376	5.2%	126774	3.9%	707211	2.4%	3343639	6.9%	895699	5.4%	369053	5.2%
Anos de estudo não determinados	159563	.2%	9840	.3%	42750	.1%	31385	.1%	34213	.2%	41375	.6%
Sem declaração	4296	.0%	122	.0%	415	.0%	225	.0%	3534	.0%	-	.0%
Total	104311844	100.0%	3217436	100.0%	29121870	100.0%	48154188	100.0%	16699080	100.0%	7119270	100.0%

Nota: Exclusive população rural da Região Norte

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 3

Pessoas de 10 anos ou mais, por sexo e segundo a alfabetização Brasil e Grandes Regiões - 1987

Alfabetizados

Regiões	Total		Homens		Mulheres	
Brasil	84220537	100.0%	41202043	100.0%	43018494	100.0%
Norte	2813765	3.3%	1357729	3.3%	1456036	3.4%
Nordeste	18022489	21.4%	8204200	19.9%	9818289	22.8%
Sudeste	42624872	50.6%	21232942	51.5%	21391930	49.7%
Sul	14807864	17.6%	7449527	18.1%	7358337	17.1%
Centro-Oeste	5951547	7.1%	2957645	7.2%	2993902	7.0%

Não Alfabetizados

Regiões	Total		Homens		Mulheres	
Brasil	20090023	1	9574415	100.0%	10515608	100.0%
Norte	403671	2.0%	187270	2.0%	216401	2.1%
Nordeste	11099152	55.2%	5711173	59.7%	5387979	51.2%
Sudeste	5529316	27.5%	2282241	23.8%	3247075	30.9%
Sul	1890497	9.4%	819342	8.6%	1071155	10.2%
Centro-Oeste	1167387	5.8%	574389	6.0%	592998	5.6%

Sem Declaração

Regiões	Total		Homens		Mulheres	
Brasil	1284	100.0%	336	100.0%	948	100.0%
Norte	-	.0%	-	.0%	-	.0%
Nordeste	229	17.8%	-	.0%	229	24.2%
Sudeste	-	.0%	-	.0%	-	.0%
Sul	719	56.0%	-	.0%	719	75.8%
Centro-Oeste	336	26.2%	336	100.0%		.0%

Nota: Exclusive a população rural da Região Norte

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 4

Pessoas de 10 anos ou mais, segundo a alfabetização: Brasil e Grandes Regiões - 1987

Regiões	Alfabetizadas		Não Alfabetizadas		Sem Declaração		Total de Habitantes	
Brasil	84220537	100.0%	20090023	100.0%	1284	100.0%	104311844	100.0%
Norte	2813765	3.3%	403671	2.0%	-	.0%	3217436	3.1%
Nordeste	18022489	21.4%	11099152	55.2%	229	17.8%	29121870	27.9%
Sudeste	42624872	50.6%	5529316	27.5%	-	.0%	48154188	46.2%
Sul	14807864	17.6%	1890497	9.4%	719	56.0%	16699080	16.0%
Centro-Oeste	5951547	7.1%	1167387	5.8%	336	26.2%	7119270	6.8%

Nota: Exclusive a população rural da região Norte

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 5.1

Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização: Brasil - 1987

Grupos de Idade	Alfabetizados		Não Alfabetizados		Sem Declaração	
10 a 14 anos	12861663	15.3%	2633675	13.1%	336	26.2%
15 a 19 anos	12591305	15.0%	1492639	7.4%	-	.0%
20 a 24 anos	11641609	13.8%	1393873	6.9%	229	17.8%
25 a 29 anos	10045347	11.9%	1263753	6.3%	-	.0%
30 a 39 anos	15749414	18.7%	2832780	14.1%	-	.0%
40 a 49 anos	9776028	11.6%	3164472	15.8%	-	.0%
50 a 59 anos	6248618	7.4%	2850291	14.2%	719	56.0%
60 anos ou mais	5305282	6.3%	4457872	22.2%	-	.0%
Idade ignorada	1271	.0%	668	.0%	-	.0%
Total	84220537	100.0%	20090023	100.0%	1284	100.0%

Nota: Exclusive a população rural da Região Norte

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 5.2

Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização: Região Norte - 1987

Grupos de Idade	Alfabetizados		Não Alfabetizados		Sem Declaração	
10 a 14 anos	515991	18.3%	69592	17.2%	-	-
15 a 19 anos	491012	17.5%	35096	8.7%	-	-
20 a 24 anos	402074	14.3%	27502	6.8%	-	-
25 a 29 anos	328729	11.7%	23900	5.9%	-	-
30 a 39 anos	494275	17.6%	54833	13.6%	-	-
40 a 49 anos	285659	10.2%	57398	14.2%	-	-
50 a 59 anos	167350	5.9%	50650	12.5%	-	-
60 anos ou mais	128552	4.6%	84700	21.0%	-	-
Idade ignorada	123	.0%	-	.0%	-	-
Total	2813765	100.0%	403671	100.0%	-	-

Nota: Exclusive a população rural

Fonte: IBGE. *PNAD-1987*. v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 5.3

Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização: Região Nordeste - 1987

Grupos de Idade	Alfabetizados		Não Alfabetizados		Sem Declaração	
10 a 14 anos	3276204	18.2%	1955799	17.6%	-	.0%
15 a 19 anos	3323892	18.4%	1047667	9.4%	-	.0%
20 a 24 anos	2724085	15.1%	895267	8.1%	229	100.0%
25 a 29 anos	2040203	11.3%	750083	6.8%	-	.0%
30 a 39 anos	2879325	16.0%	1544872	13.9%	-	.0%
40 a 49 anos	1781668	9.9%	1596011	14.4%	-	.0%
50 a 59 anos	1044981	5.8%	1246741	11.2%	-	.0%
60 anos ou mais	952131	5.3%	2062044	18.6%	-	.0%
Idade ignorada	-	.0%	668	.0%	-	.0%
Total	18022489	100.0%	11099152	100.0%	229	100.0%

Fonte: IBGE. *PNAD-1987*. v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 5.4

Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização: Região Sudeste - 1987

Grupos de Idade	Alfabetizados		Não Alfabetizados		Sem Declaração	
10 a 14 anos	5880858	13.8%	366275	6.6%	-	-
15 a 19 anos	5643754	13.2%	237560	4.3%	-	-
20 a 24 anos	5621100	13.2%	305338	5.5%	-	-
25 a 29 anos	5190196	12.2%	303357	5.5%	-	-
30 a 39 anos	8376036	19.7%	798682	14.4%	-	-
40 a 49 anos	5282173	12.4%	980649	17.7%	-	-
50 a 59 anos	3570232	8.4%	1002225	18.1%	-	-
60 anos ou mais	3060298	7.2%	1535230	27.8%	-	-
Idade ignorada	225	.0%	-	.0%	-	-
Total	42624872	100.0%	5529316	100.0%	-	-

Fonte: IBGE. *PNAD-1987*. v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 5.5

Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização: Região Sul - 1987

Grupos de Idade	Alfabetizados		Não Alfabetizados		Sem Declaração	
10 a 14 anos	2185884	14.8%	104716	5.5%	-	.0%
15 a 19 anos	2155475	14.6%	104730	5.5%	-	.0%
20 a 24 anos	2002032	13.5%	83520	4.4%	-	.0%
25 a 29 anos	1730929	11.7%	113146	6.0%	-	.0%
30 a 39 anos	2872228	19.4%	255748	13.5%	-	.0%
40 a 49 anos	1802498	12.2%	333281	17.6%	-	.0%
50 a 59 anos	1126273	7.6%	363301	19.2%	719	100.0%
60 anos ou mais	931622	6.3%	532055	28.1%	-	.0%
Idade ignorada	923	.0%	-	.0%	-	.0%
Total	14807864	100.0%	1890497	100.0%	719	100.0%

Fonte: IBGE. *PNAD-1987*. v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 5.6

Pessoas de 10 anos ou mais, por grupos de idade, segundo a alfabetização: Região Centro-Oeste - 1987

Grupos de Idade	Alfabetizados		Não Alfabetizados		Sem Declaração	
10 a 14 anos	1002726	16.8%	137293	11.8%	336	100.0%
15 a 19 anos	977172	16.4%	67586	5.8%	-	.0%
20 a 24 anos	892318	15.0%	82246	7.0%	-	.0%
25 a 29 anos	755290	12.7%	73267	6.3%	-	.0%
30 a 39 anos	1127550	18.9%	178645	15.3%	-	.0%
40 a 49 anos	624030	10.5%	197133	16.9%	-	.0%
50 a 59 anos	339782	5.7%	187374	16.1%	-	.0%
60 anos ou mais	232679	3.9%	243843	20.9%	-	.0%
Idade ignorada	-	.0%	-	.0%	-	.0%
Total	5951547	100.0%	1167387	100.0%	336	100.0%

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 6

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Grandes Regiões - 1987

Grau e Série	Brasil		Região Norte		Região Nordeste		Região Sudeste		Região Sul		R. Centro-Oeste	
Total	34410347	100.0%	1455907	100.0%	10848239	100.0%	14800254	100.0%	4705051	100.0%	2600896	100.0%
Pré-Escolar	3930579	11.4%	163923	11.3%	1593109	14.7%	1641939	11.1%	321566	6.8%	210042	8.1%
1º Grau	25691090	74.7%	1111453	76.3%	8272341	76.3%	10671002	72.1%	3612144	76.8%	2024150	77.8%
1ª Série	6624304	19.3%	250800	17.2%	2830546	26.1%	2258857	15.3%	766451	16.3%	517650	19.9%
2ª Série	4370131	12.7%	180615	12.4%	1431797	13.2%	1812656	12.2%	619229	13.2%	325834	12.5%
3ª Série	3687197	10.7%	157748	10.8%	1140842	10.5%	1588729	10.7%	518414	11.0%	281464	10.8%
4ª Série	3044764	8.8%	137564	9.4%	884867	8.2%	1287502	8.7%	494011	10.5%	240820	9.3%
5ª Série	2759322	8.0%	131915	9.1%	703794	6.5%	1276498	8.6%	410484	8.7%	236631	9.1%
6ª Série	2024682	5.9%	99608	6.8%	499025	4.6%	944110	6.4%	319691	6.8%	162248	6.2%
7ª Série	1633621	4.7%	70544	4.8%	407606	3.8%	796137	5.4%	238574	5.1%	120760	4.6%
8ª Série	1455875	4.2%	75827	5.2%	346059	3.2%	690090	4.7%	230155	4.9%	113744	4.4%
Sem declaracão de série	91194	.3%	6832	.5%	27805	.3%	16423	.1%	15135	.3%	24999	1.0%
2º Grau	3290021	9.6%	141513	9.7%	743284	6.9%	1655091	11.2%	490903	10.4%	259230	10.0%
Superior [1]	1493742	4.3%	39018	2.7%	237991	2.2%	832222	5.6%	278045	5.9%	106466	4.1%
Sem declaracão de Grau	4915	.0%	-	.0%	1514	.0%	-	.0%	2393	.1%	1008	.0%

Nota: Exclusive a populacão rural da Região Norte

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 7.1

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Unidades da Federação (Região Nordeste) - 1987

Grau e Série	Brasil		Região Nordeste		Maranhão		Piauí		Ceará		R. G. do Norte	
Total	34410347	100.0%	10848239	100.0%	1327301	100.0%	736389	100.0%	1560064	100.0%	576305	100.0%
Pré-Escolar	3930579	11.4%	1593109	14.7%	223777	16.9%	89878	12.2%	339562	21.8%	65946	11.4%
1º Grau	25691090	74.7%	8272341	76.3%	1010672	76.1%	593908	80.7%	1092997	70.1%	438954	76.2%
1º Série	6624304	19.3%	2830546	26.1%	383429	28.9%	231923	31.5%	375543	24.1%	140714	24.4%
2º Série	4370131	12.7%	1431797	13.2%	178353	13.4%	101879	13.8%	192311	12.3%	80229	13.9%
3º Série	3687197	10.7%	1140842	10.5%	124916	9.4%	86980	11.8%	151915	9.7%	69315	12.0%
4º Série	3044764	8.8%	884867	8.2%	94186	7.1%	68333	9.3%	118238	7.6%	45785	7.9%
5º Série	2759322	8.0%	703794	6.5%	71474	5.4%	43076	5.8%	91394	5.9%	38644	6.7%
6º Série	2024682	5.9%	499025	4.6%	58783	4.4%	19885	2.7%	67038	4.3%	24362	4.2%
7º Série	1633621	4.7%	407606	3.8%	55444	4.2%	21953	3.0%	50512	3.2%	19743	3.4%
8º Série	1455875	4.2%	346059	3.2%	40079	3.0%	18222	2.5%	42120	2.7%	15961	2.8%
Sem declaração Série	91194	.3%	27805	.3%	4008	.3%	1657	.2%	3926	.3%	4201	.7%
2º Grau	3290021	9.6%	743284	6.9%	84168	6.3%	41419	5.6%	90424	5.8%	54185	9.4%
Superior [1]	1493742	4.3%	237991	2.2%	8684	.7%	10769	1.5%	37081	2.4%	17220	3.0%
Sem declaração Grau	4915	.0%	1514	.0%	-	.0%	415	.1%	-	.0%	-	.0%

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE.PNAD-1987. v.11. t.1. e t.4. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 7.2

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Unidades da Federação (Região Nordeste) - 1987

Grau e Série	Paraíba		Pernambuco		Alagoas		Sergipe		Bahia	
Total	816465	100.0%	1770608	100.0%	582369	100.0%	390304	100.0%	3088434	100.0%
Pré-Escolar	117327	14.4%	193208	10.9%	55185	9.5%	50158	12.9%	458068	14.8%
1º Grau	605719	74.2%	1383980	78.2%	477204	81.9%	308063	78.9%	2360844	76.4%
1º Série	187717	23.0%	390942	22.1%	172553	29.6%	112533	28.8%	835192	27.0%
2º Série	87758	10.7%	255324	14.4%	79969	13.7%	50662	13.0%	405312	13.1%
3º Série	88629	10.9%	205575	11.6%	60845	10.4%	39721	10.2%	312946	10.1%
4º Série	65183	8.0%	156406	8.8%	46930	8.1%	29032	7.4%	260774	8.4%
5º Série	59532	7.3%	137131	7.7%	45643	7.8%	27741	7.1%	189159	6.1%
6º Série	44332	5.4%	101175	5.7%	29548	5.1%	18075	4.6%	135827	4.4%
7º Série	37374	4.6%	73495	4.2%	22161	3.8%	15278	3.9%	111646	3.6%
8º Série	34759	4.3%	61762	3.5%	16947	2.9%	12475	3.2%	103734	3.4%
Sem declaração Série	435	.1%	2170	1%	2608	.4%	2546	.7%	6254	.2%
2º Grau	64743	7.9%	128702	7.3%	37810	6.5%	26477	6.8%	215356	7.0%
Superior [1]	28676	3.5%	64103	3.6%	12170	2.1%	5351	1.4%	53937	1.7%
Sem declaração Grau	-	.0%	615	.0%	-	.0%	255	.1%	229	.0%

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE.PNAD-1987. v.11. t.1. e t.4. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 8

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Unidades da Federação (Região Sudeste) - 1987

Grau e Série	Brasil		Região Sudeste		Minas Gerais		Espírito Santo		Rio de Janeiro		São Paulo	
Total	34410347	100.0%	14800254	100.0%	3667327	100.0%	532198	100.0%	3209757	100.0%	7390972	100.0%
Pré-Escolar	3930579	11.4%	1641939	11.1%	401881	11.0%	55419	10.4%	426710	13.3%	757929	10.3%
1º Grau	25691090	74.7%	10671002	72.1%	2788206	76.0%	408316	76.7%	2167130	67.5%	5307350	71.8%
1º Série	6624304	19.3%	2258857	15.3%	697543	19.0%	96573	18.1%	472167	14.7%	992574	13.4%
2º Série	4370131	12.7%	1812656	12.2%	504214	13.7%	72529	13.6%	328402	10.2%	907511	12.3%
3º Série	3687197	10.7%	1588729	10.7%	438023	11.9%	57052	10.7%	331995	10.3%	761659	10.3%
4º Série	3044764	8.8%	1287502	8.7%	317614	8.7%	59497	11.2%	246266	7.7%	664125	9.0%
5º Série	2759322	8.0%	1276498	8.6%	279157	7.6%	44014	8.3%	265241	8.3%	688086	9.3%
6º Série	2024682	5.9%	944110	6.4%	217359	5.9%	26484	5.0%	194015	6.0%	506252	6.8%
7º Série	1633621	4.7%	796137	5.4%	183483	5.0%	26087	4.9%	173285	5.4%	413282	5.6%
8º Série	1455875	4.2%	690090	4.7%	141973	3.9%	22821	4.3%	153885	4.8%	371411	5.0%
Sem declaração Série	91194	.3%	16423	.1%	8840	.2%	3259	.6%	1874	.1%	2450	.0%
2º Grau	3290021	9.6%	1655091	11.2%	348424	9.5%	41567	7.8%	410397	12.8%	854703	11.6%
Superior [1]	1493742	4.3%	832222	5.6%	128816	3.5%	26896	5.1%	205520	6.4%	470990	6.4%
Sem declaração Grau	4915	.0%	-	.0%	-	.0%	-	.0%	-	.0%	-	.0%

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE. *PNAD-1987*. v.11. t.1. e t.5. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 9

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Unidades da Federação (Região Sul) - 1987

Grau e Série	Brasil		Região Sul		Paraná		Santa Catarina		R. G. do Sul	
Total	34410347	100.0%	4705051	100.0%	1900047	100.0%	961142	100.0%	1843862	100.0%
Pré-Escolar	3930579	11.4%	321566	6.8%	131314	6.9%	79793	8.3%	110459	6.0%
1º Grau	25691090	74.7%	3612144	76.8%	1487295	78.3%	742420	77.2%	1382429	75.0%
1º Série	6624304	19.3%	766451	16.3%	342536	18.0%	144649	15.0%	279266	15.1%
2º Série	4370131	12.7%	619229	13.2%	278214	14.6%	121834	12.7%	219181	11.9%
3º Série	3687197	10.7%	518414	11.0%	209272	11.0%	112571	11.7%	196571	10.7%
4º Série	3044764	8.8%	494011	10.5%	192662	10.1%	114712	11.9%	186637	10.1%
5º Série	2759322	8.0%	410484	8.7%	165563	8.7%	86929	9.0%	157992	8.6%
6º Série	2024682	5.9%	319691	6.8%	119845	6.3%	64116	6.7%	135730	7.4%
7º Série	1633621	4.7%	238574	5.1%	91719	4.8%	42030	4.4%	104825	5.7%
8º Série	1455875	4.2%	230155	4.9%	85507	4.5%	54154	5.6%	90494	4.9%
Sem declaração Série	91194	.3%	15135	.3%	1977	.1%	1425	.1%	11733	.6%
2º Grau	3290021	9.6%	490903	10.4%	177630	9.3%	97609	10.2%	215664	11.7%
Superior [1]	1493742	4.3%	278045	5.9%	103570	5.5%	41320	4.3%	133155	7.2%
Sem declaração Grau	4915	.0%	2393	.1%	238	.0%	-	.0%	2155	.1%

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE. *PNAD-1987*. v.11. t.1. e t.5. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 10

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Unidades da Federação (Região Centro-Oeste) - 1987

Grau e Série	Brasil		R. Centro-Oeste		Mato Grosso		Mato G. do Sul		Goiás		Distrito Federal	
Total	34410347	100.0%	2600896	100.0%	397959	100.0%	427882	100.0%	1240818	100.0%	534237	100.0%
Pré-Escolar	3930579	11.4%	210042	8.1%	22974	5.8%	28424	6.6%	97922	7.9%	60722	11.4%
1º Grau	25691090	74.7%	2024150	77.8%	339845	85.4%	343054	80.2%	986614	79.5%	354637	66.4%
1º Série	6624304	19.3%	517650	19.9%	87171	21.9%	74604	17.4%	292096	23.5%	63779	11.9%
2º Série	4370131	12.7%	325834	12.5%	55764	14.0%	62836	14.7%	155954	12.6%	51280	9.6%
3º Série	3687197	10.7%	281464	10.8%	54375	13.7%	50851	11.9%	128781	10.4%	47457	8.9%
4º Série	3044764	8.8%	240820	9.3%	42599	10.7%	44852	10.5%	115355	9.3%	38014	7.1%
5º Série	2759322	8.0%	236631	9.1%	38885	9.8%	41076	9.6%	110999	8.9%	45671	8.5%
6º Série	2024682	5.9%	162248	6.2%	24736	6.2%	25757	6.0%	70419	5.7%	41336	7.7%
7º Série	1633621	4.7%	120760	4.6%	15505	3.9%	19538	4.6%	59691	4.8%	26026	4.9%
8º Série	1455875	4.2%	113744	4.4%	16884	4.2%	21097	4.9%	47954	3.9%	27809	5.2%
Sem declaração Série	91194	.3%	24999	1.0%	3926	1.0%	2443	.6%	5365	.4%	13265	2.5%
2º Grau	3290021	9.6%	259230	10.0%	27090	6.8%	42636	10.0%	116035	9.4%	7346913	8%
Superior [1]	1493742	4.3%	106466	4.1%	7854	2.0%	13546	3.2%	39912	3.2%	45154	8.5%
Sem declaração Grau	4915	.0%	1008	.0%	196	.0%	222	.1%	335	.0%	255	.0%

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1. e t.3. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 11

Estudantes de 5 anos ou mais, segundo o grau e a série que freqüentam Brasil e Unidades da Federação (Região Norte) - 1987

Grau e Série	Brasil		Região Norte		Amazonas		Pará	
Total	34410347	100.0%	1455907	100.0%	404934	100.0%	798325	100.0%
Pré-Escolar	3930579	11.4%	163923	11.3%	38897	9.6%	97632	12.2%
1º Grau	25691090	74.7%	1111453	76.3%	322400	79.6%	588877	73.8%
1º Série	6624304	19.3%	250800	17.2%	62298	15.4%	146907	18.4%
2º Série	4370131	12.7%	180615	12.4%	56923	14.1%	93963	11.8%
3º Série	3687197	10.7%	157748	10.8%	48544	12.0%	78105	9.8%
4º Série	3044764	8.8%	137564	9.4%	40955	10.1%	74455	9.3%
5º Série	2759322	8.0%	131915	9.1%	38735	9.6%	62863	7.9%
6º Série	2024682	5.9%	99608	6.8%	26089	6.4%	55448	6.9%
7º Série	1633621	4.7%	70544	4.8%	24666	6.1%	33631	4.2%
8º Série	1455875	4.2%	75827	5.2%	20869	5.2%	42717	5.4%
Sem declaração Série	91194	.3%	6832	.5%	3321	.8%	788	.1%
2º Grau	3290021	9.6%	141513	9.7%	37156	9.2%	81807	10.2%
Superior [1]	1493742	4.3%	39018	2.7%	6481	1.6%	30009	3.8%
Sem declaração Grau	4915	.0%	-	.0%	-	.0%	-	.0%

Nota: Exceto a população rural. Não há dados para Acre, Rondônia, Roraima e Amapá.

[1] Inclusive Mestrado ou Doutorado

Fonte: IBGE. *PNAD-1987.* v.11. t.1 e t.3. Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Tabela 12

Estabelecimentos que ministram ensino de 1º grau, em atividade, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação, Brasil e Grandes Regiões - 1985

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Total	Dependência Administrativa				
		Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
BRASIL	187273 *	176885	630	53775	122480	10370
Rondônia	1792	1760	3	7	1750	32
Acre	817	784	1	563	220	33
Amazonas	3276	3188	2	312	2874	88
Roraima	249	247	247	-	-	2
Pará	7727	7451	19	2304	5128	274
Amapá	231	224	174	-	50	7
REGIÃO NORTE	14092	13654	446	3186	10022	436
Maranhão	8766	8398	25	530	7843	368
Piauí	7170	6889	3	1152	5734	281
Ceará	12778	11984	5	750	11229	794
Rio Grande do Norte	4504	4246	2	1202	3042	258
Paraíba	8004	7637	6	873	6758	367
Pernambuco	10510	9514	9	1261	8244	993
Alagoas	3469	3093	2	376	2715	376
Sergipe	1948	1771	2	325	1444	177
Bahia	23827	22756	62	3030	19664	1070
REGIÃO NORDESTE	80976	76288	116	9499	66673	4684
Minas Gerais	16604	16058	10	5520	10528	546
Espírito Santo	5471	5295	4	4475	816	176
Rio de Janeiro	6064	4583	10	2273	2300	1481
São Paulo	18079	16917	-	16273	644	1162
REGIÃO SUDESTE	46218	42853	24	28541	14288	3365
Paraná	12167	11718	12	2775	8931	449
Santa Catarina	7468	7314	6	4179	3129	154
Rio Grande do Sul	14375	13749	10	3040	10699	626
REGIÃO SUL	34010	32781	28	9994	22759	1229
Mato Grosso do Sul	1638	1521	9	298	1214	117
Mato Grosso	2548	2396	-	360	2036	140
Goiás	7327	7022	6	1528	5488	305
Distrito Federal	464	370	1	369	-	94
REGIÃO CENTRO-OESTE	11977	11309	16	2555	8738	656

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988.* Rio de Janeiro, IBGE, 1988.
Nota: Resultados preliminares.
* Inclusive 18 estabelecimentos, não especificados por dependência administrativa, sendo 2 no Pará, 3 em Pernambuco, 1 na Bahia e 12 em Mato Grosso.

Tabela 13

Estabelecimentos que ministram ensino de 2º grau, em atividade, por dependência administrativa, segundo as Unidades da Federação, Brasil e Grandes Regiões - 1985

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Total	Dependência Administrativa				
		Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
BRASIL	9260	5196	137	4421	638	4064
Rondônia	45	39	1	2	36	6
Acre	14	12	-	12	-	2
Amazonas	89	64	3	61	-	25
Roraima	8	8	8	-	-	-
Pará	134	85	4	75	6	49
Amapá	16	15	15	-	-	1
REGIÃO NORTE	306	223	31	150	42	83
Maranhão	268	76	4	37	35	192
Piauí	101	47	4	38	5	54
Ceará	211	70	3	53	14	141
Rio Grande do Norte	199	144	3	110	31	55
Paraíba	197	116	5	92	19	81
Pernambuco	490	317	6	222	89	173
Alagoas	113	33	3	21	9	80
Sergipe	74	26	3	17	6	48
Bahia	605	306	7	204	95	299
REGIÃO NORDESTE	2258	1135	38	794	303	1123
Minas Gerais	995	468	19	299	150	527
Espírito Santo	190	130	4	116	10	60
Rio de Janeiro	974	309	15	268	26	665
São Paulo	2149	1389	1	1331	57	760
REGIÃO SUDESTE	4308	2296	39	2014	243	2012
Paraná	576	388	2	385	1	188
Santa Catarina	373	167	5	157	5	206
Rio Grande do Sul	641	362	12	343	7	279
REGIÃO SUL	1590	917	19	885	13	673
Mato Grosso do Sul	174	138	-	133	5	36
Mato Grosso	113	94	3	91	-	19
Goiás	427	351	6	313	32	76
Distrito Federal	84	42	1	41	-	42
REGIÃO CENTRO-OESTE	798	625	10	578	37	173

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988.* Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Nota: Resultados preliminares

Tabela 14

Funções docentes do pessoal em exercício no ensino de 1º grau, por dependência administrativa, segundo unidades da Federação, Brasil e Grandes Regiões - 1985

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Dependência Administrativa					
	Total	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
BRASIL	1040553 *	900832	5034	592322	303476	139554
Rondônia	5137	4853	3	107	4743	284
Acre	2969	2692	8	2198	486	277
Amazonas	13697	12711	69	7955	4687	986
Roraima	1283	1274	1274	-	-	9
Pará	29349	26250	339	15788	10123	3096
Amapá	1584	1508	1254	-	254	76
REGIÃO NORTE	54019	49288	2947	26048	20293	4728
Maranhão	30760	25807	69	9039	16699	4953
Piauí	23162	20295	41	11255	8999	2867
Ceará	39738	31732	76	11393	20263	8006
Rio Grande do Norte	18733	16084	31	8471	7582	2649
Paraíba	26360	22819	33	8514	14272	3541
Pernambuco	49006	41595	90	21486	20019	7408
Alagoas	16683	13359	67	6093	7199	3324
Sergipe	10241	8323	27	4617	3679	1918
Bahia	76150	66212	308	32474	33430	9935
REGIÃO NORDESTE	290833	246226	742	113342	132142	44601
Minas Gerais	130695	121376	200	97081	24095	9319
Espírito Santo	18522	16214	4	13522	2688	2308
Rio de Janeiro	90131	63183	709	29341	33133	26948
São Paulo	203955	179787	-	160922	18865	24168
REGIÃO SUDESTE	443303	380560	913	300866	78781	62743
Paraná	64027	57473	36	36474	20963	6554
Santa Catarina	30662	27820	64	21138	6618	2842
Rio Grande do Sul	87182	76799	94	49298	27407	10383
REGIÃO SUL	181871	162092	194	106910	54988	19779
Mato Grosso do Sul	12073	10846	21	7301	3524	1227
Mato Grosso	14084	12387	-	8927	3460	1539
Goiás	33690	30455	104	20063	10288	3235
Distrito Federal	10680	8978	113	8865	-	1702
REGIÃO CENTRO-OESTE	70527	62666	238	45156	17272	7703

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988.* Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Notas: 1.Resultados preliminares
2. O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente, portanto o número de professores não é igual ao número de funcões docentes

* Inclusive 167 funções docentes não especificadas por dependência administrativa, sendo 3 no Pará, 3 em Pernambuco, 3 na Bahia e 158 no Mato Grosso

Tabela 15

Funções docentes do pessoal em exercício no ensino de 2º grau, por dependência administrativa, segundo unidades da Federação, Brasil e Grandes Regiões - 1985

Unidades da Federação e Grandes Regiões	Dependência Administrativa					
	Total	Pública				Privada
		Total	Federal	Estadual	Municipal	
BRASIL	206111	126957	7750	108889	10318	79154
Rondônia	769	685	14	38	633	84
Acre	353	336	-	336	-	17
Amazonas	1822	1433	263	1170	-	389
Roraima	120	120	120	-	-	-
Pará	3405	2419	329	2017	73	986
Amapá	233	218	218	-	-	15
REGIÃO NORTE	6702	5211	944	3561	706	1491
Maranhão	5237	2233	250	1544	439	3004
Piauí	2387	1577	305	1215	57	810
Ceará	5096	2442	74	2145	223	2654
Rio Grande do Norte	3669	2834	249	2168	417	835
Paraíba	4102	2759	282	2202	275	1343
Pernambuco	9189	6340	398	4500	1442	2849
Alagoas	2716	1330	213	1005	112	1386
Sergipe	1546	804	174	554	76	742
Bahia	11988	7432	375	5632	1425	4556
REGIÃO NORDESTE	45930	27751	2320	20965	4466	18179
Minas Gerais	20415	10702	971	7486	2245	9713
Espírito Santo	3454	2435	271	1985	179	1019
Rio de Janeiro	27496	13841	1128	12069	644	13655
São Paulo	51645	31915	204	30402	1309	19730
REGIÃO SUDESTE	103010	58893	2574	51942	4377	44117
Paraná	11134	8302	468	7823	11	2832
Santa Catarina	7009	3501	290	3139	72	3508
Rio Grande do Sul	18994	12888	613	12003	272	6106
REGIÃO SUL	37137	24691	1371	22965	355	12446
Mato Grosso do Sul	2428	1838	-	1780	58	590
Mato Grosso	1767	1504	181	1323	-	263
Goiás	6282	5118	286	4476	356	1164
Distrito Federal	2855	1951	74	1877	-	904
REGIÃO CENTRO-OESTE	13332	10411	541	9456	414	2921

Fonte: IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil 1987-1988.* Rio de Janeiro, IBGE, 1988.

Notas: 1. Resultados preliminares
2. O mesmo professor pode exercer mais de uma função docente, portanto o número de professores não é igual ao número de funcões docentes

REFERÊNCIAS E ÍNDICES

SIGLÁRIO

ABCA — Associação Brasileira dos Companheiros das Américas
ABT — Associação Brasileira de Tecnologia Educacional
Acieg — Associação Comercial e Industrial de Goiás
Acis — Atividades Coletivas Integradas
ACPM — Associação dos Círculos de Pais e Mestres (RS)
ACT — Admissão de Caráter Temporário
Adime — Associação dos Dirigentes Municipais de Educação
Adusp — Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
AEC — Associação de Educação Católica
Aemec — Associação dos Educadores Municipais e Estaduais de Caiacó (RN)
Afuse — Associação dos Funcionários e Servidores da Educação (SP)
Aids — Acquired Imune Deficiency Syndrome (Síndrome da Imune Deficiência Adquirida)
AIS — Ações Integradas de Saúde
Alisc — Associação dos Licenciados de Santa Catarina. Vide Sinte
Ames — Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas
AMP — Associação dos Municípios do Paraná
Ampe — Associação Matogrossense dos Profissionais do Ensino
Ampep — Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba. Vide Sintep
Ande — Associação Nacional de Educação
Andes — Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Anped — Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
Aoego — Associação dos Orientadores Educacionais de Goiás
Aoepe — Associação dos Orientadores de Ensino de Pernambuco
AP — Ação Popular
APA — Associação de Pais de Alunos (DF)
APA — Associação dos Professores do Amapá
APA — Associação Paulista de Avicultura
Apaerj — Associação de Pais de Alunos do Rio de Janeiro
Apafep — Associação de Pais e Alunos em Favor do Ensino Público (RJ)
Apal — Associação dos Professores de Alagoas
Apase — Associação Paulista dos Supervisores de Ensino
Apec — Associação Profissional de Ensino e Cultura (RN)
Apeem — Associação dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal (SP). Vide Sinpeem
Apem — Associação dos Profissionais em Educação do Município (João Pessoa, PB)
Apema — Associação dos Professores do Estado do Maranhão
Apemese — Associação dos Profissionais do Ensino Municipal e Estadual do Sergipe
Apenope — Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco
Apeoc — Associação dos Professores dos Estabelecimentos Oficiais do Ceará
Apeoesp — Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Apep — Associação dos Professores do Estado do Piauí
APLB — Associação dos Professores Licenciados da Bahia
APLP — Associação dos Professores Licenciados do Estado da Paraíba
APM — Associação de Pais e Mestres
APP — Associação dos Professores do Paraná
Appam — Associação dos Professores Profissionais do Amazonas
APPMG — Associação dos Professores Profissionais de Minas Gerais
APRN — Associação dos Professores do Rio Grande do Norte
APV — Associação dos Professores de Viamão (RS)
ARP — Associação Rondonense de Professores
Asern — Associação dos Supervisores de Ensino do Rio Grande do Norte
Aspac — Associação dos Professores do Acre. Vide Sinteac
Assuego — Associação dos Supervisores Educacionais de Goiás
Assuepe — Associação dos Supervisores de Ensino de Pernambuco
Banespa — Banco do Estado de São Paulo
BID — Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird — Banco Mundial
BPM — Batalhão de Polícia Militar
CAB — Colégio Agrícola de Brasília
Capes — Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
Caserj — Companhia de Armazenamento em Silos do Rio de Janeiro
CBE — Conferência Brasileira de Educação
CBA — Ciclo Básico de Alfabetização
CCPAM — Comissão Coordenadora dos Programas de Alimentação do Município(RJ)
CEB — Confederação Evangélica do Brasil
CEC — Coordenação de Educação e Cultura (Ipea)
Cedate — Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação (MEC)
Cedes — Centro de Estudos de Educação e Sociedade
CEDF — Conselho de Educação do Distrito Federal
CEE — Conselho Estadual de Educação
Cefet — Centro Federal de Educação Tecnológica (MEC)
CEI — Comissão Especial de Inquérito
Celesc — Centrais Elétricas de Santa Catarina
Cemar — Centrais Elétricas do Maranhão
Cenafor — Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional (MEC)
Cenp — Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação de São Paulo
Cepe — Centro dos Profissionais da Educação (RJ). Vide Sepe
Cermap — Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense
Cesam — Centro Salesiano do Menor
Ceteub — Confederação de Trabalhadores em Educação Urbana da Bolívia
CFE — Conselho Federal de Educação
CGT — Central Geral dos Trabalhadores
Cieds — Centros de Informática para a Educação (MEC)
Ciem — Centro Integrado de Educação Municipal (Porto Alegre/RS)
Cieps — Centros Integrados de Educação Pública (RJ)
CLT — Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Cnec — Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
Cobal — Companhia Brasileira de Alimentos

Cocea — Cooperativa Central de Abastecimento(RJ)
Cogesp — Coordenadoria do Ensino da Grande São Paulo
Coimpro — Consultoria, Intermediação e Projetos Ltda
Coneg — Conselho Nacional de Entidades Gerais (Ubes, UNE)
Consed — Conselho Nacional dos Secretários de Educação
Coplan — Coordenação de Planejamento (FEDF)
CPAC — Comissão Permanente de Assessoramento e Consulta
CPB — Confederação dos Professores do Brasil. Vide CNTE
Cpers — Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPG — Centro do Professorado de Goiás. Vide Sintego
CPI — Comissão Parlamentar de Inquérito
CPP — Centro dos Professores de Pernambuco
CPP — Centro do Professorado Paulista
Crub — Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
CTERA — Confederação dos Trabalhadores em Educação da República Argentina
CUT — Central Única dos Trabalhadores
DADP — Diretoria de Apoio Didático-Pedagógico (MEC)
DEE — Diretoria de Educação Especial (FEDF)
DER — Direção de Ensino Regular (FEDF)
Detran — Departamento Estadual de Trânsito
Dieese — Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos
DOE — Delegacia de Ordem Econômica
Drecap — Divisão Regional de Ensino da Capital(SP)
Drem — Divisão Regional de Ensino Municipal (São Paulo, SP)
DRT — Delegacia Regional do Trabalho
DSV — Departamento do Sistema Viário (SP)
EBN — Empresa Brasileira de Notícias
Educar — Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos
Embratel — Empresa Brasileira de Telecomunicações
Emop — Empresa Estadual de Obras Públicas (RJ)
ESG — Escola Superior de Guerra
ETFG — Escola Técnica Federal de Goiás
FAE — Fundação de Assistência ao Estudante
Faepla — Federação das Associações Educativas Privadas Latino-Americanas
Faperj — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FAS — Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social
Fasubra — Federação das Associações dos Servidores das Universidades Brasileiras
FEDF — Fundação Educacional do Distrito Federal
Femac — Fundação Educacional de Maceió
Fename — Fundação Nacional do Material Escolar
Fenapa — Federação Nacional de Pais de Alunos
Fenen — Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino
Feppep — Federação dos Professores Públicos do Estado do Pará. Vide Sintepp
Feprosul — Federação dos Professores do Mato Grosso do Sul
Fiesp — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Finep — Financiadora de Estudos e Projetos (MG)
FLE — Fundação para o Livro Escolar (SP)
FMI — Fundo Monetário Internacional
FMU — Faculdades Metropolitanas Unidas (SP)
FNDE — Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Funai — Fundação Nacional do Índio
Funbec — Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências
Fundepar — Fundação Educacional do Estado do Paraná
Funtevê — Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa
GDF — Governo do Distrito Federal
Iapas — Instituto de Aposentadoria, Pensão e Assistência Social
Ibecc — Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias
ICV — Índice do Custa de Vida
IEG — Instituto Educacional de Goiás
IML — Instituto Médico Legal
Indi — Instituto Natural de Desenvolvimento Infantil (DF)
Inep — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (MEC)
INL — Instituto Nacional do Livro (MEC)
INPS — Instituto Nacional de Previdência Social
Ipardes — Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPC — Índice de Preços ao Consumidor
Ipea — Instituto de Planejamento Econômico e Social
Iplan — Instituto de Planejamento (RJ)
IPM — Inquérito Policial Militar
IPTU — Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA — Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LBA — Legião Brasileira de Assistência
LDB — Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC — Laboratório de Estudos Cognitivos (UFRGS)
Lotesul — Loteria Estadual do Mato Grosso do Sul
MCS — Meios de Comunicação Social
MEC — Ministério de Educação e Cultura
Mobral — Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEC — Núcleo de Educação Comunitária (Seec/RJ)
Neec — Núcleo de Ensino e Extensão Comunitária (SEE/MG)
NRE — Núcleo Regional de Educação (PR)
OAB — Ordem dos Advogados do Brasil
Omep — Organização Mundial para a Educação Pré-escolar
ONU — Organização das Nações Unidas
OSPB — Organização Social e Política do Brasil
Otep — Organização de Trabalhadores de Educação do Paraguai
OTN — Obrigações do Tesouro Nacional
PAP — Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PCB — Partido Comunista Brasileiro
PCdoB — Partido Comunista do Brasil
PCS — Plano de Cargos e Salários
PDC — Partido Democrata Cristão
PDS — Partido Democrático Social
PDT — Partido Democrático Trabalhista
Peae — Programa Estadual de Alimentação Escolar
Peme — Programa Estadual de Municipalização do Ensino
Perc — Programa de Escolas Rurais Comunitárias
PIB — Produto Interno Bruto
PL — Partido Liberal
Plape — Plano de Atendimento ao Pré-Escolar
PM — Polícia Militar
PMA — Programa Mundial de Alimentação
PMAE — Programa de Municipalização da Alimentação Escolar (FAE)
PMB — Partido Municipalista Brasileiro
PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro
Pnad — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE)

PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND — Plano Nacional de Desenvolvimento
PNLD — Programa Nacional do Livro Didático (FAE)
PNME — Programa Nacional de Material Escolar (MEC)
PNS — Piso Nacional de Salário
Procon — Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor
Prodasec — Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para as Populações Carentes
Profic — Programa de Formação Integral da Criança (SP)
Promurj — Programa de Municipalização do Ensino de 1º grau do Rio de Janeiro
Protec — Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (MEC)
PSB — Partido Socialista Brasileiro
PSDB — Partido da Social Democracia Brasileira
PT — Partido dos Trabalhadores
PTB — Partido Trabalhista Brasileiro
PUC — Pontificia Universidade Católica
PV — Partido Verde
QPE — Quadros de Professores por Escola (SEE/RS)
RBS — Rede Brasil Sul (Rede Globo)
Redalf — Rede Latino-Americana da Unesco para Capacitação de Pessoal e de Apoios Específicos em Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos
SAE — Serviço de Assistência ao Estudante (BA)
SAE — Sindicato dos Auxiliares de Ensino (DF)
SAP — Sociedade Amazonense de Professores
SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
Seac — Secretaria Especial de Ação Comunitária
SEB — Secretaria de Ensino Básico (MEC)
Sedec — Secretaria de Desenvolvimento Comunitário do Maranhão
SEE — Secretaria de Estado da Educação
Seec — Serviço de Estatística de Educação e Cultura (MEC)
Seinf — Secretaria de Informática (MEC)
Sema — Secretaria Estadual do Meio Ambiente
Senac — Serviço Nacional do Comércio
Senai — Serviço Nacional da Indústria
Senar — Serviço Nacional de Formação Profissional Rural
Sepe — Sindicato dos Educadores Profissionais (RJ)
Seplan — Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Sesg — Secretaria de Ensino de Segundo Grau (MEC)
Sesp — Secretaria de Ensino Especial (MEC)
Sieeesp — Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo
SIL — Sumer Institute of Linguistics
Sinepe — Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular
Sinpeem — Sindicato dos Professores e Especialistas do Ensino Municipal (SP)
Sinpro — Sindicato dos Professores
Sinte — Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SC)
Sinteac — Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
Sintep — Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
Sintepp — Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará
Sintet — Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Tocantins
Sipce — Serviço de Informação e Proteção ao Crédito das Entidades
SPC — Serviço de Proteção ao Crédito
STF — Supremo Tribunal Federal
Sunab — Superintendência Nacional do Abastecimento
SUP — Sociedade Unificadora de Professores
TCU — Tribunal de Contas da União
Tecpar — Instituto de Tecnologia do Paraná
TFR — Tribunal Federal de Recursos
TRT — Tribunal Regional do Trabalho
Ubes — União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
Udemo — União dos Diretores de Escola do Magistério Oficial(SP)
UDR — União Democrática Ruralista
UEE — União Estadual dos Estudantes
Uerj — Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFC — Universidade Federal do Ceará
UFF — Universidade Federal Fluminense
UFG — Universidade Federal de Goiás
UFMA — Universidade Federal do Maranhão
UFPA — Universidade Federal do Pará
UFPE — Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS — Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UGF — Universidade Gama Filho
Umesb — União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília
UNB — Universidade de Brasília
Undime — União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNE — União Nacional dos Estudantes
Unesco — Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Unesp — Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNI — União das Nações Indígenas
Unicamp — Universidade de Campinas
Unicef — Fundo das Nações Unidas para a Infância
Upes — União dos Professores do Espírito Santo
Upes — União Paranaense de Estudantes Secundaristas
URP — Unidade de Referência de Preços
Usaid — Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
USP — Universidade de São Paulo
UTE — União dos Trabalhadores do Ensino (MG)

FONTES

A Crítica/AM — Empresa de Jornais Calderaro Ltda, Manaus, AM
A Gazeta de Alagoas/AL — Jornal Gazeta de Alagoas Ltda, Maceió, AL
A Gazeta/ES — S/A A Gazeta, Vitória, ES
A Notícia/SC — A Notícia S/A, Joinville, SC
A Sineta/RS — Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul — CPERS, Porto Alegre, RS
A Tarde/BA — Empresa Editora A Tarde S/A, Salvador, BA
Aconteceu no Mundo Evangélico/RJ — Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo, SP
AGEN/SP — Agência Ecumênica de Notícias, São Paulo, SP
Alternativa/AC — Associação dos Professores do Acre — ASPAC, Rio Branco, AC
Correio Braziliense/DF — S/A Correio Braziliense, Brasília, DF
Correio de Notícias/PR — Editora Correio de Notícias Ltda, Curitiba, PR
Correio do Brasil/DF — Jornais Brasileiros Ltda, Brasília, DF
Correio do Estado/MS — Empresa Radiojornalística Matogrossense Ltda, Campo Grande, MS
Correio do Paraíba/PB — Jornal Correio do Paraíba Ltda, João Pessoa, PB
Correio do Piauí/PI *
CPB — CNTE Notícias/DF — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Brasília, DF
Diário Catarinense/SC — Zero Hora Editora Jornalística S/A Florianópolis, SC
Diário da Manhã/GO — UNIGRAF — Unidos Gráfica e Editora Ltda, Goiânia, GO
Diário de Natal/RN — Editora O Diário S/A, Natal, RN
Diário de Pernambuco/PE — Diário de Pernambuco S/A, Recife, PE
Diário do Grande ABC/SP — Diário do Grande ABC S/A, Santo André, SP
Diário do Norte/MA — Editora Gráfica Diário do Norte Ltda, São Luiz, MA
Diário Popular/SP — Empresa Jornalística Diário Popular S/A, São Paulo, SP
Estado de Minas/MG — S/A Estado de Minas, Belo Horizonte, MG
Extra Classe/RN — Associação dos Professores do Rio Grande do Norte — APRN, Natal, RN
Folha de Londrina/PR — Empresa Jornalística Folha de Londrina Ltda, Londrina, PR
Folha de S.Paulo/SP — Empresa Folha da Manhã S/A, São Paulo, SP
Gazeta de Pinheiros/SP — Cia Editora Joruês, São Paulo, SP
Gazeta do Povo/PR — Editora Gazeta do Povo Ltda, Curitiba, PR
Gazeta Mercantil/SP — Gazeta Mercantil S/A Editora Jornalística, São Paulo, SP
Isto É Senhor/SP — Editora Três Ltda, São Paulo, SP
Jornal da Tarde/SP — S/A O Estado de São Paulo, São Paulo, SP
Jornal de Brasília/DF — Organização Jaime Câmara, Brasília, DF
Jornal de Hoje/MA — Gráfica Editora Jornal de Hoje Ltda, São Luiz, MA
Jornal de Minas/MG — S/A Jornal de Minas, Belo Horizonte, MG
Jornal de Pernambuco/PE *
Jornal do Brasil/RJ — Jornal do Brasil S/A, Rio de Janeiro, RJ
Jornal do Campus/SP — Escola de Comunicação e Artes da USP, São Paulo, SP
Jornal do Commércio/PE — Empresa Jornal do Comércio S/A, Recife, PE
Jornal do Estado/PR — Editora Jornal do Estado Ltda, Curitiba, Pr
Jornal do Norte/PR *
Jornal Pequeno/MA — José Ribamar Bógea, São Luiz, MA
Magister (RS/Cpers)
Magister/RS — Centro dos Professores do Rio Grande do Sul — CPERS, Porto Alegre, RS
Notícias de Itaquera/SP — Empresa Jornalística Notícias de Itaquera Ltda, São Paulo, SP
Nova Escola/SP — Fundação Victor Civita, São Paulo, SP
O Estado de S.Paulo/SP — S/A O Estado de São Paulo, São Paulo, SP
O Estado do Maranhão/MA — Gráfica Escolar S/A, São Luiz, MA
O Estado do Paraná/PR — Editora O Estado do Paraná S/A, Cutitiba, PR
O Estado/PI — Editora O Estado Ltda, Teresina, PI
O Globo/ RJ — Empresa Jornalística Brasileira Ltda, Rio de Janeiro, RJ
O Imparcial/MA — Empresa Pacotilha Ltda, São Luiz, MA
O Liberal/PA — Delta Publicidade S/A, Belem, PA
O Momento/PB *
O Norte/PB — S/A O Norte, João Pessoa, PB
O Popular/GO — Organização Jaime Câmara, Goiânia, GO
O Povo/CE — Empresa Jornalística O Povo Ltda, Fortaleza, CE
**O Povo/GO*
O Progresso/MA — O PROGRESSO Ltda, Imperatriz, MA
O Rio Branco/AC — Empresa "O Rio Branco" Ltda, Rio Branco, AC
Quadro Verde/MS — Federação de Professores do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, MS
Sala de Aula/SP — Fundação Victor Civita, São Paulo, SP
Senhor/SP — Editora Três Ltda, São Paulo, SP
Shopping News/SP — DCI — Editora Jornalística S/A, São Paulo, SP
Tribuna da Cidade/PR *
Tribuna do Norte/RN *
Tribuna do Paraná/PR — Editora O Estado do Paraná S/A
Última Hora/RJ — Jornal Última Hora Ltda., Rio de Janeiro, RJ
UTE Informa/MG — União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG
Veja/SP — Editora Abril S/A, São Paulo, SP
Zero Hora/RS — Zero Hora Editora Jornalística S/A, Porto Alegre, RS

** Não constam no Anuário Brasileiro de Mídia 1987/1988.*

AGRADECIMENTOS

Um projeto como o desta publicação não poderia se concretizar sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas e instituições. A lista que vem a seguir nomeia participações em variados níveis, algumas destacadas e imprescindíveis. Estas se deram em diversos momentos e aspectos do processo de preparação e constituem um exemplo de esforço coletivo para o desenvolvimento de outras obras desta natureza.

Almerinda Cunha Costa
Beatriz Pardi
Celso de Rui Beisiegel
Edvaldo Faustino Costa
Elisabeth Silvares Pompeu Camargo
Elza Jorge
Francisco das Chagas Fernandes
Gumercindo Milhomem Neto
Helena Maria Rodrigues Carvalho
João Antonio Felício
Josam Saldanha
Luci Ayala
Lúcia Carvalho
Lúcia Iwanow
Lucimar Góes de Souza
Manoel Severiano
Maria da Lourdes B. C. Lins e Silva
Maria das Graças Lajes Barros
Marisa Perrone Rocha
Rita de Cássia Gonçalves
Rosaura de Magalhães Pereira
Roberto Felício
Salete Cadori

Apeoesp Associação dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo
APP Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Estado do Paraná
APRN Associação dos Professores do Rio Grande do Norte
Cepers Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
Cermap Centro de Estudos e Recreação do Magistério Piauiense
Cibec-MEC Centro de Informações Bibliográficas do MEC
CPB-CNTE Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
FEDF Fundação Educacional do Distrito Federal
Feprosul Federação dos Trabalhadores em Educação do Mato Grosso do Sul
Inep Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Sala de Aula (revista publicada pela Fundação Victor Civita)
Secretaria da Educação do Estado de Alagoas
Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba
Secretaria da Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco
Secretaria de Educação do Estado do Ceará
Secretaria de Educação do Estado do Maranhão
Secretaria de Educação e Cultura do Amapá
Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Mato Grosso
Secretaria de Estado da Educação de Rondônia
Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina
Secretaria de Estado da Educação de São Paulo
Sinpro (DF) Sindicato dos Professores do Distrito Federal
Sinproesemma Sindicato dos Professores Públicos, Especialistas em Educação Pública e Servidores Públicos da Educação Estadual e Municipal do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Maranhão
Sinte (SC) Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Oficial de Ensino do Estado de Santa Catarina
Sinteac Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre
Sintego Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás
Sintep (PB) Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba
UTE Sindicato dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais

ÍNDICE DE NOMES

Matérias de imprensa

Abdon Elias — 140
Abigail Feitosa — 014, 015, 025
Acir Breda — 508
Adalberto Duarte Pereira — 118
Adalberto Garcia — 515
Ademir Andrade — 025
Adhemar Santillo — 139
Adi Tamarosi — 506
Adolfo Oliveira — 025
Adolfo Pacheco Filho — 050
Adriano Hipólito — 318
Adroaldo Consatti — 299
Aécio de Borba — 005
Afonso Arinos — 009, 025
Aglaê Medeiros Machado — 042
Ailton Krenak — 023
Airton Gonçalves Celestino — 495
Alair Correa — 192
Albertina Freitas do Nascimento — 266
Alberto Goldman — 489, 490
Alberto Hoffman — 064
Alberto Silva — 388, 389
Alberto Viegas Maris de Oliveira — 482
Alceu Colares — 202
Alcídio Pimentel — 577
Alda Ilza de Lima — 075
Aldo Grengeiro — 535
Aldo Rebelo — 474
Aleixo Paraguassú Neto — 164, 574, 577
Alércio Dias — 005
Alexandre Vidal — 495
Alfeni Guerra — 025
Alfredo Campos — 025
Alfredo Daudt — 527
Algaci Túlio — 503, 508, 513
Alice Naime — 221
Alírio Cunha — 087
Almerinda dos Santos Graveio — 325
Almir de Lima — 286
Almir Gabriel — 015, 025
Almir Pazzianotto — 334, 558, 565
Almir Silva — 028
Aloísio de Oliveira — 288
Aloísio Pacheco — 652
Aloísio Sotero — 010, 041, 082, 095, 098, 313
Aloísio Vasconcelos — 005
Aloysio Chaves — 025
Aluísio Campos — 025
Aluísio Pimenta — 337
Aluízio Carvalho Pereira — 257
Álvaro Bastos — 437
Álvaro Dias — 494, 495, 496, 497, 499, 500, 501, 502, 503, 505, 506, 507, 508, 511, 516, 520
Álvaro Vale — 005
Alzira Pereira — 265
Amazonino Mendes — 114
Ana Aquini — 534
Ana Consuelo — 118
Ana Córdula — 168
Ana Cristina Kratz — 136
Ana Elizabeth Lofrano — 049
Ana Lúcia Jensen — 069
Ana Lúcia Lopes — 521
Ana Maria Carvalho da Costa — 513, 516
Ana Maria Perrela — 221
Ana Maria Quadros — 227
Ana Otília da Silveira — 224
André Franco Montoro — 214, 230, 233, 249, 265, 488
Ângela Maria Vilas Boas Ribeiro — 554, 556
Angelo Magalhães — 005
Anibal Khoury — 514
Aníbal Teixeira — 063, 102, 543
Anna Maria Goulart Souza — 145
Anthony Garotinho — 435
Antônia Machado — 132
Antonio Abreu — 439
Antonio Aroldo Lins — 056
Antônio Assumpção — 456
Antonio Battisti — 536
Antonio Burity — 266
Antonio Carlos de Araújo — 642
Antonio Carlos K. Reis — 025
Antonio Carlos M. Thame — 025
Antonio Carlos Mesquita — 472
Antonio Carlos Pereira — 334
Antonio Carlos Valadares — 401, 402, 403, 404
Antonio Cláudio Mariz de Oliveira — 266, 482
Antônio Cláudio Sochaczewski — 443
Antonio de Jesus — 005
Antonio Douglas Wanderley Leite — 326
Antonio Farias — 025
Antonio Gaspar — 005
Antônio Grilo — 537
Antonio João do Nascimento Vianna — 484
Antonio Joaquim Araújo Filho — 272
Antonio Lopes de Noronha — 516
Antonio Noronha Filho — 050, 389
Antonio Paulo Resende — 279
Antônio Romero Filho — 504
Antonio Salim Curiati — 005
Antônio Sampaio — 460
Antonio Tecchio — 211
Aparecida Barros — 280
Aparecida Gondim — 118

Argeu de Carvalho — 658
Ariel das Graças Rodrigues Mesquita — 050
Arion Dalligna — 107
Arlete Arruda — 201
Arlindenor Pedro de Souza — 595, 618, 619
Arlindo Cunha — 087
Arlindo Ribeiro Gomes — 513
Arnaldo Coneglian — 497
Arnaldo Niskier — 070, 072
Arnaldo Prieto — 025
Arnold Fioravante — 005
Arnoldo Vicente — 513
Arolde de Oliveira — 005
Artagão de Mattos Leão — 503, 507
Arthur da Távola — 007, 008, 018, 025
Athos Bulcão — 118
Átila Lira — 005, 088
Aurélio Wander Bastos — 621
Áureo Mello — 029
Áuria Belo Galindo — 331
Avelina Ferreira — 073
Basílii Demetri Anastassakis — 010, 029, 617, 639
Beatriz Helena Magno — 070
Beatriz Pardi — 459, 467
Belmiro Valverde Jobim Castor — 172, 495, 496, 497, 516, 517, 519
Bento Moreira Franco — 439
Bernardette Gatti — 060
Bernardina Carneiro Vieira — 144
Bernardo Cabral — 009, 010, 024, 025, 035
Bernardo de Sousa — 200, 204, 210, 212, 213, 522, 528
Bezerra de Melo — 001, 005
Brandão Monteiro — 025
Caio Pompeu — 005
Carlos Alberto Caó — 005
Carlos Alberto Direito — 184, 185, 190, 191, 192, 194, 337, 435, 586, 618, 619, 621
Carlos Bezerra — 150
Carlos Blaide — 366
Carlos Chiarelli — 025, 068, 089
Carlos Correa — 435
Carlos Eduardo Anselmo Abhrão — 658
Carlos Forte — 349
Carlos Luis Gonçalves — 104
Carlos Minc — 435
Carlos Mosconi — 025
Carlos Nascimento — 599
Carlos Pereira de Carvalho — 062, 063, 064, 066, 067, 069, 070, 072, 075, 076, 077, 079, 093
Carlos Pizarro — 463
Carlos Sant'Anna — 025
Carmelena Pereira — 621
Carmen Lúcia Pessanha Lazza — 294
Carneiro Arnaud — 372
Carvalho Pinto — 215, 262
Cássio Cunha Lima — 005
Cátia Araújo — 586
Celeste Munis — 121
Célia dos Santos Ferreira — 119
Celina Moreira Franco — 186, 439
Célio Cunha — 101
Celso Beisiegel — 642
Celso Carias — 318
Celso Damázio — 424
Celso Dorado — 025
Celso Matsuda — 255
Celso Napolitano — 658
César Callegari — 238
César Shirmen — 211, 522
Chico Ferramenta — 411
Chico Humberto — 005
Chopin Tavares de Lima — 214, 215, 217, 218, 220, 225, 226, 227, 228, 230, 233, 238, 240, 241, 242, 247, 248, 253, 255, 260, 307, 337, 474, 476, 481, 492, 582, 608, 636, 642
Cid Carvalho — 025
Cid Magalhães — 191
Ciro Figueiredo — 585
Claiton Goncino Barbosa — 282
Clarisse Nunes — 191
Cláudia Rita Correia Bonfim — 312
Claudinei Stachetti — 498
Cláudio Ávila — 005
Cláudio Cerqueira Bastos — 191
Cláudio Ferraz Alvarenga — 482, 593
Cláudio Gomes — 461
Cláudio Moacyr — 285
Cláudio Salomão — 607
Cleanthe de Paiva — 320
Clemente Ganz Lúcio — 496
Cleoni Daddi — 536
Clóvis Viana Soares da Fonseca — 357, 363, 365
Corcino Medeiros — 199
Cosme Freire Sena Souza — 627
Cristiano Machado — 621
Cristina Tavares — 005, 025
Critóvan Chiaradia — 025
Daise Borges — 028
Daisy Morbelly Kotvan — 305
Daniel Batista — 627
Darcy Pozza — 025
Darcy Ribeiro — 153, 154
Dário Schaffer — 349
Décio de Moura Notarangeli — 610
Décio Moreira — 218
Deise Benetti de Paula — 308
Delci Fritz — 516
Delmar Steffen — 527, 530, 532
Denise Rosa Lobato — 187
Dilce Munhoz — 212
Dilcéia Naoum — 325
Dina América da Silva — 140
Dione Duarte — 212
Dirce Tutu Quadros — 065, 067, 068
Diva Sanches — 221
Divonzir Guzzo — 104
Djalma Falcão — 405
Donizete Moura de Jesus — 554
Edegard Nogueira Borges — 581
Edgardo Vincenzi — 604

Edílson Silva — 505
Edilson Tomás Amaral Cardozo — 257
Edinho Araújo — 250
Edison Lobão — 366
Edivaldo Boaventura — 115
Edla Soares — 279
Edme Tavares — 025
Edmundo Oliveira da Silva — 540
Edna Maria Onofre — 312
Edson Luís — 439
Edson Tomaz — 283
Edson Wagner — 076
Eduardo Baggio — 503
Eduardo Jorge — 015
Eduardo Lois Blanco — 437, 439
Egídio Ferreira Lima — 025
Elaine da Silva Orzari — 234
Elba Siqueira de Sá Barreto — 031, 047, 227, 337
Elber Giovani Codognate — 262
Élcio Antonio Selmi — 226, 227
Elcy Neves — 118
Eliana Asche — 070
Eliane Alves da Silva — 257
Eliane Regasso — 580
Elias Gomes — 321
Eliel Rodrigues — 005
Elina Kertesz — 351
Elisa Toneto de Carvalho — 248
Elisabeth Rodrigues de Araújo Costa — 020
Ellelzani de Souza — 128
Elói Rech — 498
Eloy Beneduzi — 438
Elson Gomes da Silva — 648
Elza Aparecida Jorge — 577
Emanoel Viana — 362
Emília Ferreiro — 178 , 205
Emílio Marques — 051
Eni Galante — 221, 466
Epitácio Cafeteira — 149, 274, 358, 359, 360, 361, 363
Eraldo Tinoco — 005, 013, 015, 025
Ermi Moreira dos Santos — 627
Ernesto de Souza Freire Filho — 618, 621
Ervin Bonkoski — 005
Euclides Scalco — 014, 015
Eunice Michiles — 005
Eurides Brito — 121
Eurípedes Salles — 310
Eva Alves de Lima Queiroz — 243
Ewaldo Podolan — 172
Fábio Bruno — 075, 103, 120, 123, 125, 128, 538, 541, 546, 548, 550, 551
Fábio Campana — 516
Fábio Nóbrega — 082
Fábio Zambon — 654, 655, 660
Fátima Bezerra — 393
Fausto Arruda Filho — 406, 409
Fausto Rocha — 005
Felícia Castro Torres — 563
Felipe Néri — 416
Fernando Alvarenga — 481
Fernando Bezerra Coelho — 025
Fernando Conceição — 317
Fernando Cunha — 005
Fernando Gasparian — 025
Fernando Henrique Cardoso — 025
Fernando Lessa — 221, 250, 466, 474
Fernando Lopes — 435, 437
Fernando Lyra — 025
Fernando Sarney — 068
Flaviano Melo — 110
Flávio Di Giorgi — 027
Flávio Lyra — 382
Flávio Palmier da Veiga — 005
Florestan Fernandes — 005, 015, 029, 032
Florilena Aranha — 147, 662
Florinda Lombardi — 445, 454
Framarion Pinheiro — 150
França Teixeira — 005
Francisca Assis Gomes de Abreu — 266
Francisco Afonso de Castro — 131
Francisco Alcides Nascimento — 631
Francisco Alencar — 028, 289
Francisco Antonio Poli — 334
Francisco Benjamin — 025
Francisco Canindé da Silva — 199
Francisco Capuano Scarlato — 224
Francisco Carvalho — 030
Francisco Cetrulo — 349
Francisco das Chagas — 399
Francisco de Assis Barbosa — 394
Francisco Diógenes — 005
Francisco Dornelles — 025
Francisco Lopes da Silva — 166, 376, 379
Francisco Miraglia — 027
Francisco Osanir — 316
Francisco Paes Leme — 657
Francisco Pinto — 025
Francisco Poli — 468, 475
Francisco Rossi — 025
Francisco Sampaio — 128
Francisco Soares dos Santos — 050, 388, 389
Frederico Mazuchelli — 253
Freida Bittencourt — 624
Garibaldi Filho — 395
Gastoni Righi — 025
Geraldo Guedes — 120, 130
Geraldo José de Melo — 198, 394, 397, 400
Gérson Peres — 025
Getúlio de Brito — 571, 572, 573
Getúlio Isaías — 116
Getúlio Ribeiro — 118
Gilberto Indruziak da Rosa — 588
Gilberto Macuxi — 290
Gilberto Rodrigues — 440
Gilka Badaró — 116
Gilka Silva — 131
Gilson Puppin — 656
Godeardo Baquero Miguel — 058

Godofredo Pinto — 435, 437
Grazziani Fonseca — 333
Guido Fonseca — 422
Guilherme Afif Domingues — 604
Guiomar Namo de Mello — 218, 466, 474
Gumercindo Milhomem Neto — 011, 012, 015, 029, 088
Gustavo Krause — 380
Guy de Almeida — 120, 130, 538, 541, 542, 544, 550
Haidé Hidalgo — 584
Hamilton Santana — 403
Haroldo Ferreira — 503
Haroldo Lima — 025
Haroldo Sabóia — 025
Hatiro Shimomoto — 636
Hebe Tolosa — 589, 608, 636
Heitor Luiz Gomes de Almeida — 102
Heldo Vítor Mulatinho — 558, 559, 561
Helen Márcia Vieira — 584
Helena Calderaro — 349
Helena Spínola — 361
Hélio Amorim de Oliveira — 229
Hélio Duque — 518
Hélio Gueiros — 346, 347, 348, 349
Hélio Guerreiro — 010
Hélio Jaguaribe — 621
Hélio Mattos — 079
Hélio Paulo Ferraz — 439
Hélio Saboya — 439
Heloísa Curvelo — 047
Heloísa Góis Bittencourt — 447
Henrique de Lima Vaz — 036
Henrique Santillo — 138, 142, 559, 562
Heraldo Merelim Vianna — 060
Herbert de Souza — 439
Hermes Zanetti — 005, 010, 012, 013, 015, 029, 032, 086, 088, 090, 095, 097, 577
Hildézia Medeiros — 425, 431, 432
Hironi Tsuchitori — 224
Homero Fonseca — 280
Horácio Ferraz — 384, 387
Hugo Modesto Gontijo — 158, 162 , 163
Hugo Napoleão — 003, 031, 032, 050, 051, 057, 059, 064, 065, 068, 076, 077, 078, 090, 095, 096, 120, 144, 283, 322, 622, 628, 633, 643
Iberê Ferreira — 005
Ibsen Pinheiro — 025
Ilda Martins Ferreira — 221
Inah Roland Araújo — 093
Inocêncio Oliveira — 025
Iolanda Cortez — 273
Ione Cirillo — 256
Iracema de Jesus Lima — 459, 461
Iraí Zílio — 536
Irani Barbosa — 163
Irapuan Soares — 389
Íris Rezende — 560
Isis Michelin Ferraz — 028
Ismail de Souza Carvalho Neto — 134
Isolde Benilde Andreatta — 496, 497, 500, 503, 513, 517
Ivan Valente — 250, 472, 620, 636
Ivany Rodrigues Pino — 031
Ivo Barbieri — 621
J. P. Nartorg — 066
Jaílson Alves dos Santos — 433, 435, 436, 443, 450
Jaime Zveiter — 587, 648, 652
Jair Carvalho Monteiro — 462
Jair Krischke — 201
Jairo Carneiro — 115
Jairzinho da Silva — 362
Jamil Addad — 025
Jandira Feghali — 435, 437
Jandira Massue Uehara — 265
Janete Teresinha Vieira — 325
Jânio da Silva Quadros — 301, 303, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 312, 326, 461, 465, 580
Januária Maria de Lima Zago — 312
Jarbas Passarinho — 025, 613
Jauri Oliveira — 208
Jean Jaques Pual — 253
Joaci Góes — 005
Joana Célia — 118
Joana D'Arc de Meneses — 141
João Alberto de Souza — 366
João Alberto Viol — 247
João Antonio Felício — 027, 337, 473, 480, 489, 490, 491
João Ávila — 129
João Barbosa Bravo — 285
João Batista Figueiredo — 121
João Batista Gonçalves — 118
João Calmon — 005, 008, 015, 019, 025, 038, 044, 086, 088
João Cardoso Palma Filho — 216, 227
João Carlos Di Gênio — 597
João de Deus Antunes — 005
João Durval — 115
João Gualberto de Carvalho Menezes — 608, 609, 642
João Henrique Souza — 183
João Hernan Neto — 025
João Leiva — 255
João Maria — 349
João Martins Neto — 145, 361, 363, 365, 367, 662
João Mellão Neto — 310
João Monlevade — 577
Joaquim Barbosa — 531
Joaquim Bevilacqua — 025
Joaquim Roriz — 552, 553, 554
Jocelin Azambuja — 047, 204, 523
Jônathas Silva — 142, 566, 569
Jorge Bornhausen — 010, 013, 015, 041, 043, 044, 065, 080, 082, 087, 095, 100, 313, 314, 582, 600, 601, 605
Jorge Esch — 453, 618
Jorge Gama — 189
Jorge Hage — 010, 015
Jorge Lins — 025
Jorge Luís Santos Silveira — 647
Jorge Nagle — 227, 608
José Aguilar Dalvi — 334, 410
José Amaral Sobrinho — 090

José Aparecido de Oliveira — 118, 122, 125, 335, 543, 548, 550, 554, 648
José Aristodemo Pinotti — 229, 254, 256
José Augusto Nasser — 599
José Augusto Pereira das Neves — 295
José Aurélio de Camargo — 585, 591, 604, 607, 609, 610, 611
José Batista — 278
José Batista Filho — 245
José Bonifácio Coutinho Nogueira — 249
José Caetano Cardoso de Souza — 272
José Carlos Barreto — 326, 331
José Carlos Costa — 650
José Carlos de Freitas — 074, 075, 076, 078
José Carlos Grecco — 221
José Carlos Martinez — 005
José Carlos Melchior — 091
José Carlos Teixeira da Silva — 311
José Cicote — 474, 487
José Cláudio Manesco — 226
José Cláudio Martins — 218
José da Silva Gasparino Neto — 068
José Dirceu — 474
José Elias — 005
José Ênio Casalechi — 239
José Eudes Oliveira Costa — 554
José Eugênio Vieira — 410
José Ferreira de Alencar — 006
José Flávio Marcolino — 488
José Fogaça — 025
José Francisco de Lima — 315
José Francisco Siqueira — 266
José Freire — 025
José Genoíno — 029
José Geraldo — 025
José Gomes Santiago — 629, 630
José Gualberto Martins Angerami — 304, 330
José Henrique da Conceição — 134
José Inácio Ferreira — 025, 086, 089
José Jorge — 025
José Leopoldino de Azevedo — 654, 655, 659
José Luís Escanhoela — 089
José Luís Padilha de Milano — 054
José Luís Sioretto — 311
José Luiz Maia — 025
José Márcio Duda Farah Rasga — 221
José Maurício — 025
José Misael Ferreira do Vale — 330
José Moura — 005
José Nicolau — 442
José Orlando Pinto Cunha — 072
José Paulo Bisol — 025
José Pereira Oliveira — 267
José Queiroz — 005
José Quintas — 121, 538
José Raimundo — 319
José Raimundo Araújo — 061
José Raimundo de Carvalho — 053, 332
José René Pereira — 416
José Ribamar Sarney — 013, 020, 030, 044, 062, 065, 067, 078, 079, 083, 085, 100, 118, 261, 266, 319, 336, 349, 613, 614, 648
José Richa — 025
José Santana — 025
José Serra — 025
José Silva Quinta — 118, 122, 266
José Thomaz Nonó — 025
José Ulisses de Oliveira — 025
José Zinder — 640
José Zumba — 318
Josephina Baiocchi — 132, 552
Josivan Ribeiro — 296
Josué Fernandes — 110
Juan Careños — 343
Juan Millan Soberanes — 323
Juarez Lima — 362
Juarez Medeiros — 362
Judas Tadeu Grassi Mendes — 174
Juliano Costa — 523
Júlio Corrêa — 046, 082, 634
Júlio Gregório Filho — 075, 639, 652
Júlio Pimentel — 568
Jurandir da Silva — 191
Juvenal Garabito — 343
Kátia Araújo — 598
Klaus Klawitter — 179
Kleber Montezuma — 389
Koyu Iha — 005
Laércio Dias de Moura — 621
Laerte Escarelli — 304
Laura de Oliveira — 318
Lauro Raupp — 087
Lea da Cruz Fagundes — 204
Lea Gaudenzi — 075
Leandro Konder — 621
Leandro Severo — 102
Leda Maria Chaves Tajra — 274, 314, 318, 319, 328, 329
Leda Scheibe — 031
Leila Cristina Reis de Souza — 325
Lélia Pereira Figueiredo — 256
Leni Cascato — 226
Lenildo Corrêa — 373
Lenir Miranda — 121
Leonel Damo — 221
Leonel de Moura Brizola — 184, 185, 188, 285, 335, 337
Leônidas Silva Filho — 514
Leonídio Barbosa — 072
Lia Faria — 195
Lia Rosemberg — 218
Lia Silva Mendes — 070
Liane Frazão — 439
Lídia Santos — 244
Lígia Chiapini de Moraes Leite — 246
Lígia Santos Veiga — 105
Lírio Rosso — 090
Lizete Regina Gomes Arelaro — 227
Lobbe Neto — 250
Louis Althusser — 008

Louremberg Nunes Rocha — 005
Lúcia Carvalho — 122, 338, 538, 544, 546, 547, 548, 550, 552, 553, 554, 651, 652
Lucia Ivanov — 545, 587
Lúcia Soares — 297
Luciano Mendes de Almeida — 008, 604
Luciano Peixoto — 112, 113
Lucimar Góes — 148, 357, 358, 359, 360, 365, 367, 369, 370
Lúcio Veríssimo — 064
Lucy Vereza — 618
Luis Amaral — 191
Luís Antônio Constant Cunha — 595, 618
Luís Antonio Cosmelli — 318
Luís Antonio Fleury Filho — 479
Luís Bandeira Filho — 002, 010, 052, 067, 068, 090
Luís Carlos Grecco — 221
Luís Carlos Santos — 250
Luís Cassemiro dos Santos — 052, 075, 120, 129, 130, 633, 634, 639
Luís Cláudio Cesário — 539
Luís da Silva Flores — 652
Luís Eduardo Rocha Lima — 594
Luís Fernando Carceroni — 158, 159, 411
Luis Inácio Lula da Silva — 025
Luis Paes Sellas — 437
Luiz Araújo — 349
Luiz Buneyy — 343
Luiz Carlos Bresser Pereira — 600, 605
Luiz Carlos Hauly — 494
Luiz Carlos Lopes — 286
Luiz Eduardo — 025
Luiz Eduardo Wanderley — 022
Luiz Henrique Lima — 435
Luiz Koshiba — 239
Luiz Leal — 163, 415
Luiz Mantoanelli — 490
Luiz Moura — 631
Luiz Roberto da Silveira Castro — 592
Luíza Erundina — 472, 487
Luíza Gatiboni — 203
Lujan Miranda — 389
Lysaneas Maciel — 025
Magno Bacelar — 274
Magnólia Cruz Barbosa — 116
Maílson da Nóbrega — 628
Malva de Jesus Queiroz Oliveira — 135, 555
Manoel Couto — 406, 407, 408
Manoel Gonçalves Ferreira Filho — 625
Manoel Júnior Souto de Souza — 394, 397, 398, 400
Manoel Moreira — 025
Manoel Pereira Rodrigues — 325
Marcello Alencar — 286
Marcelo Miranda — 574, 578, 580
Márcia Kubstscheck — 005
Márcio Baiocchi Fracari — 544, 551, 555
Marco Antonio da Silva — 224
Marco Maciel — 049, 065, 078, 095, 313
Marcondes Gadelha — 025
Marcos Antonio Pereira de Oliveira — 349
Marcos Mendonça — 310
Marcos Silva — 024, 492
Marcos Villaça — 186
Marcus Cunha — 383
Margarete Pereira Cavalcante — 315
Margarida Maria Jesus Monteiro — 137
Maria Adonzinda Monteiro Costa — 178
Maria Aparecida Tamaso Garcia — 584, 599
Maria Augusta Rocha — 627
Maria Beatriz Klapka — 224
Maria Cecília de Oliveira Fernandes — 312
Maria Costa Cavalcanti — 048
Maria Cristina Capistrano — 216
Maria Cristina Homem de Melo Nogueira — 647
Maria da Conceição Carvalho Noronha — 320
Maria da Glória Josué — 318
Maria da Glória S. Rabello — 070
Maria das Graças Corrêa de Oliveira — 175
Maria de Lourdes — 364
Maria de Lourdes da Costa Barroqueiro — 146
Maria de Lourdes Gomes — 337
Maria de Lourdes Medeiros — 169
Maria de Lourdes Oliveira — 538
Maria de Lurdes Dantas — 075
Maria do Carmo — 118, 169
Maria Dolores da Cunha Pinto — 155
Maria Fernanda Rezende Nunes — 325
Maria Helena Scotton — 224
Maria Hilda de Carvalho — 158
Maria Iracema Sabóia Fonseca — 093
Maria José Coutinho Moreira — 266
Maria José Rocha Lima — 353
Maria Lídia Borges dos Santos — 266
Maria Lúcia — 005
Maria Lúcia Santoro — 312
Maria Luiza Belloni — 049
Maria Luíza Fontenelle — 406, 409
Maria Regina Fernandes — 108
Maria Soares — 364
Mariaugusta Rosa Rocha — 082, 115, 116, 351, 352
Marilda de Almeida Reis — 191, 431
Marilda Rodrigues Moreira — 128
Marília Santos da França Velloso — 319
Mário Assad — 025
Mário Lima — 025
Mário Pinheiro da Silva — 437, 439
Mário Silveira — 455
Marisa Amaral Gurgel Cerdeira — 227
Marise Tognoli — 304
Marli A. de Araújo — 211, 527
Marly Sarney — 080
Marta Cristina Alcantara Dini — 584
Martha Naira Mattos — 282
Matheus Iensen — 005
Maurício Barros Toscano — 078, 079
Maurício Fondello — 298
Maurício Pádua — 065
Max Mauro — 334, 410
Melquíades José de Souza — 221
Mendes Ribeiro — 005

Mércia Santos — 107
Miguel Aquino — 343
Miguel Arraes — 176, 178, 380, 381, 382, 384, 385
Milene Villa Hernandes — 488
Milton Alves — 571
Mílton Braga de Resende — 585
Milton Gordo — 606, 608, 610
Milton Reis — 025
Milton Salles — 160
Mílton Temer — 442
Miriam de Paiva Borges — 411
Moacir Gadotti — 249
Moacyr de Góes — 028, 288, 292, 294, 458
Murilo Alves Ribeiro — 191
Nadir Gomes Nunes — 128
Neide de Aquino Noffs — 216
Neide Mazoni Cintra — 221
Neiva Bertolotto — 298
Nelma de Fátima Gonzaga — 569
Nélson Aguiar — 005, 008
Nelson Boni — 589, 592, 609
Nelson Carneiro — 025
Nelson Figueiredo — 271
Nelson Jobim — 025
Nelson Moreira Sobrinho — 549, 554
Nelson Nicolau — 636
Nelson Saldanha — 279
Nelton Friedrich — 025
Newton Brandão — 019
Newton Cardoso — 152, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 334, 411, 412, 413, 415, 416, 417, 418, 419, 420
Newton Lima Neto — 090
Neyvaldo Luz — 348
Nicolau de Almeida Neto — 536
Niete André — 378
Nilson Evangelista — 495
Nilson Gibson — 025
Nilza Dreza — 464
Noel Alves de Mello — 118
Noeme Leite Ferreira — 116
Noêmia de Deus Ratte — 484, 485, 486
Norma Strauch Ferreira — 632
Octávio Ceccato — 490
Octávio Elíseo — 005, 009, 010, 013, 017, 029, 032
Odair de Jesus dos Santos — 116
Odiléia Mesquita — 297
Ogib Teixeira de Carvalho — 093
Olinda Raposo Costa — 323
Olívia Franco — 584
Olívio Dutra — 005
Onofre Correa — 005, 065, 067
Onofre de Castro — 270
Oracy Gorski Damaceno — 312
Orestes Quércia — 217, 218, 225, 228, 234, 238, 240, 247, 249, 252, 253, 255, 334, 341, 466, 467, 468, 470, 472, 473, 474, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 484, 485, 486, 488, 489, 492, 620
Ormindo Viveiros de Castro — 595
Oscar Corrêa — 025
Oscar Niemeyer — 123
Osires Aguiar Costa — 169
Osmar Antônio da Silva — 616
Osmar de Lima Magalhães — 558, 559, 561, 562, 563, 564, 565, 570
Osvaldo Coelho — 025
Osvaldo Franco — 293
Osvaldo Sobrinho — 005
Oswaldo Della Giustina — 020, 600, 603
Oswaldo Lima — 025
Otto Santana — 399
Paulino Fernandes de Castro — 070
Paulo Brasil — 139
Paulo de Paula — 615
Paulo de Tarso — 249
Paulo Delgado — 411
Paulo Eduardo Bluhn — 072
Paulo Egídio Martins — 625
Paulo Egon Wiederkehr — 094, 521, 522, 523, 526, 577
Paulo Freire — 043, 178, 246, 279, 313, 317, 320, 321, 325, 329, 330
Paulo Hanke — 596
Paulo Linhares — 406
Paulo Lott — 266
Paulo Maia — 424, 496
Paulo Marques — 005
Paulo Miranda — 065, 067
Paulo Pimentel — 025
Paulo Ramos — 025
Paulo Renato Costa Souza — 233
Paulo Roberto Costa Miranda — 068
Paulo Rubem Santiago — 385
Paulo Salim Maluf — 214, 234, 249, 473, 488
Paulo Salvador Frontini — 593, 610, 620
Paulo Sampaio — 457, 621, 656
Paulo Silva — 005
Paulo Sogayar — 249
Paulo Valença — 382, 385
Paulo Verano — 089
Paulo Zingg — 301, 302, 303, 305, 306, 309, 463
Pedro Amen — 349
Pedro Canedo — 005
Pedro Demo — 098
Pedro Franco de Campos — 610
Pedro Ivo Campos — 534, 535, 536
Pedro Nogueira Costa — 199
Pedro Paulo Teixeira Pinto — 469
Pedro Saad — 510
Pedro Simon — 202, 207, 208, 522, 525, 527, 530, 531, 532
Pedro Tonelli — 503, 508, 513
Pimenta da Veiga — 025
Plínio Comte Leite Bittencourt — 618
Plínio de Arruda Sampaio — 025
Pompeu de Souza — 005, 121, 123
Possidônio Mata — 349
Prisco Vianna — 025
Rachide Conceição Safe de Matos — 126
Rafael Grecca de Macedo — 508
Raimunda Ramos Loiola — 364
Raimundo Bezerra — 025

Raimundo da Silva Pinto — 296
Raphael de Almeida Magalhães — 197, 434, 435, 436, 437, 440, 443, 446, 450, 454
Raul Paiva — 008
Raul Pont — 210
Recília Weise — 106
Reinaldo Mendes — 389
Renato Mori — 599
Renato Vianna — 025
Reneude de Sá — 277
Ricardo Cinali — 320
Ricardo Fiuza — 025
Ricardo Santiago — 090
Rita Camata — 005
Rita Furtado — 005
Roberta Fruncillo — 221
Roberto Abrahão — 301
Roberto Augusto — 005
Roberto Dornas — 026, 029, 030, 583, 634
Roberto Ebert — 595
Roberto Felício — 050
Roberto Franklin de Leão — 249
Roberto Freire — 025
Roberto Gouveia — 472
Roberto Magalhães — 385
Roberto Parreira — 098
Roberto Purini — 477
Roberto Requião — 493
Roberto Vital — 005
Roberval Turina — 627
Robespierre Martins Teixeira — 621
Rodolfo Pinto da Luz — 006
Rodolfo Tellaroli — 239
Rodrigo Alaggio — 389
Rodrigues Palma — 025
Rogério Monteiro — 435, 537
Romário de Castro Andreatta — 498
Romeu da Costa Ferreira — 221
Romeu da Fonte — 383, 385
Rômulo Galvão — 109
Ronaldo Accioli — 607
Ronaldo Cunha Lima — 375
Rosa Catarina Guimarães — 268
Rosa Marga Rothe — 349
Roseana Sarney — 274
Rosemeire Aquino Pessoa — 132
Rosileide Maria Ribeiro da Costa — 196
Rosiver Pavan — 334, 475
Rubens Lara — 636
Rubens Xavier Martins — 265
Ruth Costa — 275
Ruth Escobar — 604
Ruy Carlos Ostermann — 533
Salete Barbosa de Farias — 373
Samir Nasser — 191
Samuel Henrique Contato — 245
Samuel Luis Corro — 462
Sandra Cavalcanti — 008, 009, 013, 025
Sandra Dantas Cezar — 312
Sandra Maria Freire — 658
Sandra Starling — 162
Saturnino Braga — 286, 287, 295, 425, 426, 428, 430, 455, 456
Savino Mambelli — 349
Sebastião Reis — 659
Selma Garrido Pimenta — 104
Severino Elias — 001, 078
Severino Talião de Almeida — 588
Severo Gomes — 025
Sidney de Oliveira — 221
Sigmaringa Seixas — 025
Silke Weber — 047, 051, 061, 088, 176, 180, 383, 385
Sílvia Bruni — 246
Silvia Pimentel — 244
Sílvia Prass — 516
Sílvia Regina Nigromonte — 194
Silvio Coelho dos Santos — 107
Sílvio Martini — 250
Siqueira Campos — 025
Solange de Castro — 051
Solange Faria — 521
Sólon Borges dos Reis — 005, 011, 095
Sônia Irene do Carmo — 239
Sônia Sampaio — 231, 252
Sônia Scudesi — 191
Sotero Cunha — 005
Susi Regina do Nascimento — 599
Suzy Rocha — 484
Synval Guazzelli — 523
Tadeu França — 005
Tancredo Neves — 010, 155
Tânia Baccelli — 485
Tapir Rocha — 298, 529
Tarcísio de Miranda Burity — 171, 375, 379, 588
Teófilo Bacha — 508
Teresa Roserley Neubauer da Silva — 224, 227
Tereza Cristina Guimarães — 327
Tereza Petir — 349
Tereza Velho — 618
Terezinha Moreira — 116
Terezinha Teixeira Cardoso — 445
Thelma de Sousa — 472
Theodoro Mendes — 025
Therezinha Gueiros — 348, 349
Theseo Darcy Bueno — 472
Thiago Franco Cançado — 574
Timóteo Alves de Brito — 116
Tito Gomes — 366
Tobias Alves — 138, 139, 142, 564, 569
Tomasina Martino — 020
Tomaz Gilian Deluca Wonghon — 006, 338, 340, 343, 459
Toshie Miura Ueno — 237
Ubiratan Aguiar — 005
Ulysses Guimarães — 021, 028, 029, 477
Valdênio Carvalho — 380
Valdírio Prisco — 221
Valter Pereira — 578, 579, 580
Valtrudes de Freitas — 312
Vanda Paulo Chueiri — 070

Vanilton Senatone — 639
Vera Coutinho — 416
Vera Guimarães — 597
Vera Lúcia Maluly Cristovan — 221
Vera Lúcia Paszko — 490
Vicente Ferrer — 266
Vicente Paula Barreto — 313, 318
Vicente Pereira — 132, 133
Viktória Klara Osório — 227
Vilson de Souza — 018
Vingt Rosado — 005
Virgildásio de Senna — 025
Virgílio Távora — 025
Vitali Mouzankov — 058
Vitório Sorotiuk — 494
Vivaldo Barbosa — 015
Wadih Helu — 233
Wagner Caetano Alves de Oliveira — 411
Wagner Luís da Silva — 257, 258
Wagner Pimenta — 652
Wagney Palha de Miranda — 627
Walda Antunes — 077
Waldeci de Aquino Souza — 627
Waldir Bedê — 092
Waldir Bonatto — 298
Waldir Pires — 115, 335, 352, 627
Waldir Trigo — 478
Waldmir Murtinho — 077
Wall Ferraz — 283
Walmir Griesang — 299
Walter Ceneviva — 658
Walter Feldman — 308
Walter José Rodrigues — 140
Walter Nascimento Costa — 304
Walter Nei Valente — 548
Wander Soares — 070
Wellington Moreira Franco — 184, 185, 187, 189, 190, 191, 295, 425, 430, 435, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 444, 449, 450, 454, 619, 621
Wilma Mendonça — 167
Wilmar Garcia Barbosa — 433
Wilson Aragão — 165
Wilson Martins — 025
Wilson Moreira — 506
Wladimir Palmeira — 439
Yolanda Gonzales — 179
Zany Leite — 640
Zeli Isabel Roesler — 051
Zélia Lopes de Assis — 259
Zelma Massona — 337
Zenito Oliveira — 375

Autores de matérias assinadas

Alexandre Polesi — 613
Ana Luzia — 023
Ana Virgínia Romero — 191
Antônio José do Carmo — 262
Arcírio Gouvêa — 196
Beti Copetti — 535
Cândido Padin — 034
Catarina Guerra — 118
Cristiane Ribeiro — 118
Eduardo Sganzerla — 071
Fátima Pombo — 279
Flávio Gomes — 070
Florestan Fernandes — 008
Gentil Ângelo Spiassa — 494
Hélder Lima — 246
José Freire Falcão — 036
José Rezende Júnior — 001
José Roberto de Toledo — 050
José Roberto Luppino — 216
Lafaiete Neves — 502
Laura Capriglione — 230
Luci Ayala — 236
Marcelo Leite — 072
Maria da Graça Mascarenhas — 416
Massimo Manzolillo — 129
Nara Ferreira — 128
Percival dos Santos Alves — 354
Regis Farr — 178, 195
Renan Antunes de Oliveira — 127
Rogério Morais — 409
Sílvia Maiolino — 488
Simone Salles — 010, 121
Thais Bastos — 334
Yara Malheiros — 060

ÍNDICE DE ASSUNTOS

Matérias de imprensa

AEC — 022, 585

Alfabetização — 043, 054, 119, 127, 178, 205

Analfabetismo — 041, 044, 053, 095, 112, 115, 176, 313, 314, 315, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333

Ande — 027, 031, 653

Andes — 027, 653

Anped — 031

APA — 636, 639, 642, 643

Apem — 378

Apenope — 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387

Apeoc — 406, 407, 408, 409

Apeoesp — 027, 219, 231, 249, 252, 258, 337, 459, 466, 467, 468, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492

Apep — 388, 389, 390

APLB — 351, 352, 353, 354, 355, 356

Associações de pais e mestres — 118, 120, 122, 129, 130, 135, 140, 204, 232, 235, 240, 243, 248, 253, 288, 289, 292, 312, 361, 397, 428, 445, 453, 455, 463, 464, 493, 498, 503, 505, 508, 511, 523, 524, 538, 586, 587, 589, 590, 593, 606, 608, 615, 617, 619, 621, 622, 623, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 640, 642, 647

APP — 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 502, 503, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520

APRN — 198, 199, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400

Católicos — 034, 036

CBE — 031, 032, 033, 336

Cermap — 388, 389, 390

CFE — 609, 625, 628, 641

CNBB — 024, 604

Conselhos estaduais de educação — 211, 457, 582, 584, 585, 587, 589, 590, 591, 592, 593, 595, 596, 600, 608, 609, 617, 618, 619, 620, 622, 628, 630, 631, 638, 639, 640, 642

Constituinte * — 342

CPB-CNTE — 006, 012, 021, 024, 027, 334, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 396, 459, 483

Cpers — 201, 204, 206, 208, 210, 211, 213, 415, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 530, 531, 532, 533

CPP — 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387

Criança — 043, 048, 064, 095, 097, 118, 119, 121, 126, 127, 137, 164, 186, 215, 229, 241, 243, 254, 271, 283, 284, 301, 584, 594, 598

Crub — 006

Currículo — 033, 045, 047, 048, 057, 060, 102, 104, 106, 107, 119, 127, 132, 133, 134, 138, 145, 155, 163, 178, 183, 200, 201, 203, 209, 216, 217, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 238, 239, 241, 242, 244, 246, 250, 253, 254, 255, 264, 265, 278, 279, 280, 282, 290, 292, 294, 300, 317, 321

Demanda — 017, 041, 043, 044, 049, 051, 058, 069, 081, 095, 097, 113, 114, 116, 117, 124, 126, 127, 141, 153, 173, 174, 176, 184, 185, 190, 203, 207, 212, 215, 236, 238, 242, 252, 254, 264, 269, 271, 294, 312, 320, 323, 324, 325, 326, 328, 329, 330, 331, 332, 653

Diagnóstico — 038, 047, 048, 051, 057, 058, 060, 082, 085, 110, 115, 127, 129, 138, 142, 147, 149, 164, 176, 184, 191, 192, 215, 216, 223, 235, 236, 247, 248, 251, 252, 266, 301, 320, 332, 342, 361, 547

Educação à distância — 059, 098, 099

Educação especial — 054, 108, 109, 126, 154, 155, 157

Educação indígena — 023, 105, 106, 107, 290

Educação rural — 042, 048, 061, 077, 080, 097, 173, 174, 175, 176, 192, 194, 207, 300

Emenda Calmon — 019, 044, 082, 086, 088, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 095

Ensino municipal — 069, 111, 116, 153, 156, 173, 191, 194, 300, 342, 351, 354, 364, 372, 375, 385, 392, 393, 395, 405, 406, 407, 408, 409, 420, 421, 422, 423, 424, 431, 432, 452, 456, 457, 458, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 469, 493, 504, 529, 567

Ensino noturno — 016, 104

Ensino profissionalizante — 044, 100, 102, 114, 138, 146, 186, 277

Ensino público * — 006, 008, 010, 011, 013, 014, 018, 021, 025, 027, 028, 029, 037, 038, 039, 040, 095, 335, 336, 338, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 363, 364, 365, 367, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 411, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 458, 468, 470, 471, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 523, 527, 530, 531, 532, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581

Escola privada — 007, 008, 014, 016, 018, 020, 026, 029, 034, 035, 036, 037

Estudantes — 030, 102, 118, 128, 138, 139, 140, 167, 169, 170, 171, 177, 199, 245, 257, 258, 260, 261, 280, 282, 286, 287, 297, 374, 445, 458, 464, 465, 495, 515, 549, 555, 566, 588, 597, 599, 602, 615, 620, 621, 623, 627, 635, 642

Evangélicos — 008, 083

Evasão e repetência — 041, 042, 044, 046, 049, 051, 053, 097, 113, 124, 127, 155, 176, 178, 184, 190, 203, 214, 216, 222, 236, 238, 251, 252, 262, 264, 301

FAE — 001, 015, 017, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 082, 084, 093, 094, 105, 108, 116, 122, 131, 179, 180, 182, 281, 283, 633

Fasubra — 006

Fenapa — 636, 639, 642, 643

Fenen — 020, 024, 026, 029, 030, 081, 583, 585, 604, 607, 608, 609, 610, 611, 616, 620, 621, 629, 630, 634, 635, 636, 639, 643, 648, 651, 652, 661

Feprosul — 574, 577, 578, 579, 580

Financiamento — 001, 002, 003, 006, 007, 009, 010, 013, 014, 015, 016, 017, 018, 019, 022, 024, 025, 026, 027, 029, 033, 035, 037, 038, 039, 040, 042, 044, 045, 046, 047, 050, 055, 056, 058, 061, 062, 063, 064, 066, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 075, 076, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 087, 089, 090, 091, 092, 093, 094, 096, 097, 100, 103, 115, 116, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 136, 141, 144, 146, 147, 149, 150, 152, 161, 162, 165, 166, 171, 172, 179, 180, 185, 186, 188, 190, 191, 194, 195, 197, 205, 211, 218, 219, 220, 225, 229, 234, 236, 238, 247, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 266, 267, 268, 271, 274, 275, 276, 285, 296, 299, 304, 308, 310, 311, 315, 316, 318, 319, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 334, 335, 337, 343, 344, 353, 357, 360, 364, 365, 366, 373, 382, 392, 397, 412, 419, 466, 467, 488, 494, 502, 521, 542, 543, 552, 561, 563, 564, 567, 571, 574, 575, 582, 583, 586, 587, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 598, 600, 602, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 612, 613, 614, 616, 617, 618, 624, 626, 628, 632, 634, 635, 638, 639, 640, 643, 644, 645, 647, 650

Formação de professores — 059, 101, 126, 148, 155, 167, 177, 178, 193, 201, 212, 218, 228, 239, 244, 246, 255, 277, 278

Gestão — 016, 039, 046, 051, 052, 096, 118, 119, 120, 129, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 140, 141, 143, 157, 158, 159, 166, 167, 168, 169, 170, 175, 187, 197, 199, 204, 208, 212, 213, 220, 222, 234, 240, 241, 242, 245, 250, 258, 259, 261, 262, 263, 265, 269, 270, 273, 274, 288, 289, 291, 293, 294, 298, 302, 309, 343, 364, 375, 393, 397, 434, 455, 458, 546, 551, 552, 554, 555, 556, 562, 564, 580, 594, 597, 599, 601, 603, 605, 610, 611, 618, 627, 632, 654, 655, 658, 659

Greves — 117, 128, 140, 276, 334, 335, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 355, 356, 371, 372, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 392, 394, 395, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 420, 421, 422, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 465, 466, 467, 468, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 489, 490, 491, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 548, 549, 550, 552, 553, 557, 559, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 571, 572, 575, 576, 578, 579, 581, 645, 646, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 656, 657, 661, 663

Igrejas — 008, 020, 022, 027, 034, 036, 087, 272, 349, 604

Inep — 059

Informática — 277

Lei de diretrizes e bases — 017, 019, 031, 032, 033, 342

Lobbies — 005, 008, 010, 011, 012, 013, 008, 020, 024, 025, 028, 029, 030, 039, 081, 338, 640

Magistério — 011, 018, 025, 041, 042, 044, 046, 047, 048, 050, 061, 073, 082, 101, 104, 111, 115, 118, 121, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 141, 147, 154, 161, 164, 165, 166, 167, 177, 178, 192, 193, 194, 195, 206, 207, 211, 213, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 237, 238, 240, 246, 248, 249, 251, 265, 266, 270, 272, 278, 282, 288, 292, 296, 297, 299, 301, 305, 309, 316, 321, 327, 328, 329, 336, 337, 340, 344, 353, 356, 357, 363, 366, 390, 391, 392, 419, 447, 448, 458, 481, 484, 485, 486, 488, 529, 530, 546, 555, 565, 580, 584, 618, 639, 647, 649, 660, 662, 663

Manifestações públicas — 128, 189, 232, 260, 286, 298, 341, 346, 348, 349, 352, 354, 359, 360, 362, 367, 368, 371, 374, 377, 381, 383, 385, 389, 398, 402, 406, 407, 408, 411, 414, 415, 420, 421, 422, 423, 428, 429, 435, 437, 438, 439, 440, 441, 445, 449, 460, 464, 466, 468, 472, 474, 475, 476, 480, 483, 484, 485, 487, 491, 495, 496, 498, 503, 505, 506, 508, 510, 512, 513, 514, 516, 518, 520, 522, 523, 524, 526, 527, 528, 529, 533, 536, 539, 541, 544, 568, 572, 588, 597, 599, 602, 615, 623, 644, 645, 651, 655, 656, 657, 660, 663

MEC — 002, 042, 043, 044, 045, 049, 050, 051, 052, 053, 055, 057, 058, 059, 060, 061, 064, 067, 068, 069, 070, 071, 072, 073, 075, 076, 078, 079, 080, 081, 082, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 091, 093, 094, 095, 096, 098, 099, 100, 101, 103, 107, 108, 109, 120, 130, 218, 219, 251, 267, 271, 275, 283, 300, 313, 314, 319, 322, 332, 582, 585, 586, 589, 592, 596, 600, 601, 603, 605, 612, 617, 622, 624, 625, 628, 633, 637, 643

Merenda — 014, 015, 016, 062, 063, 064, 065, 066, 067, 068, 069, 081, 084, 092, 093, 105, 116, 122, 131, 172, 179, 180, 182, 196, 234, 243, 283, 285, 304, 310, 311

Metodologia de ensino — 054, 057, 060, 081, 101, 106, 107, 109, 119, 127, 132, 133, 134, 135, 138, 145, 155, 163, 178, 200, 209, 220, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 237, 239, 241, 244, 246, 250, 254, 264, 265, 279, 280, 282, 290, 314, 315, 317, 321

Mobral/Educar — 083, 106

Movimentos sociais — 021, 024, 028, 143, 189, 317, 318, 321, 325

Negociações — 334, 348, 358, 359, 369, 381, 382, 385, 391, 395, 398, 399, 400, 403, 404, 410, 415, 416, 417, 418, 426, 431, 432, 435, 443, 449, 450, 454, 455, 460, 461, 462, 467, 477, 478, 479, 480, 487, 492, 493, 497, 504, 517, 519, 520, 522, 526, 532, 533, 538, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 548, 549, 550, 552, 557, 559, 569, 574, 576, 578, 646, 648, 649, 652, 660, 661

Parlamentares — 001, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 012, 013, 014, 015, 017, 023, 025, 029, 032, 035, 065, 067, 068, 082, 083, 086, 088, 090, 093, 115, 116, 140, 160, 162, 175, 208, 210, 212, 213, 221, 233, 240, 250, 252, 285, 310, 311, 345, 362, 416, 417, 435, 442, 466, 467, 468, 478, 503, 505, 507, 509, 514, 515, 518, 536, 571, 576, 604, 620, 624, 640

Participação popular — 028, 052, 132, 135, 143, 179, 180, 187, 189, 232, 245, 248, 262, 288, 315, 317, 318, 321, 325, 341, 428, 434, 453, 455, 465, 485, 554, 555, 620

Partidos — 090, 115, 366, 562, 571

Políticos — 048, 078, 081, 082, 083, 086, 090, 151, 160, 221, 266, 304, 333, 414, 438, 562, 604, 613

Pré escola — 016, 104, 205, 229, 271, 307, 353, 584

Prefeitos — 089, 116, 140, 175, 191, 202, 266, 267, 268, 271, 272, 273, 275, 276, 281, 283, 286, 287, 295, 296, 297, 298, 302, 303, 304, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 316, 321, 326, 330, 364, 366, 375, 392, 393, 405, 406, 409, 422, 425, 426, 428, 455, 456, 460, 461, 462, 463, 465, 469, 493, 497, 504

Presidência da República — 078, 079, 085, 613, 614

Professores — 012, 030, 061, 094, 112, 122, 128, 139, 147, 148, 149, 171, 177, 181, 187, 208, 210, 266, 273, 296, 298, 301, 305, 306, 309, 316, 645, 649, 650, 654, 662

Recursos didáticos — 041, 047, 048, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 098, 099, 108, 121, 123, 125, 126, 129, 138, 144, 149, 161, 162, 163, 165, 166, 174, 175, 185, 188, 190, 194, 197, 202, 203, 204, 205, 225, 240, 241, 247, 253, 255, 256, 262, 263, 281, 290, 295, 301, 302, 317, 326, 327, 330, 560, 633

Secretarias de educação — 047, 051, 052, 069, 087, 088, 103, 110, 111, 112, 113, 115, 117, 120, 121, 122, 123, 125, 132, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 161, 162, 163, 168, 170, 172, 174, 176, 177, 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193, 194, 197, 198, 200, 201, 204, 206, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 220, 221, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 269, 274, 278, 279, 282, 285, 288, 289, 291, 292, 294, 299, 303, 305, 307, 309, 312, 320, 324, 337, 348, 361, 363, 365, 376, 383, 385, 387, 389, 406, 410, 436, 437, 446, 454, 471, 474, 481, 495, 496, 497, 500, 519, 520, 528, 533, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 550, 551, 553, 554, 558, 559, 564, 566, 569, 579, 580, 582, 584, 586, 619, 627, 662

Sepe — 187, 191, 195, 288, 289, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458

Sinpeem — 308, 459, 460, 461, 462, 463, 464

Sinpro-DF — 122, 135, 538, 539, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 587, 646, 648, 651, 652

Sinproesemma — 148, 149, 273, 274, 339, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371

Sinteac — 345

Sinteal — 405

Sintego — 139, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 571, 572, 573

Sintep — 158, 159, 165, 166, 167, 168, 346, 347, 348, 349, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 412, 413, 414, 416, 417, 418, 581

Sintep-MT — 581

Sintep-PB — 377

Sintepp — 346, 347, 348, 349

Sinter — 350

Sintero — 350

Sintesc — 534, 535, 536, 537

Sintese — 401, 402, 403, 404

Sintet — 570

TVE — 096, 098, 099, 253

Upes — 410

UTE — 156, 158, 159, 160, 162, 411, 412, 413, 414, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423

** além das notícias que aparecem no capítulo próprio*

Indicadores monetários

Mês	US$ Oficial	US$ Paralelo	OTN *	Salário Mínimo *	Salário Mínimo de Ref. *	Piso Nacional de Salários *
JANEIRO/87	16.53	25.70	106.40	964.80		
FEVEREIRO/87	19.79	31.00	106.40	964.80		
MARÇO/87	22.14	30.00	181.61	1368.00		
ABRIL/87	25.43	32.80	207.97	1368.00		
MAIO/87	33.99	37.50	251.56	1641.00		
JUNHO/87	43.38	54.00	310.53	1969.92		
JULHO/87	46.02	57.50	366.49	1969.92		
AGOSTO/87	48.36	59.50	377.67		1969.92	1970.00
SETEMBRO/87	51.28	65.30	401.69		2062.31	2400.00
OUTUBRO/87	55.88	68.50	424.51		2159.03	2640.00
NOVEMBRO/87	63.07	77.30	463.48		2260.29	3000.00
DEZEMBRO/87	71.71	93.50	522.99		2550.00	3600.00
JANEIRO/88	83.40	95.00	596.94		3060.00	4500.00
FEVEREIRO/88	98.50	123.00	695.50		3600.00	5280.00
MARÇO/88	114.55	151.00	820.42		4248.00	6240.00
ABRIL/88	137.44	163.00	951.77		4932.00	7260.00
MAIO/88	162.69	226.00	1135.27		5918.00	8712.00
JUNHO/88	194.63	272.00	1337.12		6984.00	10368.00
JULHO/88	241.73	356.00	1598.26		8376.00	12444.00
AGOSTO/88	292.49	473.00	1982.48		10464.00	15552.00
SETEMBRO/88	362.98	530.00	2392.06		12702.00	18960.00
OUTUBRO/88	463.34	770.00	2966.39		15756.00	23700.00
NOVEMBRO/88	588.07	960.00	3774.73		20476.00	30800.00
DEZEMBRO/88	756.55	1230.00	4790.89		25595.00	40425.00

* Valores em *cruzados* (Cz$), moeda vigente no período 87-88; em janeiro de 1989, o cruzado foi convertido em *cruzado novo* (NCz$) - (Cz$ 1.000,00 = NCz$ 1,00).

Fontes: *Folha de S. Paulo* e *Suma Econômica*

EDUCAÇÃO NO BRASIL 1987-1988

Educação no Brasil 1987-1988, da série *Aconteceu Especial*, resume informações sobre os fatos mais relevantes do campo educacional brasileiro, tratados no período pela imprensa diária e semanal. As questões que mais agitaram a opinião pública estão estruturadas por capítulos: o processo constituinte, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988; o ensino público; a educação de adultos; o movimento dos professores; o ensino particular. Os capítulos trazem uma seleção do noticiário e são abertos por artigos que introduzem o leitor no cerne dos assuntos retratados, oferecendo interpretações úteis para uma visão mais compreensiva das notícias.

Visa colocar de forma organizada a informação existente, em escala nacional, à disposição de todos que estejam empenhados em fazer com que os serviços educacionais correspondam crescentemente aos interesses e expectativas dos setores populares.



